

RELATORIO

APRESENTADO

AO

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

PELO

Ministro de Estado das Relações Exteriores

COMPREHENDENDO O PERIODO DECORRIDO

DE

30 de Abril de 1925 a 3 de Maio de 1926

ANNEXOS B, C, D e E

2º VOLUME



RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL

1927

RELATORIO

DO

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

1925 — 1926

ANNEXOS B, C, D e E

RELATORIO

APRESENTADO

AO

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

PELO

Ministro de Estado das Relações Exteriores

COMPREHENDENDO O PERIODO DECORRIDO

DE

30 de Abril de 1925 a 3 de Maio de 1926

ANNEXOS B, C, D e E

2º VOLUME



RIO DE JANEIRO
IMPRENSA NACIONAL

1927

INDICE

ANNEXO B

	Pags.
Quadro do pessoal da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 30 de Abril de 1926.....	3
Quadro do Corpo Diplomatico Brasileiro, em 30 de Abril de 1926.....	7
Quadro do Corpo Diplomatico acreditado no Brasil, em 30 de Abril de 1926.....	17
Quadro do Corpo Consular Brasileiro, em 30 de Abril de 1926.....	25
Quadro do Corpo Consular Estrangeiro, em 30 de Abril de 1926.....	89
Quadro dos empregados da Secretaria de Estado, por antiguidade de classe, em 30 de Abril de 1926.....	151
Quadro dos funcionarios addidos da Secretaria de Estado, em 30 de Abril de 1926..	153
Quadro do Corpo Diplomatico Brasileiro, por antiguidade de classe, em 30 de Abril de 1926.....	155
Quadro do Corpo Consular Brasileiro, por antiguidade de classe, em 30 de Abril de 1926.....	159
Quadro dos Agentes Diplomaticos e Consulares em disponibilidade, em 30 de Abril de 1926.....	165

ANNEXO C

LEIS, DECRETOS E CIRCULARES

N. 1

LEIS

Decreto n. 4.969, de 21 de Outubro de 1925 — Approva o Acto de Rectificação do Protocollo Final, annexo á Convenção Postal Universal, assignado em Stockholm, em 28 de Outubro de 1924.....	3
---	---

N. 2

DECRETOS

Decreto n. 19.625, de 27 de Maio de 1925 — Promulga o Tratado de Extradicação de Criminosos entre o Brasil e o Paraguay, assignado em 24 de Fevereiro de 1922.....	5
--	---

Decreto n. 16.946, de 22 de Junho de 1925—Ratificação de Cuba das Convenções e de um Tratado assignados em Santiago do Chile, em 1923.....	11
Decreto n. 16.947, de 22 de Junho de 1925 — Publica a adhesão da Syria e do Libano ao Protocollo addicional á Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas.....	12
Decreto n. 16.948, de 22 de Junho de 1925 — Publica a adhesão das Indias Neerlandezas ao Instituto Internacional de Hygiene Publica de Paris.....	13
Decreto n. 16.949, de 22 de Junho de 1925 — Publica a adhesão da França, em nome dos Alauitas, á Convenção Postal Universal, reunida em Madrid em 1920	14
Decreto n. 16.960, de 22 de Junho de 1925 — Publica a adhesão da Grã-Bretanha, em nome do Protectorado de Nyassaland, á Convenção Postal Universal, assignada em Madrid a 30 de Novembro de 1920.....	15
Decreto n. 16.954, de 29 de Julho de 1925 — Supprime o Consulado Honorario em Manilha.....	17
Decreto n. 16.995, de 29 de Julho de 1925 — Crêa um Consulado honorario em Luxemburgo.....	17
Decreto n. 16.996, de 3 de Agosto de 1925 — Declara feriado nacional o dia 6 de agosto do corrente anno, centenario da Independencia da Republica da Bolivia	17
Decreto n. 17.001, de 12 de Agosto de 1925 — Faz publico o deposito de ratificação, por parte de Costa Rica, de Convenções assignadas na Quinta Conferencia Pan-Americana, de Santiago.....	18
Decreto n. 17.002, de 12 de Agosto de 1925 — Adhesão da Allemanha ao Ajuste relativo á repressão das falsas indicações de procedencia de mercadorias, assignado em Madrid em 1891 e revisto em Washington em 1911.....	18
Decreto n. 17.003, de 12 de Agosto de 1925 — Publica a adhesão da Polonia a tres Convenções da Haya, assignadas em 18 de Outubro de 1907.....	19
Decreto n. 17.015, de 22 de Agosto de 1925 — Declara feriado nacional o dia 25 de Agosto do corrente anno, em homenagem á Republica Oriental do Uruguay	20
Decreto n. 17.017, de 26 de Agosto de 1925 — Publica a adhesão da Tchecoslovquia á Convenção para a protecção de cabos submarinos.....	21
Decreto n. 17.020, de 26 de Agosto de 1925 — Crêa um Consulado Honorario em Reval (Esthonia).....	22
Decreto n. 17.021, de 26 de Agosto de 1925 — Publica uma notificação da Grã-Bretanha sobre a adhesão do Dominio do Canadá á Convenção Internacional de Paris para a Protecção da Propriedade Industrial.....	23
Decreto n. 17.031 de 2 de Setembro de 1925 — Crêa um Consulado Honorario em Concepcion, territorio de Misiones, na Republica Argentina.....	24
Decreto n. 17.046, de 18 de Setembro de 1925 — Publica a ratificação, por parte da Suecia, da Convenção Internacional para a repressão do trafico das brancas	24
Decreto n. 17.047, de 18 de Setembro de 1925 — Publica as adhesões da Bulgaria e do Irak á Convenção Internacional para a repressão do trafico das brancas	25
Decreto n. 17.070, de 15 de Outubro de 1925 — Abre, ao Ministerio das Relações Exteriores, o credito especial de 2.800.000\$, papel, para occorrer ás despesas com os preparativos para a recepção do Principe Herdeiro da Italia, em 1924, inclusive as obras que foram feitas nos Palacios Guanabara, Cattete e Rio Negro, para esse effeito.....	26
Decreto n. 17.078, de 21 de Outubro de 1925 — Publica a adhesão do Governo da Federação Australiana á Convenção Internacional para a protecção da propriedade industrial, assignada em Washington a 2 de Junho de 1911.....	27

Decreto n. 17.079, de 21 de Outubro de 1923 — Publica a annullação de adhesão dos Alauitas á Convenção Postal Universal de Madrid de 1920.....	28
Decreto n. 17.080, de 21 de Outubro de 1925 — Publica a adhesão da Lethonia a Actos da União para a Protecção da Propriedade Industrial.....	29
Decreto n. 17.081, de 21 de Outubro de 1925 — Faz publico o deposito de ratificação, por parte da Venezuela, do Tratado para evitar ou prevenir conflictos entre os Estados Americanos, assignado em Santiago do Chile, em 1923.....	30
Decreto n. 17.082, de 21 de Outubro de 1925 — Faz publico o deposito de ratificação, pelos Estados Unidos da America, da Convenção para a protecção das marcas de fabrica, commercio, agricultura e nomes commerciaes, assignada em Santiago do Chile a 3 de Maio de 1923.....	31
Decreto n. 17.083, de 21 de Outubro de 1925 — Faz publico o deposito de ratificação, pela Republica do Salvador, de Convenções assignadas na V Conferencia Pan-Americana, em Santiago do Chile.....	33
Decreto n. 17.120, de 18 de Novembro de 1925 — Crêa um Consulado Honorario em Sevilha.....	33
Decreto n. 17.121, de 18 de Novembro de 1925 — Faz publico o deposito de ratificação, por parte dos Estados Unidos da America, de Actos assignados na V Conferencia Pan-Americana de Santiago do Chile, em 1923.....	34
Decreto n. 17.122, de 18 de Novembro de 1925 — Faz publico o deposito de ratificação, por parte do Chile, do Tratado para evitar ou prevenir conflictos entre os Estados Americanos, assignado em Santiago a 3 de Maio de 1923.....	34
Decreto n. 17.215, de 10 de Fevereiro de 1926 — Publica a adhesão do Japão á Convenção Internacional para a repressão do trafico de brancas.....	35
Decreto n. 17.216, de 10 de Fevereiro de 1926 — Publica a adhesão da China á Convenção Internacional para a repressão do trafico de brancas.....	36
Decreto n. 17.217, de 10 de Fevereiro de 1926 — Publica a adhesão da Irlanda á Convenção Internacional para protecção da propriedade industrial.....	37
Decreto n. 17.218, de 10 de Fevereiro de 1926 — Crêa um Consulado Honorario em Santarém, Republica Portuguesa.....	38
Decreto n. 17.219, de 10 de Fevereiro de 1926 — Promulga os Actos firmados no VIII Congresso da União Postal Universal, em Stockholmo, em 1924.....	38
Decreto n. 17.280, de 14 de Abril de 1926 — Publica a denuncia, pela Grã-Bretanha de uma das Convenções assignadas em Haya, em 1907.....	327
Decreto n. 17.281, de 14 de Abril de 1926 — Publica a adhesão da China ás Convenções de Bruxellas para a permuta de documentos officiaes e outras publicações.....	328
Decreto n. 17.282, de 14 de Abril de 1926 — Publica a adhesão da Suissa á Convenção para a repressão do trafico de brancas.....	329
Decreto n. 17.283, de 14 de Abril de 1926 — Crêa um Consulado Honorario em Palm Beach, na Republica dos Estados Unidos da America.....	330

N. 3

CIRCULARES

Circular n. 7, de 6 de Maio de 1925, ao Corpo Diplomatico Estrangeiro, completando informações sobre franquia aduaneira.....	331
Circular n. 11, de 5 de Outubro de 1925, aos Corpos Diplomatico e Consular Brasileiros, sobre comprovação de despesas, autorizadas pela verba "Extraordinarias no Exterior".....	332

	Pags.
Circular n. 12, de 23 de Novembro de 1925, ao Corpo Consular Brasileiro, sobre importação de plantas e sementes para fins medicinaes.....	332
Circular n. 11 A, de 15 de Dezembro de 1925, ao Corpo Consular Brasileiro, sobre notas nas cadernetas-matriculas de tripulantes de embarcações brasileiras....	333
Circular n. 12 A, de 15 de Dezembro de 1925, ao Corpo Consular Brasileiro, sobre transporte de immigrants.....	333
Circular n. 13, de 29 de Dezembro de 1925, ao Corpo Consular Brasileiro, sobre interpretação do Regulamento de Defesa Sanitaria Vegetal.....	334
Circular n. 14, de 29 de Dezembro de 1925, ao Corpo Diplomatico e Consular Brasileiros, sobre apresentação á Secretaria de Estado.....	336
Circular n. 1, de 16 de Janeiro de 1926, ao Corpo Consular Brasileiro, sobre a entrada de immigrants no territorio nacional.....	336
Circular n. 4, de 22 de Fevereiro de 1926, ao Corpo Consular Brasileiro, dando esclarecimentos sobre a expedição de factura para os "colis-postaux".....	339
Circular n. 5, de 12 de Março de 1926, ao Corpo Consular Brasileiro, sobre importação de sementes de linho.....	340
Circular n. 6, de 16 de Março de 1926, ao Corpo Consular Brasileiro, sobre gratuidade dos "vistos" nos documentos que acompanham os passaportes.....	341
Circular n. 7, de 24 de Março de 1926, ao Corpo Consular Brasileiro, sobre facturas commerciaes.....	341
Circular n. 8, de 31 de Março de 1926, ao Corpo Consular Brasileiro, em additamento á Circular n. 12, de 15 de Dezembro de 1925.....	342
Circular n. 10, de 29 de Abril de 1926, ao Corpo Consular, em additamento á Circular n. 12, de 15 de Dezembro de 1925.....	433

ANNEXO D

CONTABILIDADE

Renda Consular em 1925.....	3
Movimento de estampilhas, a cargo da Secção de Contabilidade, no exercicio de 1925.....	15
Resumo das tabellas do orçamento da despesa do Ministerio das Relações Exteriores para o exercicio de 1925.....	17
Tabellas explicativas do orçamento do Ministerio das Relações Exteriores para o exercicio de 1925.....	19
Proposta do orçamento do Ministerio das Relações Exteriores para 1927.....	35

ANNEXO E

MONTEPIO

Quadro dos contribuintes do montepio dos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores, que falleceram e a cujas familias foram abonadas quantias para funeral ou luto e pensões, desde 1890 até 30 de Abril de 1925.....	3
--	---

ANNEXO B

Quadros do pessoal da Secretaria de Estado, do Corpo diplomatico e do Corpo consular do Brasil. —

Quadro do Corpo diplomatico acreditado no Brasil.

— Quadro do Corpo consular estrangeiro.

N. 1

Quadro do pessoal da Secretaria de Estado das Relações Exteriores

EM 30 DE ABRIL DE 1926

Ministro de Estado

JOSÉ FELIX ALVES PACHECO, Ministro de Estado.

Gabinete do Ministro

SEBASTIÃO SAMPAIO, Consul Geral, Chefe do Gabinete.

JOAQUIM EULALIO DO NASCIMENTO SILVA, Consul de 1ª Classe, Oficial de Gabinete.

MARIO DE BARROS E VASCONCELLOS, Primeiro Official, em comissão no Gabinete.

ACYR DO NASCIMENTO PAES, Segundo Official, Auxiliar.

MOACYR RIBEIRO BRIGGS, Terceiro Official, Auxiliar.

PERILLO GOMES, Terceiro Official, Auxiliar.

ADHEMAR MELLO, Auxiliar de Consulado, Addido.

Directoria de Contabilidade

LUIZ PEREIRA FERREIRA DE FARO JUNIOR, em comissão, Director.

ANTONIO DE SÃO CLEMENTE, Primeiro Official.

HENRIQUE PINHEIRO DE VASCONCELLOS, Primeiro Official.

FERNANDO DE SOUZA DANTAS, Primeiro Official, em licença.

RENATO DE LACERDA LAGO, Primeiro Official.

FRANCISCO DE MIRANDA MASCARENHAS, Segundo Official.

HEITOR COLLET, Segundo Official, em licença.

PEDRO DE PARANAGUÁ, Terceiro Official.

IVAN GALVÃO, Terceiro Official.

MAURO PONTES, Terceiro Official, em commissão como Segundo Official.

MARIA JOSÉ PINHEIRO DE VASCONCELLOS, Terceiro Official.

NARCEZ DE LIMA FERREIRA, Terceiro Official.

FABIO ANTÃO DE MEDEIROS MUNIZ, Dactylographo, em commissão como Terceiro Official.

Directoria Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos

ZACARIAS DE GÓES CARVALHO, Director Geral.

FERNANDO LOBO, 2º Official, Auxiliar de Gabinete.

Secção do Protocollo

HENRIQUE JOSÉ DE SAULES, Director.

AYRES DE MAYA MONTEIRO, Primeiro Official.

LUIZ GUIMARÃES FERNANDES PINHEIRO, Segundo Official.

ORLANDO GUERREIRO DE CASTRO, Terceiro Official.

MURILLO TASSO FRAGOSO, Terceiro Official.

GASPAR DE ARAUJO MONTEVERDE, Calligrapho.

GEORGINA MARTINS, Dactylographa, em commissão como Terceiro Official.

Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da America

MANOEL COELHO RODRIGUES, Director.

LUIZ CARLOS DE ANDRADE FILHO, Primeiro Official.

RONALD DE CARVALHO, Segundo Official.

..... Terceiro Official.

Secção dos Negocios Politicos e Diplomaticos da Europa e Asia

RAPHAEL DE MAYRINCK, Director.

MAURICIO NABUCO, Primeiro Official.

AFFONSO BARBOSA DE ALMEIDA PORTUGAL, Segundo Official.

MANOEL MOREIRA DE BARROS E SILVA, Terceiro Official.
MARIA ANTONIETTA DE ARAUJO JORGE, Dactylographa.

Secção dos Limites e Actos Internacionaes

ARTHUR GUIMARÃES DE ARAUJO JORGE, Director.
MARIO DE BARROS E VASCONCELLOS, Primeiro Official, em com-
missão no Gabinete do Ministro.
HILDEBRANDO POMPEU PINTO ACCIOLY, Primeiro Official,
ausente, em commissão junto á Liga das Nações.
OSWALDO DE MORAES CORRÊA, Segundo Official.
EDGARDO BARBEDO, Segundo Official.
JORGE LATOUR, Terceiro Official, ausente.
MURILLO DE MIRANDA BASTO, Cartographo interino.
ESTEVÃO MERCURIN, Zelador da Mappotheca.
CECILIA PEREIRA LEITE, Dactylographa.

Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares

RAUL ADALBERTO DE CAMPOS, Director Geral, ausente.
HENRIQUE PECEGUEIRO DO AMARAL, Auxiliar de Gabinete, Pri-
meiro Official.
ALICE DE HOFFBAUER ANTUNES, Dactylographa.

Secção dos Negocios Commerciaes e Consulares da America

SYLVIO ROMERO, filho, Director.
HENRIQUE PECEGUEIRO DO AMARAL, Primeiro Official (serve na
Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares).
JUVENAL MEIRELLES MESQUITA, Segundo Official.
ADRIANO DE SOUZA QUARTIM, Segundo Official.
RAUL BRAGA DE AZEVEDO, Terceiro Official,) em licença.

Secção dos Negocios Commerciaes e Consulares da Europa Asia, Africa, e Oceania

GREGORIO PECEGUEIRO DO AMARAL, Director (em commissão
como Director Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares).

MANOEL RAYMUNDO DE MENEZES, Primeiro Official.
CESAR DE MESQUITA SERVA, Segundo Official.
AFFONSO LOPES DE ALMEIDA, Terceiro Official, ausente.

Secção do Archivo e da Bibliotheca

NAPOLÉÃO REYS, Director.
RODOLPHO GONÇALVES DE SIQUEIRA, Primeiro Official.
..... Segundo Official.
..... Terceiro Official.
LUIZ ESTEVES DE ALMEIDA, Conservador do Archivo e da Bibliotheca.
CARLOS ALBERTO GARCEZ PALHA, Ajudante do Conservador.

Portaria

BRAZ JOSÉ DE OLIVEIRA, Porteiro.
CARLOS SALGADO, Ajudante do Porteiro.
AMERICO VENTURA RODRIGUES, Continuo.
SALVADOR FELIPE GONZALEZ, idem.
AMPHILOQUIO TEIXEIRA ALVES, idem.
BERNARDINO JOSÉ BARROZO PEREIRA, idem.
FRANCISCO DE PAULA DA SILVA BRAGA, idem.
JOÃO OPYTACIANO DOS SANTOS, idem.
CLODOMIRO FERRAZ, idem.
HORACIO JOSÉ ROSA, idem.
EUCLYDES JOSÉ TAVARES, idem.
FRANCISCO JOSÉ GONÇALVES, idem.
ANTONIO JOAQUIM DE SOUZA, Correio.
EUSTACHIO TORRES ESTRUC, idem.
BENIGNA SANTOS, Telephonista.

N. 2

Quadro do Corpo Diplomatico Brasileiro

EM 30 DE ABRIL DE 1926

ASSUMPÇÃO

PARAGUAY

ANNIBAL VELLOSO REBELLO, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, designado.

GUSTAVO DE VIANNA KELSCH, Primeiro Secretario, ausente.

MARIO DA COSTA GUIMARÃES, Segundo Secretario, removido para Haya.

BERLIM

ALLEMANHA

ADALBERTO GUERRA DUVAL, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, ausente.

LOURIVAL DE GUILLOBEL, Primeiro Secretario, serve de Encarregado de Negocios.

JOÃO DE AVELLAR MAGALHÃES CALVET, Segundo Secretario, removido para Lisboa.

ABELARDO BRETANHA BUENO DO PRADO, Segundo Secretario designado.

BERNA

SUISSA

RAUL PARANHOS DO RIO BRANCO, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

....., Primeiro Secretario.

THEMISTOCLES DA GRAÇA ARANHA, Segundo Secretario.

JOAQUIM DE SOUZA LEÃO FILHO, Segundo Secretario, removido para Londres.

BOGOTA'

COLOMBIA

PEDRO DE MORAES BARROS, Ministro Residente, nomeado.

ARGEU DE SEGADAS MACHADO GUIMARÃES, Segundo Secretario, serve de Encarregado de Negocios.

BRUXELLAS

BELGICA

ALFREDO DE BARROS MOREIRA, Embaixador, posto em disponibilidade.

RAUL FERNANDES, Embaixador, nomeado.

MARIO PIMENTEL BRANDÃO (Conselheiro), Primeiro Secretario, removido para a Delegação junto á Liga das Nações.

LUIZ AVELINO GURGEL DO AMARAL, Primeiro Secretario, designado.

CARLOS ELIAS DE LATORRE LISBOA, Segundo Secretario, posto em disponibilidade.

CARLOS ALVES DE SOUZA FILHO, Segundo Secretario, designado.

BUENOS AIRES

ARGENTINA

JOSÉ DE PAULA RODRIGUES ALVES, Embaixador, nomeado.

GASTÃO PARANHOS DO RIO BRANCO, Primeiro Secretario (serve de Encarregado de Negocios).

AMERICO GALVÃO BUENO, Segundo Secretario (serve interinamente de Encarregado de Negocios em La Paz).

JORGE OLYNTHO DE OLIVEIRA, Segundo Secretario, removido para Praga.

CAIRO

EGYPTO

JOSÉ FRANCISCO DE BARROS PIMENTEL, Ministro Residente.
JACOME BAGGI DE BERENGUER CESAR, Segundo Secretario, designado.

CARACAS

VENEZUELA

CARLOS DE ROSTAING LISBOA, nomeado Ministro Residente.
ABELARDO BRETANHA BUENO DO PRADO, Segundo Secretario removido para Berlim. (Serve de Encarregado de Negocios).

COPENHAGUE

DINAMARCA

LUCILLO ANTONIO DA CUNHA BUENO, Ministro Residente.
RUBENS FERREIRA DE MELLO, Segundo Secretario.

GENEBRA

DELEGAÇÃO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À LIGA DAS NAÇÕES

AFRANIO DE MELLO FRANCO, Embaixador.

FREDERICO DE CASTELLO BRANCO CLARK, Ministro Residente, promovido a Enviado Extraordinario na Bolivia.

JOSÉ JOAQUIM DE LIMA E SILVA MONIZ DE ARAGÃO, Ministro Residente, nomeado.

HILDEBRANDO POMPÊO PINTO ACCIOLY, Primeiro Secretario (1º Official da Secretaria de Estado, em commissão).

MARIO PIMENTEL BRANDÃO, Primeiro Secretario (Conselheiro), designado.

SYLVIO RANGEL DE CASTRO, Segundo Secretario.

HEITOR LYRA, Segundo Secretario.

HAVANA

CUBA

..... Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

CARLOS DA SILVEIRA MARTINS RAMOS, Segundo Secretario (serve de Encarregado de Negocios).

HAYA

HOLLANDA

LUIZ GUIMARÃES FILHO, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

OCTAVIO FIALHO, Primeiro Secretario.

MARIO DA COSTA GUIMARÃES, Segundo Secretario, designado.

LA PAZ

BOLIVIA

FREDERICO DE CASTELLO BRANCO CLARK, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, nomeado.

GALVÃO BUENO, Segundo Secretario (serve de Encarregado de Negocios).

LIMA

PERÚ

FELIX DE BARROS CAVALCANTI DE LACERDA, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, designado.

PEDRO DE MORAES BARROS, Primeiro Secretario, promovido a Ministro Residente na Colombia. (Serve de Encarregado de Negocios).

JARBAS LORETTI DA SILVA LIMA, Primeiro Secretario, designado.

RUY PINHEIRO GUIMARÃES, Segundo Secretario, servindo provisoriamente em Quito.

LISBOA

PORTUGAL

JOSÉ MANOEL CARDOSO DE OLIVEIRA, Embaixador.

LAFAYETTE DE CARVALHO E SILVA, Primeiro Secretario.

JOÃO DE AVELLAR MAGALHÃES CALVET, Segundo Secretario, designado.

THEMISTOCLES DA GRAÇA ARANHA, Segundo Secretario, serve provisoriamente em Berna.

MARIO DE LIMA BARBOSA, Segundo Secretario, designado.

LONDRES

GRÃ-BRETANHA

RAUL REGIS DE OLIVEIRA, Embaixador.

CARLOS MARTINS PEREIRA E SOUZA, Primeiro Secretario (Conselheiro).

SAMUEL DE SOUZA LEÃO GRACIE, Primeiro Secretario (Conselheiro), designado.

LUIZ AVELINO GURGEL DO AMARAL, Primeiro Secretario, removido para Bruxellas.

ANTONIO CAMILLO FILHO, Segundo Secretario, removido para a Embaixada junto a Santa Sé.

JOAQUIM DE SOUZA LEÃO FILHO, Segundo Secretario, designado.

DJALMA PINTO RIBEIRO LESSA, Segundo Secretario, designado.

MADRID

ESPAÑHA

HYPPOLYTO PACHECO ALVES DE ARAUJO, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

EDUARDO DE LIMA RAMOS, Primeiro Secretario (Conselheiro), designado.

JARBAS LORETTI DA SILVA LIMA, Primeiro Secretario, removido para Lima.

JOSÉ ROBERTO DE MACEDO SOARES, Segundo Secretario.

ANTONIO MOREIRA DE ABREU, Segundo Secretario.

MEXICO

MEXICO

ANTONIO AUGUSTO DE BRIENNE CARNEIRO DO NASCIMENTO
FEITOSA, Embaixador.

....., Primeiro Secretario.

LABIENNO SALGADO DOS SANTOS, Segundo Secretario, designado.

JACOME BAGGI DE BERENGUER CESAR, Segundo Secretario, remo-
vido para o Cairo.

MONTEVIDEO

URUGUAY

JOSÉ THOMAZ NABUCO DE GOUVÊA, Enviado Extraordinario e
Ministro Plenipotenciario (em missão especial).

CARLOS TAYLOR, Primeiro Secretario, designado.

MARIO DE LIMA BARBOSA, Segundo Secretario, removido para
Lisbôa.

AFRANIO DE MELLO FRANCO FILHO, Segundo Secretario, nomeado

OSLO

NORUEGA

ALBERTO JORGE DE IPANEMA MOREIRA, Ministro Residente.
JOSÉ DE ALENCAR NETTO, Segundo Secretario.

PARIS

FRANÇA

LUIZ MARTINS DE SOUZA DANTAS, Embaixador.

PEDRO LEÃO VELLOSO NETO, Primeiro Secretario (Conselheiro)

CARLOS TAYLOR, Primeiro Secretario, removido para Monte-
vidéo.

CARLOS CELSO DE OURO PRETO, Segundo Secretario, promovido
a Primeiro Secretario e designado para Santiago do Chile.

JOÃO RUY BARBOSA, Segundo Secretario.

TRAJANO MEDEIROS DO PAÇO, Segundo Secretario.

PEKIM

CHINA

....., Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

....., Segundo Secretario.

PRAGA

TCHECOSLOVAQUIA

MARIO DE BELFORT RAMOS, Tchecoslovaquia, designado.

CARLOS ALBERTO DE MONIZ GORDILHO, Primeiro Secretario, serve de Encarregado de Negocios.

DJALMA PINTO RIBEIRO LESSA, Segundo Secretario, removido para Londres.

JORGE OLYNTHO DE OLIVEIRA, Segundo Secretario, designado.

ROMA

ITALIA (QUIRINAL)

OSCAR DE TEFFÉ, Embaixador (no Brasil em férias).

PAULO COELHO DE ALMEIDA, Primeiro Secretario, removido para Washington (serve de Encarregado de Negocios).

JOÃO SEVERIANO DA FONSECA HERMES FILHO, Primeiro Secretario, designado.

LABIENNO SALGADO DOS SANTOS, Segundo Secretario, removido para o Mexico.

CYRO DE FREITAS VALLE, Segundo Secretario, designado.

LEOPOLDO TEIXEIRA LEITE FILHO, Segundo Secretario, removido para Washington.

ARTHUR DOS GUIMARÃES BASTOS, Segundo Secretario, designado.

QUITO

EQUADOR

ARMINIO DE MELLO FRANCO, Ministro Residente (ausente).

RUY PINHEIRO GUIMARÃES, Segundo Secretario (serve de Encarregado de Negocios).

SANTA SÉ

ITALIA (VATICANO)

CARLOS MAGALHÃES DE AZEREDO, Embaixador.

EDUARDO DE LIMA RAMOS, Primeiro Secretario (Conselheiro), removido para Madrid.

JERONYMO DE A. FIGUEIRA DE MELLO, Primeiro Secretario (Conselheiro), designado.

ANTONIO CAMILLO DE OLIVEIRA, Segundo Secretario, designado.

CARLOS MAXIMIANO DE FIGUEIREDO, Segundo Secretario, removido para Stockholm.

SANTIAGO

CHILE

ABELARDO RÔÇAS, Embaixador.

CARLOS CELSO DE OURO PRETO, Primeiro Secretario, designado.

ANTONIO BARROSO FERNANDES FILHO, Segundo Secretario.

STOCKHOLMO

SUECIA

ALFREDO DE ALMEIDA BRANDÃO, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

CARLOS MAXIMIANO DE FIGUEIREDO, Segundo Secretario, designado.

ARTHUR DOS GUIMARÃES BASTOS, Segundo Secretario, removido para Roma.

TOKIO

JAPÃO

RINALDO DE LIMA E SILVA, Embaixador.

....., Primeiro Secretario.

GUSTAVO MATTOS DE SOUZA BANDEIRA, Segundo Secretario, posto em disponibilidade.

VARSOVIA

POLONIA

ALCIBIADES PEÇANHA, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

CARLOS ALBERTO DE MONIZ GORDILHO, Primeiro Secretario (servindo interinamente em Praga).

ILDEU VAZ DE MELLO, Segundo Secretario, em commissão no Brasil.

VIENNA

AUSTRIA

LUIZ DE LIMA E SILVA, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, designado.

ANTONIO JOSÉ DO AMARAL MURTINHO, Primeiro Secretario (serve de Encarregado de Negocios).

RUBENS DUNHAM, Segundo Secretario.

WASHINGTON

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

SILVINO GURGEL DO AMARAL, (Embaixador).

PAULO COELHO DE ALMEIDA, Primeiro Secretario, designado.

LEOPOLDO TEIXEIRA LEITE FILHO, Segundo Secretario, designado.

ROBERTO MENDES GONÇALVES, Segundo Secretario.

SEM POSTO

EPAMINONDAS LEITE CHERMONT (Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario).

OCTAVIO DE TEFFÉ VON HOONHOLTZ (Primeiro Secretario).

N. 3

Quadro do Corpo Diplomatico acreditado no Brasil

EM 30 DE ABRIL DE 1926

ALLEMANHA

HUBERT KNIPPING, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

KARL PISTOR, Conselheiro de Legação.

DR. HANS KASTNER, Secretario de Legação, ausente.

DR. W. KRAUEL, Secretario de Legação.

AMERICA (Estados Unidos da)

EDWIN VERNON MORGAN, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

CAPITÃO DE FRAGATA WILLIAM T. MALLISON, Addido Naval.

CAPITÃO HUGH BARCLAY, Addido Militar, ausente.

DR. WILLIAM L. SCHURZ, Addido Commercial.

THOMAS LEONARD DANIELS, Secretario de Embaixada.

A. OGDEN PIERROT, Addido Commercial Adjuncto.

ARGENTINA

DR. ANTONIO MORA Y ARAUJO, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

DR. HONORIO LEGUIZAMÓN PONDAL, Conselheiro de Embaixada, nomeado.

CAPITÃO DE FRAGATA MARIO FINCATI, Addido Naval.

COMMANDANTE HERMENEGILDO TOCAGNI, Addido Militar.

AUSTRIA

ANTON RETSCHEK, Ministro Residente.
KARL KLETTE, Director de Chancellaria.

BELGICA

PAUL MAY, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.
EDUARDO DE STREEL, Secretario de Embaixada.

BOLIVIA

DR. ADOLFO FLORES, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, ausente.
JULIO TELLEZ REYES, Encarregado de Negocios.
COMMANDANTE CARLOS GRAÑA, Addido Militar, nomeado.

CHILE

ALFREDO IRARRAZAVAL ZAÑARTU, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.
DR. MANUEL BIANCHI, Conselheiro de Embaixada.
HIPOLITO SERRUYS, Secretario de Embaixada.
TENENTE-CORONEL AGUSTIN BENEDICTO, Addido Militar.
GUILLERMO MEDINA LABRA, Addido Commercial.

CHINA

SHIA YI-DING, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, ausente.
OU TSIN-SHUING, Primeiro Secretario de Legação.
TSIANG TCHONG TSIEN, Segundo Secretario de Legação.
LIOU NAI-TCHIUN, Addido, ausente.

COLOMBIA

DR. LAUREANO GARCIA ORTIZ, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.
TENENTE-CORONEL JORGE MERCADO, Addido Militar.

CUBA

DR. JOSÉ A. BARNET Y VINAGERAS, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

DR. JOSÉ LUIZ GOMES GARRIGA, Primeiro Secretario de Legação, ausente.

DINAMARCA

OTTO CARL MOHR, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

A. C. FENSMARDK, Secretario da Legação.

DOMINICANA (Republica)

TULIO M. CESTERO, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

JULIO GONZALEZ HERRERA, Primeiro Secretario, nomeado.

EGYPTO

MOHAMMED ALI MAGHRABI PACHA, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

RAMSÉS CHAFFEY, Secretario de Legação.

MOHAMMED NAGHI, Addido.

EQUADOR

DR. RAFAEL MARIA ARIZAGA, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, ausente.

TOMAS VEGA TORAL, Secretario de Legação, ausente.

(Os archivos da Legação acham-se confiados ao Consulado da Republica do Equador.)

ESPAÑHA

ANTONIO BENITEZ, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

CARLOS ARCOS Y CUADRA, CONDE DE BAILEN, Secretario de Embaixada.

COMMANDANTE JULIAN CHACEL NORMA, Addido Militar, ausente.

DR. EMILIO BOIX, Addido Commercial.

FRANÇA

ALEXANDRE ROBERT CONTY, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

LOUIS DE ROBIEN, Primeiro Secretario de Embaixada, nomeado.

BARÃO JACQUES DE MARICOURT, Segundo Secretario de Embaixada.

PAUL PLOTON, Addido Commercial.

GRAN-BRETANHA

SIR BEILBY FRANCIS ALSTON, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

PATRICK RAMSAY, Conselheiro de Embaixada.

CAPITÃO J. S. C. SALMOND, Addido Naval, ausente.

CORONEL G. R. V. KINSMAN, Addido Militar, ausente.

COMMANDANTE A. V. BETTINGTON, Addido Aereo.

ERNEST HAMBLOCK, Primeiro Secretario Commercial.

ROBERT GEORGE HOWE, Segundo Secretario de Embaixada.

T. J. KENNY, Chancellor, f. f. de Secretario.

GUATEMALA

DR. EDUARDO POIRIER, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, ausente.

ITALIA

CAVALHEIRO GIULIO CESARE MONTAGNA, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

NOBILE OTTAVIO DE PEPPA, Conselheiro de Embaixada, nomeado.

GUIDO CROLLA, Secretario de Embaixada, nomeado.

GUGLIELMO DELLA FONTANA, Segundo Secretario.

CORONEL DOMENICO SICILIANI, Addido Militar, ausente.

GALEAZZO CIANO, Addido.

DR. UMBERTO TOMIZZOLI, Conselheiro de Emigração, residente em São Paulo.

JAPÃO

SHICHITA TATSUKE, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

RIOJI NODA, Primeiro Secretario de Embaixada, ausente.
TOYOKICHI FUKUMA, Terceiro Secretario de Embaixada.
SUETAKA HAYAO, Secretario-Interprete de Embaixada, nomeado.
CAPITÃO DE FRAGATA GUMPEI SEKINE, Addido Naval.

MEXICO

GENERAL PASCUAL ORTIZ RUBIO, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

RODOLFO ARTURO NERVO, Conselheiro de Embaixada.
OCTAVIO REYES SPINDOLA, Segundo Secretario de Embaixada.
CAPITÃO FRANCISCO GONZALEZ SWAIN, Addido Militar, ausente

NORUEGA

F. HERMAN GADE, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, ausente.

C. F. SANDSBERG, Conselheiro Commercial, Encarregado de Negocios.

REIDAR SOLUM, Conselheiro de Legação, f.f. de Secretario.

PANAMÁ

BELISARIO PORRAS, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, ausente.

PARAGUAY

ROGELIO IBARRA, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, ausente.

TENENTE-CORONEL JOSÉ J. SANCHES, Addido Militar.

(Os Negocios da Legação acham-se confiados ao Senhor Tenente-Coronel José J. Sanches, Addido Militar.)

PAIZES BAIXOS

CAVALHEIRO CHARLES DE RAPPARD, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

BARÃO DE BREUGEL DOUGLAS, Secretario de Legação.

ALOIS WAWRA, Secretario Consular, Addido á Legação dos Paizes Baixos pelo Governo Hungaro, ausente.

(A' Legação dos Paizes Baixos está confiada a protecção dos interesses húngaros no Brasil).

PERÚ

VICTOR M. MAURTUA, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

ENRIQUE BUSTAMANTE Y BALLIVIÁN, Primeiro Secretario de Legação.

GONZALO ULLOA, Segundo Secretario de Legação.

TENENTE-CORONEL RODRIGO ZARATE, Addido Militar, ausente.

POLONIA

NICOLAS JURYSTOWSKI, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

GEORGES WARCHALOWSKI, Segundo Secretario de Legação.

PORTUGAL

DR. DUARTE LEITE PEREIRA DA SILVA, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario.

DR. JOAQUIM PEDROSO, Conselheiro de Embaixada, ausente.

DR. JOÃO DE LEBRE E LIMA, Terceiro Secretario, ausente.

DR. MANUEL DE ANTAS D'OLIVEIRA, Terceiro Secretario, f.f. de Primeiro Secretario.

SANTA SÉ

....., Nuncio Apostolico.

MONSENHOR EGIDIO LARI, Auditor da Nunciatura, Encarregado de Negocios.

SUECIA

JOHAN THEODOR PAUES, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

SUISSA

ALBERT GERTSCH, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

CHARLES REDARD, Secretario de Legação, Addido Commercial.
(A' Legação da Suissa está confiada a protecção dos interesses liechtensteiwenses no Brasil).

TCHecosLOVAQUIA

DR. VLASTIMIL KYBAL, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

DR. KAREL DITTRICH, Secretario de Legação.

DR. VACLAW KRESTA, Secretario de Legação.

URUGUAY

DIONISIO RAMOS MONTERO, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

DR. JUAN JOSÉ CAMPISTEGUY, Primeiro Secretario de Legação.

DIONISIO RAMOS MONTERO (FILHO), Segundo Secretario de Legação.

VENEZUELA

DR. JOSÉ ABEL MONTILLA, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.

JULIO A. MICHELENA, Primeiro Secretario de Legação, ausente.

DR. AUGUSTIN VILLANUEVA MATA, Secretario de Legação.

N. 4

Quadro do Corpo Consular Brasileiro

EM 30 DE ABRIL DE 1926

ALLEMANHA

ALTONA

CONSULADO HONORARIO

RODOLPHO RICHTER, Consul.

..... Vice-Consul.

BADEN-BADEN

CONSULADO HONORARIO

CARLOS RENAUX, Consul.

RUDOLF SCHERRER, Vice-Consul.

BERLIM

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

DR. BENTO CARVALHO DO PAÇO, Consul Geral.

GEORG BIRBAUM, Vice-Consul.

ARTHUR IBERÊ DE LEMOS, Auxiliar.

BONN

CONSULADO HONORARIO

OTTO MATTEIS, Consul.

OTTO QUELLE, Vice-Consul.

BREMEN

CONSULADO DE CARREIRA

OSCAR BERNADINO PARANHOS DA SILVA, Consul.

HENRIQUE SCHÜLER, Auxiliar, Vice-Consul.

COLONIA

CONSULADO HONORARIO

....., Consul.

....., Vice-Consul.

PEDRO DE ALCANTARA NABUCO DE ABREU FILHO, Encarregado.

DRESDEN

CONSULADO HONORARIO

Dr. ATALIBA FLORENCE, Consul.

HENRY LACHMUND, Vice-Consul.

ELBERFELD

CONSULADO HONORARIO

JOÃO PAULINO DE SIQUEIRA CAMPOS, Consul.

ALFRED KEETMAN, Vice-Consul.

FRANCFORT S/M

VICE-CONSULADO HONORARIO

BERNARD STAUB ZUBERBÜHLER, Vice-Consul.

CARL HILL, Agente Consular.

HAMBURGO

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

FILINTO ELYSIO RODRIGUES VIANNA DE ABREU, Consul Geral.
....., Consul Adjunto.
....., Vice-Consul.
PEDRO DE ALCANTARA NABUCO DE ABREU FILHO, Auxiliar.
IGNACIO SOARES DE BULHÕES, Auxiliar.
RAUL RIBEIRO DA SILVA, Auxiliar.
RAUL GOMES, Auxiliar.
ORLANDO SCHMIDT CABRAL, Auxiliar.

HANNOVER

CONSULADO HONORARIO

PINDARO TASSO JATAHY, Consul.
....., Vice-Consul.

LEIPZIG

VICE-CONSULADO HONORARIO

VICTOR VARELA, Vice-Consul.
MAX PETZOLD, Agente Consular.

LUBECK

VICE-CONSULADO HONORARIO

....., Vice-Consul.
....., Agente Consular.

MAGDEBURGO

CONSULADO HONORARIO

OTTO DE FREITAS LOEWE, Consul.
HARRO JENSEN, Vice-Consul.

MUNICH

CONSULADO DE CARREIRA

MARIO NAVARRO DA COSTA, Consul.
NARBAL COSTA, Auxiliar, Vice-Consul.
HELLMUTH JOSÉ FLADT, Agente Consular.

NÜREMBERG

CONSULADO HONORARIO

LOUIZ OTTO SCHEYER, Consul.
HERMANN RINGELHOLTZ, Vice-Consul.
OSCAR RUPP, Agente Consular.

STUTTGART

VICE-CONSULADO HONORARIO

EMIL LARGES, Vice-Consul.
MANFRED GRISEBACH, Agente Consular.

ARGENTINA

ALVEAR

CONSULADO DE CARREIRA

CARLOS CARLTON COELHO CINTRA, Consul.
FRANCISCO ARRUE, Vice-Consul.

BAHIA BLANCA

VICE-CONSULADO HONORARIO

LUIZ FERNANDEZ, Vice-Consul.
DR. FLORENTINO AYESTARAN, Agente Consular.

BUENOS AIRES

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

ALCINO SANTOS SILVA (em comissão no Rio de Janeiro),
Consul Geral.

ALFREDO POLZIN, Consul em Newport-News, Consul, encarregado, em comissão.

JOSÉ LAVRADOR, Consul Adjunto.

RAUL CONRADO, Auxiliar, Vice-Consul.

MANOEL GARCIA PARANHOS (em licença), Auxiliar.

EDGARD RANGEL DO MONTE (no Rio), Auxiliar.

CLOVIS GURJÃO, Auxiliar.

DECIO MARTINS COIMBRA, Auxiliar.

CONCEPCIÓN — (TERR. DE MISIONES)

..... Consul, Vice-Consul.

CONCORDIA

CONSULADO HONORARIO

JOSÉ DE ALMEIDA ARAUJO, Consul.

....., Vice-Consul.

CORRIENTES

CONSULADO HONORARIO

ARMANDO MÜLLER DOS REIS, Consul.

....., Vice-Consul.

LA PLATA

VICE-CONSULADO HONORARIO

ARTURO COSTA ALVAREZ, Vice-Consul.

ARTURO COSTA ALVAREZ, hijo, Agente Consular.

MONTE CASEROS

VICE-CONSULADO HONORARIO

PEDRILHO PINTO DE CARVALHO, Vice-Consul.

NEMESIO ALCIBIADES DE CARVALHO, Agente Consular.

PASO DE LOS LIBRES

CONSULADO DE CARREIRA

DEMETRIO DE TOLEDO (ausente), Consul.

CARLOS CARTELL (Enc. do Cons.), Vice-Consul.

POSADAS

CONSULADO DE CARREIRA

MANUEL DE OLIVEIRA COSTA (ausente), Consul.

JOAQUIM MARIA PEDREIRA JUNIOR, Consul encarregado.

ISRAEL ROSSI, Agente Consular.

ROSARIO DE SANTA FÉ

CONSULADO DE CARREIRA

SOCRATES MOGLIA, Consul.

JULIO MIRELIS GARCIA, Auxiliar, Vice-Consul.

SANTO TOMÉ

CONSULADO DE CARREIRA

DR. PROTASIO BAPTISTA GONÇALVES, Consul.

LUCIO PATRICIO SCHIAVO, Agente Consular.

AUSTRIA

GRAZ

CONSULADO HONORARIO

JULINS GERSTL, Consul.

KARL ZILZ, Vice-Consul.

INNSBRUCK

VICE-CONSULADO HONORARIO

WILHELM HEIZENAM, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

LINZ

VICE-CONSULADO HONORARIO

ALOIS GROSSAUER, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

VIENNA

CONSULADO DE CARREIRA

ANNIBAL DE SABOIA LIMA, Consul.

FRANCISCO GUALBERTO DE OLIVEIRA FILHO, Auxiliar, Vice-Consul.

BELGICA

ANTUERPIA

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

JOSÉ MARIA DE CAMPOS PARADEDA, Consul Geral.

PERICLES BARBOSA LIMA, Consul Adjunto.

NICANOR DAMASIO E MELLO DE OLIVEIRA, Auxiliar, Vice-Consul.

ALEXANDRE GEORLETTE, Auxiliar.

ROBERTO DA NOBREGA BELTRÃO, Auxiliar.

BRUGES

VICE-CONSULADO HONORARIO

....., Vice-Consul.

....., Agente Consular.

BRUXELLAS

CONSULADO DE CARREIRA

ANTONIO FILINTO DE SOUZA BASTOS (Ausente), Consul.

VICTOR THOMAS, Vice-Consul.

NEMESIO DUTRA, Auxiliar, Encarregado do Consulado.

CHARLEROI

VICE-CONSULADO HONORARIO

HENRIQUE GOBBE, Vice-Consul.
PIERRE GOBBE, Agente Consular.

GAND

VICE-CONSULADO HONORARIO

GUSTAVO MOREELS, Vice-Consul.
HENRL WERMDERE, Agente Consular.

LIÈGE

VICE-CONSULADO HONORARIO

MARIO THEODORO VAN DEN BOSCH D'AGUILAR, Vice-Consul.
GEORGE BENEKENS, Agente Consular.

NAMUR

VICE-CONSULADO HONORARIO

ERNESTO PIERARD, Vice-Consul.
AUGUSTO MERSCH, Agente Consular.

OSTENDE

VICE-CONSULADO HONORARIO

GEORGE PERIER, Vice-Consul.
MICHEL VAN DEN KERCKHOVE, Agente Consular.

VERVIERS

VICE-CONSULADO HONORARIO

DESIRÉ GODARD, Vice-Consul.
....., Agente Consular.

BOLIVIA

COBIJA

CONSULADO DE CARREIRA

CANDIDO DE LOUZA (em licença), Consul.

JOÃO REMIGIO FILGUEIRAS, Encarregado do Consulado, Vice-
Consul.

COCHABAMBA

VICE-CONSULADO HONORARIO

DR. MANUEL SALCEDO, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

GUAYARAMERIM

CONSULADO DE CARREIRA

RAUL VACCHIAS, Consul.

DR. JOSÉ DE MENDONÇA LIMA, Vice-Consul.

LA PAZ

CONSULADO HONORARIO

JUAN MUÑOZ REYS, Consul.

ROBERTO ZAPATA, Vice-Consul.

PEDRA BRANCA

VICE-CONSULADO HONORARIO

ESTANISLAU SENSEVE, Vice-consul.

....., Agente Consular.

PORTO SUAREZ

CONSULADO HONORARIO

....., Consul.

....., Vice-Consul.

SANTA CRUZ DE LA SIERRA

CONSULADO HONORARIO

JOSÉ CRONEMBOLD, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

SANTA ROSA DE LAS MINAS

VICE-CONSULADO HONORARIO

CARLOS BURTON, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

SÃO JOSÉ

VICE-CONSULADO HONORARIO

PEDRO RAMIREZ, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

TRINIDAD

VICE-CONSULADO HONORARIO

IGNACIO AGUILERA, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

BULGARIA

SOFIA

CONSULADO HONORARIO

....., Consul.

....., Vice-Consul.

CHILE

CONCEPCIÓN

VICE-CONSULADO HONORARIO

ALBERTO BASTIAN SERIEUX, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

CORONEL

VICE-CONSULADO HONORARIO

JAMES MONKS, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

LOTA

VICE-CONSULADO HONORARIO

JOSIAS ISIDRO WILSON, Vice-Consul.

PEDRO AROSTEGUI, Agente Consular.

PUNTA ARENAS

VICE-CONSULADO HONORARIO

AFFONSO MENENDEZ BELRETY, Vice-Consul.

ALEJANDRO C. ALLEN, Agente Consular.

SANTIAGO

CONSULADO HONORARIO

DOUGLAS STEWART, Consul.

....., Vice-Consul.

TALCAHUANO

VICE-CONSULADO HONORARIO

....., Vice-Consul.

JOSÉ PIMENTEL SALAS, Agente Consular.

VALPARAISO

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

JOSÉ PINTO DA FONSECA GUIMARÃES (ausente), Consul Geral.

....., Vice-Consul.

GUSTAVO ADOLPHO OEHNINGER DE MONTIGHY, Vice-Consul interino.

FERNANDO DE MURTINHO BRAGA, Auxiliar, Encarregado do Consulado Geral.

CHINA

SHANGHAI

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

AUGUSTO SARMENTO PEREIRA BRANDÃO, Consul Geral.
....., Vice-Consul.

TIENTSIN

CONSULADO HONORARIO

LOUIS MACGOWAN, Consul.
....., Vice-Consul.

COLOMBIA

BARRANQUILLA

CONSULADO HONORARIO

J. HENRY HELM, Consul.
....., Vice-Consul.

BOGOTÁ

CONSULADO GERAL HONORARIO

MANOEL MARULANDA, Consul Geral.
DR. ROBERTO URDANETA ARBELAEZ, Vice-Consul.

CALI

CONSULADO HONORARIO

LEONIDAS MARULANDA, Consul.
....., Vice-Consul.

CARTAGENA

CONSULADO HONORARIO

RAMON DEL CASTILLO, Consul.
....., Vice-Consul.

MEDELIN

CONSULADO HONORARIO

MANUEL ESCOBARO, Consul.

....., Vice-Consul.

COSTA RICA

SÃO JOSÉ

CONSULADO HONORARIO

FELIPE HERRERO GARCIA, Consul.

....., Vice-Consul.

CUBA

HAVANA

CONSULADO HONORARIO

DR. GONZALO DE AROSTEGUI, Consul.

....., Vice-Consul.

SANTIAGO

VICE-CONSULADO HONORARIO

DR. FELIPE S. VERANES, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

DINAMARCA E ISLANDIA (Reino Unido da)

AABORG

VICE-CONSULADO HONORARIO

CHRISTOFFER KRAGH, Vice-Consul.

NIELS KRAGH, Agente Consular.

AARHUS

VICE-CONSULADO HONORARIO

FREDERIK LAUSEN, Vice-Consul.

TH. JUNKER, Agente Consular.

COPENHAGUE

CONSULADO DE CARREIRA

HAMILTON PAULINO DA SILVA PIRES, Consul.

ERIK ANDERSEN, Vice-Consul.

ELSENEUR

VICE-CONSULADO HONORARIO

OLE CHRISTIAN OLESEN, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

KOLDING

VICE-CONSULADO HONORARIO

CHRISTIAN FRIIS, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

ODENSE

VICE-CONSULADO HONORARIO

THORVALD ANDERSEN, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

REYKJAVIK

CONSULADO HONORARIO

PJETUR ANDREAS OLAFSSON, Consul.

....., Vice-Consul.

DOMINICANA (Republica)

SANTO DOMINGO

CONSULADO HONORARIO

SILESTRE AYBAR Y NUNEZ, Consul.

GEO POT, Vice-Consul.

EGYPTO

ALEXANDRIA

CONSULADO DE CARREIRA

EDUARDO PORTO OSORIO BORDINI, Consul.

GUSTAVO AGHION, Vice-Consul.

FLORIANO NUNES PEREIRA, Auxiliar.

CAIRO

VICE-CONSULADO HONORARIO

FERNANDO SUAREZ, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

PORT SAID

VICE-CONSULADO HONORARIO

SOLON P. LOISIDIS, Vice-Consul.

NICOLAS MAVRANTONIO, Agente Consular.

EQUADOR

CUENCA

CONSULADO HONORARIO

REMIGIO CRESPO TORAL, Consul.

....., Vice-Consul.

GUAYAQUIL

CONSULADO HONORARIO

JULIO BURBANO ZUNIGA, Consul.
....., Vice-Consul.

LOJA

CONSULADO HONORARIO

AUGUSTIN ARIAS VALDIVIESO, Consul.
....., Vice-Consul.

QUITO

CONSULADO GERAL HONORARIO

RAPHAEL VASCONEZ GOMEZ, Consul Geral.
GABRIEL GARCIA ALCAZAR, Vice-Consul.

ESPAÑHA

ALICANTE

VICE-CONSULADO HONORARIO

GUILLERMO CAMPOS CARRERAS, Vice-Consul.
DOMINGO MARTINEZ BALBOA, Agente Consular.

ALMERIA

VICE-CONSULADO HONORARIO

ADRIAN DE BURGOS Y CUADRILLERO, Vice-Consul.
....., Agente Consular.

BARCELONA

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

DR. JOSÉ MARCELINO DE MORAES BARROS, Consul Geral.
CARLOS MIRANDA DA SILVEIRA LOBO, Consul Adjuncto.
FRANCISCO SEBASTIAN, Vice-Consul.

EUGENIO RAISIN, Auxiliar.

FRANCISCO SEBASTIAN, Auxiliar.

CLAUDIONOR AUGUSTO DE CAMPOS, Auxiliar.

CADIZ

CONSULADO DE CARREIRA

JOSÉ FONSECA FILHO (no Rio), Consul.

FRANCISCO DE ARAMBURÚ E INDA, Vice-Consul.

JUAN SEPULVEDA E GUTIERREZ, Agente Consular.

CAIO EUGENIO DE MORAES BARROS, Auxiliar.

CARTAGENA

VICE-CONSULADO HONORARIO

ANTONIO RAMOS CARRATALA, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

CORDOBA

VICE-CONSULADO HONORARIO

JOSÉ DE RIOJA Y MUNOZ, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

CORUÑA

CONSULADO HONORARIO

JOÃO FERREIRA DE ANDRADE COUTO, Consul.

MANOEL BOTONA Y ENTERRIOS, Vice-Consul.

RICARDO PERNAS VARELA, Agente Consular.

FERROL

VICE-CONSULADO HONORARIO

AUGUSTIN BORRAJO, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

GIJON

VICE-CONSULADO HONORARIO

JOSÉ SALCEDO Y FERNANDEZ, Vice-Consul.
....., Agente-Consular.

GRANADA

VICE-CONSULADO HONORARIO

JOSÉ MAURELL Y LOPEZ, Vice-Consul.
....., Agente Consular.

HUELVA

VICE-CONSULADO HONORARIO

CARLOS FERNANDES DE RATHERMPHE, Vice-Consul.
....., Agente Consular.

JEREZ DE LA FRONTERA

VICE-CONSULADO HONORARIO

PEDRO NOLASCO GONZALEZ, Vice-Consul.
CARLOS SILGE, Agente Consular.

MADRID

CONSULADO DE CARREIRA

ALVARO DA CUNHA, Consul.
AFFONSO CABELLO Y GUILLEN DE TOLEDO, Vice-Consul.

MALAGA

CONSULADO HONORARIO

FRANCISCO CROOKE Y HEREDIA, Consul.
BUENAVENTURA BARRANCO BORCHE, Vice-Consul.

LAS PALMAS (CANARIAS)

CONSULADO HONORARIO

ESTEBAN DE LA TORRE Y VASQUEZ, Consul.
....., Vice-Consul.

PALMA DE MALLORCA

VICE-CONSULADO HONORARIO

BARTOLOMÉ MOREY, Vice-Consul.
MIGUEL OLIVER XAMENA, Vice-Consul, interino.
....., Agente Consular.

SAN SEBASTIAN

CONSULADO HONORARIO

ALFREDO BLAKE DE SANT'ANNA, Consul.
JOSÉ DE EGANA Y MINONDO, Agente Consular.

SANTANDER

VICE-CONSULADO HONORARIO

....., Vice-Consul
FERNANDO GARCIA CASTILHO, Agente Consular.

SEVILHA

VICE-CONSULADO HONORARIO

MANUEL ZAPATA DEL PINO, Vice-Consul.
FERMIN ZAPATA CASTANEDA, Agente Consular.

TARRAGONA

VICE-CONSULADO HONORARIO

MANUEL PEDRÓL SOLE, Vice-Consul.
JORGE PEDRÓL SOLE, Agente Consular.

TENERIFFE

CONSULADO HONORARIO

JUAN YANES Y PERDONO, Consul.
....., Vice-Consul.

TORREVIEJA

VICE-CONSULADO HONORARIO

JOSÉ MORA MARTINEZ, Vice-Consul.
ANTONIO SANCHEZ PACHECO, Agente Consular.

VALENCIA

VICE-CONSULADO HONORARIO

PERCIVAL BURGOWNE STONE, Vice-Consul.
PEDRO VALERO Y ALMUDEVER, Agente Consular.

VIGO

CONSULADO DE CARREIRA

MARIO SAVARD DE SAINT BRISSON MARQUES, Consul.
ANTONIO GONZALEZ DE CASTRO, Vice-Consul.
MANOEL DIAS FERNANDES, Auxiliar.
MARIO ALVES DE MORAES, Auxiliar.

VILLAGARCIA

VICE-CONSULADO HONORARIO

REMIGIO VALLADARES, Vice-Consul.
PEDRO ABAD ABALO, Agente Consular.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA E POSSESSÕES

BALTIMORE

CONSULADO DE CARREIRA

GEORGE WILLIAM CHESTER, Consul.
....., Vice-Consul.

BOSTON

CONSULADO HONORARIO

JAYME MACKAY DE ALMEIDA, Consul.
....., Vice-Consul.

CHARLESTON

VICE-CONSULADO HONORARIO

ROBERT G. RHETT JUNIOR, Vice-Consul.
....., Agente Consular.

CHICAGO

CONSULADO DE CARREIRA

ALVARO DE MAGALHÃES, Consul.
AFFONSO DE LUCA, Vice-Consul.

CLEVELAND

CONSULADO HONORARIO

CARL W. BRAND, Consul.
....., Vice-Consul.

FERNANDINA

VICE-CONSULADO HONORARIO

JOHN BROWN GORDON HALL, Vice-Consul.
....., Agente Consular.

GALVESTON

VICE-CONSULADO HONORARIO

FRED M. BURTON, Vice-Consul.
....., Agente Consular.

HONOLULU (ILHAS DE HAWAII)

CONSULADO HONORARIO

ANTONIO DANIEL DE CASTRO, Consul.

....., Vice-Consul.

JACKSONVILLE

VICE-CONSULADO

JOEL H. TUCKER, Vice-Consul.

HAROLD PAUL BRADY, Agente Consular.

LOS ANGELES

CONSULADO HONORARIO

ARTHUR FERREIRA MACHADO GUIMARÃES, Consul.

....., Vice-Consul.

LOUISVILLE

VICE-CONSULADO HONORARIO

THOMAS S. TULEY, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

MILVILLE

VICE-CONSULADO HONORARIO

GEORGE MALCOLM BOWDEN HARRIES, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

MOBILE

VICE-CONSULADO HONORARIO

T. G. MC. GONIGAL, Vice-Consul.

JOHN BETHUNE DORTCH, Agente Consular.

NEWPORT-NEWS

CONSULADO DE CARREIRA

ALFREDO POLZIN (em comissão no Consulado Geral em Buenos Aires), Consul.

HARRY ARTHUR KEITZ, Encarregado do Consulado, Vice-Consul.

NORFOLK

CONSULADO DE CARREIRA

OSCAR CORREIA, Consul.

....., Vice-Consul.

E. T. ROBINSON, Vice-Consul, interino.

....., Auxiliar.

NOVA ORLEANS

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

CARLOS FERREIRA DE ARAUJO, Consul Geral.

....., Vice-Consul.

....., Auxiliar.

NOVA YORK

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

HELIO LOBO (ausente), Consul Geral.

JOÃO CARLOS MUNIZ, Encarregado do Consulado, Consul Adjunto.

GABRIEL DE ANDRADE, Auxiliar, Vice-Consul.

DAVID MORETZOHN BARBOZA LAGE, Auxiliar.

JORGE DE SÃO CLEMENTE, Auxiliar.

MARIETTA DA SILVA LANGE, Auxiliar.

DAISY HOLSTEIN MORSE, Auxiliar.

PALM BEACH

CONSULADO HONORARIO

TIUMAN GILE MC GONIGAL, Consul.

PASCAGOULA

VICE-CONSULADO HONORARIO

MANUEL ROSS, Vice-Consul.

ANDREW GRAY, Agente Consular.

PENSACOLA

CONSULADO HONORARIO

....., Consul.

VINCENT JOSÉ VIDAL, Vice-Consul.

VALENTIM S. NOA, Agente Consular.

PHILADELPHIA

CONSULADO DE CARREIRA

EDUARDO DE AGUIAR VALLIM (ausente), Consul.

HENRY C. SHEPPARD, Encarregado do Consulado, Vice-Consul.

PORTO ARTHUR

VICE-CONSULADO HONORARIO

CHRISTOPHER STEPHEN FLANAGAN, Vice-Consul.

RICHARD PATRICK FLANAGAN, Agente Consular.

RICHMOND

VICE-CONSULADO HONORARIO

FITZHUGH C. LAFFERTY, Vice-Consul.

JOHN DORSEY BROWN, Agente Consular.

SÃO FRANCISCO

CONSULADO HONORARIO

LUDWIG MATHIAS HOEFLER, Consul.

....., Vice-Consul.

SÃO JOÃO DE PORTO RICO

VICE-CONSULADO HONORARIO

WALDEMAR E. LEE, Vice-Consul.

ALBERT EDWARD LEE, Agente Consular.

SÃO LUIZ

VICE-CONSULADO HONORARIO

FRED. WEHMILLER, Vice-Consul.

....., Agente-Consular.

SÃO THOMAZ (ILHAS VIRGENS)

CONSULADO HONORARIO

GEORGE LEVI, Consul.

....., Vice-Consul.

SAVANNAH

VICE-CONSULADO HONORARIO

LOVET R. POTTER, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

SEATTLE

VICE-CONSULADO HONORARIO

W. L. NOSSAMAN, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

ESTHONIA

REVAL

CONSULADO HONORARIO

ANTONIO E. MONTECON, Consul.

....., Vice-Consul.

FINLANDIA

HELSINGFORS

CONSULADO DE CARREIRA

ANTONIO TORRES (ausente), Consul.

ESKIL FUNCK, Vice-Consul.

VIBORG

CONSULADO HONORARIO

JUHO KUOSMANEN, Consul.

....., Vice-Consul.

FRANÇA

BAYONNE

VICE-CONSULADO HONORARIO

CHARLES LAGROLET, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

BORDÉOS

CONSULADO DE CARREIRA

MATHEUS DE ALBUQUERQUE, Consul.

THEODORO RIBEIRO JUNIOR, Vice-Consul e Auxiliar.

LUCIEN TURQUE, Auxiliar.

BOULOGNE-SUR-MER

CONSULADO DE CARREIRA

PHILOMENO PADULA, Consul.

ROGER LESAGE, Vice-Consul.

....., Auxiliar.

BREST

VICE-CONSULADO HONORARIO

CHARLES BASTIT, Vice-Consul.

RAOUL DE LA MENARDIÈRE, Agente Consular.

CALAIS

VICE-CONSULADO HONORARIO

JACQUES PHILIPPE VENDROUX, Vice-Consul.

CHARLES MARIE LOUIS VENDROUX, Agente Consular.

CANNES

CONSULADO HONORARIO

GERARD BLAKEMAN ATKINS, Consul.

JACQUES LANGASQUE, Vice-Consul.

CETTE

VICE-CONSULADO HONORARIO

ERNEST CONGE, Vice-Consul.

AUGUSTO COURS, Agente Consular.

CHERBURGO

CONSULADO DE CARREIRA

ALFREDO DE MESQUITA BASTOS, Consul.

ARMAND POSTEL, Vice-Consul.

ARNALDO GUIMARÃES, Auxiliar.

DUNKERQUE

VICE-CONSULADO HONORARIO

ETIENNE DE CLEBSATTEL, Vice-Consul.

ALBERT THILY, Agente Consular.

GRENOBLE

VICE-CONSULADO HONORARIO

LEON REISS, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

HAVRE

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

OCTAVIANO AUGUSTO MACHADO DE OLIVEIRA, Consul Geral.

JAYME DO NASCIMENTO BRITO, Consul Adjunto.

LEONCE DE MARANDE, Vice-Consul.

FRANÇOIS HUIBANT, Auxiliar.

MAURICE MOREL, Auxiliar.

ADOLPHO CAMARGO DAS NEVES, Auxiliar.

LA ROCHELLE-PALLICE

CONSULADO DE CARREIRA

HORACIO SULLY DE SOUZA, Consul.

....., Vice-Consul.

ADHEMAR DE MELLO (ausente), Auxiliar.

LILLE

VICE-CONSULADO HONORARIO

AUGUSTO ADOLPHE ALPHONSE PAULIER, Vice-Consul.

GUSTAVE VENOT, Agente Consular.

LYON

CONSULADO DE CARREIRA

PEDRO NEVES DE PAULA LEITE, Consul.

PAULO COELHO RODRIGUES, Vice-Consul e Auxiliar.

MARSELHA

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

JOSÉ MONTEIRO DE GODOY, Consul Geral.
ANTONIO CARLOS MOREIRA TELLES, Vice-Consul e Auxiliar.
EURICO COSTA, Auxiliar.
VICENTE AVELINO, Auxiliar.
LUIZ FELIPPE DO REGO RANGEL, Auxiliar.

NANTES

CONSULADO HONORARIO

ERNESTO LISBÔA, Consul.
PAUL THEOPHILO CHARPENTIER, Vice-Consul.
RÉNÉ POISSON, Agente Consular.

NICE

CONSULADO HONORARIO

ERNESTO DE CAMPOS LIMA, Consul.
JACQUES DENIS DESIRÉ COSTES, Vice-Consul.

PARIS

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

JOÃO BAPTISTA LOPES, Consul Geral.
LUIZ DE MAGALHÃES TAVARES, Consul Adjuncto.
LOURIVAL JORGE DE M. SOUTO, Vice-Consul.
HENRIQUE CARLOS DE MARTINS PINHEIRO FILHO, Auxiliar.
EDUARDO AGOSTINI, Auxiliar.
RENATO DE MACEDO SODRÉ, Auxiliar.
WALDEMAR MENDES DE ALMEIDA, Auxiliar.
CHRISTINO DO VALLE JUNIOR, Auxiliar.
ANTONIO AUGUSTO DE SOUZA BANDEIRA, Auxiliar.
ELPIDIO DE BRITO PEREIRA, Auxiliar.
ALÍPIO DUTRA, Auxiliar.
MARIO WRIGHT DE MIRANDA PACHECO, Auxiliar.

PAU

VICE-CONSULADO HONORARIO

PIERRE MASSIGNAC, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

STRASBURGO

VICE-CONSULADO HONORARIO

EDMOND LEVY, Vice Consul.

GEORGES LEVY, Agente Consular.

TOULON

VICE-CONSULADO HONORARIO

BENJAMIN AMBROISE JOUVE, Vice-Consul.

LOUIS JEAN-BAPTISTE VICTOR JOUVE, Agente Consular.

TOULOUSE

CONSULADO HONORARIO

E. LAMOTHE, Consul.

....., Vice-Consul.

VICHY

VICE-CONSULADO HONORARIO

DR. FRANCISCO DELÉAGE, Vice-Consul.

ALPHONSE ROBERT, Agente Consular.

POSSESSÕES FRANCESAS

ALGER

VICE-CONSULADO HONORARIO

LUCIEN BERGERET, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

CAYENA

CONSULADO DE CARREIRA

João CONSTANTINO PINTO PEIXOTO, Consul.
José MENDES DE ABREU, Vice-Consul.

DAKAR

CONSULADO DE CARREIRA

ALBERTO GRACIE, Consul.
LUCIEN POUMARÈDE, Vice-Consul.

ORAN

VICE-CONSULADO HONORARIO

JOSEPH LASRY, Vice-Consul.
SALOMON LASRY, Agente Consular.

SÃO JORGE DO OYAPOC

VICE-CONSULADO HONORARIO

....., Vice-Consul.
POLYDOR VALETTE, Agente Consular.

GRÃ-BRETANHA

BELFAST

VICE-CONSULADO HONORARIO

JOHN MC. CALDIN LOEWENTHAL, Vice-Consul.
JAMES STANFIELD, Agente Consular.

BIRMINGHAM

VICE-CONSULADO HONORARIO

ERNEST MARTINEAU, Vice-Consul.
WILFRID MARTINEAU, Agente Consular.

BRADFORD

VICE-CONSULADO HONORARIO

HENRY HUNTER DUNCAN, Vice-Consul.

JOSEPH HEDLEY SUTCLIFFE, Agente Consular.

BRISTOL

VICE-CONSULADO HONORARIO

BENJAMIN ALFREDO BAKER, Vice-Consul.

FRANCIS HENRY CECIL BARNARD, Agente Consular.

BURGEO

VICE-CONSULADO HONORARIO

JOHN THOMAS MOULTON, Vice-Consul.

WILLIAM HUBERT MOULTON, Agente Consular.

CARDIFF

CONSULADO DE CARREIRA

DOMINGOS DE OLIVEIRA ALVES, Consul.

NARCISO JOSÉ NOGUEIRA BRAGA, Vice-Consul e Auxiliar.

DOVER

CONSULADO HONORARIO

WALDEMAR RODRIGUES DE SOUZA, Consul.

PERCY CRUNDALL, Vice-Consul.

DUBLIN

CONSULADO DE CARREIRA

MARIO DROLHE DA COSTA (ausente), Consul.

JOHN GEO. FOTTRELL, Vice-Consul.

DUNDEE

VICE-CONSULADO HONORARIO

DAVID STEWART NICOLL J. P., Vice-Consul.
ROBERT KINNISON, Agente Consular.

FALMOUTH

VICE-CONSULADO HONORARIO

JORGE HENRIQUE FOX, Vice-Consul.
GUTHBERT LLOYD FOX, Agente Consular.

GLASGOW

CONSULADO DE CARREIRA

JOAQUIM EULALIO DO NASCIMENTO SILVA (serve no Gabinete do Ministro), Consul.

EMILIO DE S. FELIX SIMONSEN, Consul em Kobe, Encarregado do Consulado.

WILLIAM HOBART CAMPBELL, Vice-Consul.

ALVARO GASTÃO DE ARAGÃO MELLO, Vice-Consul interino e Auxiliar.

EDMUNDO LOPES CARNEIRO DA FONTOURA, Auxiliar.

CARLOS ESCOBEIRO FERNANDES, Auxiliar.

HULL

VICE-CONSULADO HONORARIO

EDWARD PERCY HUTCHINSON, Vice-Consul.
ROBERT JAMES WATKIN, Agente Consular.

LEEDS

VICE-CONSULADO HONORARIO

ALFRED EDWARDS EVANS, Vice-Consul.
WILLIAM SMITH, Agente Consular.

LEITH

VICE-CONSULADO HONORARIO

JAMES CHALMERS, Vice-Consul.

OSWALD A. CHALMERS, Agente Consular.

LIVERPOOL

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

MANOEL PINTO DE SOUZA DANTAS, Consul Geral.

JAMES PHILIP MEE, Consul Adjunto.

WILLIAM HOWARTH, Vice-Consul e Auxiliar.

WILLIAM GEORGE SMITH, Auxiliar.

TERTIUS GRIFFITH ANSLOW, Auxiliar.

ALBERTO DE ALMEIDA CAVALCANTI, Auxiliar.

LONDRES

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

DR. FRANCISCO GARCIA PEREIRA LEÃO, Consul Geral.

JOSÉ FABRINO DE OLIVEIRA BAYÃO, Consul Adjunto.

FELIPPE DE SANTA CRUZ GUIMARÃES, Vice-Consul e Auxiliar.

WALDEMAR DE ARAUJO, Auxiliar.

PAULO DE SOUZA DANTAS, Auxiliar.

ALBERTO RANGEL, Auxiliar.

MANCHESTER

CONSULADO DE CARREIRA

HIPPOLYTO HERMES DE VASCONCELLOS, Consul.

JOÃO GODOY DE OLIVEIRA, Vice-Consul e Auxiliar.

NEW-CASTLE-ON-TYNE

VICE-CONSULADO HONORARIO

RICHARD KERMET VINES WHITE, Vice-Consul.

ALAN ROBSON, Agente Consular.

NEW-PORT

VICE-CONSULADO HONORARIO

GEOFFREY FORD RAINFORTH, Vice-Consul.

GUY TREVORTON JONES, Agente Consular.

PLYMOUTH

VICE-CONSULADO HONORARIO

WALTER HENRY JAGO, Vice-Consul.

LOVELL REDMORE DUNSTAN, Agente Consular.

SHEFFIELD

VICE-CONSULADO HONORARIO

PERCY JOHN MENNEER, Vice-Consul.

THOMAS PORTER LOCKWOOD, Agente Consular.

SOUTHAMPTON

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

SEBASTIÃO SAMPAIO (serve no Gabinete do Ministro), Consul
Geral.

JOHN DE GROUCHY, Vice-Consul, Encarregado do Consulado.

ARMANDO BRAGA RUY BARBOSA, Auxiliar.

SWANSEA

CONSULADO HONORARIO

GALLILEU DE BRAGA MELLO, Consul.

....., Vice-Consul.

POSSESSÕES BRITANNICAS

ADELAIDE (AUSTRALIA)

VICE-CONSULADO HONORARIO

....., Vice-Consul.

HENRY NICOLAS ROBIN, Agente Consular.

BARBADOS (ANTILHAS)

CONSULADO DE CARREIRA

ALUISIO MARTINS TORRES, Consul.

ALBERT JAMES HANSHELL, Vice-Consul.

BOMBAIM

CONSULADO HONORARIO

DR. MANUEL AGOSTINHO DE HEREDIA, Consul.

....., Vice-Consul.

CALCUTTÁ (INDIA)

CONSULADO DE CARREIRA

HERACLITO HERMES DE VASCONCELLOS (no Rio), Consul.

HUGH VURHUM SIMMONS, Vice-Consul.

HENRY HAMMOND GOGÉ, Agente Consular.

CAPETOWN (COLONIA DO CABO)

CONSULADO DE CARREIRA

NICOLÃO JOSÉ DEBBANÉ (á disposição do Ministerio da Agricultura), Consul.

....., Vice-Consul.

CHARLES HENRY W. FLEMMING, Encarregado do Consulado.

COLOMBO (CEYLÃO)

CONSULADO HONORARIO

....., Consul.

....., Vice-Consul.

DURBAN (AFRICA DO SUL)

CONSULADO HONORARIO

GEORGE GORDON EDWARDS, Consul.

....., Vice-Consul.

GASPE (CANADÁ)

VICE-CONSULADO HONORARIO

CHARLES SUTTON LE BOUTILLIER, Vice-Consul.

PHILIP EDWARD LE GROS, Agente Consular.

GIBRALTAR

CONSULADO HONORARIO

AURELIO ONETTI, Consul.

DR. PEDRO F. LYONS, Vice-Consul.

HOBART (TASMANIA)

VICE-CONSULADO HONORARIO

....., Vice-Consul.

GERMAIN MURDOCH, Agente Consular.

HONG-KONG (CHINA)

CONSULADO HONORARIO

JOSÉ MIGUEL ALVES, Consul.

ANTONIO LUIZ ALVES, Vice-Consul.

JOHANNESBURGO

CONSULADO HONORARIO

JOHN MASSEY, Consul.

....., Vice Consul.

KARACHI

VICE-CONSULADO HONORARIO

VINCENT EDWARD NAZARETH, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

KINGSTON (JAMAICA)

CONSULADO HONORARIO

LOUIS P. FERNANDEZ, Consul.

....., Vice-Consul.

MADRAS (INDIA)

VICE-CONSULADO HONORARIO

CHARLES HAROLD STRAKE, Vice-Consul.

REGINALD HARCOURT MEREDITH, Agente Consular.

MALTA

CONSULADO HONORARIO

JOHN DUNBAR VELLA, Consul.

....., Vice-Consul.

MELBOURNE (AUSTRALIA)

VICE-CONSULADO HONORARIO

HALIBURTON ARTHUR SHEPPARD, Vice-Consul.

REGINALD SHEPPARD, Agente Consular.

MONTREAL (CANADÁ)

CONSULADO DE CARREIRA

ANTONIO RABELLO BRAGA, Consul.

FRANK W. MILLS, Vice-Consul.

PASPEBIAC (CANADÁ)

VICE-CONSULADO HONORARIO

WALTER HAMON, Vice-Consul.

EUGENIO A. A. BOUILLON, Agente Consular.

PORT OF SPAIN (ILHA DE TRINIDAD)

CONSULADO HONORARIO

ERNESTO GOMEZ, Consul.

DAVID CLYDE MILLER, Vice-Consul.

QUEBEC (CANADÁ)

VICE-CONSULADO HONORARIO

THEOPHILE LE VASSEUR, Vice-Consul.

JEAN BAPTISTE MORISSETTE, Agente Consular.

RANGOON (INDIA)

VICE-CONSULADO HONORARIO

ARTHUR EDWARD DONALDSON, Vice-Consul.

GERALD SWETE, Agente Consular.

SANTA LUCIA (ANTILHAS)

CONSULADO HONORARIO

GREGOR MAC. GREGOR PETER, Consul.

....., Vice-Consul.

ST. JOHN (NEW BRUNSWICK) (CANADÁ)

VICE-CONSULADO HONORARIO

FREDERICK L. RODERICK, Vice-Consul.

EDW. C. WEYMAN, Agente Consular.

SINGAPURA

CONSULADO HONORARIO

....., Consul.

....., Vice-Consul.

Encarregado do Consulado:

(O Consul dos Estados Unidos da America.)

SYDNEY (AUSTRALIA)

CONSULADO HONORARIO

JAMES EDWARD BARRON, Consul.
....., Vice-Consul.

TERRA NOVA

CONSULADO HONORARIO

JOHN FENELON, Consul.
....., Vice-Consul.

TORONTO (CANADÁ)

VICE-CONSULADO HONORARIO

WILLIAM SHUTTLEWORTH KERMAN, Vice-Consul.
THOMAS JAMES MASON, Agente Consular.

VANCOUVER (CANADÁ)

VICE-CONSULADO HONORARIO

SAMUEL JOHN EMANUELS, Vice-Consul.
JOHN WILLIAM PRESCOTT, Agente Consular.
.....

WELLINGTON (NOVA ZELANDIA)

VICE-CONSULADO HONORARIO

GEORGE ROBERTSON, Vice-Consul.
JAMES WEBSTER, Agente Consular.

GRECIA

ATHENAS

CONSULADO HONORARIO

ANDREAS ELLIADOS, Consul.
SPYRIDION N. OECONOMOS, Vice-Consul.

PATRAS

VICE-CONSULADO HONORARIO

ARTHUR MORPHY, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

SALONICA

CONSULADO HONORARIO

SALOMON EZRATTY, Consul.

GINO FERNANDEZ, Vice-Consul.

GUATEMALA

GUATEMALA

CONSULADO HONORARIO

D. JOSÉ H. MUÑOZ, Consul.

JUAN LEHNHOFF, Vice-Consul.

HAITI

PORT-AU-PRINCE

CONSULADO HONORARIO

JUSTIN MEVES, Consul.

....., Vice-Consul.

HUNGRIA

BUDAPESTH

CONSULADO HONORARIO

DR. JOSÈPH KOVÀS, Consul.

DR. ANDRÉ DE PRIVITZKY, Vice-Consul.

BARI

VICE-CONSULADO HONORARIO

ANTONIO DE GRECIS, Vice-Consul.

NICOLA SCHETTINO, Agente Consular.

BOLONHA

VICE-CONSULADO HONORARIO

IVALDO RIGH, Vice-Consul.

EMILIO CELLA, Agente Consular.

BRINDISI

VICE-CONSULADO HONORARIO

SALVATORE BALSAMO, Vice-Consul.

..... Agente Consular.

CATANIA

VICE-CONSULADO HONORARIO

FRANCISCO SPADARO REITANO, Vice-Consul.

JOÃO PELLEGRINO SPADARO, Agente Consular.

CHIAVARI

CONSULADO HONORARIO

EMILIO PODESTÀ, Consul.

....., Vice-Consul.

FLORENÇA

CONSULADO HONORARIO

ALEXANDRE KRAUS FILHO, Consul.

GABRIELLO PAPINI, Vice-Consul.

GENOVA

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

ALFREDO VARELA, Consul Geral.
MILTON CESAR WEGUELIN VIEIRA, Consul Adjunto.
João ANTONIO RODRIGUES MARTINS, Auxiliar.
José RODRIGUES MARTINS, Auxiliar.
BENEDICTO COSTA, Auxiliar.
JOAQUIM PINTO DIAS, Auxiliar.

LIVORNO

CONSULADO DE CARREIRA

PEDRO NUNES DE SÁ, Consul.
....., Vice-Consul.
ALBERTO PAOLETTI.

LUCCA

VICE-CONSULADO HONORARIO

LAMBERTI PISTELLI, Vice-Consul.
AMALFI PISTELLI, Agente Consular.

MARSALA

CONSULADO HONORARIO

NESTORE FORTUNATE, Consul.
....., Vice-Consul.

MESSINA

VICE-CONSULADO HONORARIO

GUSTAVO PENSO, Vice-Consul.
GUIDO PENSO, Agente Consular.

MILÃO

CONSULADO DE CARREIRA

ALFREDO DIAS DE MELLO, Consul.
....., Vice-Consul.
ACHILLE CASTELLI, Agente Consular.

MILAZZO

VICE-CONSULADO HONORARIO

TOMASO LAQUIDARA, Vice-Consul.
....., Agente Consular.

NAPOLIS

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

FABIO RAMOS, Consul Geral.
EUGENIO ODDINO, Vice-Consul e Auxiliar.
EURICO LA CAMERA, Auxiliar.
RUY DO PRADO MARCONDES, Auxiliar.
ALBERTO MARTINS RIBEIRO, Auxiliar.
J. Gatti (extranumerario).

PALERMO

CONSULADO HONORARIO

FRANCESCO PAOLO DICHIARA RUSSO, Consul.
VINCENZO DICHIARA MARTINES, Vice-Consul.

RAPALLO

CONSULADO HONORARIO

JUAREZ NOGUEIRA, Consul.
GIACOMO CAPURRO, Vice-Consul.

RIPOSTO

VICE-CONSULADO HONORARIO

GIUSEPPE PAVONE PATANÉ, Vice-Consul.
....., Agente Consular.

ROMA

CONSULADO DE CARREIRA

JOÃO EUDOXIO DE VASCONCELLOS, Consul.
....., Vice-Consul.
ENÉAS FERRAZ FILHO, Auxiliar.

SAN-REMO

CONSULADO HONORARIO

..... Consul.
....., Vice-Consul.
ATTILIO PEDEMONTE, Agente Consular.

SAVONA

CONSULADO HONORARIO

GIOVANNI BUSCAGLIONE, Consul.
GIUSEPPE MINUTO, Vice-Consul.

SPEZZIA

CONSULADO HONORARIO

FRANCESCO CAPELLINI, Consul.
FERDINANDO CAPELLINI, Vice-Consul.

TRIESTE

CONSULADO DE CARREIRA

MARIO CASTELLO BRANCO, Consul.
ANDRÉ LUXICH, Vice-Consul e Auxiliar.

TURIM

CONSULADO HONORARIO

GIOVANNI BORGNO, Consul.

VITTORIO FALLETI, Vice-Consul.

VERONA

CONSULADO HONORARIO

GIUSEPPE FAGGIONI, Consul.

....., Vice-Consul.

JAPÃO

KOBE

CONSULADO DE CARREIRA

EMILIO DE SÃO FELIX SIMONSEN (Está servindo no Consulado em Glasgow), Consul.

PEDRO VICENTE DO COUTO, Vice-Consul.

RIUZO TAWARA, Agente Consular.

NAGASAKI

CONSULADO HONORARIO

....., Consul.

....., Vice-Consul.

YOKOHAMA

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

LUIZ VILLARES FRAGOSO, (ausente), Consul Geral.

JOÃO AMARAL ABRANCHES PINTO, Vice-Consul.

LETONIA

RIGA

CONSULADO HONORARIO

....., Consul.

ARTUR STRAUCH, Vice-Consul.

LUXEMBURGO

CONSULADO HONORARIO

ALFONSE BERNARD, Consul.

....., Vice-Consul.

MARROCOS

MAZAGÃO

VICE-CONSULADO HONORARIO

LAZARO EL JARRAT, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

MOGADOR

VICE-CONSULADO HONORARIO

JOSÉ RATTO, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

RABAT

VICE-CONSULADO HONORARIO

JACOB RAPHAEL BENATAR, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

TANGER

CONSULADO HONORARIO

FRANCISCO FIGUEIRA, Consul.

....., Vice-Consul.

SALOMÃO MARRACHE, Encarregado do Consulado.

MEXICO

MEXICO

CONSULADO HONORARIO

ANTONIO CARNEIRO DA FONTOURA, Consul.

DR. BENITO JAVIER PEREZ VERDIA, Vice-Consul.

TAMPICO

CONSULADO DE CARREIRA

MANUEL DA VEIGA MENEZES (em gozo de licença), Consul.

ARTHUR FERREIRA MACHADO GUIMARÃES, Consul, enc. do Consulado.

ANTONIO MATIENZO Y ZORILLA, VICE-Consul.

MONACO

MONTE CARLO

CONSULADO HONORARIO

HENRY TRUB, Consul.

....., Vice-Consul.

NICARAGUA

MANAGUA

CONSULADO HONORARIO

....., Consul.

....., Vice-Consul.

NORUEGA

AALESUND

VICE-CONSULADO HONORARIO

NILO NORMAN MUSSENS, Vice-Consul.

MONRAD HEGGEN, Agente Consular.

BERGEN

VICE-CONSULADO HONORARIO

ALEXANDRE BIRGER GRIEG, Vice-Consul.

FREDRIK WILHELM GRIEG, Agente Consular.

CHRISTIANSUND

VICE-CONSULADO HONORARIO

LORENTZ ANDREAS LOSSIUS, Vice-Consul.
KARL JOAKIM SYLTHE, Agente Consular.

OSLO

CONSULADO DE CARREIRA

RODOLPHO RIEGEL FILHO, Consul.
THOMAS BOTLER CHALMERS, Vice-Consul.
FERDINANDO BERENTZEN, Vice-Consul interino.

STAVANGER

VICE-CONSULADO HONORARIO

CORNELIUS MIDDELTHON, Vice-Consul.
CORNELIUS MIDDELTHON JUNIOR, Agente Consular.

TRONDJEM

VICE-CONSULADO HONORARIO

INGVAR KLINGENBERG, Vice-Consul.
OTTO BOSCH NIELSON, Agente Consular.

PAIZES BAIXOS

AMSTERDAM

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

LEONARDO OLAVO DA SILVA CASTRO, Consul Geral.
....., Vice-Consul.
ILDEFONSO FALCÃO, (ausente), Auxiliar.
ILDEFONSO NAVARRO LEITÃO.

HAYA

CONSULADO HONORARIO

TH. DE GROEN, Consul.
JOHANNES JACOBUS HUBERTUS STRAETIJENS, Vice-Consul.

ROTTERDAM

CONSULADO DE CARREIRA

CARLOS DE CARVALHO E SOUZA, Consul.

ALFREDO DOS SANTOS COUCEIRO, Vice-Consul e Auxiliar.

POSSESSÕES HOLLANDEZAS

PARAMARIBO (GUYANA HOLLANDEZA)

CONSULADO HONORARIO

José RODRIGUES, Consul.

WILLEMSTAD (ILHA DE CURAÇO)

CONSULADO HONORARIO

JULIUS PENHA JUNIOR, Consul.

HENRIQUE LOPEZ PENHA, Vice-Consul.

PANAMÁ

PANAMÁ

CONSULADO DE CARREIRA

NESTOR DE BRAGA MELLO (ausente), Consul.

....., Vice-Consul.

JORGE DOMINGO ARIAS FERAUD, Enc. do Consulado.

PARAGUAY

ASSUMPÇÃO

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

ROBERTO MESQUITA (ausente), Consul Geral.

DR. GERARDO LAGUARDIA, Vice-Consul.

DOMINGO S. TRAPANI, Agente Consular.

UBIRAJARA NOGUEIRA REYS, Auxiliar.

BELLA VISTA

VICE-CONSULADO HONORARIO

J. CAPOROSSI FILHO, Vice-Consul.
....., Agente Consular.

VILLA CONCEPCIÓN

VICE-CONSULADO HONORARIO

ANGEL GIOVINE, Vice-Consul.
JOSÉ ROWANACH Y SASTRE, Agente Consular.

VILLA ENCARNACIÓN

VICE-CONSULADO HONORARIO

DEOCLECIANO DE OLIVEIRA, Vice-Consul.
EMILIO CLOS, Agente Consular.

PERU'

AREQUIPA

VICE-CONSULADO HONORARIO

J. A. L. VIVANCO, Vice-Consul.
....., Agente Consular.

IQUITOS

CONSULADO DE CARREIRA

FELIPPE DE MELLO, Consul.
....., Vice-Consul.

LIMA

CONSULADO HONORARIO

ARTHUR PEREZ PALACIO, Consul.
....., Vice-Consul.

MOLLENDÓ

VICE-CONSULADO HONORARIO

GUILHERME ELIAS, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

NAZARETH

VICE-CONSULADO HONORARIO

ANTONIO DE SOUZA, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

PAITA

VICE-CONSULADO HONORARIO

ELIAS Y. HIGGINSON, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

POLONIA E DANTZIG

DANTZIG

CONSULADO DE CARREIRA

CARLOS RIBEIRO DE FARIA, Consul.

JOSÉ DE OLIVEIRA ALMEIDA, Vice-Consul.

KATOWICE

CONSULADO HONORARIO

PAULO GERECHTER, Consul.

SEGISMUNDO STROKOWSKI, Vice-Consul.

LWOW (LEOPOL)

VICE-CONSULADO HONORARIO

STANISLAS HENRY DE KIESZKOWSKI, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

LODZ

VICE-CONSULADO HONORARIO

JOSEPH DE KRAHZEWSKI, Vice-Consul.
....., Agente Consular.

POZNAN

VICE-CONSULADO HONORARIO

LEON JAGEILSKI, Vice-Consul.
....., Agente Consular.

VARSOVIA

CONSULADO DE CARREIRA

FERNANDO DE MESQUITA BRAGA (serve provisoriamente em
Munich), Consul.
SIGISMUNDO KIESZKOWSKI, Vice-Consul.

PORTUGAL

AVEIRO

CONSULADO HONORARIO

LUIZ CALDAS LINS, Consul.
JOSÉ DE OLIVEIRA MARQUES, Vice-Consul.

BRAGA

CONSULADO HONORARIO

ROZO LAGOA, Consul.
AGOSTINHO DIAS DE CASTRO, Vice-Consul.

CAMINHA

VICE-CONSULADO HONORARIO

JOÃO DE MAGALHÃES E SILVA, Vice-Consul.
ALCEBIADES MAXIMO DA CUNHA FELGUEIRAS, Agente Consular.

COIMBRA

CONSULADO HONORARIO

DR. CARLOS BALBINO DIAS, Consul.

MANOEL LOURENÇO DIAS, Vice-Consul.

ELVAS

VICE-CONSULADO HONORARIO

JULIO DE ALCANTARA BOTELHO, Vice-Consul.

JOSÉ DE ANDRADE LOPES, Agente Consular.

FARO

VICE-CONSULADO HONORARIO

ALFREDO ALEXANDRE LUIZ DA SILVA, Vice-Consul.

ANNIBAL DA FONSECA ALEXANDRE, Agente Consular.

FIGUEIRA DA FOZ

VICE-CONSULADO HONORARIO

HENRIQUE RAYMUNDO DE BARROS, Vice-Consul.

EMANOEL BRUNO DE SOUZA, Agente Consular.

LEIRIA

CONSULADO HONORARIO

ANTONIO FERREIRA MONTEIRO DA SILVA, Consul.

....., Vice-Consul.

LISBOA

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

LANDULPHO BORGES DA FONSECA, Consul Geral.

HENRIQUE DE CARVALHO MARQUES DE HOLLANDA, Consul Adjunto.

JOAQUIM CLINGTON, Vice-Consul e Auxiliar.

RAUL GAIA, Auxiliar.

CARLOS MARIA DO CARMO DE NORONHA, Auxiliar.

JORGE CLINGTON, Auxiliar.
JOSÉ ANTUNES DE SAMPAIO GUIMARÃES, Auxiliar.
JOSÉ ANTONIO DE FREITAS, Auxiliar.
OSCAR PIRES DO RIO, Auxiliar.
OCTAVIO DE SÁ NEVES DA ROCHA, Auxiliar.

PORTO

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

DR. JOSÉ BAZILEU NEVES GONZAGA, Consul Geral.
JOÃO BAPTISTA BORGES MACHADO, Consul Adjunto.
JOSÉ AUGUSTO DA SILVA RIBEIRO, Vice-Consul e Auxiliar.
QUINTINO GRAMACHO, Auxiliar.
ALFREDO RETUMBA, Auxiliar.
ERNESTO FRANCISCO D'ALMEIDA DE CAMPOS VELHO, Auxiliar.
AUGUSTO PINTO CHAIM, Auxiliar.
LUIZ DAMASO DA COSTA MORAES, Auxiliar.

SANTAREM

CONSULADO HONORARIO

HEITOR DE SÁ, Consul.
....., Vice-Consul.

SETUBAL

VICE-CONSULADO HONORARIO

JOSÉ MANUEL DO NASCIMENTO OLIVEIRA, Vice-Consul.
MANUEL DO NASCIMENTO OLIVEIRA, Agente Consular.

VIANNA DO CASTELLO

VICE-CONSULADO HONORARIO

ALVARO SALEMA GARÇÃO DE ARAUJO, Vice-Consul.
AUGUSTO SALEMA GARÇÃO DE ARAUJO, Agente Consular.

VILLA DO CONDE

CONSULADO HONORARIO

EDUARDO DE ANDRADE VILLARES, Consul.
JOÃO PEREIRA GALVÃO, Vice-Consul.

VILLA REAL

VICE-CONSULADO HONORARIO

SEBASTIÃO AUGUSTO RIBEIRO LOBO, Vice-Consul.
ANTONIO ALBINO DA SILVA BOTELHO, Agente Consular.

POSSESSÕES PORTUGUEZAS

ANGRA (ILHA TERCEIRA)

VICE-CONSULADO HONORARIO

JOÃO CARLOS DA SILVA, Vice-Consul.
FERNANDO A. DE BETTENCOURT, Agente Consular.

FUNCHAL (ILHA DA MADEIRA)

CONSULADO DE CARREIRA

AMYNTHAS DE LIMA (ausente, Consul.)
RAUL TEIVES, Vice-Consul.

HORTA (ILHA DO FAYAL)

VICE-CONSULADO HONORARIO

JOSÉ RODRIGUES, Vice-Consul.
JAYME ANTONIO DA TERRA MESQUITA, Agente Consular.

LOANDA

VICE-CONSULADO HONORARIO

LUIZ DA CAMARA LEME, Vice-Consul.
JOAQUIM DE BRITO PIRES, Agente Consular.
DR. ANNIBAL MATTOSO DA CAMARA PIRES, Agente Consular,
interino.

LOURENÇO MARQUES

CONSULADO HONORARIO

LÉON COHEN, Consul.
....., Vice-Consul.

PONTA DELGADA (ILHA DE S. MIGUEL)

VICE-CONSULADO HONORARIO

ALBANO DE AZEVEDO OLIVEIRA, Vice-Consul.

VERISSIMO FREITAS DA SILVA, Agente Consular.

QUELIMANE

CONSULADO HONORARIO

RODOLPHO HUBER (ausente), Consul.

....., Vice-Consul.

SÃO VICENTE (ILHA DE S. VICENTE)

CONSULADO HONORARIO

AUGUSTO VERA-CRUZ, Consul.

....., Vice-Consul.

ROMANIA

GALATZ

CONSULADO DE CARREIRA

OZORIO DUTRA, Consul.

CHRISTOPHE MACRY, Vice-Consul.

UNIÃO DAS REPUBLICAS SOCIALISTAS SOVIETISTAS

ODESSA

CONSULADO DE CARREIRA

MARIO DE DEUS FERNANDES — (addido ao Ministerio), Consul.

....., Vice-Consul.

SALVADOR

S. SALVADOR

CONSULADO HONORARIO

JORGE HARRISON, Consul.

....., Vice-Consul.

SUECIA

GOTHEMBURGO

CONSULADO DE CARREIRA

BRAZ CALMON DA GAMA, Consul.

GUSTAF EDLUNO, Vice-Consul.

HELSINGBORG

VICE-CONSULADO HONORARIO

JOHN JAKOBSON, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

KRISTIANSTAD

CONSULADO HONORARIO

DR. HJALMAR CARLBORN, Consul.

....., Vice-Consul.

MALMÖ

VICE-CONSULADO HONORARIO

GUSTAF AXEL FRIEDRIK HAGERMAN, Vice-Consul.

SVEN PALANDER, Agente Consular.

NORRKÖPING

VICE-CONSULADO HONORARIO

GUSTAVO BECKMAN, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

ORNKOLDSVICK

VICE-CONSULADO HONORARIO

K. G. HEDBERG, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

STOCKHOLMO

CONSULADO HONORARIO

RUDOLF AHISELL, Consul.

JOHN LONNEGREN, Vice-Consul.

WESTERVICH

VICE-CONSULADO HONORARIO

GUSTAF ALBERT TRYSELIUS, Vice-Consul.

ERNEST SETH JERN, Agente Consular.

SUISSA

BERNA

VICE-CONSULADO HONORARIO

JULIO MATARÉ, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

GENEBRA

CONSULADO DE CARREIRA

FERNANDO AUGUSTO GEORLETTE, Consul.

JOÃO DAVID DE ALMEIDA CASAES, Vice-Consul.

ARMANDO LAREDO, Auxiliar.

LAUSANNE

CONSULADO HONORARIO

JACQUES SCHWOB, Consul.

EDMOND SCHWOB, Agente Consular.

SAINT GALL

CONSULADO HONORARIO

JOÃO EMILIO RIBEIRO, Consul.

ERNEST LÜTHY, Agente Consular.

ZURICH

CONSULADO DE CARREIRA

VICTOR FERREIRA DA CUNHA, Consul.

JORGE KIRCHHOFER CABRAL, Vice-Consul e Auxiliar.

SYRIA E PALESTINA

BEYRUTH

CONSULADO HONORARIO

FORTUNATO SELLAN, Consul.

....., Vice-Consul.

HAIFE

CONSULADO HONORARIO

WILLIAM GEBARA, Consul.

....., Vice-Consul.

TCHECO-SLOVAQUIA

PRAGA

CONSULADO DE CARREIRA

VINICIO VEIGA (nomeado), Consul.

....., Vice-Consul.

TURQUIA

CONSTANTINOPLA

CONSULADO DE CARREIRA

PAULO DEMORO (nomeado), Consul.

....., Vice-Consul.

URUGUAY

ARTIGAS

CONSULADO DE CARREIRA

MURILLO MARTINS DE SOUZA, Consul.

BLAS ANTONIO CALVANO, Vice-Consul.

JUAN ORONOZ, Agente Consular.

MELO

CONSULADO DE CARREIRA

NOÉ DE FLORAMBEL PINTO PEIXOTO (ausente), Consul.

....., Vice-Consul.

JOÃO BAPTISTA BARRETO LEITE (Vice-Consul em Rivera), Encarregado do Consulado.

MONTEVIDÉO

CONSULADO GERAL DE CARREIRA

DR. ALBERTO BAEZ CONRADO, Consul Geral.

WENCESLAU DE SOUZA GUIMARÃES, Consul Adjunto.

JOAQUIM JOSÉ DE SOUZA IMENES, Vice-Consul.

MARIO ROWLEY MENDES, Auxiliar.

A. CASEAUX DASQUEZ, Auxiliar.

ANTONIO JOSÉ DE PAULA FONSECA FILHO, Auxiliar.

HERALDO PEDERNEIRAS, Auxiliar.

PAYSANDÚ

CONSULADO DE CARREIRA

DR. JOAQUIM PEREIRA DA COSTA, Consul.

ADOLPHO COUTO MAIA, Vice-Consul.

RIO BRANCO

CONSULADO DE CARREIRA

DR. EURIBIADES BARBOSA GONÇALVES, Consul.

EUGENIO AUGUSTO VILLAS BOAS, Vice-Consul.

RIVERA

CONSULADO DE CARREIRA

JOAQUIM MARIA PEDREIRA JUNIOR, Consul.

JOÃO BAPTISTA BARRETO LEITE, Vice-Consul e Auxiliar. (Está dirigindo interinamente o Consulado em Melo.)

SALTO

CONSULADO DE CARREIRA

MARIO AUGUSTO DE AZEVEDO, Consul.

CARLOS BILBÁO, Vice-Consul.

J. GONZALEZ MORAES, Vice-Consul interino.

OCTAVIO CONRADO, Auxiliar.

SANTA ROSA

CONSULADO DE CARREIRA

JOSÉ CALMON DA GAMA, Consul.

....., Vice-Consul.

TAQUAREMBÓ

VICE-CONSULADO HONORARIO

FIRMO FERNANDES BARBOZA, Vice-Consul.

FULGENCIO DA COSTA PEREIRA, Agente Consular, interino.

VENEZUELA

BOLIVAR

VICE-CONSULADO HONORARIO

ANTONIO MARIA DELGADO, Vice-Consul.

....., Agente Consular.

CARACAS

CONSULADO HONORARIO

RAMON VELOZ, Consul.

....., Vice-Consul.

LA GUAIRA

VICE-CONSULADO HONORARIO

PEDRO ALVAREZ LOPEZ MENDEZ, Vice-Consul.
....., Agente Consular.

PUERTO CABELLO

VICE-CONSULADO HONORARIO

MIGUEL RIVAS ROSA, Vice-Consul.
....., Agente Consular.

YUGO SLAVIA (Servia, Croacia e Slavia)

BELGRADO

CONSULADO HONORARIO

JACQUES B. JONATHAN, Consul.
MILISSAVE MITROVITCH, Vice-Consul.

N. 5

Quadro do Corpo Consular Estrangeiro

EM 30 DE ABRIL DE 1926

ALLEMANHA

TODOS OS CONSULADOS SÃO SUBORDINADOS Á LEGAÇÃO ALLEMÃ NO
RIO DE JANEIRO

BAHIA (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados da Bahia e Sergipe.
HEINRICH HOFFMEISTER, Consul.

BELÉM (Consulado)

FRANZ BERRINGER, Consul (licenciado.)
S. HERANN, Enc. do Consulado.

BLUMENAU (Consulado)

OTTO ROHKOHL, Consul.

CURITYBA (Consulado)

JOÃO GARBERS, Enc. do Consulado.

CUYABÁ (Consulado)

HENRY HESSLEIN, Consul, ausente.
KARL SERGEL, Enc. do Consulado.

FLORIANOPOLIS (Consulado)

..... Consul (vago.)

FORTALEZA (Consulado)

OSCAR HULAND, Consul.

GOYAZ (Vice-Consulado)

ARTHUR WASCHECK, Vice-Consul.

JOINVILLE (Consulado)

HEINRICH MEYER, Consul.

JUIZ DE FÓRA (Vice-Consulado)

Tem jurisdição em todo o Estado de Minas Geraes.

WALTER SCHMIDT, Vice-Consul.

PORTO-ALEGRE (Consulado de carreira)

HEINRICH DAEHNHARDT, Consul.

JOHANNES MANICKE, Chancellor.

RECIFE (Consulado)

Tem jurisdição em Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte e Piahy.

KARL VON DEN STEINEN, Consul.

W. LÜDEMANN, Enc. do Consulado.

RIO DE JANEIRO]

Os serviços consulares estão a cargo dos funcionarios da Legação.

RIO GRANDE (Consulado)

CURT FRACK, Gerente do Consulado.

SANTOS (Consulado)

OTTO UEBELE, Consul.

SÃO LUIZ (Consulado)

ADOLPHO FRIEDHEIM, Consul (ausente.)

JULIUS D. JACOBSEN, Consul interino.

SÃO PAULO (Consulado de carreira)

KARL PISTOR, Consul.

MARKMANN, Chancellor.

VICTORIA (Consulado)

AUGUST Arens, Consul, ausente.

ROBERT LANGEU, Enc. da gerencia do Consulado.

ARGENTINA

ANTONINA (Vice-Consulado)

.....

BAHIA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro.)

LORENZO RAVAZZANO, Vice-Consul.

BELÉM (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro.)

JOSÉ LEAL MARTINS, Vice-Consul.

CORUMBÁ (Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro.)

....., Consul (vago.)

Está a cargo do Consul do Paraguay Juan R. da Costa.

FÓZ DO IGUASSÚ (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral em Porto Alegre.)

EDUARDO R. BIANCHI, Vice-Consul.

ITAQUI (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Porto Alegre.)

EDMUNDO DILEO, Chancellor, Enc. interinamente do Vice-Consulado.

(Os negocios consulares estão a cargo do Consulado em Uruguayana.)

MANÁOS (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro.)

FRANCISCO SALLES VIEIRA, Vice-Consul.

PARANAGUÁ (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral em Porto Alegre). Não tem jurisdição no districto de Nova Iguassú.

FERNANDO ALEGRE ALARCON, Vice-Consul.

PORTO ALEGRE (Consulado Geral)

Tem jurisdição no Rio Grande do Sul, Santa Catharina e o Paraná.

HORACIO BOSSI CACERES, Consul Geral.

ENRIQUE PIROLA, Chancellor.

RECIFE (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará.

ARGENTINO B. ROSSANI, Consul.

JOSÉ JOAQUIM DE BARROS CORREIA, Vice-Consul.

RIO GRANDE (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral em Porto Alegre.)

....., Vice-Consul (vago.)

ALBERTO M. FERREYRA, Chancellor, Enc. interinamente.

RIO DE JANEIRO (Consulado Geral)

Tem jurisdição em todo o Brasil, exceptuados o Rio Grande do Sul, Santa Catharina e Paraná.

PEDRO G. GOYTIA, Consul Geral.

RODOLPHO MONES CAZON, Consul Auxiliar.

EDUARDO RAGUCCI, Chancellor.

SANTOS (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro.)

LUIZ DE TRÁPAGA, Consul.

SÃO BORJA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral em Porto Alegre.)

MANUEL P. DE CASAS, Vice-Consul.

SÃO FRANCISCO DO SUL (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral em Porto Alegre.)

ROBERTO ALEGRE ALARCON, Vice-Consul.

SÃO PAULO (Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro.)

CARLOS CARASALLE VIDAL, Consul.

NOTA: O Consulado está a cargo do Consul em Santos, Sr. Luis Trápaga.

URUGUAYANA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral em Porto Alegre). Tem jurisdição em Alegrete, Livramento, Itaqui, S. Borja, S. Luiz, Cruz Alta e S. Gabriel.

ISMAEL PEREYRA, Chancellor, Enc. interinamente.

AUSTRIA

TODOS OS CONSULADOS SÃO SUBORDINADOS À LEGAÇÃO DA AUSTRIA NO RIO DE JANEIRO, A MENOS QUE TENHAM NOTA EM CONTRARIO

BAHIA (Consulado)

Chancellaria: Largo da Alfandega, 15, caixa postal 402. Tem jurisdição nos Estados da Bahia e de Sergipe.

RICHARD SCHWAZ, Consul.

BELÉM (Consulado)

Chancellaria: Rua 15 de Novembro 34 C. P. 369. Tem jurisdição nos Estados do Pará, Maranhão e Piauhý.

PETER M. STEINER, Consul.

CURITYBA (Consulado)

Chancellaria: Rua 15 de Novembro 47-49, Palacio do Commercio. BERTHOLDO HAUER, Consul.

RECIFE (Consulado)

Chancellaria: Rua 15 de Novembro, 351, C. P. 106. Tem jurisdição em Pernambuco, Parahyba, Alagôas, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

KONSTANTIN BARZA, Consul.

RIO DE JANEIRO (Consulado Geral)

Chancellaria: Rua S. Pedro 9 C. P. 757, Tel n. 92. Tem jurisdição em todo o Brasil.

HUGO ORNSTEIN, Consul Geral.

SANTOS (Consulado)

Chancellaria: Rua 15 de Novembro 48 C. P. 457.

KARL REIBEL, Consul.

SÃO PAULO (Consulado)

Chancellaria: Rua de S. Bento 81 C. P. 193.

ANTONIO ZERRENNER, Consul.

VICTORIA (Consulado)

Chancellaria: Rua General Osorio, 8 e 10 C. P. 3.778.

ROBERT LANGEN, Consul.

BELGICA

TODOS OS CONSULADOS SÃO SUBORDINADOS À EMBAIXADA NO RIO DE JANEIRO, A MENOS QUE TENHAM NOTA EM CONTRARIO

BAHIA (Consulado)

ANTONIO PETERSON, Consul.

BELÉM (Consulado)

Tem jurisdição em todo o Estado do Pará.

PAUL LE COINTE, Consul.

BELLO HORIZONTE (Consulado)

Tem jurisdição em todo o Estado de Minas Geraes.

HECTOR FAUCONNIER, Consul (ausente.)

PIERRE DELVILLE, Enc. do Consulado.

FORTALEZA (Consulado)

RAUL DE SOUZA CARVALHO, Consul.

GOYAZ (Consulado)

HENRY ALFRED PECLAT, Consul.

MACEIÓ (Vice-Consulado honorario)

Tem jurisdição nos Estados de Alagoas e de Sergipe.

AMERICO OCTAVIANO DA COSTA MELLO, Vice-Consul.

MANÁOS (Consulado)

Tem jurisdição em todo o Estado do Amazonas.

JOAQUIM GONÇALVES DE ARAUJO, Consul.

PARANAGUÁ (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em São Paulo).

DR. JOSÉ GONÇALVES LOBO, Agente Consular.

PORTO-ALEGRE (Consulado)

(Subord. ao Cons. em São Paulo). Tem jurisdição em todo o Estado do Rio Grande do Sul, menos nos municipios de Arroio Grande, Alegrete, Bagé, Cangassú, Herval, Jaguarão, Lavras, Livramento, Don Pedrito, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratiny, Quarahy, Rio Grande, Rosario, Santa Victoria, S. Gabriel, S. João de Camaquã, S. José do Norte, S. Lourenço e Uruguayana.

JEAN ALBERT LAHORGUE, Consul.

RECIFE (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados de Pernambuco, Parahyba e Rio Grande do Norte.

.....
PAUL HENRY, Consul.

RIO GRANDE (Consulado)

(Subord. ao Cons. em São Paulo). Tem jurisdição nos municípios de Arroio Grande, Alegrete, Bagé, Cangussú, Herval, Jaguarão, Lavras, Livramento, D. Pedrito, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratiny, Quarahy, Rio Grande, Rosario, Santa Victoria, S. Gabriel, S. João de Camaquã, S. José do Norte, S. Lourenço e Uruguayana.

MARCEL GUIDOUX, Consul (ausente.)

WALDO FONSECA, Enc. do Consulado.

RIO DE JANEIRO

(Os serviços consulares estão a cargo da Embaixada.)

SANTOS (Consulado)

(Subord. ao Cons. em São Paulo.)

JULES DONEUX, Consul (ausente.)

ALFREDO DONEUX, Enc. do Consulado.

S. LUIZ (Consulado)

.....
CARLOS S. DE OLIVEIRA NEVES, Consul.

SÃO PAULO (Consulado Geral)

Tem jurisdição nos estados de São Paulo, Matto Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catharina.

F. LONGRÉE, Consul Geral.

VICTORIA (Consulado honorario)

JEAN ZINZEN, Consul.

BOLIVIA

OS CONSULADOS MARCADOS COM O N. 1 SÃO SUBORDINADOS AO CONSULADO GERAL NO RIO DE JANEIRO E COM O N. 2 SÃO SUBORDINADOS AO CONSULADO GERAL EM BELÉM.

ABUNÃ (Vice-Consulado) (2)

J. A. BYRNE, Vice-Consul.

ARACAJÚ (Consulado) (1)

JOSÉ DA SILVA RIBEIRO, Consul.

BAHIA (Consulado) (1)

ANTONIO BALBINO DE CARVALHO, Consul.

BELÉM (Consulado Geral)

Tem jurisdição sobre os Estados de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Piahy, Pará, Amazonas, Goyaz e Matto Grosso.

RODOLFO ARAUZ, Consul Geral.

GERMAN CHAVEZ, Chancellor.

BRASILEIA (Vice-Consulado) (2)

TUFIC DERZIN, Vice-consul.

CORUMBÁ (Consulado) (2)

GERMAN CHAVEZ, Consul.

CURITYBA (Consulado) (1)

PAULO ILDEFONSO DE ASSUMPÇÃO, Consul.

CUAYABÁ (Vice-Consulado)

BENEDICTO LEITE DE CAMPOS, Vice-Consul.

FLORIANOPOLIS (Consulado) (1)

ERNESTO MENDEL, Consul.

FORTALEZA (Consulado) (2)

MARIANO E. SAUCEDO SEVILLA, Consul.

GUAJARÁ-MIRIM (Vice-Consulado) (2)

JOSÉ MACHADO, Vice-Consul.

MACEIÓ (Consulado) (1)

EZEQUIEL PEREIRA DA SILVA GOULART, Consul.

MANÁOS (Consulado) (2)

ALCIDES GRANIER B., Consul.

JOSÉ VAZ DE OLIVEIRA, Vice-Consul.

NICTHEROY (Consulado) (2)

Tem jurisdição em todo o Estado do Rio de Janeiro. Chancelaria: Rua Belisario Augusto, 47.

LUIS H. DE IPARRAGUIRRE, Consul.

(Já serviu com outro *exequatur*, desde 1915, como Vice-Consul.)

PORTO-ALEGRE (Consulado) (1)

EDUARDO SECCO, Consul (ausente.)

LEOPOLDO LEMMERTZ, Enc. do Consulado.

PORTO VELHO (Consulado) (2)

JOSÉ SAAVEDRA, Consul.

RECIFE (Consulado) (2)

JOÃO EUSTAQUIO PEREIRA, Consul.

RIO DE JANEIRO (Consulado Geral)

Tem jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro, Alagôas, Sergipe, Bahia, Espirito Santo, Minas Geraes, São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

Chancellaria: Rua Paysandú, 118, tel. BM. 1636 e Av. Rio Branco, 117, 3º andar, sala 9, tel. n. 6026.

DR. LUIZ SOARES DE SOUZA HENRIQUES, Consul Geral.

(Já serviu com outro *exequatur*, como Consul, desde 1914.)

SANTOS (Consulado) (1)

JOSÉ DE SOUZA DANTAS, Consul.

SÃO LUIZ (Consulado) (2)

JOSÉ FRANCISCO JORGE, Consul.

SÃO LUIZ DE CACERES (Vice-Consulado)

JUAN CURVO, Vice-Consul.

SÃO PAULO (Consulado) (1)

JOSÉ FAUSTINO DE ANDRADE SILVA, Consul.

VICTORIA (Consulado) (1)

BRASILIO PIMENTA FILHO, Consul.

CHILE

OS CONSULADOS MARCADO SCOM O N. 1 SÃO SUBORDINADOS AO CONSULADO GERAL NO RIO DE JANEIRO E COM O N. 2 AO CONSULADO GERAL EM SÃO PAULO.

BAHIA (Consulado) (1)

ALBERTO MORAES MARTINS CATHARINO, Consul.

BELÉM (Consulado) (1)

ANTONIO LEITE CHERMONT, Consul (ausente.)

ARNALDO VALENTE LOBO, Enc. do Consulado.

CURITYBA e FLORIANOPOLIS (Consulado)

ARTURO MARQUEZ, Consul.

FORTALEZA (Consulado) (1)

JOSÉ GENTIL ALVES DE CARVALHO, Consul.

MANÁOS (Consulado) (1)

RAUL DE AZEVEDO, Consul.

PORTO ALEGRE (Consulado) (2)

EDMUNDO EICHEMBERG, Consul.

RECIFE (Consulado) (1)

ANTONIO LOYO DE AMORIM, Consul.

RIO GRANDE (Consulado) (2)

CARL KETELHOLM.

RIO DE JANEIRO (Consulado Geral honorario)

Tem jurisdição sobre todo o Brasil, com excepção dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul e Matto Grosso.

SAMUEL GRACIE, Consul Geral.

S. FRANCISCO DO SUL (Consulado)

OTTO SELINKE, Consul.

SÃO PAULO (Consulado Geral)

Tem jurisdição nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul e Matto Grosso.

JULIO CESAR CAMPOS, Consul Geral.

CHINA

RECIFE (Consulado)

Chancellaria: Rua D. Pedro II, 503. Tem jurisdição nos Estados de Pernambuco, Parahyba, Alagôas e Bahia.

JOÃO PESSOA DE QUEIROZ, Consul.

COLOMBIA

FORTALEZA (Consulado)

JOSÉ CANDIDO DE SOUZA CARVALHO, Consul.

MANÁOS (Consulado Geral)

Tem jurisdição nos Estados do Amazonas e do Pará.

DEMETRIO SALAMANCA, Consul Geral.

HUMBERTO SALAMANCA, Chanceller.

MARIN (BAIXO JAPURÁ) (Agencia Consular)

DR. JOSÉ GOMES POSADAS, Agente Consular.

PORTO VELHO (Agencia Consular)

Tem jurisdição no Rio Madeira e seus afluentes no Amazonas e no Acre.

RAMON ERAZO, Vice-Consul.

RIO DE JANEIRO (Consulado)

Chancellaria e Residencia: Rua Visconde de Silva, 111, Largo dos Leões.

DR. ANTONIO CARLOS SIMOENS DA SILVA, Consul.

LUCIANO RUFFIER, Vice-Consul.

SÃO PAULO (Consulado)

JULIO CEZAR HOFFMANN URIBE, Consul.

COSTA-RICA

RECIFE (Consulado)

.....

RIO DE JANEIRO (Consulado Geral)

DR. AMERICO GALVÃO BUENO, Consul Geral.

CUBA

RIO DE JANEIRO (Consulado)

Tem jurisdição em todo o Brasil. Chancellaria: Av. Atlantica, 450, tel. Ipm. 1.231.

CARLOS S. VARONA, Consul.

DINAMARCA

TODOS OS CONSULADOS ESTÃO SUBORDINADOS Á LEGAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

BAHIA (Consulado)

Chancellaria: Rua Portugal, 18.

ALBERT THOMAS BAILIE, Consul.

BELEM (Vice-Consulado)

Endereço: Caixa do Correio, 283.

VICENTE JOÃO DE FIGUEIREDO CAMPOS, Vice-Consul.

FLORIANOPOLIS (Vice-Consulado)

CARLOS HOEPCKE, Vice-Consul.

PARANAGUÁ (Vice-Consulado)

Endereço: Caixa do Correio, 9.

ACRISIO GUIMARÃES, Vice-Consul.

PORTO ALEGRE (Consulado)

Chancellaria: Rua Marechal Floriano, 70.

OSCAR CHRISTIANO POETZEL, Consul.

RECIFE (Consulado)

Chancellaria: Rua 15 de Novembro, 29, 2º andar.

ADOLF EGMUND KLEIN — SCHENKER, Consul.

RIO GRANDE (Consulado)

Chancellaria: Rua Riachuelo, 45.

SINCLAIR ROBINSON, Consul.

RIO DE JANEIRO

Os negocios consulares estão a cargo da Legação. Chancellaria:
Rua Humaytá, 80, tel. S. 471.

SANTOS (Vice-Consulado)

Chancellaria: Rua 15 de Novembro, 183.

ROLF TANGEN SILVERTSEN, Vice-Consul.

SÃO LUIZ (Vice-Consulado)

Chancellaria: A. Maranhense, 13.

JOSÉ PEDRO RIBEIRO, Vice-Consul, interino, Enc. do Vice-Consulado.

SÃO PAULO (Consulado)

Chancellaria: Largo do Palacio, 7, tel. C. 4.408.
NIELS CHRISTIAN EMIL HANSEN, Consul.

EGYPTO

RIO DE JANEIRO (Consulado Geral)

MOHAMED ALY EL MAGHRABI PACHA, Consul Geral.

EQUADOR

BELEM (Consulado)

HANNIBAL PORTO, Consul (ausente.)
JOSÉ NUNES DE LIMA, Enc. do Consulado.

RIO DE JANEIRO (Consulado)

Chancellaria: Rua Buenos Aires 21, 1º andar.
OCTAVIO DO NASCIMENTO BRITO, Consul.

ESPAÑHA

TODOS OS CONSULADOS SÃO SUBORDINADOS AO CONSULADO GERAL EM
SÃO PAULO, A MENOS QUE NÃO TENHAM OUTRA INDICAÇÃO EM CON-
TRARIO.

ARARAQUARA (Agencia Consular)

BERNARDO GONZALEZ SAN ROMAN, Agente Consular.

ATIBAIA (Agencia Consular)

JUAN BOBADILLA Y MARIN, Agente Consular.

BAGÉ (Vice-Consulado)

....., Vice-Consul.
SEBASTIÃO BUDÓ, Vice-Consul, interino.

BAHIA (Consulado)

Chancellaria: Conselheiro Dantas, 37, tel. C. 1.578.
FRANCISCO VIRGILIO SEVILLANO Y CARBAJAL, Consul.

DAVID NOGUEROL Y FERNANDES, Vice-Consul.
GREGORIO IZAGA GARAY, Chancellor.

BARRA DE PIRAHY (Agencia Consular)

Chancellaria: Rua Heitor Valle, 4, tel. 21.
DR. MAGIN CASTANO CARBALO, Agente Consular.

BAURÚ (Agencia Consular)

RUDESINDO FERNANDEZ CANTERO, Agente Consular.

BEBEDOURO (Agencia Consular)

MANUEL FRAGUAS OGANDO, Agente Consular.

BELÉM (Vice-Consulado)

Tem jurisdição nos Estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Piauí e Acre.

REMIGIO G. FERNANDES, Vice-Consul em exercício.

BELLO-HORIZONTE (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro). Chancellaria: Rua Bahia, 1364, tel. 70.

LEONARDO ALVAREZ GUTIERREZ, Vice-Consul.

D. MIGUEL GUTIERREZ, Chancellor.

BOTUCATÚ (Agencia Consular)

EMILIO GARCIA Y GARCIA, Agente Consular.

CAMPINAS (Agencia Consular)

GERARDO SORIA HERNANDEZ, Agente Consular.

CAMPO GRANDE (Vice-Consulado)

GERARDO ESCUDERO LACUSSANT, Vice-Consul.

CAMPOS (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro). Chancellaria: Rua Tenente-Coronel Cardoso, 324.

JOSÉ MARIA MORGADE, Vice-Consul.

CATANDUVA (Agencia Consular)

CRISTOBAL CANO GASQUET, Agente Consular.

CORUMBÁ (Vice-Consulado)

FRANCISCO ROCA MENNA, Vice-Consul.

CURITYBA (Vice-Consulado)

LUIZ ANGEL CIRUELOS DIEZ, Vice-Consul.

DESCALVADO (Agencia Consular)

DIONISIO RODRIGUEZ Y VASQUEZ.

ESPIRITO SANTO DO PINHAL (Agencia Consular)

RAYMUNDO GRANERO Y MOYA, Agente Consular.

FLORIANOPOLIS (Vice-Consulado)

WENCESLAU FREYESLEBEN, Vice-Consul.

FORTALEZA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. no Recife.)

ANTONIO FIUSA PEQUENO, Vice-Consul.

GLYCERIO (Agencia Consular)

JOSÉ PACHECO LOMBA, Vice-Consul.

GUAXUPÉ (Vice-Consulado)

Chancellaria: Av. Paulo Carneiro, 66, tel. 116.

MARCELLINO GANDA RIBERA, Vice-Consul.

ITAPIRA (Agencia Consular)

JUAN SANCHEZ Y HARO, Agente Consular.

IPAUSSÚ (Agencia Consular)

PEDRO MORA FERNANDES, Agente Consular.

JACAREHY (Agencia Consular)

MANOEL JIMENEZ ENRIQUE, Agente Consular.

JAHÚ (Vice-Consulado)

JOSÉ GARCIA FERNANDEZ, Vice-Consul.

MANÁOS (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Belém.)

MANOEL DE LA ESCOSURA Y FUERTES, Consul.

CARLOS MIGUEL ASENSI, Vice-Consul.

MOCOCA (Agencia Consular)

JUAN COSTAL CHAVARRIA, Agente Consular.

MONTE ALTO (Agencia Consular)

EDUARDO MARTINEZ DOMINGUEZ, Agente Consular.

PARAHYBA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. no Recife.)

JOAQUIM PARDO VIEIRA, Vice-Consul.

PELOTAS (Vice-Consulado)

Tem jurisdição nos municipios de Pelotas, Piratiny, Cangussú e Jaguarão.

INDALECIO DE LA NUEVA CRUZ, Vice-Consul.

PIRACICABA (Vice-Consulado)

FELIPE DIAZ Y RUBIA, Vice-Consul.

POÇOS DE CALDAS (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. no Rio). Chancellaria: Rua Minas Geraes, 39, Rio de Janeiro).

FREDERICO FERNANDEZ ALVAREZ, Vice-Consul.

PORTO ALEGRE (Vice-Consulado)

JULIO BOZANO, Vice-Consul.

RECIFE (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados de Pernambuco, Alagôas, Parahyba, Rio Grande do Norte e Ceará.

LUIS AMADOR SANCHEZ FERNANDEZ, Consul.

LUIZ PEREZ VASQUEZ, Vice-Consul.

RIBEIRÃO PRETO (Agencia Consular)

JOSÉ TRONCOZO Y GONZALEZ, Agente Consular.

RIO GRANDE (Vice-Consulado)

JUAN LLOPART, Vice-Consul.

RIO DE JANEIRO (Consulado)

Chancellaria: Rua da Carioca n., tel. N. 5.219.

RAMIRO FERNANDEZ PINTADO Y CAMACHO, Consul.

RICARDO A. PEREZ MALANDO, Vice-Consul (ausente.)

NICOLAS BARBEITO, 1º auxiliar.

JOSE FERNANDEZ, 2º auxiliar.

RIO PRETO (Agencia Consular)

EMETERIO PASCUA VALLE, Agente Consular.

SANTO ANASTACIO (Agencia Consular)

JOSÉ REYS TALAVERA, Agente Consular.

SANT'ANNA DO LIVRAMENTO (Vice-Consulado)

AGAPITO GONZALEZ ESTEBAN, Vice-Consul.

SANTOS (Consulado)

URBANO FEIJOÓ DE SOTOMAYOR Y FEIJOÓ DE SOTOMAYOR, MARQUEZ DE SANTA ILDUARA E VISCONDE DE SAN ROSENDO, Consul (ausente.)

JOSÉ OZORES FERNANDEZ, Vice-Consul. Enc. do Consulado.
NICOLAS FERNANDEZ ESTEVEZ, Chanceller.

SÃO CARLOS (Agencia Consular)

CANDIDO MARTINEZ, Agente Consular.

SÃO FRANCISCO DO SUL (Consulado)

CARLOS HABERER, Consul.

SÃO LUIZ (Vice Consulado)

(Subord. ao Cons. em Belém.)

ANTONIO RODRIGUES MARTINS, Vice-Consul.

SÃO PAULO (Consulado Geral)

Tem jurisdição nos Estados de São Paulo (menos em Santos),
Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Goyaz e Matto Grosso.

Chancellaria: Rua Boa Vista, 13, 2º andar, tel. C. 5.580, Caixa do
Correio 1.049. Expediente das 13 ás 17 horas.

JOSÉ MARIA FUERO Y O'DONNELL.

PEDRO LOPEZ GARCIA, Vice-Consul em exercicio.

AUGÚSTO FERNANDEZ MARTI, Chanceller.

MODESTO LASO MONTERO, Auxiliar.

SOROCABA (Agencia Consular)

MIGUEL MARTINEZ MOLINA, Agente Consular.

THEREZINA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Belém.)

ARTHUR FURTADO ALBUQUERQUE CAVALCANTI, Vice-Consul.

UBERABA (Vice-Consulado)

Chancellaria: Rua Eduardo, 48, tel. 74.

JAIME SUAREZ VILLARIÑO, Vice-Consul.

VICTORIA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro). Chancellaria: Rua Sete
de Setembro, 2.

EMILIO TRINXE Y MAURI, Vice-Consul.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA

OS CONSULADOS ESTÃO SUBORDINADOS AO CONSULADO GERAL NO RIO DE JANEIRO, A MENOS QUE TENHAM INDICAÇÃO EM CONTRARIO

BAHIA (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados da Bahia, Sergipe e no Sul do Piauí.

HOWARD DONOVAN, Consul.

BELÉM (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados do Pará, Amazonas, Maranhão e no Norte do Piauí.

JACK DEWAY HICKERSON, Consul.

R. FRAZIER POTTS, Vice-Consul.

EDWARD C. HOLDEN, Vice-Consul honorario.

FORTALEZA (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. no Recife.)

..... (vago.)

MANÁOS (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Belém.)

GASTON A. COURNOYER, Vice-Consul.

EDUARD B. KIRK, Vice-Consul.

FRED. C. EASTIN. JUNIOR, Vice-Consul.

RUDOL CALEN, Vice-Consul.

PORTO ALEGRE (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catharina.

....., Consul (vago.)

E. KITCHEL FARRAND, Vice-Consul.

FRED. E. HUNLEIN, Vice-Consul.

RECIFE (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba e Alagoas.

NATHANIEL P. DAVIS, Consul.

RIO GRANDE (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em Porto Alegre.)

ARTHUR LLEWELLYN BOWEN, Agente Consular.

RIO DE JANEIRO (Consulado Geral)

Tem jurisdição sobre os Consulados na Bahia, Belém, Recife, Porto Alegre, Santos e São Paulo.

Chancellaria: Av. Rio Branco 117, 3º andar, tel. N. 1.970.

ALPHONSE GAULIN, Consul Geral.

ROBERT R. BRADFORD, Consul.

THEODORE A. XANTHAKY, Vice-Consul.

ALLAN DAWSON, Vice-Consul.

SANTOS (Consulado)

Tem jurisdição nos municípios de Santos e S. Vicente e no Estado de Santa Catharina.

Chancellaria: Rua do Commercio, 17, tel. C. 492.

....., Consul (vago.)

ARTHUR G. PARSLOE, Vice-Consul.

S. LUIZ (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em Belém.)

....., Agente Consular (vago.)

S. PAULO (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados de S. Paulo, Paraná e Matto Grosso.

Chancellaria: Rua S. Bento, 66 A, tel. C. 465.

HERNDON W. GOFORTH.

ARCHER WOODFORD, Vice-Consul.

VICTORIA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro.)

JOHN W. BRUNK, Vice-Consul.

ESTHONIA

RIO DE JANEIRO (Consulado Geral honorario)

Séde: Uruguayana, 77, sobrado.

ERNESTO GARCEZ CALDAS BARRETO, Consul Geral.

FINLANDIA

TODOS OS VICE-CONSULADOS SÃO SUBORDINADOS AO CONSULADO GERAL
NO RIO DE JANEIRO

BAHIA (Vice-Consulado)

ALOYSIO GAMA DA COSTA SANTOS, Vice-Consul.

RECIFE (Vice-Consulado)

EDGAR RIBEIRO DE BRITO, Vice-Consul.

RIO DE JANEIRO (Consulado Geral)

Tem jurisdição em todo o Brasil.

OSCAR RODRIGUES DA COSTA, Consul Geral.

ARNDT FRITIOF ALEXIS MALMSTRON, Vice-Consul.

SANTOS (Vice-Consulado)

JOHN GUSTAV CRAMER, Vice-Consul.

FRANÇA

BAHIA (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Parahyba, Rio Grande do Norte e Sergipe.

LÉON HIPPEAU, Consul.

BELÉM (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados do Pará, Amazonas, Piauhy, Maranhão e Ceará.

PAUL LE COINTE, Enc. do Consulado.

BELLO HORIZONTE (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro.)

FRANÇOIS JEAN BRIFFAULT, Agente Consular.

CAMPOS (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro.)

FRANÇOIS MARIUS HUGHES AGARRAT, Agente Consular.

CURITYBA (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em S. Paulo.)

MAURICE LAVAL, Agente Consular.

CUYABA (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro.)

JEAN MARIE KUYL, Agente Consular.

FLORIANOPOLIS (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em S. Paulo.)

WALDEMIR LESAGE, Agente Consular.

FORTALEZA (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em Belém.)

....., Agente Consular (vago.)

JOSEPH BORIS, Encarregado da Agencia Consular.

MACEIO (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. na Bahia.)

CLAUDE MARIE GIRARD, Agente Consular.

MANÁOS (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em Belém.)

LOUIS CREHANGE, Agente Consular.

PARNAHYBA (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em Belém.)

MOISE MARC DESIRE JACOB, Agente Consular.

PELOTAS (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em Porto Alegre.)

PAUL ALPHONSE MEYSELLE, Agente Consular.

PORTO ALEGRE (Consulado)

Tem jurisdição em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

VACHER CORBIERE, Consul.

RECIFE E PARAHYBA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. na Bahia.)

EMILE DEVOLE, Agente Consular.

RIO DE JANEIRO (Consulado)

Chancellaria: Av. Rio Branco, 16, tel. N. 2.417. Tem jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro, Espirito Santo, Matto Grosso, Minas Geraes e Goyaz.

BARRE PONSIGNON (HENRI A. MARIE), Consul.

FELIX BARTHE, Chancellor.

ALPHONSE LESOURD (addido.)

S. FRANCISCO (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em S. Paulo.)

ALBERT FROMAGER, Agente Consular.

S. LUIZ (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em Belém.)

JOÃO JORGE DOS SANTOS FREITAS, Agente Consular.

S. PAULO E SANTOS (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados de S. Paulo, Paraná e Santa Catharina. Chancellaria: Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 135.

ERNIL MARCEL DE VERNEUIL, Consul.

JOSEPH VEDRINES, Chancellor (S. Paulo.)

JULIEN BELLOT, Chancellor (Santos.)

VICTORIA (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro.)

ALBERTO OLIVEIRA DOS SANTOS, Agente Consular.

GRÃ-BRETANHA

ARACAJÚ (Vice-Consulado honorario)

(Subord. ao Cons. na Bahia.)

THALES FERRAZ, Vice-Consul.

BAHIA (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados da Bahia e de Sergipe. Chancellaria:
Rua Portugal, 8, tel. C. 814.

JOHN MONCASTER LEY MITCHESON, Consul.

JAMES JOSEPH JEROME ROWSELL, Consul interino.

BELÉM (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados do Pará, Amazonas, Piauí e Maranhão. Chancellaria: Rua da Industria, 36 B, 2º andar.

FREDERICK JORGE COULTAS, Consul.

ALEXANDRE PINTO DE FRANÇA, Pro-Consul.

AUGUSTINE BEVERLEY WILSON, Vice-Consul.

CURITYBA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em S. Paulo.)

HENRY CORFE WITHERS, Vice-Consul.

FLORIANOPOLIS (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em S. Paulo.)

FRANK ALFRED MARSHALL, Vice-Consul honorario.

FORTALEZA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. no Recife.)

DR. WILLIAM STUART, Vice-Consul.

ILHÉOS (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. na Bahia.)

TENENTE-CORONEL FRANCIS REGINAL HULL, Vice-Consul (ausente.)

MACEIÓ (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. no Recife.)

KERMETH COURAGE MACRAY, Vice-Consul.

MANÁOS (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Belém.)

ALEXANDER MACFARLANE, Vice-Consul (ausente.)

CHARLES EARSHAM TURNER, Vice-Consul, interino.

MORRO VELHO (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro.)

WILLIAM POLLARD, Vice-Consul, interino.

NATAL (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. no Recife.)

ERIC R. S. GORDON.

PARAHYBA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. no Recife.)

ROBERT VAUGHAN KERR, Vice-Consul.

PARNAHYBA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. no Recife.)

CHARLES VINCENT READE, Vice-Consul.

JULIAN JAMES CLISOLD, Vice-Consul, interino.

PORTO ALEGRE (Consulado) |

Tem jurisdição em todo o Estado do Rio Grande do Sul. Chancellaria: Edifício Wilson, 2º andar, sala 5.

DR. THOMAS CANTRELL DILLON, Consul.

PORTO VELHO (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Belém.)

WILLIAM JOHN KNOX LITTLE, Vice-Consul (ausente.)

A. L. BELL, Vice-Consul, interino.

CHARLES HERBERT HOWE, Pro-Consul.

RECIFE (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados de Pernambuco, Alagôas, Ceará, Parahyba, Rio Grande do Norte e Piauí. Chancellaria: Rua Bom Jesus, 505, 1º andar, tel. Recife 1.966.

WALLACE INGHAM, Consul interino.

LUIZ ALBUQUERQUE MELLO, Pro-Consul.

RIO GRANDE (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Porto Alegre.)

VIVIAN WIGG, Vice-Consul.

RIO DE JANEIRO (Consulado Geral)

Tem jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro, Espirito Santo, Goyaz e Minas Geraes. Chancellaria: Av. Rio Branco, 9, salas ns. 248, 256, tel. n. 3.333.

GODFREY DIGBY NAPIER HAGGARD, Consul Geral.

FRANK STANNARD GIBBS, Vice-Consul.

NOEL CAMERON ROBINSON, Pro-Consul.

SANTOS (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em S. Paulo.)

WILLIAM SYDNEY HAMILTON BERNARD, Vice-Consul.

ARTHUR H. MARLOW, Vice-Consul.

HAROLD MAC CARDELL, Vice-Consul, honorario.

SÃO FRANCISCO DO SUL (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em São Paulo.)

RONALD O'NEILL ADDISON, Vice-Consul.

SÃO JOÃO D'EL REY (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro.)

OCTAVIO DUGUET COELHO, Vice-Consul.

SÃO LUIZ (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Belém.)

JOHN GRANVILLE CLISSOLD, Vice-Consul.

SÃO PAULO (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados de S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Matto Grosso. Chancellaria: Rua Quintino Bocayuva, 4, tel. Central 841.

ARTHUR ABBOTT, Consul.

(Teve outro *exequatur* anteriormente, datado 13 de nov. 1919.)

CYRIL LYNCH, Vice-Consul.

VICTORIA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro.)

GRECIA

BAHIA (Vice-Consulado)

EDUARDO PINTO DE VASCONCELLOS, Vice-Consul.

BELÉM (Vice-Consulado)

JOSÉ MARQUES BRAGA, Vice-Consul.

FLORIANOPOLIS (Vice-Consulado)

MICHEL ANTONIADES, Vice-Consul.

FORTALEZA (Vice-Consulado)

ANTONIO NUNES VALENTE, Vice-Consul.

NATAL (Vice-Consulado)

JOÃO JUVENAL PEDROSA TINOCO, Vice-Consul.

PARAHYBA (Vice-Consulado)

MANOEL DEODATO HENRIQUE DE ALMEIDA, Vice-Consul.

PARANAGUÁ (Vice-Consulado)

JOÃO SAVAS^o JOANNIDIS, Vice-Consul.

PORTO VELHO (Vice-Consulado)

PAULO CORDEIRO DA CRUZ SALDANHA, Vice-Consul.

RECIFE (Vice-Consulado)

ARTHUR GONÇALVES TORRES, Vice-Consul.

RIO DE JANEIRO (Consulado Geral)

DEMETRIUS C. SFEZZO, Consul Geral.

SANTOS (Vice-Consulado)

.....

SÃO LUIZ (Vice-Consulado)

CARLOS S. DE OLIVEIRA NEVES, Vice-Consul.

SÃO PAULO (Consulado)

NICOLAS JANACOPOULOS, Consul.

GUATEMALA

RIO DE JANEIRO (Consulado Geral)

CARLOS AUGUSTO FALLER, Consul Geral.

SANTOS (Consulado)

JOÃO MANUEL ALFAYA RODRIGUES, Consul.

SÃO PAULO (Consulado)

ARTHUR GOMES DA ROCHA AZEVEDO, Consul.

HAITI

BAHIA (Consulado)

DR. EDGARD RIBEIRO SANCHES, Consul.

FLORIANOPOLIS (Consulado)

JOÃO PEDRO DY OLIVEIRA CARVALHO, Consul.

MANÁOS (Consulado)

DR. ALCIDES BAHIA, Consul.

PORTO ALEGRE (Consulado)

EDMUNDO H. TELTSCHER BASTIAN, Consul.

RECIFE (Consulado)

.....

RIO DE JANEIRO (Consulado Geral)

Chancellaria: Rua dos Ourives, 43.

LUIZ DE MORAES JUNIOR, Consul Geral.

SÃO PAULO (Consulado)

JOAQUIM FERREIRA DA ROSA SOBRINHO, Consul.

HONDURAS

RIO DE JANEIRO (Consulado Geral)

ROBERTO J. KINSMAN BENJAMIN, Consul Geral.

(Foi, a principio, Consul, com *exequatur* de 16 de fev. 1895.)

HUNGRIA

SÃO PAULO (Consulado honorario)

Tem jurisdicção nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

.....

PORTO ALEGRE (Consulado honorario)

CARLOS ELNER, Consul.

ITALIA

BAGÉ (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em Porto Alegre.)

CLEMENTE GHISOLFI, Agente Consular, interino.

(O effectivo está ausente.)

BAHIA (Consulado)

(Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro). Chacellaria: Rua Conselheiro Saraiva 28, tel. n. 1.861.

ANTONIO SCALDAFERRI, Consul.

ATTILIO SCALDAFERRI.

BELÉM (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados do Pará, Amazonas e Maranhão.
Chancellaria: Travessa S. Matheus, 3.

.....

BELLO HORIZONTE (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados de Minas Geraes e Goyaz. Chancellaria: Rua da Bahia, 1.866, tel. 22.

CAV. UFF. BELLI DI SARDES, Consul.

BENTO GONÇALVES (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em Porto Alegre.)

CONSTANTE GINO BATTOCHIO, Agente Consular.

BOTUCATÚ (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. Geral em São Paulo.)

CAV. FRANCESCO SALERNO, Agente Consular.

CAMPINAS (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. Geral em São Paulo.)

GIOVANNI MOSCARDI, Agente Consular.

CAXIAS (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em Porto Alegre.)

ROMOLO CARBONE, Agente Consular.

CORUMBÁ (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. Geral em São Paulo.)

ALESSANDRO MOZZILLI, Agente Consular.

CURITYBA (Consulado)

Tem jurisdição no Estado do Paraná.
CAV. NOB. UGO TOMMASI, Consul.

CUYABÁ (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. Geral em São Paulo.)
GIUSEPPE ORLANDO, Agente Consular (ausente.)
EGYDIO LARAYA, Enc. da Agencia Consular.

FLORIANOPOLIS (Consulado)

Tem jurisdição no Estado de Santa Catharina. Chancellaria:
Rua José Veiga, 21, tel. 53.
CAV. GAETANO VECCHIOTTI, Consul.

FORTALEZA (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. no Recife). Chancellaria: Rua Liberato Bar-
roso, 53.
DOMENICO MURATORI, Agente Consular.

FRANCA (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. Geral em São Paulo.)
CAV. UFF. GAETANO PETRAGLIA, Agente Consular.

ITAPETININGA (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. Geral em São Paulo.)
DONATO ANTONIO PASSARO, Agente Consular.

JABOTICABAL (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. Geral em São Paulo.)
CARLO TONANNI, Agente Consular.

JAHÚ (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. Geral em São Paulo.)
GIUSEPPE DE MORI, Agente Consular.

JUIZ DE FÓRA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Bello Horizonte.)

NICOLAU CARELLI, Enc. do Vice-Consulado.

LAGUNA (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em Florianopolis.)

GIACINTO TASSO, Agente Consular.

MACEIÓ (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. no Recife). Chancellaria: Rua do Comercio, 50.

PASCUALE GAZZANELO, Agente Consular.

MANÁOS (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em Belém.)

CAV. GIULIO DE CESARE ROBERTI, Agente Consular.

MOCOCA (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. Geral em São Paulo.)

ROCCO NOSSETTI, Enc. da Agencia Consular.

NOVA VENEZA (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em Florianopolis.)

ANTONI REMOR, Agente Consular.

OBIDOS (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em Belém.)

NICOLA ALTIERI, Agente Consular.

OURO FINO (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em Bello Horizonte). Chancellaria: Rua Julio Bueno Brandão Filho.

GOTTARDO GOTTARDI, Agente Consular.

PALMEIRAS (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. Geral em São Paulo.)

BONIFACIO DE BIASE, Agente Consular.

PARAHYBA (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. no Recife). Chancellaria: Rua Maciel Pinheiro, 163.

VINCENZO COZZA, Enc. da Agencia Consular.

PETROPOLIS (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro). Chancellaria: Rua 15 de Novembro, 1.038, tel. 147.

FELIPPO GELLI, Agente Consular.

PIRACICABA (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. Geral em São Paulo.)

DR. ORESTE PENTAGNA, Agente Consular.

PONTA GROSSA (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em Curityba.)

CAV. EUGENIO GAMBASSI, Agente Consular.

PORTO ALEGRE (Consulado)

Tem jurisdição no Estado do Rio Grande do Sul. Chancellaria: Rua Marechal Deodoro n. 44, tel. Central 978.

GIOVANNI BATTISTA GIULIO BOSANO, Vice-Consul.

RECIFE (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados do Norte, desde a Bahia até o Amazonas, Sergipe, Alagoas, Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Chancellaria: Rua Amelia, 125, tel. 1.411.

CAV. PUBLIO LAUDUCCI, Consul.

RIBEIRÃO PRETO (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral em São Paulo.)

..... (vago.)

RIO GRANDE (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em Porto Alegre.)

RICARDO GIOVANNINI, Agente Consular.

RIO DE JANEIRO (Consulado)

Tem jurisdição no Districto Federal e nos Estados do Rio de Janeiro e do Espirito Santo. Chancellaria: Av. Rio Branco, 25, tel. Norte 3.586.

SYLVIO CAMERANI, Consul.

DR. ROGERIO PENTAGNA, Vice-Consul, honorario.

SALTO (Agencia Consular)

SALERNO FRANCESCO, Agente Consular.

SANT'ANNA DO LIVRAMENTO (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em Porto Alegre.)

GAZAPINO VITELLIO, Agente Consular.

SANTA MARIA DA BOCCA DO MONTE (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em Porto Alegre.)

NICOLA TURI, Agente Consular.

SANTA THEREZA (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro). Chancellaria: Rua do Commercio 8, tel. 3.

PAOLO BONINO, Agente Consular.

SANTA VICTORIA DO PALMAR (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em Porto Alegre.)

RICCARDO SPOTORNO.

SANTOS (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral em São Paulo). Chancellaria: Rua Dom Pedro II, 13, tel. C. 706.

GUGLIELMO FONTANA, Vice-Consul.

CAV. UFF. AUGUSTO MARINANGELI, Addido.

SÃO CARLOS DO PINHAL (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. Geral em São Paulo.)

GIULIO SERPE, Agente Consular.

SÃO LUIZ (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em Belém.)

GHERARDO COMAZANI, Agente Consular.

SÃO PAULO (Consulado Geral)

Tem jurisdição nos Estados de São Paulo e Matto Grosso.
Chancellaria: Al. Cleveland, 65, tel. Cidade, 1.388.

GIOVANNI BATTISTA DOLFINI, Consul Geral.

VALERIO VALERIANI, Vice-Consul.

TAQUARITINGA (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. Geral em São Paulo.)

GIUSEPPE CONSENTINO, Agente Consular.

TAUBATÉ (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. Geral em São Paulo.)

RICARDO SIMI, Agente Consular.

URUGUAYANA (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. em Porto Alegre.)

GIACOMO GUBIANI, Agente Consular.

VICTORIA (Agencia Consular)

(Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro). Chancellaria: Av. da Republica, 8, tel. 5.

MARIO PETROCCHI, Encarregado da Agencia.

JAPÃO

BAURÚ (Consulado)

Tem jurisdição em Matto Grosso e em parte de São Paulo
Chancellaria: Rua Bandeirantes (s/n), tel. 9.

TETSUSUKE TARAMA, Consul (ausente.)

TOMIYA KOSEKI, Chanceller, Enc. do Consulado.

KAZUKIYO YRIE, alumno-interprete.

MANÁOS (Consulado)

LEOPOLDO DE MATTOS, Consul.

RIBEIRÃO PRETO (Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral em São Paulo). Chancellaria: Rua São José, 7-B, tel. Cidade 232.

SUETAKA HAYAO, Vice-Consul Encarregado.

NABUMARA SATO, Chânceller.

RIO DE JANEIRO (Consulado)

Tem jurisdição em todo o Brasil, com excepção dos Estados de São Paulo, Minas Geraes, Goyaz, Matto Grosso, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul. Chancellaria: Rua 19 de Fevereiro, 116, tel. Sul 3.326.

RYOJI NODA, Consul (ausente).

SUETAKA HAYAO, Vice-Consul, Enc. do Consulado.

SAKAE NANJO, Chânceller.

YOSHIZO SAITO, Chânceller.

NOBUO KANADA, Chânceller, interprete.

SÃO PAULO (Consulado Geral)

Tem jurisdição nos Estados de Minas Geraes, Goyaz, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, e na parte do de São Paulo não comprehendida na jurisdição do Consulado em Baurú. Chancellaria: Rua Libero Badaró, 90, 3º andar, tel. Cidade 4.542.

SUKEIJUKI AKAMATSU, Consul Geral.

KAKUMEI KASUGA, Vice-Consul, Enc. da Succursal do Consulado Geral em Santos.

TAKAYUKI TEMUSA, Chânceller.

KYUVSHI TOUCHIYA, idem.

TAKEO SAITO. idem.

TAKAKI GOTANDA, idem.

SAKAE MINE, idem.

SHICHIRO HARAGUCHI, alumno-interprete.

YASUSHI FURUKAWA, idem.

NOBUTANE EGOSHI, Addido, Engenheiro agronomo.

SANTOS (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral em S. Paulo). Chancellaria: Rua D. Pedro II, 13, tel. C. 2.170.

KAKUMEI KASUGA, Vice-Consul.

MEXICO

BAHIA (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados da Bahia e Sergipe.

IGNACIO HASSELMANN.

BELÉM (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados do Pará, Amazonas, Maranhão e Matto Grosso.

MANOEL IGNACIO PEREYRA DE MOTA, Consul.

(Já servia com outro *exequatur* desde 1903.)

MANÁOS (Consulado)

BRETISLAU MANUEL DE CASTRO JUNIOR, Consul.

PORTO ALEGRE (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catharina.

CARLOS FONTOURA, Consul.

RECIFE (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte e Alagôas.

João DUBEUX, Consul.

RIO DE JANEIRO (Consulado Geral)

Tem jurisdição em todo o Brasil, estando-lhe subordinados hierarchicamente todos os demais Consulados.

..... Consul (vago.)

(O serviço consular está provisoriamente a cargo da Embaixada.)

SANTOS (Vice-Consulado)

BRASILUZO LOPES, Vice-Consul.

SÃO LUIZ (Consulado)

Tem jurisdição no Estado do Maranhão.
AMADEU DA CUNHA SANTOS AROZO, Consul.

SÃO PAULO (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados de São Paulo e Paraná.
JOAQUIM CANDIDO DE AZEVEDO, Consul.

MONACO

RIO DE JANEIRO (Consulado Geral)

ALBINO DA SILVA BANDEIRA, Consul Geral.

NICARAGUA

RIO DE JANEIRO (Consulado Geral)

JOSÉ CONSTANTINO GONZALES, Consul Geral.

SÃO PAULO (Consulado)

PEDRO GAD, Consul.

NORUEGA

TODOS OS CONSULADOS SÃO SUBORDINADOS AO CONSULADO GERAL
NO RIO DE JANEIRO

BAHIA (Vice-Consulado)

Chancellaria: Rua S. João, 3.
JAMES ARROWSMITH COOK, Vice-Consul.

BELÉM (Consulado)

Chancellaria: Praça Visconde do Rio Branco, 18.
PETER FRETHEIM, Vice-Consul.

CURITYBA (Consulado)

J. GARBERS, Consul.

FORTALEZA (Vice-Consulado)

Chancellaria: Av. Marquez de Olinda, 117.

ADRIEN SELIGMAN, Vice-Consul.

FLORIANOPOLIS (Vice-Consulado)

GUILHERME H. CHAPLIN, Vice-Consul.

MACEIÓ (Vice-Consulado)

ROBERT WILLIAM BROWNING PATERSON, Vice-Consul.

PARAHYBA (Vice-Consulado)

EINAR HECHT JOHANSEN, Vice-Consul.

PARANAGUÁ (Vice-Consulado)

MANOEL HERMOGENES VIDAL, Vice-Consul.

PORTO ALEGRE (Consulado)

JOHAN BAADE, Vice-Consul, Encarregado.

RECIFE (Consulado)

JOHN WILLIAM AYRES, Consul.

RIO GRANDE (Vice-Consulado)

CEDRIC WIGG, Vice-Consul.

RIO DE JANEIRO (Consulado)

FREDRICK HERMAN GADE, Consul Geral.

REIDAR SOLUM, Vice-Consul.

SANTOS (Consulado)

ROAR HOFF, Consul.

SÃO LUIZ (Vice-Consulado)

JOSÉ PEDRO RIBEIRO, Vice-Consul.

SÃO PAULO (Consulado)

Tem jurisdição em todo o Estado, menos na cidade de Santos.
Chancellaria: Rua Libero Badaró, 136.

PEDRO GAD, Consul.

(Era Vice-Consul desde 1918.)

PAIZES BAIXOS

BAHIA (Consulado)

Tem jurisdição na Bahia e em Sergipe.

MANUEL JOSÉ DO CONDE JUNIOR, Consul.

.....(ausente.)

BELLO HORIZONTE (Consulado honorario)

Tem jurisdição em todo o Estado de Minas.

ARTHUR HAAS, Consul.

BELÉM (Vice-Consulado)

Tem jurisdição no Pará.

F. CHR. A. BERINGER (ausente.)

S. HERMANN, Enc. do Consulado.

CURITYBA (Consulado)

Tem jurisdição no Paraná. Chancellaria: Rua Barão do Rio Branco, 105.

JOÃO GARBERS, Consul.

FLORIANOPOLIS (Consulado)

Tem jurisdição em todo o Estado de Santa Catharina,

CARLOS HOEPCKE, Enc. do Consulado.

FORTALEZA (Consulado)

Tem jurisdição no Ceará.

JOAQUIM DA COSTA E SOUZA, Consul.

MCEIÓ (Consulado)

Tem jurisdição em Alagôas.

ROBERT WILLIAM BROWNING PATERSON, Enc. do Consulado.

MANÁOS (Consulado)

Tem jurisdição em todo o Estado do Amazonas.

H. E. WEYTINGH, Consul.

NATAL (Consulado)

Tem jurisdição no Rio Grande do Norte. Chancellaria: Rua do Commercio, Caixa Postal. 11.

HENRY J. GREEN, Consul.

PARAHYBA (Consulado)

Tem jurisdição na Parahyba. Chancellaria: Rua Dr. Trindade. W. KRONCKE, Consul.

PORTO ALEGRE (Consulado)

Tem jurisdição no Rio Grande do Sul. Chancellaria: Rua Voluntarios da Patria 110.

G. A. MENALDA, Consul.

RECIFE (Consulado)

Tem jurisdição em Pernambuco. Chancellaria: Rua Visconde de Itaparica, 22.

JULIUS VON SÖHSTEN, Consul.

RIO GRANDE (Consulado)

Tem jurisdição só na cidade do Rio Grande.

JAN DE BOER, Consul.

RIO DE JANEIRO

Tem jurisdição no Districto Federal, Rio de Janeiro e Minas Geraes. Chancellaria: Av. Rio Branco, 106, tel. N. 3.510. Caixa Postal 861.

Os serviços consulares estão a cargo da Legação.

HENDRIKUS THEODORUS ERNESTUS BOMANS, Vice-Consul.

SANTOS (Consulado)

Tem jurisdição só na cidade. Chancellaria: Rua General Camara, 350, tel. 1362, Caixa Postal 189.

G. A. HONING, Consul.

SÃO LUIZ (Consulado)

Tem jurisdição no Maranhão. Chancellaria: Rua Nazareth, 29. HANS KEMNITZER, Consul.

.....

S. PAULO (Vice-Consulado)

Tem jurisdição em São Paulo. Chancellaria: Rua Boa Vista, 4, sobrado, tel. Central 608, Caixa Postal 93.

J. A. F. ZERRENNER, Consul.

VICTORIA (Consulado)

Tem jurisdição no Espirito Santo. Chancellaria: Rua Primeiro de Março 19. Caixa Postal 2.874.

J. ZINZEN Consul (ausente.)

PANAMÁ

RIO DE JANEIRO (Consulado)

THEODORO LANGGAARD DE MENEZES, Consul.

CARLOS T. MENDEZ, Vice-Consul.

SÃO PAULO (Consulado)

SAMUEL AUGUSTO DAS NEVES, Consul.

PARAGUAY

BELLA VISTA (Consulado)

ARTURO RODRIGUES, Enc. do Consulado.

CAMPO GRANDE (Vice-Consulado)

DR. NICOLAS SARUBI, Vice-Consul.

CORUMBÁ (Consulado)

Séde: Rua 15 Novembro, 7.

JUAN R. DA COSTA, Consul.

FOZ DO IGUASSÚ (Vice-Consulado)

EMILIO ANZOATEGUI, Encarregado.....

MANÁOS (Consulado)

Séde: Rua Guilherme Moreira, 42.

ANTONIO DUARTE DE M. AREOSA, Consul.

NU-VERÁ (Vice-Consulado)

GUILHERMO HARRISON, Vice-Consul.

PONTA-PORÃ (Vice-Consulado)

CARLOS SILVA, Vice-Consul.

PORTO ALEGRE (Consulado)

SEBASTIAN KRAEMER, Consul.

PORTO MURTINHO (Vice-Consulado)

RAUL MARIO HEYN, Vice-Consul.

RIO DE JANEIRO (Consulado Geral)

Séde: Rua Barão de Itiburuna, 54.

PEDRO ARRUA RODAS, Vice-Consul, Encarregado.

S. LUIZ (Consulado)

Séde: Rua Inveja, 5.

ALBERTO PINEIRO DE SOUZA, Consul.

SÃO PAULO (Consulado Geral)

Séde: Rua da Liberdade, 89.

DANIEL MONTEIRO DE ABFEU, Consul.

SANTOS (Consulado)

Séde: Parque Balneario Hotel. (Subord. ao Cons. em São Paulo.)
MANUEL AUGUSTO ALFAYA RODRIGUES, Consul.

PERÚ

BAHIA (Consulado)

MANUEL CERQUEIRA CONDE, Consul.

BELÉM (Consulado)

FRANCISCO A. LOYAZA, Consul.

BENJAMIN CONSTANT (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons Geral em Manáos.)
AFFONSO ALVIM, Vice-Consul.

FORTALEZA (Consulado)

MINERVINO DE ABREU, Consul.

MANÁOS (Consulado Geral)

Tem jurisdição nos Estados do Pará, Amazonas e Matto Grosso.
RICARDO J. MAC LEAN, Consul Geral (interinamente). (Está ausente.)

HORACIO S. GARCIA, Consul. (Enc. do Cons. Geral durante a ausencia do Consul Geral.)

PORTO ALEGRE (Vice-Consulado)

LUIZ PINTO GUIMARÃES, Vice-Consul.

PORTO VELHO (Consulado)

JULIO MEDINA CACERES, Consul.

RECIFE (Consulado)

JOAQUIM RODRIGUES DA COSTA MAGALHÃES, Consul.

RIO DE JANEIRO (Consulado Geral)

Tem jurisdição sobre todos os Consulados no Brasil, com excepção dos situados nos Estados do Amazonas, Pará e Matto Grosso.

OTHON LEONARDOS JUNIOR, Consul Geral.

HENRIQUE LEONARDOS, Vice-Consul.

SANTOS (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em S. Paulo.)

ROBERTO DE MOLINA CINTRA, Vice-Consul.

S. PAULO (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

MARIO GUASTINI, Consul.

SENNA MADUREIRA (Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral em Manáos.)

FABRICIANO HOYOS, Consul.

TEFFÉ (Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral em Manáos.)

CONEGUNDES MACHADO, Consul.

POLONIA

CURITYBA (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados do Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul e Matto Grosso.

ZBIGNIEW AUGUST MISZKE, Consul.

RIO DE JANEIRO

Os negocios consulares estão a cargo do Departamento Consular junto á Legação, com jurisdição em todos os Estados, com excepção do Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul e Matto Grosso.

GEORGE WARCHALOWSKI, Enc. da Secção Consular junto á Legação.

PORTUGAL

ALTAMIRA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Belém.)

BENTO MENDES LEITE, Vice-Consul.

AMPARO (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em S. Paulo.)

JOÃO MARQUES DOS SANTOS, Vice-Consul.

ARACAJÚ (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. da Bahia.)

JOÃO CARNEIRO DE MELLO, Vice-Consul.

ARARAQUARA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em S. Paulo.)

JOSÉ DE FREITAS VELOSA, Vice-Consul.

BAHIA (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados da Bahia e Sergipe. Chancellaria:
Rua Portugal 13, tel. C. 1.324.

GONÇALO DE VASCONCELLOS FIGUEIREDO DA GUERRA MOURÃO,
Consul.

JOÃO DE FIGUEIREDO BARBOSA, Vice-Consul.

BARRA DO PIRAHY (Vice Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro.)

CARLOS GONÇALVES DE ARAUJO, Vice-Consul.

BAURÚ (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em S. Paulo.)

JOSÉ RIBEIRO DA SILVA, Vice-Consul.

BRAGANÇA (Vice-Consulado)

ALBINO CARDOSO PEREIRA, Vice-Consul.

BEBEDOURO (Vice-Consulado)

AUGUSTO PINTO VIEIRA DA SILVA, Vice-Consul.

BELÉM (Consulado)

Tem jurisdição no Estado do Pará e na parte do de Matto Grosso ao norte do paralelo austral 12°,30' de latitude e a léste do meridiano 58° de longitude Greenwich. Chancellaria: Av. 15 de Novembro, 43, 1° andar, tel. 579.

MANUEL FRAN PAXECO, Consul.

JOSÉ DIAS DA COSTA PAES, Vice-Consul.

JOSÉ CARLOS DA ROCHA FRANCO, Chancellor.

BELLO HORIZONTE (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados de Minas Geraes e Goyaz. Chancellaria: Rua Goyaz, 58.

AVELINO JOSÉ RODRIGUES, Consul (ausente).

BOTUCATÚ (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em S. Paulo.)

JERONYMO DE CARVALHO, Vice-Consul.

CABO FRIO (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro.)

MANOEL DE MAGALHÃES BASTOS, Vice-Consul.

CAMPINAS (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em S. Paulo.)

SECUNDINO DE LIMA MONTEIRO, Vice-Consul.

CAMPOS (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro.)

EUSTAQUIO ADOLPHO CAVALHEIRO, Vice-Consul.

CAXIAS (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em S. Luiz.)

ALVARO SILVA DE MENDONÇA CAMÕES, Vice-Consul (ausente.)

CORUMBÁ (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em S. Paulo.)

ARMANDO IGNACIO PEREIRA, Vice-Consul.

CURITYBA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em S. Paulo). Chancellaria: Rua 13 de Maio, 63.)

ANTONIO DE SOUZA MELLO, Vice-Consul.

CUYABÁ (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em S. Paulo.)

GABRIEL FRANCISCO DE MATTOS, Vice-Consul.

FLORIANOPOLIS (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Porto Alegre.)

ANTONIO TAVARES DO AMARAL, Vice-Consul.

FORTALEZA (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte
Chancellaria: Praça do Ferreira, 216, sobrado.

JULIO AUGUSTO DO AMARAL TEIXEIRA DE SOUZA PINTO, Consu.

FRANCA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em S. Paulo.)

AGRIPINO LOPES CARDOSO, Vice-Consul.

GUAMÁ (Vice-Consulado)

JOSÉ ANTONIO DA SILVA, Vice-Consul.

GOYAZ (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Bello Horizonte.)

JOAQUIM GUEDES DE AMORIM, Vice-Consul.

GRANJA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Fortaleza.)

ANTONIO GOUVEA DA SILVA, Vice-Consul.

ILHÉOS (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. na Bahia.)

JOAQUIM DA COSTA LINO, Vice-Consul.

ITAPIRA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em S. Paulo.)

MANUEL PINTO BOAVENTURA, Vice-Consul.

JABOTICABAL (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em S. Paulo.)

AURELIO AUGUSTO PEREIRA CARDOSO, Vice-Consul.

JAGUARÃO (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Porto Alegre.)

GABRIEL TAVARES LEITE, Vice-Consul (ausente.)

JOÃO JOSÉ GONÇALVES, Enc. do Consulado.

JUIZ DE FÓRA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Bello Horizonte.)

MANUEL LOURENÇO JORGE JUNIOR, Vice-Consul.

MACAHÉ (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro.)

ANTONIO DA COSTA MOTTA, Vice-Consul.

MACEIÓ (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. no Recife.)

MANOEL AFFONSO VIANNA, Vice-Consul.

MANÁOS (Consulado)

Tem jurisdição no Estado do Amazonas, Territorio do Acre e na parte do Estado de Matto Grosso ao norte do paralelo austral 12°,30' de latitude e a Oeste do meridiano, 58° de longitude Greenwich. Chancellaria: Rua Monsenhor Coutinho, 86.

CARLOS AUGUSTO ALVES COTELO, Consul.

ARTHUR ALBERTO FERREIRA DA SILVA, Vice-Consul (ausente.)

NATAL (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Fortaleza.)

ANTONIO DOS SANTOS MARTINS, Vice-Consul.

NICTHEROY (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro.)

DANIEL PINTO CORREIA, Vice-Consul.

OBIDOS (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Belém.)

JOSÉ CARDOSO AYRES, Vice-Consul.

OURO PRETO (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Bello Horizonte.)

VICTORINO ANTONIO DIAS, Vice-Consul.

PARAHYBA DO NORTE (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. no Recife.)

ARTHUR MONTEIRO DE PAIVA, Vice-Consul.

PARAHYBA DO SUL (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro.)

JOÃO PEIXOTO GUIMARÃES, Vice-Consul.

PARANAGUÁ (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em São Paulo.)

ALFREDO DOS SANTOS CORRÊA, Vice-Consul.

PARNAHYBA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em São Luiz.)

ALARICO JOSÉ DA CUNHA, Vice-Consul.

PELOTAS (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Porto Alegre.)

LINO SARAIVA DE OLIVEIRA, Vice-Consul.

PETROPOLIS (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro.)

ANTONIO DE NORONHA, Vice-Consul.

PORTO ALEGRE (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catharina. Chancellaria: Rua Sete de Setembro, 110, 1º andar, tel. 4.711, automatico.

EDUARDO DE CARVALHO, Consul.

AMADEU FERREIRA DA SILVA ALEGRIA, Chancellor, Enc. do Consulado.

PORTO VELHO (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Manáos.)

JOSÉ PEDRO DA SILVA, Vice-Consul.

RECIFE (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados de Pernambuco, Alagôas e Parahyba. Av. Marquez de Olinda, 175, 2º andar.

AGAPITO PEDROSO RODRIGUES, Consul.

FRANCISCO PINTO, Vice-Consul.

RIBEIRÃO PRETO (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em São Paulo.)

DR. ABILIO PEREIRA SAMPAIO, Vice-Consul.

RIO GRANDE (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Porto Alegre.)

MIGUEL JOSÉ DE ARAUJO, Vice-Consul.

RIO DE JANEIRO (Consulado Geral)

Tem jurisdição no Districto Federal e Estados do Rio de Janeiro e Espirito Santo.

CARLOS DE ALMEIDA AFONSECA SAMPAYO GARRIDO, Consul Geral.

ANTONIO RODRIGUES DE MIRANDA, Vice-Consul.

RIO PRETO (Vice-Consulado)

JUSTINO DE CARVALHO, Vice-Consul.

SANTARÉM (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Belém.)

ANTONIO BESSA LOPES, Vice-Consul.

SANTA MARIA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Porto Alegre.)

JOSÉ DIAS DE SOUZA, Vice-Consul.

SANTA VICTORIA DO PALMAR (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Porto Alegre.)

ANTONIO P. ESTRELLA SOBRINHO, Vice-Consul.

SANTOS (Consulado)

Tem jurisdição sómente na cidade de Santos.

JULIO AUGUSTO BORGES DOS SANTOS, Consul.

SÃO CARLOS DO PINHAL (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em São Paulo.)

ANTONIO LUIZ OLAIO, Vice-Consul.

SÃO LUIZ (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados do Maranhão e Piauhý. Chancelaria: Rua Isaac Martins, 21.

AGNELO LOPES DA CUNHA PESSOA, Consul.

ANNIBAL DE PADUA PEREIRA DE ANDRADE, Vice-Consul.

JOSÉ HENRIQUES CALDEIRA, Chancellor.

SÃO PAULO (Consulado)

Tem jurisdição nos Estados de São Paulo, com excepção da cidade de Santos; no Estado do Paraná e na parte do Estado de Matto Grosso ao sul do paralelo austral 12°30'.

DR. JOSÉ AUGUSTO DE MAGALHÃES, Consul.

ENNIO JUVENAL ALVES, Chancellor.

SOBRAL (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Fortaleza.)
JOAQUIM JOSÉ CARDOSO, Vice-Consul.

TAUBATÉ (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em São Paulo.)
JOAQUIM FERREIRA DE MATTOS, Vice-Consul.

UBERABA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Bello Horizonte.)
DAVID SEBASTIÃO DA COSTA, Vice-Consul.

VARGINHA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. em Bello Horizonte.)
ANTONIO REBELLO DA CUNHA, Vice-Consul.

VICTORIA (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Rio de Janeiro.)
ALBERTO DE OLIVEIRA SANTOS, Vice-Consul (ausente.)
ANTONIO DE OLIVEIRA SANTOS, Enc. do Vice-Consulado.

ROMANIA

RIO DE JANEIRO (Consulado Geral)

ARTHUR WRAUBECK, Consul Geral.
ARTHUR VIGNAL, Vice-Consul.

SÃO MARINO (Consulado Geral)

PIO DE CARVALHO AZEVEDO, Consul Geral.

SALVADOR

RIO DE JANEIRO (Consulado)

OCTAVIO REIS, Consul.
ADOLPHO DOS SANTOS SILVA, Vice-Consul.

SUECIA

TODOS OS CONSULADOS E VICE-CONSULADOS ESTÃO SOB A JURISDIÇÃO
DA LEGAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

BAHIA (Vice-Consulado)

Chancellaria: Rua S. João, 5, tel. C. 441.
JOHN DIDRIK BRUSELL, Vice-Consul.

BELÉM (Vice-Consulado)

Chancellaria: Boulevard da Republica, 36, tel. 76.
ERNST PASCHEN, Vice-Consul (ausente.)
SIEGISMUND HERMANN, Enc. do Vice-Consulado.

PORTO ALEGRE (Vice-Consulado)

Chancellaria: Rua Triumpho, 2.
JOHANNES WILHELM CONRAD LINAU, Vice-Consul.

RECIFE (Vice-Consulado)

Chancellaria: Rua Imperatriz, 35, tel. 710.
MARIUS PETERSEN LAURITZEN, Vice-Consul.

RIO GRANDE (Vice-Consulado)

Chancellaria: Rua Riachuelo, 25, tel. 400.
VIVIAN WIGG, Vice-Consul (ausente.)
CECIL WIGG, Enc. do Vice-Consulado.

RIO DE JANEIRO (Consulado)

Chancellaria: Rua S. Pedro, 10, tel. N. 2.815. Tem jurisdição
no Districto Federal e nos Estados do Rio de Janeiro e do Espirito
Santo.

ARENDT HOLMBERG, Consul.

SANTOS (Vice-Consulado)

Chancellaria: Praça da Republica, 22, tel. C. 1.624.
OSCAR ALFRED CONSTANTIN LUNDQWIST, Vice-Consul.

SÃO LUIZ (Vice-Consulado)

EMILIO JOSÉ LISBOA, Vice-Consul.

SÃO PAULO (Consulado)

Chancellaria: Rua Libero Badaró, 171, tel. C. 3.230. Tem jurisdição nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Minas Geraes.

JOHAN GUSTAF STAL, Consul (ausente.)

AXEL SELANDER, Enc. do Consulado.

SUISSA

TODOS OS CONSULADOS ESTÃO SUBORDINADOS Á LEGAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

BAHIA (Consulado)

Chancellaria: Rua Conselheiro Dantas, 31, tel. 79. Tem jurisdição nos Estados da Bahia e Sergipe.

EMIL WILDBERGER, Consul.

BELÉM (Consulado)

Chancellaria: Boulevard da Republica, 30, Caixa Postal 49 tel. 608. Tem jurisdição nos Estados do Pará, Amazonas, Maranhão e Piauí.

ALBERT SUTER, Consul.

CURITYBA (Consulado)

Chancellaria: Rua Visconde Guarapuava, 47. Tem jurisdição nos Estados do Paraná e Santa Catharina.

.....
JACOB THOMMEN, Enc. do Consulado.

PORTO ALEGRE (Consulado)

Chancellaria: Rua Sete de Setembro, 86, tel. C. 339. Tem jurisdição no Estado do Rio Grande do Sul.

PAUL LUCHSINGER, Consul (ausente.)

HUGO LUCHSINGER, Vice-Consul, Enc. do Consulado.

RECIFE (Consulado)

Chancellaria: Rua Imperador Pedro II, 512, Caixa Postal 133, tel. 467. Tem jurisdição nos Estados de Pernambuco, Parahyba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagôas.

RENÉ LOUIS HAUSHEER, Consul.

RIO DE JANEIRO

Chancellaria: Rua Theophilo Ottoni, 17, 1º andar, Caixa Postal 744, tel. N. 1.863. Os negocios consulares estão a cargo da Legação, que tem tambem jurisdição nos Estados do Rio de Janeiro, Espirito Santo e Minas Geraes.

SÃO PAULO (Consulado)

Chacellaria. Rua Barão de Itapetininga, 35, tel. Cidade 4.691. Tem jurisdição nos Estados de São Paulo, Matto Grosso e Goyaz.

ACHILLES ISELLA, Consul (ausente.)

J. P. BRUGGER, Enc. do Consulado.

URUGUAY

ESTADOS DO SUL DO BRASIL (Rio Grande do Sul, Santa Catharina e Paraná, com séde em Porto Alegre)

FLORENCIO RIVAS, Consul Geral.

ANTONINA (Consulado)

Tem jurisdição em Morretes.

LORENZO J. BERGAMINI, Consul.

ARACAJÚ (Consulado)

JOSÉ DE BARROS PIMENTEL FILHO, Consul.

.....

BAHIA (Consulado)

ANTONINO BASANEZ, Consul.

BARRA DO QUARAHY (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Sul do Brasil.)

JUAN D. FERREIRA, Vice-Consul.

CORUMBÁ (Consulado)

JUAN M. VALLEJO (HIJO), Consul.

ARTIGAS SIERRA GIL, Vice-Consul.

D. PEDRITO (Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Sul do Brasil.)

RAFAEL ALVAREZ, Consul.

JOSÉ DOS SANTOS PAREDES, Vice-Consul.

FLORIANOPOLIS (Consulado)

JOSÉ RODRIGUEZ MILHOMENS.

HEITOR BLUM, Vice-Consul.

FORTALEZA (Consulado)

JOÃO ANTONIO COELHO, Consul (ausente.)

ITAJAHY (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Sul do Brasil.)

MARCOS KONDER, Vice-Consul.

ITAQUY (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Sul do Brasil.)

OSWALDO JARA LENZI, Vice-Consul.

JAGUARÃO (Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Sul do Brasil). Tem jurisdição nos municípios de Arroio Grande e Herval.

CECILIO IRIGARAY, Consul.

MACEIÓ (Vice-Consulado)

WALDEMAR FALCÃO LIMA.

MANÁOS (Consulado)

JOSÉ JOAQUIM RODRIGUES MARTIUS, Consul.
LEOPOLDO DE MORAES E MATTOS, Enc. do Consulado.

PARANAGUÁ (Consulado)

FERNANDO PAREJA, Consul.

PASSO FUNDO (Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Sul do Brasil). Tem jurisdição
nos municípios de Marcellino Ramos e Cruz Alta.
MEDARDO RODRIGUEZ SANZ, Consul.

PELOTAS (Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Sul do Brasil.)

PORTO ALEGRE (Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral. no Sul do Brasil.)
ANTONIO DI PASCA, Consul.

PORTO MURTINHO (Consulado)

GEN GERVAZIO GALARZA, Consul.

QUARAHY (Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Sul do Brasil). Tem jurisdição no
município de Alegrete.

....., Consul (vago.)

LEON YTTE, Vice-Consul.

RECIFE (Consulado)

MARIO GARCIA CAMES.
ANDRÉ CAVALCANTE D'ALBUQUERQUE, Vice-Consul.

RIO GRANDE (Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Sul do Brasil.)
RODOLFO B. VIEIRA, Consul.
JULIO HERRERA, Vice-Consul.

RIO DE JANEIRO (Consulado)

Tem jurisdição em todo o Brasil, excepto nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catharina. Séde: Travessa do Torres, 21 A, tel. C. 1.359 (subord. á Legação).

DR. MARIO GIL, Consul Geral.

ROBERTO ALFREDO FISCHER, Consul.

ROGELIO I. BRITUS, Chanceller.

SANT'ANNA DO LIVRAMENTO (Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Sul do Brasil.)

JUAN FRANCISCO COSTA, Consul.

SANTA VICTORIA DO PALMAR (Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral. no Sul do Brasil.)

HECTOR HERNANDEZ MALMSTEN, Consul.

SANTOS (Consulado)

Tem jurisdição no municipio de São Paulo.

ALBERTO MUÑOZ, Consul.

SÃO FRANCISCO DO SUL (Vice-Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Sul do Brasil.)

Tem jurisdição até o municipio de Joinville.

ANTONIO SERRANO (HIJO), Vice-Consul.

SÃO PAULO (Consulado)

(Subord. ao Cons. no Rio de Janeiro.)

CARLOS G. MILHAS, Consul.

URUGUAYANA (Consulado)

(Subord. ao Cons. Geral no Sul do Brasil.)

RAFAEL ALVAREZ, Consul.

FRANCISCO GARCIA GIMENEZ, Vice-Consul.

VENEZUELA

BELÉM E MANÁOS (Consulado)

Chancellaria: Av. Joaquim Nabuco, 168.

BATOLOMÉ LEVEL G., Consul.

RECIFE (Consulado)

Chancellaria: Rua Primeiro de Março, 67.

MARIO MELO, Consul.

RIO DE JANEIRO (Consulado)

Chancellaria: Rua do Mercado, 22, tel. Ipanema 425.

CARLOS DA ROCHA LIMA, Consul.

SÃO PAULO (Consulado)

DR. JOSÉ LANNES, Consul.

SANTOS (Vice-Consulado)

Chancellaria: Casilla, 82.

PRUDENTE XAVIER, Vice-Consul.

N. 6

**Quadro dos empregados da Secretaria de Estado, por anti-
guidade de classe, em 30 de abril de 1926**

NOMES	CATEGORIAS	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE
Raul Adalberto de Campos.....	Director Geral dos Negocios Commercias e Consulares.....	24 de abril de 1918.
Zacarias de Góes Carvalho.....	Director Geral dos Negocios Politicos e Diplomaticos.....	31 de julho de 1923.
Dr. Clovis Bevilacqua.....	Consultor Juridico.....	27 de junho de 1906.
Gregorio Pecegheiro do Amaral.....	Director de Secção.....	31 de março de 1911.
Napoleão Reys.....	Idem.....	16 de maio de 1913.
Sylvio Romero Filho.....	Idem.....	14 de novembro de 1916.
Henrique José de Saules.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Arthur Guimarães de Araujo Jorge ..	Idem.....	24 de abril de 1918.
Manoel Coelho Rodrigues.....	Idem.....	31 de outubro de 1918.
Raphael de Mayrinck.....	Idem.....	16 de abril de 1920.
Luiz Pereira Ferreira de Faro Junior..	Idem.....	13 de março de 1924.
Manoel Raymundo de Menezes.....	Primeiro Official.....	28 de fevereiro de 1913.
Henrique Pecegheiro do Amaral.....	Idem.....	20 de maio de 1914.
Ayres de Maya Monteiro.....	Idem.....	29 de outubro de 1914.
Mario de Barros e Vasconcellos.....	Idem.....	14 de novembro de 1916.
Antonio de São Clemente.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Rodolpho Gonçalves de Siqueira.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Henrique Pinheiro de Vasconcellos....	Idem.....	24 de janeiro de 1919.
Fernando de Souza Dantas.....	Idem.....	24 de setembro de 1919.
Mauricio Nabuco.....	Idem.....	6 de abril de 1920.
Hildebrando Pompeu Pinto Accioly...	Idem.....	13 de março de 1924.
Renato de Lacerda Lago.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Luiz Carlos de Andrade Filho.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Juvenal Meirelles Mesquita.....	Segundo Official.....	24 de abril de 1918.
Oswaldo de Moraes Correia.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Ronald de Carvalho.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Edgardo Barbedo.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Adriano de Souza Quartim.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Luiz Guimarães Fernandes Pinheiro...	Idem.....	24 de abril de 1918.
Francisco de Miranda Mascarenhas...	Idem.....	31 de outubro de 1918.
Cesar de Mesquita Serva.....	Idem.....	8 de novembro de 1920.
Heitor Collet.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Afonso Barbosa de Almeida Portugal..	Idem.....	13 de março de 1924.
Fernando Lobo.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Acyr Paes.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Moacyr Ribeiro Briggs.....	Terceiro Official.....	24 de abril de 1918.
Raul Braga de Azevedo.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Pedro de Paranaguá.....	Idem.....	24 de abril de 1918.
Maria José Mendes Pinheiro de Vasconcellos.....	Idem.....	24 de setembro de 1918.
Jorge Latour.....	Idem.....	31 de outubro de 1918.
Ivan Galvão.....	Idem.....	1 de abril de 1920.
Afonso Lopes de Almeida.....	Idem.....	15 de maio de 1920.
Mauro Pontes.....	Idem.....	1 de setembro de 1920.
Orlando Guerreiro de Castro.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Murillo Tasso Fragoso.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Narcez de Lima Ferreira.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Manoel Moreira de Barros e Silva....	Idem.....	13 de março de 1924.
Perillo Gomes.....	Idem.....	13 de março de 1924.
Murillo de Miranda Basto.....	Cartographo interino.....	17 de janeiro de 1926.
Gaspar de Araujo Monteverde.....	Calligrapho.....	24 de abril de 1918.

NOMES	CATEGORIAS	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE
Luiz Esteves de Almeida.....	Conservador do Archivo e da Bibliotheca.....	24 de abril de 1918.
Carlos Alberto Garcez Palha.....	Ajudante do Conservador..	30 de junho de 1919.
Estevão Mercurin.....	Zelador da Mappotheca...	30 de junho de 1919.
Fabio Antão de Medeiros Muniz.....	Dactylographo.....	24 de agosto de 1918.
Balthazar Franklin Tavora.....	Idem.....	24 de agosto de 1922.
Georgina Martins.....	Idem.....	4 de agosto de 1922.
Alice de Hoffbauer Antunes.....	Idem.....	24 de agosto de 1922.
Maria Antonietta Araujo Jorge.....	Idem.....	24 de agosto de 1922.
Cecilia Pereira Leite.....	Idem.....	24 de agosto de 1922.
Annibal Xavier Rodrigues.....	Guarda-livros.....	24 de agosto de 1922.
Braz José Oliveira.....	Porteiro.....	7 de julho de 1922.
Carlos Salgado.....	Ajudante de Porteiro.....	7 de julho de 1922.
Americo Ventura Rodrigues.....	Continuo.....	25 de maio de 1905.
Salvador González.....	Idem.....	23 de fevereiro de 1912.
Amphiloquio Teixeira Alves.....	Idem.....	1 de outubro de 1913.
Bernardino Barroso.....	Idem.....	14 de julho de 1915.
Francisco de Paula da Silva Braga...	Idem.....	14 de novembro de 1916.
João Opytaciano dos Santos.....	Idem.....	8 de janeiro de 1918.
Clodomiro Ferraz.....	Idem.....	8 de janeiro de 1918.
Horacio José Rosa.....	Idem.....	8 de janeiro de 1918.
Euclides José Tavares.....	Idem.....	7 de julho de 1922.
Francisco José Gonçalves.....	Idem.....	4 de julho de 1923.
Antonio Joaquim de Souza.....	Correio.....	28 de fevereiro de 1921.
Eustachio Torres Estruc.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Manoel Miranda.....	Servente.....	31 de dezembro de 1920.
Abrelino Pereira.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Antonio Alves de Lyra.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Eduardo Galdino dos Santos.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Sebastião José Moreira.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Joaquim Marques Ferreira.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Pedro Messa.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Francisco Luiz Coutinho Braga.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Salvador Pelicore Rizzo.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
José Sartori.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Aristides de Oliveira Palmeira.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Manoel Marcellino de Souza.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Vicente Giudice.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Eduardo Francisco dos Santos.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
José Teixeira Sampaio.....	Idem.....	31 de dezembro de 1920.
Francisco Reynaldo.....	Idem.....	7 de julho de 1922.
Aulcine Augusto dos Santos.....	Idem.....	7 de julho de 1922.
Antonio Joaquim Vaz.....	Idem.....	10 de novembro de 1922.
João Francisco dos Santos Junior.....	Idem.....	4 de julho de 1923.
Dionysio de Souza Borges.....	Idem.....	22 de setembro de 1925.
Benigna Santos.....	Telephonista.....	24 de agosto de 1922.

N. 7

Quadro dos funcionarios addidos da Secretaria de Estado,
em 30 de abril de 1926

NOMES	CATEGORIAS	DATAS EM QUE FORAM DECLARADOS ADDIDOS
Annibal Quintiliano da Silva	Encarregado do Material	18 de fevereiro de 1920.

N. 8

**Quadro do Corpo Diplomatico Brasileiro, por antiguidade
de classe, em 30 de abril de 1926**

EMBAIXADORES

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Carlos Magalhães de Azeredo.....	28 de janeiro de 1919....	Santa Sé.
Luiz Martins de Souza Dantas.....	17 de outubro de 1919....	França.
José Manoel Cardoso de Oliveira	27 de julho de 1922.....	Portugal.
Sylvino Gurgel do Amaral.....	27 de julho de 1922.....	Estados Unidos.
Raul Regis de Oliveira.....	27 de julho de 1922.....	Grã-Bretanha.
Oscar de Teffé.....	7 de novembro de 1922..	Italia.
Afranio de Mello Franco.....	19 de maio de 1924.....	Liga das Nações.
Antonio A. de B. Carneiro do Nas- cimento Feitosa.....	17 de outubro de 1924....	Mexico.
Rinaldo de Lima e Silva.....	17 de outubro de 1924....	Japão.
Abelardo Roças.....	17 de outubro de 1924....	Chile.
José de Paula Rodrigues Alves.....	30 de dezembro de 1925..	Argentina.
Raul Fernandes.....	2 de janeiro de 1926.....	Belgica.

ENVIADOS EXTRAORDINARIOS E MINISTROS PLENIPOTENCIARIOS

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Alcibiades Peçanha.....	7 de outubro de 1910....	Polonia.
Raul Paranhos do Rio Branco.....	30 de abril de 1912.....	Suissa.
Adalberto Guerra Durval.....	12 de novembro de 1914..	Allemanha.
Epaminondas Leite Chermont.....	26 de abril de 1915.....	Sem posto.
Hippolyto Pacheco Alves de Araujo..	7 de março de 1917.....	Hespanha.
Luiz Guimarães Filho.....	8 de agosto de 1917.....	Hollanda.
Annibal Velloso Rebello.....	7 de agosto de 1918.....	Paraguay.
Luiz de Lima e Silva.....	23 de março de 1921....	Austria.
Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda	14 de novembro de 1922..	Perú.
Alfredo de Almeida Brandão.....	31 de janeiro de 1923....	Suecia.
José Thomaz Nabuco de Gouvêa (em missão especial).....	28 de novembro de 1924...	Uruguay.
Frederico de Castello Branco Clark....	30 de dezembro de 1925..	Bolivia.
.....		China.

MINISTROS RESIDENTES

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
José Francisco de Barros Pimentel...	20 de julho de 1917.....	Egypto.
Alberto Jorge de Ipanema Moreira ..	5 de setembro de 1921...	Noruega.
Arminio de Mello Franco.....	1 de outubro de 1921....	Equador.
Mario de Belfort Ramos.....	27 de julho de 1922.....	Tchecoslovaquia.
Lucillo Antonio da Cunha Bueno.....	27 de julho de 1922.....	Dinamarca.
José Joaquim Muniz de Aragão.....	30 de dezembro de 1925..	Ligas das Nações.
Carlos Rostaing Lisboa.....	Idem.....	Venezuela..
Pedro de Moraes Barros.....	Idem.....	Colombia.

PRIMEIROS SECRETARIOS DE LEGAÇÃO

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Eduardo de Lima Ramos.....	16 de maio de 1913.....	Hespanha.
Mario Pimentel Brandão.....	4 de junho de 1914.....	Liga das Nações.
Lafayette de Carvalho e Silva.....	4 de junho de 1914.....	Portugal.
Pedro Leão Velloso Neto.....	16 de fevereiro de 1916..	França.
Antonio José do Amaral Murtinho...	20 de julho de 1917.....	Austria.
Gustavo Vianna Kelsch.....	31 de janeiro de 1918....	Paraguay.
Jarbas Loretti da Silva Lima.....	31 de janeiro de 1918....	Perú.
Carlos Martins Pereira e Souza.....	31 de janeiro de 1918....	Grã-Bretanha.
Samuel de Souza Leão Gracie.....	24 de abril de 1918.....	Grã-Bretanha.
Luiz Avelino Gurgel do Amaral.....	24 de julho de 1918.....	Grã-Bretanha.
Carlos Taylor.....	24 de julho de 1918.....	Uruguay.
Jeronymo de Avelar Figueira de Mello	7 de agosto de 1918.....	Santa Sé.
Octavio Fialho.....	26 de fevereiro de 1919...	Hollanda.
Paulo Nieuwerwe Coelho de Almeida.	5 de outubro de 1921....	Estados Unidos.
Carlos Alberto Moniz Gordilho.....	27 de julho de 1922.....	Polonia.
Lourival de Guillobel.....	27 de julho de 1922.....	Allemanha.
João Severiano da Fonseca Hermes Junior.....	14 de novembro de 1922..	Italia.
Gastão Paranhos do Rio Branco.....	28 de novembro de 1924..	Argentina.
Octavio de Teffé von Hoonholtz.....	2 de janeiro de 1926....	Sem posto.
Carlos Celso de Ouro Preto.....	2 de janeiro de 1926....	Chile
.....		
.....		

SEGUNDOS SECRETARIOS DE LEGAÇÃO

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Octavio de Teffé von Hoonholtz.....	4 de junho de 1914.....	Sem posto.
Sylvio Rangel de Castro.....	10 de julho de 1915.....	Liga das Nações.
João Ruy Barbosa.....	30 de setembro de 1915...	França.
Labienco Salgado dos Santos.....	16 de fevereiro de 1916 ..	Mexico.
Americo Galvão Bueno.....	25 de maio de 1916.....	Argentina.
José Roberto de Macedo Soares.....	20 de julho de 1917.....	Hespanha.
Antonio Camillo de Oliveira.....	27 de fevereiro de 1918..	Santa Sé.
Cyro de Freitas Valle.....	27 de fevereiro de 1918..	Italia.
João de Avellar Magalhães Calvet.....	24 de abril de 1918.....	Portugal.
Themistocles da G. Aranha.....	24 de julho de 1918.....	Portugal.
Leopoldo Teixeira Leite Filho.....	24 de julho de 1918.....	Estados Unidos.
Antonio Moreira de Abreu.....	24 de julho de 1918.....	Hespanha.
Carlos Maximiano de Figueiredo.....	7 de agosto de 1918.....	Suecia.
Rubens Dunham.....	2 de janeiro de 1919.....	Austria.
Caio de Mello Franco.....	26 de fevereiro de 1919...	França.
Rubens Ferreira de Mello.....	17 de setembro de 1919...	Dinamarca.
Joaquim de Souza Leão Filho.....	17 de setembro de 1919...	Grã-Bretanha.
Arthur dos Guimarães Bastos.....	11 de setembro de 1920...	Italia.
Traiano Medeiros do Paço.....	11 de setembro de 1920...	França.
Ruy Pinheiro Guimarães.....	11 de setembro de 1920...	Perú.
Roberto Mendes Gonçalves.....	11 de setembro de 1920...	Estados Unidos.
Djalma Pinto Ribeiro Lessa.....	11 de setembro de 1920...	Grã-Bretanha.
Argeu de Segadas Machado Guimarães.....	11 de setembro de 1920...	Colômbia.
Antonio Barroso Fernandes Filho.....	5 de setembro de 1921...	Chile.
Carlos da Silveira Martins Ramos.....	5 de setembro de 1921...	Cuba.
Jacome Baggi Berenguer Cesar.....	5 de setembro de 1921...	Egypto.
Abelardo Bretanha Bueno do Prado.....	1 de outubro de 1921.....	Allemanha.
Jorge Olyntho de Oliveira.....	15 de julho de 1922.....	Teheco-Slovaquia.
Heitor Lyra.....	25 de novembro de 1922..	Liga das Nações.
Ildeu Vaz de Mello.....	25 de julho de 1923.....	Polonia.
José de Alencar Netto.....	25 de julho de 1923.....	Noruega.
Mario da Costa Guimarães.....	25 de julho de 1923.....	Hollanda.
Antonio de Vilhena Ferreira Braga.....	13 de março de 1924.....	Sem posto.
Mario de Lima Barbosa.....	13 de março de 1924.....	Portugal.
Carlos Alves de Souza Filho.....	6 de dezembro de 1924..	Belgica.
Afranio de Mello Franco Filho.....	2 de janeiro de 1926.....	Uruguay.
.....		
.....		
.....		

N. 9

Quadro do Corpo Consular Brasileiro, por antiguidade de classe, em 30 de abril de 1926

CONSULES GERAES

NOMES	DATA DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Dr. Alberto Baez Conrado.....	24 de dezembro de 1906 .	Montevideo.
Filinto Elysio Rodrigues Vianna de Abreu.....	5 de março de 1913.....	Hamburgo.
Mancel Pinto de Souza Dantas.....	20 de maio de 1912.....	Liverpool.
Dr. José Marcellino de Moraes Barros.....	12 de novembro de 1914..	Barcelona.
Helio Lobo.....	10 de julho de 1915.....	Nova York.
Landulpho Borges da Fonseca.....	24 de abril de 1918.....	Lisboa.
Dr. José Basileu Neves Gonzaga Filho	24 de abril de 1918.....	Porto.
José Monteiro de Godoy.....	14 de novembro de 1918..	Marselha.
Alcino dos Santos Silva.....	26 de fevereiro de 1919..	Buenos Aires.
Dr. Bento de Carvalho do Paço.....	20 de março de 1914.....	Berlim.
Augusto Sarmiento Pereira Brandão....	24 de março de 1915.....	Shanghai.
Dr. Alfredo Varela.....	28 de março de 1917.....	Genova.
José Maria de Campos Paradedda.....	31 de dezembro de 1917 .	Antuerpia.
Octaviano Augusto Machado de Oliveira.....	24 de abril de 1918.....	Havre.
Fabio Ramos.....	24 de abril de 1918.....	Napoles.
Francisco Garcia Pereira Leão.....	24 de abril de 1918.....	Londres.
José Pinto da Fonseca Guimarães....	24 de abril de 1918.....	Valparaizo.
Carlos Ferreira de Araujo.....	24 de abril de 1918.....	New-Orleans.
João Baptista Lopes.....	24 de abril de 1918.....	Paris.
Luiz Villares Fragoso.....	24 de abril de 1918.....	Yokohama.
Leonardo Olavo da Silva Castro.....	14 de novembro de 1918..	Amsterdam.
Roberto de Mesquita.....	13 de fevereiro de 1924...	Assumpção.
Sebastião Sampaio.....	13 de março de 1924.....	Southampton.

CONSULES DE 1ª CLASSE

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Philomeno Padula.....	28 de janeiro de 1911....	Boulogne
Domingos de Oliveira Alves.....	28 de janeiro de 1911....	Cardiff.
Alvaro da Cunha.....	25 de fevereiro de 1911....	Madrid.
Hippolyto Hermes de Vasconcellos....	8 de março de 1911.....	Manchester.
Matheus de Albuquerque.....	23 de fevereiro de 1913....	Bordéus.
Socrates Moglia.....	28 de fevereiro de 1913....	Rosario de Santa Fé.
Joaquim Maria Pedreira Junior.....	12 de novembro de 1914....	Rivera.
Rodolpho Riegel Filho.....	23 de fevereiro de 1916....	Oslo.
Emilio de S. Felix Simonsen.....	1 de maio de 1917.....	Kobe.
Carlos de Carvalho e Sousa.....	24 de abril de 1918.....	Rotterdam.
Mario Augusto de Azevedo.....	24 de abril de 1918.....	Salto.
Paulo Demôro.....	24 de abril de 1918.....	Constantinopla.
Victor Ferreira da Cunha.....	24 de abril de 1918.....	Zurich.
George William Chester.....	24 de abril de 1918.....	Baltimore.
Carlos Ribeiro de Faria.....	24 de abril de 1918.....	Dantzig.
Oscar Paranhos da Silva.....	24 de abril de 1918.....	Bremen.
Mario Savard de Saint-Brisson Marques.....	24 de abril de 1918.....	Vigo.
Manoel de Oliveira Costa.....	24 de abril de 1918.....	Sem posto.
Mario Castello Branco.....	24 de abril de 1918.....	Trieste.
Nicolau José Debané.....	24 de abril de 1918.....	Capetown.
Guilherme Fernandes da Silva (1)....	24 de abril de 1918.....	Sem posto.
Joaquim Eulalio do Nascimento Silva	24 de abril de 1918.....	Glasgow.
Alvaro de Magalhães.....	24 de abril de 1918.....	Chicago.
Annibal de Saboia Lima.....	24 de abril de 1918.....	Vienna.
Braz Calmon da Gama.....	14 de novembro de 1918....	Gothemburgo.
Pedro Neves de Paula Leite.....	24 de janeiro de 1919....	Lyon.
Eduardo Porto Ozorio Bordini.....	26 de fevereiro de 1919....	Alexandria.
Fernando Augusto Georlette.....	4 de outubro de 1922....	Genebra.
Eduardo de Aguiar Vallim.....	4 de outubro de 1922....	Philadelpia.
João Eudoxio de Vasconcellos.....	4 de outubro de 1922....	Roma.
Antonio Filinto de Souza Bastos.....	13 de fevereiro de 1924....	Bruxellas.
Nestor de Braga Mello.....	13 de fevereiro de 1924....	Panamá.
José Fonseca Filho.....	13 de fevereiro de 1924....	Cadiz.

CONSULES DE 2ª CLASSE

NOMES	DATA DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Dr. Joaquim Pereira da Costa.....	2 de maio de 1910.....	Paysandú.
Carlos Carlton Coelho Cintra.....	2 de maio de 1910.....	Alvear.
Dr. Protasio Baptista Gonçalves.....	21 de outubro de 1911....	Santo Thomé.
Heraclito Hermes de Vasconcellos.....	28 de fevereiro de 1913....	Calcuttá.
Mario de Deus Fernandes.....	12 de novembro de 1914....	Odessa.
Mario Drolhe Costa.....	5 de janeiro de 1915....	Dublin.
Amynthas de Lima.....	2 de fevereiro de 1915....	Funchal.
Aluisio Martins Torres.....	8 de janeiro de 1917....	Barbados.
Alberto Gracie.....	8 de janeiro de 1917....	Dakar.
João Constantino Pinto Peixoto.....	28 de março de 1917....	Cayena.
Oscar Correia.....	8 de maio de 1917....	Norfolk.
Manuel da Veiga Menezes.....	8 de janeiro de 1918....	Tampico.
Horacio Sully de Souza.....	24 de abril de 1918....	La Rochelle-Pallice.
Antonio Rabello Braga.....	24 de abril de 1918....	Montreal.
Fernando de Mesquita Braga.....	24 de abril de 1918....	Varsovia.
Euribiades Barbosa Gonçalves.....	24 de abril de 1918....	Rio Branco.
Alfredo de Mesquita Bastos.....	24 de abril de 1918....	Cherburgo.
José Calmon da Gama.....	24 de abril de 1918....	Santa Rosa.
Alfredo Polzin.....	24 de abril de 1918....	Newport-News.
Pedro Nunes de Sá.....	24 de abril de 1918....	Livorno.
Noé de Florambel Pinto Peixoto.....	11 de novembro de 1918....	Melo.
Mario Navarro da Costa.....	14 de novembro de 1918....	Munich.
Felippe de Mello.....	24 de abril de 1918....	Iquitos.
Osorio Dutra.....	12 de março de 1919....	Galatz.
Alfredo Dias de Mello.....	22 de fevereiro de 1919....	Milão.
Hamilton Paulino da Silva Pires.....	1 de janeiro de 1920....	Copenhague.
Murillo Martins de Souza.....	11 de fevereiro de 1921....	Artigas.
Candido de Louza.....	5 de outubro de 1922....	Cobija.
Raul Vacchias.....	5 de outubro de 1922....	Guayará-Mirim.
Demetrio de Toledo.....	5 de outubro de 1922....	Paso de los Libres.
Vinício Veiga.....	13 de fevereiro de 1924....	Praga.
Antonio Torres.....	13 de fevereiro de 1924....	Helsingfors.

CONSULES DE 2ª CLASSE ADJUNTOS

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
Wenceslau de Souza Guimarães.....	2 de janeiro de 1914....	Montevideo.
Milton Cesar Weguelin Vieira.....	4 de junho de 1914.....	Genova.
James Philip Mee.....	10 de julho de 1915.....	Liverpool.
João Baptista Borges Machado.....	2 de fevereiro de 1916....	Porto.
Luiz de Magalhães Tavares.....	4 de janeiro de 1918....	Paris.
Carlos Miranda da Silveira Lobo....	24 de abril de 1918.....	Barcelona.
João Carlos Muniz.....	24 de abril de 1918.....	Nova York.
Henrique de Carvalho Marques de Hollanda.....	24 de abril de 1918.....	Lisboa.
Jayme do Nascimento Britto.....	24 de abril de 1924.....	Havre.
José Fabrino de Oliveira Bayão.....	24 de abril de 1918.....	Londres.
Pericles Barbosa Lima.....	13 de fevereiro de 1924....	Antuerpia.
José Lavrador.....	13 de fevereiro de 1924....	Buenos Aires.
.....		

INSPECTORES CONSULARES

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	POSTOS EM QUE SERVEM
José Custodio Alves de Lima.....	24 de abril de 1918.....	America do Norte, America Central e Asia.
João Fausto de Aguiar.....	24 de abril de 1918.....	America do Sul e Sul da Africa.
Henrique Carlos Martins Pinheiro....	10 de março de 1920.....	Europa e Norte da Africa.

ADDIDOS COMMERCIAES

NOMES	DATAS DA ENTRADA PARA A CLASSE	SÉDES DE SEUS POSTOS
Deoclecio de Campos.....	8 de março de 1911.....	Roma.
Francisco Guimarães.....	28 de fevereiro de 1913...	Paris.
Narciso Peixoto de Magalhães.....	28 de março de 1917.....	Buenos Aires.
Julio Augusto Barbosa Carneiro (1)...	8 de janeiro de 1919.....	Londres.
Joaquim Antonio de Souza Ribeiro....	24 de março de 1920.....	Berlim.
.....		

AUXILIARES DE CONSULADO

NOMES	DATAS DA ADMISSÃO OU DA NOMEAÇÃO	POSTOS EM QUE SERVEM
William Howarth.....	10 de julho de 1883.....	Liverpool.
Joaquim Clington.....	15 de março de 1884.....	Lisbôa.
Quintino Gramacho.....	1 de maio de 1886.....	Porto.
William George Smith.....	1 de setembro de 1892.....	Liverpool.
John de Grouchy.....	11 de setembro de 1899.....	Southampton.
Eugenio Raisin.....	15 de novembro de 1899.....	Barcelona.
François Huibant.....	1 de janeiro de 1901.....	Havre.
Alfredo Retumba.....	6 de janeiro de 1901.....	Porto.
Mauricio Morel.....	15 de abril de 1902.....	Havre.
Ernesto Francisco d'Almeida de Cam- pos Velho.....	1 de janeiro de 1903.....	Porto.
Raul Gaia.....	18 de fevereiro de 1904.....	Lisbôa.
José Augusto da Silva Ribeiro.....	22 de outubro de 1904.....	Porto.
Augusto Pinto Chaim.....	15 de março de 1906.....	Porto.
André Luxich.....	20 de agosto de 1906.....	Trieste.
Julio Mirellis Garcia.....	3 de janeiro de 1907.....	Rosario de Santa Fé.
Mario Rowley Mendes.....	3 de junho de 1907.....	Montevideo.
João Antonio Rodrigues Martins.....	2 de junho de 1908.....	Genova.
Carlos Maria do Carmo de Noronha ..	31 de julho de 1908.....	Lisbôa.
Henrique Carlos de Martins Pinheiro Filho.....	4 de outubro de 1908.....	Paris.
A. Caseaux Dasquez.....	2 de abril de 1909.....	Montevideo.
Nicanor Damasio e Mello de Oliveira	30 de novembro de 1909.....	Antuerpia.
Manoel Dias Fernandes.....	18 de março de 1910.....	Vigo.
Luiz Damaso da Costa Moraes.....	1 de janeiro de 1911.....	Porto.
Jorge Clington.....	20 de julho de 1911.....	Lisbôa.
Tertius Griffith Anslow.....	18 de dezembro de 1911.....	Liverpool.
Eurico Costa.....	1 de março de 1912.....	Marselha.
José Rodrigues Martins.....	1 de outubro de 1912.....	Genova.
Lucien Turqué.....	2 de outubro de 1912.....	Bordéus.
Francisco Sebastian.....	22 de abril de 1913.....	Barcelona.
Caio Eugenio de Moraes Barros.....	21 de junho de 1913.....	Cadiz.
Manoel Garcia Paranhos.....	12 de julho de 1913.....	Buenos-Aires.
Ildefonso Navarro Leitão.....	10 de novembro de 1913.....	Amsterdã.
Alexandre Georlette.....	13 de outubro de 1914.....	Antuerpia.
Eduardo Agostini.....	1 de janeiro de 1903.....	Paris.
Eugenio Oddino.....	1 de janeiro de 1916.....	Nápoles.
David Moretsohn Barbosa Lage.....	16 de fevereiro de 1916.....	Nova York.
José Antunes Sampaio Guimarães.....	20 de maio de 1916.....	Lisbôa.
João Baptista Barreto Leite.....	1 de junho de 1916.....	Melo.
Benedicto Costa.....	10 de junho de 1916.....	Genova.
Paulo Coelho Rodrigues.....	11 de julho de 1916.....	Lyon.
Theodoro da Silva Ribeiro Junior.....	15 de julho de 1916.....	Bordéus.
Antonio C. Moreira Telles.....	11 de agosto de 1916.....	Marselha.
Narciso José Nogueira Braga.....	30 de agosto de 1916.....	Cardiff.
Renato de Macedo Sodré.....	25 de setembro de 1916.....	Paris.
Waldemar Mendes de Almeida.....	1 de fevereiro de 1917.....	Paris.
Raul Conrado.....	2 de maio de 1917.....	Buenos-Aires.
Gabriel de Andrade.....	15 de outubro de 1917.....	Nova York.
Carlos Escobeiro Fernandes.....	1 de novembro de 1917.....	Glasgow.
Joaquim Pinto Dias.....	24 de abril de 1918.....	Genova.
Edgard Rangel do Monte.....	24 de abril de 1918.....	Buenos-Aires.
Henrique Schuler.....	24 de abril de 1918.....	Bremen.
Arnaldo Guimarães.....	24 de abril de 1918.....	Cherburgo.
Eurico La Camera.....	24 de abril de 1918.....	Nápoles.
Antonio de Brandão Mendes.....	24 de abril de 1918.....	Sem posto.
Waldemar de Araujo.....	24 de abril de 1918.....	Londres.
Ildefonso Falcão.....	24 de abril de 1918.....	Amsterdã.
Alberto de Almeida Cavalcanti.....	24 de abril de 1918.....	Liverpool.
João Carlos de Mesquita Telles.....	24 de abril de 1918.....	Valparaíso.
Christino do Valle Junior.....	24 de abril de 1918.....	Paris.
Francisco Gualberto de Oliveira Filho	24 de abril de 1918.....	Vienna.
Felippe de Santa Cruz Guimarães.....	24 de abril de 1918.....	Londres.
Paulo de Souza Dantas.....	24 de abril de 1918.....	Londres.
Alfredo dos Santos Couceiro.....	24 de abril de 1918.....	Rotterdam.
Claudionor Augusto de Campos.....	24 de abril de 1918.....	Barcelona.
Pedro Alcantara Nabuco de Abreu Filho	24 de abril de 1918.....	Hamburgo.

AUXILIARES DE CONSULADO

NOMES	DATAS DA ADMISSÃO OU DA NOMEAÇÃO	POSTOS EM QUE SERVEM
José Enéas Ferraz Filho.....	26 de fevereiro de 1923....	Roma.
Antonio Augusto de Souza Bandeira...	15 de dezembro de 1918....	Paris.
Roberto Nobrega Beltrão.....	24 de abril de 1919.....	Antuerpia
Odon Sarmento.....	4 de março de 1920.....	Berlim.
Jorge de São Clemente.....	9 de abril de 1920.....	Nova York.
Fernando Murtinho Braga.....	9 de setembro de 1920....	Valparaíso.
Nemesio Dutra.....	30 de novembro de 1920..	Bruxellas.
Raul Ribeiro da Silva.....	10 de dezembro de 1920 ..	Hamburgo.
Ignacio Soares de Bulhões.....	22 de dezembro de 1920 ..	Hamburgo.
Vicente Avelino.....	13 de janeiro de 1921....	Marselha.
João Godoy de Oliveira Rocha.....	25 de janeiro de 1921....	Manchester.
Alvaro Gastão de Aragão e Mello....	29 de janeiro de 1921....	Glasgow.
Elpidio Pereira.....	14 de fevereiro de 1921..	Paris.
Alipio Dutra.....	25 de fevereiro de 1921..	Paris.
José Antonio de Freitas.....	17 de maio de 1921.....	Lisbôa.
Antonio José de Paula Fonseca Filho.	5 de setembro de 1921....	Montevideo.
Adolpho Camargo das Neves.....	9 de fevereiro de 1922....	Havre.
Ruy do Prado Marcondes.....	9 de fevereiro de 1922....	Napoles.
Florianio Nunes Pereira.....	17 de maio de 1922.....	Alexandria.
Edmundo Lopes Carneiro da Fontoura.	14 de junho de 1922.....	Glasgow.
Raul Gomes.....	11 de agosto de 1922.....	Hamburgo.
Alberto Martins Ribeiro.....	23 de agosto de 1922....	Napoles.
Narbal Costa.....	23 de agosto de 1922....	Munich.
Octavio Conrado.....	23 de agosto de 1922....	Montevideo.
Arthur Iberê de Lemos.....	23 de agosto de 1922....	Berlim.
Mario Wright de Miranda Pacheco...	23 de agosto de 1922....	Paris.
Jorge Kirchoffer Cabral.....	23 de agosto de 1922....	Zurich.
Luiz Felipe do Rego Rangel.....	23 de agosto de 1922....	Marselha.
Armando Braga Ruy Barbosa.....	14 de outubro de 1922....	Southampton.
Marietta da Silva Lange.....	14 de outubro de 1922....	Nova York.
Oscar Pires do Rio.....	21 de outubro de 1922....	Lisbôa.
Octavio de Sá Neves da Rocha.....	14 de novembro de 1922..	Lisbôa.
Alberto Rangel.....	3 de novembro de 1922..	Londres.
Armando Laredo.....	17 de setembro de 1923..	Bremen.
Ubirajara Nogueira Reys.....	15 de fevereiro de 1924 ..	Buenos Aires.
Clovis Gurjão.....	5 de maio de 1924.....	Buenos Aires.
Decio Martins Coimbra.....	1 de março de 1925.....	Paso de los Libres.
Daisy Holstein Morse.....	28 de maio de 1925.....	Nova York.
Adhemar Mello.....	21 de agosto de 1925....	La Rochelle.
Annibal Xavier Rodrigues.....	6 de outubro de 1925....	Sem posto.
Raul Vianna Rodrigues.....	10 de novembro de 1925..	Boulogne sur Mer.
Orlando Schmidt Cabral.....	1 de dezembro de 1925..	Hamburgo.
Heraldo Pederneiras.....	13 de abril de 1926.....	Montevideo.
.....		
.....		

N. 10

Quadro dos Agentes Diplomaticos e Consulares em disponibilidade em 30 de abril de 1926

NOMES	CATEGORIAS	DATA DA DISPONIBILIDADE
Dr. Olyntho Maximo de Magalhães..	Env. Ext. e Min. Plen. c/a comm. de Embaixador..	17 de outubro de 1919.
João Leopoldo Modesto Leal.....	Segundo Secretario.....	13 de março de 1924.
José Pinto de Souza Dantas.....	Consul Geral.....	13 de março de 1924.
Alberto de Faria.....	Embaixador.....	26 de maio de 1924.
Pedro de Toledo.....	Embaixador.....	30 de dezembro de 1925.
Alfredo de Barros Moreira.....	Embaixador.....	30 de dezembro de 1925.
Carlos de Lemgruber Kropf.....	Ministro Residente.....	30 de dezembro de 1925.
Felix Bocayuva.....	Primeiro Secretario.....	30 de dezembro de 1925.
Felippe Silviano Brandão.....	Segundo Secretario.....	30 de dezembro de 1925.
Carlos Elias de Latorre Lisboa.....	Segundo Secretario.....	2 de janeiro de 1926.
Gustavo Mattos de Souza Bandeira...	Segundo Secretario.....	2 de janeiro de 1926.
Augusto Cockrane de Alencar.....	Embaixador.....	17 de outubro de 1924.

ANNEXO C

LEIS, DECRETOS E CIRCULARES

N. 1

LEIS

DECRETO N. 4.969 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1925

Approva o Acto de Rectificação do Protocollo Final, annexo á Convenção Postal Universal, assignado em Stockholmo, em 28 de outubro de 1924.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica approvedo o Acto de Rectificação do Protocollo Final, annexo á Convenção Postal Universal, concluido e assignado em Stockholmo, no dia 28 de outubro de 1924, com a collaboração e o voto dos representantes do Brasil; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

N. 2

DECRETOS

DECRETO N. 16.925 — DE 27 DE MAIO DE 1925

Promulga o Tratado de Extradicação de Criminosos entre o Brasil e o Paraguay, assignado em 24 de fevereiro de 1922

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, havendo sancionado, pelo decreto n. 4.612, de 29 de novembro de 1922, a resolução do Congresso Nacional que approvou o Tratado de Extradicação de Criminosos entre o Brasil e o Paraguay, assignado em Assumpção, em 24 de fevereiro de 1922, e tendo sido trocados os respectivos instrumentos de ratificação, nesta cidade, aos 22 dias de maio de 1925:

Decreta que o mesmo Tratado, appenso por cópia ao presente Decreto, seja executado e cumprido tão fielmente como nelle se contém.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Tratado de extradicação de criminosos entre o Brasil e o Paraguay

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da Republica do Paraguay, animados do desejo de amparar a causa da justiça por uma assistencia legal e reciproca entre os dous paizes, resolveram assignar o presente Tratado de Extradi-

Tratado de extradición de delincuentes entre el Brasil y el Paraguay

El Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil y el Presidente de la República del Paraguay, animados del deseo de amparar la causa de la justicia por una assistencia legal y reciproca, han resuelto firmar el presente Tratado de Extra-

ção e nomearam para este fim os seus Plenipotenciarios, a saber:

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, o Senhor Doutor José de Paula Rodrigues Alves, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario; e

O Presidente da Republica do Paraguay, o Senhor Doutor Alejandro Arce, Ministro de Estado das Relações Exteriores,

Os quaes, depois de se communicarem os seus plenos poderes, que acharam em boa e devida fórma, convieram nas estipulações seguintes:

ARTIGO 1º

As Republicas dos Estados Unidos do Brasil e do Paraguay, de accôrdo com as formalidades legaes adoptadas em cada paiz e as deste Tratado, e ressalvada a competencia constitucional do Poder Judiciario, obrigam-se á entrega reciproca dos individuos que commetterem crimes num dos dois paizes e se refugiarem ou estiverem em transito no outro.

ARTIGO 2º

A extradicação de nacionaes e estrangeiros será solicitada por via diplomatica, sendo o pedido acompanhado de cópia authentica da sentença de condemnação, ou das decisões de pronuncia ou de prisão preventiva, proferidas por juizes competentes. Estes documentos deverão conter: a

dición y han nombrado a ese fin sus Plenipotenciarios, a saber:

El Presidente de la República de los Estados Unidos del Brasil, al señor doctor José de Paula Rodrigues Alves, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario; y

El Presidente de la República del Paraguay, al señor doctor Alejandro Arce, Ministro de Relaciones Exteriores,

Quienes, después de haberse comunicado sus plenos poderes, que hallaron en buena y debida forma, han convenido en las estipulaciones siguientes:

ARTÍCULO 1º

Las Repúblicas de los Estados Unidos del Brasil y del Paraguay, de acuerdo con las formalidades legales adoptadas en cada país, y con las de este Tratado, y salvada la competencia constitucional del Poder Judicial, se obligan a entregarse reciprocamente los individuos que cometieren delitos en uno de los dos países y se refugiaren o estuvieren de transito en el otro.

ARTÍCULO 2º

La extradición de nacionales y extranjeros será solicitada por via diplomática, debiendo ir el pedido acompañado de copia autenticada de la sentencia de condenación, o de las decisiones de pronunciamiento o de la orden de prisión preventiva dictadas por jueces competen-

indicação precisa do facto criminado, o lugar e data em que foi praticado, os signaes caracteristicos do criminoso, a transcripção das decisões e dos textos da lei applicavel ao caso, além de outros esclarecimentos ou indicações possíveis.

tes. Estos documentos deberán contener: la indicación precisa del hecho imputado, el lugar y la fecha en que fue cometido, las señas características del individuo cuya extradición se pide, la transcripción de la sentencia, y el texto de la ley aplicable al caso, a más de otros datos e indicaciones que fuese posible dar.

Parapho primeiro:

O tramite pela via diplomatica do pedido de extradição constitue prova bastante da authenticidade dos documentos apresentados, como si legalizados fossem.

Parapho segundo:

O criminoso assim entregue só poderá ser julgado pelo crime que motivar o pedido de extradição; salvo se, posto em liberdade, permanecer no territorio do Estado requerente mais de trinta dias, após os quaes poderá ser julgado por outro crime que haja alli commettido.

1. — La tramitación, por la via diplomática, del pedido de extradición, constituye prueba bastante de autenticidad de los documentos presentados, como si fuesen legalizados.

2. — El delincuente así entregado sólo podrá ser juzgado por el delito que motivase el pedido de extradición; salvo si, puesto en libertad, permaneciese en el territorio del país requeriente más de treinta días, después de los cuales podrá ser juzgado por otro delito que allí hubiese cometido.

ARTIGO 3°

Concedida a extradição e communicada ao Estado requerente ou ao seu Agente Diplomático, aquelle providenciará para que o criminoso seja retirado do Estado requerido dentro do prazo de vinte dias, a contar daquella comunicação, sob pena de ser posto em liberdade e de não poder ser preso novamente pelo acto que motivou a extradição.

ARTIGO 4°

Se o individuo cuja extradição é pedida já estiver sendo

ARTÍCULO 3°

Concedida la extradición, y comunicada al Estado requeriente o a su Agente Diplomático, aquel providenciará para que el delincuente sea retirado del Estado requerido dentro del plazo de veinte días, a contar de aquella comunicación, sob pena de ser puesto en libertad y de no poder ser preso nuevamente por el acto que motivó la extradición.

ARTÍCULO 4°

Si el individuo cuya extradición es pedida estuviere

processado ou cumprindo sentença do Estado requerido, por outro crime, a sua entrega ao Estado requerente só se effectuará depois de solucionado o processo a que estava respondendo ou de extinta a pena que estava cumprindo.

ARTIGO 5°

Nos casos urgentes as autoridades policiaes ou judiciaes, invocando sentença de condemnação, pronuncia, auto de prisão em flagrante ou mandado de prisão preventiva, ou, finalmente, fuga do indiciado logo após o crime, poderão requisitar, reciproca e directamente, a detenção provisoria de seus nacionaes independentemente da via diplomatica, declarando a natureza da infracção e os motivos que determinam o pedido de detenção; devendo, porém, o Estado requerente, no prazo de sessenta dias, a contar daquella requisição, ratificar por via diplomatica o pedido, que então será completamente instruido.

Paragrapho primeiro:

Tratando-se, porém, de estrangeiros, ou de nacionaes do paiz requerido, sómente por via diplomatica será concedida a detenção provisoria nos casos deste artigo.

Paragrapho segundo:

Tratando-se de profugos do carcere bastará um documento da autoridade administrativa ou judiciaria reproduzindo a sentença, com declaração do tempo da pena ainda a ser cumprida, data e cir-

procesado o cumpliendo sentencia en el Estado requerido, por otro delito, su entrega al Estado requeriente sólo se efectuará después de solucionado el proceso a que estuviese sometido, o de extinguida la pena que estuviese cumpliendo.

ARTÍCULO 5°

En los casos urgentes, las autoridades policiales o judiciales, invocando sentencia de condenación o de pronunciamiento, auto de prisión en flagrante o orden de prisión preventiva, o, finalmente, fuga del indiciado después del delito, podrán requerirse reciproca y directamente la detención provisoria de sus nacionales, independientemente de la via diplomática, declarando la naturaleza de la infracción y los motivos que determinan el pedido de detención, debiendo después, el Estado requeriente, en el plazo de sesenta dias, a contar de aquella requisición, ratificar por via diplomática el pedido, que entonces deberá ser debidamente documentado.

1. — Tratándose de extranjeros o de nacionales del país requerido, solamente por via diplomática será concedida la detención provisoria en los casos de este artículo.

2. — Tratándose de prófugos de cárcel bastará un documento de la autoridad administrativa o judicial, reproduciendo la sentencia, con declaración del tiempo de la pena que falta aún para ser cumplida, fecha y circunstan-

cumstancia da fuga e dados relativos á identidade do detento.

cia de la fuga, y datos relativos a la identidad del prófugo.

ARTIGO 6º

Se na legislação de uma ou de ambas as Partes Contractantes houver, actual ou futuramente, penas corporaes ou de morte, o paiz requerido reserva-se o direito de não entregar o extraditando incurso em taes penas, salvo se o paiz requerente assumir, por via diplomatica, o compromisso de commutal-as em prisão.

ARTÍCULO 6º

Si en la legislación de una o de ambas Partes Contractantes hubieren actualmente o en el futuro penas corporales o de muerte, el país requerido se reserva el derecho de no entregar el individuo cuya extradición se pide por delitos castigados con tales penas, salvo que el país requeriente asumiese, por via diplomática, el compromiso de conmutar dichas penas por la de penitenciaria.

ARTIGO 7º

As despezas com a prisão, sustento e viagem do individuo cuja extradição houver sido concedida, inclusive as de transporte dos objectos encontrados em seu poder, ficarão a cargo do Estado requerente, a partir da data da entrega do extraditando ao Representante Diplomatico ou, em sua falta, ao Consular do mesmo Estado.

ARTÍCULO 7º

Los gastos de prisión, sustento y viaje del individuo cuya extradición hubiese sido concedida, inclusive los de transporte de los objetos encontrados en su poder, quedarán a cargo del Estado requeriente, a partir de la fecha de la entrega del delincuente al Agente Diplomático, o en su defecto al Consular del mismo Estado.

ARTIGO 8º

Se uma das Altas Partes Contractantes receber da outra Parte Contractante pedidos de extradição e, ao mesmo tempo, outros Estados lh'a pedirem para o mesmo individuo, proceder-se-á da fórma seguinte:

ARTÍCULO 8º

Si una de las Altas Partes Contratantes recibiere de la otra Parte Contratante pedidos de extradición y, al mismo tiempo otros Estados la pidieren para el mismo individuo, se procederá en la siguiente forma:

a) Se se tratar do mesmo facto, será preferido o pedido do paiz em cujo territorio a infracção tenha sido cometida;

a) Si se tratar del mismo hecho, será preferido el pedido del país en cuyo territorio la infracción hubiere sido cometida;

b) Si se tratar de facto diverso, terá preferencia o pedido que versar sobre a infracção punivel com pena grave;

c) No caso de crimes cujas penas sejam iguaes ou equivalentes, será preferido o pedido que em primeiro lugar tiver sido recebido.

ARTIGO 9º

Quando convier, poder-se-á enviar de um paiz ao outro, com prévia permissão, agentes devidamente autorizados para auxiliarem o reconhecimento da identidade do criminoso, ficando esses agentes subordinados ás autoridades do territorio em que agirem.

ARTIGO 10º

A extradição ou a detenção provisoria não terá lugar:

1º) quando a pena maxima a comminar ou já comminada fôr menor de um anno, comprehendida a tentativa e a cumplicidade;

2º) quando pelo mesmo facto o extraditando estiver sendo processado, ou já tiver sido condemnado ou absolvido no paiz requerido;

3º) quando a infracção ou pena estiver prescripta segundo a lei do paiz requerente;

4º) quando o inculpado tiver de responder, no paiz requerente, perante Tribunal ou juiz de excepção;

5º) quando a infracção fôr de natureza militar ou poli-

b) Si se tratar de hechos diversos, tendrá preferencia el pedido que versase sobre la infracción punible con pena más grave;

c) En caso de delitos cuyas penas fuesen iguales o equivalentes, será preferido el pedido que hubiese sido primeramente recibido.

ARTÍCULO 9º

Quando conviniese, se podrá enviar de un país a otro, con previo permiso, agentes debidamente autorizados para auxiliar al reconocimiento de la identidad del delincuente, quedando esos agentes subordinados a las autoridades del territorio en que fuesen comisionados.

ARTÍCULO 10º

La extradición o la detención provisoria no tendrán lugar:

1º) Cuando la pena máxima aplicable o ya aplicada fuese menor de un año, comprendidas la tentativa y la complicidad;

2º) Cuando por el mismo hecho el individuo cuya extradición si pide se hallase procesado, o ya hubiese sido condenado o absuelto en el país requerido;

3º) Cuando la infracción o pena estuviese prescripta según la ley del país requeriente;

4º) Cuando el inculpado tuviese que responder, en el país requeriente, ante tribunal o juicio de excepción;

5º) Cuando la infracción fuese de naturaleza militar o

tica, contra a religião ou de imprensa. Entretanto, a allegação de fim ou motivo politico não impedirá a extradição, se o facto constituir um crime *commum*; assim como o fim ou motivo politico não concorrerá para aggravar a penalidade.

politica o contra la religión o de imprensa. Sin embargo, la alegación de fin o motivo politico no impedirá la extradición si el hecho constituyese un delito común; pero el fin o motivo politico no concurrirá a agravar la pena.

ARTIGO 11º

O presente Tratado vigorará até seis mezes depois que uma das Altas Partes Contractantes o tiver denunciado. Outrosim, depois de approvado, pela fórmula legal usada em cada um dos dois paizes, será ratificado por ambos os Governos, effectuando-se no Rio de Janeiro, no mais breve prazo possível, a troca dos respectivos Instrumentos de Ratificação.

Em testemunho do que, os respectivos Plenipotenciarios assignaram o presente Tratado e nelle appuzeram os seus sellos.

Feito em duplicata em Assumpção, nas linguas portugueza e castelhana, aos vinte e quatro de Fevereiro de mil novecentos e vinte e dous.

ARTÍCULO 11º

El presente Tratado permanecerá en vigor hasta seis mezes después que una de las Altas Partes Contratantes lo denuncie, y, luego que sea aprobado en la forma legal establecida en cada uno de los dos países, será ratificado por ambos Gobiernos, debiendo procederse en Rio de Janeiro, en el más breve plazo posible, al canje de los respectivos Instrumentos de Ratificación.

En testimonio de lo cual los respectivos Plenipotenciarios firman el presente Tratado y ponen en él sus sellos.

Hecho en duplicado en Assunción, en las linguas portuguesa y castellana, a veinte y cuatro de febrero de mil novecientos veinte y dos.

(L. S.) JOSÉ DE PAULA RODRIGUES ALVES.

(L. S.) ALEJANDRO ARCE.

DECRETO N. 16.946 — DE 22 DE JUNHO DE 1925

Ratificação de Cuba das Convenções e de um Tratado assignados em Santiago do Chile, em 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a ratificação, pela Republica de Cuba, segundo communicação feita ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada do Chile em Nota n. 49, de 17 de Abril ul-

timo, dos actos abaixo enumerados e firmados na V Conferencia Pan-Americana, reunida em Santiago do Chile em 1923:

Convenção sobre a Uniformidade da Nomenclatura para classificação de mercadorias;

Convenção relativa á Protecção de marcas de Fabrica, Commercio e Agricultura e nomes commerciaes.

Convenção relativa á publicidade de Documentos Aduaneiros e

Tratado para evitar e prevenir Conflictos entre os Estados Americanos.

Rio de Janeiro, 22 de Junho de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.947 — DE 22 DE JUNHO DE 1925

Publica a adhesão da Syria e do Libano ao Protocollo addicional á Convenção de Berna para a protecção das obras litterarias e artisticas

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da França, pela Syria e pelo Libano, ao Protocollo de 20 de Março de 1914, addicional á Convenção de Berna, revista, assignada em 13 de Novembro de 1908, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação Suissa nesta Capital em Nota de 14 de Maio do corrente anno, n. GG 8|2, cuja traducção official acompanha o presente Decreto.

Rio de Janeiro, 22 de Junho de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Traducção official:

Legação da Suissa, no Brasil.

N. GG 8|2.

Rio de Janeiro, 14 de Maio de 1925.

Senhor Ministro,

Em nota de 28 de março ultimo, a Embaixada da França em Berna deu conhecimento ao Conselho Federal que a França adheria, em nome da Syria e do Libano, ao Protocollo de 20

de março de 1914, adicional á Convenção de Berna, revista, para a protecção das obras litterarias e artisticas, de 13 de novembro de 1908.

De accôrdo com o artigo 25 da dita Convenção, esta adesão dupla tornou-se effectiva desde 28 de março de 1925, data da notificação da Embaixada ao Conselho Federal.

Para todos os effeitos, tenho a honra de lembrar a Vossa Excellencia que, em nota de 18 de junho de 1924, o Governo Francez tinha declarado adherir á Convenção de Berna, revista, pela Syria e pelo Libano. Vossa Excellencia disse foi informado por nota de 26 de agosto do mesmo anno, da qual a presente póde ser considerada como um complemento.

Trazendo o que precede ao conhecimento de Vossa Excellencia, aproveito o ensejo para lhe renovar, Senhor Ministro, as seguranças da minha mais alta consideração. — *Gertsch.*

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 16.948 — DE 22 DE JUNHO DE 1925

Publica a adhesão das Indias Neerlandezas ao Instituto Internacional de Hygiene Publica de Paris

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão dos Paizes-Baixos, em nome das Indias Neerlandezas, á Repartição Internacional de Hygiene Publica, com séde em Paris, instituida pelo accordo de Roma de 9 de dezembro de 1907, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Embaixada Italiana nesta capital em nota n. 442/41, de 24 de abril do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Traducção official:

Embaixada da Italia.

N. 442/41. — Pos. A 16/248.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 1925.

Senhor Ministro,

De ordem de meu Governo, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que a Legação dos Paizes-Baixos em Roma pediu inscrever as Indias Neerlandezas, separadamente desse reino na Europa, entre os paizes que

participam da Repartição Internacional de Hygiene Publica em Paris, instituida pelo accôrdo de Roma de 9 de dezembro de 1907.

A mesma Legação accrescenta que, emquanto o Reino dos Paizes-Baixos permanece, para os effeitos da contribuição, na segunda categoria dos mencionados Estados, as Indias Neerlandezas ficam inscriptas na terceira categoria.

Ficaria, portanto, grato a Vossa Excellencia si se dignasse de accusar o recebimento dessa comunicação a esta Regia Embaixada.

Peço acceitar, senhor Ministro, os protestos da minha mais alta consideração. — *R. Boscarelli*.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores — Rio de Janeiro.

DECRETO N. 16.949 — DE 22 DE JUNHO DE 1925

Publica a adhesão da França, em nome dos Alauitas, á Convenção Postal Universal, reunida em Madrid em 1920

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a adhesão da França, em nome do Estado dos Alauitas, aos actos da União Postal Universal, assignados em Madrid a 30 de Novembro de 1920:

Convenção Postal Universal;

Ajuste relativo á troca de cartas e de caixas com valor declarado;

Ajuste relativo ao serviço de vales-postaes;

Convenção relativa á troca de encomendas postaes.

Essas adhesões foram communicadas ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação Suissa nesta Capital em Nota n. GG/6/15, de 24 de Abril ultimo, cuja traducção official acompanha o presente Decreto.

Rio de Janeiro, 22 de Junho de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Traducção official:

Legação da Suissa no Brasil

N. GG/6/15.

Rio de Janeiro, 24 de Abril, de 1925.

Senhor Ministro,

Em nota de 21 de Março ultimo, a Embaixada da França em Berna deu conhecimento ao Conselho Federal que o Es-

tado dos Alauitas, anteriormente ligado á Federação Syria, tornando-se, a partir de 1º de Janeiro de 1925, um Estado autonomo, dotado de uma Repartição de correios e telegraphos, decidiu adherir aos Actos da União Postal Universal enumerados em seguida e que foram assignados em Madrid a 30 de Novembro de 1920:

Convenção Postal Universal;

Ajuste relativo á troca de cartas e de caixas com valor declarado;

Ajuste relativo ao serviço de vales-postaes;

Convenção relativa á troca de encomendas postaes.

No que diz respeito á convenção relativa á troca de encomendas postaes, o Estado dos Alauitas cobra actualmente uma sobre-taxa de 25 centimos por encomenda postal e não deseja aproveitar a faculdade prevista pelo artigo 21, paragra-pho 2, da dita Convenção, exigindo uma somma superior.

Para a applicação dos artigos 24, 28 e 29 da Convenção Postal Universal e XXXVII do seu regulamento de execução, o novo Estado deve ser considerado nas mesmas condições que os Estados da Syria e do Grande Libano.

A notificação da adhesão dos Alauitas aos Actos acima declarados é feita pela presente, em virtude do artigo 26 de Convenção Postal Universal de Madrid.

De accôrdo com o pedido do Estado dos Alauitas, esta adhesão é valida a contar da data da presente notificação.

Trazendo o que precede ao conhecimento de Vossa Excellencia, aproveito o ensejo para lhe renovar, Senhor Ministro, as seguranças da minha mais alta consideração. — *Gertsch.*

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 16.950 — DE 22 DE JUNHO DE 1925

Publica a adhesão da Grã-Bretanha, em nome do Protectorado de Nyassaland, á Convenção Postal Universal, assignada em Madrid a 30 de novembro de 1290

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Grã-Bretanha, em nome do Protectorado de Nyassaland á Convenção Postal Universal, concluida em Madrid a 30 de Novembro de 1920, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação Suissa nesta Capital em Nota n. GG 6/19, datada de 30 de

Abril de 1925, cuja traducção official acompanha o presente Decreto.

Rio de Janeiro, 22 de Junho de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Traducção official:

Legação da Suissa no Brasil.

N. GG 6/19.

Rio de Janeiro, 30 de Abril de 1925.

Senhor Ministro,

De ordem de meu Governo, tenho a honra de dar conhecimento a Vossa Excellencia que, em nota de 15 de janeiro ultimo, a Legação de Sua Majestade Britannica em Berna communicou ao Conselho Federal Suiso, em nome de seu Governo, a adhesão do Protectorado de Nyassaland á Convenção Postal Universal, concluida em Madrid a 30 de novembro de 1920.

Por nota complementar, datada de 28 de março ultimo, a Legação communicou ainda:

1°. — que o Protectorado de Nyassaland devia ser comprehendido “nos outros dominios e no conjunto das colonias e protectorados britannicos” mencionados no numero 6 do artigo 29 da Convenção Postal Universal de Madrid;

2°. — que a adhesão do Protectorado de Nyassaland á União Postal Universal seria valida a partir da data em que a notificação da adhesão foi communicada pelo Governo Suiso aos outros governos dos paizes que fazem parte da União Postal.

A notificação da adhesão do Protectorado é feita pela presente, em virtude do artigo 26 da Convenção Postal Universal de Madrid.

De accôrdo com o desejo manifestado pela Legação de Sua Majestade Britannica, esta adhesão é valida a partir da data da presente notificação.

Aproveito esta occasião para lhe renovar, Senhor Ministro, as seguranças da minha mais alta consideração. — *Gertsch.*

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 16.994 — DE 29 DE JULHO DE 1925

Supprime o Consulado honorário em Manilha

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Considerando desnecessaria a existencia de um Consulado em
Manilha, e usando da autorização que a lei lhe concede,

Decreta:

Artigo unico. Fica supprimido o Consulado honorario em
Manilha, nas Ilhas Philippinas, revogadas as disposições em
contrario.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.995 — DE 29 DE JULHO DE 1925

Crêa um Consulado honorário em Luxemburgo

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Considerando necessaria a existencia de um Consulado hono-
rario em Luxemburgo e usando da autorização que a lei lhe
concede,

Decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado honorario em
Luxemburgo, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 16.996 — DE 3 DE AGOSTO DE 1925

*Declara feriado nacional o dia 6 de agosto do corrente anno,
centenario da Independencia da Republica da Bolivia*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil,
considerando que a data de 6 de agosto do corrente anno
relembra uma ephemeride memoravel na historia da Ame-
rica, porquanto assignala o primeiro centenario da Indepen-
dencia da Republica da Bolivia, nação com que o Brasil

mantém estreitas relações de amizade e commercio, resolve declarar feriado, em todo o territorio nacional, o dia 6 de agosto do corrente anno, em homenagem á Republica da Bolivia, que nessa data commemora o primeiro centenario de sua Independencia..

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Affonso Penna Junior.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 17.001 — DE 12 DE AGOSTO DE 1925

Faz publico o deposito de ratificação, por parte de Costa Rica, de convenções assignadas na Quinta Conferencia Pan-Americana, de Santiago.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico que, segundo comunicação dirigida ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada do Chile nesta Capital, por Nota de 15 de julho proximo passado, o Governo da Republica de Costa Rica fez depositar no Ministerio das Relações Exteriores do Chile, aos 16 de maio deste anno, o instrumento de ratificação, por parte daquelle Governo, da Convenção relativa á publicidade de documentos aduaneiros e da Convenção sobre a uniformidade da nomenclatura para a classificação de mercadorias, concluidas em Santiago do Chile aos 3 de maio de 1923.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 17.002 — DE 12 DE AGOSTO DE 1925

Adhesão da Allemanha ao Ajuste relativo á repressão das falsas indicações de procedencia de mercadorias, assignado em Madrid em 1891 e revisto em Washington em 1911

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Allemanha ao Ajuste relativo á repressão das falsas indicações de procedencia de mercadorias, assignado em Madrid em 14 de abril de 1891 e revisto em

Washington a 2 de junho de 1911, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação da Suissa nesta Capital em Nota n. GG 9/5, de 2 de junho de 1925, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 1925, 124° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Traducção official:

Legação da Suissa, no Brasil.

N. GG 9/5.

Rio de Janeiro, 2 de Junho de 1925.

Senhor Ministro.

Tenho a honra de fazer Vossa Excellencia sciente de que, em nota 29 de abril ultimo, a Legação da Allemanha em Berna notificou ao Conselho Federal Suisso a decisão do seu Governo de adherir ao Ajuste de Madrid de 14 de abril de 1891, revisto em Washington a 2 de junho de 1911, relativo á repressão de falsas indicações de procedencia de mercadorias.

A entrada da Allemanha na União restricta, formada pelo ajuste de que se trata, deve, conforme as disposições do art. 16 da Convenção Geral da União, ser considerada como effectiva a partir de 12 de junho de 1925, isto é, um mez depois da data da notificação pelo Conselho Federal Suisso.

Pedindo a Vossa Excellencia de tomar nota do que precede, aproveito esta occasião para lhe renovar, Senhor Ministro, as seguranças da minha mais alta consideração. — *Gertsch.*

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 17.003 — DE 12 DE AGOSTO DE 1925

Publica a adhesão da Polonia a tres Convenções da Haya, assignadas em 18 de outubro de 1907

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a adhesão da Polonia a tres Convenções assignadas em Haya a 18 de outubro de 1907, relativas: a primeira, as leis e usos da guerra terrestre, a segunda, ao rompimento das hostilidades e a terceira, aos direitos e deveres das Potencias e das pessoas neutras em caso de guerra terrestre,

conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação dos Paizes Baixos em nota n. 740|46, de 22 de junho do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1925, 104º da Independencia e 37º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Traducção official:

Legação dos Paizes Baixos.

N. 740|46.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1925.

Sr. Ministro.

Tenho a honra de dar conhecimento a V. Ex. que o Ministro da Republica Poloneza em Haya deu sciencia ao Governo de Sua Magestade a Rainha da adhesão da Polonia á Convenção relativa ás leis e costumes de guerra terrestre, á convenção concernente ao rompimento das hostilidades e á concernente aos direitos e deveres das Potencias e das pessoas neutras no caso de guerra terrestre, assignadas em Haya em 18 de outubro de 1907, pedindo-lhe notificar esta adhesão ás Potencias signatarias, de conformidade com os arts. 5, 6 e 22 dessas convenções.

As notas annexadas por cópia, e relativas a essa adhesão, foram recebidas no Ministerio dos Negocios Estrangeiros em 9 de maio ultimo.

Aproveito esta occasião para lhe pedir, Sênhor Ministro, de acceitar as seguranças da minha elevada consideração.

A Sua Excellencia Senhor Doutor Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 17.015 — DE 22 DE AGOSTO DE 1925

Declara feriado nacional o dia 25 de agosto do corrente anno, em homenagem á Republica Oriental do Uruguay

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando que o dia 25 de agosto corrente relembra um facto de notavel relevo na historia dos povos americanos, porquanto assignala o primeiro Centenario da Independencia da Republica Oriental do Uruguay, nação ligada ao Brasil por affi-

nidade de cultura e relações continuas de cordial amizade, resolve declarar feriado, em todo o territorio nacional, a data referida, em homenagem áquella Republica.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

—ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

Affonso Penna Junior.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 47.017 — DE 26 DE AGOSTO DE 1925

Publica a adhesão da Tchecoslovaquia á Convenção para a protecção de cabos submarinos

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Tchecoslovaquia á Convenção, assignada em Paris a 14 de Março de 1884, para a protecção de cabos submarinos, assim como á declaração de 1 de Dezembro de 1886 e ao Protocollo de Encerramento de 7 de Julho de 1887, conforme communicou a este Ministerio a Embaixada do Brasil, em Paris, em Officio n. 47, de 16 de Abril ultimo, do qual uma cópia acompanha o presente Decreto.

Rio de Janeiro, 26 de Agosto de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Cópia:

Embaixada dos Estados Unidos do Brasil.

Paris, 16 de Abril de 1925.

NP. N. 47.

Indice: Adhesão da Tchecoslovaquia á convenção de 1884 para a protecção de cabos submarinos.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de passar ás mãos de Vossa Excellencia uma cópia authentica da carta datada de 28 de Janeiro de 1925, pela qual o Ministro da Tchecoslovaquia em Paris notificou o Governo francez da adhesão do seu paiz á convenção de 14 de Março de 1884 sobre a protecção de cabos submarinos, assim como á declaração de 1° de Dezembro de 1886 e ao protocollo de encerramento de 7 de Julho de 1887. Esse acto de adhesão foi depositado nos archivos do Governo francez em 29 de Janeiro de 1925.

Aproveito o ensejo, Senhor Ministro, para reiterar a Vossa Excellencia os protestos da minha respeitosa consideração. — *L. M. de Souza Dantas.*

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Tradução official:

Ministro dos Negocios Estrangeiros — Republica Franceza — Serviço do Protocollo.

Paris, 28 de Janeiro de 1925.

Senhor Presidente,

Estou encarregado pelo meu Governo de notificar ao Governo Francez que o Governo Tchecoslovaco, usando da faculdade reservada pelo artigo 14 da Convenção de 14 de Março de 1884, relativa á Protecção dos Cabos Submarinos, adhere á dita Convenção, bem como á declaração de 1º de Dezembro de 1886 e ao Protocollo de Encerramento de 7 de Junho de 1887, referente á mesma Convenção.

Ficaria grato, si Vossa Excellencia quizesse accusar o recebimento da presente comunicação e me informasse em que data o acto de adhesão foi depositado nos archivos do Governo Francez.

Queira acceitar, Senhor Presidente, as seguranças da minha mais alta consideração. — *Stefan Osusky.*

Por cópia certificada conforme.

O Ministro Plenipotenciario, chefe do Serviço do Protocollo. — *Fouquière.*

DECRETO N. 17.020 — DE 26 DE AGOSTO DE 1925

Crêa um consulado honorario em Reval (Esthonia)

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pela lettra *a* do art. 4º do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920,

Decreta:

Artigo unico. Fica creado um consulado honorario em Reval, Esthonia; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1925, 104ª da Independencia e 37ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 17.021 — DE 26 DE AGOSTO DE 1925.

Publica uma notificação da Grã-Bretanha sobre a adesão do Dominio do Canadá á Convenção Internacional de Paris para a Protecção da Propriedade Industrial.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a notificação do Governo Britannico ao Conselho Federal Suisso de que o Dominio do Canadá, em consequencia de sua adhesão, já publicada pelo Decreto n. 16.166, de 6 de Outubro de 1923, deve ser considerado como Parte contractante da Convenção Internacional para a Protecção da Propriedade Industrial, assignada em Paris a 20 de Março de 1883, revista em Bruxellas a 14 de Dezembro de 1909 e em Washington a 2 de Junho de 1911, ficando, de accôrdo com o art. 13 da mesma Convenção, classificado na 2ª classe para a contribuição das despesas do *Bureau* Internacional, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação Suisssa nesta Capital em Nota GG9/3, de 2 de Junho do corrente anno, cuja traducção official acompanha o presente Decreto.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1925, 104ª da Independencia e 37ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.,

Traducção official:

Legação da Suissa no Brasil.

N. GG 9|3.

Rio de Janeiro, 2 de Junho de 1925.

Senhor Ministro,

Em nota de 21 de Agosto de 1923, a Legação de Sua Majestade Britannica notificou ao Conselho Federal Suisso a adhesão, a partir de 1º de Setembro de 1923, do Governo do Dominio do Canadá á Convenção de Paris de 20 de Março de 1883, revista em Bruxellas a 14 de Dezembro de 1900 e em Washington a 2 de Junho de 1911, para a protecção da Propriedade Industrial. Tal adhesão foi communicada a Vossa Excellencia em minha Nota n. 2.947|2, de 27 de Setembro de 1923.

Em additamento áquella notificação, a Legação de Sua Majestade Britannica deu sciencia ao Conselho Federal Suisso, em data de 22 de Abril ultimo, que o Canadá deve ser considerado, sob o ponto de vista de sua adhesão, como Parte contractante, em virtude do artigo 16 da Convenção de Paris, e

que, de conformidade com o artigo 13 da mesma, deve ser classificado na segunda classe para a contribuição das despesas do *Bureau* Internacional.

De ordem do meu Governo, tenho a honra de pedir a Vossa Excellencia se digne de tomar nota da informação que precede e aproveito este ensejo para renovar, Senhor Ministro, a segurança da minha mais alta consideração. — *Gertsch*.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Felix Pachecô, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 17.031 — DE 2 DE SETEMBRO DE 1925

Cria um Consulado Honorario em Concepcion, territorio de Misiones, na Republica Argentina

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:
Considerando necessaria a existencia de um Consulado Honorario em Concepcion, territorio de Misiones, na Republica Argentina, e usando da autorização que a lei lhe concede, decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado Honorario em Concepcion; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de setembro de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pachecô.

DECRETO N. 17.046 — DE 18 DE SETEMBRO DE 1925

Publica a ratificação, por parte da Suecia, da Convenção Internacional para a repressão do trafico das brancas

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico que, segundo communicação recebida pela Embaixada do Brasil em Paris e transmittida ao Ministerio das Relações Exteriores, em officio n. 79, de 28 de julho ultimo, o Ministro da Suecia naquella cidade procedeu ao deposito, no Ministerio dos Negocios Estrangeiros da França, do instrumento de ratificação, por parte de Sua Majestade o Rei da Suecia, da Convenção Internacional para a repressão do trafico de mu-

lheres brancas, assignada em Paris a 4 de Maio de 1910 e do Protocollo de encerramento da mesma data.

Rio de Janeiro, 18 de Setembro de 1925, 104º da Independencia e 37º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 17.047 — DE 18 DE SETEMBRO DE 1925

Publica as adhesões da Bulgaria e do Irak á Convenção Internacional para a repressão do trafico das brancas

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publicas as adhesões da Bulgaria e da Grã-Bretanha, em nome do Irak, á Convênção para a repressão do trafico de mulheres brancas, assignada em Paris, a 4 de Maio de 1910, conforme communicacões feitas ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros da França e transmittidas ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada do Brasil em Paris, em officio n. 73, de 10 de Julho ultimo, das quaes acompanha o presente decreto uma traducção official.

Rio de Janeiro, 18 de Setembro de 1925, 104º da Independencia e 37º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Traducção official:

Legação da Bulgaria, em Paris.

Paris, 27 de Abril de 1925.

A Legação da Bulgaria na França tem a honra de levar ao conhecimento do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, para os fins de informacão, que, em cumprimento ao artigo 167 do Tratado de Neuilly, a Bulgaria adheriu ás Convenções de 18 de Maio de 1904 e de 4 de Maio de 1910, relativas á repressão do trafico de brancas.

A adhesão da Bulgaria ás Convenções acima mencionadas foi approvada pelo Sobranié a 20 de Fevereiro do corrente anno. O decreto real promulgando esta decisão do Sobranié foi publicado no *Jornal Official* de 26 de Março deste anno, numero 287.

Por cópia certificada conforme.

O Ministro Plenipotenciario, chefe do Serviço do Protocollo, *P. de Fouquiére.*

Tradução official:

Embaixada da Grã-Bretanha.

Paris, 7 de Maio de 1925.

Senhor Ministro,

Tenho a honra, de conformidade com as instrucções do Principal Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros de Sua Magestade, de informar Vossa Excellencia que S. M. Britannica adhire, em nome do Irak, á Convenção Internacional para a repressão do trafico das brancas, assignada em Paris a 4 de Maio de 1910.

Ao mesmo tempo, tenho a honra de communicar que o Governo do Irak deseja se reservar o direito de fixar o limite da idade abaixo da que é estipulada no paragrapho 13 do Protocollo final da Convenção.

Queira acceitar, Senhor Ministro, as seguranças de minha alta consideração. — *Grewe*.

Por cópia certificada conforme.

O Ministro Plenipotenciario, chefe do Serviço do Protocollo, *P. de Fouquièrre*.

DECRETO N. 17.070 — DE 15 DE OUTUBRO DE 1925

Abre, ao Ministerio das Relações Exteriores, o credito especial de 2.800:000\$, papel, para occorrer ás despesas com os preparativos para a recepção do Principe Herdeiro da Italia, em 1924, inclusive as obras que foram feitas nos Palacios Guanabara, Cattete e Rio Negro, para esse effeito

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do decreto legislativo n. 4.851, de 1 de setembro de 1924, tendo sido consultado o Tribunal de Contas e ouvido o Ministro da Fazenda, nos termos dos artigos 92 e 93 do Regulamento do Codigo de Contabilidade da União, que baixou com o decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1923, decreta:

Art. 1.º Fica aberto ao Ministerio das Relações Exteriores o credito especial de dous mil o oitocentos contos de réis (2.800:000\$000), papel, para occorrer ás despesas com os preparativos para a recepção do Principe Herdeiro da Italia, inclusive as obras que foram feitas nos Palacios Guanabara, Cattete e Rio Negro, para esse effeito.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1925, 104ª da Independencia e 37ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 17.078 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1925

Publica a adesão do Governo da Federação Australiana á Convenção Internacional para a protecção da propriedade industrial, assignada em Washington a 2 de Junho de 1911.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adesão da Grã-Bretanha, em nome do Governo da Federação Australiana, á Convenção Internacional de Washington de 2 de Junho de 1911, que modifica a Convenção da União de Paris de 20 de Março de 1883 para a protecção da propriedade industrial, revista em Bruxellas a 14 de Dezembro de 1900, devendo aquelle paiz ser considerado como parte contractante da União Industrial, a que já havia adherido como Colonia desde 5 de agosto de 1907, e inscripto na terceira classe para a contribuição das despesas do *Bureau* Internacional — conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação Suissa nesta Capital por Nota n. GG 9/15, de 28 de Setembro proximo passado, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 21 de Outubro de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.,

José Felix Alves Pacheco.

Traducção official:

Legação da Suissa, no Brasil.

N. GG 9/15.

Rio de Janeiro, 28 de Setembro de 1925.

Senhor Ministro,

Por notas de 30 de Julho e 20 de Agosto ultimo, a Legação de sua Majestade Britannica participou que o Governo da Federação Australiana (*Commonwealth of Australia*) adhere á Convenção assignada em Washington a 2 de Junho de 1911, Convenção que modifica a Convenção da União de Paris de 20 de Março de 1883 para a protecção da propriedade Industrial, revista em Bruxellas a 14 de Dezembro de 1900, e deseja ser considerado como paiz contractante da União Industrial, á qual já havia adherido, como Colonia, desde 5 de Agosto de 1907.

De conformidade com o artigo 13 da Convenção da União, o Governo Australiano pede seja inscripto na terceira classe para a contribuição das despesas do *Bureau* Internacional.

De ordem do meu Governo, tenho a honra de levar a communicação que precede ao conhecimento de Vossa Excellencia

e tenho o prazer de consignar que, depois da adesão de que se trata, todos os paizes contractantes se regem agora pelo texto unico da Convenção da União revista em Washington em 1911 e que deste modo o velho regimen, que subsistia ainda por ter ficado a Federação Australiana ligada até aqui unicamente pela Convenção de Paris de 1883, revista em Bruxellas em 1900, terminou definitivamente.

Rogando a Vossa Excellencia se digne de tomar nota do que precede, aproveito esta occasião para lhe reiterar, Senhor Ministro, a segurança da minha mais alta consideração. O Ministro da Suissa *Gertsch*.

(Assig.º) *Gertsch*.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 17.079 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1923

Publica a annullação de adesão dos Alauitas á Convenção Postal Universal de Madrid de 1920

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico que, segundo communicação dirigida ao Ministerio das Relações Exteriores pela Legação Suissa nesta Capital por Nota n. GG 6|24, de 21 de Setembro proximo passado, cuja traducção official acompanha o presente decreto, fica annullada a adesão do Estado dos Alauitas aos actos da Convenção Postal Universal, assignados em Madrid a 30 de Novembro de 1920, adesão essa publicada pelo decreto n. 16.949, de 22 de Junho do corrente anno.

Rio de Janeiro, 21 de Outubro de 1925, 104º da Independencia e 37º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Traducção official:

Legação da Suissa, no Brasil.

N. GG 6|24.

Rio de Janeiro, 21 de Setembro de 1925.

Senhor Ministro,

De ordem do meu Governo, tenho a honra de communicar a Vossa Excellencia que é conveniente annullar a adesão á Convenção Postal Universal do Estado dos Alauitas, adesão communicada pelo Conselho Federal Suisso aos outros paizes contractantes por Nota de 3 de Abril de 1925.

Meu Governo acrescenta que é conveniente não tomar nota agora sinão da adesão da Syria e do Grande Libano á referida Convenção.

Tenho a honra de levar esta decisão ao conhecimento de Vossa Excellencia e de lhe fazer sciente que, nos termos do

artigo 30 da Convenção Postal Universal de Madrid, que dispõe que “cada parte contractante tem o direito de se retirar da União, mediante uma notificação dada um anno antes por seu Governo ao Governo da Confederação Suíça”, a saída da União Postal do Estado dos Alauitas tornar-se-á effectiva a 28 de Agosto de 1926.

A partir da mesma data, este Estado deverá renunciar igualmente a sua participação aos outros Actos da União Postal enumerados em seguida, aos quaes havia adherido:

Convenção relativa á troca de encomendas postaes;

Ajuste relativo á troca de cartas e de caixas com valor declarado;

Ajuste relativo ao serviço de vales-postaes.

Aproveito esta occasião para lhe reiterar, Senhor Ministro, as seguranças de minha mais alta consideração. — *Gertsch.*

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Felix Pachecó, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 17.080 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1925

Publica a adhesão da Lethonia a Actos da União para a Protecção da Propriedade Industrial

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Lethonia aos seguintes Actos da União para a Protecção da Propriedade Industrial:

1º, convenção de Paris de 20 de Março de 1883, revista em Bruxellas a 14 de Dezembro de 1900 e em Washington a 2 de Junho de 1911;

2º, ajuste de Madrid de 14 de Abril de 1891, revisto em Bruxellas e em Washington, relativo ao registro internacional de marcas de fabrica ou de commercio;

3º, ajuste de Madrid de 14 de Abril de 1891, revisto em Washington, relativo á repressão das falsas indicações de procedencia de mercadorias.

O Governo da Lethonia pede ficar inscripto, para os efeitos de pagamento das despesas do *Bureau* Internacional, na VI classe, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação Suíça nesta Capital em Nota n. GG 9/8, de 12 de Agosto de 1925, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 21 de Outubro de 1925, 104º da Independencia e 37º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pachecó.

Traducção official:

Legação da Suíça, no Brasil.

N. GG 6|24.

Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 1925.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que, em nota de 6 do mez ultimo, a Legação da Lethonia notificou ao Conselho Federal Suíço a adhesão de seu governo aos Actos da União para a Protecção da Propriedade Industrial, a saber:

1º, convenção de Paris de 20 de Março de 1883, revista em Bruxellas a 14 de Dezembro de 1900, e em Washington a 2 de Junho de 1911;

2º, ajuste de Madrid de 14 de Abril de 1891, revisto em Bruxellas e em Washington, relativo ao registro internacional de marcas de fabrica ou de commercio;

3º, ajuste de Madrid, de 14 de Abril de 1891, revisto em Washington, relativo á repressão das falsas indicações de procedencia.

No que diz respeito á contribuição das despesas do *Bureau* Internacional, o Governo Lethão pediu para ficar inscripto na VI classe.

De accôrdo com o art. 10, alinea 3, da Convenção da União, tal adhesão começará a vigorar um mez depois da presente notificação.

Pedindo a Vossa Excellencia tomar nota desta adhesão, aproveito esta occasião para lhe renovar, Senhor Ministro, as seguranças da minha mais alta consideração. — *Gertsch*.

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 17.081 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1925

Faz publico o deposito de ratificação, por parte da Venezuela, do Tratado para evitar ou prevenir conflictos entre os Estados Americanos, assignado em Santiago do Chile, em 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico que, segundo communicação dirigida ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Ministerio das Relações Exteriores do Chile por Nota de 27 de julho ultimo, o Governo da Venezuela fez depositar no Ministerio das Relações Exteriores daquelle paiz, aos 17 de julho do corrente anno, o instrumento de ratificação, por parte do mesmo Governo, do Tratado para

evitar ou prevenir conflitos entre os Estados Americanos, assignado em Santiago do Chile á 3 de maio de 1923.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1923, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES,

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 17.082 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1925

Faz publico o deposito de ratificação, pelos Estados Unidos da America, da Convenção para a protecção das marcas de fabrica, commercio, agricultura e nomes commerciaes, assignada em Santiago do Chile a 3 de maio de 1923.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico que o Embaixador dos Estados Unidos da America no Chile, remetteu, a 16 de junho ultimo, ao Ministerio das Relações Exteriores em Santiago, para o respectivo deposito, o instrumento de ratificação, por parte do seu Governo, da Convenção para a protecção das marcas de fabrica, commercio, agricultura e nomes commerciaes, assignada naquella cidade aos 3 de maio de 1923, — com as reservas constantes da comunicação dirigida ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Ministerio das Relações Exteriores do Chile por Nota de 27 de junho deste anno, cuja traducção acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES,

José Felix Alves Pacheco.

Traducção official:

Republica do Chile — Ministerio das Relações Exteriores
— Santiago, 27 de junho de 1925.

Sr. Ministro,

Tenho a honra de participar a V. Ex. que o Embaixador dos Estados Unidos, Exmo. Sr. William Miller Collier, remetteu a este Ministerio com a Nota d e16 do corrente e para os effeitos de seu deposito o Instrumento de ratificação por parte de seu Governo da Convenção para a Protecção das Marcas de Fabrica, Commercio, Agricultura e nomes commerciaes, assignada na V. Conferencia Pan-Americana.

Na dita comunicação se deixa constância de que, como se expressa no alludido Instrumento de ratificação, o Governo dos Estados Unidos ratifica a Convenção de que se trata e remette o Instrumento mencionado para seu depósito, com as reservas ou intelligencia que, litteralmente copiadas em seu texto original inglez, da Nota do Sr. Embaixador dos Estados Unidos, se reproduzem a seguir:

"First, that in section of article VIII the words «and to which they give course for the purposes», the equivalents of which appear in the Spanish, Portuguese and French texts of the convention, shall be inserted in the English text after the word «registration», so that the English text of the section shall read as follows:

Section 1. To keep a detailed record of the applications for the recognition of marks received through the national offices of registration and to which they give course for the purposes of this convention, as well as of all assignments or transfers thereof and of all notices pertaining thereto:

Second, that in article II of the Appendix, subheading C. line 2, the words «for registration» the equivalents of which appear in the Spanish, Portuguese, and French texts, shall be inserted in the English text after the word «application» so that the English text of the line shall read as follows:

«2. The date of the application for registration in the State of first registration or deposit.»

Third, that the expressions in article I «Without prejudice to the rights of the third parties» and in article II «in the absence of other proof of ownership of a mark» are, and shall be, interpreted to protect every user of a trade-mark in the United States having ownership thereof by reason of adoption and use, and with or without subsequent registration, from any claim of priority under this convention based upon an application or a deposit in a signatory State subsequent to the actual date of such adoption and use in the United States.

Fourth, that the expression «legal protection for his mark» in Section 2 (a) of article V shall be interpreted to include ownership of the mark in the United States acquired by adoption and use and with or without subsequent registration.

Fifth, that nothing contained in this convention shall take away or lessen any trade-mark right or any right to use a trade-mark of any person residing or doing business in the United States heretofore or hereafter lawfully acquired under the common law or by virtue of the statutes of the several States or of the United States."

Ao comunicar o que precede a V. Ex, para seu conhecimento e fins correspondentes, aproveito, a oportunidade

para reiterar a V. Ex. as seguranças de minha mais alta e distinta consideração. — *Jorge Matte.*

Ao Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores dos Estados Unidos do Brasil,

DECRETO N. 17.083 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1925

Faz publico o deposito de ratificação, pela Republica do Salvador, de Convenções assignadas na V Conferencia Pan-Americana, em Santiago do Chile.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico que, segundo communicação dirigida ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Ministerio das Relações Exteriores do Chile por Notas de 27 e 28 de julho ultimo, o Governo da Republica do Salvador fez depositar naquelle Ministerio em Santiago, aos 10 de julho deste anno, os instrumentos de ratificação, por parte do mesmo Governo, das Convenções sobre a uniformidade da nomenclatura para a classificação de mercadorias e sobre a publicidade de documentos aduaneiros, assignadas em Santiago do Chile a 3 de maio de 1923.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 17.120 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1925

Crêa um cōsulado honorario em Sevilla

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo art. 4°, letra A, do Decreto n. 14.058, de 11 de Fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um consulado honorario em Sevilla, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de Novembro de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 17.121 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1925

Faz publico o deposito de ratificação, por parte dos Estados Unidos da America, de actos assignados na V Conferencia Pan-Americana de Santiago do Chile, em 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico que, segundo communicação dirigida ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Ministerio das Relações Exteriores do Chile, por Nota de 31 de maio de 1924, o Governo dos Estados Unidos da America fez depositar no mesmo Ministerio, em Santiago, aos 30 de Maio do anno passado, o instrumento de ratificação, por parte daquelle Governo, da Convenção relativa á publicidade de documentos aduaneiros, da Convenção sobre a uniformidade de nomenclatura para a classificação de mercadorias e do Tratado para evitar ou prevenir conflictos entre os Estados Americanos, assignados em Santiago do Chile a 3 de maio de 1923.

Rio de Janeiro, 18 de Novembro de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 17.122 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1925

Faz publico o deposito de ratificação, por parte do Chile, do Tratado para evitar ou prevenir conflictos entre os Estados Americanos, assignado em Santiago a 3 de Maio de 1923

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publico que, segundo communicação dirigida ao Ministerio das Relações Exteriores pelo Ministerio das Relações Exteriores do Chile, por Nota de 23 de setembro ultimo, o Governo daquelle paiz fez depositar no mesmo Ministerio o instrumento de sua ratificação do Tratado para evitar ou prevenir conflictos entre os Estados Americanos, assignado em Santiago do Chile a 3 de Maio de 1923.

Rio de Janeiro, 18 de Novembro de 1925, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 17.215 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1926

Publica a adesão do Japão á Convenção Internacional para a repressão do trafico de brancas

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adesão do Japão á Convenção Internacional para a repressão do trafico de mulheres brancas, assignada em Paris a 4 de maio de 1910, — conforme communicação feita ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros da França e transmittida ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada do Brasil em Paris, em officio n. 129, de 2 de Dezembro do anno proximo passado, da qual acompanha o presente decreto uma traducção official.

Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 1926, 105° da Independencia e 38° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Traducção official:

Embaixada do Japão na França.

Paris, 20 de Outubro de 1925.

Senhor Ministro,

De ordem do meu Governo, tenho a honra de levar ao conhecimento do Governo da Republica Franceza a adesão do Imperio do Japão á Convenção Internacional relativa á repressão do trafico de brancas, assignada em Paris a 4 de Maio de 1910, formulando a reserva seguinte:

« O Governo Imperial do Japão se reserva o direito de substituir por dezoito annos completos a idade de protecção prescripta pelo paragrapho B do Protocollo de encerramento da Convenção. »

Tenho igualmente a honra de communicar, no annexo junto, de accordo com o artigo 8 da Convenção, ao Governo da Republica Franceza, a traducção franceza das disposições do Código Penal do Japão, promulgado a 24 de Abril de 1907, relativas ao objecto da Convenção.

Além disto, esta adesão, importando de pleno direito na adesão concomitante e inteira do Imperio do Japão ao Accordo Internacional que tem por fim assegurar uma protecção efficaz contra o trafico conhecido pela denominação de Trafico de Brancas, assignado em Paris a 18 de Maio de 1904, em virtude do artigo 8 da Convenção, o Governo Imperial designou o Ministerio do Interior (Naimusho), em Tokio, como autoridade

central encarregada da função prescripta no artigo 1º do dito Accordo.

Aproveito esta occasião, Senhor Ministro, para lhe renovar as seguranças da minha mais alta consideração. — *K. Ishii*, Embaixador Extraordinario e Plenipotenciario do Japão na França.

Copia certificada conforme.

O Ministro Plenipotenciario, chefe do Serviço do Protocollo, *P. de Fouquièrre*.

DECRETO N. 17.246 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1926

Publica a adhesão da China á Convenção Internacional para a repressão do trafico de brancas

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da China á Convenção Internacional para a repressão do trafico de mulheres brancas, assignada em Paris a 4 de Maio de 1910, conforme communicação feita ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros da França e transmittida ao Ministerio das Relações Exteriores pela Embaixada do Brasil em Paris, em officio n. 129, de 2 de Dezembro do anno proximo passado, da qual acompanha o presente decreto uma traducção official.

Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 1926, 105 da Independencia e 38º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Traducção official:

M. Tcheng Loh, Ministro da China em Paris, declara pelo presente acto que a China adhire, sem nenhuma condição ou reserva, á Convenção relativa á repressão do trafico de brancas, assignada em Paris a 4 de Maio de 1910.

Paris, seis de Novembro de 1925. — *Tcheng Loh*.

Por cópia certificada conforme.

O Ministro Plenipotenciario, chefe do Serviço do Protocollo, *P. de Fouquièrre*.

DECRETO N. 17.217 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1926

*Publica a adesão da Irlanda á Convenção Internacional para
protecção da propriedade industrial*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adesão da Grã-Bretanha, em nome do Governo do Estado Livre da Irlanda, á Convenção de União para a protecção da propriedade industrial, assignada em Paris a 20 de março de 1883, revista em Bruxellas a 14 de dezembro de 1900 e em Washington a 2 de junho de 1911, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação Suissa nesta Capital por Nota n. GG 9/22, de 27 de novembro proximo passado, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1926, 105° da Independencia e 38° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Traducção official:

Legação da Suissa no Brasil.

N. GG 9/22.

Rio de Janeiro, 27 novembro de 1925.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que, por nota de 22 de outubro ultimo, a Legação de Sua Magestade Britannica em Berna notificou ao Conselho Federal Suiso a adesão do Estado Livre da Irlanda á Convenção da União para a protecção da propriedade industrial assignada em Paris a 20 de março de 1883, revista em Bruxellas a 14 de dezembro de 1900 e em Washington a 2 de junho de 1911. A Legação accrescentou que o Governo Irlandez deseja ser collocado na terceira classe para sua contribuição das despesas do *Bureau* Internacional.

De conformidade com o artigo 16, alinea 3, da Convenção de União, esta adesão produzirá effeito a partir de 4 de dezembro de 1925.

De ordem do meu Governo, tenho a honra de rogar a Vossa Excellencia que se sirva de tomar nota desta adesão, e aproveito esta occasião para lhe renovar, Senhor Ministro, a segurança da minha mais alta consideração. — *Gertsch.*

A Sua Excellencia o Senhor Doutor Felix Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 17.213 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1926

Crêa um Consulado Honorario em Santarém, Republica Portuguesa

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pela lettra *a* do artigo 4º do Decreto n. 14.058, de 11 de Fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado honorario em Santarém; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 1926, 105º da Independencia e 38º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 17.219 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1926

Promulga os Actos firmados no VIII Congresso da União Postal Universal, em Stockholmo, em 1924

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo sancionado pelo Decreto n. 4.928, de 6 de Fevereiro do anno proximo findo, a Resolução do Congresso Nacional que approvou os Actos firmados pelos Delegados do Brasil no VIII Congresso da União Postal Universal, reunido em Stockolmo nos mezes de Julho e Agosto de 1924; e tendo se effectuado o respectivo deposito de ratificações no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros da Suecia a 1º de Setembro ultimo,

Decreta que esses Actos, appensos por copia ao presente Decreto, sejam executados e cumpridos tão inteiramente como nelles se contém.

Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 1926, 105º da Independencia e 38º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES

Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil

Faço saber aos que a presente Carta de Ratificação virem que entre os Estados Unidos do Brasil e os paizes seguintes: União da Africa do Sul, Albania, Allemanha, Estados Unidos da America, o conjuncto das Possessões Insulares dos Estados

Unidos da America, afóra as Ilhas Filippinas, Ilhas Filippinas, Republica Argentina, Commonwealth da Australia, Austria, Belgica, Colonia do Congo Belga, Bolivia, Bulgaria, Canadá, Chile, China, Republica da Colombia, Republica de Costa-Rica, Republica de Cuba, Dinamarca, Cidade Livre de Dantzig, Republica Dominicana, Egypto, Equador, Hespanha, Colonias Hespanholas, Esthonia, Ethiopia, Finlandia, França, Algeria, Colonias e Protectorados Francezes da Indochina, o conjuncto das outras Colonias Francezas, Gran-Bretanha e diversas Colonias e Protectorados Britannicos, Grecia, Guatemala, Republica do Haiti, Republica de Honduras, Hungria, India Britannica, Estado Livre da Irlanda, Islandia, Italia, o conjuncto das Colonias Italianas, Japão, Chosen, o conjuncto das outras Dependencias Japonezas, Lettonia, Republica da Liberia, Lithuania, Luxemburgo, Marrocos (com exclusão da Zona Hespanhola), Marrocos (Zona Hespanhola), Mexico, Nicaragua, Noruega, Nova-Zelandia, Republica do Panamá, Paraguay, Paizes-Baixos, Indias Neerlandezas, Colonias Neerlandezas na America, Perú, Persia, Polonia, Portugal, Colonias Portuguezas da Africa, Colonias Portuguezas da Asia e da Oceania, Rumania, Republica de São Marino, O Salvador, Territorio do Sarre, Reino dos Servios, Croatas e Slovenos, Reino de Sião, Suecia, Suissa, Tchecoslovaquia, Tunisia, Turquia, União das Republicas Socialistas dos Soviets, Uruguay e os Estados Unidos da Venezuela — foi concluida e assignada pelos respectivos Plenipotenciarios, aos vinte e oito de Agosto de mil novecentos e vinte e quatro, no VIII Congresso da União Postal Universal, reunido em Stockholm desde 4 de Julho daquelle anno, uma Convenção Postal Universal e Protocollo final, e um Regulamento de execução da Convenção Postal Universal e Protocollo final;

Que entre os Estados Unidos do Brasil e os seguintes paizes: Albania, Allemanha, Republica Argentina, Austria, Belgica, Colonia do Congo Belga, Bolivia, Bulgaria, Chile, China, Republica da Colombia, Republica de Cuba, Dinamarca, Cidade Livre de Dantzig, Egypto, Hespanha, Colonias Hespanholas, Esthonia, Ethiopia, Finlandia, França, Algeria, Colonias e Protectorados Francezes da Indochina, o conjuncto das outras Colonias Francezas, Gran-Bretanha e diversas Colonias e Protectorados Britannicos, Grecia, Guatemala, Republica do Haiti, Republica de Honduras, Hungria, India Britannica, Estado Livre da Irlanda, Islandia, Italia, o conjuncto das Colonias Italianas, Japão, Chosen, o conjuncto das outras Dependencias Japonezas, Lettonia, Republica da Liberia, Lithuania, Luxemburgo, Marrocos (com exclusão da Zona Hespanhola), Marrocos (Zona Hespanhola), Nicaragua, Noruega, Nova-Zelandia, Republica do Panamá, Paraguay, Paizes-Baixos, Indias Neerlandezas, Colonias Neerlandezas na America, Perú, Persia, Polonia, Portugal, Colonias Portuguezas da Africa, Colonias Portuguezas da Asia e da Oceania, Rumania, Republica de São Marino, o Sal-

vador, Territorio do Sarre, Reino dos Servios, Croatas e Slovenos, Reino de Sião, Suecia, Suissa, Tchecoslovaquia, Tunisia, Turquia, União das Republicas Socialistas dos Soviets e os Estados Unidos da Venezuela — foi concluido e assignado pelos respectivos Plenipotenciarios, aos vinte e oito de Agosto de mil novecentos e vinte e quatro, no VIII Congresso da União Postal Universal, reunido em Stockolmo desde 4 de Julho daquelle anno, um Ajuste sobre cartas e caixas com valor declarado e Protocollo final, e um Regulamento de execução do Ajuste sobre cartas e caixas com valor declarado;

Que entre os Estados Unidos do Brasil e os seguintes paizes: Albania, Allemanha, Republica Argentina, Austria, Belgica, Colonia do Congo Belga, Bolivia, Bulgaria, Chile, China, Republica da Colombia, Republica de Costa-Rica, Republica de Cuba, Dinamarca, Cidade Livre de Dantzic, Republica Dominicana, Egypto, Equador, Hespanha, Colonias Hespanholas, Esthonia, Ethiopia, Finlandia, França, Algeria, Colonias e Protectorados Francezes da Indochina, o conjuncto das outras Colonias Francezas, Grecia, Guatemala, Republica do Haiti, Republica de Honduras, Hungria, India Britannica, Islandia, Italia, o conjuncto das Colonias Italianas, Japão, Chosen, o conjuncto das outras Dependencias Japonezas, Lettonia, Republica da Liberia, Lithuania, Luxemburgo, Marrocos (com exclusão da Zona Hespanhola), Marrocos (Zona Hespanhola), Nicaragua, Noruega, Republica do Panamá, Paraguay, Paizes-Baixos, Indias Neerlandezas, Colonias Neerlandezas na America, Perú, Persia, Polonia, Portugal, Colonias Portuguezas da Africa, Colonias Portuguezas da Asia e da Oceania, Rumania, Republica de São Marino, o Salvador, Territorio do Sarre, Reino dos servios, Croatas e Slovenos, Reino de Sião, Suecia, Suissa, Tchecoslovaquia, Tunisia, Turquia, União das Republicas Socialistas dos Soviets, Uruguay e Estados Unidos da Venezuela — foi concluido e assignado pelos respectivos Plenipotenciarios, aos vinte e oito de agosto de mil novecentos e vinte e quatro, no VIII Congresso da União Postal Universal, reunido em Stockolmo desde 4 de Julho daquelle anno, um Ajuste relativo a encomendas postaes e Protocollo final, e um Regulamento do Ajuste sobre encomendas postaes e Protocollo final, sendo os ditos actos do teór seguinte:

UNION POSTALE UNIVERSELLE

Convention Postale Universelle

CONCLUE ENTRE

L'Union de l'Afrique du Sul, l'Albanie, l'Allemagne, les états-Unis d'Amérique, l'ensemble des Possessions Insulaires des états-Unis d'Amérique autres que les Iles Philippines, les Iles Philippines, la République Argentine, la Commonwealth de

l'Australie, l'Autriche, la Belgique, la Colonie du Congo Belge, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Canada, le Chili, la Chine, la République de Colombie, la République de Costa-Rica, la République de Cuba, le Danemark, la Ville Libre de Dantzig, la République Dominicaine, l'Égypte, l'Équateur, l'Espagne, les Colonies Espagnoles, l'Esthonie, l'Éthiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et Protectorats Français de l'Indochine, l'ensemble des autres Colonies Françaises, la Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectorats Britanniques, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haiti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Inde Britannique, l'État Libre d'Irlande, l'Islande, l'Italie, l'ensemble des Colonies Italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres Dépendances Japonaises, la Lettonie, la République de Libéria, la Lithuanie, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la Zone Espagnole), le Maroc (Zone Espagnole), le Mexique, le Nicaragua, la Norvège, la Nouvelle-Zélande, la République de Panama, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes Néerlandaises, les Colonies Néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les Colonies Portugaises de l'Afrique, les Colonies Portugaises de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la République de St-Marin, le Salvador, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes, l'Uruguay et les États-Unis de Vénézuéla.

Les soussignés, Plénipotentiaires des Pays ci-dessus énumérés, s'étant réunis en Congrès à Stockholm en vertu de l'article 27 de la Convention postale universelle conclue à Madrid le 30 novembre 1920, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, révisé la dite Convention conformément aux dispositions suivantes:

TITRE I

De l'Union postale universelle

CHAPITRE I

ORGANISATION ET RESSORT DE L'UNION

Article premier.

Constitution de l'Union.

Les Pays entre lesquels est conclue la présente Convention forment, sous la dénomination d'Union postale universelle, un seul territoire postal pour l'échange réciproque des correspondances. L'Union postale a également pour objet d'assurer l'organisation et le perfectionnement des divers services postaux internationaux.

Article 2.

Adhésions nouvelles. Procédure.

Les Pays qui ne font pas partie de l'Union sont admis en tout temps à adhérer à la Convention.

Leur demande d'adhésion doit être notifiée par voie diplomatique au Gouvernement de la Confédération Suisse et par celui-ci aux Gouvernements de tous les Pays de l'Union.

Article 3.

Convention et Arrangements de l'Union.

Le service de la poste aux lettres est réglé par les dispositions de la Convention.

D'autres services tels que ceux, notamment, des lettres et des boîtes avec valeur déclarée, des colis postaux, des mandats de poste, des virements postaux, des valeurs à recouvrer et des abonnements aux journaux et écrits périodiques, font l'objet d'Arrangements entre Pays de l'Union.

Ces Arrangements sont obligatoires seulement pour les Pays qui y ont adhéré.

L'adhésion à un ou plusieurs de ces Arrangements est soumise aux dispositions de l'article précédent.

Article 4.

Règlements d'exécution.

Les Administrations de l'Union arrêtent d'un commun accord, dans des Règlements d'exécution, les mesures d'ordre et de détail nécessaires à l'exécution de la Convention et des Arrangements.

Article 5.

Traités spéciaux et Unions restreintes. Rayon limitrophe.

1.—Les Pays de l'Union ont le droit de maintenir et de conclure des traités ainsi que de maintenir et d'établir des unions restreintes en vue de la réduction des taxes ou de toute autre amélioration des relations postales.

2. — De leur côté, les Administrations sont autorisées à prendre entre elles les arrangements nécessaires au sujet des questions qui n'intéressent pas l'ensemble de l'Union, sous réserve de ne pas y introduire des dispositions moins favorables que celles prévues par les Actes de l'Union. Elles peuvent, notamment, en ce qui concerne les objets de correspondance, s'entendre entre elles pour l'adoption de taxes réduites dans un rayon de 30 kilomètres.

Législation intérieure.

Législation intérieure

Les stipulations de la Convention et des Arrangements de l'Union ne portent pas atteinte à la législation de chaque Pays dans tout ce qui n'est pas expressément prévu par ces Actes.

Article 7.

Relations avec les Pays étrangers à l'Union

Les Administrations de l'Union qui entretiennent des relations avec des Pays étrangers à celle-ci sont tenues de mettre ces relations à la disposition des autres Administrations pour l'échange des correspondances.

Les dispositions de la Convention s'appliquent à l'échange des objets de correspondance entre les Pays de l'Union et les Pays étrangers à cette dernière, toutes les fois que cet échange emprunte les services de deux des parties contractantes au moins.

Article 8.

Colonies, protectorats, etc..

Sont considérés comme formant un seul Pays ou une seule Administration de l'Union suivant le cas, au sens de la Convention et des Arrangements en ce qui concerne, notamment, leur droit de vote aux Congrès, aux Conférences et dans l'intervalle entre les réunions, ainsi que leur contribution aux dépenses du Bureau International de l'Union postale universelle :

- 1° La colonie du Congo belge;
- 2° L'ensemble des possessions insulaires des E'tats-Unis d'Amérique, *autres que les îles Philippines* et comprenant Havahi, Porto-Rico, Guam, et les îles Vierges des E'tats-Unis d'Amérique;
- 3° Les îles Philippines;
- 4° L'ensemble des colonies espagnoles;
- 5° L'Algérie;
- 6° Les colonies et protectorats français de l'Indochine;
- 7° L'ensemble des autres colonies françaises;
- 8° L'ensemble des colonies italiennes;
- 9° Le Chosen;
- 10° L'ensemble des autres dépendances japonaises;
- 11° Les Indes néerlandaises;
- 12° Les colonies néerlandaises en Amérique;
- 13° Les colonies portugaises de l'Afrique;
- 14° Les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie.

Article 9.

Ressort de l'Union.

Sont considérés comme appartenant à l'Union postale universelle:

- a) les bureaux de poste établis par des Pays de l'Union dans les Pays étrangers à l'Union;
- b) la principauté de Liechtenstein, comme relevant de l'Administration des postes de Suisse;
- c) les Iles Féroë et le Groenland, comme faisant partie du Danemark;
- d) les possessions espagnoles de la côte septentrionale d'Afrique, comme faisant partie de l'Espagne; la République du Val d'Andorre, come relevant de l'Administration des postes espagnoles;
- e) la principauté de Monaco, comme relevant de l'Administration des postes de France;
- f) Walfisch-Bay, comme faisant partie de l'Union de l'Afrique du Sud; Basutoland, comme relevant de l'Administration des postes de l'Union de l'Afrique du Sud;
- g) les bureaux de poste norvégiens établis aux îles de Spitzberg comme relevant de l'Administration des postes de Norvège.

Article 10.

Arbitrages.

1. — En cas de dissentiment entre deux ou plusieurs membres de l'Union relativement à l'interprétation de la Convention et des Arrangements ou de la responsabilité dérivant, pour une Administration, de l'application de ces Actes, la question en litige est réglée par jugement arbitral. A cet effet, chacune des Administrations en cause choisit un autre membre de l'Union qui n'est pas directement intéressé dans l'affaire.

Au cas où l'un des Offices *en désaccord ne donneroit pas suite à une proposition d'arbitrage dans le délai de six mois, ou de neuf mois pour les pays d'outre-mer*, le Bureau international pourra, sur la demande qui lui en sera faite, provoquer à son tour la désignation d'un arbitre par l'Office défaillant ou en désigner un lui-même, d'Office.

2. — La décision des arbitres est donnée à la majorité absolue des voix.

3. — En cas de partage des voix, les arbitres choisissent, pour trancher le différend, une autre Administration également désintéressée dans le litige.

A défaut d'une entente sur le choix, cette Administration est désignée par le Bureau international parmi les membres de l'Union non proposés par les arbitres.

4. — Les arbitres ne peuvent être désignés en dehors des Offices exécutant l'Arrangement qui donne lieu au litige.

Article 11.

Sortie de l'Union. Cessation de participation aux Arrangements.

Chaque Partie contractante a la faculté de se retirer de l'Union ou de cesser sa participation aux Arrangements moyennant avertissement donné un an à l'avance par son Gouvernement au Gouvernement de la Confédération Suisse.

CHAPITRE II

CONGRÈS. CONFÉRENCES. COMMISSIONS

Article 12.

Congrès.

1. — Les délégués des Pays de l'Union se réunissent en Congrès au plus tard cinq ans après la date de mise à exécution des Actes du Congrès précédent en vue de les soumettre à revision ou de les compléter, s'il y a lieu.

Chaque Pays se fait représenter au Congrès par un ou plusieurs délégués plénipotentiaires munis par leur Gouvernement des pouvoirs nécessaires. Il peut, au besoin, se faire représenter par la délégation d'un autre Pays. Toutefois, il est entendu qu'une délégation ne peut être chargée que de la représentation de deux Pays y compris celui qui l'a primitivement accréditée.

Dans les délibérations, chaque Pays dispose d'une seule voix.

2. — Chaque Congrès fixe le lieu de la réunion du Congrès suivant. Celui-ci est convoqué par les soins du Gouvernement du Pays lequel il doit avoir lieu, après entente avec le Bureau international. Ce Gouvernement est également chargé de la notification à tous les Gouvernements et Pays de l'Union les décisions prises par le Congrès.

Article 13.

Ratifications. Mise à exécution et durée des Actes du Congrès.

Les Actes des Congrès sont ratifiés aussitôt que possible et les ratifications sont communiquées au Gouvernement du Pays, siège du Congrès.

Dans le cas où une ou plusieurs des parties contractantes ne ratifieraient pas l'un ou l'autre des Actes signés

par elles, ceux-ci n'en seraient pas moins valables pour les Etats qui les auront ratifiés.

Ces Actes sont mis à exécution simultanément et ont la même durée.

Dès le jour fixé pour la mise à exécution des Actes adoptés par un Congrès, tous les Actes du Congrès précédent sont abrogés, sauf disposition contraire.

Article 14.

Congrès extraordinaires.

Lorsque la demande en est faite ou approuvée par les deux tiers au moins des Pays contractants, un Congrès extraordinaire est réuni après entente avec le Bureau international.

Les règles édictées aux articles 12 et 13 sont applicables aux délégations, aux délibérations et aux Actes des Congrès extraordinaires.

Article 15.

Règlement des Congrès.

Chaque Congrès arrête le règlement nécessaire à ses travaux et à ses délibérations.

Article 16.

Conférences.

Des Conférences chargées de l'examen de questions purement administratives peuvent être réunies à la demande des deux tiers au moins des Administrations de l'Union.

Elles sont convoquées après entente avec le Bureau international.

Les Conférences arrêtent leur règlement.

Article 17.

Commissions.

Les Commissions chargées par un Congrès ou une Conférence de l'étude d'une ou de plusieurs questions déterminées sont convoquées par le Bureau international après entente le cas échéant, avec l'Administration du Pays où ces Commissions doivent se réunir.

CHAPITRE III

PROPOSITIONS DANS L'INTERVALLE DES RÉUNIONS

Article 18.

Introduction des propositions.

Dans l'intervalle des réunions, toute Administration a le droit d'adresser aux autres Administrations, par l'intermédiaire du Bureau international, des propositions concernant la Convention et son Règlement.

Le même droit est accordé aux Administrations des Pays participant aux Arrangements en ce qui concerne ces Arrangements et leurs Règlements.

Pour être mises en délibération, *toutes propositions introduites dans l'intervalle des réunions* doivent être appuyées par au moins deux Administrations, sans compter celle dont elles émanent. Ces propositions restent sans suite lorsque le Bureau international ne reçoit pas, en même temps, le nombre nécessaire de déclarations d'appui.

Article 19.

Examen des propositions.

Toute proposition est soumise à la procédure suivante:

Un délai de six mois est laissé aux Administrations pour examiner la proposition et pour faire parvenir au Bureau international, le cas échéant, leurs observations. Les amendements ne sont pas admis. Les réponses sont réunies par les soins du Bureau international et communiquées aux Administrations avec invitation de se prononcer pour ou contre. Celles qui n'ont point fait parvenir leur vote dans un délai de six mois, à compter de la date de la seconde circulaire du Bureau international leur notifiant les observations présentées, sont considérées comme s'abstenant.

Si la proposition concerne un Arrangement ou le Règlement y relatif, seules les Administrations ayant adhéré à cet Arrangement peuvent prendre part aux opérations indiquées ci-dessus.

Article 20.

Conditions d'approbation.

1. — Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir:

a) l'unanimité des suffrages s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions des titres I, II et des articles 33 à 36, 38, 48 à 53, 55, 56,

58, 60 à 63, 65 à 75, 77 à 80, de la Convention, ainsi que des articles 1, 4, 17, 53, 66 et 86 de son Règlement;

b) les deux tiers des suffrages s'il s'agit de la modification des dispositions autres que celles mentionnées à l'alinéa précédent;

c) la majorité absolue s'il s'agit de l'interprétation des dispositions de la Convention et de son Règlement, hors le cas de dissentiment à soumettre à l'arbitrage prévu à l'article 10.

2. — Les Arrangements fixent les conditions auxquelles est subordonnée l'approbation des propositions qui les concernent.

Article 21.

Notification des résolutions.

Les additions et les modifications apportées à la Convention et aux Arrangements sont consacrées par une déclaration diplomatique que le Gouvernement de la Confédération suisse est chargé d'établir et de transmettre à la demande du Bureau international aux Gouvernements des Pays contractants.

Les additions et les modifications apportées aux Règlements sont constatées et notifiées aux Administrations par le Bureau international. Il en est de même des interprétations visées sous la lettre c) de l'article précédent.

Article 22.

Exécution des résolutions.

Toute addition ou modification adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

CHAPITRE IV

DU BUREAU INTERNATIONAL

Article 23.

Attributions générales.

1. — Un Office central, fonctionnant à Berne sous la dénomination de Bureau international de l'Union postale universelle, et placé sous la haute surveillance de l'Administration des postes suisses, sert d'organe de liaison, d'information et de consultation aux Pays de l'Union.

Ce Bureau est chargé, notamment, de réunir, de coordonner, de publier et de distribuer les renseignements de toute nature qui intéressent le service international des postes;

d'émettre, à la demande des parties en cause, un avis sur les questions litigieuses; d'instruire les demandes en modification des Actes du Congrès; de notifier les changements adoptés et, en général, de procéder aux études et aux travaux de rédaction ou de documentation que la Convention, les Arrangements et leurs Règlements lui attribuent ou dont il serait saisi dans l'intérêt de l'Union.

2. — Il intervient, à titre d'office de compensation, dans la liquidation des comptes de toute nature relatifs au service international des postes, entre les Administrations qui réclament cette intervention.

Article 24.

Dépenses du Bureau international.

1. — Chaque Congrès arrête le chiffre maximum que peuvent atteindre annuellement les dépenses ordinaires du Bureau international.

Ces dépenses, ainsi que les frais extraordinaires auxquels donne lieu la réunion d'un Congrès, d'une Conférence ou d'une Commission, *et les frais que pourraient entraîner des travaux spéciaux confiés à ce Bureau*, sont supportés en commun par tous les Pays de l'Union.

2. — Ceux-ci sont divisés, à cet effet, en sept classes, dont chacune contribue au paiement des dépenses dans la proportion ci-après:

- 1^{re} classe 25 unités.
- 2^e classe 20 unités.
- 3^e classe 15 unités.
- 4^e classe 10 unités.
- 5^e classe 5 unités.
- 6^e classe 3 unités.
- 7^e classe 1 unité.

3. — En cas d'adhésion nouvelle, le Gouvernement de la Confédération Suisse détermine, d'un commun accord avec le Gouvernement du Pays intéressé, la classe dans laquelle celui-ci doit être rangé au point de vue de la répartition des frais du Bureau international.

TITRE II.

Règles d'ordre général.

CHAPITRE UNIQUE.

Article 25.

Liberté de transit.

1. — La liberté du transit est garantie dans le territoire entier de l'Union.

2. — La liberté du transit des colis postaux *est limitée au territoire des Pays participant à ce service. Les envois*

avec valeur déclarée peuvent transiter en dépêches closes par le territoire des Pays non adhérents à l'Arrangement concernant les envois de l'espèce, mais la responsabilité de ces Pays est limitée à celle qui est prévue pour les envois recommandés.

Article 26.

Droit d'utiliser les services de l'Union.

Les Pays de l'Union reconnaissent à toutes personnes le droit d'utiliser les services faisant l'objet de la Convention et des Arrangements.

Article 27.

Interdiction de taxes non prévues.

Il est interdit de percevoir des taxes postales, de quelque nature que ce soit, autres que celles prévues par la Convention et les Arrangements.

Article 28.

Suspension temporaire de service.

Lorsque, par suite de circonstances extraordinaires, une Administration se voit obligée de suspendre temporairement et d'une manière générale ou partielle, soit l'expédition des objets de correspondance qui lui sont livrés par une autre Administration, soit l'exécution d'un ou de plusieurs services spéciaux, elle est tenue d'en donner immédiatement avis, au besoin par télégraphe, à l'Administration ou aux Administrations intéressées.

Article 29.

Monnaie-type.

Le franc pris comme unité monétaire dans les dispositions de la Convention et des Arrangements est le franc-or à 100 centimes d'un poids de 10/34^e de gramme et d'un titre de 0,900.

Article 30.

Equivalents.

Dans chaque Pays de l'Union, les taxes sont établies d'après une équivalence correspondant, aussi exactement que possible, dans la monnaie actuelle de ce Pays, à la valeur du franc.

Article 31.

Formules. Langue.

1. — Les formules à l'usage des Administrations pour leurs relations réciproques doivent être rédigées en langue française, avec ou sans traduction interlinéaire dans une autre langue, à moins que les Administrations intéressées n'en disposent autrement par une entente directe.

2. — Les formules à l'usage du public qui ne sont pas imprimées en langue française doivent comporter que traduction interlinéaire en cette langue.

3. — *Les formules dont il est question aux §§ 1 et 2 doivent avoir des dimensions se rapprochant, autant que possible, de celles prescrites par le Règlement de la Convention et des Arrangements.*

4. — Les Administrations peuvent s'entendre au sujet de la langue à employer pour la correspondance de service dans leurs relations réciproques.

Article 32.

Cartes d'identité.

1. — Chaque Administration peut délivrer, aux personnes qui en font la demande, des cartes d'identité valables comme pièces justificatives pour toutes les transactions effectuées par les bureaux de poste des Pays qui n'auraient pas notifié, leur refus de les admettre.

2. — L'Administration qui fait délivrer une carte d'identité est autorisée à percevoir, de ce chef, une taxe qui ne peut être supérieure à un franc.

3. — Les Administrations sont dégagées de toute responsabilité lorsqu'il est établi que la livraison d'un envoi postal ou le paiement d'un mandat a eu lieu sur la présentation d'une carte d'identité régulière.

Elles ne sont pas, non plus, responsables des conséquences que peuvent entraîner la perte, la soustraction ou l'emploi frauduleux d'une carte d'identité régulière.

4. — La carte d'identité est valable pendant trois ans à partir du jour de son émission.

TITRE III.

Dispositions concernant les correspondances postales.

CHAPITRE I.

DISPOSITIONS GÉNÉRALES.

Article 33.

Objets de correspondance.

La dénomination d'objets de correspondance s'applique aux lettres, aux cartes postales simples et avec réponse payée,

aux papiers d'affaires, aux échantillons de marchandises et aux imprimés de toute nature, y compris les impressions en relief à l'usage des aveugles.

Article 34.

Taxes et conditions générales.

1. — Les taxes d'affranchissement pour le transport des objets de correspondance dans toute l'étendue de l'Union y compris leur remise au domicile des destinataires dans les Pays où le service de distribution est ou sera organisé, sont fixées conformément aux indications du tableau ci-après:

Objets	Unités de poids	Taxes	Limites	
			de poids	de dimensions
	gr.	c.		
Lettres: { 1 ^{er} échelon de poids.....	20	25	2 kilos	45 cm. dans chaque sens.
{ par échelon supplémentaire.....	—	15		<i>en rouleaux:</i> 75 cm. de longueur et 10 cm. de diamètre.
Cartes postales { simples.....	—	15	—	maxima { 15 cm. en longueur. 10,5 cm. en largeur.
{ avec réponse.....	—	30	—	minima { 10 cm. en longueur. 6 cm. en largeur.
Imprimés.....	50	5	2 kilos ¹	¹⁾ Ce poids est porté à 3 kilos pour les volumes expédiés isolément. 45 cm. de chaque côté.
Impressions en relief pour les aveugle.....	1000	5	2 kilos	
Papiers d'affaires.....	50	5	2 kilos	<i>en rouleaux:</i> 75 cm. de longueur et 10 cm. de diamètre.
» » minimum de taxe.....	—	25	—	45 cm. en longueur. 20 cm. en largeur. 10 cm. en épaisseur.
Echantillons de marchandises.....	50	5	500 gr.	<i>en rouleaux:</i> 45 cm. de longueur et 15 cm de diamètre.
» » minimum de taxe.....	—	10	—	

Les Administrations ont la faculté de concéder, dans leurs relations réciproques, aux journaux et écrits périodiques expédiés directement par les éditeurs, une réduction de 50 % sur le tarif général des imprimés.

La même faculté leur est accordée en ce qui concerne les livres brochés ou reliés, à l'exclusion de toute publicité ou réclame.

Il en est même des éditions littéraires et scientifiques échangées entre les institutions savantes.

2. — *Chaque Pays de l'Union fixe, selon les indications du tableau ci-dessus, les taxes à percevoir pour les objets de correspondance.*

3. — *Les lettres ne doivent contenir aucune lettre, note ou document adressé à des personnes autres que le destinataire ou des personnes habitant avec ce dernier.*

4. — Les papiers d'affaires, les échantillons de marchandises et les imprimés de toute nature ne doivent contenir aucune lettre ou note ayant le caractère de correspondance actuelle et personnelle; ils doivent être conditionnés de manière à pouvoir être facilement vérifiés, *sauf les exceptions prévues au Règlement.*

5. — *Les limites de poids et de dimensions fixées au § 1 du présent article ne s'appliquent pas aux correspondances relatives au service postal dont il est question au § 1 de l'article 43.*

6. — Les paquets d'échantillons de marchandises ne peuvent renfermer aucun objet ayant une valeur marchande.

7. — La réunion en un seul envoi d'objets de correspondance de catégories différents (objets groupés) est autorisée dans les conditions fixées par le Règlement.

8. — Sauf les exceptions prévues par la Convention et son Règlement, il n'est pas donné cours aux envois qui ne remplissent pas les conditions requises.

Les objets qui auraient été admis à tort peuvent être renvoyés à l'Office d'origine. Si l'Office de destination les remet au destinataire, il doit éventuellement leur appliquer les taxes et surtaxes prévues pour la catégorie de correspondances à laquelle ils appartiennent réellement.

9. — *Les envois affranchis au tarif des lettres peuvent renfermer des objets passibles de droits de douane, lorsque l'importation de ces objets, sous forme de lettres, est admise dans le Pays de destination.*

Ces envois doivent être revêtus, du côté de la suscription, d'une étiquette conforme aux prescriptions du Règlement.

L'Administration du Pays destinataire est autorisée à soumettre ces envois au contrôle douanier, à les ouvrir d'office et à percevoir les droits d'entrée, dans la forme prévue par sa législation.

Article 35.

Affranchissement.

Les envois autres que les lettres et les cartes postales simples doivent être *entièrement affranchis*.

Il n'est pas donné cours aux cartes postales avec réponse payée dont les deux parties ne sont pas entièrement affranchis au moment du dépôt.

Article 36.

Taxe en cas d'absence ou d'insuffisance d'affranchissement.

En cas d'absence ou d'insuffisance d'affranchissement *et sauf les exceptions prévues par l'article 39 du Règlement pour certaines catégories d'envois réexpédiés*, les objets de correspondance de toute nature sont passibles, à la charge des destinataires, d'une taxe double du montant de l'affranchissement manquant ou de l'insuffisance, sans que cette taxe puisse être inférieure à 10 centimes.

Article 37.

Correspondances en dehors de l'Union.

1. — Les taxes pour les correspondances à destination des Pays en dehors de l'Union ne doivent pas être inférieures au tarif normal de l'Union.

2. — Les correspondances originaires de Pays en dehors de l'Union qui sont livrées à un Pays de l'Union non affranchies ou insuffisamment affranchies sont taxées par l'Office distributeur selon les règles applicables dans son propre service aux envois similaires à destination des Pays d'où proviennent les dites correspondances.

Article 38.

Surtaxes.

Il peut être perçu, en sus des taxes fixées par les articles 34 et 37 pour tout objet transporté par des services dépendant d'Administrations étrangères à l'Union, ou par des services extraordinaires dans l'Union donnant lieu à des frais spéciaux, une surtaxe en rapport avec ces frais.

Lorsque le tarif d'affranchissement de la carte postale simple comprend la surtaxe autorisée par l'alinéa précédent, ce même tarif est applicable à chacune des parties de la carte postale avec réponse payée.

Article 39.

Taxes spéciales.

1. — *Les Administrations sont autorisées à frapper d'une taxe additionnelle, selon les dispositions de leur législation, les objets remis à leurs services d'expédition en dernière limite d'heure.*

2. — *Les Pays de destination qui sont autorisés par leur législation à délivrer les envois contenant des objets passibles de droits de douane peuvent percevoir, pour le dédouanement de ces envois, un droit de 50 centimes au maximum par envoi.*

3. — *Le Pays de destination est autorisé à percevoir, pour les objets adressés poste restante, une taxe spéciale d'après sa législation.*

Article 40.

Envois exprès.

1. — *Les objets de correspondance sont, à la demande des expéditeurs, remis à domicile par un porteur spécial, immédiatement après l'arrivée, dans les Pays dont les Administrations consentent à se charger de ce service dans leurs relations réciproques.*

2. — *Ces envois, qualifiés "exprès", sont soumis, en sus du port ordinaire, à une taxe spéciale s'élevant au minimum au double de l'affranchissement d'une lettre simple ordinaire et au maximum à un franc. Cette taxe doit être acquittée complètement et à l'avance par l'expéditeur.*

3. — *Lorsque le domicile du destinataire se trouve en dehors du rayon de distribution gratuite du bureau de destination, la remise par exprès peut donner lieu à la perception d'une taxe complémentaire jusqu'à concurrence de celle qui est fixée dans le service interne.*

La remise par exprès n'est toutefois pas obligatoire dans ce cas.

4. — *Les objets exprès non complètement affranchis pour le montant total des taxes payables à l'avance sont distribués par les moyens ordinaires, à moins qu'ils n'aient été traités comme exprès par le bureau d'origine.*

Article 41.

Interdictions.

1. — *Il est interdit d'expédier:*

a) *des objets qui, par leur nature ou leur emballage, peuvent présenter du danger pour les agents, salir ou détériorer les correspondances;*

b) des matières explosibles, inflammables ou dangereuses;

c) des animaux vivants, à l'exception des abeilles et des vers à soie;

d) des objets passibles de droits de douane, sauf les exceptions prévues à l'article 34, § 9°, ainsi que des échantillons expédiés en nombre dans le but d'éviter la perception de ces droits;

e) de l'opium, de la morphine, de la cocaïne et autres stupéfiants;

f) des objets obscènes ou immoraux;

g) des objets quelconques dont l'entrée ou la circulation sont interdites dans le pays d'origine ou dans le pays de destination.

Il est, en outre, interdit d'expédier, dans les envois non recommandés, des pièces de monnaie, des billets de banque et des billets de monnaie, des matières d'or ou d'argent, des pierreries, des bijoux et autres objets précieux.

2. — Les envois qui auraient été à tort admis à l'expédition doivent être renvoyés à l'Office d'origine, sauf le cas où l'Administration du pays de destination serait autorisée, par sa législation ou ses règlements intérieurs, à en disposer autrement.

Toutefois, les matières explosibles, inflammables ou dangereuses et les objets obscènes ou immoraux ne sont pas renvoyés à l'Office d'origine; il sont détruits sur place par les soins de l'Administration qui en constate la présence.

Dans le cas où des envois admis à tort à l'expédition ne seraient ni renvoyés à l'origine, ni remis au destinataire, l'Office expéditeur doit en être informé pour qu'il puisse prendre éventuellement les mesures qui s'imposeraient.

3. — Est d'ailleurs réservé le droit de tout Pays de l'Union de ne pas effectuer, sur son territoire, le transport en transit à découvert ou la distribution des objets jouissant de la modération de taxe à l'égard desquels il n'a pas été satisfait aux lois, ordonnances ou décrets qui règlent les conditions de leur publication ou de leur circulation dans ce Pays.

Ces objets doivent être renvoyés à l'Office d'origine.

Article 42.

Modalités d'affranchissement.

1. — L'affranchissement est opéré, soit au moyen de timbres-post valables dans le Pays d'origine pour la correspondance des particuliers, soit au moyen d'empreintes de machines à affranchir, officiellement adoptées et fonctionnant sous le contrôle immédiat de l'Administration.

2. — Sont considérés comme dûment affranchis: les cartes-réponse portant, *imprimés ou collés*, des timbres-poste du pays d'émission de ces cartes, les envois régulièrement affranchis pour leur premier parcours et dont le complément de taxe a été acquitté avant leur réexpédition, ainsi que les journaux ou paquets de journaux *et écrits périodiques* dont la suscription porte la mention "Abonnement-poste" ou une mention équivalente et qui sont expédiés en vertu de l'Arrangement sur les abonnements aux journaux *et écrits périodiques*.

3. — Les correspondances déposées en pleine mer dans la boîte d'un paquebot ou entre les mains des agents des postes embarqués ou des commandants de navires peuvent être affranchies, sauf arrangement contraire entre les Administrations intéressées, au moyen de timbres-poste et d'après le tarif du Pays auquel appartient ou dont dépend le dit paquebot. Si le dépôt à bord a lieu pendant le stationnement aux deux points extrêmes du parcours ou dans l'une des escales intermédiaires, l'affranchissement n'est valable qu'autant qu'il est effectué au moyen de timbres-poste et d'après le tarif du Pays dans les eaux duquel se trouve le paquebot.

Article 43.

Franchise de port.

1. — Sont admises à la franchise de port les correspondances relatives au service postal échangées entre la Administration des postes, entre ces Administrations et le Bureau international, entre les bureaux de poste des Pays de l'Union, et entre ces bureaux et les Administrations *ainsi que celles dont le transport en franchise est expressément prévu par les dispositions de la Convention, des Arrangements et de leurs Règlements*.

2. — Les correspondances, à l'exception des envois grevés de remboursement, destinées aux prisonniers de guerre ou expédiées par eux sont également affranchies de toutes taxes postales, aussi bien dans les Pays d'origine et de destination que dans les Pays intermédiaires.

Il en est de même des correspondances concernant les prisonniers de guerre, expédiées ou reçues, soit directement, soit à titre d'intermédiaire, par les bureaux de renseignements qui seraient établis éventuellement pour ces personnes dans des Pays belligérants ou dans les Pays neutres ayant recueilli des belligérants sur leur territoire.

Les belligérants recueillis et internés dans un Pays neutre sont assimilés aux prisonniers de guerre proprement dits, en ce qui concerne l'application des dispositions ci-dessus.

Article 44.

Coupons-réponse.

Des coupons-réponse sont mis en vente dans les Pays de l'Union.

Le prix de vente en est déterminé par les Administrations intéressées, mais ne peut être inférieur à 40 centimes ou à l'équivalent de cette somme dans la monnaie du Pays de débit.

Chaque coupon est échangeable dans tout Pays de l'Union contre un timbre ou des timbres représentant l'affranchissement d'une lettre simple originaire de ce Pays à destination de l'étranger. Toutefois, l'échange doit se faire avant l'expiration du sixième mois qui suit celui de l'émission.

Est, en outre, réservée à chaque Pays, la faculté d'exiger le dépôt simultané des coupons-réponse et des envois de correspondance à affranchir en échange de ces coupons.

Article 45.

Retrait. Modification d'adresse.

1. — L'expéditeur d'un objet de correspondance peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse, tant que cet objet n'a pas été livré au destinataire.

2. — La demande à formuler à cet effet est transmise par voie postale ou par voie télégraphique aux frais de l'expéditeur, qui doit payer, pour toute demande par voie postale, la taxe applicable à une lettre simple recommandée, et pour toute demande par voie télégraphique, la taxe du télégramme, augmentée de la taxe postale, s'il s'agit d'une modification d'adresse.

Article 46.

Réexpédition. Rebut.

1. — La réexpédition d'objets de correspondance dans l'intérieur de l'Union ne donne lieu à la perception d'aucun supplément de taxe, *sauf les exceptions prévues au Règlement.*

Il en est de même du retour à l'expéditeur des objets tombés en rebut.

2. — *Les objets de correspondance qui sont réexpédiés ou tombent en rebut sont livrés aux destinataires ou aux expéditeurs contre payment des taxes dont les ont été gravés au départ, à l'arrivée, ou en cours de route par suite de réexpédition au delà du premier parcours.*

3. — Les correspondances tombées en rebut pour quelque cause que ce soit doivent être renvoyées immédiatement au Pays d'origine.

Le délai de conservation des correspondances gardées en instance à la disposition des destinataires ou adressées "poste restante" est réglé par les dispositions du Pays de destination. Toutefois, ce délai ne peut dépasser six mois dans les relations avec les Pays d'outre-mer et deux mois dans les autres relations. Le renvoi au pays d'origine doit avoir lieu dans un délai plus court, si l'expéditeur l'a demandé par une annotation sur la suscription en une langue connue dans le Pays de destination.

4. — Les imprimés dénués de valeur ne sont pas renvoyés, à moins que l'envoyeur, par une annotation à l'extérieur de l'envoi, n'en ait demandé le retour.

5. — La taxe de "poste restante" prévue à l'article 39 ne suit pas l'objet en cas de réexpédition ou de mise en rebut.

6. — La taxe complémentaire stipulée à l'article 40, § 3, reste exigible en cas de réexpédition ou de mise en rebut d'un envoi exprés.

Article 47.

Réclamations.

1. — La réclamation de *tout envoi* peut donner lieu à la perception d'un droit fixé d'un franc au maximum.

En ce qui concerne les envois recommandés, aucun droit n'est perçu si l'expéditeur a déjà acquitté le droit spécial pour un avis de réception.

2. — Les réclamations ne sont admises que dans le délai d'un an à compter du lendemain du dépôt.

CHAPITRE II.

ENVOIS RECOMMANDÉS.

Article 48.

Taxes.

1. — Les objets de correspondance désignés dans l'article 33 peuvent être expédiés sans recommandation.

Toutefois, les parties "Réponse" adhérentes aux cartes postales ne peuvent être recommandées par les expéditeurs primitifs de ces envois.

2. — *La taxe de tout envoi recommandé doit être acquittée à l'avance. Elle se compose :*

a) du prix d'affranchissement ordinaire de l'envoi, selon sa nature;

b) d'un droit fixe de recommandation de 40 centimes au maximum.

3. — *Un récépissé doit être délivré gratuitement à l'expéditeur d'un envoi recommandé, au moment du dépôt.*

4. — Les pays disposés à se charger des risques pouvant dériver du cas de force majeure sont autorisés à percevoir une taxe spéciale de 40 centimes au maximum pour chaque envoi recommandé.

Article 49.

Avis de réception.

L'expéditeur d'un envoi recommandé peut obtenir un avis de réception en payant, au moment du dépôt, un droit fixe de 40 centimes au maximum.

L'avis de réception peut être demandé postérieurement au dépôt de l'envoi dans le délai fixé par l'article 47 pour les réclamations et moyennant paiement d'un droit que ne doit pas dépasser le double de celui prévu à l'alinéa précédent.

Article 50.

Etendue de la responsabilité.

Sauf les cas prévus à l'article suivant, les Administrations répondent de la perte des envois recommandés.

L'expéditeur a droit, de ce chef, à une indemnité dont le montant est fixé à 50 francs par objet.

S'il a acquitté les droits d'une réclamation et si celle-ci est motivée par une faute de service, ces droits sont également restitués.

Article 51.

Exceptions au principe de la responsabilité.

Les Administrations sont dégagées de toute responsabilité pour la perte d'envois recommandés;

a) *en cas de force majeure; toutefois, la responsabilité subsiste à l'égard de l'Office expéditeur qui a accepté de couvrir les risques de force majeure (art. 48, § 4);*

b) *lorsqu'elles ne peuvent rendre compte des envois par suite de la destruction des documents de service résultant d'un cas de force majeure;*

c) *lorsqu'il s'agit d'envois dont le contenu tombe sous le coup des interdictions prévues à l'article 41, § 1;*

d) *lorsque l'expéditeur n'a formulé aucune réclamation dans le délai prévu à l'article 47.*

Article 52.

Cessation de la responsabilité.

Les Administrations cessent d'être responsables des envois recommandés dont elles ont effectué la remise dans les conditions prévues par leur règlement intérieur.

Pour les envois adressés poste restante, ou conservés en instance à la disposition des destinataires, la responsabilité cesse par la délivrance à une personne qui a justifié de son identité suivant les règles en vigueur dans le Pays de destination, et dont les noms et qualités sont conformes aux indications de l'adresse.

Article 53.

Paiement de l'indemnité.

L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'Office dont relève le bureau expéditeur de l'envoi sous réserve de son droit de recours contre l'Office responsable.

Article 54.

Délai de paiement.

1.—Le paiement de l'indemnité doit avoir lieu le plus tôt possible et, au plus tard, dans le délai de six mois à compter du lendemain du jour de la réclamation. Ce délai est porté à neuf mois dans les relations avec les Pays d'outre-mer.

2.—L'Office d'origine est autorisé à désintéresser l'expéditeur pour le compte de l'Office intermédiaire ou destinataire qui, régulièrement saisi, a laissé s'écouler six mois sans donner de solution à l'affaire; ce délai est porté à neuf mois dans les relations avec les Pays d'outre-mer.

L'Office expéditeur peut différer exceptionnellement le règlement de l'indemnité au delà du délai prévu au paragraphe précédent lorsque la question de savoir si la perte de l'envoi est due à un cas de force majeure n'est pas tranchée.

Article 55.

Détermination de la responsabilité

1. — Jusqu'à preuve du contraire, la responsabilité pour la perte d'un envoi recommandé incombe à l'Office qui, ayant reçu l'objet sans faire d'observation, et étant mis en possession de tous les moyens réglementaires d'investigation, ne peut établir, ni la délivrance au destinataire, ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'Office suivant.

Si la perte a eu lieu en cours de transport sans qu'il soit possible d'établir sur le territoire ou dans le service de quel pays le fait s'est accompli, les Offices en cause supportent le dommage par parts égales. Toutefois, l'intégralité de l'indemnité due doit être versée à l'Office d'origine par la première Administration qui ne peut établir la transmission régulière de l'envoi réclamé au service correspondant. Il appartient à cette Administration de récupérer sur les autres Offices responsables la quote-part de chacun d'eux dans le dédommagement de l'ayant droit.

2.—Lorsqu'un objet recommandé a été perdu dans des circonstances de force majeure, l'Office sur le territoire ou dans le service duquel la perte a eu lieu n'en est responsable envers l'Office expéditeur que si les deux pays se chargent des risques dérivant du cas de force majeure.

3.—Par le fait du paiement de l'indemnité, l'Administration responsable est subrogée jusqu'à concurrence du montant de cette indemnité dans les droits de la personne qui l'a reçue, pour tout recours éventuel, soit contre le destinataire, soit contre l'expéditeur ou contre des tiers.

Article 56.

Remboursement de l'indemnité à l'Office expéditeur

L'Office responsable ou pour le compte duquel le paiement est effectué en conformité de l'article 54 est tenu de rembourser à l'Office expéditeur le montant de l'indemnité dans un délai de trois mois après notification du paiement.

Ce remboursement s'effectue sans frais pour l'Office créateur, soit au moyen d'un mandat de poste ou d'une traite, soit en espèces ayant cours dans le pays créateur. Passé le délai de trois mois, la somme due à l'Office expéditeur est productive d'intérêt, à raison de sept pour cent l'an, à compter du jour de l'expiration dudit délai.

L'Office dont la responsabilité est dument établie et qui a tout d'abord décliné le paiement de l'indemnité doit prendre à sa charge tous les frais accessoires résultant du retard non justifié apporté au paiement.

Toutefois, les Administrations peuvent s'entendre pour liquider périodiquement les indemnités qu'elles ont payées aux expéditeurs et dont elles ont reconnu le bien-fondé.

Article 57.

Responsabilité pour les envois recommandés en dehors des limites de l'Union.

La responsabilité en matière d'envois recommandés à destination ou en provenance de Pays étrangers à l'Union ou

en transit par ces Pays est réglée selon les dispositions suivantes:

a) pour le transport dans le ressort de l'Union, d'après les stipulations de la Convention;

b) pour le transport en dehors des limites de l'Union, d'après les conditions notifiées par l'Office de l'Union qui sert d'intermédiaire.

CHAPITRE III.

ENVOIS CONTRE REMBOURSEMENT.

Article 58.

Taxes et conditions. Liquidation.

1.—Les correspondances recommandées peuvent être expédiées grevées de remboursement dans les relations entre les Pays dont les Administrations conviennent d'assurer ce service.

Sauf arrangement contraire, le montant du remboursement est exprimé dans la monnaie du Pays d'origine de l'envoi.

Le maximum du remboursement est égal à celui fixé pour les mandats de poste à destination du Pays d'origine de l'envoi.

Les objets contre remboursement sont soumis aux formalités et aux taxes des envois recommandés.

L'expéditeur paie, en outre, *une taxe fixe qui ne peut être inférieure à 20 centimes, ni supérieure à 50 centimes, et un droit proportionnel de 1½ pour cent du montant du remboursement. L'Office expéditeur a la faculté d'arrondir ces taxes, d'après les convenances de son système monétaire.*

2. — Le montant encaissé sur le destinataire est transmis à l'expéditeur au moyen d'un mandat de remboursement qui est émis gratuitement.

Les Administrations peuvent s'entendre sur un autre procédé pour la liquidation des sommes encaissées. Elles peuvent, notamment, se charger, dans des conditions à convenir, de les verser en compte courant postal dans le pays de destination de l'envoi.

Article 59.

Annulation du montant du remboursement.

L'expéditeur d'un envoi recommandé grevé de remboursement peut demander le dégrèvement total ou partiel du montant du remboursement.

Les demandes de cette nature sont soumises aux mêmes dispositions que les demandes de retrait ou de modification d'adresse (art. 45).

Article 60.

Responsabilité en cas de perte de l'envoi.

La perte d'un envoi recommandé grevé de remboursement engage la responsabilité du service postal dans les conditions déterminées par les articles 50 et 51.

Article 61.

Garantie des sommes encaissées régulièrement.

Les sommes encaissées régulièrement du destinataire qu'elles aient été ou non converties en mandats de poste ou versées en compte courant postal, sont garanties à l'expéditeur dans les conditions déterminées en faveur du déposant par l'Arrangement concernant les mandats de poste ou par les prescriptions régissant le service des chèques et virements postaux.

Article 62.

Indemnité en cas de non-encaissement, d'encaissement insuffisant ou frauduleux.

1. — Si l'envoi a été livré au destinataire sans encaissement du montant du remboursement, l'expéditeur a droit à une indemnité *pourvu qu'une réclamation ait été formulée dans le délai prévu à l'article 47, § 2, et à moins que le non-encaissement ne soit dû à une faute ou à une négligence de sa part* ou que le contenu de l'envoi ne tombe sous le coup des interdictions prévues à l'article 41.

Il en est de même si la somme encaissée du destinataire est inférieure au montant du remboursement indiqué ou si l'encaissement a été effectué frauduleusement.

L'indemnité ne pourra dépasser, *en aucun cas*, le montant du remboursement.

2. — Par le fait du paiement de l'indemnité et *jusqu'à concurrence de son montant*, l'Administration responsable est subrogée dans les droits de l'expéditeur pour tout recours éventuel contre le destinataire ou les tiers.

Article 63.

Sommes encaissées régulièrement. Indemnités. Paiement et recours.

L'obligation de payer les sommes encaissées régulièrement ainsi que l'indemnité dont il est question à l'article précédent, incombe à l'Office dont relève le bureau expéditeur de l'envoi, sous réserve de son droit de recours contre l'Office responsable.

Article 64.

Délai de paiement.

Les dispositions de l'article 54 concernant les délais de paiement de l'indemnité pour la perte d'un envoi recommandé s'appliquent au paiement des sommes encaissées ou de l'indemnité pour les envois contre remboursement.

Article 65.

Détermination de la responsabilité.

Le paiement, par l'Office expéditeur, des sommes encaissées régulièrement, ainsi que celui de l'indemnité prévue à l'article 62, se fait pour le compte de l'Office destinataire. Celui-ci est responsable, à moins qu'il ne puisse prouver que la faute est due à la non-observation d'une disposition réglementaire par l'Office expéditeur.

Dans les cas d'encaissement frauduleux à la suite de la disparition dans le service d'un envoi contre remboursement, la responsabilité des Offices en cause est déterminée selon les règles prévues à l'article 55 pour la perte d'un envoi recommandé ordinaire.

Article 66.

Remboursement des sommes avancées.

L'Office destinataire est tenu de rembourser à l'Office expéditeur, dans les conditions prévues à l'article 56, les sommes qui ont été avancées pour son compte.

Article 67.

Mandats de remboursement.

Le montant d'un mandat de remboursement qui, pour un motif quelconque, n'a pas été payé au bénéficiaire, n'est pas remboursé à l'Office d'émission. Il est tenu à la disposition du bénéficiaire par l'Office expéditeur de l'envoi grevé de remboursement et revient définitivement à cet Office, après l'expiration du délai légal de prescription.

A tous les autres égards, *et sous les réserves prévues au Règlement*, les mandats de remboursement sont soumis aux dispositions fixées par l'Arrangement concernant les mandats de poste.

Article 68.

Partage de la taxe et du droit de remboursement

Les taxes prévues au dernier alinéa du § 1 de l'article 58 sont partagées par moitié entre l'Administration d'origine et

celle du pays de destination dans les conditions prescrites par le Règlement.

Dans le cas où deux Offices ne perçoivent pas une taxe fixe de remboursement d'égal montant, la quote-part à bonifier à l'Office correspondant est calculée sur la base de la taxe la plus faible.

CHAPITRE IV.

ATTRIBUTION DES TAXES, FRAIS DE TRANSIT ET D'ENTREPÔT.

Article 69.

Attribution des taxes.

Sauf les cas expressément prévus par la Convention, chaque Administration garde en entier les sommes qu'elle a perçues.

Article 70.

Frais de transit

1. — Les correspondances échangées en dépêches closes entre deux Administrations de l'Union, au moyen des services d'une ou de plusieurs autres Administrations (services tiers), sont soumises, au profit de chacun des pays traversés ou dont les services participent au transport, aux frais de transit indiqués dans le tableau suivant:

	<i>Par Kilogramme</i>	
	<i>De lettres</i>	
	<i>et de cartes</i>	<i>D'autres</i>
	<i>postales</i>	<i>objets</i>
1°. Parcours territoriaux:		
	<i>Fr. c.</i>	<i>Fr. c.</i>
<i>Jusqu'à 1.000 Km.....</i>	0,75	0,10
<i>Au delà de 1.000 jusqu'à 2.000 Km.....</i>	1,00	0,15
<i>Au delà de 2.000 jusqu'à 3.000 Km.....</i>	1,50	0,20
<i>Au delà de 3.000 jusqu'à 6.000 Km.....</i>	2,50	0,30
<i>Au delà de 6.000 jusqu'à 9.000 Km.....</i>	3,50	0,40
<i>Au delà de 9.000 Km.....</i>	4,50	0,50
2°. Parcours maritimes:		
<i>Jusqu'à 300 milles marins</i>	0,75	0,10
<i>Au delà de 300 jusqu'à 1.500 milles marins</i>	2,00	0,25
<i>Entre l'Europe et l'Amérique du Nord....</i>	3,00	0,40
<i>Au delà de 1.500 jusqu'à 6.000 milles marins</i>	4,00	0,50
<i>Au delà de 6.000 milles marins.....</i>	6,00	0,75

2. — Les frais de transit pour le transport maritime sur un trajet n'excédant pas 300 milles marins sont fixés au tiers des sommes prévues au paragraphe précédent, si l'Administra-

tion intéressée reçoit déjà, du chef des dépêches transportées, la rémunération afférent au transit territorial.

3. — En cas de transport maritime effectué par deux ou plusieurs Administrations, les frais du parcours total ne peuvent pas dépasser 6 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et 0.75 franc par kilogramme d'autres objets. *Lorsque les totaux de ces frais dépassent respectivement 6 francs et 0,75 franc, ils sont répartis entre les Administrations participant au transport, au prorata des distances parcourues, sans préjudice des arrangements différents qui peuvent intervenir entre les parties intéressées.*

4. — Sont considérés comme services tiers, à moins d'arrangement contraire, les transports maritimes effectués directement entre deux pays, au moyen de navires dépendant de l'un d'eux, ainsi que les transports effectués entre deux bureaux d'un même pays, par l'intermédiaire de services dépendant d'un autre pays.

5. — Les correspondances échangées à découvert entre deux Administrations de l'Union sont soumises, sans égard au poids ou à la destination, aux frais de transit suivants, savoir :

lettres	6 centimes pièce
cartes postales	2 ½ centimes pièce
autres objets	2 ½ centimes pièce

Toutefois, les Administrations sont autorisées à considérer comme des dépêches closes les envois expédiés à découvert qui dépassent le poids de 250 grammes.

6. — Sont considérés comme autres objets, en ce qui concerne les frais de transit, les journaux ou paquets de journaux et écrits périodiques expédiés en vertu de l'Arrangement concernant les abonnements aux journaux et écrits périodiques, ainsi que les boîtes avec valeur déclarée expédiées en vertu de l'Arrangement concernant les lettres et les boîtes avec valeur déclarée.

7. — Un Office est autorisé à soumettre à l'appréciation d'une Commission d'arbitres les résultats d'une statistique qui, selon lui, différerait trop de la réalité. Cet arbitrage est constitué ainsi qu'il est prévu à l'article 10.

Article 71.

Frais d'entrepôt.

L'entrepôt, dans un port, de dépêches closes apportées par un paquebot et destinées à être reprises par un autre paquebot donne lieu au paiement d'une rémunération fixée à 50 centimes par sac au profit de l'Office des postes du lieu d'entrepôt, pourvu que cet Office ne reçoive pas de paiement pour un service de transit territorial ou maritime.

Article 72.

Exemption de frais de transit.

Sont exempts de tous frais de transit territorial ou maritime les correspondances en franchise de port mentionnés à l'article 43; les cartes postales-réponse renvoyées au pays d'origine; les envois réexpédiés; les rebuts; les avis de réception; les mandats de poste et tous autres documents relatifs au service postal, notamment les plis concernant les virements postaux.

Les dépêches mal dirigées sont considérées, en ce qui concerne le paiement des frais de transit et d'entrepôt, comme si elles avaient suivi leur voie normale.

Article 73.

Services extraordinaires.

Les prix de transit spécifiés à l'article 70 ne s'appliquent pas aux transports dans l'Union au moyen de services extraordinaires spécialement créés ou entretenus par une Administration sur la demande d'une ou de plusieurs autres Administrations. Les conditions de cette catégorie de transports sont réglées de gré à gré entre les Administrations intéressées.

Article 74.

Services aériens.

1. — *Les prix de transit prévus à l'article 70 ne s'appliquent pas aux services aériens établis pour le transport des correspondances entre deux ou plusieurs pays.*

2. — *Les frais de transport afférents à chaque parcours effectués par voie aérienne sont uniformes pour toutes les Administrations qui font emploi du service sans participer aux frais d'exploitation.*

3. — *Les Administrations des postes des pays desservis directement par des services aériens déterminent, d'accord avec les Compagnies intéressées, les frais de transport afférents aux dépêches chargées dans les aéroports de leurs territoires respectifs pour les parcours effectués au moyen des appareils de ces Compagnies. Toutefois est réservé à toute Administration dont dépend un service aérien le droit de percevoir, pour la totalité du parcours, les frais de transport par ce service directement de chaque Administration qui en fait emploi.*

4. — *Le transbordement en cours de route des dépêches qui empruntent successivement plusieurs services aériens distincts se fait obligatoirement par l'intermédiaire de l'Administration des postes du pays où a lieu le transbordement. Cette règle ne s'applique pas lorsque ce transbordement a*

lieu entre des appareils assurant les sections successives d'un même service.

Si les dépêches doivent être entreposées avant leur réexpédition par un autre service aérien, l'Administration des postes intéressée a droit aux frais d'entrepôt aux conditions prévues par l'article 71.

En dehors de ces frais éventuels d'entrepôt, les Administrations des pays survolés n'ont droit à aucune rémunération pour les dépêches transportées par voie aérienne au dessus de leurs territoires.

Article 75.

Payements et décomptes.

1. — Les frais de transit et d'entrepôt sont à la charge de l'Administration du Pays d'origine.

2. — Le décompte général de ces frais a lieu d'après les données des relevés statistiques établis, une fois tous les cinq ans, pendant une période de vingt-huit jours à déterminer dans le Règlement.

3. — Lorsque le solde annuel des décomptes des frais de transit et d'entrepôt entre deux Offices ne dépasse pas 1.000 francs, l'Office débiteur est exonéré de tout payement de ce chef.

Article 76.

Frais de transit dans les relations avec les Pays étrangers à l'Union

1. — Les Offices qui ont des relations avec les Pays situés en dehors de l'Union doivent prêter leur concours à tous les autres Offices de celle-ci pour que les correspondances soient soumises en dehors de l'Union, comme dans son ressort, aux frais de transit déterminés par l'article 70.

2. — Les frais totaux de transit maritime dans l'Union et en dehors de l'Union ne peuvent toutefois pas excéder 15 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et 1 franc par kilogramme d'autres objets. Le cas échéant, ces frais sont répartis au prorata des distances, entre les Offices intervenant dans le transport.

3. — Les frais de transit, territorial ou maritime, en dehors des limites de l'Union comme dans le ressort de celle-ci, des correspondances auxquelles s'applique le présent article, sont constatés dans la même forme que les frais de transit afférents aux correspondances échangées entre Pays de l'Union au moyen des services d'autres Pays de l'Union.

Article 77.

Echange de dépêches closes avec des bâtiments de guerre.

1. — Des dépêches closes peuvent être échangées entre les bureaux de poste de l'un des Pays contractants et les commandants de divisions navales ou bâtiments de guerre de ce même Pays en station à l'étranger, ou entre le commandant d'une de ces divisions navales ou bâtiment de guerre et le commandant d'une autre division ou bâtiment du même Pays, par l'intermédiaire des services territoriaux ou maritimes dépendant d'autres Pays.

2. — Les correspondances de toute nature comprises dans ces dépêches doivent être exclusivement à l'adresse ou en provenance des états-majors et des équipages des bâtiments destinataires ou expéditeurs des dépêches; les tarifs et conditions d'envoi qui leur sont applicables sont déterminés, d'après ses règlements intérieurs, par l'Administration des postes du Pays auquel appartiennent les bâtiments.

3. — Sauf arrangement contraire entre les Offices intéressés, l'Office postal expéditeur ou destinataire des dépêches dont il s'agit est redevable, envers les Offices intermédiaires, de frais de transit calculés conformément aux dispositions de l'article 70.

DISPOSITIONS DIVERSES

Article 78.

Inobservation de la liberté de transit.

Lorsqu'un pays n'observe pas les dispositions de l'article 25 concernant la liberté de transit, les Administrations ont le droit de supprimer le service postal avec lui. Elles doivent donner préalablement avis de cette mesure par télégramme aux Administrations intéressées.

Article 79.

Engagements.

Les Pays contractants s'engagent à prendre, ou à proposer à leurs pouvoirs législatifs respectifs, les mesures nécessaires:

a) pour punir tant la contrefaçon et l'usage frauduleux des coupons-réponse internationaux que l'emploi frauduleux, pour l'affranchissement d'envois postaux, de timbres-poste contrefaits ou ayant déjà servi, ainsi que d'empreintes contrefaites, ou ayant déjà servi, de machines à affranchir;

b) pour interdire et réprimer les opérations frauduleuses de fabrication, vente, colportage ou distribution de vignettes

et timbres en usage dans le service des postes, contrefaits ou imités de telle manière qu'ils pourraient être confondus avec les vignettes et timbres émis par l'Administration d'un des Pays adhérents;

c) pour punir les opérations frauduleuses de fabrication et de mise en circulation de cartes d'identité postales, ainsi que l'emploi frauduleux de ces cartes;

d) pour empêcher et, le cas échéant, punir l'insertion d'opium, de morphine, de cocaïne et autres stupéfiants dans les envois postaux en faveur desquels cette insertion ne serait pas expressément autorisée par la Convention et les Arrangements de l'Union.

DISPOSITIONS FINALES

Article 80.

Mise à exécution et durée de la Convention.

La présente Convention sera mise à exécution le 1^{er} octobre 1925 et demeurera en vigueur pendant un temps indéterminé.

En foi de quoi les Plénipotentiaires des Pays ci-dessus énumérés ont signé la présente Convention en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Union de l'Afrique du Sud:

Pour E. A. Sturman: *D. J. O'Kelly. — D. J. O'Kelly.*

Pour l'Albanie:

David Bjurström.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk. — K. Orth.

Pour les Etats-Unis d'Amérique:

Joseph Stewart. — Eugène R. White. — Edwin Sands.

Pour l'ensemble des Possessions insulaires des Etats-

Unis d'Amérique autres que les Iles Philippines:

Joseph Stewart. — Eugène R. White. — Edwin Sands.

Pour les Iles Philippines:

Juan Ruiz.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour la Commonwealth de l'Australie:

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin. — Gustf Kihlmark. — Gunnar Lager. —

Thore Wennovist.

Pour la Belgique:

A. Pirard. — *Hub. Krains.* — *O. Schockaert.*

Pour la Colonie du Congo belge:

M. Halewyck. — *G. Tondeur.*

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida Brandão. — *J. Henrique Aderne.*

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff. — *St. Ivanoff.*

Pour le Canadâ:

Peter T. Coolican.

Pour le Chili:

Cesar Leon. — *L. Tagle Salinas.* — *C. Verneuil.*

Pour la Chine:

Tai Tch' Enne Linne.

Pour la République de Colombie:

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Costa-Rica:

V. Andersson.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Dias. — *César Carvallo.*

Pour le Danemark:

C. Mondrup. — *Holmblad.*

Pour la Ville libre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki. — *Dr. Marjan Blachier.*

Pour la République Dominicaine:

C. F. G. Hagström.

Pour l'Égypte:

H. Mazloum. — *E. Maggiar.* — *Wahbé Ibrahim.*

Pour l'Équateur:

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo. — *José Moreno Pineda.* — *A. Camacho.*

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Éthiopie:

B. Marcos. — *A. Bous.*

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon. — Robert Hicquet. — A. Body. — Douarche.
— G. Béchel.

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indo-
chine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pillias. — Ginestou.

Pour la Grande-Bretagne et divers Colonies et Pro-
tectorats britanniques:

F. H. Williamson. — E. L. Ashley Foakes. — W. G.
Gilbert.

Pour la Grèce:

Penthéroudakis. — J. Lachnidakis.

Pour le Guatemala:

Pour la République d'Haïti:

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:

O. de Fejér. — G. Baron Szalay.

Pour l'Inde britannique:

Geoffrey Clarke. — Hemanta Kumar Raha.

Pour l'état libre d'Irlande:

Pour P. S. O' Héigeartaigh: *P. S. Mac Cathmhaoil. —*
P. S. Mac Cathmhaoil. — D. O'Hiarlatha.

Pour l'Islande:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori. — H. Kawai. — H. Makino.

Pour le Chosen:

S. Komori. — R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

K. Sugino. — H. Kawai.

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis. — Louis Rudans.

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:

I. Jurkunas-Scheynius. — Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:

Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

F. Gentil. — Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour le Mexique:

José V. Chávez. — R. Nieto.

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:

Klaus Helsing. — Oskar Homme.

Pour la Nouvelle-Zélande:

A. T. Markman.

Pour la République de Panama:

José D. Morales. — César Carvallo.

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder. — J. S. v. Gelder. — J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises:

*I. J. Milborn. — Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:
I. J. Milborn.*

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

I. J. Milborn. — Pour M. W. Gerdes Oosterbeek:

I. J. Milborn.

Pour le Pérou:

Emil Hector.

Pour la Perse:

Fahimed Dowleh. — E. Pire.

Pour la Pologne:

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho d'Albuquerque. — Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kalling.

Pour le Salvador:

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtillet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic. — Sava Tutundzic. — Milos Kovacevic. — Stojisa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois. — C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr Otokar Ruzicka. — Joseph Zábrodsky.

Pour la Tunisie:

F. Gentil. — Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry: *Béha Taly. — Béha Taly.*

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

V. Ossinsky. — V. Dovgolevski. — E. Hirschfeld. — E. Syrevitch. — Katiss. — V. Tchitchinadse.

Pour l'Uruguay:

Adolfo Agorto.

Pour les États-Unis de Vénézuëla:

Luis Alejandro Aguilar.

Certifiée pour copie conforme.

Stockholm, au Ministère Royal des Affaires Etrangères.
le 30 septembre 1924. — Pour le Secrétaire Général: le Chef
des Archives, *Candandgren.*

II.

Protocole final de la Convention.

Au moment de procéder à la signature de la Convention postale universelle conclue à la date de ce jour, les Plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit :

I.

RETRAIT DE CORRESPONDANCES.

Les dispositions de l'article 45 de la Convention ne s'appliquent pas à la Grande-Bretagne, ni aux dominions, colonies et protectorats britanniques, dont la législation intérieure ne permet pas le retrait de correspondances à la demande de l'expéditeur.

II.

EQUIVALENTS. LIMITES MAXIMA ET MINIMA.

1. — Chaque pays a la faculté de majorer jusqu'à 60 % ou de réduire jusqu'à 29 % les taxes prévues à l'article 34, § 1, conformément aux indications du tableau ci-après :

	Limites inférieures (valeur-or) centimes	Limites supérieures (valeur-or) centimes
Lettre: 1 ^{er} échelon.....	20	40
Lettres: par échelon supplémentaire...	12	24
Cartes postales simples.....	12	24
Cartes postales avec réponse.....	24	48
Imprimés (par 50 grammes).....	4	8
Impressions en relief pour les aveugles (par 1.000 grammes).....	4	8
Papiers d'affaires (par 50 grammes) ..	4	8
Papiers d'affaires (minimum de taxe)	20	—
Echantillons de marchandises (par 50 grammes)	4	8
Echantillons de marchandises (mini- mum de taxe).....	8	—

Les taxes choisies doivent, autant que possible, être entre elles dans les mêmes proportions que les taxes de base, chaque Office ayant la faculté d'arrondir ses taxes suivant les conventions de son système monétaire.

2.—Il est loisible à chaque Pays de réduire à 10 centimes la taxe de la carte postale simples et à 20 centimes celle de la carte postale avec réponse payée.

3. — La taxe des imprimés peut exceptionnellement être réduite à 3 centimes par échelon de 50 grammes.

4. — Il est loisible à chaque pays de fixer à son gré, pour ce qui concerne la somme à payer à ses ressortissants, l'indemnité prévue à l'article 50.

Toutefois, les règlements de compte entre les Offices intéressés s'effectuent sur la base du montant de 50 francs.

5. — Le tarif adopté par un Pays s'applique aux taxes à percevoir à l'arrivée par suite d'absence ou d'insuffisance d'affranchissement.

III.

FACULTÉ DE PRESCRIRE L'AFFRANCHISSEMENT OBLIGATOIRE.

Lorsqu'un Pays laisse descendre sa taxe en dessous de 20 centimes pour le premier échelon de poids des lettres et en dessous du montant proportionnel pour les cartes postales et les autres objets, les autres Pays sont autorisés à appliquer l'affranchissement obligatoire à son égard et peuvent distribuer sans les taxer les correspondances non ou insuffisamment affranchies en provenance de ce Pays. Il demeure entendu que ce Pays a, lui aussi, le droit de prescrire l'affranchissement obligatoire.

Est en outre réservée à chaque Pays la faculté de ne pas admettre les cartes postales avec réponse payée dans les relations avec un autre Pays, lorsque la différence entre les taxes des deux Pays est telle que l'emploi de ces cartes peut donner lieu à des abus de la part du public.

IV.

DÉPÔT DE CORRESPONDANCES À L'ÉTRANGER.

Chaque Pays est autorisé à prendre toutes les mesures jugées opportunes pour empêcher que les correspondances provenant de son territoire ne soient transportées à travers la frontière pour être déposées à la poste à l'étranger. Il a, en particulier, le droit de frapper de sa taxe interne ou de renvoyer à l'origine les envois que des personnes ou maisons de commerce domiciliées dans ce Pays déposent ou font déposer à l'étranger, pour bénéficier de taxes plus basses, à l'adresse de personnes ou maisons de commerce de l'intérieur de ce même Pays. Les modalités de la perception des taxes sont laissées au choix de ce Pays.

V.

ONCE AVOIRDUPOIS.

Il est admis, par mesure d'exception, que les Pays qui, à cause de leur régime intérieur, ne peuvent adopter le type de poids décimal métrique, ont la faculté d'y substituer l'once avoirdupois (28,3465 grammes) en assimilant une once à 20

grammes pour les lettres et 2 onces à 50 grammes pour les imprimés, papiers d'affaires et échantillons.

VI.

COUPONS-RÉPONSE.

Les Administrations ont la faculté de ne pas se charger du du débit des coupons-réponse.

Elles sont autorisées à restreindre le nombre des coupons-réponse à vendre ou à échanger à la même personne en un seul jour. Dans ce cas, elles font part de leur décision au Bureau international qui la communique aux Administrations de l'Union.

Les Administrations postales de la Perse et de l'Uruguay ont la faculté de ne pas se charger provisoirement du service et de l'échange des coupons-réponse.

VII.

DROIT DE RECOMMANDATION.

Les pays qui ne peuvent pas fixer à 40 centimes le droit de recommandation prévu à l'article 48, § 2, de la Convention sont, toutefois, autorisés à percevoir un droit pouvant s'élever jusqu'à 50 centimes au maximum.

VIII.

FRAIS D'ENTREPÔT.

Exceptionnellement, l'Administration portugaise est autorisée à percevoir pour toutes les dépêches transbordées au port de Lisbonne les frais d'entrepôt prévus à l'article 71.

IX.

PROTOCOLE LAISSÉ OUVERT AUX PAYS NON REPRÉSENTÉS.

L'Equateur, le Guatemala, la République du Honduras, le Nicaragua et le Salvador, qui font partie de l'Union postale, ne s'étant pas fait représenter au Congrès, le Protocole leur reste ouvert pour adhérer à la Convention et aux Arrangements qui y ont été conclus, ou seulement à l'un ou à l'autre d'entre eux.

Le Protocole reste aussi ouvert dans le même but à la Commonwealth de l'Australie dont le délégué a dû s'absenter au moment de la signature des Actes.

X.

PROTOCOLE LAISSÉ OUVERT AUX PAYS REPRÉSENTÉS POUR SIGNATURES ET ADHÉSIONS.

Le Protocole demeure ouvert en faveur des Pays dont les représentants n'ont signé aujourd'hui que la Convention ou un certain nombre seulement des Arrangements arrêtés par le

Congrès, à l'effet de leur permettre d'adhérer aux autres Arrangements signés ce jour, ou à l'un à l'autre d'entre eux.

XI.

DÉLAI POUR LA NOTIFICATION DES ADHÉSIONS PAR LES PAYS DE L'UNION NON REPRÉSENTÉS.

Les adhésions prévues à l'article IX ci-dessus devront être notifiées au Gouvernement du Royaume de Suède par les Gouvernements respectifs, en la forme diplomatique, et par lui aux États de l'Union. Le délai qui leur est accordé pour cette notification expirera le 1^{er} septembre 1925.

En foi de quoi les Plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole, qui aura la même force et la même valeur que si les dispositions qu'il contient étaient insérées dans le texte même de la Convention à laquelle il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Union de l'Afrique du Sud:

Pour E. A. Sturman: *D. J. O'Kelly*. — *D. J. O'Kelly*.

Pour l'Albanie:

David Bjurström.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk. — *K. Orth*.

Pour les États-Unis d'Amérique:

Joseph Stewart. — *Eugène R. White*. — *Edwin Sands*.

Pour l'ensemble des Possessions insulaires des États-

Unis d'Amérique autres que les Iles Philippines:

Joseph Stewart. — *Eugène R. White*. — *Edwin Sands*.

Pour les Iles Philippines:

Juan Ruiz.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour la Commonwealth de l'Australie:

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin. — *Gustaf Kihlmark*. — *Gunnar Lager*,
Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard. — *Hub. Krains*. — *O. Schockaert*.

Pour la Cononie du Congo belge:

M. Halewyck. — *G. Tondeur*.

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida-Brandão. — J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff. St. Ivanoff.

Pour le Canada:

Peter T. Coolican.

Pour le Chili:

Cesar Leon. — L. Tagle Salinas. — C. Verneui.

Pour la Chine:

Tai Tch'Enne Linne.

Pour la République de Costa-Rica:

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Costa-Rica:

V. Andersson.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz. — Cesar Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour la République Dominicaine:

C. G. F. Hagström.

Pour l'Égypte:

H. Mazloun. — E. Maggiar. — Wahbé Ibrahim.

Pour l'Équateur:

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Éthiopie:

B. Marcos. — A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France :

M. Lebon. — Robert Hicquet. — A. Body. — Douarche.
— *G. Béchel.*

Pour l'Algérie :

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine :

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises :

G. Pillias. — Ginestou.

Pour la Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectorats britanniques :

F. H. Williamson. — E. L. Ashley Foakes. — W. G. Gilbert.

Pour la Grèce :

Penthéroudakis. — J. Lachnidakis.

Pour le Guatemala :

Pour la République d'Haïti :

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras :

Pour la Hongrie :

O. de Fejér. — G. Baron Szalay.

Pour l'Inde britannique :

Geoffrey Clarke. — Hemanta Kumar Raha.

Pour l'état libre d'Irlande :

Pour P. S. O' Héigeartaigh : *P. S. Mac Cathmhaoil. —*
P. S. Mac Cathmhaoil. — D. O'Hiarlatha.

Pour l'Islande :

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour l'Italie :

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes :

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour le Japon :

S. Komori. — H. Kawai. — H. Makino.

Pour le Chosen :

S. Komori. — R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises :

K. Sugino. — H. Kawai.

Pour la Lettonie :

Ed. Kadikis. — Louis Rudans.

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:

I. Jurkunas-Scheynius. — Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:

Jacques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

F. Gentil. — Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour le Mexique:

José V. Chávez. — R. Nieto.

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:

Klaus Helsing. — Oskar Homme.

Pour la Nouvelle-Zèlande:

A. T. Markman.

Pour la République de Panama:

José D. Morales. — César Carvallo.

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder. — J. S. v. Gelder. — J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises:

I. J. Milborn. — Por M. W. F. Gerdes Oosterbeek:

I. J. Milborn.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

I. J. Milborn. — Por M. W. F. Gerdes Oosterbeek:

I. J. Milborn.

Pour le Pérou:

Emil Hector

Pour la Perse:

Fahimed Dowleh. — E. Pire.

Pour la Pologne:

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho d'Albuquerque. — Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kalling.

Pour le Salvador:

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtillet.

Pour le Royaume des Serbes; Croates et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic. — Sava Tutundzic. — Milos Kovacevic. — Stojisa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois. — C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr Otokar Ruzicka. — Joseph Zábrodsky.

Pour la Tunisie:

F. Gentil. — Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry: *Béha Taly. — Béha Taly.*

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

V. Ossinsky. — V. Dovgolevski. — E. Hirschfeld. — E. Syrevitch. — Katiss. — V. Tchitchinadse.

Pour l'Uruguay:

Adolfo Agorio.

Pour les Etats-Unis des Vénézuëla:

Luis Alejandro Aguilar.

Certifiée pour copie conforme.

Stockholm, au Ministère Royal des Affaires Etrangères, le 30 Septembre 1924. — Pour le Secrétaire Général: Le Chef des Archives, *Candangren.*

III.

**Règlement d'exécution de la Convention Postale
Universelle**

CONCLU ENTRE

L'Union de l'Afrique du Sud, l'Albanie, l'Allemagne, les Etats-Unis d'Amérique, l'ensemble des Possessions Insulaires des Etats-Unis d'Amérique autres que les Iles Philippines, les Iles Philippines, la République Argentine, la Commonwealth de l'Australie, l'Autriche, la Belgique, la Colonie du Congo Belge, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Canada, le Chili, la Chine, la République de Colombie, la République de Costa Rica, la République de Cuba, le Danemark, la Ville Libre de Dantzig, la République Dominicaine, l'Egypte, l'Equateur, l'Espagne, les Colonies Espagnoles, l'Estonie, l'Ethiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et Protectorats Français de l'Indochine, l'ensemble des autres Colonies Françaises, la Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectorats Britanniques, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haïti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Inde Britannique, l'Etat Libre d'Irlande, l'Islande, l'Italie, l'ensemble des Colonies Italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres Dépendances Japonaises, la Lettonie, la République de Libéria, la Lithuanie, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la Zone Espagnole), le Maroc (Zone Espagnole), le Mexique, le Nicaragua, la Norvège, la Nouvelle-Zelande, la République de Panama, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes Néerlandaises, les Colonies Néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les Colonies Portugaises de l'Afrique, les Colonies Portugaises de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la République de St. Marin, le Salvador, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes, l'Uruguay et les Etats-Unis de Venezuela.

Les soussignés, vu l'article 4 de la Convention postale universelle, conclue à Stockholm le 28 août 1924, ont, au nom de leurs Administrations respectives, arrêté, d'un commun accord, les mesures suivantes pour assurer l'exécution de la dite Convention.

TITRE I.

Dispositions générales.

CHAPITRE UNIQUE.

Article Premier.

Transit en dépêches closes et transit à découvert

Les Administrations peuvent s'expédier réciproquement, par l'intermédiaire d'une ou de plusieurs d'entre elles, tant des dépêches closes que des correspondances à découvert, suivant les besoins du trafic et les convenances du service.

Article 2.

Echange en dépêches closes.

1. — L'échange des correspondances en dépêches closes est réglé d'un commun accord entre les Administrations intéressées.

Il est obligatoire de former des dépêches closes toutes les fois qu'une des Administrations intermédiaires en fait la demande, se basant sur le fait que le nombre de correspondances à découvert est de nature à entraver ses opérations.

2. — Les Administrations par l'intermédiaire desquelles des dépêches closes sont à expédier doivent être prévenues en temps opportun.

3. — En cas de changement dans un service d'échange en dépêches closes établi entre deux Administrations par l'entremise d'un ou de plusieurs pays tiers, l'Administration qui a provoqué le changement en donne connaissance aux Administrations de ces pays.

Article 3.

Acheminement des correspondances

1. — Chaque Administration est obligée d'acheminer par les voies plus rapides qu'elle emploie pour ses propres envois, les dépêches closes et les correspondances à découvert qui lui sont livrées par une autre Administration.

Lorsqu'une dépêche se compose de plusieurs sacs, ceux-ci doivent, autant que possible, rester réunis et être acheminés par le même courrier.

Les objets de toute nature mal dirigés sont, sans aucun délai, réexpédiés par la voie la plus prompte sur leur destination.

2. — L'Administration du pays d'origine a la faculté d'indiquer la voie à suivre par les dépêches closes qu'elle ex-

pédie, pourvu que l'emploi de cette voie n'entraîne pas, pour une Administration intermédiaire, des frais spéciaux.

3. — Les Administrations qui usent de la faculté de percevoir des taxes supplémentaires, en représentation des frais extraordinaires afférents à certaines voies, sont libres de ne pas diriger par ces voies les correspondances insuffisamment affranchies.

Article 4.

Fixation des équivalents.

1. — Les Administrations fixent les équivalents des taxes et droits prévus par la Convention et les Arrangements après entente avec l'Administration des postes suisses, à laquelle il appartient de les faire notifier par l'intermédiaire du Bureau international.

Chaque Administration notifie directement au Bureau international le montant de l'indemnité prévue à l'article 50 de la Convention.

Les équivalents ne peuvent entrer en vigueur que le 1^{er} d'un mois et au plus tôt 15 jours après leur notification par le Bureau international.

Ce Bureau dresse un tableau indiquant, pour chaque pays, les équivalents des taxes et droits mentionnés au 1^{er} alinéa ci-dessus.

2. — Lorsqu'un changement d'équivalents est jugé nécessaire, l'Administration du pays intéressé doit suivre la procédure indiquée au paragraphe précédent.

Les nouveaux équivalents ne peuvent également entrer en vigueur que le 1^{er} d'un mois et au plus tôt 15 jours après leur notification par le Bureau international.

3. — Les fractions monétaires résultant, soit du complément de taxe applicable aux correspondances insuffisamment affranchies, soit de la fixation des taxes des correspondances échangées avec les pays étrangers à l'Union ou de la combinaison des taxes de l'Union avec les surtaxes prévues par l'article 38 de la Convention, peuvent être arrondies par les Administrations qui en effectuent la perception. Mais la somme à ajouter de ce chef ne peut, dans aucun cas, excéder la valeur d'un vingtième de franc (cinq centimes).

Article 5.

Timbres-poste et empreintes d'affranchissement.

1. — Les timbres-poste représentant les taxes-types de l'Union ou leur équivalent dans la monnaie de chaque pays sont confectionnés dans la couleur suivante:

en bleu foncé, le timbre représentant la taxe d'une lettre simple;

en rouge, le timbre représentant la taxe d'une carte postale;

en vert, le timbre représentant la taxe du port simple des autres objets.

Les empreintes produites par les machines à affranchir doivent étre de couleur rouge vif, quelle que soit la valeur qu'elles représentent.

2. — *Les timbres-poste et les empreintes d'affranchissement doivent, autant que possible, porter en caractères latins l'indication du pays d'origine et mentionner leur valeur d'affranchissement d'après le tableau des équivalents adoptés.*

L'indication du nombre d'unités ou de fractions de l'unité monétaire, servant à exprimer cette valeur, est faite en chiffres arabes.

3. — *Les timbres-poste commémoratifs ou de charité, pour lesquels un supplément de taxe est à payer indépendamment de la valeur d'affranchissement, doivent étre confectionnés de façon à éviter tout doute au sujet de cette valeur.*

4. — Les timbres-poste peuvent étre marqués à l'emportepièce de perforations distinctives selon les conditions fixées par l'Administration qui les a émis.

TITRE II.

Conditions d'acceptation des objets de correspondance

CHAPITRE I.

ADRESSE. DISPOSITIONS APPLICABLES À TOUTES LES CATÉGORIES

D'ENVOIS.

Article 6.

Applications des timbres-poste et vignettes.

Les Administrations doivent recommander au public :

1° *de libeller l'adresse en caractères latins et de la mettre sur la partie inférieure du côté de la suscription, dans le sens de la longueur de l'envoi;*

2° *d'indiquer l'adresse d'une manière suffisamment précise pour que la remise au destinataire puisse avoir lieu sans recherches;*

3° *de coller les timbres-poste à l'angle droit supérieur du côté de la suscription.*

Les empreintes des machines d'affranchissement doivent également étre appliquées à la place réservée aux timbres-poste;

4° *d'indiquer l'adresse de l'expéditeur.*

Les timbres non postaux et les vignettes de bienfaisance ou autres susceptibles d'étre confondues avec les timbres-poste

ne peuvent être appliquées du côté de la suscription. Il en est de même des empreintes de timbres qui pourraient être confondues avec les empreintes d'affranchissement.

Article 7.

Envois poste restante.

L'adresse des envois expédiés poste restante doit indiquer les noms du destinataire. L'emploi d'initiales, de chiffres, de simples prénoms, de noms supposés ou de marques conventionnelles quelconques n'est pas admis pour ces envois.

Article 8.

Envois sous enveloppe à panneau transparent.

1. — Les envois sous enveloppe à panneau transparent sont admis aux conditions suivantes :

a) le panneau transparent *doit être* disposé parallèlement à la plus grande dimension, de façon que l'adresse du destinataire apparaisse dans le même sens et que l'application du timbre à date ne soit pas entravée;

b) la transparence du panneau doit assurer une parfaite lisibilité de l'adresse, même à la lumière artificielle et ne pas empêcher l'application d'une écriture.

Les enveloppes à panneau dont la partie vitrifiée provoque des reflets à la lumière artificielle sont exclus du transport.

2. — Les envois sous enveloppe entièrement transparente ou à panneau ouvert ne sont pas admis.

CHAPITRE II.

DISPOSITIONS SPÉCIALES APPLICABLES À CHAQUE CATÉGORIE D'ENVOIS.

Article 9.

Lettres.

Aucune condition de forme ou de fermeture n'est exigée pour les lettres, sous réserve de l'observation des prescriptions de l'article 8 précédent.

Toutefois, les lettres renfermant des objets passibles de droits de douane doivent être revêtues, au recto, d'une étiquette verte, conforme au modèle D^{er} ci-annexé.

Ces envois peuvent aussi être revêtus d'une étiquette verte conforme au modèle D^{quater}, à la condition d'être accompagnés d'une déclaration en douane séparée, reliée à l'envoi par un croisé de ficelle ou insérée dans l'intérieur du pli.

Les administrations n'assument aucune responsabilité du chef des déclarations en douane.

ction de l'ouvrage. En cas de manque de place, les additions peuvent être faites sur des feuilles spéciales;

f) sur les images de mode, les cartes géographiques.
etc. . . . :

les couleurs;

g) sur les listes de prix courants, les offres d'annonces, les cotes de bourse et de marché, les circulaires de commerce et les prospectus:

les chiffres et toutes autres annotations représentant des éléments constitutifs des prix;

h) sur les livres, brochures, journaux, photographies, gravures, papiers de musique et, en général, sur toutes productions littéraires ou artistiques imprimées, gravées, lithographiées ou autographiées:

une dédicace consistant en un simple hommage;

i) sur les passages découpés de journaux et publications périodiques:

le titre, la date, le numéro et l'adresse de la publication dont l'article est extrait.

3. — Il est, enfin, permis de joindre:

a) aux épreuves d'imprimerie corrigées ou non:

le manuscrit;

b) aux envois des catégories mentionnées sous § 2, lettre h:

la facture se rapportant à l'objet envoyé.

Article 20.

Imprimés. Conditionnement des envois.

1. — Les imprimés doivent être, soit placés sous bande, sur rouleau, entre des cartons, dans un étui ouvert des deux côtés ou aux deux extrémités, ou dans une enveloppe non fermée, soit entourés d'une ficelle facile à dénouer, soit enfin simplement pliés, mais de manière que d'autres objets ne puissent se glisser dans leurs plis.

2. — Les cartes-adresse et tous imprimés présentant la forme et la consistance d'une carte non pliée, ou pliée dans les conditions indiquées au § 1, peuvent être expédiés sans bande, enveloppe ou lien.

Article 21.

Objets groupés.

Il est permis de réunir dans un même envoi des papiers d'affaires, des échantillons de marchandises et des imprimés,

ne peuvent être appliquées du côté de la suscription. Il en est de même des empreintes de timbres qui pourraient être confondues avec les empreintes d'affranchissement.

Article 7.

Envois poste restante.

L'adresse des envois expédiés poste restante doit indiquer les noms du destinataire. L'emploi d'initiales, de chiffres, de simples prénoms, de noms supposés ou de marques conventionnelles quelconques n'est pas admis pour ces envois.

Article 8.

Envois sous enveloppe à panneau transparent.

1. — Les envois sous enveloppe à panneau transparent sont admis aux conditions suivantes:

a) le panneau transparent *doit être* disposé parallèlement à la plus grande dimension, de façon que l'adresse du destinataire apparaisse dans le même sens et que l'application du timbre à date ne soit pas entravée;

b) la transparence du panneau doit assurer une parfaite lisibilité de l'adresse, même à la lumière artificielle et ne pas empêcher l'application d'une écriture.

Les enveloppes à panneau dont la partie vitrifiée provoque des reflets à la lumière artificielle sont exclus du transport.

2. — Les envois sous enveloppe entièrement transparente ou à panneau ouvert ne sont pas admis.

CHAPITRE II.

DISPOSITIONS SPÉCIALES APPLICABLES À CHAQUE CATÉGORIE D'ENVOIS.

Article 9.

Lettres.

Aucune condition de forme ou de fermeture n'est exigée pour les lettres, sous réserve de l'observation des prescriptions de l'article 8 précédent.

Toutefois, les lettres renfermant des objets passibles de droits de douane doivent être revêtues, au recto, d'une étiquette verte, conforme au modèle D^{er} ci-annexé.

Ces envois peuvent aussi être revêtus d'une étiquette verte conforme au modèle D^{quater}, à la condition d'être accompagnés d'une déclaration en douane séparée, reliée à l'envoi par un croisé de ficelle ou insérée dans l'intérieur du pli.

Les administrations n'assument aucune responsabilité du chef des déclarations en douane.

Article 10.

Cartes postales simples.

1. — Les cartes postales doivent être confectionnées en carton ou en papier assez consistant pour ne pas entraver la manipulation.

Elles doivent porter, en tête du recto, le titre "Carte postale" en français ou l'équivalent de ce titre dans une autre langue. Ce titre n'est pas obligatoire pour les cartes postales émanant de l'industrie privée.

2. — Les cartes postales doivent être expédiées à découvert, c'est-à-dire sans bande ni enveloppe.

3. — La moitié droit au moins du recto est réservée à l'adresse du destinataire et aux mentions ou étiquettes de service. L'expéditeur dispose du verso et de la partie gauche du recto sous réserve des dispositions du paragraphe suivant.

Les cartes dont tout ou partie du recto a été divisé en plusieurs cases destinées à recevoir des adresses successives sont interdites.

4. — Il est interdit au public de joindre ou d'attacher aux cartes postales des échantillons de marchandises ou des objets analogues. Toutefois, des vignettes, des photographies, des timbres de toute espèce, des bandes d'adresse ou des feuilles, à replier, des étiquettes et des coupures de toute sorte peuvent y être collés à condition que ces objets ne soient pas de nature à altérer le caractère des cartes postales, qu'ils consistent en papier ou en autre matière très mince et qu'ils soient complètement adhérents à la carte. Ces objets ne peuvent être cartes postales, *sauf les bandes ou étiquettes d'adresse qui peuvent occuper tout le recto. Quant aux timbres de toute espèce, susceptible d'être confondus avec les timbres d'affranchissement, ils ne sont admis qu'au verso.*

5. — Les cartes postales ne remplissant pas les conditions prescrites pour cette catégorie d'envois sont traitées comme lettres.

Article 11.

Cartes postales avec réponse payée.

1. — Les cartes postales avec réponse payée doivent présenter au recto, en langue française, comme titre sur la première partie: "Carte postale avec réponse payée", sur la seconde partie: "Carte postale-réponse". Les deux parties doivent d'ailleurs remplir, chacune, les autres conditions imposées à la carte postale simple; elles sont repliées l'une sur l'autre et ne peuvent être fermées d'une manière quelconque.

2.—L'adresse de la carte-réponse doit se trouver à l'intérieur de l'envoi.

Il est loisible à l'expéditeur d'indiquer son nom et son adresse au recto de la partie "Réponse", soit par écrit, soit en y collant une étiquette.

3.—L'affranchissement de la partie "Réponse" au moyen du timbre-poste du pays qui a émis la carte n'est valable que si les deux parties de la carte postale avec réponse payée sont parvenues adhérentes du pays d'origine et si la partie "Réponse" est expédiée du pays où elle est parvenue par la poste à destination dudit pays d'origine.

Si ces conditions ne sont pas remplies, elle est traitée comme carte postale non affranchie.

Article 12.

Papiers d'affaires.

1. — Sont considérés comme papiers d'affaires toutes les pièces et tous les documents écrits ou dessinés en tout ou partie à la main, qui n'ont pas le caractère d'une correspondance actuelle et personnelle, tels que les lettres ouvertes et les cartes postales de date ancienne qui ont déjà atteint leur but primitif, les pièces de procédure, les actes de tout genre dressés par les officiers ministériels, les lettres de voiture ou connaissance, les factures, certains documents de compagnies d'assurance, les copies ou extraits d'acte sous seing privé, écrits sur papier timbre ou non timbre, les partitions ou feuilles de musique manuscrites, les manuscrites ouvrages ou de journaux expédiés isolément, les devoirs originaux et corrigés d'élèves à l'exclusion de toute indication ne se rapportant pas directement à l'exécution du travail.

Ces documents peuvent être accompagnés de fiches de rappel ou bordereaux d'envoi portant les mentions suivantes ou des indications analogues: énumération des pièces composant l'envoi, références à une correspondance échangée entre l'expéditeur et le destinataire, telles que:

Annexe a notre lettre du.....à M.....
Notre référence
Références du client

2.—Les papiers d'affaires sont soumis, en ce qui concerne la forme et le conditionnement, aux dispositions prescrites pour les imprimés (art. 20 ci-après).

Article 13.

Echantillons.

Les échantillons de marchandises doivent être placés dans des sacs, boîtes ou des enveloppes mobiles.

Il n'est pas exigé d'emballage pour les objets d'une seule pièce, tels que pièce de bois, pièces métalliques, etc., qu'il n'est pas dans les usages du commerce d'emballier, à condition, que, le cas échéant, l'adresse et les timbres poste figurent sur une étiquette. *Toutefois l'adresse doit toujours être reproduite sur l'objet lui-même, faute de quoi un emballage peut être exigé.*

Article 14.

Echantillons. Objets assimilés.

Sont admis au tarif des échantillons les clichés d'imprimerie, les clefs isolées, les fleurs fraîches coupées, les objets d'histoire naturelle (animaux et plantes séchés ou conservés, spécimens géologiques, etc.), tubes de sérum et objets pathologiques rendus inoffensifs par leur mode de préparation et d'emballage. Ces objets, à l'exception des tubes de sérum expédiés dans un intérêt général par les laboratoires ou institutions officiellement reconnus, ne peuvent être envoyés dans un but commercial. Leur emballage doit être conforme aux prescriptions générales concernant les échantillons de marchandises.

Article 15.

Echantillons. Annotations autorisées.

Il est permis d'indiquer à la main ou par un procédé mécanique, à l'extérieur ou à l'intérieur des envois d'échantillons, les noms, qualité, profession, raison sociale et adresse de l'expéditeur et du destinataire, ainsi que la date d'expédition, la signature, le numéro d'appel au téléphone, l'adresse et le code télégraphiques, le compte courant postal ou bancaire de l'expéditeur, une marque de fabrique ou de marchand, des numéros d'ordre, des prix et des indications relatives au poids, au métrage et à la dimension, ainsi qu'à la quantité disponible et celles qui sont nécessaires pour préciser la provenance et la nature de la marchandise.

Article 16.

Echantillons. Emballages spéciaux.

Les objets en verre, les envois de liquides, huiles, corps gras, poudre sèches, colorantes ou non, ainsi que les envois d'abeilles vivantes et de graines de vers à soie, sont admis au transport comme échantillons de marchandises, pourvu qu'ils soient conditionnées de la manière suivante:

a) les objets en verre doivent être emballés solidement (boîtes en métal, en bois ou en carton ondulé de qualité solide), de manière à prévenir tout danger pour les agents et les correspondances;

b) les liquides, huiles et corps facilement liquéfiables doivent être insérés dans des flacons en verre hermétiquement bouchés. Chaque flacon doit être placé dans une boîte spéciale en *métal*, en bois ou en carton ondulé de qualité solide garnie de sciure de bois, de coton ou de matière spongieuse, en quantité suffisante pour absorber le liquide en cas de bris du flacon. La boîte elle-même, si elle est en bois *peu résistant*, doit être enfermée dans un second étui en métal, en bois avec couvercle vissé, en carton ondulé de qualité solide ou en cuir fort et épais.

Toutefois, lorsqu'on se sert d'une boîte constitué par un bloc en bois perforé ayant au moins 2 ½ millimètres dans la partie la plus faible et munie d'un couvercle, il n'est pas nécessaire que ce bloc soit enfermé dans un second étui;

c) les corps gras difficilement liquéfiables, tels que les onguents, le savon mou, les résines, etc., *ainsi que les graines de vers à soie*, dont le transport offre moins d'inconvénients, doivent être enfermés sous une première enveloppe (boîte, sac en toile, parchemin, etc.), placée elle-même dans une seconde boîte en bois, en métal ou en cuir fort et épais;

d) les matières colorantes, telles que l'aniline, etc., ne sont admises que dans des boîtes en fer-blanc résistant, placées à leur tour dans des boîtes en bois avec de la sciure entre les deux emballages; les poudres sèches non colorantes doivent être placées dans des boîtes en métal, en bois ou en carton. Ces boîtes doivent être elles-mêmes enfermées dans un sac en toile ou en parchemin;

e) les échantillons de liquides, corps gras, ainsi que ceux revêtus d'enveloppes peu résistantes en toile ou en papier doivent être munis d'une étiquette, de préférence en parchemin, portant l'adresse du destinataire, les figurines d'affranchissement et l'empreinte des timbres à date. L'adresse doit être reproduite sur l'objet lui-même;

f) les abeilles vivantes doivent être enfermées dans des boîtes disposées de façon à éviter tout danger;

g) les objets, *tels les boîtes de conserves*, qui se gâteraient, s'ils étaient emballés de la manière prescrite, peuvent exceptionnellement être admis sous un emballage hermétiquement fermé. Dans ce cas, les Administrations intéressées peuvent exiger que l'expéditeur ou le destinataire facilite la vérification du contenu, soit en ouvrant quelques-uns des envois par elles, soit d'une autre manière satisfaisante.

Article 17.

Imprimés.

1. — Sont considérés comme imprimés les journaux et ouvrages périodiques, les livres brochés ou reliés, les bro-

chures, les papiers de musique (*à l'exclusion des papiers perforés destinés à être adaptés à des instruments de musique automatiques*), les cartes de visite, les cartes-adresse, les épreuves d'imprimerie avec ou sans les manuscrits s'y rapportant, les gravures, les photographies et les albums contenant des photographies, les images, les dessins, plans, cartes géographiques, catalogues, prospectus, annonces et avis divers, imprimés, gravés, lithographiés ou autographiés, et, en général, toutes les impressions ou reproductions obtenues sur papier, sur parchemin ou sur carton, au moyen de la typographie, de la gravure, de la lithographie et de l'autographie, ou de tout autre procédé mécanique, facile à reconnaître, hormis le décalque, *le timbre compositeur* et la machine à écrire.

Les cartes portant le titre «Carte postale» ou l'équivalent de ce titre dans une langue quelconque *sont admises au tarif des imprimés*, pourvu qu'elles répondent aux conditions générales applicables aux imprimés. Celles qui ne remplissent pas ces conditions *sont traitées* comme cartes postales *ou éventuellement comme lettres*, par application des dispositions de l'article 10, § 5, du Règlement.

2. — Ne peuvent être expédiés à la taxe réduite les imprimés qui portent des signes quelconques susceptibles de constituer un langage conventionnel, ni, sauf les exceptions explicitement autorisées par l'article 19, ceux dont le texte a été modifié après tirage.

3. — Sont exclus de la modération de taxe les timbres ou formules d'affranchissement, oblitérés ou non, ainsi que tous les imprimés constituant le signe représentatif d'une valeur.

Il en est de même des articles de papeterie proprement dits, dès l'instant où il apparaît clairement que le texte n'est pas l'essentiel de l'objet.

Article 18.

Imprimés. Objets assimilés.

Les reproductions d'une copie-type faite à la plume ou à la machine à écrire *sont assimilées aux imprimés* lorsqu'elles sont obtenues par un procédé mécanique de polygraphie, chromographie, etc.; mais, pour jouir de la modération de taxe, ces reproductions doivent être déposées aux guichets des bureaux de poste et au nombre minimum de vingt envois contenant des exemplaires parfaitement identiques. *Ces reproductions peuvent recevoir les annotations autorisées pour les imprimés.*

Article 19.

Imprimés. Annotations autorisées.

1. — Il est permis, à l'extérieur et à l'intérieur de tous les envois d'imprimés :

a) d'indiquer à la main ou par un procédé mécanique les noms, qualité, profession, raison sociale et adresse de l'expéditeur et du destinataire, ainsi que la date d'expédition, la signature, le numéro d'appel au téléphone, l'adresse et le code télégraphiques, et le compte courant postal ou bancaire de l'expéditeur;

b) de corriger les fautes d'impression;

c) de biffer, de souligner ou d'encadrer au moyen de traits certains mots ou certaines parties du texte imprimé, à moins que ces opérations ne soient faites dans le but de constituer une correspondance personnelle.

2. — Il est, en outre, permis d'indiquer ou d'ajouter à la main ou par un procédé mécanique :

a) sur les avis concernant les départs et les arrivées des navires :

les dates et heures des départs et arrivées, ainsi que les noms des navires et des ports de départ, d'escale et d'arrivée;

b) sur les avis de passage :

le nom du voyageur, la date, l'heure et le nom de la localité par laquelle il compte passer, ainsi que l'endroit où il descend;

c) sur les bulletins de commande et de souscription relatifs à des ouvrages de librairie, livres, journaux, gravures, morceaux de musique :

les ouvrages demandés ou offerts ainsi que le prix de ces ouvrages;

d) sur les cartes illustrées, les cartes de visite imprimées, ainsi que sur les cartes de Noël et de nouvel an :

des souhaits, félicitations, remerciements, compliments de condoléance ou autres formules de politesse exprimées en cinq mots ou au moyen de cinq initiales conventionnelles, au maximum;

e) sur les épreuves d'imprimerie :

les changements et additions qui se rapportent à la correction, à la forme et à l'impression, ainsi que des mentions telles que «Bon à tirer», «Vu-Bon à tirer» ou toutes autres analogues se rapportant à la confe-

ction de l'ouvrage. En cas de manque de place, les additions peuvent être faites sur des feuilles spéciales;
f) sur les images de mode, les cartes géographiques.
etc. . . . :

les couleurs;

g) sur les listes de prix courants, les offres d'annonces, les cotes de bourse et de marché, les circulaires de commerce et les prospectus:

les chiffres et toutes autres annotations représentant des éléments constitutifs des prix;

h) sur les livres, brochures, journaux, photographies, gravures, papiers de musique et, en général, sur toutes productions littéraires ou artistiques imprimées, gravées, lithographiées ou autographiées:

une dédicace consistant en un simple hommage;

i) sur les passages découpés de journaux et publications périodiques:

le titre, la date, le numéro et l'adresse de la publication dont l'article est extrait.

3. — Il est, enfin, permis de joindre:

a) aux épreuves d'imprimerie corrigées ou non:

le manuscrit;

b) aux envois des catégories mentionnées sous § 2, lettre h:

la facture se rapportant à l'objet envoyé.

Article 20.

Imprimés. Conditionnement des envois.

1. — Les imprimés doivent être, soit placés sous bande, sur rouleau, entre des cartons, dans un étui ouvert des deux côtés ou aux deux extrémités, ou dans une enveloppe non fermée, soit entourés d'une ficelle facile à dénouer, soit enfin simplement pliés, mais de manière que d'autres objets ne puissent se glisser dans leurs plis.

2. — Les cartes-adresse et tous imprimés présentant la forme et la consistance d'une carte non pliée, *ou pliée dans les conditions indiquées au § 1*, peuvent être expédiés sans bande, enveloppe *ou lien*.

Article 21.

Objets groupés.

Il est permis de réunir dans un même envoi des papiers d'affaires, des échantillons de marchandises et des imprimés,

à l'exception toutefois des impressions en relief à l'usage des aveugles, sous réserve:

a) que chaque objet pris isolément ne dépasse pas les limites qui lui sont applicables quant aux poids et aux dimensions;

b) que le poids total ne dépasse pas 2 kilogrammes par envoi;

c) que la taxe soit au minimum *la taxe minima des papiers d'affaires* si l'envoi contient des papiers d'affaires, et *la taxe minima des échantillons* s'il se compose d'imprimés et d'échantillons.

TITRE III

Envois recommandés. Avis de réception.

CHAPITRE UNIQUE

Article 22.

Envois recommandés.

1. — Les envois recommandés doivent porter au recto l'en-tête très apparent «Recommandés» ou une mention analogue dans la langue du pays d'origine. Lorsqu'il s'agit de lettres recommandées, elles ne peuvent présenter aucune trace d'ouverture et de refermeture antérieures au dépôt. Pour le surplus, aucune condition spéciale de forme, de fermeture ou de libellé de l'adresse n'est exigée pour ces envois, sauf les exceptions ci-après.

2. — Les objets de correspondance adressés sous des initiales et ceux qui portent une adresse écrite au crayon, le crayon-encre excepté, ne sont pas admis à la recommandation.

3. — Les objets expédiés sous enveloppe transparente ne sont admis que si le panneau fait partie intégrante de l'enveloppe.

4. — Les envois recommandés, non ou insuffisamment affranchis introduits exceptionnellement dans le service, sont traités comme les envois ordinaires en ce qui concerne l'affranchissement manquant.

5. — Les envois recommandés doivent être revêtus, à l'angle gauche supérieur de la suscription, d'une étiquette conforme ou analogue au modèle B ci-annexé, avec l'indication en caractères latins de la lettre R, du nom du bureau d'origine et du numéro d'ordre sous lequel l'envoi est inscrit dans le registre de ce bureau.

Toutefois, il est permis aux Administrations, dont le régime intérieur s'oppose actuellement à l'emploi des étiquet-

tes, d'ajourner la mise à exécution de cette mesure et d'employer pour la désignation des envois recommandés *des timbres*. «Recommandé» ou «R», à côté desquels doivent figurer l'indication du bureau d'origine et celle du numéro d'ordre. Ces timbres doivent être apposés également à l'angle gauche supérieur de la suscription.

Sur le recto des objets recommandés, il ne doit être inscrit par les Offices intermédiaires aucun numéro d'ordre, de transit, etc., afin d'éviter que les bureaux de poste ne puissent être confondus par suite de désignation des envois dans les documents de service sous un numéro autre que le numéro d'origine.

Article 23.

Avis de réception.

1. — Les envois dont l'expéditeur demande un avis de réception doivent porter l'annotation très apparente «Avis de réception» ou l'empreinte d'un timbre: A. R.

2. — Ils sont accompagnés d'une formule de la consistance d'une carte postale conforme ou analogue au modèle C ci-annexé; cette formule est établie par le bureau d'origine ou par tout autre bureau à désigner par l'Office expéditeur et réunie, extérieurement et d'une manière solide, à l'objet auquel elle se rapporte. Si elle ne parvient pas au bureau de destination, celui-ci dresse d'office un nouvel avis de réception.

3. — Le bureau de destination, après avoir dûment rempli la formule C, la renvoie *dans le courrier ordinaire* à découvert et en franchise de port, à l'adresse de l'expéditeur de l'objet.

4. — Lorsque l'expéditeur réclame un avis de réception qui ne lui est pas parvenu dans les délais voulus, il est procédé conformément aux règles tracées à l'article suivant. Dans ce cas, il n'est pas perçu une deuxième taxe et le bureau d'origine inscrit en tête de la formule C la mention: «Duplicata de l'avis de réception, etc.»

Article 24.

Avis de réception demandé postérieurement au dépôt.

1. — Lorsque l'expéditeur demande un avis de réception d'un envoi recommandé postérieurement au dépôt, le bureau d'origine remplit une formule C d'après les indications qu'elle comporte.

Cette formule est attachée à une réclamation modèle I revêtue d'un timbre-poste représentant la taxe due et traitée

selon les prescriptions de l'article 44 ci-après, à cette seule exception que, en cas de distribution régulière de l'envoi auquel l'avis de réception se rapporte, le bureau de destination retire la formule I et renvoie la formule C, dont le verso a été dûment rempli, à l'origine, de la manière prescrite au § 3 de l'article précédent.

2. — Les dispositions particulières adoptées par les Administrations en vertu de l'article 44 ci-après, pour la transmission des réclamations d'envois recommandés, sont applicables aux demandes d'avis de réception formulées postérieurement au dépôt.

TITRE IV

Envois contre remboursement.

CHAPITRE UNIQUE.

Article 25.

Indications à porter sur l'envoi.

1. — Les envois recommandés grevés de remboursement doivent porter sur le recto l'ent-tête "Remboursement" écrit ou imprimé d'une manière très apparente et suivi de l'indication du montant du remboursement en caractères latins, en toutes lettres et en chiffres *arabes* sans rature ni surcharge, même approuvées.

2. — L'expéditeur doit en outre indiquer, sur le recto ou le verso de l'envoi, son nom et son adresse en caractères latins.

Article 26.

Etiquette.

Les envois contre remboursement doivent être revêtus, au recto, d'une étiquette de couleur orange, conforme au modèle D ci-annexé.

Article 27.

Mandat de remboursement.

Tout envoi contre remboursement est accompagné d'une formule de mandat de remboursement de couleur vert clair conforme ou analogue au modèle D bis ci-annexé. Cette formule doit porter l'indication du montant du remboursement dans la monnaie du pays d'origine et indiquer, en règle générale, l'expéditeur de l'envoi comme bénéficiaire du mandat. Cependant, chaque Administration est libre de faire adresser,

aux bureaux d'origine des envois, ou à d'autres de ses bureaux, les mandats afférents aux envois originaires de son service. Le coupon du mandat de remboursement doit indiquer le nom et l'adresse du destinataire de l'envoi, ainsi que le lieu et la date de dépôt de cet envoi.

Le mandat est réuni d'une manière solide à l'objet auquel il se rapporte.

Article 28.

Conversion du montant du remboursement.

Sauf entente contraire, les montants des remboursements sont convertis en monnaie du pays destinataire par les soins de l'Administration de ces pays qui se sert du taux de conversion dont elle fait usage pour la conversion des mandats de poste à destination du pays d'origine des envois.

Article 29.

Délai de paiement.

Le montant du remboursement doit être payé dans un délai de 7 jours, à compter du lendemain de l'arrivée de l'envoi au bureau destinataire. Ce délai peut être étendu jusqu'au maximum de 28 jours par les Administrations auxquelles leur législation en fait une obligation. A l'expiration du délai de garde, l'envoi est réexpédié au bureau d'origine. L'expéditeur peut toutefois demander par une annotation le renvoi immédiat de l'objet, si le destinataire refuse de payer le montant du remboursement lors de la première présentation.

Article 30.

Réduction ou annulation du remboursement.

Les demandes d'annulation ou de réduction du montant du remboursement sont soumises aux règles et formalités prescrites par l'article 41 ci-après.

Toute demande de réduction du montant du remboursement doit être accompagnée d'une nouvelle formule de mandat de remboursement indiquant le montant rectifié.

Article 31.

Réexpédition.

Les envois recommandés grevés de remboursement peuvent être réexpédiés si le pays de la nouvelle destination assure, avec celui d'origine, le service des envois de cette catégorie. Dans ce cas, les envois sont accompagnés des for-

mules de mandats de remboursement établies par le service d'origine. L'Office de la nouvelle destination procède à la liquidation des remboursements comme si les envois lui avaient été expédiés directement.

Article 32.

Emission du mandat de remboursement.

Immédiatement après avoir encaissé le montant du remboursement, le bureau de destination, ou tout autre bureau désigné par l'Administration destinataire, remplit la partie "indications de service" du mandat de remboursement et, après avoir apposé son timbre à date, le renvoie sans taxe à l'adresse indiquée.

Les mandats de remboursement sont payés aux expéditeurs des envois dans les conditions déterminées par chaque Administration.

Article 33.

Annulation ou remplacement des formules de mandats de remboursement.

1. — Les formules de mandats de remboursement annulées ou remplacées sont détruites par les soins de l'Office destinataire des envois grevés de remboursement.

2. — Les formules afférentes aux envois grevés de remboursement, qui, pour un motif quelconque, sont renvoyées à l'origine, doivent être annulées par les soins de l'Office qui effectue le renvoi.

3. — Lorsque les formules afférentes aux envois grevés de remboursement sont égarées, perdues ou détruites avant l'encaissement du remboursement, le bureau destinataire en établit des duplicata sur formule D bis sur lesquels il porte les indications que le bureau expéditeur y aurait consignées.

Article 34.

Mandats de remboursement non délivrés ou non encaissés.

1. — Les mandats de remboursement qui n'ont pu être délivrés aux bénéficiaires sont, après avoir été éventuellement soumis à la formalité du visa pour date, quittancés par l'Office d'origine des envois que ces titres concernent et portés en compte à l'Office qui les a émis.

Il en est de même des mandats de remboursement qui ont été remis aux ayants droit, mais dont le montant n'a pas été encaissé. Toutefois, ces titres doivent, au préalable, être

remplacés par des autorisations de paiement dressées par l'Office d'origine des mandats.

2. — *Les visa pour date et les autorisations de paiement des mandats de remboursement sont accordés dans les conditions prévues par l'Arrangement des mandats.*

Article 35.

Décompte des mandats de remboursement.

1. — *Sauf entente contraire, le décompte relatif aux mandats de remboursement payés par chaque Office pour le compte d'un autre Office est effectué au moyen d'annexes aux comptes mensuels (modèle Q bis ci-annexé) des mandats de poste.*

2. — *Dans ces annexes qui sont accompagnées des mandats de remboursement payés et quittancés, les mandats sont inscrits par ordre alphabétique des bureaux d'émission et par ordre numérique de leur inscription aux registres de ces bureaux. L'Office qui a établi le compte déduit de la somme totale de sa créance un quart pour cent augmenté de la quote-part de taxe fixe revenant à l'Office correspondant, conformément à l'article 68 de la Convention.*

3. — *Le solde du compte Q bis est ajouté, autant que possible, à celui du compte mensuel des mandats de poste établi pour la même période. La vérification et la liquidation de ces comptes sont effectuées selon les règles fixées par le Règlement des mandats de poste.*

TITRE V.

Opérations au départ et à l'arrivée des envois

CHAPITRE UNIQUE

Article 36.

Application du timbre à date.

1. — *Les correspondances originaires des pays de l'Union sont frappées au recto d'un timbre indiquant, autant que possible en caractères latins, le lieu d'origine et la date du dépôt à la poste.*

Dans les localités pourvues de plusieurs bureaux de poste, les timbres d'oblitération doivent indiquer quel est le bureau de dépôt.

2. — *Tous les timbres-poste valables doivent être oblitérés.*

Les timbres-poste non oblitérés par suite d'erreur ou d'omission dans le service d'origine doivent l'être par le bureau qui constate l'irrégularité.

3. — Les correspondances mal dirigées doivent être frappées de l'empreinte du timbre à date du bureau auquel elles sont parvenues par erreur. Cette obligation incombe non seulement aux bureaux sédentaires, mais aussi aux bureaux ambulants, dans la mesure du possible.

4. — Le timbrage des correspondances déposées sur les paquebots, soit dans les boîtes mobiles, soit entre les mains des agents des postes embarqués ou des commandants, incombe, dans les cas prévus par le paragraphe 3 de l'article 42 de la Convention, à l'agent des postes embarqué ou, s'il n'y en a pas, au bureau de poste auquel ces correspondances sont livrées en main. Le cas échéant, celui-ci les frappe de son timbre à date ordinaire et y appose la mention "Paquebot" soit à la main, soit au moyen d'un timbre.

5. — Les correspondances originaires des pays étrangers à l'Union sont frappées au recto, par l'Office qui les a recueillies, d'un timbre indiquant le point et la date d'entrée dans le service de cet Office.

Article 37.

Envois exprès.

1. — Les envois à remettre par exprès sont pourvus d'une étiquette imprimée de couleur rouge foncé portant en gros caractères le mot "Exprès". Les Administrations sont toutefois autorisées à remplacer cette étiquette par l'empreinte d'un timbre ou l'apposition d'une figurine d'affranchissement portant la mention "Exprès".

2. — Les envois portant la mention "Exprès" et qui auraient été traités par le bureau d'origine suivant les dispositions de l'article 48 sont remis à domicile par un porteur spécial, même en cas d'omission ou d'insuffisance d'affranchissement. Le cas échéant, ces envois sont traités comme les envois ordinaires en ce qui concerne l'affranchissement manquant.

Article 38.

Envois non affranchis ou insuffisamment affranchis.

1. — Les correspondances pour lesquelles une taxe quelconque doit être perçue postérieurement au dépôt, soit du destinataire, soit de l'expéditeur, en cas de mise en rebut, sont frappées du timbre T (taxe à payer).

Le montant à percevoir est, en outre, indiqué sur ces envois, en francs et centimes, au moyen d'un timbre ou d'un autre procédé et en chiffres bien lisibles apposés à l'angle droit supérieur du recto.

2. — L'application du timbre T ainsi que l'indication du montant à percevoir incombent à l'Office d'origine ou, en cas de réexpédition ou de mise en rebut, à l'Office réexpéditeur.

Toutefois, s'il s'agit d'envois provenant de pays qui appliquent des taxes réduites dans les relations avec l'Office réexpéditeur, le montant à percevoir est indiqué par l'Office distributeur.

3. — *En ce qui concerne les correspondances à taxer originaires de pays étrangers à l'Union, les formalités prévues ci-dessus sont effectuées par l'Office du pays d'entrée.*

4. — *Le timbre T est apposé sur les envois exprès réexpédiés pour lesquels une taxe complémentaire doit être acquittée en vertu de l'article 40 de la Convention. Le montant de cette taxe est en outre indiqué sur les dits envois.*

5. — L'Office distributeur frappe l'envoi de la taxe à percevoir.

6. — Tout envoi ne portant pas le timbre T est considéré comme dûment affranchi et traité en conséquence, sauf erreur évidente.

7. — Il n'est pas tenu compte des timbres-poste non valables pour l'affranchissement. Dans ce cas, le chiffre zéro (0) est placé à côté de ces timbres-poste

Article 39.

Envois réexpédiés.

1. — Les correspondances adressées à des destinataires ayant changé de résidence sont considérées comme adressées directement du lieu d'origine au lieu de la nouvelle destination.

2. — Les envois non affranchis ou insuffisamment affranchis pour leur premier parcours sont frappés de la taxe applicable aux envois de même nature directement adressés du point d'origine au lieu de la destination nouvelle.

3. — Les envois régulièrement affranchis pour leur premier parcours, et dont le complément de taxe afférent au parcours ultérieur n'a pas été acquitté avant leur réexpédition, sont frappés d'une taxe égale à la différence entre le prix d'affranchissement déjà acquitté et celui qui aurait été perçu si les envois avaient été expédiés primitivement sur leur nouvelle destination.

4. — Les envois primitivement adressés à l'intérieur d'un pays et dûment affranchis selon le régime intérieur sont considérés comme des envois régulièrement affranchis pour leur premier parcours.

5. — Les envois ayant circulé primitivement en franchise de port dans l'intérieur d'un pays sont frappés de la

taxe applicable aux envois affranchis de même nature adressés directement du point d'origine au lieu de la destination nouvelle.

6. — *Lors de la réexpédition, le bureau destinataire applique, dans tous les cas, son timbre à date au recto des lettres et des cartes postales.*

7. — Les correspondances ordinaires ou recommandées, qui, portant une adresse incomplète ou erronée, sont renvoyées aux expéditeurs pour qu'ils la complètent ou la rectifient, ne sont pas, quand elles sont remises dans le service avec une suscription complétée ou rectifiée, considérées comme des correspondances réexpédiées, mais bien comme de nouveaux envois, et deviennent, par suite, passibles d'une nouvelle taxe.

Article 40.

Envois tombés en rebut.

1. — Avant de renvoyer à l'Office d'origine les correspondances non distribuées pour un motif quelconque, le bureau de destination doit indiquer d'une manière claire et concise, en langue française, au recto de ces objets, la cause de la non-remise sous la forme suivante: inconnu, refusé, en voyage, parti, non réclamé, décédé, ou un mot similaire. Cette indication est fournie par l'application d'un timbre ou l'apposition d'une étiquette. Chaque Office a la faculté d'ajouter la traduction, dans sa propre langue, de la cause de non-remise et les autres indications qui lui conviennent.

Le bureau de destination doit biffer le lieu de la première destination et apposer la mention "Retour" à côté de l'empreinte du timbre à date du bureau d'origine. *Il doit, en outre, appliquer son timbre à date au verso des lettres et au recto des cartes postales.*

2. — Le renvoi des correspondances tombées en rebut se fait soit isolément, soit en une liasse spéciale étiquetée "Rebuts".

Les correspondances recommandées tombées en rebut sont renvoyées au bureau d'échange du pays d'origine comme s'il s'agissait de correspondances recommandées à diriger sur ce pays.

Par exception, deux Offices correspondants peuvent, d'un commun accord, adopter un autre mode de renvoi *des rebuts*.

3. — Si des correspondances mises à la poste dans un pays et adressées à l'intérieur de ce même pays ont pour expéditeurs des personnes habitant un autre pays et doivent par suite de mise en rebut être renvoyées à l'étranger pour être rendues aux expéditeurs, elles deviennent des envois de

l'échange international et sont traitées d'après les dispositions concernant la réexpédition.

4. — Les correspondances pour les marins et autres personnes, adressées aux soins d'un Consul et rendues par celui-ci au bureau de poste local comme non réclamées, doivent être traitées de la manière prescrite pour les rebuts en général. Le montant des taxes perçues à la charge du Consul sur ces correspondances doit en même temps lui être restitué par le bureau de poste local.

Article 41.

Retrait des correspondances et modification d'adresse.

1. — Les demandes de retrait de correspondances ou de modifications d'adresses donnent lieu à l'établissement par l'expéditeur d'une formule conforme au modèle J ci-annexé. En remettant cette demande au bureau de poste, l'expéditeur doit justifier de son identité et produire, s'il y a lieu, le bulletin de dépôt. Après la justification, dont l'Administration du pays d'origine assume la responsabilité, il est procédé de la manière suivante:

a) si la demande est destinée à être transmise par voie postale, la formule, accompagnée d'un fac-similé parfait de l'enveloppe ou de la suscription de l'envoi, est expédiée directement, sous pli recommandé, au bureau destinataire;

b) si la demande doit être faite par voie télégraphique, la formule est déposée au service télégraphique chargé d'en transmettre les termes au bureau de poste destinataire. Le télégramme est rédigé en langue française.

2. — S'il s'agit d'une rectification d'adresse, la demande télégraphique doit être confirmée, par le premier courrier, par une demande postale accompagnée du fac-similé précité.

3. — A la réception de la formule J ou du télégramme en tenant lieu, le bureau destinataire recherche la correspondance signalée et donne à la demande la suite nécessaire.

Toutefois, s'il s'agit d'un changement d'adresse demandé par voie télégraphique, le bureau destinataire se borne à retenir l'envoi et attend, pour faire droit à la demande, l'arrivée du fac-similé nécessaire.

Si la recherche est infructueuse, si l'envoi a déjà été remis au destinataire, ou si la demande par voie télégraphique n'est pas assez explicite pour permettre de reconnaître sûrement l'envoi, le fait est signalé immédiatement au bureau d'origine, qui en prévient le réclamant.

4. — Toute Administration peut exiger, par une notification adressée au Bureau international, que l'échange des demandes en ce qui la concerne soit effectué par l'entremise

de son Administration centrale ou d'un bureau spécialement désigné.

Dans les cas où l'échange des demandes s'effectue par l'entremise des Administrations centrales, il doit être tenu compte des demandes expédiées directement par les bureaux d'origine aux bureaux de destination, dans ce sens que les correspondances y relatives sont exclues de la distribution jusqu'à l'arrivée de la demande de l'Administration centrale.

Les Administrations qui usent de la faculté prévue par le premier alinéa du présent paragraphe prennent à leur charge les frais que peut entraîner la transmission, dans leur service intérieur, par voie postale ou télégraphique, des communications à échanger avec le bureau destinataire.

Le recours à la voie télégraphique est obligatoire lorsque l'expéditeur a lui-même fait usage de cette voie et que le bureau destinataire ne peut pas être prévenu en temps utile par la voie postale.

Article 42.

Simple correction d'adresse.

Une simple correction d'adresse (sans modification du nom ou de la qualité du destinataire) peut aussi être demandée directement par l'expéditeur au bureau destinataire, c'est-à-dire sans l'accomplissement des formalités prescrites pour le changement d'adresse proprement dit.

Article 43.

Réclamations. Envois ordinaires.

1. — Toute réclamation relative à un envoi ordinaire est soumise à la procédure suivante:

- a) le réclameur doit remplir la partie qui le concerne d'une formule conforme au modèle H ci-annexé;
- b) le bureau où la réclamation s'est produite transmet la formule directement au bureau correspondant. La transmission s'effectue d'office, sans aucune écriture;
- c) le bureau correspondant fait présenter la formule au destinataire ou à l'expéditeur, selon le cas, pour recueillir les renseignements qu'elle comporte;
- d) la formule dûment complétée est renvoyée d'office au bureau qui l'a dressée;
- e) si la réclamation est reconnue fondée, elle est transmise à l'Administration centrale pour servir de base aux investigations ultérieures.

2. — Toute Administration peut exiger, par une notification adressée au Bureau international, que les réclama-

tions qui concernent son service soient transmises à son Administration centrale ou à un bureau spécialement désigné.

Article 44.

Réclamations. Envois recommandés.

1. — Toute réclamation relative à un envoi recommandé est établie sur une formule conforme ou analogue au modèle I ci-annexé *et transmise en règle générale par le bureau d'origine directement au bureau de destination.*

2. — Toutefois, les Offices d'origine et de destination peuvent, d'un commun accord, faire transmettre la réclamation de bureau à bureau en suivant la même voie d'acheminement que l'envoi.

3. — Dans le cas prévu au § 1 ci-dessus, *le bureau destinataire, s'il est en état de fournir les renseignements sur le sort définitif de l'envoi, complète la formule et la retourne au bureau d'origine.*

Lorsque le sort de l'envoi ne peut être immédiatement établi par le bureau de destination, celui-ci constate le fait sur la formule et la réexpédie au bureau d'origine en y ajoutant une déclaration du destinataire constatant qu'il n'a pas reçu l'envoi. Dans ce cas, l'Office d'origine complète la formule en y indiquant les données de la transmission au premier Office intermédiaire. Il l'adresse ensuite à ce dernier Office, qui y consigne ses observations et la transmet éventuellement à l'Office suivant. La réclamation passe ainsi d'Office à Office jusqu'à ce que le sort de l'envoi réclamé soit établi. L'Office qui a effectué la remise au destinataire, ou qui, le cas échéant, ne peut établir, ni la remise, ni la transmission régulière à une autre Administration, constate le fait sur la formule et la renvoie à l'Office d'origine.

4. — Dans le cas prévu au § 2 ci-dessus, les recherches se poursuivent depuis l'Office d'origine jusqu'à l'Office de destination. Chaque Office établit sur la formule les données de la transmission à l'Office suivant et l'envoie ensuite à celui-ci. L'Office qui a effectué la remise au destinataire, ou qui, le cas échéant, ne peut établir ni la remise, ni la transmission régulière à une autre Administration, constate également le fait sur la formule et la renvoie à l'Office d'origine.

5. — La formule I doit indiquer l'adresse complète du destinataire et être accompagnée, autant que possible, d'un fac-similé de l'enveloppe ou de la suscription de l'envoi. Elle est transmise d'office sans lettre d'envoi sous enveloppe fermée.

6. — Chaque Office peut demander, par une notification adressée au Bureau international, que les réclamation qui

concernent son service soient transmises, soit à son Administration centrale, soit à un bureau spécialement désigné, ou, s'il est seulement intéressé à titre d'intermédiaire, au bureau d'échange auquel l'envoi a été expédié.

La formule I et les pièces y annexées doivent, dans tous les cas, faire retour à l'Office d'origine de l'envoi réclamé, dans un délai qui ne peut excéder six mois à partir de la date de la réclamation. Ce délai est porté à neuf mois dans les relations avec les pays d'outre-mer.

7. — Les dispositions qui précèdent ne s'appliquent pas aux cas de spoliation de dépêche, manque de dépêche ou autres cas semblables qui comportent une correspondance plus étendue entre les Administrations.

Article 45.

Emploi de timbres-poste présumés frauduleux ou d'empreintes contrefaites de machines à affranchir.

Sous réserve des dispositions que comporte la législation de chaque pays, même dans de cas où cette réserve n'est pas expressément stipulée dans les dispositions du présent article, la procédure ci-après est suivie pour la constatation de l'emploi, pour l'affranchissement, de timbres-poste frauduleux ou d'empreintes contrefaites de machines à affranchir.

a) lorsque la présence, sur un envoi quelconque, d'un timbre-poste frauduleux (contrefait ou ayant déjà servi) ou d'empreintes contrefaites de machines à affranchir est constatée au départ, par un Office dont la législation particulière n'exige pas la saisie immédiate de l'envoi, la figurine n'est altérée d'aucune façon, et l'envoi, inséré dans une enveloppe à l'adresse du bureau destinataire, est acheminé sous recommandation d'office;

b) cette formalité est notifiée, sans délai, aux Administrations des pays d'origine et de destination, au moyen d'un avis conforme au modèle K ci-annexé. Un exemplaire de cet avis est, en outre, transmis au bureau de destination dans l'enveloppe qui renferme l'envoi;

c) le destinataire est convoqué pour constater la contravention.

L'envoi ne lui est remis que s'il paye le port dû et consent à faire connaître le nom et l'adresse de l'expéditeur, et à mettre à la disposition de la poste, après avoir pris connaissance du contenu, l'envoi entier s'il est inséparable du corps du délit ou bien la partie de l'envoi (enveloppe, bande, portion de lettre, etc.) qui contient la suscription et l'empreinte ou le timbre signalé comme frauduleux;

d) le résultat de la convocation est constaté par un procès-verbal conforme au modèle L ci-annexé mentionnant les incidents survenus, tels que non-comparation, refus de recevoir l'envoi, de l'ouvrir ou d'en faire connaître l'expéditeur, etc. Ce document est signé par l'agent des postes et par le destinataire; si ce dernier refuse de signer, le refus est constaté aux lieu et place de la signature.

Le procès-verbal est transmis, avec pièces à l'appui, sous recommandation d'office, à l'Administration du pays d'origine, qui, à l'aide de ces documents, fait poursuivre, s'il y a lieu, la répression de l'infraction d'après sa législation.

TITRE VI.

Echange des envois

CHAPITRE UNIQUE.

Article 46.

Feuilles d'avis.

1. — Les feuilles d'avis accompagnant des dépêches échangées entre deux bureaux sont conformes au modèle E ci-annexé. Elles sont placées sous des enveloppes de couleur bleue portant en gros caractères l'indication "Feuille d'avis".

2. — *En tête de la feuille d'avis doivent être mentionnés :*
le pays d'origine et le pays de destination,
le nom du bureau d'échange destinataire,
la date d'expédition de la dépêche.

Une empreinte du timbre à date doit être appliquée à l'endroit désigné.

3. — *La présence d'envois à faire remettre par exprès est indiquée par l'application du timbre "Exprès" au tableau N. I.*

4. — *Le tableau N. II sert pour l'indication du numéro d'ordre de la dépêche, du nom du paquebot, de la voie d'acheminement et du nombre des sacs composant la dépêche.*

Sauf arrangement contraire, les bureaux expéditeurs numérotent les feuilles d'avis d'après une série annuelle pour chaque bureau de destination. Chaque dépêche prend un numéro distinct même s'il s'agit d'une dépêche supplémentaire empruntant la même voie ou le même navire que la dépêche ordinaire.

A la première expédition de chaque année, la feuille doit porter, outre le numéro d'ordre de la dépêche, celui de la dernière dépêche de l'année précédente.

Le nom du navire qui emporte la dépêche est indiqué lorsque le bureau expéditeur est à même de le connaître.

Dans le nombre des sacs composant la dépêche, il y a lieu de comprendre aussi les sacs contenant les sacs vides renvoyés.

5. — Le tableau N. III doit mentionner :

a) Le total général des envois recommandés inscrits au tableau N. V et, le cas échéant, dans les listes spéciales.

Il peut être fait usage d'une ou de plusieurs listes spéciales conformes au modèle E bis ci-annexé, soit pour remplacer le tableau N. V, soit pour servir comme feuille d'avis supplémentaire.

Lorsque plusieurs listes sont employées, elles doivent être numérotées. Le nombre des envois recommandés qui peuvent être inscrits sur une seule et même liste est limité à 60.

b) Le total des envois avec valeur déclarée inscrits sur la feuille d'envoi.

c) Le nombre, indiqué séparément, des sacs et des paquets contenant les envois recommandés et des sacs et des paquets renfermant les envois avec valeur déclarée.

6. — Au tableau N. IV sont inscrits, séparément, le nombre des sacs en retour appartenant à l'Office destinataire, ainsi que celui des sacs utilisés pour la confection de la dépêche et appartenant à l'Office expéditeur, y compris les sacs pour les objets recommandés. Le nombre des sacs vides appartenant à une Administration autre que celle à laquelle la dépêche est adressée doit être mentionné séparément avec indication de cette Administration.

Sont, en outre, mentionnées dans ce tableau, les lettres de service ouvertes et les communications ou recommandations diverses du bureau expéditeur ayant trait au service d'échange.

7. — Le tableau N. V est destinée à l'inscription des envois recommandés lorsqu'il n'est pas fait un usage exclusif de feuilles spéciales.

Les envois recommandés sont décrits individuellement avec indication du nom du bureau d'origine et du numéro d'enregistrement à ce bureau.

Lorsque la dépêche ne contient pas d'envois recommandés, la mention « Néant » est portée en regard de la rubrique correspondante de la feuille d'avis.

8. — Au tableau N. VI sont inscrites, avec les détails que ce tableau comporte, les dépêches closes insérées dans l'envoi direct auquel la feuille d'avis se rapporte.

9. — Les Administrations peuvent s'entendre pour créer d'autres tableaux ou rubriques sur la feuille d'avis, lorsqu'elles le jugent nécessaire. Elles peuvent, notamment, disposer les tableaux V et VI conformément à leurs besoins.

10. — Lorsqu'un bureau d'échange n'a aucun objet à livrer à un bureau correspondant, il n'en doit pas moins envoyer, dans la forme ordinaire, une dépêche qui se compose uniquement d'une feuille d'avis négative.

11. — Quand les dépêches closes sont confiées par une Administration à une autre, pour être transmises au moyen de batiments de commerce, le nombre ou le poids des lettres et autres objets doit être indiqué à la feuille d'avis et sur l'adresse de ces dépêches, lorsque l'Office chargé d'assurer l'embarquement desdites dépêches le demande.

Article 47.

Transmission des envois recommandés.

1. — Les envois recommandés, et s'il y a lieu, les listes spéciales prévues au § 5 de l'article précédent, sont réunis en un ou plusieurs paquets ou sacs distincts, qui doivent être convenablement enveloppés ou fermés et cachetés ou plombés de manière à en préserver le contenu. Les envois recommandés sont classés dans chaque paquet d'après leur ordre d'inscription. Quand on emploie plusieurs listes détachées, chacune d'elles est enliassée avec les objets recommandés auxquels elle se rapporte.

Dans aucun cas, les envois recommandés ne peuvent être confondus avec les correspondances ordinaires.

2. — Au paquet d'envois recommandés est attachée extérieurement, par un croisé de ficelle, l'enveloppe spéciale contenant la feuille d'avis; lorsque les envois recommandés sont renfermés dans un sac, ladite enveloppe est fixée au col de ce sac, *mais dans ce cas, les objets qui, conformément aux dispositions du présent Règlement, doivent être insérés dans l'enveloppe contenant la feuille d'avis sont placés dans l'intérieur du sac.*

S'il y a plus d'un paquet ou sac d'envois recommandés, chacun des paquets ou sacs supplémentaires est muni d'une étiquette indiquant la nature du contenu.

3. — Le mode d'emballage et de transmission des envois recommandés, prescrit ci-dessus, s'applique seulement aux relations ordinaires. Pour les relations importantes, il appartient aux Administrations intéressées d'arrêter, d'un commun accord, des dispositions particulières. Dans l'un comme dans l'autre cas, des mesures exceptionnelles doivent être prises par les bureaux d'échange, lorsqu'ils ont à assurer la transmission d'envois recommandés qui, par leur nombre, leur nature, leur forme ou leur volume, ne seraient pas susceptibles d'être insérés dans la dépêche des envois ordinaires.

Article 48.

Transmission des envois exprès.

1. — Les envois exprès ordinaires sont réunis en une liasse spéciale et insérés, par les bureaux d'échange, dans l'enveloppe contenant la feuille d'avis qui accompagne la dépêche.

Une fiche placée dans cette liasse indique, le cas échéant, la présence, dans la dépêche, des correspondances de l'espèce, qui, en raison de leur nombre, de leur forme ou de leurs dimensions, n'ont pu être jointes à la feuille d'avis. Ces correspondances sont réunies dans une ou plusieurs liasses distinctes, munies d'une étiquette portant en gros caractères la mention "Exprès" et insérées dans le sac contenant la feuille d'avis.

2. — Les envois exprès recommandés sont classés, à leur ordre, parmi les autres envois recommandés et la mention "Exprès" est portée dans la colonne "Observations" des feuilles d'avis, en regard de l'inscription de chacun d'eux.

Article 49.

Confection des dépêches

1. — En règle générale, les objets sont classés et enliassés par nature de correspondances, *les lettres et les cartes postales étant comprises dans la même liasse et les journaux et écrits périodiques devant faire l'objet de liasses de celles des imprimés ordinaires. Les lettres, cartes postales et imprimés de petites dimensions doivent être disposés dans le sens de l'adresse. Les objets affranchis sont séparés de ceux qui ne le sont pas ou le sont insuffisamment et les étiquettes de liasses d'objets non affranchis ou insuffisamment affranchis sont, autant que possible, frappés du timbre T.*

Les lettres portant des traces d'ouverture, de détérioration ou d'avarie doivent être munies d'une mention du fait et frappées du timbre à date du bureau qui l'a constaté.

Les mandas de poste expédiés à découvert sont réunis en un paquet distinct.

2. — Les dépêches sont renfermées dans des sacs convenablement clos, cachetés ou plombés et étiquetés. Les étiquettes de ces dépêches doivent être en toile ou fort carton ou parchemin, ou en papier collé sur une planchette. Elles doivent indiquer d'une façon lisible le bureau d'origine et celui de destination, et dans les relations avec les pays d'outre-mer, la date d'expédition, le numéro de l'envoi et, lorsque les Administrations intéressées le demandent, le port d'embarquement. Dans les relations entre bureaux limitrophes, il peut être fait usage d'étiquettes en papier fort.

Les sacs doivent indiquer d'une façon lisible le bureau ou le pays d'origine et, autant que possible, porter un numéro.

3. — *Sauf arrangement contraire*, les dépêches peu volumineuses ou négatives sont simplement enveloppées de papier fort, de manière à éviter toute détérioration du contenu, puis ficelées et cachetées ou plombées. Elles sont munies d'une suscription imprimée portant, en petits caractères, le nom du bureau expéditeur et, en caractères plus forts, le nom du bureau destinataire: «de... pour...»

4. — Lorsque le nombre ou le volume des envois exige l'emploi de plus d'un sac, des sacs distincts doivent, autant que possible, être utilisés:

- a) pour les lettres et cartes postales;
- b) pour les autres objets.

Sans égard au nombre ou au volume des envois, des sacs distincts doivent également être employés, autant que possible, lorsque l'Administration de l'un des pays intermédiaires ou du pays de destination le demande.

Lorsqu'il est fait usage de sacs distincts, chacun d'eux doit porter l'indication de son contenu.

Le paquet ou sac des envois recommandés est placé dans un des sacs de lettres ou dans un sac portant une étiquette semblable à celle des lettres.

Le sac renfermant la feuille d'avis est désigné par la lettre F tracée d'une manière apparente sur l'étiquette.

5. — Le poids de chaque sac ne doit pas dépasser 30 kilogrammes.

Article 50.

Remise des dépêches.

1. — La remise des dépêches entre deux bureaux correspondants s'effectue suivant les dispositions prises par les Offices intéressés.

2. — *Les dépêches doivent être livrées en bon état.* Cependant, une dépêche ne peut pas être refusée pour cause d'avarie.

3. — Lorsqu'une dépêche est reçue en mauvais état par un bureau intermédiaire, elle doit être remballée à nouveau, tout en conservant l'emballage original. *Le bureau qui effectue le remballage doit appliquer sur l'étiquette de la dépêche une empreinte de son timbre à date, précédée de la mention: "Remballé à"*

Article 51.

Vérification des dépêches.

1. — *Lorsqu'un bureau intermédiaire doit procéder au remballage d'une dépêche, il en vérifie le contenu, s'il y a lieu de penser que celui-ci n'est pas resté intact.*

Il dresse un bulletin de vérification au modèle G ci-annexé en se conformant aux dispositions du § 3 ci-après. Ce bulletin est envoyé au bureau d'échange d'où la dépêche a été reçue; une copie est adressée au bureau d'origine et une autre est insérée dans la dépêche remballée.

2. — Le bureau destinataire vérifie si la dépêche est au complet et si les inscriptions de la feuille d'avis et, le cas échéant, des listes spéciales d'envois recommandés, sont exactes. En cas de manque de la dépêche, de sacs, de la feuille d'avis, d'une liste spéciale d'envois recommandés, ou lorsqu'il s'agit de toute autre irrégularité, le fait est constaté immédiatement par deux agents. Ceux-ci font les rectifications nécessaires sur les feuilles ou listes en ayant soin de biffer d'un trait de plume les indications erronées de manière à laisser reconnaître les inscriptions primitives. A moins d'une erreur évidente, les rectifications prévalent sur la déclaration originale.

3. — Les faits constatés sont signalés au bureau d'origine de la dépêche et, le cas échéant, au dernier bureau intermédiaire par le 1er courrier, au moyen du bulletin de vérification. Les indications de ce bulletin doivent spécifier aussi exactement que possible de quel sac, paquet ou objet il s'agit.

Un duplicata du bulletin de vérification est envoyé, dans les mêmes conditions que l'original, à l'Administration dont relève le bureau d'origine de la dépêche, lorsque cette Administration l'exige. Le sac ou l'enveloppe et le cachet ou plomb du paquet ou du sac des envois recommandés et, si ce paquet ou sac n'a pas été trouvé, le sac de lettres, avec la ficelle, l'étiquette et le cachet ou le plomb de ce sac sont joints au bulletin de vérification. Dans l'échange avec les Offices qui exigent l'envoi d'un duplicata, les pièces justificatives mentionnées ci-dessus sont annexées au duplicata.

Les bulletins de vérification et les duplicata sont envoyés sous pli recommandé.

Dans les cas prévus aux §§ 1 et 2 du présent article, le bureau d'origine et, le cas échéant, le dernier bureau d'échange intermédiaire, peuvent, en outre, être avisés par télégramme aux frais de l'Office qui expédie celui-ci.

4. — Lorsque l'absence d'une dépêche est le résultat d'un défaut de coïncidence des courriers ou lorsqu'elle est dûment expliquée sur le bordereau de remise, l'établissement du bulletin de vérification prévu aux §§ 1 et 2 n'est pas nécessaire si la dépêche parvient au bureau destinataire par le plus prochain courrier.

L'envoi du duplicata prévu au § 3 peut être différé, si l'on présume que le manque de la dépêche provient d'un retard ou d'une fausse direction.

Dès la rentrée d'une dépêche dont l'absence avait été signalée au bureau d'origine et, le cas échéant, au dernier bureau d'échange intermédiaire, il y a lieu d'adresser à ces bureaux un second bulletin de vérification annonçant la réception de cette dépêche.

5. — Les bureaux auxquels sont adressés les bulletins prévus au présent article les renvoient le plus promptement possible, après les avoir examinés et y avoir mentionné leurs observations, s'il y a lieu.

6. — Lorsqu'un bureau réceptionnaire, auquel la vérification de la dépêche incombait, n'a pas fait parvenir au bureau d'origine, et, le cas échéant, au dernier bureau d'échange intermédiaire, par le premier courrier après la vérification, un bulletin constatant des irrégularités quelconques, il est considéré comme ayant reçu la dépêche et son contenu, jusqu'à preuve du contraire. La même présomption existe pour les irrégularités dont la mention a été omise ou signalée d'une manière incomplète dans le bulletin de vérification.

Article 52.

Renvoi des sacs vides.

1. — Les sacs doivent être renvoyés vides au pays d'origine par le prochain courrier, sauf arrangements contraires entre les Offices correspondants et le nombre de sacs renvoyés par chaque dépêche doit être inscrit sous la rubrique "Indication de service" de la feuille d'avis.

Le renvoi est effectué entre les bureaux d'échange désignés à cet effet.

Les sacs vides doivent être enroulés et attachés ensemble en paquets convenables; le cas échéant, les planchettes à étiquettes doivent être placées à l'intérieur des sacs. Les paquets doivent être revêtus d'une étiquette indiquant le nom du bureau d'échange d'où les sacs ont été reçus, chaque fois qu'ils sont renvoyés par l'intermédiaire d'un autre bureau d'échange.

Si les sacs vides à renvoyer ne sont pas trop nombreux, ils peuvent être placés dans les sacs contenant la correspondance; dans le cas contraire, ils doivent être placés à part dans des sacs cachetés, étiquetés au nom des bureaux d'échange respectifs. Les étiquettes doivent porter la mention "Sacs vides".

2. — A l'aide des mentions faites sous la rubrique "Indications de service" de la feuille d'avis, chaque Administration peut exercer, dans son service, un contrôle sur le renvoi des sacs qui lui appartiennent. Dans le cas où ce contrôle démontrerait que 10% du nombre total des sacs utilisés pen-

dant une année pour la confection des dépêches n'ont pas été renvoyés avant la fin de cette année, l'Office qui ne peut établir le renvoi des sacs vides est tenu de rembourser à l'Office expéditeur la valeur des sacs manquants. Le remboursement doit avoir également lieu si le nombre des sacs manquants n'atteint pas 10% mais excède 50 unités.

Chaque Administration fixe, périodiquement, et uniformément pour toutes les espèces de sacs qui sont utilisés par ses bureaux d'échange, une valeur moyenne en francs et la communique aux Administrations intéressées par l'intermédiaire du Bureau international.

TITRE VII.

Dispositions concernant les frais de transit et d'entrepôt

CHAPITRE I.

OPÉRATIONS DE STATISTIQUE.

Article 53.

Statistique des frais de transit.

1. — Les frais de transit exigibles en exécution des articles 70 et suivants de la Convention sont établis sur la base de statistiques dressés une fois tous les cinq ans, pendant les 28 premiers jours du mois de mai ou pendant les 28 jours qui suivent le 14 octobre alternativement.

La statistique d'octobre-novembre 1924 s'appliquera aux années 1924 à 1928 inclusivement, étant entendu que jusqu'au 1er octobre 1925, date de mise à exécution de la présente Convention, les redevances prévues à l'article 4 de la Convention de Madrid resteront en vigueur.

La statistique de mai 1929 s'appliquera aux années 1929 à 1933 inclusivement et ainsi de suite.

2. — Dans le cas d'accession à l'Union d'un pays ayant des relations postales importantes, les pays de l'Union dont la situation pourrait, par suite de cette circonstance se trouver modifiée sous le rapport du paiement des frais de transit, ont la faculté de réclamer une statistique spéciale se rapportant exclusivement au pays nouvellement entré.

3. — Lorsqu'il se produit une modification importante dans le trafic des correspondances et pour autant que cette modification affecte une période ou des périodes s'élevant à un total d'au moins douze mois, les Offices intéressés s'entendent pour reviser leurs comptes de frais de transit. Dans ce cas, les sommes à payer par les Offices expéditeurs sont, soit augmentées, soit diminuées, soit partagées d'après les services intermédiaires réellement employés, mais les poids totaux

qui servent de base aux nouveaux comptes doivent normalement être les mêmes que ceux des dépêches expédiées pendant la période de statistique mentionnée au § 1. Au besoin, une statistique spéciale peut être dressée pour régler le partage de ces poids entre les divers services empruntés. Aucune modification dans le trafic des correspondances n'est considérée comme importante lorsqu'elle n'affecte pas de plus de 5.000 francs par an les comptes entre deux Offices, chaque pays de transit étant pris séparément.

Exceptionnellement, l'établissement d'une statistique spéciale peut être exigé aussi pour la constatation de nouveaux poids totaux qui doivent servir de base aux comptes nouveaux, lorsqu'il y a une augmentation de cent pour cent ou une diminution de cinquante pour cent au moins des poids totaux du transport en cause et que des comptes nouveaux subiraient en conséquence une modification de plus de 5.000 francs par an.

Article 54.

Confection des dépêches closes pendant la période de statistique.

1. — Pendant chaque période de statistique, l'échange des correspondances, en dépêches closes entre deux Offices de l'Union ou entre un Office de l'Union et un Office étranger à celle-ci, à travers le territoire ou au moyen des services, d'un ou de plusieurs autres Offices, donne lieu à l'utilisation de sacs ou de paquets distincts pour les "lettres et les cartes postales" et pour les "autres objets". Ces sacs ou paquets doivent être munis respectivement d'une étiquette "L. C." et "A. O.". Lorsque le volume des dépêches le permet, les sacs ou paquets distincts peuvent être réunis dans un seul sac collecteur qui doit être étiqueté "S. C."

2. — Par dérogation aux dispositions des articles 47 et 48 ci-dessus, chaque Administration a la faculté, pendant la période de statistique, de comprendre les objets recommandés et les envois exprès autres que les lettres et les cartes postales dans un des sacs ou paquets destinés aux "autres objets", en faisant mention de ce fait sur la feuille d'avis; mais si, conformément auxdits articles 47 et 48, ces objets sont compris dans un sac ou paquet à lettres, ils sont traités, en ce qui concerne la statistique de poids, comme faisant partie de l'envoi de lettres.

3. — Pendant la période de statistique, les étiquettes des dépêches à transporter par la voie maritime doivent porter d'une manière apparente la mention "Statistique".

Article 55.

Constatation du poids des dépêches closes.

1. — En ce qui concerne les dépêches d'un pays de l'Union pour un autre pays de l'Union, le bureau d'échange expéditeur inscrit, à la feuille d'avis pour le bureau d'échange destinataire de la dépêche, le poids brut des lettres et des cartes postales et celui des autres objets, sans distinction de l'origine ni de la destination des correspondances.

Le poids brut comprend le poids de l'emballage, mais non pas celui :

- a) des sacs vides emballés dans des sacs distincts;
- b) des sacs ne contenant que des correspondances exemptes de tous frais de transport (art. 72 de la Convention);
- c) des dépêches qui se composent uniquement d'une feuille d'avis négative (art. 46, § 10, ci-dessus);
- d) des sacs collecteurs mentionnés à l'article précédent.

2. — Il n'est pas tenu compte des fractions de poids de 500 grammes et moins, tandis que les fractions de poids supérieures à 500 grammes sont arrondies au kilogramme.

3. — Dans le cas où le poids brut des lettres et des cartes postales ainsi que celui des autres objets ne dépassent ni l'un ni l'autre 500 grammes, on ajoute, en tête de la feuille d'avis, la mention "Poids brut ne dépasse pas 500 grammes".

4. — Ces indications sont vérifiées par le bureau d'échange destinataire. Si ce bureau constate que le poids réel des *respondances* diffère de plus de 600 grammes du poids inscrit à la feuille d'avis, il rectifie la feuille et signale immédiatement l'erreur au bureau d'échange expéditeur au moyen d'un bulletin de vérification. Si les différences de poids constatées restent dans les limites précitées, les indications du bureau expéditeur sont tenues pour valables.

Article 56.

Confection des relevés M. des dépêches closes.

1. — Aussitôt que possible après la clôture des opérations de statistique, les bureaux destinataires dressent en autant d'expéditions qu'il y a d'Offices intéressés, y compris celui du lieu de départ, des relevés conformes au modèle M ci-annexé et transmettent ces relevés aux bureaux d'échange de l'Office expéditeur pour être revêtus de leur acceptation. Ceux-ci, après avoir accepté les relevés, les transmettent à leur tour à l'Administration centrale dont ils dépendent en vue de les répartir entre les Offices intéressés.

2. — Si les relevés M ne sont pas parvenus ou ne sont pas parvenus en nombre suffisant aux bureaux d'échange de

l'Office expéditeur dans le délai de quatre mois (six mois dans les échanges avec les pays d'outre-mer), à compter du jour de l'expédition de la dernière dépêche à comprendre dans la statistique, ces bureaux dressent eux-mêmes lesdits relevés, en nombre suffisant, d'après leurs propres indications et en inscrivant sur chacun d'eux la mention: "Les relevés M du bureau destinataire ne sont pas parvenus dans le délai réglementaire". Ils les transmettent ensuite à l'Administration centrale dont ils relèvent pour leur répartition entre les Offices en cause.

Article 57.

Dépêches closes échangées avec les pays étrangers à l'Union.

En ce qui concerne les dépêches closes échangées entre un pays de l'Union et un pays étranger à celle-ci, par l'intermédiaire d'un ou de plusieurs Offices de l'Union, les bureaux d'échange du premier de ces pays dressent, pour les dépêches expédiées ou reçues, un relevé M qu'ils transmettent à l'Office de sortie ou d'entrée, lequel établit à la fin de la période de statistique un relevé général en autant d'expéditions qu'il y a d'Office de l'Union intéressés, y compris lui-même et l'Office débiteur. Une expédition de ce relevé est transmise à cet Office ainsi qu'à chacun des Offices qui ont pris part au transport des dépêches.

Article 58.

Liste des dépêches closes échangées en transit.

1.— Aussitôt que possible et en tout cas dans un délai de six mois après chaque période de statistique, les Administrations qui ont expédié de dépêches en transit envoient la liste de ces dépêches aux différentes Administrations dont elles ont emprunté l'intermédiaire.

2. — Si cette liste indique des dépêches en transit qui, d'après les dispositions de l'article 55 ci-dessus ne donnent pas lieu à l'établissement d'un relevé M ou inscrit une mention explicative telle que "Sacs vides", "Dépêches se composant uniquement d'une feuille d'avis négative "Rebuts" ou "Poids ne dépasse pas 500 grammes".

3. — Les dépêches closes provenant des pays au delà et qui sont réexpédiées insérées dans les dépêches en transit et inscrites dans le tableau VI de la feuille d'avis, sont indiquées dans une partie spéciale de la liste.

Article 59.

Dépêches closes échangées avec les bâtiments de guerre.

Il incombe aux Administrations des pays dont relèvent des bâtiments de guerre de dresser les relevés M relatifs aux dépêches expédiées ou reçues par ces bâtiments. Les dépêches expédiées, pendant la période de statistique, à l'adresse des

bâtimens de guerre doivent porter, sur des étiquettes, la date d'expédition.

Dans le cas où ces dépêches sont réexpédiées, l'Office réexpéditeur en informe l'Office du pays dont le bâtiment relève.

Article 60.

Bulletin de transit.

Lorsque la route à suivre et les services de transport à utiliser pour les dépêches expédiées pendant la période de statistique sont inconnus ou incertains, l'Office d'origine doit, à la demande de l'Administration destinataire, préparer pour chaque dépêche un bulletin conforme au modèle T ci-annexé. Ce bulletin est transmis successivement, sans retard, aux différents services qui participent au transport des dépêches et qui y consignent, l'un après l'autre, les renseignements concernant le transit. *Le dernier bureau de transit doit remettre le bulletin T au bureau de destination. Ce bulletin est renvoyé par l'Office destinataire à l'Office d'origine à l'appui du relevé M.*

Article 61.

Statistique des correspondances à découvert.

1. — Les correspondances ordinaires et recommandées, ainsi que les lettres et boîtes avec valeur déclarée, provenant du pays même ou des pays au delà, transmises à découvert pendant une période de statistique, font l'objet, de la part du bureau d'échange expéditeur, d'une inscription sur la feuille d'avis, libellée comme suit:

Correspondances à découvert	Nombre
Lettres.....	
Cartes postales.....	
Autres objets.....	

Les correspondances exemptes de tous frais de transit conformément aux dispositions de l'article 72 de la Convention ne sont pas comprises dans ces chiffres.

Pour faciliter la vérification, le bureau d'échange expéditeur doit comprendre les correspondances ordinaires inscrites sur la feuille d'avis dans des liasses spéciales portant la mention "Correspondances à découvert". En cas de besoin, les lettres, les cartes postales et les autres objets doivent être en liasses séparément.

2. — A défaut de correspondances à découvert, le bureau expéditeur inscrit en tête de la feuille d'avis la mention:

"Pas de correspondances à découvert".

3. — Les inscriptions aux feuilles d'avis sont vérifiées par le bureau destinataire. Si ce bureau constate, *pour une catégorie de correspondances*, des différences de plus de *cinq objets*, il rectifie lesdites inscriptions et signale immédiatement l'erreur au bureau expéditeur au moyen d'un bulletin de vérification. Si la différence constatée reste dans la limite précitée, les indications du bureau expéditeur sont tenues pour valables.

4. — Après avoir terminé les opérations statistiques, le bureau d'échange destinataire dresse, en simple expédition, des relevés (modèle O ci-annexé), qu'il transmet, sans retard, à l'Administration centrale dont il relève.

Article 62.

Statistique des dépêches entreposées.

Pour les dépêches dont l'entrepôt dans un port donne lieu, aux termes de l'article 71 de la Convention, à une rémunération au profit de l'Office entreposeur, cet Office établit, par pays d'origine, un relevé journalier conforme au modèle P bis ci-annexé et où figurent les indications relatives aux dépêches reçues du pays considéré, par l'entrepôt, pendant la période des 28 jours de la statistique des frais de transit, sans égard aux dates d'expédition et de réexpédition desdites dépêches.

Les indications portées sur les relevés journaliers sont récapitulées, pour chaque pays d'origine, sur un état conforme au modèle P ter ci-annexé et qui est envoyé à l'Administration centrale dudit pays, accompagné des relevés modèle P bis y afférents.

L'état récapitulatif P ter, revêtu de l'acceptation de l'Administration du pays expéditeur, est transmis avec les relevés modèle P bis à l'Administration centrale de l'Office dont relève l'entrepôt.

Article 63.

Services extraordinaires.

Indépendamment des transports aériens, est seul considéré comme service extraordinaire donnant lieu à des frais de transit spéciaux le service entretenu pour le transport territorial accablé de la Malle dite des Indes.

CHAPITRE II.

COMPTABILITÉ. RÈGLEMENT DES COMPTES.

Article 64.

Compte des frais de transit.

1. — Les poids des dépêches closes, les nombres des correspondances transmises à découvert et, le cas échéant, les

nombres de sacs entreposés dans un port sont multipliés par 13 et les produits ainsi obtenus servent de base à des comptes particuliers établissant en francs et centimes les prix annuels de transit revenant à chaque Office.

Le soin de dresser ces comptes incombe à l'Office créateur qui les transmet à l'Office débiteur.

Dans le cas où le multiplicateur 13 ne correspond pas à la périodicité du service, ou lorsqu'il s'agit d'expéditions extraordinaires faites pendant la période de statistique, les Administrations intéressées s'entendent pour l'adoption d'un autre multiplicateur qui vaut pendant les années auxquelles s'applique la statistique.

2. — Afin de tenir compte du poids des sacs et de l'emballage, ainsi que des catégories de correspondances exemptes de tous frais de transit en conformité des dispositions de l'article 72 de la Convention, le montant total du compte des dépêches closes est réduit de dix pour cent.

3. — Les comptes particuliers sont dressés en double expédition sur la base des relevés M, O et P bis et sur des formules N, P et P ter. Ils sont transmis à l'Office expéditeur aussitôt que possible et, au plus tard, dans un délai de 12 mois, suivant l'expiration de la période de statistique.

4. — Si l'Office qui a envoyé le compte particulier n'a reçu aucune observation rectificative dans un intervalle de 6 mois à compter de l'envoi, ce compte est considéré comme admis de plein droit.

Article 65.

Décompte général annuel. Intervention du Bureau international.

1. — Sauf entente contraire entre les Administrations intéressées, le décompte général comprenant les frais de transit et d'entrepôt est établi *annuellement* par le Bureau international.

2. — Aussitôt que les comptes particuliers entre deux Administrations sont approuvés ou considérés comme admis de plein droit (§ 4 de l'article précédent), chacune de ces Administrations transmet, sans retard, au Bureau international, un relevé (modèle Q ci-annexé) indiquant les montants totaux de ces comptes. Lors de la réception d'un relevé de la part d'une Administration, le Bureau international en avertit l'autre Administration intéressée.

En cas de différences entre les indications correspondantes fournies par deux Administrations, le Bureau international les invite à se mettre d'accord, et à lui indiquer les sommes définitivement arrêtées.

Lorsqu'une seulement des Administrations a fourni le relevé Q, les indications de cette Administration font foi, à moins que le relevé correspondant de l'Administration retardataire ne soit parvenu au Bureau international en temps opportun pour l'établissement du prochain décompte *général* annuel.

Dans le cas prévu au § 4 de l'article précédent, les relevés doivent porter la mention «Aucune observation de l'Office débiteur n'est parvenue dans le délai réglementaire».

Si deux Administrations se mettent d'accord pour faire un règlement spécial, leurs relevés Q portent la mention «Compte réglé à part — à titre d'information» et ne sont pas compris dans le décompte *général* annuel.

Cette mention est omise dans l'éventualité prévue au § 3 de l'article 75 de la Convention.

Dans ce dernier cas, le Bureau international effectue les exonérations nécessaires et en donne avis aux Offices intéressés.

3. — Le Bureau international établit, à la fin de chaque année, sur la base des relevés qui lui sont parvenus jusque-là et qui sont considérés comme admis de plein droit, un décompte *général* annuel des frais de transit. Ce décompte indique:

- a) le Doit et l'Avoir de chaque Office;
- b) le solde débiteur ou le solde créditeur de chaque Office représentant la différence entre le Doit et l'Avoir;
- c) les sommes à payer par les Offices débiteurs;
- d) les sommes à recevoir par les Offices créditeurs.

Le Bureau international pour voit à ce que le nombre des paiements effectués par les Offices débiteurs soit restreint dans la mesure du possible.

4. — Les décomptes *généraux* annuels doivent être transmis aux Administrations de l'Union par le Bureau international, aussitôt que possible et, au plus tard, avant l'expiration du premier trimestre de l'année qui suit celle de leur établissement.

Article 66.

Liquidation des frais de transit.

1. — *Sauf entente contraire, le solde résultant du décompte général annuel* du Bureau international ou des règlements spéciaux *est payé* par l'Office débiteur à l'Office créditeur en or ou au moyen de traites payables à vue sur la capitale ou sur une place commerciale du pays créancier.

En cas de paiement au moyen de traites, celles-ci sont établies en monnaie du pays créancier pour un montant équi-

valent, au jour de l'achat, à la valeur du solde exprimé en francs. *Les frais de paiement sont supportés par l'Office débiteur.*

Ces traites peuvent être également tirées sur un autre pays, à la condition qu'elles représentent le même équivalent et que les frais d'escompte soient à la charge de l'Office débiteur.

2. — Le paiement du solde *précité* doit être effectué dans le plus bref délai possible, et, au plus tard, pour les pays d'Europe, avant l'expiration d'un délai de 4 mois, et pour les autres pays d'un délai de 5 mois à partir de la date d'envoi du décompte par le Bureau international ou de l'invitation à payer, adressée par l'Office créancier à l'Office débiteur. *quand il s'agit d'un compte réglé à part.*

Passé *ces délais*, les sommes dues sont productives d'intérêt, à raison de sept pour cent l'an, à compter du jour d'expiration *desdits délais*.

TITRE VIII.

Dispositions diverses.

CHAPITRE UNIQUE

Article 67.

Coupons-réponse.

1. — Les coupons-réponse sont conformes au modèle A ci-annexé et imprimés par les soins du Bureau international sur papier portant en filigrane les mots:

40 c. Union postale universelle. 40 c.

2. — Chaque Administration a la faculté:

a) de donner aux coupons-réponse une perforation distinctive qui ne nuise pas à la lecture du texte et ne soit pas de nature à entraver la vérification de ces valeurs;

b) de modifier, à la main ou au moyen d'un procédé d'impression, le prix de vente indiqué sur les coupons.

3. — Le Bureau international fournit les coupons au prix coûtant.

4. — Sauf entente contraire entre les Administrations intéressées, les coupons échangés sont envoyés *annuellement* aux Administrations qui les ont émis avec l'indication *globale* de leur nombre *et de leur valeur*.

5. — Aussitôt que deux Administrations se sont mises d'accord sur le nombre des coupons échangés dans leurs relations réciproques, un relevé (modèle U ci-annexé), indiquant le solde débiteur ou créateur, est dressé par chacune des deux Administrations et transmis par celles-ci au Bureau international. *A défaut d'accord entre deux Administrations*

dans un délai de six mois, l'Office créateur établit son décompte et l'envoie au Bureau international. Pour l'établissement de ce relevé, la valeur du coupon est calculée à 40 centimes par unité. Le Bureau international comprend le solde dans un décompte annuel.

Dans le cas où l'une seulement des Administrations aurait fourni le relevé (modèle U), les indications de cette Administration font foi.

6. — Lorsque, dans les rapports entre deux Offices, le solde annuel ne dépasse pas 25 francs, l'Office débiteur est exonéré de tout paiement et le relevé n'est pas dressé.

7. — Dans le cas où deux Administrations se sont mises d'accord pour faire un règlement spécial, elles ne transmettent pas de relevé au Bureau international.

8. — *Le paiement des soldes a lieu dans les conditions prévues à l'article 66.*

Article 68

Cartes d'identité.

1. — Les Administrations désignent les bureaux de poste ou les services postaux qui délivrent les cartes d'identité.

2. — Ces cartes sont établies sur des formules conformes au modèle F ci-annexé. Ces formules sont fournies, au prix coûtant, par le Bureau international.

3. — Au moment de la demande, le requérant remet sa photographie et justifie de son identité. *Les Administrations édictent les prescriptions nécessaires pour que les cartes ne soient délivrées qu'après examen minutieux de l'identité du requérant.*

L'agent inscrit cette demande dans un registre, remplit à l'encre et en caractères latins toutes les indications que comporte la formule de carte d'identité, colle sur celle-ci la photographie à l'endroit désigné, applique mi-partie sur cette photographie et mi-partie sur la carte un timbre-poste représentant la taxe perçue et annule cette figurine au moyen d'une empreinte bien nette du timbre à date.

Il appose ensuite de nouveau l'empreinte de ce timbre ou de son sceau officiel, de manière qu'elle porte à la fois sur la partie supérieure de la photographie et sur la carte, puis reproduit cette empreinte au recto de la carte, signe celle-ci et la remet à l'intéressé après avoir recueilli sa signature.

4. — Lorsque la physionomie du titulaire s'est modifiée au point qu'elle ne réponde plus à la photographie ou au signallement, la carte doit être renouvelée.

5. — Chaque pays conserve la faculté de délivrer les cartes d'identité du service international selon les règles appliquées pour les cartes en usage dans son service intérieur

ou du bâtiment destinataire, soit enfin par un Consul de même nationalité.

5. — Celles des dépêches dont il s'agit qui portent la mention «Aux soins du Consul de.....» sont consignées au Consulat du pays d'origine. Elles peuvent être ultérieurement, à la demande du Consul, réintégrées dans le service postal et réexpédiées sur le lieu d'origine ou sur une autre destination.

6. — Les dépêches à destination d'un bâtiment de guerre sont considérées comme étant en transit jusqu'à leur remise au commandant de ce bâtiment, alors même qu'elles auraient été primitivement adressées aux soins d'un bureau de poste ou à un Consul chargé de servir d'agent de transport intermédiaire; elles ne sont donc pas considérées comme étant parvenues à leur adresse, tant qu'elles n'ont pas été livrées au bâtiment de guerre destinataire.

Article 70.

Formules à l'usage du public.

En vue de l'application des dispositions de l'article 31, § 2, de la Convention, sont considérées comme formules à l'usage du public :

les formules C. (Avis de réception); D^{ts} (*Mandat de remboursement international*); D^{ter} et D^{quater} (*Etiquettes de douane*); F. (Carte d'identité); H. (Renseignements à fournir en cas de réclamation d'un envoi ordinaire); I. (Réclamation d'un envoi recommandé) et J. (*Demande de retrait ou de modification d'adresse*).

Article 71.

Délai de garde des documents.

Les documents du service international doivent être conservés pendant une période minima de deux ans.

TITRE IX.

Bureau international.

CHAPITRE UNIQUE.

Congrès et Conférences.

Le Bureau international prépare les travaux des Congrès ou Conférences. Il pourvoit aux impressions et à la distribution des documents nécessaires.

Le Directeur de ce Bureau assiste aux séances des Congrès ou Conférences et prend part aux discussions, sans voix délibérative.

Article 73.

Renseignements. Demandes de modifications des Actes.

Le Bureau international doit se tenir en tout temps à la disposition des membres de l'Union, pour leur fournir, sur les questions relatives au service, les renseignements dont ils pourraient avoir besoin.

Il instruit les demandes de modification ou d'interprétation des dispositions qui régissent l'Union et notifie les résultats des consultations.

Article 74.

Publications.

1. — Le Bureau international rédige, à l'aide des documents qui sont mis à sa disposition un journal spécial en langues allemande, anglaise, espagnole et française.

2. — Il publie, d'après les informations fournies en vertu des prescriptions de l'article 82 ci-après un recueil officiel de tous les renseignements d'intérêt général concernant l'exécution de la Convention et du Règlement dans chaque pays de l'Union. Les modifications ultérieures font l'objet de suppléments semestriels. Toutefois, dans les cas d'urgence, lorsqu'une Administration le demande expressément, la notification est faite par circulaire spéciale.

Des recueils analogues concernant l'exécution des Arrangements de l'Union sont publiés sur la demande des Administrations participant à ces Arrangements.

3. — Les documents publiés par le Bureau international sont distribués aux Administrations de l'Union dans la proportion du nombre d'unités contributives assignées à chacune d'elles par l'article 24 de la Convention.

Les exemplaires et documents supplémentaires qui seraient réclamés par les Administrations sont payés à part, d'après leur prix de revient.

4. — Le Bureau international est chargé de publier un dictionnaire alphabétique de tous les bureaux de poste du monde, avec une mention spéciale pour ceux de ces bureaux chargés de services qui ne sont pas encore généralisés. Ce dictionnaire est tenu au courant au moyen de suppléments ou de toute autre manière que le Bureau international juge convenable.

Le dictionnaire est distribué aux Administrations de l'Union à raison de 10 exemplaires par unité contributive assignée à chacune d'elles par l'article 24 de la Convention. Les exemplaires supplémentaires demandés par les Administrations sont payés à part, d'après leur prix de revient.

Article 75.

Rapport annuel.

Le Bureau international fait sur sa gestion un rapport annuel qui est communiqué à toutes les Administrations de l'Union.

Article 76.

Langue officielle du Bureau international.

La langue officielle du Bureau international est la langue française.

Article 77.

Coupons-réponse. Cartes d'identité. Tableau des équivalents.

Le Bureau international est chargé :

a) de la confection et de l'approvisionnement des coupons-réponse, ainsi que de la liquidation des comptes se rapportant à ce service;

b) de l'établissement et de la distribution des cartes d'identité, ainsi que de l'établissement et de la distribution du tableau des équivalents prévus à l'article 4 ci-dessus.

Article 78.

Balance et liquidation des comptes.

1. — Le Bureau international est chargé d'opérer la balance et la liquidation des comptes de toute nature relatifs au service international des postes entre les Administrations que déclarent vouloir emprunter son intermédiaire. Celles-ci se concertant, à cet effet, entre elles et avec ce Bureau.

2. — Sur la demande des Administrations intéressées, les décomptes télégraphiques peuvent aussi être indiqués au Bureau international pour entrer dans la compensation des soldes.

3. — Chaque Administration conserve le droit d'établir à son choix des décomptes spéciaux pour diverses branches du service et d'en opérer à sa convenance le règlement avec ses correspondants, sans employer l'intermédiaire du Bureau international, auquel elle se borne à indiquer pour quelles branches de service et pour quels pays elle réclame ses offices.

4. — Les Administrations qui auront emprunté l'intermédiaire du Bureau international pour la balance et la liquidation des décomptes peuvent cesser d'user de cet intermédiaire trois mois après en avoir donné avis.

Article 79.

Etablissement des comptes.

1. — Lorsque les comptes particuliers ont été débattus et arrêtés d'un commun accord, les Offices débiteurs transmettent aux Offices créditeurs, pour chaque nature d'opérations, une reconnaissance, établie en francs et centimes, du montant de la balance des deux comptes particuliers, avec l'indication de l'objet de la créance et de la période à laquelle elle se rapporte.

Sauf entente contraire, l'Office qui désirerait, pour sa comptabilité intérieure, avoir des comptes généraux, aurait à les établir lui-même et à les soumettre à l'acceptation de l'Office correspondant.

Les Offices peuvent s'entendre pour pratiquer un autre système dans leurs relations.

2. — Chaque Office adresse au Bureau international mensuellement ou trimestriellement, si des circonstances spéciales le rendent désirable, un tableau indiquant son Avoir du chef des décomptes particuliers, ainsi que le total des sommes dont il est créancier envers chacun des Offices contractants; chaque créance figurant dans ce tableau doit être justifiée par une reconnaissance de l'Office débiteur.

Ce tableau doit parvenir au Bureau international le 19 de chaque mois ou du premier mois de chaque trimestre au plus tard. A défaut, il n'est compris que dans la liquidation du mois ou du trimestre suivant.

3. — Le Bureau international constate, en rapprochant les reconnaissances, si les tableaux sont exacts. Toute rectification nécessaire est notifiée aux Offices intéressés.

Le Doit de chaque Office envers un autre est reporté dans un tableau récapitulatif; afin d'établir le total dont chaque Office est débiteur, il suffit d'additionner les diverses colonnes de ce tableau récapitulatif.

Article 80.

Balance générale.

1. — Le Bureau international réunit les tableaux et les récapitulations en une balance générale indiquant:

- a) le total du Doit et de l'Avoir de chaque Office;
- b) le solde débiteur ou le solde créancier de chaque Office, représentant la différence entre le Doit et l'Avoir;
- c) les sommes à payer par une partie des membres de l'Union à un Office ou réciproquement les sommes à payer par ce dernier.

Il veille, dans la mesure du possible, à ce que chaque Office n'ait à effectuer, pour se libérer, qu'un ou deux paiements distincts.

Toutefois, l'Office qui se trouve habituellement à découvert vis-à-vis d'un autre Office pour une somme supérieure à 50,000 francs a le droit de réclamer des acomptes.

Ces acomptes sont inscrits, tant par l'Office créancier que par l'Office débiteur, au bas des tableaux à adresser au Bureau international.

2. — Les reconnaissances transmises au Bureau international avec les tableaux sont classées par Office.

Elles servent de base pour l'établissement de la liquidation des comptes de chacun des Offices intéressés. Dans cette liquidation doivent figurer :

a) les sommes afférentes aux comptes spéciaux portant sur les divers échanges;

b) le total des sommes résultant de tous les comptes spéciaux par rapport à chacun des Offices intéressés;

c) les totaux des sommes dues à tous les Offices créanciers pour chaque branche du service, ainsi que leur total général.

Ce total doit être égal au total du Doit qui figure dans la récapitulation.

Au bas du bordereau de liquidation, la balance est établie entre le Doit et l'Avoir résultant des tableaux adressés par les Offices au Bureau international. Le montant net du Doit ou de l'Avoir doit être égal au solde débiteur ou au solde créancier porté dans la balance générale. En outre, le bordereau indique les Offices en faveur desquels le paiement doit être effectué par l'Office débiteur.

Les bordereaux de liquidation doivent être transmis aux Offices intéressés par le Bureau international, au plus tard le 22 de chaque mois.

Article 81.

Paiement.

Le paiement des sommes dues, en vertu d'une liquidation, par un Office à un autre Office doit être effectué aussitôt que possible et au plus tard quinze jours après la réception du bordereau de liquidation par l'Office débiteur. Quant aux autres conditions de paiement, les dispositions du § 1 de l'article 66 sont applicables. Les dispositions du § 2 dudit article font règle en cas de non-paiement du solde dans le délai fixé.

Les soldes débiteurs ou créditeurs n'excédant pas 500 francs peuvent être reportés à la liquidation du mois suivant, à la condition toutefois que les Offices intéressés soient en rapport mensuel avec le Bureau international. Il est fait men-

tion de ce report dans les récapitulations et dans les liquidations pour les Offices créditeurs et débiteurs. L'Office débiteur fait parvenir, le cas échéant, à l'Office créateur, une reconnaissance de la somme due, pour être portée au prochain tableau.

Article 82.

Communications à adresser au Bureau international.

1. — Les Administrations doivent se communiquer notamment par l'intermédiaire du Bureau international :

a) l'indication des surtaxes qu'elles perçoivent pour frais de transport extraordinaire en vertu des articles 38 et 73 de la Convention, ainsi que la nomenclature des pays auxquelles s'appliquent ces surtaxes et, s'il y a lieu, la désignation des services qui en motivent la perception;

b) la collection en trois exemplaires de leurs timbres-poste et des impressions-types de leurs machines à affranchir, avec indication de la date à partir de laquelle les timbres-poste des émissions antérieures cesseraient d'avoir cours;

c) leur décision au sujet de la faculté d'appliquer ou non certaines dispositions générales de la Convention et du Règlement;

d) les taxes modérées qu'elles ont adoptées, en vertu de l'article 5 de la Convention, et l'indication des relations auxquelles ces taxes sont applicables;

e) la liste des bureaux de poste qu'elles entretiennent dans des pays étrangers à l'Union;

f) la liste des objets interdits à l'importation ou au transit et de ceux qui sont admis conditionnellement au transport dans leurs services respectifs;

g) la liste de toutes les lignes de paquebots en partance de leurs ports et utilisées pour le transport des dépêches avec indication des parcours, des distances et des durées de parcours entre les ports d'escale, de la périodicité du service et des pays auxquels les frais de transit maritime, en cas d'utilisation des paquebots, doivent être payés;

h) leurs adresses télégraphiques;

i) l'indication qu'elles admettent, dans les envois affranchis au tarif des lettres, des objets passibles de droits de douane.

2. — Toute modification apportée ultérieurement, à l'égard de l'un ou l'autre des points ci-dessus mentionnés, doit être notifiée sans retard.

3. — Les Administrations doivent fournir au Bureau international deux exemplaires des documents qu'elles publient, tant sur le service intérieur que sur le service international.

Article 83.

Liste des pays étrangers à l'Union.

Les Offices de l'Union qui ont des relations avec des pays étrangers à l'Union fournissent aux autres Offices la liste de ces pays. Cette liste comporte les indications suivantes :

- a) frais de transit maritime ou territorial applicables au transport en dehors des limites de l'Union;
- b) désignation des correspondances admises;
- c) affranchissement obligatoire ou facultatif;
- d) limite, pour chaque catégorie de correspondances, de la validité de l'affranchissement perçu (jusqu'à destination, jusqu'au port de débarquement, etc.);
- e) étendue de la responsabilité pécuniaire en matière d'envois recommandés;
- f) admission ou non-admission des avis de réception;
- g) tarif d'affranchissement en vigueur dans le pays en dehors de l'Union par rapport aux pays de l'Union.

Article 84.

Statistique générale.

1. — Le Bureau international dresse une statistique générale pour chaque année.

A cet effet, les Administrations lui font parvenir une série aussi complète que possible de renseignements statistiques sous forme de tableau à dresser conformément aux modèles R et S ci-annexés. Le tableau R est transmis à la fin du mois de juillet de chaque année; mais les renseignements compris dans les parties I, II et IV de ce tableau ne sont fournis que tous les trois ans; le tableau S est également transmis tous les trois ans, à la même date. Les renseignements fournis se rapportent toujours à l'année précédente.

2. — Les opérations de service qui donnent lieu à enregistrement font l'objet de relevés périodiques, d'après les écritures effectuées.

3. — Pour toutes les autres opérations, il est procédé chaque année à un comptage des objets de toute nature, sans distinction entre les lettres, cartes postales, imprimés, papiers d'affaires et échantillons de marchandises, et au moins tous les trois ans, à un dénombrement des différentes catégories de correspondances.

4. — Les statistiques ont lieu pendant une semaine pour les échanges quotidiens et pendant quatre semaines pour les échanges non quotidiens. Est réservé à chaque Administration le droit de procéder à ces statistiques aux époques qui correspondent le mieux à la moyenne de son trafic postal.

5. — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les statistiques spéciales, le dénombrement des différentes catégories est fait

d'après les chiffres proportionnels tirés de la précédente statistique spéciale.

6. — Le Bureau international fait imprimer et distribue les formules de statistique à remplir par chaque Administration. Il fournit aux Administrations qui en font la demande toutes les indications nécessaires sur les règles à suivre pour assurer l'uniformité des opérations de statistique.

Article 85.

Dépenses du Bureau international.

1. — Les dépenses ordinaires du Bureau international ne doivent pas dépasser, par année, la somme de 300.000 francs suisses.

2. — L'Administration des postes suisses surveille les dépenses du Bureau international, fait les avances nécessaires et établit le compte annuel qui est communiqué aux autres Administrations.

3. — Les sommes avancées par l'Administration des postes suisses suivant le § 2 de cet article, doivent être remboursées par les Offices débiteurs dans le plus bref délai possible, et au plus tard avant le 31 décembre de l'année d'envoi du compte. Passé ce délai, les sommes dues sont productives d'intérêt au profit de ladite Administration, à raison de sept pour cent l'an à compter du jour d'expiration dudit délai.

4. — Les pays de l'Union sont classés ainsi qu'il suit, en vue de la répartition des frais:

1^{re} classe: Union de l'Afrique du Sud, Allemagne, Etats-Unis d'Amérique, Argentine (République), Confédération australienne (Commonwealth of Australia), Canada, Chine, France, Grande-Bretagne, Inde britannique, Etat Libre d'Irlande, Italie, Japon, Nouvelle-Zélande, Turquie, Union des Républiques Soviétistes Socialistes;

2^e classe: Espagne, Mexique;

3^e classe: Belgique, Brésil, Egypte, Grèce, Hongrie, Pays-Bas, Pologne, Roumanie, Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, Suède, Suisse, Tchécoslovaquie, Algérie, colonies et protectorats français de l'Indochine, ensemble des autres colonies françaises, ensemble des possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique autres que les îles Philippines, Indes néerlandaises;

4^e classe: Chosen, Danemark, Finlande, Norvège, Portugal, colonies portugaises de l'Afrique, colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie;

5^e classe: Bulgarie, Chili, Colombie, Esthonie, Lettonie, Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole), Maroc (Zone espagnole), Pérou, Tunisie;

6^e classe: Albanie, Bolivie, Costa-Rica, Cuba, Dantzig (Ville libre), République Dominicaine, Equateur, *Ethiopie*,

Guatemala, Haiti, République du Honduras, Lithuanie, Luxembourg, République de Nicaragua, République de Panama, Paraguay, Perse, République de S. Salvador, Territoire de la Sarre, Royaume de Siam, Uruguay, Vénézuëla, colonies néerlandaises en Amérique;

7^e classe: Autriche, Colonie du Congo belge, établissements espagnols du golfe de Guinée, Islande, ensemble des colonies italiennes, ensemble des dépendances japonaises autres que le Chosen, Libéria, Iles Philippines, République de St-Marin.

DISPOSITIONS FINALES.

Article 86.

Mise à execution et durée du Règlement.

Le présent Règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de la Convention postale universelle. Il aura la même durée que cette Convention à moins qu'il ne soit renouvelé d'un commun accord entre les Parties intéressés.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Union de l'Afrique du Sud:

Pour E. A. Sturman: *D. J. O'Kelly. — D. J. O'Kelly.*

Pour l'Albanie:

David Bjurströ.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk. — K. Orth.

Pour les Etats-Unis d'Amerique:

Joseph Stewart. — Eugène R. White. — Edwin Sands.

Pour l'ensemble des Possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique autres que les Iles Philippines:

Joseph Stewart. — Eugène R. White. — Edwin Sands.

Pour les Iles Philippines:

Juan Ruiz.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour la Commonwealth de l'Australie:

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lages. — Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard. — Hub. Krains. — O. Schockaert.

Pour la Colonie du Congo Belge:

M. Halewyck. — G. Tondeur.

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida Brandão. — J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff. — St. Ivanoff.

Pour le Canada:

Peter T. Coolican.

Pour le Chili:

Cesar Leon. — L. Tagle Salinas. — C. Verneuil.

Pour la Chine:

Tai Tch' Enne Linne.

Pour la République de Colombie:

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Costa-Rica:

V. Andersson.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz. — César Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour la République Dominicaine:

C. G. F. Hagström.

Pour l'Egypte:

H. Mazloum. — E. Maggiar. — Wahbé Ibrahim.

Pour l'Equateur:

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos. — A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France :

M. Lebon. — Robert Hicquet. — A. Body. — Douarche.
— *G. Béchel.*

Pour l'Algérie :

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indo-
chine :

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises :

G. Pillias. — Ginestou.

Pour la Grande-Bretagne et divers Colonies et Prote-
ctorats britanniques :

F. H. Williamson. — E. L. Ashley Foakes. — W. G.
Gilbert.

Pour la Grèce :

Penthéroudakis. — J. Lachnidakis.

Pour le Guatemala :

Pour la République d'Haïti :

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras :

Pour la Hongrie :

O. de Fejér. — G. Baron Szalay.

Pour l'Inde britannique :

Geoffrey Clarke. — Hemanta Humar Raha.

Pour l'Etat libre d'Irlande :

Pour P. S. O' Héigeartaigh : *P. S. Mac Cathmhaoil. —*
— *P. S. Mac Cathmhaoil. — D. O'Hiarlatha.*

Pour l'Islande :

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour l'Italie :

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes :

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour le Japon :

S. Komori. — Kawai. — H. Makino.

Pour le Chosen :

S. Komori. — R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises :

K. Sugino. — H. Kawai.

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis. — Louis Rudans.

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:

I. Jurkunas-Scheynius. — Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:

Jacques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

F. Gentil. — Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour le Mexique:

José V. Chávez. — R. Nieto.

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:

Klaus Helsing. — Oskar Homme.

Pour la Nouvelle-Zélande:

A. T. Markman.

Pour la République de Panama:

José D. Morales Diaz. — César Carvallo.

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder. — J. S. v. Gelder. — J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises:

I. J. Milborn. — Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek: I. J. Milborn.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

I. J. Milborn. — Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek: I. J. Milborn.

Pour le Pérou:

Emil Hector.

Pour la Perse:

Fahimed Dowleh. — E. Pire.

Pour la Pologne:

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho d'Albuquerque. — Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.

Pour les portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kalling.

Pour le Salvador:

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtillet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic. — Sava Tutundzic. — Milos Kovacevic. — Stojka Krbavac.

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sampakitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois. — C. Roches

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr Otokar Ruzicka. — Joseph Zabrodsky.

Pour la Tunisie:

F. Gentil. — Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry: *Béha Taly. — Béha Taly.*

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

V. Ossinsky. — V. Dovgolevski. — E. Hirschfeld. — E. Syrevitch. — Katiss. — V. Tchitchinadse.

Pour l'Uruguay:

Adolf Agorio.

Pour les Etats-Unis de Vénézuëla:

Luis Alejandro Aguilar.

Certifiée pour copie conforme.

Stockholm, au Ministère Royal des Affaires Etrangères, le
30 septembre 1924. — Pour le Secrétaire Général: le chef
des Archives, *Carddandgren.*

IV

Protocole final du Règlement

Au moment de procéder à la signature du Règlement d'exécution de la Convention arrêtée par le Congrès postal universel de Stockholm, les Plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

I.

STATISTIQUE SPÉCIALE DE TRANSIT POUR LA RÉPUBLIQUE TURQUE.

L'Office turec à la faculté de faire dresser une statistique spéciale pendant les mois d'octobre-novembre de l'année 1923 pour les dépêches de et pour la Perse et les pays situés au sud de la Turquie d'Asie. Elle servira de base pour les décomptes des frais de transit pendant toute la période prévue par la Convention et le Règlement.

II.

STATISTIQUE SPÉCIALE DE TRANSIT POUR L'UNION DES RÉPUBLIQUES SOVIÉTISTES SOCIALISTES.

Il est loisible à l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes de faire dresser en octobre-novembre de l'année 1923 une statistique spéciale des correspondances transitaires par le Transibérien. Cette statistique servira de base pour les décomptes des frais de transit pendant la période de 1924-1928.

III.

PAYEMENT DES SOLDES DE FRAIS DE TRANSIT.

1. — *En cas de paiement au moyen de traites du solde prévu à l'article 66 celles-ci sont exprimées en monnaie d'un pays où les billets de banque sont échangeables à vue contre de l'or et où l'importation et l'exportation de l'or sont libres. Si les monnaies de plusieurs pays répondent à ces conditions, c'est au pays créateur de désigner la monnaie qui lui convient. La conversion se fait au pair des monnaies d'or.*

2. — *Les traites peuvent être exprimées aussi en monnaie du pays créateur si les deux pays se sont mis d'accord à ce sujet. Dans ce cas, le solde est converti au pair des monnaies d'or en monnaie d'un pays où les billets de banque sont échangeables à vue contre de l'or et où l'importation et*

l'exportation son libres. Le résultat obtenu est ensuite converti dans la monnaie du pays débiteur et de celle-ci dans la monnaie du pays créateur au cours de la bourse de la capitale ou d'une place commerciale du pays débiteur au jour de la remise de l'ordre d'achat de la traite.

En foi de quoi les Plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole final qui aura la même force et la même valeur que si ses dispositions étaient insérées dans le texte même du Règlement auquel il se rapporte et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Union de l'Afrique du Sud:

Pour E. A. Sturman: *D. J. O'Kelly. — D. J. O'Kelly.*

Pour l'Albanie:

David Bjurström.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk. — K. Orth.

Pour les Etats-Unis d'Amérique:

Joseph Stewart. — Eugène R. White. — Edwin Sands.

Pour l'ensemble des Possessions insulaires des
Etats-Unis d'Amérique autres que les Iles Philippines:

Joseph Stewart. — Eugène R. White. — Edwin Sands.

Pour les Philippines:

Juan Ruiz.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour la Commonwealth de l'Australie:

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard. — Hub. Krains. — O. Schockaert.

Pour la Colonie du Congo belge:

M. Halewyck. — G. Tondeur.

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida-Brandão. — J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff. — St. Ivanoff.

Pour le Canada:

Peter T. Coolican.

Pour le Chili:

Ccsar Leon. — L. Tagle Salinas. — C. Verneuil.

Pour la Chine:

Tai Tch' Enne Linne.

Pour la République de Colombie:

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Costa-Rica:

V. Anderson.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz. — César Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup. — Holmlad.

Pour la Ville Libre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blanchier.

Pour la République Dominicaine:

C G. F. Hagström.

Pour l'Egypte:

H. Mazloun. — E. Magiar. — Wahbé Ibraïm.

Pour l'Equateur:

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos. — A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon. — Robert Hicquet. — A. Body. — Douarche. G. Béchel.

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises.

G. Pillias. — Gineistou.

Pour la Grande-Bretagne et diverses Colonies et Protectorats britanniques:

E. H. Williamson. — E. L. Ashley Foaker. — W. G. Gilbert.

Pour la Grèce:

Penthéroudakis. — J. Lachnidakis.

Pour le Guatemala:

Pour la République d'Hïti:

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:

O. de Fejér. — G. Baron Szalay.

Pour l'Inde britannique:

Geoffrey Clarke. — Hemanta Kulmar Haha.

Pour l'Etat libre d'Irlande:

Pour P. S. O'Héigeartaibh: *P. S. Mac Cathmhaoil. — P. S. Mac Cathmhaoil. — D. O'Hiarlatha.*

Pour l'Islande:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Hartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori. — H. Kawai. — H. Makino.

Pour le Chosen:

S. Komori. — R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

K. Sugino. — H. Kawai.

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis. — Louis Rudans.

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:

J. Jurkunas-Scheynius. — Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:

Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

F. Gentil. — Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour le Mexique:

José V. Chávez. — R. Nieto.

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:

Klaus Helsing. — Oskar Homme.

Pour la Nouvelle-Zélande:

A. T. Markman.

Pour la République de Panama:

José D. Morales Diaz. — César Carvallo.

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder. — J. S. v. Gelder. — J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises:

*I. J. Milborn. — Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:
I. J. Milborn.*

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

*I. J. Milborn. — Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:
I. J. Milborn.*

Pour le Pérou:

Emil Hector.

Pour la Perse:

Fahimed Dowleh. — E. Pire.

Pour la Pologne:

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho d'Albuquerque. — Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Parcival Kalling.

Pour le Salvador:

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic. — Sava Tutundzic. — Milos Kovacevic. — Stojsa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois. — C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr Otokar Ruzicka. — Joseph Zábrodsky.

Pour la Tunisie:

F. Gentil. — Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry: *Béha Taly. — Béha Taly.*

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

V. Ossinsky. — V. Dougolevski. — E. Hirschfeld. — E. Syrevitch. — Katiss. — V. Tchitchinadse.

Pour l'Uruguay:

Adolph Agorio.

Pour les Etats-Unis de Vénézuëla:

Luis Alejandro Aguilar.

Certifiée pour copie conforme.

Stockholm, au Ministère Royal des Affaires Etrangères,
le 30 Sept 1924. — Pour le secrétaire général: le chef des
archives, *Caudaudgren.*

ANNEXES

A

COUPON-RÉPONSE INTERNATIONAL		
(a).....	(b)	
(c)		
Timbre du bureau d'origine		Timbre du bureau d'échange
	(Dessin)	
(d) Ce coupon peut être échangé dans tous les pays de l'Union contre un timbre-poste ou des timbres-poste représentant le montant de l'affranchissement d'une lettre simple à destination de l'étranger: il est valable pendant un délai de six mois, non compris celui de son émission. (Nom du pays d'émission.)		

- (a) Traduction de l'en-tête dans la langue du pays d'émission.
 (b) Prix de vente dans le pays d'émission.
 (c) Cet espace est occupé par une traduction du texte (d) dans la langue du pays d'émission.
 (d) Cette explication est répétée au verso dans les langues de plusieurs pays.

(Dimensions 74×105 mm.)

B

R LAUSANNE N° 1460

C

(Recto)

ADMINISTRATION DES POSTES

d.....1)

Envoi recommandé (.....) (2)

Colis

Lettre — Boîte — Colis

avec valeur déclarée de.....

Mandat de poste de.....

enregistré au bureau de poste de.....

le.....sous le N°.....

expédié par M.....

et adressé à M.....

à

1) Le recto est à remplir par l'Office d'origine.

2) Nature de l'envoi (lettre, imprimé, etc.)

AVIS DE RECEPTION

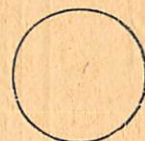
AVIS DE PAYEMENT

Timbre du bureau expéditeur
de l'avis

1) A.....

.....

.....



.....
(Lieu de destination)

SERVICE
DES POSTES

.....
(Pays de destination)

1) A remplir par l'expéditeur.

C

(Verso)

Le soussigné déclare que l'envoi _____ mentionné d'autre part
le mandat

livré _____ le.....192....
a été dûment _____ payé

Timbre du bureau destinataire



Signature 1) _____
du destinataire: de l'agent du bureau destinataire:

.....

1) Cet avis doit être signé par le destinataire ou, si les règlements du pays de destination le comportent, par l'agent du bureau destinataire, et renvoyé par le premier courrier directement à l'expéditeur.

(Dimensions 105×148 mm.)

D



D^{bis} (Recto)

COUPON
du
mandat
de
remboursement
de.....
(Montant en chiffres)
pour
n°.....
déposé

le.....192....

à.....par

M.....

à l'adresse de

M.....

à.....

ADMINISTRATION DES POSTES D.....

MANDAT DE REMBOURSEMENT INTERNATIONAL

de la somme de
(en chiffres arabes)

(les unités en toutes lettres et en caractères latins)

Pour l'envoi n°.....expédié le.....

Payable à M.....

Lieu de destination.....

Adresse du destinataire.....

Pays de destination.....

INDICATIONS DE SERVICE (*)

Numéro { d'émission
Date { ou
Bureau { de dépôt
Pays {

Signature de l'agent qui a dressé le man-
dat :

Somme
versée

(Monnaie du pays
destinataire de l'envoi)

Timbre de
bureau d'émission
ou de dépôt



*) Indications à remplir par l'Office destinataire de l'envoi après l'encaissement
du montant du remboursement.

D^{bis}
(Verso)

(Cadre réservé aux endossements, s'il y a lieu)

QUITTANCE DU DESTINATAIRE

Reçu la somme indiquée d'autre part

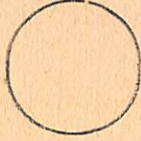
Lieu.....

Le.....192....

Signature du destinataire :

.....

Timbre du bureau
payeur



Registre
d'arrivée.

N°.....

(Dimensions 105×148 mm.)

D^{ter}

DOUANE (peut être ouvert d'office).
Nature de la marchandise.....
Poids.....
Valeur.....

(Dimensions: 44×62 mm.)

DQUATER

DOUANE (peut être ouvert d'office)
--

(Dimensions 26 × 37 mm.)

4.

OBSERVATIONS

1. Cette carte est reconnue comme pièce justificative d'identité pour les opérations postales.
2. Les cartes d'identité, valables pendant trois ans, sont délivrées par les bureaux ou services postaux, pourvu que le demandeur soit connu notoirement à la poste ou qu'il soit à même de justifier de son identité d'une manière irréfutable. Les cartes doivent être libellées en caractères latins.
3. Si, pendant la validité de la carte, la physionomie du titulaire s'est modifiée au point qu'elle ne réponde plus à la photographie ou au signalement, le carte doit être renouvelée.
4. Les Administrations des postes ne sont pas responsables des conséquences que peut entraîner la perte, la soustraction ou l'emploi frauduleux de la présente carte.

1.

UNION POSTALE UNIVERSELLE

Administration des Postes

de.....

Carte d'identité n°.....

valable jusqu'au.....

Titulaire

Nom:.....

Prénoms:.....

Profession:.....

Domicile:.....

Délivrée par le bureau ou le service

de.....

le.....

Le Chef de service


 Timbre à
date ou sceau
officiel

(Dimensions 105×148 mm.)

2.



Photographie

Timbre-poste

(la moitié sur
la
photographie)

Signature du titulaire:

3.

SIGNALEMENT (*)

Année de naissance:.....

Lieu de naissance:.....

Taille:.....

Cheveux:.....

Yeux:.....

Marques particulières:.....

(*) Les indications du signalement doivent, le cas échéant, porter une traduction interlinéaire en langue française.

(Dimensions 105 × 148 mm.)

PAYS	ENVOIS SOUMIS A LA TAXE										Remboursements				Mandats de poste		Virements postaux		Jour- naux, etc., servis par abonne- ment	Nombre																
	LETTRES		Cartes postales simples et avec réponse payée	Im- primés	Papiers d'affaires	Echan- tillons de marchan- dises	Envois admis à la franchise de port	Totaux des envois inscrits aux colonnes 2-8	Envois recom- mandés parmi les cor- respon- dances inscrits aux colonnes 2-8	Colis ordi- naires	Lettres et boîtes avec déclaration de valeur		Colis avec déclaration de valeur		Objets de cor- respon- dance	Colis	Montant total des rembour- sements	Nombre			Valeur	Francs														
	Nombre	Nombre									Nombre	Nombre	Nombre	Nombre									Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre	Nombre
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24													
I. EUROPE																																				
II. AFRIQUE																																				
III. AMERIQUE																																				
IV. ASIE																																				
V. AUSTRALIE et OCEANIE																																				
TOTAUX																																				

ADMINISTRATION DES POSTES

G

CORRESPONDANCE AVEC L'OFFICE

Timbre du bureau
expéditeur

BULLETIN DE VÉRIFICATION

Timbre du bureau
destinataire

pour la constatation et la rectification des erreurs et irrégularités de toute
nature reconnues dans la dépêche N°
du bureau d'échange d.....
pour le bureau d'échange d.....
.....e expédition du 192... à h.....

ERREURS OU IRRÉGULARITÉS DIVERSES

(Manque de la dépêche, manque d'envois recommandés ou de la feuille d'avis, dépêche
spoliée, lacérée ou en mauvais état, etc.)

A le 192.....

A le 192.....

Les employés du bureau d'échange destinataire

Vu et accepté:
Le chef du bureau d'échange expéditeur

(Dimensions: 148 x 210 mm.)

PAYS DE DESTINATION

Timbre de
bureau destinataire:

Dépêche (..... envoi) du bureau d'échange.....
pour le bureau d'échange.....
expédiée le..... 192....., à..... h..... m.
arrivée le..... 192....., à..... h..... m.

[illegible]

L'employé du bureau d'échange expéditeur:

L'employé du bureau d'échange destinataire:

(Dimensions 210 × 297 mm.)

ADMINISTRATION DES POSTES

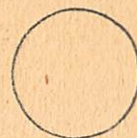
d

BUREAU d.....

H

(Recto)

Timbre du bureau
expéditeur



RENSEIGNEMENTS À FOURNIR EN CAS DE RÉCLAMATION D'UN ENVOI
ORDINAIRE NON PARVENU

I. PAR LE RÉCLAMANT (EXPÉDITEUR OU DESTINATAIRE)

Demandes	Réponses
a. Nature de l'envoi (lettre, carte postale, journal ou autre imprimé, échantillon ou papiers d'affaires). b. Adresse portée sur l'envoi. c. Quelle est l'adresse exacte du destinataire? d. L'envoi était-il volumineux? e. Que renfermait-il? (Signalement aussi exact et complet que possible.) f. Date précise ou approximative du dépôt à la poste. g. Nom et domicile de l'expéditeur. h. En cas de recherches fructueuses, à qui, de l'expéditeur ou du destinataire, doit-on faire parvenir l'envoi réclamé?	

II. PAR L'EXPÉDITEUR

II Recto — Continuação

- i. L'envoi était-il affranchi et, dans l'affirmative, quelle était la valeur des timbres-poste apposés?
- j. Date et heure du dépôt à la poste.
- k. Le dépôt a-t-il eu lieu au guichet ou à la boîte? Dans ce dernier cas, à quelle boîte?
- l. Le dépôt a-t-il été effectué par l'expéditeur lui-même ou par un tiers? Dans ce dernier cas, par quelle personne?

- m. Renseignements particuliers du bureau d'origine.
- n. Renseignements du 1^{er} bureau intermédiaire.
- o. Renseignements du 2^e bureau intermédiaire.

La présente formule doit être renvoyée à

(Dimensions: 210 × 297 mm.)

d.....



H

BUREAU d.....

(Verso)

III. RENSEIGNEMENTS À FOURNIR PAR LE DESTINATAIRE EN CAS DE RÉCLAMATION D'UN
ENVOI ORDINAIRE NON PARVENU

Demandes	Réponses
p. L'envoi est-il parvenu au destinataire ? q. Les correspondances sont-elles d'ordinaire retirées au bureau de poste ou distribuées à domicile ? r. A qui sont-elles confiées dans le premier cas ?	

II Verso — Continuação

Demandes	Réponses
s. Dans le second cas, sont-elles remises directement au destinataire ou à une personne attachée à son service; ou bien déposées dans une boîte particulière? Le cas échéant, cette boîte est-elle bien fermée et régulièrement levée? t. La perte des correspondances s'est-elle déjà produite souvent? Dans l'affirmative, indiquer la provenance des correspondances perdues. u. Renseignements particuliers du bureau de destination. La présente formule doit être renvoyée à	

J

(Recto)

ADMINISTRATION DES POSTES d.....

DEMANDE DE RETRAIT OU DE MODIFICATION D'ADRESSE (*)

RECLAMATION PAR VOIE POSTALE

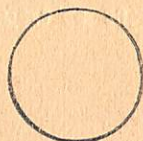
(Note à transmettre sous pli recommandé et aux frais du réclamant)

I. DEMANDE DE RETRAIT

Prière de renvoyer au bureau.....(d'origine)
pour être remis à l'expéditeur..... (nature de l'objet)
numéro..... adressé..... à votre bureau le.....192..... et dont la suscription
est conforme au fac-similé ci-joint.

A..... le.....,.....192.....

Timbre du bureau



Le.....des postes,

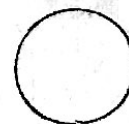
.....

(*) Biffer le recto ou le verso, suivant les cas.

d.....

BUREAU d.....

Timbre du bureau
d'origine



I
(Recto)

RÉCLAMATION

A remplir dans le service
d'origine

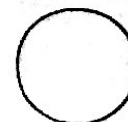
d'un envoi recommandé (.....) (a)
ou d'un envoi de valeur déclarée de..... (.....) (b)
contenant (.....) (c)
déposé par M..... le.....
sous le N°..... au bureau de..... à l'adresse
suivante:
.....
.....
..... (d)
et faisant l'objet d'une demande d'avis de réception..... (e)

A remplir dans le service de destination

en cas de distribution
en cas de non-distribution

Le soussigné déclare que l'envoi susmentionné a été dûment livré à l'ayant droit le.....

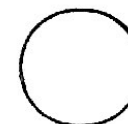
Timbre du bureau
distributeur



Le chef du bureau distributeur,

Le soussigné déclare que l'envoi susmentionné.....
est encore en instance au bureau de.....
a été renvoyé au bureau d'origine le.....
a été réexpédié le..... à..... (f)
n'est pas parvenu au bureau de destination.

Timbre du bureau
de destination



Le chef du bureau de destination,

- (a) Lettre, échantillon, imprimé, etc.
- (b) Lettre ou boîte.
- (c) Description du contenu autant que possible.
- (d) Cadre à remplir par l'expéditeur ou, à défaut, par le bureau d'origine.
- (e) Biffer, le cas échéant.
- (f) Indiquer l'adresse exacte et complète.

(Dimensions: 210×297 mm.)

I

A REMPLIR SEULEMENT DANS LE CAS OÙ LE SORT DE L'ENVOI N'A PU ÊTRE ÉTABLI PAR LES RECHERCHES PRÉVUES AU RECTO.
(Verso)

A remplir dans le service d'origine

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de.....
du.....192.....(.....) envoi pour le bureau d'échange
du.....
Il a été inscrit sous le N°.....
du tableau V de la feuille d'avis ou de la liste spéciale.

de la feuille d'envoi.

Timbre à date

Signature

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de.....
du.....192.....(.....) envoi pour le bureau d'échange
du.....
Il a été inscrit sous le N°.....
du tableau V de la feuille d'avis ou de la liste spéciale.

de la feuille d'envoi.

Timbre à date

Signature

A remplir dans les services intermédiaires

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de.....
du.....192.....(.....) envoi pour le bureau d'échange
du.....
Il a été inscrit sous le N°.....
du tableau V de la feuille d'avis ou de la liste spéciale.

de la feuille d'envoi.

Timbre à date

Signature

L'envoi désigné d'autre part a été inséré dans la dépêche du bureau d'échange de.....
du.....192.....(.....) envoi pour le bureau d'échange
du.....
Il a été inscrit sous le N°.....
du tableau V de la feuille d'avis ou de la liste spéciale.

de la feuille d'envoi.

Timbre à date

Signature

RÉPONSE DÉFINITIVE

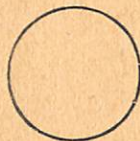
de l'Office de destination ou, le cas échéant, de l'Office intermédiaire qui ne peut établir la transmission régulière de l'envoi réclamé
à l'Office suivant

II. DEMANDE DE MODIFICATION D'ADRESSE

Prière de substituer.....(*telle indication*)
à(*telle autre indication*) sur la suscription
de l.....(*nature de l'objet*) numéro.....adressé à votre bureau
le.....192.....du bureau de,.....et dont la suscription est
conforme au fac-similé ci-joint.

A....., le.....192.....

Timbre du bureau



Le.....des poste,

.....

(Dimensions 210 × 297 mm.)

J

(Verso)

RÉCLAMATION PAR VOIE TÉLÉGRAPHIQUE
(Télégramme aux frais du réclamant)

I. DEMANDE DE RETRAIT

Renvoyer à l'origine.....(tel objet) numéro.....adressé.....
(ce jour ou le.....) à M.....(Adresse exacte du destinataire)
Cachet:.....(Description).
Suscription:.....(Format et couleur de l'envoi).
Particularités:.....(Annotations et signes de toute nature).
Timbre du bureau



.....
Receveur des postes.

II. DEMANDE DE MODIFICATION D'ADRESSE (*)

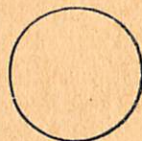
Substituer.....(telle indication) à.....(telle autre indication)
sur l'adresse de l..... (nature de l'objet) numéro.....expédié.....(ce jour ou le.....)
à votre bureau pour M.....(Adresse exacte du destinataire).

Cachet:.....(Description).

Suscription:.....(Format et couleur de l'envoi).

Particularités:.....(Annotations et signes de toute nature).

Timbre du bureau



(Signature)

.....
Receveur des postes.

(*) N.B. Il ne peut être satisfait à cette demande qu'après réception du fac-similé par la poste.

ADMINISTRATION
DES
POSTES

K

BUREAU

d.....

AVIS DE L'ENVOI,

d.....

SOUS RECOMMANDATION D'OFFICE, DE L'OBJET DE CORRESPONDANCE DÉCRIT CI-APRÈS PARAISSANT REVÊTU D'UN TIMBRE-POST
FRAUDULEUX OU D'UNE EMPREINTE CONTREFAITE DE MACHINE À AFFRANCHIR

Nature de l'objet	Bureau d'origine et date d'expédition	Copie textuelle de l'adresse	Indication du timbre-poste présumé frauduleux ou de l'empreint contrefaite de machine à affranchir (Valeur)	Observations
1	2	3	4	5

Timbre du bureau
expéditeur

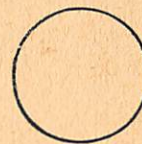


..... des postes.

Dimensions: 8 × 210 mm.)

L
ADMINISTRATION DES POSTES
de.....

Timbre à date
du bureau
de destination



PROCÈS-VERBAL

dressé à..... par application de l'article 79 de la
Convention de l'Union postale universelle et de l'article 45 de son Règlement.

Emploi d'un timbre-poste frauduleux ou d'une empreinte contrefaite de machine à affranchir.

L'an mil neuf cent vingt..... le.....

Nous soussignés..... des postes à..... agissant
en vertu de l'article 79 de la Convention de l'Union postale universelle et de l'article 45 de son Règlement, et
assistant à la vérification d'.....

.....¹⁾ Nature de l'en-.....¹⁾ expédié le.....
voi (lettre, échan-.....
tillon, imprimés, pa-..... à l'adresse de M.....
piers d'affaires etc.). à, pesant..... et affranchi à
raison de..... avons constaté que cet envoi

²⁾ Biffer, suivant le
cas, l'une ou l'autre
de ces indications.

..... était revêtu ²⁾.....
ce qui constitue la contravention prévue par l'article 79 de la Convention.

{ d'un timbre poste présumé frauduleux
d'une empreinte contrefaite de machine
à affranchir.

3) Nom et adresse
du contravenant (s'il
habite une grande
ville, indiquer la rue
et le numéro de la
maison).

Le destinataire nous a déclaré ² { qu'il refusait de faire connaître l'expéditeur
que l'expéditeur lui est inconnu
que l'expéditeur est M³)

..... En conséquence
.....
.....
nous lui avons remis.....
.....
nous avons saisi.....
.....
à l'effet de les transmettre à l'Administration des postes d.....

De quoi nous avons dressé le présent procès-verbal en simple expédition pour qu'il y soit donné suite
conformément à l'article 79 de la Convention et à l'article 45 du Règlement susmentionnés.

Signature du destinataire
ou du fondé de pouvoirs.

Signature d.....
des postes.

(Dimensions: 148×210 ou 210×297 mm.)

Office expéditeur

M

Office destinataire

TRANSIT EN DÉPÊCHES CLOSES

Dépêches du bureau d'échange d.....
 pour le bureau d'échange d.....
 expédiées par l'intermédiaire d.....

Dates	Première dépêche du bureau d'échange d..... pour le bureau d'échange d.....		Deuxième dépêche du bureau d'échange d..... pour le bureau d'échange d.....		Troisième dépêche du bureau d'échange d..... pour le bureau d'échange d.....	
	Poids brut		Poids brut		Poids brut	
	Lettres et cartes postales	Autres objets	Lettres et cartes postales	Autres objets	Lettres et cartes postales	Autres objets
	Kilogrammes	Kilogrammes	Kilogrammes	Kilogrammes	Kilogrammes	Kilogrammes
Totaux.....						

A, le..... 192....

Le chef du bureau d'échange destinataire,

A, le..... 192....

Vu et accepté:

Le chef du bureau d'échange expéditeur,

(Dimensions 210×297 mm.)

N

TRANSIT EN DÉPÊCHES CLOSES

Compte des sommes dues à pour le transport des dépêches closes expédiées par
en transit par les services pendant l'année 192...

Bureau d'origine	Bureau de destination	Poids des dépêches dans la période de la statistique		Multiplié par	Poids pour l'année	Prix de transit par kilogr.		Avoir de		Observations
		Lettres et cartes postales	Autres objets			Fr.	C.	Fr.	C.	
		Kilos	Kilos	13	Kilos	Fr.	C.	Fr.	C.	
Total.....										
A déduire pour cent.....										
Total à reporter au relevé (Formule Q).....										

(Dimensions 148 × 210 ou 210 × 297 mm.)

.....

.....

Dates	Nombre de		
	Lettres	Cartes postales	Autres objets
Totaux			

— 168 —

Office expéditeur

P

Office destinataire réexpéditeur

.....

TRANSIT À DÉCOUVERT

.....

Compte des sommes dues à l'Office d pour le transit
des correspondances transmises à découvert par l'Office d
pendant l'année 192...

Bureaux d'origine	Bureaux destinataires réexpéditeurs	Nombre de		
		Lettres	Cartes postales	Autres objets
Totaux				
Multipliés par 13		à 6 C. Fr. C.	à 2 1/2 C. Fr. C.	à 2 1/2 C. Fr. C.
Total à reporter au relevé (Formule Q)		Fr. C.		

(Dimensions: 148 × 210 ou 210 × 297 mm.)

Office expéditeur

P

Office destinataire réexpéditeur

.....

TRANSIT À DÉCOUVERT

Compte des sommes dues à l'Office d pour le transit
des correspondances transmises à découvert par l'Office d
pendant l'année 192...

Bureaux d'origine	Bureaux destinataires réexpéditeurs	Nombre de		
		Lettres	Cartes postales	Autres objets
Totaux				
Multipliés par 13		à 6 C. Fr. C.	à 2 1/2 C. Fr. C.	à 2 1/2 C. Fr. C.
Total à reporter au relevé (Formule Q)		Fr. C.		

(Dimensions: 148 × 210 ou 210 × 297 mm.)

Office entreposeur

Officie expéditeur

Entrepôt de.....

Journée du..... mai ou novembre 192.... (1)

Bureaux expéditeurs des dépêches entreposées	Dates d'expé- dition	Bureaux destinataires des dépêches entreposées	Nom et nationalité des navires qui ont livré les dépêches entreposées	Nom et nationalité des navires auxquels ont été confiées les dépêches entreposées réexpédiées	Nombre de sacs composant la dépêche
1	2	3	4	5	6
				Total	

Nota. Si un bureau reçoit plus d'une fois dans une seule journée des dépêches closes de même origine et de même destination, le doit répéter leur inscription en l'accompagnant de la mention: 1^{re} réception, 2^{ème} réception, etc.

A le 192.....

Le chef de l'entrepôt,

(1) Il n'est pas établi de relevé négatif.

(Dimensions: 148 × 210 ou 210 × 297 mm.)

Office entreposeur

P^{ter}

Office expéditeur

DÉPÊCHES EN ENTREPÔT

Compte des sommes dues à l'Office d.....pour l'entrepôt des dépêches closes expédiées
par l'Office d.....pendant l'année 192.....

Bureaux d'origine	Bureaux de destination	Nombre des sacs ou paquets entreposés pendant la statistique	Multiplié par	Nombre pour l'année	Prix par sac	Avoir de		Observations
			13		0,50	Fr.	C.	
Total à reporter au relevé (Formule Q).....								

A..... le..... 192.....

A..... le..... 192.....

Le chef de l'entrepôt,

Vu et accepté :

Le Directeur de l'Administration expéditrice,

(Dimensions 148×210 ou 210×297 mm.)

DESDE 1985

COMPTÉ MENSUEL

des mandats de remboursement payés par l'Administration d.....
pour le compte de l'Administration d.....
pendant le mois d..... 192...

N ^{os} d'ordre	Numéros d'émission des mandats	Dates d'émission des mandats	Bureaux d'émission	Montant des mandats								Observations
			Total									
			A déduire: 1/4 % du total									
			Quote-part de la taxe fixe									
			Reste au profit de l'Administration									
			d.....									

(Dimension: 210×297 mm.)

(Dimension: 210×297 mm.)

R

ADMINISTRATION DES POSTES d.....

TABLEAU STATISTIQUE

DU SERVICE POSTAL EN.....,.....

ANNÉE 192....

(Dimensions: 210×297 ou 420×594 mm.)

I. GÉNÉRALITÉS

Colonne			Colonne	
	Année:.....		5	Nombre d'habitants par bureau de poste.. ..
1	Pays:		6	Nombre, par habitant, des lettres et cartes postales soumises à la taxe, de et pour l'intérieur, et des mêmes objets pour l'étranger.....
2	Superficie en kilomètres carrés.....		7	Nombre, par habitant, des objets de cor- respondance de et pour l'intérieur et des mêmes objets pour l'étranger.....
3	Nombre des habitants.....			
4	Nombre de kilomètres carrés par bureau de poste.....			

II. ORGANISATION DES POSTES

Colonne	<i>Nombre des bureaux de poste à l'intérieur :</i>	Colonne	PERSONNEL. <i>Nombre des fonctionnaires et des employés</i>
8	Bureaux chargés de la réception et de la distribution des envois de poste de toute nature.....	15	Service de l'Administration centrale et des Administrations régionales.....
9	Bureaux dont les attributions de réception et de distribution d'envois de poste sont restreintes.....	16	Service de bureau de poste.....
10	Bureaux ambulants (Nombre des services fonctionnant tant à l'aller qu'au retour).....	17	Total.....
11	Nombre des bureaux de poste à l'étranger.....		<i>Nombre des facteurs et autres agents subalternes :</i>
12	Total des bureaux de poste.....	18	Service de l'Administration centrale et des Administrations régionales.....
13	Nombre des Administrations des postes régionales.....	19	Service des bureaux de poste.....
14	Nombre des boîtes aux lettres à l'usage du public.....	20	Total.....
		21	Total du personnel.....
		22	Nombre des entrepreneurs du transport des malles (pour mémoire).....
		23	Nombre de relais de la poste aux chevaux de l'Etat et privés.....
		24	Nombre des chevaux de trait, etc., de l'Etat et privés (Services gratuits et services subventionnés).....
		25	Nombre des voitures et treaux de l'Etat et privés (Services gratuits et services subventionnés).....

III. SERVICE POSTAL

	Service intérieur		Service International					
			Réception		Expédition		Transit	
	Colonne		Colonne		Colonne		Colonne	
<i>Envois soumis à la taxe (Nombre) :</i>								
Lettres affranchies.....	26		57		84		109*	
» non affranchies.....	27		58		85		110*	
Cartes postales (simples et avec réponse payée).....	28		59		86		111*	
Imprimés	29		60		87		112*	
Papiers d'Affaires.....	30		61		88		113*	
Echantillons des marchandises.....	31		62		89		114*	
Envois admis à la franchise de port (Nombre).....	32		63		90		115*	
Totaux des envois inscrits aux colonnes 26—32, 57—63, 84—90 et 109—115.....	33		64		91		116*	

Envois recommandés trouvés parmi les correspondances inscrites aux colonnes 33, 64, 91 et 116 (Nombre).....	34		65		92		117*	
Colis ordinaires (Nombre).....	35		66		93		118*	
<i>Lettres et boîtes avec déclaration de valeur :</i>								
Nombre.....	36		67		94		119*	
Valeur (Francs).....	37		68		95		120*	
<i>Colis avec déclaration de valeur</i>								
Nombre.....	38		69		96		121*	
Valeur (Francs).....	39		70		97		122*	
<i>Remboursements</i>								
Objets de correspondance (Nombre).....	40		71		98		—	—
Colis (Nombre).....	41		72		99		—	—
Montant total des remboursements (Francs)	42		73		100		—	—
Remboursements refusés (Nombre).....	43		74		101		—	—
Mandats de poste (Nombre).....	44		75		102		—	—
» » » Valeur (Franco).....	45		76		103		—	—

(*) Observations: Les chiffres à indiquer dans les colonnes 100 à 122 ne doivent se rapporter qu'au transit à découvert.

III. SERVICE POSTAL (Suite).

		Service intérieur		Service international					
				Reception		Expédition		Transit	
		Colonne		Colonne		Colonne		Colonne	
Recouvrements	Nombre	46		77		104		—	
	Valeur à encaisser (Francs).....	47		78		—		—	
	Non encaissés (Nombre).....	48		79		—		—	
<i>Chèques et virements postaux :</i>									
Nombre de comptes.....		49		—		—		—	
<i>Opérations:</i>									
Versements, remboursements et virements	Nombre.....	50		—		—		—	
	Montant.....	51		—		—		—	
Virements.....	Nombre.....	—		80		105		—	
	Montant.....	—		81		106		—	

<i>Journaux et autres ouvrages périodiques servis par abonnement:</i>							
Nombre des abonnements.....	52		82		107		—
Nombre des numéros.....	53		83		108		—
<i>Produit de la vente des timbres-poste et autres formules d'affranchissement:</i>							
Nombre.....	54		—		—		—
Valeur (Francs).....	55		—		—		—
Nombre des voyageurs transportés.....	56		—		—		—
Nombre des dépêches closes en transit...	—		—		—		123

IV. CORRESPONDANCE-REBUT. Service intérieur.

	Colonne	Correspondances ordinaires et recommandées tombées en rebut (Nombre)	Colonne	Correspondances en rebut qui ont pu être remises en distribution ou renvoyées aux expéditeurs	Colonne	Correspondances restées en souffrance
Lettres et cartes postales ordinaires et recommandées.....	124		126		128	
Imprimés, papiers d'affaires et échantillons ordinaires et recommandés...	125		127		129	

IV. CORRESPONDANCE-REBUT. Service international

	Colonne	Correspondances de l'intérieur pour l'étranger qui sont rentrées au bureau des rebuts	Colonne	Correspondances en rebut renvoyées de l'étranger et qui ont pu être placées	Colonne	Correspondances renvoyées de l'étranger qui sont restées en souffrance	Colonne	Correspondances de l'étranger tombées en rebut et renvoyées au pays d'origine
Lettres et cartes postales ordinaires et recommandées.....	130		132		134		136	
Imprimés, papiers d'affaires et échantillons ordinaires et recommandés....	131		133		135		137	

V. RÉSULTAT FINANCIER

Colonne		Francs	Colonne		Francs
	RECETTES			DÉPENSES	
138	Produit de la vente des timbres poste et des formules d'affranchissement.....			Traitements et émoluments:	
139	Recettes effectuées en numéraire.....		143	a) des fonctionnaires et employés.....	
140	Taxes perçues pour le transport des voyageurs et pour surpoids de bagages et autres recettes diverses.....		144	b) des facteurs et autres agents subalternes.....	
			145	Achat et entretien des bâtiments et du matériel des postes, frais de loca-	

141 Bonifications reçues des Administrations
étrangères

142 Total de recettes.....

tion, de chauffage et d'éclairage, four-
nitures de bureau et autres menus
frais.....

146 Frais de transport par les voies ferrées,
pavées, macadamisées, maritimes et
fluviales (y compris les frais de cons-
truction et d'entretien des voitures
de poste, ainsi que les subventions
aux entrepreneurs de relais de poste)

147 Indemnités pour perte et avarie d'envois
de poste.....

148 Subventions aux compagnies de navi-
gation.....

149 Bonifications payées aux Administrations
étrangères

150 Autres dépenses diverses.....

151 Total des dépenses.....

Total des recettes.....

152 Excédent des recettes.....

153 Excédent des dépenses.....

Pays d'origine

Pays de destination

T

BULLETINS DE TRANSIT DES DÉPÊCHES

Bureau d'origine :

Bureau de destination :

Date de l'expédition :

Nombre de sacs :

	Date d'arrivée	Timbre du bureau d'échange réceptionnaire	Date d'expédition	Timbre du bureau d'échange expéditeur	Services utilisés. En cas de transit territorial indiquer T. t. et la route suivie. En cas de transit maritime indiquer T. m., la route suivie et le nom et la nationalité du paquebot	Pays auquel revient le transit
Premier parcours						
Deuxième parcours						

Troisième parcours						
Quatrième parcours						
Cinquième parcours						
Sixième parcours						
Septième parcours						

Avis. Les renseignements concernant le transit doivent être indiqués à tour de rôle par chaque Office participant au transport des dépêches *en commençant par le 1^{er} bureau d'échange étranger*. Le dernier bureau de transit doit remettre le bulletin au bureau de destination qui le renvoie au bureau d'origine joint au relevé M respectif. Le bulletin doit être expédié sans retard par chaque service au bureau d'échange suivant.

(Dimensions 210 × 297)

S

ADMINISTRATION DES POSTES d.....

TABEAU STATISTIQUE

DU SERVICE INTERNATIONAL (EXPÉDITION)

POUR L'ANNÉE 192...

(Dimensions 210 × 297 ou 420 × 594 mm.)

U

COUPONS-RÉPONSE

RELEVÉ

des coupons échangés dans les relations reciproques entre les Administrations des postes d.....
et d..... et d..... pendant

	Nombre	Valeur calculée à 40 c. par unité	
		Fr.	c.
Coupons émis par et échangés contre des timbres-poste de			
Coupons émis par et échangés contre des timbres-poste de			
Solde au { crédit } { débit } de l'Administration			
d			

..... le 192....

.....

(Dimensions: 148 × 210 mm.)

UNION POSTALE UNIVERSELLE

Arrangement concernant les Colis Postaux

CONCLU ENTRE

L'Albanie, l'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique, la Colonie du Congo Belge, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colombie, la République de Costa-Rica, la République de Cuba, le Danemark, la Ville Libre de Dantzig, la République Dominicaine, l'Egypte, l'Equateur, l'Espagne, les Colonies Espagnoles, l'Esthonie, l'Ethiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et Protectorats Français de l'Indochine, l'ensemble des autres Colonies Françaises, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haiti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Inde Britannique, l'Islande, l'Italie, l'ensemble des Colonies Italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres Dépendances Japonaises, la Lettonie, la République de Libéria, la Lithuanie, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la Zone Espagnole), le Maroc (Zone Espagnole), le Nicaragua, la Norvège, la République de Panama, les Colonies Néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les Colonies Portugaises de l'Afrique, les Colonies Portugaises de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la République de St-Marin, le Salvador, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Union des Républiques Socialistes, l'Uruguay et les Etats-Unis de Vénézuëla.

Les soussignés, Plénipotentaires des Pays ci-dessus énumérés, vu l'article 3 de la Convention, ont d'un commun accord et sous réserve de ratification arrêté l'Arrangement suivant :

CHAPITRE I

Article premier

Objet de l'Arrangement

1. — Il peut être échangé, sous la dénomination de "colis postaux", entre les pays contractants, soit directement, soit par l'intermédiaire de l'un ou de plusieurs d'entre eux, des colis jusqu'à concurrence de 10 kilogrammes, avec les coupures de poids suivantes :

1° jusqu'à 1 kilogramme;

- 2° de plus de 1 kilogramme jusqu'à 5 kilogrammes;
3° de plus de 5 kilogrammes jusqu'à 10 kilogrammes.

Par exception, chaque pays a la faculté de ne pas admettre les colis excédant 5 kilogrammes.

2. — Les Administrations peuvent convenir d'admettre les colis d'un poids de plus de 10 kilogrammes sur la base des dispositions de l'Arrangement, sauf augmentation de la taxe et de la responsabilité en cas de perte, de spoliation ou d'avarie.

CHAPITRE II

DISPOSITIONS APPLICABLES À TOUS LES COLIS

Article 2.

Affranchissement. Taxes

1. — L'affranchissement des colis postaux est obligatoire.
2. — La taxe se compose des droits revenant à chaque Office participant au transport territorial ou maritime. Elle comprend également, s'il y a lieu, les droits et surtaxes prévus aux articles 5, 6, 7 et 8 ci-après.

Article 3.

Droit territorial.

Le droit de transport territorial est fixé, pour chaque pays, à:

- 30 centimes par colis jusqu'au poids de 1 kilogramme;
50 centimes par colis de plus de 1 kilogramme jusqu'à 5 kilogrammes;
90 centimes par colis de plus de 5 kilogrammes jusqu'à 10 kilogrammes.

Article 4.

Droit maritime.

En cas de transport maritime, il est perçu pour chaque service participant à ce transport un droit dont le taux est fixé ainsi qu'il suit:

	Colis jusqu'à 1 kg.	Colis de plus de 1 kg. jusqu'à 5 kg.	Colis de plus de 5 kg. jusqu'à 10 kg.
	Fr. c.	Fr. c.	Fr. c.
Jusqu'à 500 milles marins	0,15	0,25	0,45
De 501 à 1.000 mil- les marins	0,25	0,40	0,75

	Colis Jusqu'à 1 kg.	Colis de plus de 1 kg. jusqu'à 5 kg.	Colis de plus de 5 kg. jusqu'à 10 kg.
	Fr. c.	Fr. c.	Fr. c.
De 1.001 à 2.000 milles marins.	0,40	0,60	1,10
De 2.001 à 3.000 milles marins.	0,50	0,80	1,45
De 3.001 à 4.000 milles marins.	0,60	1,00	1,80
De 4.001 à 5.000 milles marins.	0,70	1,20	2,15
De 5.001 à 6.000 milles marins.	0,80	1,40	2,50
De 6.001 à 7.000 milles marins.	0,95	1,60	2,85
De 7.001 à 8.000 milles marins.	1,00	1,80	3,20
De 8.001 à 9.000 milles marins.	1,00	2,00	3,55
De 9.001 à 10.000 milles marins.	1,00	2,20	3,90
Et ainsi de suite en ajoutant par 1.000 milles ou fraction de 1.000 milles ..	—	0,20	0,35

Le cas échéant, les échelons sont établis d'après la distance moyenne entre les ports respectifs des deux pays correspondants.

Le transport maritime entre deux ports d'un même pays ne peut donner lieu à perception du droit prévu au premier alinéa lorsque l'Administration de ce pays reçoit déjà, du chef des colis transportés, la rémunération afférente au transport territorial.

Pour les colis jusqu'à 1 kilogramme, le droit ne doit pas excéder le taux de 1 franc par colis.

Article 5.

Réduction ou majoration du droit territorial

Les pays signataires de l'Arrangement ont la faculté, sous réserve, d'aviser trois mois au moins à l'avance l'Administration des postes suisses, de réduire ou de majorer simultanément leur droit territorial de départ et d'arrivés. *Les modifi-*

ations de ce droit entreront en vigueur aux dates suivantes : 1^{er} janvier, 1^{er} avril, 1^{er} juillet, 1^{er} octobre.

La réduction ou la majoration sera valable pendant une période de six mois au minimum.

La majoration ne pourra, en aucun cas, dépasser, pour chaque coupure de poids, le droit prévu à l'article 3 ci-dessus.

Article 6.

Réduction ou majoration du droit maritime.

La faculté de réduction ou de majoration de cent pour cent au maximum, prévue à l'article précédent, est également accordée aux pays contractants en ce qui concerne le droit applicable au transport maritime indiqué à l'article 4 ci-dessus.

Les modifications de ce droit devront être notifiées trois mois au moins à l'avance et entreront en vigueur aux dates suivantes ; 1^{er} janvier, 1^{er} avril, 1^{er} juillet, 1^{er} octobre.

Toute majoration doit aussi être appliquée aux colis du pays dont dépendent les services qui effectuent le transport maritime, les relations entre ce pays et ses colonies étant exceptées.

Article 7

Colis encombrants. Taxe additionnelle

1. — Les colis considérés comme encombrants, soit en raison de leurs dimensions, de leur forme ou de leur volume, soit en raison de la nature de leur contenu, sont admis seulement dans les relations avec les pays qui acceptent d'en assurer le transport.

2. — Pour ces colis, la *taxe d'affranchissement d'un colis ordinaire est majoré* de cinquante pour cent. Elle est arrondie, s'il y a lieu, *au demi-décime supérieur.*

Article 8.

Surtaxes

Comme mesure de transition, chacun des pays contractants a la faculté d'appliquer aux colis postaux provenant ou à destination de ses bureaux une surtaxe de 25 centimes par colis.

Article 9

Droit de factage et de dédouanement

L'Office destinataire peut percevoir, pour le factage et pour le dédouanement, un droit de 50 centimes au maximum par colis. Sauf arrangement contraire, ce droit est perçu au

moment de la livraison. Le même droit peut être appliqué à toute présentation autre que la première faite au domicile du destinataire.

Article 10

Paiement des droits de douane ou autres.

Les droits de douane ou autres droits non postaux doivent être acquittés par les destinataires des colis.

Article 11

Paiement par l'expéditeur des droits de douane ou autres. Perception d'arrhes. Droit de commission

Moyennant déclaration préalable au bureau de départ, les expéditeurs peuvent prendre à leur charge, soit la totalité des droits dont les colis sont grevés à la livraison, soit les droits de douane seulement.

Dans ces deux cas, les expéditeurs doivent s'engager à payer les sommes qui pourraient être réclamées par le bureau destinataire, et, le cas échéant, verser des arrhes suffisantes.

L'Administration qui fait l'avance de droits pour le compte de l'expéditeur est autorisée à percevoir, de ce chef, un droit de commission qui ne peut dépasser 25 centimes par colis. Ce droit est indépendant de celui prévu à l'article 9 précédent pour le dédouanement.

Article 12

Droit de magasinage

Le pays de destination est autorisé à percevoir le droit de magasinage fixé par sa législation, pour les colis adressés poste restante ou non retirés dans les délais prescrits.

Ce droit ne peut toutefois excéder 5 francs.

Article 13

Remise par exprès

1. — Les colis sont, à la demande des expéditeurs, remis à domicile par un porteur spécial immédiatement après l'arrivée, pourvu que l'Office de destination ait déclaré être en mesure d'assurer ce service.

Ces envois, qualifiés "exprès", sont soumis en sus du port ordinaire à une taxe spéciale de 80 centimes qui doit être acquittée par l'expéditeur complètement et à l'avance, que le colis puisse ou non être remis au destinataire ou seulement signalé par exprès.

2. — Lorsque le domicile du destinataire se trouve en dehors du rayon de la distribution gratuite du bureau de destination, ce bureau peut percevoir une taxe complémen-

taire jusqu'à concurrence du prix fixé pour la remise par exprès dans le service interne, déduction faite de la taxe fixe payée par l'expéditeur ou de son équivalent dans la monnaie du pays qui perçoit ce complément.

La remise par exprès en dehors du rayon du bureau de destination est facultative.

3. — Lorsqu'un colis exprès est réexpédié ou tombé en rebut, la taxe complémentaire reste exigible suivant les dispositions de l'article 45, § 2.

4. — La remise ou l'envoi par exprès d'un avis d'arrivée au destinataire n'est essayé qu'une seule fois. Après un essai infructueux, le colis cesse d'être considérée comme exprès et sa remise s'effectue dans les conditions requises pour les colis ordinaires.

Article 14

Interdictions

1. — Sauf arrangement contraire, il est interdit d'insérer dans les colis postaux :

a) des matières explosibles, inflammables ou dangereuses.

Toutefois, les Offices ont la faculté de s'entendre pour le transport des capsules et des cartouches métalliques chargées pour les armes à feu portatives, des éléments de fusées d'artillerie inexplosibles *et des allumettes*.

b) de l'opium, de la morphine, de la cocaïne et autres stupéfiants. Toutefois, cette interdiction ne s'applique pas aux envois de cette nature effectués dans un but médical, pour les pays qui les admettent à cette condition.

c) des objets dont l'admission n'est pas autorisée par les lois ou règlements de douane ou autres.

d) des lettres ou des notes ayant le caractère de correspondance actuelle et personnelle ainsi que des objets de correspondance de toute nature portant une autre adresse que celle du destinataire du colis.

Il est permis, cependant, d'insérer dans l'envoi la facture ouverte réduite à ses énonciation constitutives, de même qu'une simple copie de l'adresse du colis avec mention de l'adresse de l'expéditeur.

2. — Les animaux vivants ne sont admis que *si leur transport est autorisé par la législation des Pays intéressés et si les prescriptions du Règlement spéciales à cet objet sont observées*.

3. — Il est interdit d'expédier des pièces monnayées, de l'or ou de l'argent, manufacturé ou non, et d'autres objets précieux dans les colis sans valeur déclarée à destination des pays qui admettent la déclaration des valeurs.

4. — Les colis qui auraient été admis à tort à l'expédition doivent être renvoyés à l'Office d'origine, sauf le cas où l'Administration du pays de destination serait autorisée par sa législation à en disposer autrement. *Dans cette dernière éventualité l'Office expéditeur doit être informé, d'une manière précise, du traitement appliqué au colis.*

Toutefois, le fait qu'un colis contient une lettre ou des notes ayant de caractère de correspondance actuelle et personnelle ne peut, en aucun cas, entraîner le renvoi à l'expéditeur.

5. — *Les matières explosibles, inflammables ou dangereuses non admises en vertu de l'entente spéciale prévue au § 1, lettre a), 2^{ème} alinéa ci-dessus et les objets obscènes ou immoraux ne sont pas renvoyés à l'Office d'origine; ils sont détruits sur place par l'Administration qui en constate la présence.*

Article 15

Colis pour les prisonniers de guerre

Les colis postaux, à l'exception des colis grevés de remboursement, destinés aux prisonniers de guerre ou expédiés par eux, sont affranchis de toutes taxes prévues par le présent Arrangement, aussi bien dans les pays d'origine et de destination que dans les pays intermédiaires. Ces colis ne donnent lieu ni à bonification, ni à paiement d'indemnité en cas de perte, de spoliation ou d'avarie.

Il en est de même des colis postaux concernant les prisonniers de guerre, expédiés ou reçus, soit directement, soit à titre d'intermédiaires, par les bureaux de renseignements qui seraient établis éventuellement pour ces personnes dans des pays belligérants ou dans des pays neutres ayant recueilli des belligérants sur leur territoire.

Les belligérants recueillis et internés dans un pays neutre sont assimilés aux prisonniers de guerre proprement dits, en ce qui concerne l'application des disposition ci-dessus.

Article 16

Retrait. Modification d'adresse

L'expéditeur d'un colis peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse aux conditions déterminées pour les correspondances, par l'article 45 de la Convention avec cette addition que, si l'expéditeur demande le renvoi ou la réexpédition d'un colis, il est tenu de garantir d'avance le paiement du port dû pour la nouvelle transmission.

Article 17

Avis de réception

L'expéditeur peut obtenir un avis de réception dans les conditions fixées par l'article 49 de la Convention.

Article 18

Réexpédition

1. — La réexpédition d'un colis, par suite de changement de résidence du destinataire dans le territoire du pays de destination, peut être faite, soit sur la demande de l'expéditeur ou du destinataire, soit sans demande expresse, si les règlements du pays de destination le comportent.

La réexpédition d'un colis, d'un pays sur un autre, n'a lieu que sur la demande de l'expéditeur ou du destinataire, pourvu que le colis réponde aux conditions requises pour le nouveau transport.

L'expéditeur est autorisé à interdire toute réexpédition, au moyen d'une annotation appropriée sur le bulletin d'expédition et sur le colis.

2. — La réexpédition des colis sur un autre pays, par suite du changement de résidence des destinataires, donne lieu à la perception supplémentaire des taxes fixées par les articles 3 à 8 et 33. Lorsqu'un colis a été réexpédié dans le territoire du pays de destination l'Administration de ce pays peut percevoir une taxe de réexpédition sur la base de ses règlements internes. Ces taxes qui son exigibles en cas de réexpédition ultérieure ou de renvoi à l'origine, sont perçues sur les destinataires ou, le cas échéant, sur les expéditeurs, sans préjudice du remboursement des droits de douane ou autres frais spéciaux dont le pays de destination n'accorde pas l'annulation.

La même procédure est suivie pour les colis frappés de l'une des interdictions prévues à l'article 14 de l'Arrangement.

3. — La réexpédition des colis parvenus en fausse direction, ou admis à tort à l'expédition, a lieu suivant les prescriptions de l'article 33, §§ 1 et 2 du Règlement.

Article 19.

Rebuts

1. — Les expéditeurs sont tenus d'indiquer, au verso du bulletin d'expédition et sur les colis, la manière dont il doit être disposé de leurs envois en cas de non-livraison.

Si cette prescription n'est pas observée, les colis tombés en rebut sont renvoyés au bureau d'origine à l'expiration d'un délai de 15 jours ou, au plus tard, après un mois à compter du lendemain de leur mise à la disposition des destinataires.

2. — Le renvoi d'un colis tombé en rebut doit avoir lieu immédiatement si la demande de l'expéditeur, formulée sur le bulletin d'expédition et sur le colis qui n'a abouti à la

livraison. Il en est de même lorsqu'il n'a pu être donné satisfaction au désir exprimé par l'expéditeur dans sa réponse à l'avis de non-remise prévu à l'article 34 du Règlement. Quand l'expéditeur a fait plusieurs demandes, le colis n'est renvoyé que si ces demandes sont toutes restées sans résultat.

3. — Il peut être perçu sur l'expéditeur, au moment où il aura à remplir la formule de non-remise mentionnée à l'article 34 du Règlement, un droit qui ne dépasse pas le double de la taxe applicable à une lettre de port simple.

Si, dans le délai d'un mois à compter de l'expédition de cet avis de non-remise, le bureau destinataire n'a pas reçu des instructions suffisantes, le colis est renvoyé au bureau d'origine. Ce délai est porté à quatre mois dans les relations avec les pays d'outre-mer.

4. — Les colis gardés en instance à la disposition des destinataires ou adressés poste restante, sont considérés comme tombés en rebut après le délai de conservation prescrit par les règlements du pays de destination, sans toutefois, que ce délai puisse dépasser quatre mois dans les relations avec les pays d'outre-mer et un mois dans les autres relations.

Toutefois, le renvoi au pays d'origine doit avoir lieu dans un délai plus court si l'expéditeur l'a demandé par une annotation appropriée sur le bulletin et sur le colis.

5. — Le renvoi des colis tombés en rebut donne lieu à la perception des taxes prévues au § 2 de l'article 18 précédent.

Article 20.

Annulation des droits de douane

Les Administrations des pays contractants s'engagent à intervenir auprès des Administrations des douanes respectives pour que les droits de douane soient annulés sur les colis renvoyés au pays d'origine, abandonnés par l'expéditeur, détruit pour cause d'avarie complète du contenu ou réexpédiés sur un tiers pays.

Elles devront agir de même en ce qui concerne les colis perdus, spoliés ou avariés dans leur service, sous la réserve prévue à l'article 41, § 4 ci-après.

Article 21

Vente. Destruction.

Les articles sujets à détérioration ou à corruption peuvent seuls être vendus immédiatement, même en route, à l'aller ou au retour, sans avis préalable et sans formalité judiciaire au profit de qui de droit. Si pour une cause quelconque, la vente est impossible, les objets détériorés ou corrompus sont détruits.

Article 22.

Colis abandonnés.

Les colis qui n'ont pu être délivrés aux destinataires et dont les expéditeurs ont fait abandon ne sont pas renvoyés par l'Office de destination qui les traite d'après sa législation.

Article 23.

Récupération des frais sur l'expéditeur.

Les expéditeurs sont tenus de payer les frais de transport ou autres dont les Offices se trouvent à découvert par suite de la non-livraison des colis, même si ces derniers ont été abandonnés, vendus ou détruits. Ces frais sont repris sur l'Office d'origine.

Article 24

Réclamations.

1. — Toute réclamation concernant un colis ou un mandat de remboursement peut donner lieu à la perception d'un droit fixe de 1 franc au maximum.

Aucun droit n'est perçu si l'expéditeur a déjà acquitté le droit spécial pour un avis de réception.

2. — Les réclamations ne sont admises que dans le délai d'un an à compter du lendemain du jour du dépôt. Toutefois, chaque Office est tenu de donner suite aux réclamations dont il est saisi par un autre Office et qui visent des expéditions faites depuis moins de deux ans. A cet effet, les archives du service des colis postaux doivent être conservées pendant deux ans.

3. — Lorsqu'une réclamation a été motivée par une faute de service, les droits de réclamation sont restitués.

CHAPITRE III

COLIS CONTRE REMBOURSEMENT

Article 25

Taxes et conditions. Liquidation.

1. — Les colis peuvent être expédiés grevés de remboursement dans les relations avec les pays qui conviennent d'assurer ce service.

Sauf arrangement contraire, le montant du remboursement est exprimé dans la monnaie du pays d'origine du colis.

Le maximum du remboursement est égal à celui fixé pour les mandats de poste à destination du pays d'origine du colis.

Chaque Office est tenu d'assurer le transit des colis contre remboursement, même s'il n'admet pas ces envois dans son service. Les pays intermédiaires doivent également assurer le

transit des colis dont le montant du remboursement dépasse le maximum fixé pour leur propre trafic.

2. — Les colis contre remboursement sont soumis aux formalités et aux taxes des colis ordinaires ou, le cas échéant, des colis avec déclaration de valeur. L'expéditeur paye, en outre, une taxe fixe qui ne peut être inférieure à 20 centimes ni supérieure à 30 centimes et un droit proportionnel de $\frac{1}{2}$ pour cent du montant du remboursement. L'Office expéditeur a la faculté d'arrondir ces taxes d'après les convenances de son système monétaire.

3. — La liquidation des montants des remboursements encaissés est effectuée au moyen de mandats de remboursement, qui sont émis gratuitement.

Les Administrations peuvent s'entendre sur un autre procédé pour la liquidation des sommes encaissées. Elles peuvent notamment se charger, dans les conditions à convenir, de les verser en compte courant postal dans le pays de destination de l'envoi.

Article 26

Annulation ou modification du montant du remboursement.

L'expéditeur d'un colis grevé de remboursement peut demander le dégrèvement total ou partiel du montant du remboursement.

Les demandes de cette nature sont soumises aux mêmes dispositions que les demandes de retrait ou de modification d'adresse (art. 45 de la Convention).

Article 27.

Responsabilité en cas de perte, de spoliation ou d'avarie

La perte, la spoliation ou l'avarie d'un colis grevé de remboursement engage la responsabilité du service postal dans les conditions déterminées par le chapitre VI ci-après.

Article 28 .

Garantie des sommes encaissées régulièrement

Les sommes encaissées régulièrement du destinataire sont garanties à l'expéditeur dans les conditions déterminées par l'Arrangement concernant les mandats de poste pour les sommes converties en mandats.

Article 29

Indemnité en cas de non-encaissement, d'encaissement insuffisant ou frauduleux

Si le colis a été livré au destinataire sans encaissement du montant du remboursement, l'expéditeur a droit à une indemnité pourvu qu'une réclamation ait été formulée dans le

délai prévu à l'article 24 et à moins que le non-encaissement ne soit dû à une faute ou une négligence de sa part.

Il en est de même si la somme encaissée du destinataire est inférieure au montant du remboursement indiqué ou si l'encaissement a été effectué frauduleusement. L'indemnité ne pourra dépasser, dans aucun cas, le montant du remboursement.

Par le fait du paiement de l'indemnité *et jusqu'à concurrence de son montant*, l'Administration responsable est subrogée dans les droits de l'expéditeur pour tout recours éventuel contre le destinataire ou les tiers.

Article 30

Détermination de la responsabilité.

Le paiement par l'Office expéditeur des sommes encaissées régulièrement, ou celui de l'indemnité prévue à l'article 29 ci-dessus, se fait pour le compte de l'Office destinataire. Celui-ci est responsable, à moins qu'il ne puisse prouver que la faute est due à la non-observation d'une disposition réglementaire par l'Office expéditeur ou établir que, lors de la transmission à son service, le colis et le bulletin d'expédition y afférent ne portaient pas les désignations prescrites par le Règlement pour les colis gravés de remboursement.

Article 31.

Application des dispositions de la Convention aux indemnités et sommes à payer. Délais de paiement et remboursement des avances.

Les dispositions des articles 63 et 66 de la Convention s'appliquent aux colis grevés de remboursement.

Article 32.

Mandats de remboursement.

Le montant d'un mandat de remboursement qui, pour un motif quelconque, n'a pas pu être payé au bénéficiaire, n'est pas remboursé à l'Office d'émission. Il est tenu à la disposition du bénéficiaire par l'Office expéditeur du colis grevé de remboursement et revient définitivement à cet Office après l'expiration du délai légal de prescription.

A tous les autres égards et sous les réserves prévues au Règlement, les mandats de remboursement sont soumis aux dispositions fixées par l'Arrangement concernant les mandats de poste.

CHAPITRE IV

COLIS AVEC VALEUR DÉCLARÉE.

Article 33

Taxes et conditions.

1. — Les colis peuvent comporter une déclaration de valeur dans les relations entre les pays dont les Administrations assurent ce service.

2. — Chaque pays fixe, en ce qui le concerne, la limite supérieure de la déclaration de valeur, laquelle ne peut, en aucun cas, être inférieure à 1.000 francs.

Dans les relations entre deux ou plusieurs pays qui ont adopté des maxima différents, c'est la limite la plus basse qui doit être réciproquement observée.

3. — Il est perçu, à titre de droit d'assurance, par fraction indivisible de 300 francs de la déclaration de valeur et en sus des taxes applicables aux colis ordinaires:

a) 5 centimes par Office participant au transport territorial;

b) 10 centimes par service maritime emprunté.

4. — Comme mesure de transition, l'Office d'origine peut toutefois percevoir un droit global d'assurance qui ne doit pas dépasser 50 centimes par 300 francs de la somme déclarée.

5. — Les pays qui acceptent de couvrir, pour les colis avec valeur déclarée, les risques pouvant dériver du cas de force majeure, sont autorisés à percevoir une taxe spéciale, sous réserve que cette taxe et le droit d'assurance réunis ne dépassent pas le droit prévu au § 4 précédent.

6. — L'Office d'origine a la faculté de percevoir un droit d'expédition qui ne peut dépasser 50 centimes par colis.

7. — *L'expéditeur d'un colis-valeur déclarée reçoit, sans frais, au moment du dépôt, un récépissé de son envoi.*

Article 34

Déclaration frauduleuse

La déclaration de valeur ne peut pas dépasser la valeur réelle du contenu de l'envoi, mais il est permis de ne déclarer qu'une partie de cette valeur.

Toute déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle de l'envoi est passible des poursuites judiciaires que peut comporter la législation du Pays d'origine.

CHAPITRE V.

COLIS URGENTS.

Article 35.

Taxes et conditions.

1. — Dans les relations entre les pays qui se sont mis d'accord à ce sujet, l'expéditeur peut demander qu'un colis soit transporté autant que possible par les moyens rapides utilisés pour le transport de la poste aux lettres. Ces colis, qualifiés "urgents", sont remis par exprès au domicile du destinataire, à moins qu'ils ne portent la mention "poste restante".

2. — Pour les colis urgents, les droits et majorations fixés par les articles 3 à 8 précédents sont triplés.

Les droits fixés par l'article 33, la taxe de remise par exprès et les autres taxes accessoires leur sont appliqués sans augmentation.

CHAPITRE VI

RESPONSABILITÉ.

Article 36

Etendue de la responsabilité.

1. — Sauf les cas prévus à l'article suivant, les Administrations répondent de la perte, de la spoliation ou de l'avarie des colis postaux.

L'expéditeur a droit de ce chef à une indemnité correspondant au montant réel de la perte, de la spoliation ou de l'avarie. Pour les colis ordinaires, cette indemnité ne peut dépasser : 10 francs par colis jusqu'au poids de 1 kilogramme, 25 francs par colis de 1 à 5 kilogrammes, 40 francs par colis de 5 à 10 kilogrammes. Pour les colis avec valeur déclarée, l'indemnité ne peut dépasser le montant de la déclaration de valeur.

L'indemnité est versée au destinataire lorsque celui-ci la réclame, soit après avoir formulé des réserves en prenant livraison d'un colis spolié ou avarié, soit s'il établit que l'expéditeur s'est désisté de ses droits en sa faveur.

2. — Les dommages indirects ou les bénéfices non réalisés ne sont pas pris en considération.

3. — L'indemnité est calculée d'après le prix courant des marchandises de même nature, au lieu et à l'époque où la marchandise a été acceptée au transport. A défaut de prix courant, l'indemnité est calculée d'après la valeur ordinaire de la marchandise évaluée sur les mêmes bases.

4. — Dans le cas où une indemnité est due pour la perte, la destruction ou la spoliation complète d'un colis, l'expéditeur a droit, en outre, à la restitution des taxes de transport. Il en est de même quant aux envois refusés par les destinataires, à cause de leur mauvais état, pourvu que celui-ci soit imputable au service postal et engage sa responsabilité.

5. — Les droits d'assurance restent acquis, dans tous les cas, aux Administrations postales.

Article 37.

Exceptions au principe de responsabilité.

Les Administrations sont dégagées de toute responsabilité:

a) en cas de force majeure; toutefois, la responsabilité subsiste à l'égard de l'Office expéditeur qui a accepté de couvrir les risques de force majeure (art. 33, § 5);

b) lorsqu'elles ne peuvent rendre compte des colis par suite de la destruction des documents de service, résultant d'un cas de force majeure;

c) lorsque le dommage a été causé par la faute ou la négligence de l'expéditeur ou lorsqu'il provient de la nature de l'objet;

d) pour les colis dont le contenu tombe sous le coup de l'une des interdictions prévues à l'article 14;

e) pour les colis qui ont fait l'objet d'une déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle du contenu;

f) à l'égard des colis qui n'ont donné lieu à aucune réclamation dans le délai d'un an prévu à l'article 24.

Article 38

Cessation de la responsabilité.

Les Administrations cessent d'être responsables des colis dont la remise a eu lieu dans les conditions prescrites par leurs règlements intérieurs et dont les ayants droit ont pris livraison sans formuler les réserves prévues à l'article 36 ci-dessus.

Article 39

Payement de l'indemnité.

L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'Office expéditeur, sauf dans les cas visés à l'article 36, § 1, où cette indemnité est payée par l'Office destinataire. L'Office payeur conserve un droit de recours contre l'Office responsable.

Article 40.

Délai de payement.

1. — Le payement de l'indemnité doit avoir lieu le plus tôt possible et, au plus tard, dans le délai d'un an à compter du lendemain du jour de la réclamation.

2. — *L'Office auquel l'article 39 impose le payement de l'indemnité est autorisé à désintéresser l'ayant droit pour le compte de l'Office*, qui régulièrement saisi a laissé s'écouler six mois sans donner de solution à l'affaire; ce délai est porté à neuf mois dans les relations avec les pays d'outre-mer.

3. — L'Office expéditeur peut différer exceptionnellement le règlement de l'indemnité au delà du délai d'un an, lorsque la question de responsabilité n'a pu être tranchée pour des raisons étrangères au service postal (force majeure, par exemple).

Article 41.

Office responsable

1. — Jusqu'à preuve du contraire, la responsabilité incombe à l'Office qui, ayant reçu le colis d'un autre Office sans formuler des réserves et étant mis en possession de tous les moyens réglementaires d'investigation, ne peut établir, ni la délivrance au destinataire, ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'Office suivant.

2. — Si la perte, la spoliation ou l'avarie a eu lieu en cours de transport sans qu'il soit possible d'établir sur le territoire ou dans le service de quel pays le fait s'est accompli, ou si, en cas de transmission globale des colis ordinaires, il ne peut être établi sur le territoire ou dans le service de quel pays un colis a été perdu, spolié ou avarié, les Offices en cause supportent le dommage par parts égales.

3. — Lorsqu'un colis avec valeur déclarée a été perdu, spolié ou avarié dans des circonstances de force majeure, l'Office sur le territoire ou dans le service duquel la perte, la spoliation ou l'avarie a eu lieu n'en est responsable devant l'Office expéditeur que si les deux pays se chargent des risques en cas de force majeure.

4. — Les droits de douane et autres dont l'annulation n'a pu être obtenue tombent à la charge des transporteurs responsables de la perte, de la spoliation ou de l'avarie.

5. — *Par le fait du payement de l'indemnité et jusqu'à concurrence de son montant, l'Administration responsable est subrogée dans les droits de la personne qui a reçu l'indemnité, pour tout recours éventuel, soit contre le destinataire, soit l'expéditeur ou contre les tiers.*

Toutefois, si, ultérieurement, les colis considérés comme perdus sont retrouvés entièrement ou partiellement, la personne à qui l'indemnité a été payée doit être avisée qu'il lui est loisible de prendre possession de l'envoi, contre restitution du montant de l'indemnité payée.

Article 42

Remboursement de l'indemnité à Office expéditeur.

L'Office responsable ou pour le compte duquel le paiement est effectué, en conformité de l'article 40, est tenu de rembourser le montant de l'indemnité dans un délai de trois mois après notification du paiement. Ce remboursement s'effectue sans frais pour l'Office créancier, soit au moyen d'un mandat de poste ou d'une traite payable à vue sur la capitale ou sur une place commerciale du pays créancier, soit en espèces ayant cours dans le pays créancier. Le montant de l'indemnité peut être aussi repris d'office par voie de décompte sur le pays responsable, soit directement, soit par l'intermédiaire du premier Office de transit, qui se crédit à son tour l'Office suivant, l'opération étant répétée jusqu'à ce que la somme payée ait été portée au débit de l'Office responsable. Passé le délai de trois mois susvisé, la somme due est productive d'intérêt à raison de sept pour cent l'an, à compter du jour de l'expiration du dit délai.

L'Office dont la responsabilité est dûment établie, et qui a primitivement décliné le paiement de l'indemnité, est tenu de prendre à sa charge tous les frais accessoires résultant du retard non justifié apporté au paiement.

CHAPITRE VII.

ATTRIBUTION DES TAXES.

Article 43.

Bonifications de transport.

L'Office expéditeur bonifie pour chaque colis:

- a) à l'Office destinataire, les droits qui lui reviennent en vertu des dispositions des articles 3 à 8 et 35;
- b) éventuellement, à chaque Office intermédiaire, les droits fixés par les articles 3, 4, 6, 7 et 35.

Article 44.

Reprises en cas de réexpédition ou de renvoi.

En cas de réexpédition ou de renvoi d'un colis à l'origine, l'Office réexpéditeur reprend sur l'Office suivant la quote-part qui lui revient et, le cas échéant:

- a) le droit de factage et de dédouanement prévu à l'article 9;

b) le montant du droit de magasinage prévu à l'article 12;

c) la taxe de réexpédition prévu à l'article 18, § 2;

d) les droits dont il se trouve à découvert.

La même procédure est suivie par chaque Office intermédiaire, ainsi qu'il est dit à l'article 33 du Règlement.

Article 45.

Taxes d'express, spéciale et complémentaire.

1. — La taxe spéciale d'express prévue à l'article 13, § 1, fait partie des bonifications dévolues à l'Office de destination.

Lorsqu'un colis express est réexpédié sur un autre pays sans que la remise en ait été tentée cette taxe est bonifiée au nouveau pays de destination. Si celui-ci ne se charge pas de la remise par express, la taxe reste acquise à l'Office du pays de la première destination; il en est de même quand un colis express est tombé en rebut.

2. — En cas de réexpédition ou de renvoi à l'origine d'un colis express, la taxe complémentaire prévue à l'article 13, §§ 2 et 3, est reprise sur l'Office correspondant par l'Office qui a tenté la remise, sauf le cas où cette taxe lui a été versée lors de la présentation au domicile du destinataire.

Article 46.

Taxe pour la réexpédition dans le pays de destination

La taxe de réexpédition prévue à l'article 18, § 2, est acquise, en cas de réexpédition ultérieure ou de renvoi à l'origine, au pays qui a effectué la réexpédition dans les limites de son territoire.

Article 47

Droits divers.

1. — Sont acquis en entier à l'Office qui les a perçus :

a) le droit fixe appliqué aux avis de réception (art. 17);

b) le droit prévu pour un colis tombé en rebut (art. 19, § 3);

c) le droit appliqué aux réclamations (art. 24, § 1);

d) le droit d'expédition pour les colis avec valeur déclarée (art. 33, § 6).

2. — Le droit de factage et de dédouanement (art. 9) est acquis à l'Office destinataire.

Le droit de commission (art. 11) est repris par le même Office.

Article 48

Taxe de remboursement.

Les taxes prévues à l'article 25, § 2, sont partagées par moitié entre l'Administration du pays d'origine et celle du pays de destination de la manière prescrite par le Règlement.

Article 49

Droit d'assurance.

Pour les colis avec valeur déclarée, l'Office d'origine est redevable, envers chacune des Administrations dont les services participent au transport et, le cas échéant, pour chacun de ces services d'une quote-part de droit d'assurance fixée, par 300 francs ou fraction de 300 francs, à 5 centimes pour le transport territorial et à 10 centimes pour le transport maritime.

CHAPITRE VIII

DISPOSITIONS DIVERSES.

Article 50

Application des dispositions d'ordre général de la Convention.

Les dispositions d'ordre général qui figurent aux titres I et II de la Convention sont applicables à l'échange des colis sous les réserves suivantes:

Les Offices des pays participant au présent Arrangement, qui entretiennent un échange de colis postaux avec des pays non contractants, admettent tous les autres Offices participants à profiter de ces relations pour l'échange des colis postaux avec ces derniers pays.

Lorsque le pays qui désire adhérer au présent Arrangement réclame la faculté de percevoir une surtaxe supérieure à 25 centimes par colis, le Gouvernement de la Confédération suisse soumet la demande d'adhésion à tous les pays contractants. *Si, dans un délai de six mois, plus d'un tiers des Administrations participant à l'Arrangement ne se prononcent pas contre cette demande, elle est considérée comme admise.*

Article 51

Approbation des propositions faites dans l'intervalle des réunions.

Pour devenir exécutoires, les propositions faites dans l'intervalle des réunions (articles 18 et 19 de la Convention) doivent réunir:

a) l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions

des articles 1 à 19, 24 à 43, 47, 48 49, 51 et 52 du présent Arrangement et de l'article 49 de son Règlement;

b) les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions autres que celles mentionnées à l'alinéa précédent;

c) la majorité absolue s'il s'agit de l'interprétation des dispositions de l'Arrangement et de son Règlement, hors le cas de litige à soumettre à l'arbitrage prévu à l'article 10 de la Convention.

DISPOSITIONS FINALES.

Article 52

Mise à exécution et durée de l'Arrangement.

Le présent Arrangement sera mis à exécution de le 1^{er} octobre 1925 et demeurera en vigueur pendant un temps indéterminé.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé le présent Arrangement en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Albanie:

David Bjurström.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk. — K. Orth.

Pour la République Argentine:

M. Rodríguez Ocampo.

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard. — Hub Krains. — O. Schockaert.

Pour la Colonie du Congo Belge:

M. Halewyck. — G. Tondeur.

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida Brandão. — J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff. — St. Ivanoff.

Pour le Chili :

Cesar Leon. — L. Tagle Salinas. — C. Verneuil.

Pour la Chine :

Tai Tch'enne Linne.

Pour la République de Colombie :

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Costa Rica :

V. Andersson.

Pour la République de Cuba :

José D. Morales Diaz. — Cesar Carvallo

Pour le Danemark :

C. Mondrup. — Holmbland.

Pour la Ville Libre de Dantzig :

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour la République Dominicaine :

C. G. F. Hagström.

Pour l'Egypte :

H. Mazloun. — E. Maggiar. — Wahbé Ibrahim.

Pour l'Equateur :

Pour l'Espagne :

El Conde de San Esteban de Cañonga. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles :

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie :

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie :

B. Marcos. — A. Bousson.

Pour la Finlande :

G. E. F. Albrecht.

Pour la France :

*M. Lebon. — Robert Hicquet. — A. Body. — Douarche.
— G. Béchel.*

Pour l'Algérie :

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indo-chine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pillias. — Ginestou.

Pour la Grèce:

Penthé Roudakis. — J. Lachnidakis.

Pour le Guatemala:

Pour la République d'Haïti:

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:

O. de Fejér. — G. Baron Szalay.

Pour l'Inde britannique:

Geoffrey Cluarke. — Hemanta Kumar Raha.

Pour l'Islande:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori. — H. Kawai. — H. Makino.

Pour le Chosen:

S. Komori. — R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

K. Sugino. — H. Kawai.

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis. — Louis Rudans.

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:

I. Jurkunas-Schefnius. — Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:

Jaques

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):
F. Gentil. — Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):
El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:
Klaus Helsing. — Oskar Homme.

Pour la République de Panama:
José D. Morales Diaz. — Cesar Carvallo.

Pour le Paraguay:
Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:
Schreuder. — J. S. van Gelder. — J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises:
*I. J. Milborn. — Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:
I. J. Milborn.*

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:
*I. J. Milborn. — Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:
I. J. Milborn.*

Pour le Pérou:
Emil Hector.

Pour la Perse:
Fahimed Dowleh. — E. Pire.

Pour la Pologne:
Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:
Henrique Mousinho d'Albuquerque. — Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:
Juvenal Elvas Floriano Santa Barbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:
Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:
George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kalling.

Pour le Salvador:

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croats et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic. — Sava Tatundzig. — Milos Kovacevic. — Stojisa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sompakitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:

.. Dubois. — C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr Otokar Ruzicka. — Joseph Zábrodsky.

Pour la Tunisie:

F. Gentil. — Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry: *Béha Taly.*

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

Pour l'Uruguay:

Adolfo Agorio.

Pour les Etats-Unis de Vénézuëla:

Luis Alejandro Aguilar.

Certifiée pour copie conforme.

Stockholm, au Ministère Royal des Affaires Etrangères,
de 30 septembre, 1924. — Pour le Secrétaire Générale: Le
Archives. — *Candandres.*

Protocole final de L'Arrangement

Au moment de procéder à la signature de l'Arrangement
concernant les colis postaux, conclu à la date de ce jour, les
Plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

I

EXPLOITATION DU SERVICE PAR LES ENTREPRISES DE TRANSPORT.

Tout pays où la poste ne se charge pas actuellement du transport des colis postaux et qui adhère à l'Arrangement susmentionné aura la faculté d'en faire exécuter les clauses par les entreprises de chemins de fer et de navigation. Il pourra en même temps limiter ce service aux colis provenant ou à destination de localités desservies par ces entreprises.

L'Administration postale de ce pays devra s'entendre avec les entreprises de chemins de fer et de navigation pour assurer la complète exécution, par ces dernières, de toutes les clauses de l'Arrangement, spécialement pour organiser le service d'échange.

Elle leur servira d'intermédiaire pour toutes leurs relations avec les Administrations postales des autres pays contractants et avec le Bureau international.

II

TRANSIT

La faculté de ne pas assurer le transport des colis postaux en transit par leur territoire est accordée provisoirement à la Perse aux Colonies portugaises de l'Afrique et à la Colonie du Congo belge.

Toutefois, cette clause ne s'applique pas aux colis en provenance ou à destination des Colonies françaises du Tchad, de l'Oubangui-Chari et du Moyen-Congo.

III

SURTAXE DE TRANSIT

Par exception aux dispositions de l'article de 3 de l'Arrangement,

a) le droit de transit territorial peut être provisoirement porté à :

1 franc par le Brésil, la République de Colombie, l'Equateur, le Pérou et les Etats-Unis de Venezuela;

1 fr. 25 par la Chine;

2 fr. 50 par la Turquie d'Asie; cette surtaxe peut être portée à 4 francs pour les colis de et pour la Perse traversant la voie Trébizonde-Erzéroum-Bayezid;

b) une surtaxe de 50 centimes peut être appliquée par la République de Panama aux colis pour leur transport à travers l'Isthme;

c) une surtaxe de 3 fr. 60 par colis, à titre de transit territorial, peut être appliquée par l'Office argentin aux colis qui doivent être transportés par le chemin de fer transandin;

d) l'Egypte (pour le Soudan) a la faculté de porter à 1 fr. 20 pour les colis de la coupure de 1 kg., et à 4 fr. 40 pour les colis de la coupure de 5 kg., le droit territorial applicable aux colis de et pour le Congo belge en transit par le Soudan;

e) le Congo belge a la faculté de porter respectivement à 60 centimes, 2 francs et 4 francs, suivant la coupure de poids, le droit de transport territorial applicable aux colis en provenance ou à destination des colonies françaises du Tchad, de l'Oubangui-Chari et du Moyen-Congo.

Ce droit est susceptible de modification par entente entre les deux Offices intéressés;

f) l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes a la faculté de porter à 2 francs par colis le droit de transit pour le transport sur la partie européenne, et à 2 francs par colis pour le transport sur la partie asiatique de l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes;

g) une surtaxe de 1 fr. 25 par colis, à titre de transit territorial, peut être appliquée par l'Office chilien aux colis qui doivent être transportés par le chemin de fer transandin.

IV.

SURTAXES TERMINALES.

La surtaxe prévue par l'article 8 peut être à titre exceptionnel et provisoire, élevée à :

40 centimes par la République Dominicaine;

50 centimes par la Bulgarie, la République d'Haiti et l'Islande;

75 centimes au maximum par chacun des Offices désignés ci-après : République Argentine, Autriche, Chili, Chine, Finlande, Grèce, Guatemala, Indochine (pour certains bureaux éloignés), Inde britannique, Nicaragua, Norvège, République de Panama, Pologne, le Salvador, Siam, Suède, Turquie d'Asie, Uruguay;

la surtaxe de 0 fr. 75 accordée à la Turquie d'Asie peut être portée à 2 francs pour les colis adressés aux bureaux éloignés des chemins de fer et des côtes et dont le transport est effectué par les courriers terrestres;

1 franc par l'Egypte (pour ce qui concerne les bureaux du Soudan) et par les parties européenne et asiatique de l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes prises chacune séparément;

1 fr. 25 par le Brésil, l'Equateur, le Pérou, les Etats-Unis de Vénézuëla et par les bureaux argentins de la Costa del Sur, Tierra del Fuego et îles adjacentes;

1 fr. 50 par les Colonies néerlandaises.

La Bolivie a la faculté d'appliquer provisoirement les 3 surtaxes de francs: 3,00, 7,00 et 14,00 respectivement pour les colis de chacune des 3 coupures de poids originaires ou à destination des localités autres que La Paz et Oruro.

La République de Colombie a la faculté d'imposer, à titre provisoire, les surtaxes ci-après: 1 franc 25 centimes pour chaque colis à destination des ports de mer, et un franc par kilogramme ou fraction de kilogramme pour les colis à destination des autres localités.

L'Ethiopie a la faculté d'appliquer provisoirement les surtaxes de 40 centimes, 1 fr. 25 et 1 fr. 70 respectivement pour les colis de chacune des trois coupures de poids.

La Colonie du Congo Belge, la Perse et les Colonies portugaises de l'Angola et du Mozambique sont autorisées à appliquer aux colis postaux, par leur parcours au delà de leurs bureau d'échange, une surtaxe qui ne peut dépasser le tarif applicable aux colis de leur service intérieur.

V

SURTAXES SPÉCIALES.

1. — Le transport entre la France continentale, l'une part, l'Algérie et la Corse, d'autre part, donne lieu à la perception d'une surtaxe égale au droit applicable au transport maritime n'excédant pas 500 milles marins.

2. — L'Administration espagnole est autorisée à percevoir une surtaxe de 25 centimes pour le transport entre l'Espagne continentale, d'une part, les îles Baléares, les possessions espagnoles du Nord de l'Afrique et les bureaux de la zone espagnole du Maroc, d'autre part, et de 50 centimes pour le transport entre l'Espagne continentale et les îles Canaries.

3. — L'Administration portugaise a la faculté de percevoir une surtaxe de 1 fr. 50 par colis jusqu'à 5 kilogrammes pour le transport entre le Portugal continental et les îles Madère et Açores.

4. — *Le transport entre l'Indochine, d'une part, et le territoire de Kouang-Tchéou-Wan, d'autre part, donne lieu à la perception d'une surtaxe égale au droit applicable au transport maritime n'excédant pas 500 milles marins.*

VI.

TARIFS SPÉCIAUX.

L'Inde britannique a la faculté d'appliquer aux colis originaires de son pays à destination des autres pays, un tarif

gradué correspondant à différentes catégories de poids, à la condition que la moyenne des taxes ne dépasse pas la normale, y compris la surtaxe à laquelle elle aurait droit.

Cette dernière faculté est également accordée aux pays qui adhéreront à l'Arrangement dans l'intervalle jusqu'au prochain Congrès.

VII.

COLIS AVEC VALEUR DÉCLARÉE.

Par dérogation aux dispositions de l'article 33:

a) la Colonie du Congo belge est autorisée à limiter à 500 francs le maximum de la déclaration de valeur;

b) l'Office argentin est autorisé à percevoir un droit supplémentaire de 10 centimes par 300 francs ou fraction de 300 francs pour les colis avec déclaration de valeur en provenance ou à destination des bureaux de la Costa del Sur, Tierra del Fuego et îles adjacentes;

c) le transport entre la France continentale, d'une part, l'Algérie et la Corse, d'autre part, donne lieu à la charge de l'expéditeur, pour les colis de valeur déclarée, à un droit supplémentaire d'assurance de 10 centimes par 300 francs ou fraction;

d) l'Office indochinois est autorisé à percevoir un droit supplémentaire de 10 centimes par 300 francs ou fraction de 300 francs pour les colis de valeur déclarée en provenance ou à destination des bureaux du Territoire de Kouang-Tchéou-Wan;

e) l'Administration des postes de l'Union des Républiques Soviétiques Socialistes est autorisée à percevoir sur l'expéditeur une taxe supplémentaire d'assurance de 15 centimes par 300 francs ou fraction de 300 francs pour les colis avec déclaration de valeur à destination de la partie asiatique de l'Union des Républiques Soviétiques Socialistes.

Tout colis avec déclaration de valeur en provenance ou à destination de la Corse et de l'Algérie donne lieu, à la charge de l'expéditeur et à titre de droit territorial corse ou algérien, à une taxe supplémentaire d'assurance de 5 centimes par 300 francs ou fraction.

VIII

DIMENSIONS ET VOLUME.

La Grèce, la Tunisie et la Turquie d'Asie ont la faculté de ne pas admettre provisoirement les colis dont les dimensions ou le volume excéderaient le maximum autorisé pour les services maritimes dans le Règlement.

IX

EXCEPTIONS AUX DISPOSITIONS CONCERNANT LA PERCEPTION DU DROIT DE REMBOURSEMENT ET L'ÉTABLISSEMENT DES DÉCOMPTES.

Par mesure transitoire, dans les relations avec les pays où le service des colis postaux n'est pas exécuté par l'Administration des postes, la perception du droit de remboursement et l'établissement des décomptes pourront être soumis aux dispositions de la Convention de Madrid concernant le service des colis postaux.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole qui aura la même force et la même valeur que si les dispositions qu'il contient insérées dans le texte même de l'Arrangement auquel il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Albanie:

David Bjurström.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk. — K. Oorth.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard. — Hub. Krains. — O. Schockaert.

Pour la Colonie du Congo belge:

M. Halewick. — G. Tondeur.

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida-Brandão. — J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff. — St. Ivanoff.

Pour le Chili:

Cesar Leon. — L. Tagle Salinas. — C. Verneuil.

Pour la Chine:

Tai Teh'enne Linne.

Pour la République de Colombie:

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Costa-Rica:

V. Andersson.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz. — Cesar Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour la République Dominicaine:

C. G. F. Hagstrom.

Pour l'Egypte:

H. Mazloun. — E. Maggiar. — Wahbé Ibrahim.

Pour l'Equateur:

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos. — A. Bousson.

Pour la Finlande.

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon. — Robert Hicquet. — A. Body. — Douar-che. — G. Béchel.

Pour l'Algérie:

H. Trauillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indo-chine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des Colonies françaises :

G. Pillias. — Ginestou.

Pour la Grèce :

Penthéroudakis. — J. Lachnidakis.

Pour le Guatemala :

Pour la République d'Haïti :

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras :

Pour la Hongrie :

O. de Fejér. — G. Baron Szalay

Pour l'Inde britannique :

Geoffrey Clarke. — Hemanta Kumar Raha.

Pour l'Islande :

C. Mondrup. — Holmblad

Pour l'Italie :

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes :

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour le Japon :

S. Komori. — H. Kawai. — H. Makino.

Pour le Chosen :

S. Komori. — R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises :

F. Sugino. — H. Kawai.

Pour la Lettonie :

Ed. Kadikis. — Louis Rudans.

Pour la République de Libéria :

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie :

I. Jurkunas-Scheynius. — Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg :

Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole) :

F. Gentil. — Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Morenô Pineda. — A. Camacho.

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:

Klaus Helsing. — Oskar Homme.

Pour la République de Panama:

José D. Morales Diaz. — Cesar Carvalho.

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder. — J. S. van Gelder — J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises:

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:

I. J. Milborn.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:

I. J. Milborn.

Pour le Pérou:

Emil Hector.

Pour la Perse:

E. Pire.

Pour la Pologne:

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho d'Albuquerque. — Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie :

George Lecca.

Pour la République de St-Marin :

Percival Kalling.

Pour le Salvador :

Pour le Territoire de la Sarre :

P. Courtillet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes :

Dragutin Dimitrijevic. — Sava Tatundzig. — Milos Kovacevic. — Stojsa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam :

Phya Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède :

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wenneqvist.

Pour la Suisse :

P. Dubois. — C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie :

Judr Otokar Ruzicka. — Joseph Zábrodsky.

Pour la Tunisie :

F. Gentil. — Barbarat.

Pour la Turquie :

Pour Mehmed Sabry :

Béha Taly. — Béha Taly.

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes :

Pour l'Uruguay :

Adolfo Agorio.

Pour les Etats-Unis de Vénézuëla :

Luis Alejandro Aguilar.

Certifiée pour copie conforme. Stockholm, au Ministère Royal des Affaires Etrangères, de 30 septembre 1924. — Pour le Secrétaire Général, le chef des Archives, *Candandgren.*

**Règlement d'exécution de L'Arrangement concernant
les Colis Postaux**

CONCLU ENTRE

L'Albanie, l'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique, la Colonie du Congo Belge, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colom-

bie, la République de Costa-Rica, la République de Cuba, le Danemark, la Ville Libre de Dantzig, la République Dominicaine, l'Egypte, l'Equateur; l'Espagne, les Colonies Espagnoles, l'Esthonie, l'Ethiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et Protectorats Français de l'Indochine, l'ensemble des autres Colonies Françaises, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haïti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Inde Britannique, l'Islande, l'Italie, l'ensemble des Colonies Italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres Dépendances Japonaises, la Lettonie, la République de Libéria, la Lithuanie, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la Zone Espagnole), le Maroc (Zone Espagnole), le Nicaragua, la Norvège, la République de Panama, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes Néerlandaises, les Colonies Néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les Colonies Portugaises de l'Afrique, les Colonies Portugaises de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la République de St-Marin, le Salvador, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes, l'Uruguay et les Etats-Unis de Venezuela.

Les soussignés, vu l'article 4 de la Convention postale universelle conclue à Stockholm le 28 août 1924, ont, au nom de leurs Administrations respectives, arrêté, d'un commun accord, les mesures suivantes pour assurer l'exécution de l'Arrangement concernant les colis postaux:

CHAPITRE I.

DISPOSITIONS GÉNÉRALES.

Article 1.

Acheminement.

1. — Chaque Administration est obligée d'acheminer par les voies et moyens qu'elle emploie pour ses propres colis, les colis postaux qui lui sont remis par une autre Administration pour être expédiés en transit par son territoire.

2. — Les colis envoyés en fausse direction sont réexpédiés sur leur véritable destination par la voie la plus directe dont peut disposer l'Office réexpéditeur.

Article 2.

Mode de transmission.

1. — L'échange des colis entre pays limitrophes ou reliés entre eux au moyen d'un service maritime direct est effe-

clué par les bureaux et dans les locaux désignés par les Offices intéressés.

2. — A moins d'arrangement contraire, la transmission des colis entre pays non limitrophes s'opère à découvert.

Les Offices intéressés peuvent s'entendre pour établir des échanges en sacs, paniers ou compartiments clos avec feuilles de route directes; dans ce cas, les dits Offices arrêtent d'un commun accord les mesures nécessaires.

3. — Toutefois, il est obligatoire de former des récipients clos lorsque le nombre des colis est de nature à entraver les opérations d'une Administration intermédiaire d'après la déclaration de cette Administration.

Les récipients doivent porter l'indication bien lisible du bureau d'origine et d'un numéro d'ordre. Leur poids ne doit pas dépasser 60 kg. s'il s'agit de sacs et 80 kg., s'il s'agit d'autres récipients.

Ils doivent être renvoyés vides à l'Office expéditeur par le prochain courrier.

L'Office réexpéditeur doit faire mention sur ses feuilles de route des numéros des récipients retournés et devient responsable de la perte de ceux dont il ne peut pas prouver avoir effectué le renvoi.

Les paniers, sacs et autres récipients semblables, nécessaires à l'échange des colis, sont à la charge à parts égales des Offices qui s'en servent dans leurs rapports réciproques.

4. — Dans les rapports entre pays séparés par un ou plusieurs territoires intermédiaires, les colis doivent suivre les voies dont les Offices intéressés sont convenus.

5. — Lorsque des colis sont retenus d'office en cours de transport, soit par la poste, soit par la douane, l'expéditeur doit être invité, par avis de non-remise, à donner ses instructions. Toutefois, cette mesure n'est pas obligatoire dans les cas de force majeure.

Article 3

Renseignement à fournir aux Administrations.

1. — Les Administrations qui entretiennent des services maritimes réguliers désignent, aux autres Offices, ceux de ces services que peuvent être affectés au transport des colis, en indiquant les distances.

2. — Les Administrations qui ont entre elles des échanges directs se notifient mutuellement, au moyen de tableaux conformes au modèle A ci-annexé:

a) la nomenclature des pays sur lesquels elles peuvent acheminer les colis qui leur sont remis;

- b) les voies ouvertes à l'acheminement desdits colis, à partir de l'entrée sur leurs territoires ou dans leurs services;
- c) le total des frais qui doivent leur être bonifiés pour chaque destination;
- d) le nombre de déclarations en douane dont chaque colis doit être accompagné.

3. — Chaque Administration doit, en outre, faire connaître directement au premier Office intermédiaire quels sont les pays pour lesquels elle se propose de lui livrer des colis.

Article 4

Voies de transmission et taxes.

Au moyen des tableaux A reçus de ses correspondants, chaque Administration détermine les voies à employer pour la transmission de ses colis et les taxes à percevoir sur les expéditeurs, d'après les conditions dans lesquelles s'effectue le transport intermédiaire.

Article 5.

Fixation des équivalents.

1. — Les Administrations perçoivent leurs taxes d'après les équivalents qu'elles ont fixés, selon les indications du tableau (modèle O ci-annexé) et qu'elles doivent notifier au Bureau international, par l'intermédiaire de l'Administration des postes suisses.

2. — En cas de changement du système monétaire dans l'un des pays susmentionnés, l'Administration de ce pays doit s'entendre avec l'Administration des postes suisses pour modifier les équivalents; il appartient à cette dernière Administration de faire notifier la modification à tous les autres Offices de l'Union par l'intermédiaire du Bureau international.

3. — Toute Administration a la faculté de recourir, si elle le juge nécessaire, à l'entente prévue au paragraphe précédent en cas de modification importante dans la valeur de sa monnaie.

CHAPITRE II.

DISPOSITIONS APPLICABLES À TOUS LES COLIS.

Article 6.

Colis encombrants.

1. — Sont considérés comme encombrants:

- a) les colis dont l'une des dimensions dépasse 1 m. 50 ou dont la somme de la longueur et du plus grand pourtour, pris dans un sens autre que celui de la longueur, dépasse 3 mètres;

b) les colis qui, par leur forme, leur volume ou leur fragilité ne se prêtent pas facilement au chargement avec d'autres colis ou qui demandent des précautions spéciales, tels que plantes et arbustes en paniers, cages vides ou renfermant des animaux vivants, boîtes à cigares vides ou autres boîtes en fardeaux, meubles, vanneries, jardinières, voitures d'enfants, rouets, vélocipèdes, etc.

2. — Les Administrations qui assurent des services maritimes ont la faculté de considérer comme encombrant tout colis qui emprunte ces services et dont le volume dépasse 55 décimètres cubes, ou dont une dimension est supérieure à 1 m. 25.

3. — La manière de voir du bureau expéditeur, en ce qui concerne le calcul exact du volume, du poids ou de la dimension, doit être considérée comme prévalant, sauf erreur évidente.

Article 7.

Conditionnement des colis.

Pour être admis au transport, tout colis doit :

a) porter l'adresse exacte du destinataire en caractères latins. Les adresses au crayon ne sont pas admises; toutefois, sont acceptés les colis dont l'adresse est écrite au crayon-encre, sur un fond préalablement mouillé. L'adresse doit être écrite sur le colis même ou sur une étiquette attachée solidement à ce dernier, de manière qu'elle ne puisse se détacher. Il est recommandé d'insérer dans l'envoi une copie de l'adresse *avec mention de l'adresse de l'expéditeur*;

b) être emballé d'une manière qui réponde à la durée du transport et qui preserve assez efficacement le contenu pour qu'il soit impossible d'y porter atteinte sans laisser une trace apparente de violation. Toutefois, sont acceptés, sans emballage, les objets qui peuvent être emboîtés, ou réunis et maintenus par un lien solide muni de plombs ou de cachets, de manière à former un seul et même colis ne pouvant se désagréger. Il n'est pas exigé, non plus, d'emballage pour les colis d'une seule pièce, tels que pièces de bois, pièces métalliques, etc., qu'il n'est pas dans les usages du commerce d'emballer.

Les objets pouvant blesser les agents des postes ou endommager les autres envois doivent être emballés de façon à éviter tout danger;

c) être scellé par des cachets indentiques à la cire, par des plombs ou par un autre moyen, avec empreinte ou marque spéciale uniforme de l'expéditeur.

Article 8.

Emballages spéciaux.

1. — L'emballage des colis pour les pays d'outre-mer doit être particulièrement solide et bien conditionné, en raison des nombreux transbordements et manipulations que doivent supporter ces envois; en particulier, lorsque le contenu est composé de métaux précieux, d'objets en métal ou de marchandises lourdes, il est indispensable d'employer, pour l'emballage, des boîtes en métal résistant ou des caisses en bois d'au moins un centimètre d'épaisseur.

2. — Les liquides et les corps facilement liquéfiables doivent être expédiés dans un double récipient. Entre le premier (bouteille, flacon, pot, boîte, etc.) et le second (boîte en métal, en bois résistant ou en carton ondulé de solide qualité), est ménagé, autant que possible, un espace qui doit être rempli de sciure, de son ou de toute autre matière absorbante ou protectrice.

Cette dernière condition est obligatoire lorsque le premier récipient est particulièrement fragile.

Les matières colorantes, telles que l'aniline, etc., ne sont admises que dans des boîtes en fer blanc résistant, placées à leur tour dans des boîtes en bois avec de la sciure entre les deux emballages; les poudres sèches non colorantes doivent être placées dans des boîtes en métal, en bois ou en carton; ces boîtes doivent être elles-mêmes enfermées dans un sac en toile ou en parchemin.

3. — Lorsqu'ils sont admis par les divers Offices appelés à participer au transport, les colis contenant des *allumettes*, des capsules et des cartouches métalliques chargées pour les armes à feu portatives et des éléments de fusées d'artillerie inexplosibles, doivent être solidement emballés à l'intérieur et à l'extérieur dans des caisses ou des barils. Le contenu doit, en outre, être indiqué tant sur le bulletin d'expédition que sur l'envoi même.

Article 9.

Bulletins d'expédition et déclarations en douane.

1. — Chaque colis doit être accompagné d'un bulletin d'expédition en carton résistant et de déclarations en douane conformes ou analogues aux modèles B et C ci-annexés; les *déclarations en douane* sont solidement attachées au bulletin d'expédition.

L'expéditeur peut ajouter sur le coupon du bulletin d'expédition des communications relatives à l'envoi. Il doit, en

autre, indiquer, au verso du bulletin d'expédition, la manière dont il entend disposer du colis, au cas où la livraison ne pourrait être effectuée. Cette annotation, qui doit être libellée en français ou dans une langue connue dans le pays de destination, *est reproduite sur le colis même.*

Les dispositions suivantes sont seules admises:

- a) que le colis soit immédiatement renvoyé;
- b) que le colis soit réexpédié au même destinataire dans une autre localité;
- c) que le colis soit remis à un autre destinataire (éventuellement sans perception du montant du remboursement ou contre paiement d'une somme inférieure à celle indiquée primitivement);
- d) que le colis soit signalé comme tombé en rebut;
- e) que le colis soit vendu à ses risques et périls ou traité comme abandonné.

2. — Un seul bulletin d'expédition et une seule déclaration en douane peuvent servir pour plusieurs colis ordinaires jusqu'au nombre de trois, émanant du même expéditeur, soumis à la même taxe et destinés à la même personne. Cette disposition n'est pas applicable aux colis expédiés contre remboursement, avec déclaration de valeur, ou à remettre aux destinataires francs de tous droits ou francs de douane seulement, pour lesquels les documents collectifs ne sont pas admis.

Chaque pays peut toutefois exiger un bulletin d'expédition et une déclaration en douane par colis.

3. — Les Administrations n'assument aucune responsabilité du chef des déclarations en douane.

Article 10.

Colis francs de droits.

1. — Les colis à remettre aux destinataires francs de tous droits, ou francs de droits de douane seulement, doivent porter sur l'adresse ainsi que sur les bulletins d'expédition une étiquette de couleur *jaune* avec l'indication, en gros caractères — "Franc de tous droits" ou "Franc de droits de douane seulement". La même indication doit être inscrite par les expéditeurs sur les bulletins d'expédition.

2. — Tout colis expédié "franc de droits" est accompagné d'un bulletin d'affranchissement conforme au modèle E ci-annexé, confectionné en carton de couleur *jaune* et dont le recto est rempli par le bureau expéditeur d'après la texture de la formule. Le bulletin d'affranchissement est solidement attaché au bulletin d'expédition.

Article 11.

Avis de réception.

1. — Les colis pour lesquels les expéditeurs demandent un avis de réception doivent porter l'annotation très apparente «Avis de réception» ou l'empreinte d'un timbre «A.R.» La même mention est reproduite sur les bulletins d'expédition.

2. — Ces envois sont accompagnés d'une formule conforme ou analogue au modèle C annexé au Règlement de la Convention; cette formule est établie par le bureau d'origine ou par tout autre bureau à désigner par l'Office expéditeur; elle est jointe au bulletin d'expédition du colis auquel elle se rapporte. Si elle ne parvient pas au bureau de destination, celui-ci dresse d'office un nouvel avis de réception.

3. — Le bureau de destination, après avoir dûment rempli la formule C, la renvoie, à découvert et en franchise de port, à l'adresse de l'expéditeur du colis.

4. — Lorsque l'expéditeur réclame un avis de réception qui ne lui est pas parvenu dans les délais voulus, il est procédé conformément aux règles tracées à l'article suivant. Dans ce cas, il n'est pas perçu une deuxième taxe et le bureau d'origine inscrit en tête de la formule C, la mention «Dupliquata de l'avis de réception, etc.»

Article 12.

Avis de réception demandés postérieurement au dépôt.

Lorsque l'expéditeur demande un avis de réception postérieurement au dépôt d'un colis, le bureau d'origine remplit une formule C qu'il attache ensuite à une réclamation (modèle N ci-annexé), préalablement revêtue de timbres-poste représentant la taxe prévue à l'article 49 de la Convention.

La réclamation accompagnée de la formule C est traitée selon les prescriptions de l'article 39 ci-après, à cette seule exception que, en cas de livraison régulière du colis, le bureau de destination retire la formule N et renvoie la formule C à l'origine de la manière prescrite au paragraphe 3 de l'article précédent.

Toutefois, dans les pays où le service des colis postaux n'est pas exécuté par l'Administration des postes, la perception de la taxe est constatée sur la formule N, soit par l'apposition d'une vignette spéciale, soit par l'indication du montant de cette perception.

CHAPITRE III.

COLIS CONTRE REMBOURSEMENT.

Article 13.

Indication du remboursement.

1. — Les colis grevés de remboursement et les bulletins d'expédition y afférents doivent porter du côté de l'adresse le mot «Remboursement» écrit ou imprimé d'une manière très apparente et suivi du montant du remboursement qui doit être indiqué en caractères latins, en toutes lettres et en chiffres *arabes*, sans rature ni surcharge, même approuvées.

2. — L'expéditeur doit, en outre, indiquer, sur le colis et au recto du bulletin d'expédition, son nom et son adresse, également en caractères latins.

Article 14.

Etiquette.

Les colis grevés de remboursement ainsi que leurs bulletins d'expédition doivent être revêtus d'une étiquette de couleur orange conforme au modèle D, annexé au Règlement de la Convention.

Article 15.

Mandat de remboursement (formule H).

Tout colis expédié contre remboursement est accompagné d'une formule de mandat de remboursement conforme ou analogue au modèle H ci-annexé. Cette formule, qui est attachée au bulletin d'expédition, doit porter l'indication du montant du remboursement dans la monnaie du pays d'origine et indiquer, en règle générale, l'expéditeur du colis comme bénéficiaire du mandat. Cependant, chaque Administration est libre de faire adresser aux bureaux d'origine des colis ou à d'autres de ses bureaux les mandats afférents aux envois originaires de son service. Le coupon du mandat de remboursement doit indiquer le nom et l'adresse du destinataire du colis, ainsi que le lieu et la date de dépôt de cet envoi.

Article 16.

Conversion du montant du remboursement.

Sauf entente contraire, les montants des remboursements sont convertis en monnaie du pays destinataire par les soins de l'Administration de ce pays, qui se sert à cet effet du taux de conversion dont elle fait usage pour la conversion des mandats de poste à destination du pays d'origine des colis.

Article 17.

Délat de payement.

Le montant du remboursement doit être payé dans un délai de 7 jours à compter du lendemain de l'arrivée du colis au bureau destinataire.

Ce délai est porté à 15 jours dans les relations des pays d'Europe avec les pays hors d'Europe et de ces derniers pays entre eux.

Les délais peuvent être étendus jusqu'au maximum de 28 jours par les Administrations auxquelles leur législation en fait une obligation.

Passé ces délais, le colis est traité comme étant tombé en rebut, conformément aux dispositions de l'article 34 ci-après. L'expéditeur a toutefois la faculté de demander le renvoi immédiat du colis à son adresse, si le destinataire refuse de payer le montant du remboursement lors de la première présentation. Cette demande doit figurer sur le colis et au verso du bulletin d'expédition. Elle doit être libellée en français ou dans une langue connue dans le pays de destination.

Article 18.

Réduction ou annulation du remboursement.

Les demandes d'annulation ou de réduction du montant du remboursement sont soumises aux règles et formalités prescrites par l'article 41 du Règlement de la Convention.

Toute demande de réduction du montant du remboursement doit être accompagnée d'une nouvelle formule de mandat de remboursement indiquant le montant rectifié.

Article 19.

Réexpédition.

Les colis grevés de remboursement peuvent être réexpédiés si le pays de la nouvelle destination assure, avec celui d'origine, le service des colis de cette catégorie. Dans ce cas, les colis sont accompagnés des formules de mandats de remboursement établies par le service d'origine. L'Office de la nouvelle destination procède à la liquidation des remboursements comme si les colis lui avaient été expédiés directement.

Article 20.

Emission du mandat de remboursement

Immédiatement après avoir encaissé le montant du remboursement, le bureau de destination ou tout autre bureau

désigné par l'Administration destinataire rempli la partie "Indications de service" du mandat de remboursement et, après avoir apposé son timbre à date, le renvoie en franchise de port *au bureau de dépôt du colis ou au bureau qui a été spécialement désigné par l'Office d'origine sur le titre lui-même.*

Les mandats de remboursement sont payés aux expéditeurs des colis dans les conditions déterminées par chaque Administration.

Article 21.

Annulation ou remplacement des formules de mandats de remboursement.

1. — Les formules de mandats de remboursement annulées ou remplacées sont détruites par les soins de l'Office destinataire des colis.

2. — Les formules afférentes aux colis grevés de remboursement qui, pour un motif quelconque, sont renvoyés à l'origine, doivent être annulées par les soins de l'Office qui effectue le renvoi.

3. — Lorsque les formules afférentes aux colis grevés de remboursement sont égarées, perdues ou détruites avant l'encaissement du remboursement, le bureau destinataire en établit des duplicata sur lesquels il porte les indications que le bureau expéditeur y aurait consignées.

Article 22.

Mandats de remboursement.

1. — Les mandats de remboursement égarés, perdus ou détruits après l'encaissement du remboursement sont remplacés par des duplicata ou des autorisations de paiement, après constatation par les Administrations intéressées que les mandats n'ont été ni payés, ni remboursés.

2. — Les mandats de remboursement dont les bénéficiaires n'ont pas réclamé le paiement dans les délais de validité fixés par le Règlement des mandats, et ceux qui n'ont pu être délivrés aux bénéficiaires, sont traités conformément aux dispositions de l'article 34 du Règlement de la Convention.

CHAPITRE VI.

COLIS AVEC VALEUR DÉCLARÉE.

Article 23.

Indication du montant de la déclaration.

Les colis avec valeur déclarée et les bulletins d'expédition y afférents doivent comporter l'indication du montant de la

déclaration de valeur dans la monnaie du pays d'origine. Cette indication doit être faite en caractères latins, en toutes lettres et en chiffres *arabes*, sans rature ni surcharge même approuvées. Le montant de la déclaration doit, en outre, être converti en francs-or par l'expéditeur ou par l'Office d'origine. Le résultat de la conversion est indiqué par de nouveaux chiffres placés à côté ou au-dessous de ceux qui représentent le montant de la déclaration dans la monnaie du pays d'origine.

Le montant en francs-or doit être souligné d'un fort trait au crayon de couleur.

Article 24.

Etiquettes et timbres-poste.

Les colis avec valeur déclarée ainsi que leurs bulletins d'expédition doivent porter une étiquette rouge avec l'indication «Valeur déclarée» en caractères latins.

Lorsque les colis contiennent des espèces monnayées, des matières d'or ou d'argent ou d'autres objets précieux, *les cachets ou scellés de même que* les étiquettes de toute nature et, le cas échéant, les timbres-poste apposés sur les colis, doivent être espacés, *de façon à ne pas pouvoir cacher* des lésions de l'emballage. *Les étiquettes et, le cas échéant, les timbres-poste* ne doivent pas, non plus, être repliés, sur les deux faces de l'emballage de manière à couvrir la bordure.

Article 25.

Empreinte du cachet.

Outre l'indication de la déclaration de valeur prescrite par l'article 23, le bulletin d'expédition accompagnant chaque colis avec valeur déclarée doit porter *une reproduction exacte de l'empreinte ou de la marque spéciale de l'expéditeur prévue à l'article 7, lettre c).*

Article 26.

Indication du poids.

Le poids exact en grammes de chaque colis avec valeur déclarée doit être inscrit par l'Office d'origine;

a) sur l'adresse du colis;

b) sur le bulletin d'expédition, à la place à ce réservée.

CHAPITRE V.

COLIS URGENTS.

Article 27.

Étiquette.

Les colis urgents et les bulletins d'expédition y afférents doivent porter une étiquette avec l'indication très apparente « Urgent ».

Article 28.

Transmission et comptabilité.

Les Offices qui participent à l'échange des colis urgents s'entendent pour assurer la transmission rapide et, autant que possible, directe de ces colis; ces Offices arrêtent également d'un commun accord les mesures nécessaires pour la comptabilité.

CAPITRE V

OPÉRATIONS AU DÉPART ET À L'ARRIVÉE.

Article 29.

Numéro d'enregistrement et lieu de dépôt.

Chaque colis, ainsi que le bulletin d'expédition qui s'y rapporte, doit être revêtu d'une étiquette conforme au modèle D ci-annexé indiquant le numéro de l'enregistrement et le nom du bureau de dépôt. Le même bureau d'origine ne peut employer, en même temps, deux ou plusieurs séries d'étiquettes, sauf le cas où les séries sont complétées par un caractère distinctif.

Article 30.

Application du timbre à date.

Le bulletin d'expédition est frappé par le bureau d'origine, du côté de la suscription, du timbre indiquant le lieu et la date du dépôt.

Le bureau d'origine doit indiquer, en outre, la coupure du poids du colis ou le poids de ce colis, en kilogrammes.

Article 31.

Colis exprès.

Les colis à remettre par exprès ainsi que les bulletins d'expédition correspondants sont frappés d'un timbre ou revêtus d'une étiquette portant, en gros caractères, le mot «Exprès».

Article 32.

Renvoi des bulletins d'affranchissement. Récupération des droits avancés.

1.—Après la livraison d'un colis franc de droits au destinataire, le bureau qui a fait l'avance des frais de douane ou autres pour le compte de l'expéditeur *complète*, en ce qui le concerne, les indications qui figurent au verso du bulletin d'affranchissement et transmet ce dernier accompagné des pièces justificatives, sous enveloppe fermée, sans indication du contenu, au bureau d'origine du colis.

Toutefois, chaque Administration a le droit de faire effectuer par des bureaux spécialement désignés, le renvoi des bulletins d'affranchissement grevés de frais et de demander que les bulletins soient transmis à un bureau déterminé. Dans ce dernier cas, le nom du bureau auquel les bulletins doivent être renvoyés est inscrit par le bureau expéditeur du colis au recto du bulletin d'affranchissement.

2.—Lorsqu'un colis qui porte l'étiquette «franc de tous droits» ou «franc de droits de douane seulement» parvient au service destinataire sans bulletin d'affranchissement, le bureau chargé du dédouanement établit un duplicata du bulletin en avant soin de substituer le nom du pays d'origine de l'envoi à celui de l'Office dont il relève lui-même. Lorsque le bulletin d'affranchissement est perdu après livraison du colis, un duplicata est établi dans les mêmes conditions.

3.—Les bulletins d'affranchissement afférents aux colis qui, pour un motif quelconque, sont renvoyés à l'origine, doivent être annulés par le soins de l'Office que effectue le renvoi et être attachés aux bulletins d'expédition.

4.—A la réception d'un bulletin d'affranchissement indiquant les frais déboursés par le service destinataire, l'Office d'origine converti le montant de ces frais dans sa propre monnaie à un taux qu'il détermine lui-même et qui ne doit pas être supérieur au taux fixé pour l'émission des mandats de poste à destination du pays correspondant. Le résultat de la conversion est indiqué dans le corps de la formule et sur

coupon latéral; il est confirmé par la signature de l'agent qui a opéré la conversion. Après avoir recouvré le montant des frais, le bureau d'origine remet à l'expéditeur le coupon du bulletin et, le cas échéant, les pièces justificatives.

Article 33.

Réexpédition.

1.—Les colis réexpédiés par suit de fausse direction ne peuvent être frappés de droits de douane ou autres par l'Office réexpéditeur.

Lorsque ce dernier renvoie un colis à l'Office qui l'a acheminé en dernier lieu, il lui restitue les bonifications qu'il a reçues et signale l'erreur par un bulletin de vérification.

Dans les autres cas et si le montant des taxes qui lui ont été attribuées est insuffisant pour couvrir les frais de réexpédition qui lui incombent, l'Office réexpéditeur bonifie à l'Office auquel il remet le colis les droits de transport que comporte l'acheminement; il se crédite ensuite de la somme dont il est à découvert par une reprise sur le bureau d'échange qui a transmis en dernier lieu le colis en fausse direction. Le motif de cette reprise est notifié à ce bureau au moyen d'un bulletin de vérification.

2.—Lorsqu'un colis a été admis à tort à l'expédition par suit d'une erreur imputable au service postal et doit, pour ce motif, être renvoyé au pays d'origine, l'Office qui restitue le colis alloue à l'Office qui le lui a livré les bonifications qu'il en a reçues.

Lorsque le renvoi est la conséquence d'une erreur de l'expéditeur ou d'une des interdictions prévues à l'article 14 de l'Arrangement, les frais de transport qui résultent de l'opération sont à la charge des expéditeurs. Chaque Office se crédite de sa quote-part par une reprise ainsi qu'il est indiqué au § 3 ci-après pour les colis réexpédiés.

3.—Les colis réexpédiés par suit de changement de résidence des destinataires ou d'une erreur imputable à l'expéditeur sont grevés, à la charge des destinataires, par l'Office distributeur, d'une taxe représentant les quotes-parts revenant aux divers Offices qui ont participé au transport de réexpédition.

L'Office réexpéditeur se crédite de sa quote-part sur l'Office intermédiaire ou sur l'Office de la nouvelle destination. Dans les cas où le pays de réexpédition et celui de la nouvelle destination ne sont pas limitrophes, le premier Office intermédiaire qui reçoit un colis réexpédié se crédite du montant de sa quote-part et de celle de l'Office réexpéditeur, vis-à-vis de l'Office auquel il livre cet objet; et ce dernier à son

tour, s'il n'est lui-même qu'un intermédiaire, répète, sur l'Office suivant, sa propre quote-part, cumulée avec dont il a tenu compte à l'Office précédent. La même opération se poursuit dans les rapports entre les différents Offices participant au transport, jusqu'à ce que le colis parvienne à l'Office distributeur.

Lorsque la taxe de transport est acquittée au moment de la réexpédition, le colis est traité comme s'il était adressé directement par le pays réexpéditeur au pays de la nouvelle destination. Dans ce cas, aucune taxe de transport n'est perçue sur le destinataire.

Le détail des frais repris doit être indiqué sur le bulletin d'expédition ou, à défaut, sur un bordereau joint à ce document.

4.—Les colis sont réexpédiés dans leur emballage primitif; ils sont accompagnés du bulletin d'expédition établi par le bureau d'origine. Si le colis doit, pour un motif quelconque, être remballé ou si le bulletin d'expédition primitif doit être remplacé par un bulletin supplémentaire, il est indispensable que le nom du bureau d'origine du colis et le numéro d'enregistrement primitif figurent tant sur le colis que sur le bulletin d'expédition.

Article 34.

Rebuts. Avis de non-remise.

1.—Lorsque l'expéditeur a demandé par une annotation portée au verso du bulletin d'expédition et sur le colis que le colis soit signalé comme tombé en rebut, l'Office destinataire transmet à l'Office expéditeur, après l'avoir complété un avis de non-remise conforme au modèle J ci-annexé. Cet avis, qui est accompagné du bulletin d'expédition original, doit indiquer, le cas échéant, le montant des frais de douane et autres dont le colis est déjà grevé et de ceux dont il pourrait être encore grevé en raison d'un magasinage prolongé. L'avis est renvoyé au bureau qui l'a établi avec les instructions de l'expéditeur et avec le bulletin d'expédition.

2.—Un avis modèle J doit également être établi pour signaler à l'Office d'origine les colis postaux tombés en souffrance pour cause d'avarie, de spoliation ou toute autre cause de même nature.

3.—En règle générale, les avis de non-remise sont échangés entre le bureau de destination et le bureau d'origine. Toutefois, chaque Office peut demander que les avis qui concernent son service soient transmis à son Administration centrale ou à un bureau spécialement désigné. Il appartient à l'Office d'origine d'aviser l'expéditeur. *L'échange des avis de non-re-*

mise doit être accéléré autant que possible par tous les bureaux intéressés.

4.—Lorsque de colis ayant donné lieu à un avis sont retirés ou réexpédiés avant la réception des instructions de l'expéditeur, le bureau d'origine doit en être informé immédiatement pour qu'il en prévienne l'expéditeur.

5.—Lorsqu'un colis est renvoyé à l'origine sans que l'avis de non-remise prévu au § 1 du présent article ait été établi, l'Office destinataire est tenu de prendre les frais de renvoi à sa charge.

Article 35.

Rebuts, Instructions de l'expéditeur.

1.—*En réponse à l'avis de non-remise qui lui a été transmis conformément aux dispositions de l'article précédent, l'expéditeur peut demander :*

a) *que le destinataire primitif soit avisé encore une fois;*
b) *que l'adresse du colis soit rectifiée ou complétée;*
c) *que le colis soit remis à un autre destinataire ou qu'il soit réexpédié sur une autre destination pour être remis au destinataire primitif ou à une autre personne.*

d) *qu'un colis grevé de remboursement soit remis à une autre personne contre perception du montant du remboursement indiqué ou qu'il soit remis au destinataire primitif ou à une autre personne sans perception du montant du remboursement ou contre paiement d'une somme inférieure à celle indiquée primitivement. Si le montant du remboursement est réduit, une nouvelle formule H doit être établie conformément aux prescriptions de l'article 18;*

e) *que les colis soit remis au destinataire primitif ou à une autre personne sans perception des frais de douane ou des autres frais dont il est grevé. Dans ce cas, un bulletin d'affranchissement doit être établi conformément aux prescriptions de l'article 10;*

f) *que le colis lui soit immédiatement renvoyé;*

g) *que le colis soit vendu à ses risques et périls ou traité comme abandonné.*

Aucune demande autre que celles prévues ci-dessus n'est admise.

2.—Après réception des instructions de l'expéditeur, ces dernières seules sont valables et exécutoires.

Article 36.

Renvoi des colis tombés en rebut.

1.—Tout colis dont le destinataire est parti pour un pays non participant à l'Arrangement concernant les colis postaux

est traité comme rebut, à moins que l'Office de la première destination ne soit en mesure de le faire parvenir.

2.—Si l'expéditeur a formulé une demande non prévue à l'article 35, l'Office de destination peut renvoyer immédiatement le colis au bureau d'origine sans établir un nouvel avis. Il en est de même lorsque l'expéditeur refuse de payer le droit prévu par le § 3 de l'article 49 de l'Arrangement. Si l'expéditeur ne donne pas de réponse à l'avis de non-remise le colis lui est renvoyé à l'expiration du délai fixé au § 3 du dit article 49.

3.—Le bureau qui renvoie un colis à l'expéditeur doit indiquer d'une manière claire et concise en langue française la cause de la non-remise sous la forme suivante: Inconnu, refusé, en voyage, parti, non réclamé, décédé ou un mot similaire. Cette indication peut être manuscrite ou être fournie par l'application d'un timbre ou l'apposition d'une étiquette. Chaque Office a la faculté d'ajouter la traduction dans sa propre langue de la cause de non-remise et les autres indications qui lui conviennent.

4.—Les colis à renvoyer à l'expéditeur sont inscrits sur la feuille de route avec la mention "Rebuts" dans la colonne "Observations". Ils sont traités et taxés comme les objets réexpédiés par suite de changement de résidence des destinataires.

Article 37.

Vente. Destruction.

1.—Lorsqu'un colis a été vendu ou détruit conformément aux prescriptions de l'article 21 de l'Arrangement, il est dressé procès-verbal de la vente ou de la destruction. Une copie du procès-verbal, accompagnée du bulletin d'expéditeur, est transmise au bureau d'origine.

2.—Le produit de la vente sert, en premier lieu, à couvrir les frais qui grèvent le colis. Le cas échéant, l'excédent est transmis au bureau d'origine pour être remis à l'expéditeur, qui supporte les frais d'envoi.

Article 38.

Retrait. Modification d'adresse.

Les demandes de retrait de colis et de modification d'adresse sont soumises aux règles et formalités prescrites par les articles 41 et 42 du Règlement de la Convention.

formule N à l'Office suivant, il est tenu d'adresser à l'Office d'origine une copie de cette formule dûment complétée par les indications de transmission du colis.

CHAPITRE VII.

ÉCHANGE DES COLIS.

Article 40.

Feuille de route.

1. — Les colis sont inscrits par le bureau d'échange expéditeur sur une feuille de route conforme au modèle F ci-annexé, avec tous les détails que cette formule comporte. Toutefois, les Offices correspondants peuvent s'entendre pour que les colis ordinaires soient inscrits en bloc sur les feuilles de route, avec indication sommaire des montants à bonifier. Les bulletins d'expédition, les formules de mandats de remboursement, les déclarations en douane et, le cas échéant, les autres documents exigés (factures, certificats d'origine, de santé, etc.), ainsi que les bulletins d'affranchissement et les avis de réception, sont joints à la feuille de route.

Les bureaux d'échange intermédiaires ne sont pas tenus de vérifier les documents accompagnant les feuilles de route.

2. — Les colis pour le service des prisonniers de guerre sont inscrits sur la feuille de route, mais sans indication de bonification, sauf quand il s'agit de colis grevés de remboursement.

3. — Dans les relations par mer, les bureaux d'échange expéditeurs doivent, sauf arrangement contraire, numéroté les feuilles de route à l'angle gauche supérieur d'un des coins.

Article 39.

Réclamation de colis ou de mandats de remboursement.

1.—Pour les réclamations de colis ou de mandats de remboursement non parvenus en retour, il est fait usage d'une formule conforme ou analogue au modèle N ci-annexé. L'Office du pays d'origine transmet cette formule directement à l'Office de destination.

2.—Toutefois, dans les relations avec les pays d'outre-mer et de ces pays entre eux, la réclamation est transmise de bureau à bureau en suivant la même voie d'acheminement que l'envoi qui fait l'objet de la réclamation.

3.—Dans le cas prévu au paragraphe 1 ci-dessus, l'Office destinataire, s'il est en état de fournir les renseignements sur le sort définitif du colis ou du mandat de remboursement, complète la formule N et la renvoie à l'Office d'origine.

Si l'Office destinataire ne trouve pas trace du colis ou du mandat de remboursement, il retourne la formule à l'Office d'origine en y ajoutant une déclaration du destinataire attestant qu'il n'a pas reçu l'envoi. L'Office d'origine complète la formule en y indiquant les détails de la transmission au premier Office intermédiaire et l'adresse à cet Office, lequel y consigne ses observations et la transmet, éventuellement, à l'Office suivant. La réclamation est ainsi communiquée d'Office à Office jusqu'à ce que le sort de l'objet réclamé soit établi.

L'Office qui a effectué la remise au destinataire, ou qui, le cas échéant, ne peut établir, ni la remise, ni la transmission régulière à un autre Office, constate le fait sur la formule et la renvoie à l'Office d'origine.

4.—Dans le cas prévu au paragraphe 2 ci-dessus, les recherches se poursuivent depuis l'Office d'origine jusqu'à l'Office de destination. Chaque Office porte sur la formule N les enseignements concernant la transmission à l'Office suivant. Si cette transmission ne peut être établie, la formule dûment complétée est envoyée à l'Administration du pays destinataire. Celle-ci procède ensuite comme il est dit au dernier alinéa du paragraphe précédent.

5. — La formule N doit être accompagnée, autant que possible, d'un fac-similé de la suscription de l'adresse. Elle est transmise, sans lettre d'envoi, sous enveloppe fermée.

Une seule formule N peut être utilisée pour deux ou trois colis ayant fait l'objet d'un bulletin d'expédition collectif.

Chaque Administration peut demander, par une notification,

divers documents qui les accompagnent. Cette vérification est contradictoire chaque fois qu'il est possible.

2. — S'il constate des erreurs ou des omissions sur la feuille de route, il opère immédiatement les rectifications nécessaires en ayant soin de biffer, d'un trait de plume, les indications erronées, de manière à laisser reconnaître les inscriptions primitives. Ces rectifications s'effectuent avec le concours de deux agents. A moins d'une erreur évidente, elles prévalent sur la déclaration originale.

Un bulletin de vérification conforme au modèle G ci-annexé est, en outre, dressé par le bureau destinataire et envoyé sans délai, sous pli recommandé, au bureau d'échange expéditeur.

3. — Les différences de peu d'importance en ce qui concerne le volume, les dimensions et le poids des colis ainsi que les irrégularités qui, d'une manière évidente, n'engagent pas la responsabilité des Administrations respectives, sont signalées au moyen d'un bulletin de vérification.

4. — Après examen, le bureau d'échange expéditeur renvoie le bulletin de vérification, avec ses observations s'il y a lieu. Ce bulletin est alors annexé aux feuilles de route qu'il concerne. Les corrections faites sur une feuille de route et non appuyées des pièces justificatives sont considérées comme nulles.

Article 42.

Constatation des irrégularités engageant la responsabilité des Administrations

1. — La constatation, soit d'un manquant, soit d'une altération ou irrégularité de nature à engager la responsabilité des Administrations respectives, donne lieu à l'établissement d'un bulletin de vérification qui est transmis sous pli recommandé au bureau d'échange expéditeur.

Lorsqu'il s'agit d'un colis avec valeur déclarée, il est en ou-

est traité comme rebut, à moins que l'Office de la première destination ne soit en mesure de le faire parvenir.

2.—Si l'expéditeur a formulé une demande non prévue à l'article 35, l'Office de destination peut renvoyer immédiatement le colis au bureau d'origine sans établir un nouvel avis. Il en est de même lorsque l'expéditeur refuse de payer le droit prévu par le § 3 de l'article 49 de l'Arrangement. Si l'expéditeur ne donne pas de réponse à l'avis de non-remise le colis lui est renvoyé à l'expiration du délai fixé au § 3 du dit article 49.

3.—Le bureau qui renvoie un colis à l'expéditeur doit indiquer d'une manière claire et concise en langue française la cause de la non-remise sous la forme suivante: Inconnu, refusé, en voyage, parti, non réclamé, décédé ou un mot similaire. Cette indication peut être manuscrite ou être fournie par l'application d'un timbre ou l'apposition d'une étiquette. Chaque Office a la faculté d'ajouter la traduction dans sa propre langue de la cause de non-remise et les autres indications qui lui conviennent.

4.—Les colis à renvoyer à l'expéditeur sont inscrits sur la feuille de route avec la mention "Rebuts" dans la colonne "Observations". Ils sont traités et taxés comme les objets réexpédiés par suite de changement de résidence des destinataires.

Article 37.

Vente. Destruction.

1.—Lorsqu'un colis a été vendu ou détruit conformément aux prescriptions de l'article 24 de l'Arrangement, il est dressé procès-verbal de la vente ou de la destruction. Une copie du procès-verbal, accompagnée du bulletin d'expéditeur, est transmise au bureau d'origine.

2.—Le produit de la vente sert, en premier lieu, à couvrir les frais qui grèvent le colis. Le cas échéant, l'excédent est transmis au bureau d'origine pour être remis à l'expéditeur, qui supporte les frais d'envoi.

Article 38.

Retrait. Modification d'adresse.

Les demandes de retrait de colis et de modification d'adresse sont soumises aux règles et formalités prescrites par les articles 41 et 42 du Règlement de la Convention.

Article 39.

Réclamation de colis ou de mandats de remboursement.

1.—Pour les réclamations de colis ou de mandats de remboursement non parvenus en retour, il est fait usage d'une formule conforme ou analogue au modèle N ci-annexé. L'Office du pays d'origine transmet cette formule directement à l'Office de destination.

2.—Toutefois, dans les relations avec les pays d'outre-mer et de ces pays entre eux, la réclamation est transmise de bureau à bureau en suivant la même voie d'acheminement que l'envoi qui fait l'objet de la réclamation.

3.—Dans le cas prévu au paragraphe 1 ci-dessus, l'Office destinataire, s'il est en état de fournir les renseignements sur le sort définitif du colis ou du mandat de remboursement, complète la formule N et la renvoie à l'Office d'origine.

Si l'Office destinataire ne trouve pas trace du colis ou du mandat de remboursement, il retourne la formule à l'Office d'origine *en y ajoutant une déclaration du destinataire attestant qu'il n'a pas reçu l'envoi*. L'Office d'origine complète la formule en y indiquant les détails de la transmission au premier Office intermédiaire et l'adresse à cet Office, lequel y consigne ses observations et la transmet, éventuellement, à l'Office suivant. La réclamation est ainsi communiquée d'Office à Office jusqu'à ce que le sort de l'objet réclamé soit établi.

L'Office qui a effectué la remise au destinataire, ou qui, le cas échéant, ne peut établir, ni la remise, ni la transmission régulière à un autre Office, constate le fait sur la formule et la renvoie à l'Office d'origine.

4.—Dans le cas prévu au paragraphe 2 ci-dessus, les recherches se poursuivent depuis l'Office d'origine jusqu'à l'Office de destination. Chaque Office porte sur la formule N les enseignements concernant la transmission à l'Office suivant. Si cette transmission ne peut être établie, la formule dûment complétée est envoyée à l'Administration du pays destinataire. Celle-ci procède ensuite comme il est dit au dernier alinéa du paragraphe précédent.

5. — La formule N doit être accompagnée, autant que possible, d'un fac-similé de la suscription de l'adresse. Elle est transmise, sans lettre d'envoi, sous enveloppe fermée.

Une seule formule N peut être utilisée pour deux ou trois colis ayant fait l'objet d'un bulletin d'expédition collectif.

Chaque Administration peut demander, par une notification adressée au Bureau international, que les réclamations qui concernent son service soient transmises, soit à son Administration centrale, soit à un bureau spécialement désigné, soit en-

fin directement au bureau de destination ou, si elle est seulement intéressée à titre d'intermédiaire, au bureau d'échange auquel le colis a été expédié.

6. — *Chaque fois qu'un Office intermédiaire transmet une formule N à l'Office suivant, il est tenu d'adresser à l'Office d'origine une copie de cette formule dûment complétée par les indications de transmission du colis.*

CHAPITRE VII.

ÉCHANGE DES COLIS.

Article 40.

Feuille de route.

1. — Les colis sont inscrits par le bureau d'échange expéditeur sur une feuille de route conforme au modèle F ci-annexé, avec tous les détails que cette formule comporte. Toutefois, les Offices correspondants peuvent s'entendre pour que les colis ordinaires soient inscrits en bloc sur les feuilles de route, avec indication sommaire des montants à bonifier. Les bulletins d'expédition, les formules de mandats de remboursement, les déclarations en douane et, le cas échéant, les autres documents exigés (factures, certificats d'origine, de santé, etc.), ainsi que les bulletins d'affranchissement et les avis de réception, sont joints à la feuille de route.

Les bureaux d'échange intermédiaires ne sont pas tenus de vérifier les documents accompagnant les feuilles de route.

2. — Les colis pour le service des prisonniers de guerre sont inscrits sur la feuille de route, mais sans indication de bonification, *sauf quand il s'agit de colis grevés de remboursement.*

3. — Dans les relations par mer, les bureaux d'échange expéditeurs doivent, sauf arrangement contraire, numérotter les feuilles de route à l'angle gauche supérieur, d'après une série annuelle pour chaque bureau d'origine et pour chaque bureau de destination, en mentionnant autant que possible, au-dessous du numéro, le nom du navire transporteur. Le dernier numéro de l'année doit mentionné sur la première feuille de route de l'année suivante.

Article 41.

Vérification par les bureaux d'échange. Constatation des irrégularités n'engageant pas la responsabilité des Administrations.

1. — A la réception d'une feuille de route, le bureau d'échange destinataire procède à la vérification des colis et des

divers documents qui les accompagnent. Cette vérification est contradictoire chaque fois qu'il est possible.

2. — S'il constate des erreurs ou des omissions sur la feuille de route, il opère immédiatement les rectifications nécessaires en ayant soin de biffer, d'un trait de plume, les indications erronées, de manière à laisser reconnaître les inscriptions primitives. Ces rectifications s'effectuent avec le concours de deux agents. A moins d'une erreur évidente, elles prévalent sur la déclaration originale.

Un bulletin de vérification conforme au modèle G ci-annexé est, en outre, dressé par le bureau destinataire et envoyé sans délai, sous pli recommandé, au bureau d'échange expéditeur.

3. — Les différences de peu d'importance en ce qui concerne le volume, les dimensions et le poids des colis ainsi que les irrégularités qui, d'une manière évidente, n'engagent pas la responsabilité des Administrations respectives, sont signalées au moyen d'un bulletin de vérification.

4. — Après examen, le bureau d'échange expéditeur renvoie le bulletin de vérification, avec ses observations s'il y a lieu. Ce bulletin est alors annexé aux feuilles de route qu'il concerne. Les corrections faites sur une feuille de route et non appuyées des pièces justificatives sont considérées comme nulles.

Article 42.

Constatation des irrégularités engageant la responsabilité des Administrations

1. — La constatation, soit d'un manquant, soit d'une altération ou irrégularité de nature à engager la responsabilité des Administrations respectives, donne lieu à l'établissement d'un bulletin de vérification qui est transmis sous pli recommandé au bureau d'échange expéditeur.

Lorsqu'il s'agit d'un colis avec valeur déclarée, il est en outre dressé un procès-verbal qui est transmis, sous pli recommandé d'office, à l'Administration centrale du pays auquel appartient le bureau d'échange expéditeur, accompagné, s'il y a lieu, des ficelles, cachets ou plombs qui fermaient le récipient dans lequel les colis étaient contenus. Un double du procès-verbal est en même temps adressé à l'Administration centrale à laquelle ressortit le bureau d'échange destinataire ou à tout autre organe de direction désigné par cette dernière.

2. — Si le cas le comporte, le bureau d'échange expéditeur peut, en outre, être avisé par télégramme, aux frais de l'Office qui expédie celui-ci.

3. — Lorsque le bureau d'échange destinataire n'a pas fait parvenir au bureau d'échange expéditeur, par le premier courrier après la vérification, un bulletin constatant des erreurs ou

des irrégularités quelconques, il est considéré comme ayant reçu les colis, jusqu'à preuve du contraire.

4. — Sans préjudice de l'application des dispositions du § 1, le bureau d'échange qui reçoit, d'un bureau correspondant avec lequel il n'est pas en contact immédiat, un colis insuffisamment emballé ou avarié, doit y donner cours après l'avoir emballé de nouveau, s'il y a lieu, en conservant autant que possible l'emballage primitif.

Si l'avarie est telle que le contenu de l'envoi a pu être soustrait, le bureau doit procéder d'abord à l'ouverture d'office du colis et à la vérification de son contenu.

Dans les deux cas, le poids du colis doit être constaté avant et après le nouvel emballage et indiqué sur l'enveloppe même du colis. Cette indication est suivie de la mention "Remballé à....." et de la signature des agents ayant effectué le remballage.

CHAPITRE VIII.

COMPTABILITÉ. RÉGLEMENT DES COMPTES

Article 43.

Décompte des bonifications

1. — Chaque Administration fait établir mensuellement, par ses bureaux d'échange et pour tous les envois reçus d'un seul et même Office, un état, conforme au modèle K ci-annexé, des sommes totales inscrites sur les feuilles de route :

a) à son crédit, pour sa part et, s'il y a lieu, celle de chacune des Administrations intéressées, dans les taxes perçues par l'Office expéditeur;

b) à son débit, pour la part revenant à l'Office réexpéditeur et aux Offices intermédiaires, en cas de réexpédition et de rebut, dans les taxes à recouvrer sur les destinataires.

2. — Les états K sont récapitulés dans un compte L dont le modèle est également ci-annexé.

3. — Le compte L accompagné des états K, des feuilles de route et, s'il y a lieu, des bulletins de vérification y afférents, est soumis à l'examen de l'Office correspondant, dans le courant du mois qui suit celui auquel il se rapporte.

Les totaux ne doivent jamais être rectifiés. Les erreurs qui pourraient être relevées doivent faire l'objet d'états de différence.

4. — Après vérification et acceptation, les comptes L sont résumés dans un compte général trimestriel établi par l'Office créditeur. Ce compte peut toutefois être établi par semestre ou par année, après entente entre les Offices intéressés.

Article 44.

Règlement des comptes.

1. — Le solde résultant de la balance des comptes *généraux* est payé par l'Office débiteur à l'Office créateur de la manière prévue à l'article 66 du Règlement de la Convention.

2. — L'établissement, l'envoi et le paiement *du solde d'un compte général* doivent être effectués dans le plus bref délai possible et, au plus tard, *dans le délai de trois mois après l'expiration de la période à laquelle le compte se rapporte. Ce délai est porté à six dans les relations avec les pays d'outre-mer.*

Article 45.

Décompte des mandats de remboursement.

1. — Sauf entente contraire, le décompte relatif aux mandats de remboursement payés par chaque Office pour le compte d'un autre Office est effectué au moyen d'annexes aux comptes particuliers (modèle M ci-annexé) des mandats de poste.

2. — Dans ces comptes qui sont accompagnés des mandats de remboursement payés et quittancés, les mandats sont inscrits par ordre alphabétique des bureaux d'émission et par ordre numérique de leur inscription aux registres de ces bureaux. L'Office qui a établi le compte déduit de la somme totale de sa créance *un quart pour cent* augmenté de la moitié de la taxe fixe de remboursement prévue à l'article 25 de l'Arrangement.

Dans le cas où deux Office ne perçoivent pas une taxe fixe de remboursement d'égale montant, la quote-part à bonifier à l'Office correspondant est calculée sur la base de la taxe la plus faible.

3. — Le solde du compte M est ajouté, autant que possible, à celui du compte particulier des mandats de poste établi pour la même période. La vérification et la liquidation de ces comptes sont effectuées selon les règles fixées par le Règlement des mandats de poste.

Article 46.

Bulletins d'affranchissement. Décompte des frais de douane, etc.

1. — Le décompte relatif aux frais de douane, etc., déboursés par chaque Office pour le compte d'un autre, est effectué au moyen de comptes particuliers mensuels conformes au modèle E bis ci-annexé, qui sont établis par l'Office débiteur dans la monnaie du pays créateur. Les bulletins d'affranchissement sont inscrits par ordre alphabétique des bureaux

qui ont fait l'avance des frais et suivant l'ordre numérique qui leur a été donné.

2. — Le compte particulier, accompagné des bulletins d'affranchissement, est transmis à l'Administration créditrice au plus tard à la fin du mois qui suit celui auquel il se rapporte. Il n'est pas dressé de compte négatif.

3. — La vérification des comptes est effectuée d'après les règles fixées par le Règlement des mandats de poste.

4. — Les décomptes donnent lieu à une liquidation spéciale. Chaque Office peut toutefois demander que ces comptes soient annexés, soit aux comptes des mandats de poste, soit aux comptes L ou M.

DISPOSITIONS DIVERSES.

Article 47.

Formules. Langue.

En vue de l'application des dispositions du paragraphe 2 de l'article 31 de la Convention, sont considérées formules à l'usage du public, les formules B, C, H, J et N.

Article 48.

Communications et notifications.

1. — Les Administrations doivent, trois mois au moins avant de mettre l'Arrangement à exécution, communiquer ou notifier aux autres Administrations par l'intermédiaire du Bureau International:

a) les dispositions qu'elles ont prises en ce qui concerne:

1° la limite de poids;

2° la déclaration de valeur;

3° les colis encombrants;

4° les remboursements;

5° les colis exprès et les colis urgents;

6° le nombre de colis qui peuvent être accompagnés d'une seule déclaration en douane;

7° les communications manuscrites sur le bulletin d'expédition;

8° les dimensions et le volume des colis postaux transportés par la voie maritime;

9° les langues dans lesquelles les déclarations en douane peuvent être rédigées;

b) la liste des objets interdits à l'importation ou au transit et de ceux qui sont admis conditionnellement au transport dans leurs services respectifs;

c) toutes les taxes et tous les droits élémentaires applicables dans leur service;

d) l'avis que les colis admis pour toutes les localités, ou, dans le cas contraire, la liste des localités qui sont desservies;

e) un extrait en langue allemande, anglaise, espagnole ou française des dispositions de leurs lois ou règlements applicables au transport des colis.

2. — Toute modification ultérieure des dispositions ci-dessus mentionnées doit être notifiée sans retard et de la même manière.

DISPOSITIONS FINALES.

Article 49.

Mise à exécution et durée du Règlement.

Le présent Règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de l'Arrangement des colis postaux.

Il aura la même durée que cet Arrangement, à moins qu'il ne soit renouvelé d'un commun accord entre les Parties intéressées.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Albanie:

David Bjurström.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk. — K. Orth.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard. — Hub. Krains. — O. Schockaert.

Pour la Colonie du Congo belge:

M. Halewyck. — G. Tondeur.

Pour la Bolivie:

Mtc. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida-Brandão. — J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff. — St. Ivanoff.

Pour le Chili :

Cesar Leon. — L. Tagle Salinas. — C. Verneuil.

Pour la Chine :

Tai Tch'enne Linne.

Pour la République de Colombie :

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Costa-Rica :

V. Andersson.

Pour la République de Cuba :

José D. Morales Diaz. — César Carvallo.

Pour le Danemark :

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig :

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour la République Dominicaine :

C. G. F. Hagström.

Pour l'Égypte :

H. Mazloum. — E. Maggiar. — Wabhé Ibrahim.

Pour l'Équateur :

Pour l'Espagne :

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles :

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie :

Edward Wirgo.

Pour l'Éthiopie :

B. Marcos. — A. Bousson.

Pour la Finlande :

G. E. F. Albrecht.

Pour la France :

M. Lebon. — Robert Hicquet. — A. Body. — Douarche. — G. Béchel.

Pour l'Algérie :

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indo-
chine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pillias. — Ginestou.

Pour la Grèce:

Penthéroudakis. — J. Lachnidakis.

Pour le Guatemala:

Pour la République d'Haïti:

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:

O. de Fejér. — G. Baron Szalay.

Pour l'Inde britannique:

Geoffrey Clarke. — Hemanta Kumar Raha.

Pour l'Islande:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori. — H. Kawai. — H. Makino.

Pour le Chosen:

S. Komori. — R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

K. Sugino. — H. Kawai.

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis. — Louis Rudans.

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:

I. Jurkunas-Scheynius. — Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:

Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole) :

F. Gentil. — Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole) :

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour le Nicaragua :

Pour la Norvège :

Klaus Helsing. — Oskar Homme.

Pour la République de Panama :

José D. Morales Diaz. — César Carvallo.

Pour le Paraguay :

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas :

Schreuder. — J. S. van Gelder. — J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises :

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek : — *I. J. Milborn.*

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique :

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek : — *I. J. Milborn.*

Pour le Pérou :

Emil Hector.

Pour la Perse :

Fahimed Dowleh. — E. Pire.

Pour la Pologne :

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal :

Henrique Mousinho d'Albuquerque. — Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique :

Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie :

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie :

George Lecca.

Pour la République de St-Marin :

Percival Kalling.

Pour le Salvador :

Pour le Territoire de la Sarre :

P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes :

Dragutin Dimitrijevic. — Sava Tutundzic. — Milos Kovacevic. — Stojisa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam :

Phya Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède :

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Suisse :

P. Dubois. C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie :

Judr. Otokar Ruzicka. — Joseph Zábrodsky.

Pour la Tunisie :

F. Gentil. — Barbarat.

Pour la Turquie :

Pour Mehmed Sabry : — *Béha Taly. — Béha Taly.*

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes :

Pour l'Uruguay :

Adolfo Agorio.

Pour les Etats-Unis de Vénézuëla :

Luis Alejandro Aguilar.

Certifiée pour copie conforme.

Stockholm, au Ministère Royal des Affaires Etrangères, le 30 sept. 1924. — Pour le Secrétaire Général, le Chef des Archives, *Candandgren.*

Protocole final du Règlement

Au moment de procéder à la signature du Règlement d'exécution de l'Arrangement des Colis postaux arrêté par le Congrès postal universel de Stockholm, les Plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit :

Article unique.

Par dérogation à la disposition de l'article 6, § 1, lettre a, du Règlement, l'Égypte (pour les bureaux du Soudan) et la Norvège ont la faculté, dans leurs relations avec les autres pays, de considérer comme encombrants les colis dont l'une des dimensions dépasse un mètre dix centimètres ou dont la somme de la longueur et du plus grand pourtour pris dans un sens autre que celui de la longueur, dépasse un mètre 85 centimètres.

En foi de quoi les Plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole final, qui aura la même force et la même valeur que si ses dispositions étaient insérées dans le texte même du Règlement auquel il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Albanie:

David Bjurström.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk. — K. Orth.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard. — Hub. Krains. — O. Schockaert.

Pour la Colonie du Congo belge:

M. Halewyck. — G. Tondeur.

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida Brandão. — J. Henrique Aderno

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff. — St. Ivanoff.

Pour le Chili:

Cesar Leon. — L. Tagle Salinas. — C. Verneuil.

Pour la Chine:

Tai Tch'enne Linne.

Pour la République de Colombie,

Luis Serrano Blanco.

Pour la République de Costa Rica:

V. Andersson.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz. — César Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Møndrup. — Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour la République Dominicaine:

E. G. F. Hagström.

Pour l'Égypte:

H. Mazloum. — E. Maggiar. — Wabhé Ibrahim.

Pour l'Équateur:

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Éthiopie:

B. Marcos. — A. Bousson.

Pour la Finlandie:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon. — Robert Hicguet. — A. Body. — Douarche.
— *G. Béchel.*

Pour l'Algérie:

A. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indo-chine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pillias. — Ginestou.

Pour la Grèce:

Penthéroudakis. — J. Lachnidakis.

Pour le Guatemala:

Pour la République d'Haïti:

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:

O. de Fejér. — G. Baron Szalay.

Pour l'Inde britannique:

Geoffrey Clarke. — Hemanta Kumar Rahā.

Pour l'Islande:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour les Colonies italiennes:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori. — H. Kawai. — H. Makino.

Pour le Chosen:

S. Komori. — R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendences japonaises:

K. Sugino. — H. Kawai.

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis. — Louis Rudans.

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:

I. Jurkunas-Scheynius. — Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:

Jaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

F. Gentil. — Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour la Nicaragua:

Pour la Norvège:

Klaus Helsing. — Oskar Homme.

Pour la République de Panama:

José D. Morales Diaz. — César Carvalho.

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder. — J. S. v. Gelder. — J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises:

*I. J. Milborn. — Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:
I. J. Milborn.*

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

*I. J. Milborn. — Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek:
I. J. Milborn.*

Pour le Pérou:

Emil Hector.

Pour la Perse:

Fahimed Dowleh. — E. Pire.

Pour la Pologne:

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho d'Albuquerque. — Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies Portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriano Santa Barbara.

Pour les Colonies Portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kalling.

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtillet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic. — Sava Tutundzic. — Milos Kovacevic. — Stojsa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois. — G. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr Otokar Ruzicha. — Joseph Zabrodsky.

Pour la Tunisie:

F. Gentil. — Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry: *Béha Taly. — Béha Taly.*

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

Pour l'Uruguay:

Adolfo Agorio.

Pour les Etats-Unis de Vénézuéla:

Luis Alejandro Aguilar.

Certifiée pour copie conforme. Stockholm, au Ministère Royal des Affaires Etrangères, le 30 Septembre 1924. — Pour le Secrétaire Général, le Chef des Archives, *Candangren.*

OFFICE EXPÉDITEUR
DU PRESENT TABLEAU

.....

A

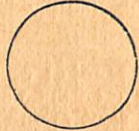
ENTRE PAYS NON LIMITROPHES

Pays de destination	Voies de transmission	Désignation des pays intermédiaires et des services maritimes à employer	Total des frais à bonifier		Observations
			par l'Office.....		
			à l'Office.....		
1	2	3	Taxe au poids 4	Droits d'assurance par 300 francs 5	6

(Dimensions: 210×297 mm.)

B

(Recto)

COUPON Peut être détaché par le destinataire Timbre du bureau d'origine  Nom et domicile de l'expéditeur:	Numéros d'enregistrement Pays d'origine Valeur déclarée BULLETIN D'EXPÉDITION <table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 5%; vertical-align: middle;">Nombre de</td> <td style="width: 5%; vertical-align: middle;">{</td> <td style="width: 45%;">colis.....</td> <td style="width: 45%;">Nature de l'emballage</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>déclarations en douane.....</td> <td>.....</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>certificats ou factures.....</td> <td>.....</td> </tr> </table> Montant du remboursement A..... (Lieu du destination) (Rue et numéro)		Nombre de	{	colis.....	Nature de l'emballage			déclarations en douane.....				certificats ou factures.....		Application du timbre-poste ou indication de la taxe perçue
Nombre de	{	colis.....	Nature de l'emballage												
		déclarations en douane.....													
		certificats ou factures.....													
Timbre de la douane.	<i>Poids</i>	<i>Droits de douane</i> (1)	<i>Acheminement:</i> Voie..... Bureau d'échange.....												

(1) Cadre à remplir par le bureau d'entrée ou par le service de la douane du pays de destination.
(Dimensions: 125×176 ou 148×210 mm.)

B

(Verso)

INSTRUCTIONS A DONNER PAR L'EXPÉDITEUR.

Pour le cas où la livraison du colis décrit au recto du présent bulletin ne pourrait avoir lieu, je demande ¹⁾.....

(Signature de l'expéditeur)

¹⁾ L'expéditeur est tenu d'indiquer au verso du bulletin d'expédition et sur le colis la manière dont il doit être disposé de son envoi en cas de non livraison. Les dispositions suivantes sont seules admises:

- a) que le colis soit immédiatement renvoyé;
- b) que le colis soit réexpédié au même destinataire dans une autre localité;
- c) que le colis soit remis à un autre destinataire (éventuellement sans perception du montant du remboursement ou contre paiement d'une somme inférieure à celle indiquée primitivement);
- d) que le colis soit signalé comme tombé en rebut;
- e) que le colis soit vendu à ses risques et périls ou traité comme abandonné.

Les colis pour lesquels l'expéditeur n'a pas donné d'instructions sont renvoyés *sans avis* après l'expiration du délai réglementaire de 15 jours.

L'expéditeur qui désire que le colis ne soit pas réexpédié doit l'indiquer par une annotation au recto du bulletin d'expédition et sur le colis. Il en est de même s'il désire que le colis lui soit renvoyé dans un délai plus court que le délai réglementaire de conservation.

RÉCÉPISSÉ DU DESTINATAIRE.

Le soussigné déclare avoir reçu le colis désigné au recto du présent bulletin.
les colis désignés

A....., le..... 192....

(Signature)

C

LIEU DE DÉPART:

LIEU DE DESTINATION:

Administration des Postes de.....

ou

Administration des chemins de fer de.....

DECLARATION EN DOUANE

M.....

COLIS POSTAUX ou BOÎTES AVEC V. D.		DÉSIGNATION DU CONTENU	VALEURS — avec indication précise de l'unité monétaire employée	POIDS	
Nombre	Espèce			Brut — Grammes	Net — Grammes
Pays d'origine ou de fabrication de la marchandise:					

L'expéditeur,

(Dimensions: 125 × 176 ou 148 × 210 mm.)

D

475 Barmen 1	475 BARMEN 1
--------------	----------------------------

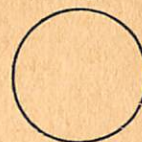
E

(Recto)

COUPON

*L'expéditeur du colis *) N°.....*
*de la boîte *)*
avec valeur déclarée de.....
déposé,..... à.....
pour M.....
à].....
a payé les droits indiqués au verso

*Timbre du bureau
d'origine*



Pays d'origine.....

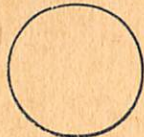
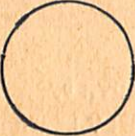
BULLETIN D'AFFRANCHISSEMENT

*Le colis *) N°..... de avec valeur*
*Le boîte *)*
déclarée de..... expédié..... par.....
..... à l'adresse de.....
..... à
domicile.....
*doit (doivent) être remis..... franc..... de tous droits *)*
*droits de douane *)*
**) Biffer le superflu*

A renvoyer au bureau de.....
(Indiquer le nom du bureau d'origine ou, le cas échéant, celui du bureau d'échange)

E (Verso)

(doit être imprimé en sens inverse du recto)

DÉTAIL DES DROITS DUS (dans la monnaie du pays destinataire)		TOTAL DES FRAIS DÉBOURSÉS (Voir le détail sur le coupon)				<i>Timbre du bureau qui a fait l'avance des frais</i> 
<i>Droits de douane</i> , ... <i>Frais de emballage</i> <i>Droits de dédouanement</i> <i>Autres frais</i> <i>Total</i>				soit 		
		(dans la monnaie du pays de destination du colis)		(à convertir par l'Office d'origine du colis)		
soit *) <i>Timbre du bureau d'origine du colis</i> 		Date de l'avance	N° du registre	Bureau qui a fait l'avance	Signature de l'agent	
		Registre d'arrivée N°		Converti par (nom de l'agent)	<i>Timbre du bureau recouvrant</i> 	
*) Dans la monnaie du pays d'origine du colis.						

(Dimensions: 105 × 148 mm.)

• • • • •

Numéro d'ordre de la feuille de route
Nom du navire

PAYS DE DESTINATION

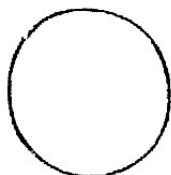
.....

F

FEUILLE DE ROUTE

DES COLIS POSTAUX EXPÉDIÉS PAR LE BUREAU D'ÉCHANGE D.....
AU BUREAU D'ÉCHANGE D.....

Timbre à date



Départ (..... envoi) du..... 192..., à...h...m.

Arrivée..... du..... 192..., à...h...m.

NUMÉROS		Nombre de colis postaux	BUREAU		Poids de chaque colis avec valeur déclarée	Valeur dé- clarée	BONIFICATIONS de taxes et droits		Montant des rem- bourse- ments	Observations
d'ordre	de l'en- regis- tre- ment		d'origine	de destination (*)			par l'Office expéditeur à l'Office correspondant	par l'Office correspondant à l'Office expéditeur		
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
						francs-or	fr.	ct.	fr.	ct.
Totaux.....										

L'employé du bureau expéditeur.

L'employé du bureau destinataire.

(*) Ne pas remplir dans les cas où les colis sont adressés au même bureau que les feuilles de route.

(Dimensions : 148×210 ou 210×297 ou 297×420 mm.)

Ebis

COMPTÉ

des frais payés par l'Administration d.....pour le compte
de l'Administration d.....
Mois de.....192...

Numéros d'ordre	Dates des avances	Numéro du registre	BUREAUX qui ont fait les avances	Montant de chaque bulletin	OBSERVATIONS
			TOTAL:		

(Dimensions: 210×297 mm.)

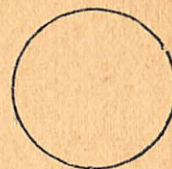
BULLETIN DE VÉRIFICATION

ADMINISTRATION
DES POSTES

d

G

SERVICE DES COLIS POSTAUX



Timbre à date

BULLETIN DE VÉRIFICATION

pour la constatation et la rectification des erreurs et irrégularités de toute nature reconnues dans l'envoi de colis du bureau d'échange d
par le bureau d'échange d

Expédition 192....

— 260 —

MANQUE DE COLIS						
NUMÉRO		Lieu d'origine	ADRESSE (aussi exacte que possible)	Montant du port bonifié	Vérification du bureau destinataire	Observations
d'ordre	de l'enregis- trement					

AVARIE DE COLIS								
NUMÉRO		Lieu d'origine	ADRESSE		Contenu	Poids constaté	Valeur déclarée	Indication du récipient (panier, sac, etc.)
d'ordre	de l'enregistrement		de l'expéditeur	du destinataire				
Description et cause apparente de l'avarie ou autres observations.								
IRRÉGULARITÉS (manque de la feuille, emballage ou fermeture insuffisants, etc.)								
ERREURS								
NUMÉRO		Lieu d'origine	Nom et adresse du destinataire	Poids	Montant du port bonifié	Rectification du bureau destinataire		
d'ordre	de l'enregistrement							
Total		Total vérifié						

..... le 192....

L'employé du bureau destinataire,

.....

Vu et accepté

..... le 192....

Le chef du bureau expéditeur,

.....

(Dimensions: 148 × 210 mm.)

H (Recto)

COUPON
du
mandat
de
remboursement
de
(Montant en chiffres)
pour
le colis n°
déposé

le.....192....
à.....par
M.....
à l'adresse de
M.....
à.....

ADMINISTRATION DES POSTES D.....

MANDAT DE REMBOURSEMENT INTERNATIONAL

de la somme de =====

(en chiffres arabes)

(les unités en toutes lettres et en caractères latins)

Pour le colis postal n°.....expédié le.....
Payable à M.....
Lieu de destination
Adresse du destinataire.....
Pays de destination.....

INDICATIONS DE SERVICE (*)

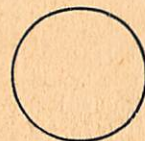
Numéro d'émission.....
Date d'émission.....
Bureau d'émission.....
Pays d'émission.....
Signature de l'agent qui a dressé le mandat:

Somme
versée

=====

(Monnaie du pays
destinataire du colis)

Timbre du
bureau d'émission



*) Indications à remplir par l'Office destinataire du colis après l'encaissement du montant du remboursement.

H (Verso)

(Cadre réservé aux endossements, s'il y a lieu)

QUITTANCE DU DESTINATAIRE

Reçu la somme indiquée d'autre part

Lieu.....192...

Le.....

Signature du destinataire

.....

Registre
d'arrivée

N.....

Timbre du bureau
payeur



(Dimensions: 105 × 148 mm.)

J

ADMINISTRATION DES POSTES d.....

(Colis Postaux)

AVIS DE NON-REMISE

Le.....colis dont ci-joint.....bulletin.....d'expédition N°.....originaire.....
de.....se trouve.....
en souffrance à mon bureau pour le motif suivant: 1)

- a) Le.....colis.....été refusé.....par le destinataire.
- b) Le.....colis N°.....pas été réclamé.....
- c) Le destinataire est inconnu, absent, parti, décédé.
- d) L'adresse est insuffisante.
- e) L'adresse du colis n'est pas conforme à celle du bulletin.

f) Le destinataire refuse de payer { les frais de douane
le remboursement
les autres frais dont le colis est grevé

g) Le colis est grevé de douane et autres s'élevant au total à.....
Pour prolongation de magasinage, cette somme sera majorée à raison de.....

h) Le destinataire n'a pas d'autorisation d'importation.

Prière de demander les instructions de l'expéditeur et de lui faire connaître que, si ces instructions ne me parviennent pas dans un délai de.....mois, le.....colis lui ser.....réexpédié.....sous suit des frais.

Timbre à date:



Signature:.....

RÉPONSE

Le.....colis doi.....être: 1)

a) Présenté encore une fois au destinataire primitif.

b) Remis à M.....rue.....N°.....

(destinataire primitif ou une autre personne).

sans perception.....} du montant du remboursement de.....
contre paiement 2).....}

c) Remis à M.....rue.....N°.....

(destinataire primitif ou une autre personne)

sans perception des frais de douane ou des autres frais dont le colis est grevé 3)

d) Réexpédié au destinataire primitif.....rue.....N°.....

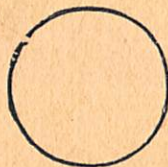
e) Immédiatement renvoyé au bureau d'origine.

f) Vendu aux risques et périls de l'expéditeur.

g) Traité comme abandonné.

L'expéditeur n'ayant pas répondu aux demandes d'instructions qui lui ont été adressées, le.....colis doi.....être renvoyé.....à mon bureau à l'expiration du délai réglementaire.

Timbre à date:



Signature:

1) Biffer les indications dont il n'est pas fait usage.

1) Ajouter un nouveau mandat de remboursement (établi conformément aux prescriptions de l'article 18) si le montant du remboursement est réduit.

3) Ajouter un bulletin d'affranchissement établi conformément aux prescriptions de l'article 10.

(Dimensions: 148×210 mm.)

d.....

ETAT MENSUEL

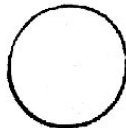
d.....

des sommes que se doivent réciproquement l'Administration des postes d.....
et l'Administration des postes d....., à titre de frais pour les colis postaux livrés par les
bureaux d'échange dépendant de la première Administration au bureau d'échange d.....

Mois d.....192....

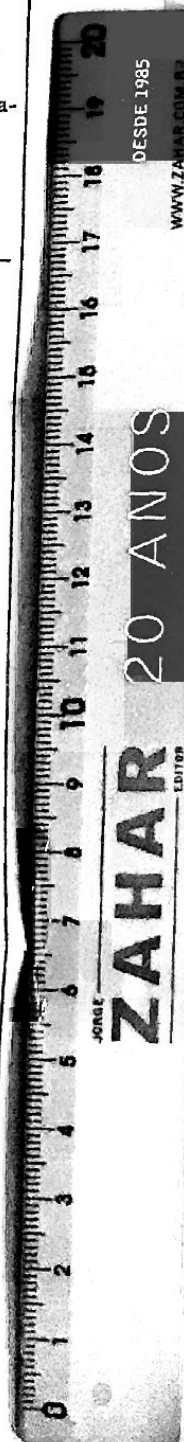
Dates des feuilles de route	I. Avoir de l'Office destinataire (Colonne 8 de la formule F)						II. Avoir de l'Office expéditeur Taxes et droits (Colonne 9 de la formule F)						Observations
	Envoi du bureau d.....	Envoi du bureau d.....	Envoi du bureau d.....	Envoi du bureau d.....	Envoi du bureau d.....	Envoi du bureau d.....	Envoi du bureau d.....	Envoi du bureau d.....	Envoi du bureau d.....	Envoi du bureau d.....	Envoi du bureau d.....		
1.....	fr.	c.	fr.	c.	fr.	c.	fr.	c.	fr.	c.	fr.	c.	
2.....													
3.....													
4.....													
5.....													
6.....													
7.....													
8.....													
9.....													
10.....													
11.....													
12.....													
13.....													
14.....													
15.....													
16.....													
17.....													
18.....													
19.....													
20.....													
21.....													
22.....													
23.....													
24.....													
25.....													
26.....													
27.....													
28.....													
29.....													
30.....													
31.....													
Totaux par bureaux d'échange correspondants.....													
Total général de chaque avoir.													

Timbre du bureau d'échange destinataire



Le Chef du bureau d'échange destinataire.

(Dimensions: 210×297 ou 105×297 mm.)



COMPTE

ADMINISTRATION

D.....

d.....

L

CORRESPONDANCE

Avec l'office

d.....

C O M P T E

récapitulatif des états mensuels des feuilles de route de colis postaux adressées par les bureaux d'échange d.....
 aux bureaux d'échange d.....

Mois d..... 192...

Numéros d'ordre	Bureaux d'échange destinataires	Montant des sommes dues d'après chaque état mensuel à l'Office destinataire	Montant des sommes dues d'après chaque état mensuel à l'Office expéditeur — Taxes et droits	Observations
1				
2				
3				
4				
5				
6				

[illegible]

(Dimensions : 210×297 mm.)

COMPTE PARTICULIER

des mandats de remboursement payés par l'Administration d.....
pour le compte de l'Administration d.....
pendant le mois de.....192...

[illegible]

N

ADMINISTRATION DES POSTES à

RÉCLAMATION D'UN COLIS POSTAL

ou d'un mandat de remboursement non parvenu

Partie à remplir par l'Office d'origine	}	Bureau de dépôt:
		Date du dépôt:
		Description très exacte de l'extérieur:
		N° d'enregistrement:
		Adresse du destinataire (aussi exactement que possible):
		Contenu exact:
		Poids:
		Déclaration de valeur:
		Remboursement:
		Demande d'un avis de réception:
		(Dans le cas affirmatif, ajouter les lettres A. R.)
		Nom et adresse de l'expéditeur:
Partie à remplir par l'Office de destination	}	Acheminement: expédié le 192..... par le bureau d'échange de
		 au bureau d'échange de, sous le n°..... de la feuille de route.
		Date Signature
		Administration des postes d 192..... à
		Le colis décrit ci-dessus a été remis le Signature
Partie à remplir par l'Office de destination	}	Date Signature
		Le colis décrit ci-dessus:
		
		
		Date Signature

Partie à remplir par les
Offices intermédiaires

Administration des postes d.....
 Réacheminé le 192..... par le bureau d'échange de.....
 au bureau d'échange de , sous le n°..... de feuille de route.
 Date Signature.....
 Administration des postes d.....
 Réacheminé le 192..... par le bureau d'échange de.....
 au bureau d'échange de , sous le n°..... de la feuille de route.
 Date Signature.....
 Administration des postes d.....
 Réacheminé le 192..... par le bureau d'échange de.....
 au bureau d'échange de , sous de n°..... de la feuille de route.
 Date Signature.....

Réponse définitive (1)

(1) De l'Office destinataire ou, le cas échéant, de l'Office intermédiaire qui ne peut établir la transmission régulière de l'envoi réclamé à l'Office suivant.

(Dimensions: 210 × 297 mm.)



EQUIVALENTS DES TAXES

Pays	90 centimes	50 centimes	45 centimes	35 centimes	30 centimes	25 centimes	20 centimes	15 centimes	10 centimes	5 centimes

(Dimensions: 210 × 297 mm.)

Arrangement concernant les lettres et les boîtes avec valeur déclarée

CONCLU ENTRE

L'Albanie, l'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique, la Colonie du Congo Belge, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colombie, la République de Cuba, le Danemark, la Ville Libre de Dantzig, l'Égypte, l'Espagne, les Colonies Espagnoles, l'Esthonie, l'Éthiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et Protectorats Français de l'Indochine, l'ensemble des autres Colonies Françaises, la Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectorats Britanniques, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haïti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Inde Britannique, l'État Libre d'Irlande, l'Islande, l'Italie, l'ensemble des Colonies Italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres Dépendances Japonaises, la Lettonie, la République de Libéria, la Lithuanie, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la Zone Espagnole), le Maroc (Zone Espagnole), le Nicaragua, la Norvège, la Nouvelle-Zélande, la République de Panama, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes Néerlandaises, les Colonies Néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les Colonies Portugaises de l'Afrique, les Colonies Portugaises le l'Asie et de d'Océanie, la Roumanie, la République de St-Marin, le Salvador, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes, et les États-Unis de Venezuela.

Les soussignés, Plénipotentiaires des Pays ci-dessus énumérés, vu l'article 3^e de la Convention, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'Arrangement suivant:

CHAPITRE I.

DISPOSITIONS GÉNÉRALES

Article Premier.

Objet de l'Arrangement.

Il peut être échangé entre les pays contractants, *sous le nom de lettres ou de boîtes avec valeur déclarée*, des lettres contenant des valeurs-papiers et des documents de valeur, ainsi que des boîtes contenant des bijoux et objets précieux, avec assurance du contenu pour le montant de la déclaration.

Dans les relations entre les pays qui se sont mis d'accord à ce sujet, les lettres avec valeur déclarée peuvent aussi contenir des objets passibles de droits de douane.

La participation à l'échange des boîtes avec valeur déclarée est limitée à ceux des pays adhérents dont les Administrations sont convenues d'établir ce service dans leurs relations réciproques.

Article 2.

Maximum de déclaration de valeur.

Les divers Offices, dans leurs rapports respectifs, ont la faculté de déterminer un maximum de déclaration de valeur qui, dans aucun cas, ne peut être inférieur à 10.000 francs par envoi.

Article 3.

Taxes.

La taxe des lettres et des boîtes avec valeur déclarée doit être acquittée à l'avance.

Cette taxe se compose :

a) pour les lettres, du port et du droit fixe applicable à une lettre recommandée du même poids et pour la même destination;

b) pour les boîtes, d'un port de 20 centimes par 50 grammes avec un minimum de 1 franc et, en outre, du droit fixe de recommandation;

c) pour les lettres et les boîtes, d'un droit d'assurance qui ne doit pas dépasser 50 centimes par 300 francs ou fractions de 300 francs déclarés, quel que soit le pays de destination, même dans les pays qui se chargent des risques pouvant dériver du cas de force majeure.

Article 4.

Conditions générales.

1. — *Les lettres et boîtes avec valeur déclarée ne doivent contenir aucune lettre, note ou document adressés à des personnes autres que le destinataire ou des personnes habitant avec ce dernier.*

2. — *Les boîtes avec valeur déclarée ne peuvent pas dépasser le poids de 1 kilogramme, ni présenter des dimensions supérieures à 30 centimètres en longueur, 10 centimètres en largeur et 10 centimètres en hauteur.*

Article 5.

Récépissé

L'expéditeur d'un envoi contenant des valeurs déclarées reçoit *gratuitement* au moment du dépôt un récépissé de son envoi.

Article 6.

Droit de factage et de dédouanement. Taxe de poste restante.

Le pays de destination peut percevoir, pour le factage et pour le dédouanement des boîtes avec valeur déclarée, un droit de 50 centimes au maximum par envoi. *Lorsqu'il est autorisé par sa législation à délivrer les lettres de valeur contenant des objets passibles de droits de douane, il peut percevoir, pour le dédouanement de ces lettres, un droit de 50 centimes au maximum par envoi.*

Il est également autorisé à percevoir pour les envois avec valeur déclarée adressés poste restante *une taxe spéciale d'après sa législation.*

Article 7.

Droits de douane et autres droits non postaux. Droit de commission

1. — Les boîtes avec valeur déclarée sont soumises à la législation du pays d'origine ou du pays de destination en ce qui concerne, à l'exportation, la restitution des droits de garantie, et, à l'importation, l'exercice du contrôle de la garantie et de la douane.

2. — Les droits fiscaux et frais d'essayage exigibles à l'importation sont perçus sur les destinataires lors de la distribution. Si, par suite de changement de résidence du destinataire, de refus ou pour toute autre cause, une boîte de valeur déclarée vient à être réexpédiée sur un autre pays participant à l'échange ou renvoyée au pays d'origine, ceux des frais dont il s'agit qui ne sont pas remboursables à la *réexportation* sont recouvrés sur le destinataire ou sur l'expéditeur.

3. — Dans les relations entre Offices qui se sont mis d'accord à cet égard, les expéditeurs de boîtes avec valeur déclarée peuvent prendre à leur charge les droits de douane et autres droits non postaux dont l'envoi serait passible dans le pays de destination, moyennant déclaration préalable au bureau de dépôt. Dans ce cas, ils doivent s'engager à payer les sommes qui pourraient être réclamées par le bureau destinataire.

L'Office qui fait l'avance de droits pour le compte de l'expéditeur est autorisé à percevoir de ce chef un droit de commission qui ne peut dépasser 25 centimes par boîte. Ce droit est indépendant de celui prévu à l'article précédent pour le dédouanement.

Article 8.

Remise par exprès.

L'expéditeur d'un envoi peut en demander la remise à domicile par porteur spécial aussitôt après l'arrivée, aux conditions fixées par l'article 40 de la Convention.

C'est, toutefois, réservée à l'Office de destination, la faculté de faire remettre par exprès un avis d'arrivée de l'envoi au lieu de l'envoi lui-même lorsque ses règlements le comportent.

Article 9.

Déclaration de valeur.

La déclaration de valeur ne peut pas dépasser la valeur réelle du contenu de l'envoi, mais il est permis de ne déclarer qu'une partie de cette valeur. Le montant de la déclaration des papiers représentant une valeur à raison de leurs frais d'établissement ne peut pas dépasser les frais de remplacement éventuels de ces documents en cas de perte.

Toute déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle du contenu d'un envoi est passible des poursuites judiciaires que peut comporter la législation du pays d'origine.

Article 10.

Interdictions.

1. — Il est interdit d'insérer dans les lettres *avec valeur déclarée*:

a) les objets mentionnés à l'article 41 § 1, de la Convention, sous les lettres a), b), e), f) et g);

b) des animaux vivants;

c) des espèces monnayées;

d) des objets passibles de droits de douane, à l'exception des valeurs-papier sous réserve des dispositions de l'article premier;

e) de l'or ou de l'argent, manufacturés ou non, de pierres, des bijoux et autres objets précieux.

2. — Il est interdit d'insérer dans les boîtes *avec valeur déclarée*:

a) les objets mentionnés à l'article 41, 1 de la Convention sous les lettres a), b), f), g), et au paragraphe ci-dessus, lettre b);

b) *des lettres ou notes ayant le caractère de correspondance actuelle et personnelle*; il est cependant permis d'insérer dans l'envoi la facture ouverte réduite à ses énonciations constitutives de même qu'une simple copie de l'adresse de la boîte avec mention de l'adresse de l'expéditeur;

c) *des monnaies ayant cours*;

d) *des billets de banque ou valeurs quelconques au porteur, des titres et des objets rentrant dans la catégorie des papiers d'affaires*;

e) *de l'opium, de la morphine, de la cocaïne et autres stupéfiants*. Toutefois, l'interdiction ne s'applique pas aux envois de l'espèce effectués dans un but médical pour les pays qui les admettent à cette condition.

3. — *Les dispositions prévues au 2^e alinéa de l'article précédent sont applicables lorsque les lettres ou boîtes avec valeur déclarée contiennent des objets dont l'insertion est interdite.*

4. — *Les dispositions de l'article 41, 2, de la Convention sont applicables aux objets admis à tort à l'expédition qui tomberaient sous le coup des interdictions prévues au même article, sous les lettres a), b), c), f), ainsi qu'au § 1, lettre b), ci-dessus.*

Les autres objets doivent être renvoyés au timbre d'origine, sauf le cas où l'Administration du pays de destination serait autorisée, par sa législation, à les remettre au destinataire.

Dans le cas où des envois admis à tort à l'expédition ne sont ni renvoyés à l'origine ni remis au destinataire, l'Office expéditeur doit être informé d'une manière précise du traitement appliqué à ces envois.

Article 11.

Franchises.

1. — *Les lettres avec valeur déclarée relatives au service postal échangées, soit par les Administrations postales entre elles, soit entre ces Administrations et le Bureau international, sont exemptes de toutes taxes postales.*

2. — *Il en est de même des lettres et des boîtes avec valeur déclarée non grevées de remboursement expédiées ou reçues par des prisonniers de guerre et par les bureaux de renseignements mentionnés à l'article 43, § 2, de la Convention.*

Article 12.

Retrait. Modification d'adresse.

L'expéditeur d'un envoi avec valeur déclarée peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse pour réexpé-

dier cet envoi, soit à l'intérieur du pays de destination primitive, soit sur l'un quelconque des pays contractants, aux conditions fixées par l'article 45 de la Convention.

Article 13.

Avis de réception.

L'expéditeur peut obtenir un avis de réception dans les conditions déterminées par l'article 45 de la Convention.

Article 14.

Réexpédition; Rebusts.

Les dispositions de l'article 46 de la Convention s'appliquent aux envois avec valeur déclarée réexpédiés ou tombés en rebut.

Article 15.

Réclamations.

En ce qui concerne les réclamations des lettres et boîtes avec valeur déclarée, les Administrations se conforment aux dispositions de l'article 47 de la Convention.

CHAPITRE II.

RESPONSABILITÉ.

Article 16.

Etendue de la responsabilité.

1. — Sauf les cas prévus à l'article suivant, les Administrations répondent de la perte, de la spoliation ou de l'avarie des envois avec valeur déclarée.

Leur responsabilité est engagée tant pour les envois transportés à découvert que pour ceux acheminés en dépêches closes.

L'expéditeur a droit à une indemnité correspondant au montant réel de la perte, de la spoliation ou de l'avarie, sans que l'indemnité puisse dépasser en aucun cas le montant de la déclaration de valeur.

L'indemnité est versée au destinataire lorsque celui-ci la réclame, soit après avoir formulé des réserves, en prenant livraison d'un envoi spolié ou avarié, soit en établissant que l'expéditeur s'est désisté de ses droits en sa faveur.

2. — Les dommages indirects ou les bénéfices non réalisés ne sont pas pris en considération,

3. — En cas de perte de l'envoi ou de destruction complète de son contenu et si le remboursement est effectué au profit de l'expéditeur, celui-ci a, en outre, droit à la restitution des frais d'expédition.

Lorsqu'une réclamation a été motivée par une faute de service, les droits de réclamation sont également restitués.

4. — Le droit d'assurance reste acquis dans tous les cas aux Administrations.

Article 17.

Exceptions au principe de responsabilité.

Les Administrations sont dégagées de toute responsabilité:

a) en cas de force majeure; toutefois, la responsabilité subsiste à l'égard de l'Office expéditeur qui a accepté de couvrir les risques de force majeure (art. 3, lettre c);

b) lorsqu'elles ne peuvent rendre compte des envois par suite de la destruction des documents de service pour cause de force majeure;

c) lorsque le dommage a été causé par la faute ou la négligence de l'expéditeur, ou provient de la nature de l'objet;

d) lorsqu'il s'agit d'envois dont le contenu tombe sous le coup de l'une des interdictions prévues à l'article 10;

e) lorsqu'il s'agit d'envois qui ont fait l'objet d'une déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle du contenu;

f) lorsqu'il s'agit d'envois qui n'ont donné lieu à aucune réclamation dans le délai d'un an prévu à l'article 47 de la Convention;

g) en matière de transport maritime, lorsque les Offices des pays adhérents ont fait connaître qu'ils n'étaient pas en mesure d'accepter la responsabilité des valeurs à bord des navires dont ils font emploi.

Article 18.

Cessation de la responsabilité.

Les Administrations cessent d'être responsables des envois avec valeur déclarée dont la remise a eu lieu dans les conditions prescrites par leur règlement intérieur et dont les ayants droit ont pris livraison sans formuler les réserves prévues à l'article 16 ci-dessus.

Toutefois, la responsabilité est maintenue si le destinataire, nonobstant la remise régulière, dépose immédiatement une réclamation.

Article 19.

Paiement de l'indemnité. Délai de paiement.

En ce qui concerne le paiement de l'indemnité, et le délai de paiement, les dispositions des articles 53 et 54 de la Convention s'appliquent au service des valeurs déclarées.

Article 20.

Détermination de la responsabilité.

1. — La responsabilité incombe à l'Administration qui, ayant reçu l'objet sans faire d'observation et étant mise en possession de tous les moyens réglementaires d'investigation, ne peut établir ni la délivrance au destinataire, ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'Administration suivante.

Jusqu'à preuve du contraire, l'Administration qui a transmis une lettre ou une boîte contenant des valeurs déclarées à une autre Administration est déchargée de toute responsabilité à cet égard, si le bureau décharge auquel la lettre ou la boîte a été livrée n'a pas fait parvenir, par le premier courrier après la vérification, à l'Administration expéditrice, un procès-verbal constatant l'absence ou l'altération, soit du paquet entier des valeurs déclarées, soit de la lettre ou de la boîte elle-même.

2. — Si la perte, la spoliation ou l'avarie s'est produite en cours de transport, sans qu'il soit possible d'établir sur le territoire ou dans le service de quel pays le fait accompli, les Administrations en cause supportent le dommage par parts égales. Toutefois, si la spoliation ou l'avarie a été constatée dans le pays de destination, il incombe à l'Administration de ce pays de prouver que ni l'emballage, ni la fermeture de l'objet n'ont montré aucune défectuosité apparente et que le poids n'a pas différé de celui établi lors du dépôt.

3. — Si la perte, la spoliation ou l'avarie s'est produite sur le territoire ou dans le service d'un Office intermédiaire qui n'a pas adhéré au présent Arrangement, les autres Administrations supportent le dommage par parts égales. Dans ce cas, l'expéditeur doit prouver d'une manière authentique que le contenu de l'envoi était complet, intact et soigneusement emballé.

Il en est de même en cas de transport maritime, si la perte, la spoliation ou l'avarie s'est produite dans le service d'un Office adhérent qui n'accepte pas la responsabilité (article 17, lettre g).

4. — Par le fait du paiement de l'indemnité et jusqu'à concurrence de son montant, l'Administration responsable est subrogée dans les droits de la personne qui a reçu l'indemnité

pour tout recours éventuel soit contre le destinataire, soit contre l'expéditeur ou contre les tiers.

Toutefois, si ultérieurement, un envoi considéré comme perdu est retrouvé entièrement ou partiellement, la personne à qui l'indemnité a été payée doit être avisée qu'il lui est loisible d'en prendre possession, contre restitution du montant de l'indemnité payée.

Article 21.

Limitation de la responsabilité.

1. — La responsabilité de chaque Administration n'est dans tous les cas engagée, à l'égard des autres Administrations, que jusqu'à concurrence du maximum de déclaration de valeur qu'elle a adopté.

2. — Lorsqu'une lettre ou une boîte contenant des valeurs déclarées a été perdue, spoliée ou avariée par suite de force majeure, l'Administration sur le territoire ou dans le service de laquelle la perte, la spoliation ou l'avarie s'est produite n'en est responsable devant l'Administration expéditrice que si les deux pays se chargent des risques en cas de force majeure.

Article 22.

Remboursement de l'indemnité à l'Office expéditeur.

L'Office responsable ou pour le compte duquel le paiement est effectué est tenu de rembourser à l'Office expéditeur le montant de l'indemnité payée par celui-ci dans un délai de trois mois après notification du paiement. Ce remboursement s'effectue sans frais pour l'Office créditeur, soit au moyen d'un mandat de poste ou d'une traite payable à vue sur la capitale ou sur une place commerciale du pays créancier, soit en espèces ayant cours dans le pays créiteur. Passé le délai de trois mois susvisé, la somme due est productive d'intérêt à raison de sept pour cent l'an, à compter du jour de l'expiration du dit délai.

L'Office dont la responsabilité est dûment établie et qui a tout d'abord décliné le paiement de l'indemnité doit prendre à sa charge tous les frais accessoires résultant du retard non justifié apporté au paiement.

CHAPITRE III.

ENVOIS CONTRE REMBOURSEMENT.

Article 23.

Taxes et conditions.

Les lettres et boîtes avec valeur déclarée peuvent être gravées de remboursement aux conditions admises par l'ar-

ticle 58 de la Convention. Ces objets sont soumis aux formalités et aux taxes des envois de valeur déclarée de la catégorie à laquelle ils appartiennent.

Article 24.

Annulation ou modification du montant du remboursement.

L'expéditeur d'un envoi avec valeur déclarée, grevée de remboursement, peut demander le dégrèvement total ou partiel du montant du remboursement.

Les demandes de cette nature sont soumises aux mêmes dispositions que les demandes de retrait ou de modification d'adresse (art. 45 de la Convention).

Article 25.

Responsabilité en cas de perte, de spoliation ou d'avarie.

La perte, la spoliation ou l'avarie d'une lettre ou boîte avec valeur déclarée, grevée de remboursement, engagent la responsabilité du service postal dans les conditions déterminées par le chapitre précédent.

Article 26.

Indemnité en cas de non-encaissement, d'encaissement insuffisant ou frauduleux.

Si l'envoi a été livré au destinataire sans encaissement du montant du remboursement, l'expéditeur a droit à une indemnité, pourvu qu'une réclamation ait été formulée dans le délai prévu à l'article 47, § 2 de la Convention et à moins que le non-encaissement ne soit dû à une faute ou à une négligence de sa part ou que le contenu de l'envoi ne tombe sous le coup de l'une des interdictions prévues aux articles 9 et 10. Il en est de même si la somme encaissée du destinataire est inférieure au montant du remboursement indiqué ou si l'encaissement a été effectué frauduleusement.

L'indemnité ne pourra dépasser, dans aucun cas, le montant du remboursement.

Par le fait du paiement de l'indemnité et jusqu'à concurrence de son montant, l'Administration responsable est subrogée dans les droits de l'expéditeur pour tout recours éventuel contre le destinataire ou les tiers.

Article 27.

Garantie des sommes encaissées. Obligation de payer. Délais et recours. Partage de taxes.

Les dispositions des articles 61, 63, 64, 65, 66 et 68 de la Convention s'appliquent au service des valeurs déclarées grevées de remboursement.

CHAPITRE IV.

ATTRIBUTION DES TAXES. FRAIS DE TRANSIT

Article 28.

Attribution des taxes.

Sauf ce qui est stipulé à l'article 68 de la Convention les taxes et droits postaux prévus par l'Arrangement sont acquis en entier à l'Office qui les a perçus.

Article 29.

Frais de transit et d'entrepôt.

Les lettres et les boîtes avec valeur déclarée sont assujetties aux frais de transit et d'entrepôt prévus par la Convention.

CHAPITRE V.

DISPOSITIONS DIVERSES.

Article 30.

Application des règles de la Convention.

Les dispositions de la Convention et de son Règlement s'appliquent aux envois avec valeur déclarée pour tout ce qui n'est pas expressément prévu dans le présent Arrangement et son Règlement.

Toutefois, les dispositions qui font l'objet du titre II de la Convention ne sont applicables que sous réserve des dispositions suivantes:

1) *les envois avec valeur déclarée peuvent transiter en dépêches closes par le territoire des pays non adhérents à l'Arrangement concernant l'envoi de l'espèce, ainsi que par les services maritimes de pays adhérents ou non pour lesquels la responsabilité des valeurs n'est pas acceptée; dans ce cas,*

la responsabilité de ces pays est limitée à celle qui est prévue pour les envois recommandés;

b) le droit d'assurance des lettres et des boîtes avec valeur déclarée est perçu aux taux que les pays ont fixés et notifiés au Bureau international par l'intermédiaire de l'Administration des postes suisses.

Article 31.

Bureaux participant au service.

Les Administrations prennent les mesures nécessaires pour assurer, autant que possible, le service des lettres et boîtes avec valeur déclarée dans tous les bureaux de leurs pays.

Toutefois, les Administrations des pays hors d'Europe et l'Office ture sont autorisés à restreindre à certains bureaux le service d'envois avec valeur déclarée.

Article 32.

Approbation des propositions faites dans l'intervalle des réunions.

Pour devenir exécutoires, les propositions faites dans l'intervalle des réunions (arts. 18 et 19 de la Convention) doivent réunir:

a) l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 1 à 6, 8, 11, 12, 13, 15 à 30 et 33 ou de l'article 17 du Règlement;

b) les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions du présent Arrangement autres que celles des articles précités ou des articles 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11 et 16 du Règlement;

c) la simple majorité absolue, s'il s'agit de la modification des autres articles du Règlement ou de l'interprétation des dispositions du présent Arrangement ou du Règlement, sauf le cas de litige prévu à l'article 10 de la Convention.

DISPOSITIONS FINALES.

Article 33.

Mise à exécution et durée de l'Arrangement.

Le présent Arrangement sera mis à exécution le 1^{er} octobre 1925 et demeurera en vigueur pendant un temps indéterminé.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires des Pays ci-dessous énumérés ont signé le présent Arrangement en un exemplaire qui sera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholm, le 28 de août 1924.

Pour l'Albanie:

David Bjurström.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk. — K. Orth.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lagér. — Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard. — Hub. Krains. — O. Schockaert.

Pour la Colonie du Congo belge:

M. Halewyck. — G. Tondeur.

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida-Brandão. — J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff. — St. Ivanoff.

Pour le Chili:

Cesar Leon. — L. Tagle Salinas. — C. Verneuil.

Pour la Chine:

Tai Tch'Enne Linne.

Pour la République de Colombie:

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz. — César Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Dr. *Alfred Wysocki*. — Dr. *Marjan Blachier*.

Pour l'Egypte:

H. Mazloun. — *E. Maggiar*. — *Wahbé Ibrahim*.

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo. — *José Moreno Pineda*. — *A. Camacho*.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos. — *A. Bousson*.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon. — *Roubert Higuet*. — *A. Body*. — *Douarche*.
— *G. Béchel*.

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pillias. — *Ginestou*.

Pour la Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectorats britanniques:

F. H. Williamson. — *E. L. Ashley Foakes*. — *W. G. Gilbert*.

Pour la Grèce:

Penthéroudakis. — *J. Lachnidakis*.

Pour le Guatemala:

Pour la République d'Haïti:

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:

O. de Fejér. — *G. Baron Szalay*.

Pour l'Inde britannique :

Geofrey Clarke. — Hemanta Kumar Raha.

Pour l'état libre l'Irlande :

Pour P. S. O'Héigeartaigh: *P. S. Mac Cathmhaoil. — P. S. Mac Cathmhaoil. — D. O'Hiarlatha*

Pour l'Islande :

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour l'Italie :

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes :

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour le Japon :

S. Kamori. — H. Kawai. — H. Makino.

Pour le Chosen :

S. Komori. — R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises :

K. Sugino. — H. Kawai.

Pour la Lettonie :

Ed. Kadikis. — Louis Rudans.

Pour la République de Libéria :

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie :

I. Jurkunas-Scheynius. — Adolfas Struoga.

Pour le Luxembourg :

Jaaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole) :

F. Gentil. — Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole) :

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour le Nicaragua :

Pour la Norvège :

Klaus Helsing. — Oskar Homme.

Pour la Nouvelle-Zélande :

A. T. Markman.

Pour la République de Panama:

José D. Morales Diaz. — César Carvalho.

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder. — J. S. v. Gelder. — J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises:

*I. J. Milborn. — Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek;
I. J. Milborn.*

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

*I. J. Milborn. — Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek;
I. J. Milborn.*

Pour le Pérou:

Emil Hector.

Pour la Perse:

Fahimed Dowleh. — E. Pire.

Pour la Pologne:

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

*Henrique Mousinho d'Albuquerque. — Adalberto da Costa
Veiga.*

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kalling.

Pour le Salvador:

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

*Dragutin Dimitrijevic. — Sava Tutundzic. — Milos Kó-
vacevic. — Stojisa Krbavac.*

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois. — C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr. Otokar Ruzicka. — Joseph Zabrodsky.

Pour la Tunisie:

F. Gentil. — Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour *Mehmed Sabry*: — *Béha Taly. — Béha Taly.*

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

V. Ossinsky. — V. Dorgolevski. — E. Hirschfeld. — E. Syrevitch. — Katiss. — V. Tchitchinadse.

Pour les Etats-Unis de Vénézuëla:

Luis Alejandro Aguilar.

Certifiée pour copie conforme.

Stockholm, au Ministère Royal des Affaires Etrangères, le 30 Sept 1924. — Pour Le Secrétaire Général: Le Chef des Archives, *Candandgren.*

Protocole final

Au moment de procéder à la signature de l'Arrangement concernant les lettres et les boîtes avec valeur déclarée, conclu à la date de ce jour, les Plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

Article unique.

Maximum de la déclaration de valeur.

En dérogation à la disposition de l'article 2 de l'Arrangement qui fixe à 10,000 francs la limite au-dessous de laquelle le maximum de déclaration de valeur ne peut en aucun cas être fixé, il est convenu que tout pays peut réduire ce maximum à 5,000 francs, ou au chiffre adopté dans son service intérieur, si ce chiffre est inférieur à 5,000 francs.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole final, qui aura la même force et la même valeur que si les dispositions qu'il contient étaient insérées dans l'Arrangement, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de la Suède et dont une copie sera remise à chaque Partie.

Fait à Stockholom, le 28 août 1924.

Pour l'Albanie:

David Bjurström

Pour l'Allemagne:

W. Schenk. — K. Orth.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard. — Hub Krains. — O. Schockaert.

Pour la Colonie du Congo belge:

M. Halewyck. — G. Tondeur.

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida-Brandão. — J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie:

N. Boschnacoff. — St. Ivanoff.

Pour le Chili:

Cesar Leon. — L. Tagle Salinas. — C. Verneuil.

Pour la Chine:

Tai Tch' Enne Linne.

Pour la République de Colombie:

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz. — César Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup. — Holmlad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour l'Égypte:

H. Mazloun. — E. Maggiar. — Wahbé Ibrahim.

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Éthiopie:

B. Marcos. — A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon. — Robert Hicquet. — A. Body. — Douarche. G. Béchel.

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pillias. — Ginestou.

Pour la Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectorats britanniques:

E. H. Williamson. — E. L. Ashley Foakes. — W. G. Gilbert.

Pour la Grèce:

Penthéroudakis. — J. Lachnidakis.

Pour le Guatemala:

Pour la République d'Haïti:

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:

O. de Fejér. — G. Baron Szalay.

Pour l'Inde britannique:

Geoffrey Clarke. — Hemanta Kumar Haha.

Pour l'Etat libre d'Irlande:

Pour P. S. O'Héigeartaigh: *P. S. Mac Cathmhaoil. — P. S. Mac Cathmhaoil — D. O'Hiarlatha.*

Pour l'Islande:

C. Mendrup. — Holmblad.

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori. — H. Kawai. — H. Makino.

Pour le Chosen:

S. Komori. — R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

K. Sugino. — H. Kawai.

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis. — Louis Rudans.

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie;

I. Jurkunas-Scheynius. — Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:

Jaagues.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole):

F. Gentil. — Walter.

Pour le Maroc (zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:

Klaus Helsing. — Oskar Homme.

Pour la Nouvelle-Zélande:

A. T. Markman.

Pour la République de Panama :

José D. Morales Diaz. — César Carvallo.

Pour le Paraguay :

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas :

Schreuder. — J. S. v. Gelder. — J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises :

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek :

I. J. Milborn.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique :

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek :

I. J. Milborn.

Pour le Pérou :

Emil Hector.

Pour la Perse :

Fahimed Dowleh. — E. Pire.

Pour la Pologne :

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal :

Henrique Mousinho de Albuquerque. — Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique :

Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie :

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie :

George Lecca.

Pour la République de St-Marin :

Percival Kalling.

Pour le Salvador :

Pour le Territoire de la Sarre :

P. Courtillet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic. — Sava Tutundzic. — Milos Kovacevic. — Stojisa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:

P. Dubois. — C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:

Judr Otokar Ruzicka. — Joseph Záborský

Pour la Tunisie:

F. Gentil. — Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry:

Béha Taly. — Béha Taly.

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

V. Ossinsky. — V. Dougolevski. — E. Hirschfeld. — E. Syrevitch. — Katiss. — V. Tchitchinadse.

Pour les Etats-Unis de Vénézuëla:

Luis Alejandro Aguilar.

Certifiée pour copie conforme. Stockholm, au Ministère Royal des Affaires Etrangères, le 30 septembre 1924. — Pour le Secrétaire Général, le chef des Archives. *Condandgren.*

Règlement d'exécution de l'Arrangement concernant les lettres et les boîtes avec valeur déclarée

CONCLU ENTRE

L'Albanie, l'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique, la Colonie du Congo Belge, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colombie, la République de Cuba, le Danemark, la Ville Libre de Dantzig, l'Égypte, l'Espagne, les Colonies Espagnoles, l'Esthonie, l'Éthiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et Protectorats Français de l'Indochine, l'ensemble des autres Colonies Françaises, la Grande-Bretagne et divers Colonies et Protectorats Britanniques, la Grèce, le Guatemala, la

République d'Haiti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Inde Britannique, l'Etat Libre d'Irlande, l'Islande, l'Italie, l'ensemble des Colonies Italiennes, le Japon, le Chosen, l'ensemble des autres Dépendances Japonaises, la Lettonie, la République de Libéria, la Lithuanie, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la Zone Espagnole), le Maroc (Zone Espagnole), le Nicaragua, la Norvège, la Nouvelle-Zelande, la République de Panama, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes Néerlandaises, les Colonies Néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les Colonies Portugaises de l'Afrique, les Colonies Portugaises de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la République de St-Marin, le Salvador, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes et les Etats-Unis de Venezuela.

Les soussignés, vu l'article 4 de la Convention postale universelle conclue à Stockholm le 28 août 1924 ont, au nom de leurs Administrations respectives, arrêté, d'un commun accord, les mesures suivantes pour assurer l'exécution de l'Arrangement concernant les lettres et les boîtes avec valeur déclarée.

CHAPITRE I

DISPOSITIONS GÉNÉRALES.

Article premier

Renseignements à fournir aux Administrations

1. — Les Administrations qui entretiennent les services maritimes réguliers, utilisés pour le transport des correspondances ordinaires dans le ressort de l'Union, désignent aux autres Administrations ceux de ces services qui peuvent être affectés au transport des lettres et des boîtes contenant des valeurs déclarées avec garantie de responsabilité.

2. — Les Administrations des pays contractants qui entretiennent des échanges directs se notifient mutuellement, au moyen de tableaux conformes au modèle A ci-annexé :

a) la nomenclature des pays par rapport auxquels elles peuvent respectivement servir d'intermédiaire pour le transport des lettres et des boîtes avec valeur déclarée;

b) les voies ouvertes à l'acheminement desdits envois, à partir de leur entrée sur leur territoire ou dans leurs services;

c) *le maximum jusqu'à concurrence duquel elles admettent les valeurs déclarées;*

d) *le nombre de déclarations en douane à joindre aux boîtes avec valeur déclarée.*

Article 2.

VOIES DE TRANSMISSION.

Au moyen des tableaux A reçus de ses correspondants, chaque Administration détermine les voies à employer pour la transmission de ses valeurs déclarées.

Article 3.

MODE DE TRANSMISSION.

1. — La transmission des envois contenant des valeurs déclarées entre pays limitrophes, ou reliés entre eux au moyen d'un service maritime direct, est effectuée par ceux des bureaux d'échange que les deux Offices intéressés désignent d'un commun accord à cet effet.

2. — Dans les rapports entre pays séparés par un ou plusieurs services intermédiaires, les lettres et boîtes avec valeur déclarée doivent toujours suivre la voie la plus directe et être livrées à découvert au premier Office intermédiaire, si cet Office est à même d'assurer la transmission dans les conditions déterminées par les articles 1 et 2 ci-dessus.

3. — Toutefois, est réservée aux Offices *d'origine et de destination* la faculté de s'entendre entre eux pour échanger des valeurs déclarées en dépêches closes au moyen des services d'un ou de plusieurs pays intermédiaires participant ou non à l'Arrangement. *Ils peuvent également s'entendre entre eux et avec les Offices intermédiaires* pour assurer la transmission à découvert par des voies détournées, au cas où ce mode de transmission ne comporte pas, par la voie directe, la garantie de responsabilité sur tout le parcours.

CHAPITRE II.

CONDITIONS D'ACCEPTATION.

Article 4.

Conditionnement des envois.

1. — Les lettres contenant des valeurs déclarées ne peuvent être admises que sous une enveloppe fermée au moyen

de cachets identiques en cire fine, espacés, reproduisant un signe particulier, et appliqués en nombre suffisant pour retenir tous les plis de l'enveloppe. *Les enveloppes doivent être splides, confectionnées d'une seule pièce et permettre la parfaite adhérence des cachets.* Il est interdit d'employer des enveloppes entièrement transparentes ou à bords coloriés et des enveloppes à panneau transparent.

2. — Chaque lettre doit être conditionnée de manière qu'il ne puisse être porté atteinte à son contenu sans endommager extérieurement et visiblement l'enveloppe ou les cachets.

3. — Les timbres-poste employés à l'affranchissement et les étiquettes se rapportant au service postal doivent être espacés, afin qu'ils ne puissent servir à cacher des lésions de l'enveloppe. Ils ne doivent pas, non plus, être repliés sur les deux faces de celle-ci de manière à couvrir la bordure. Il est interdit d'apposer sur les lettres avec valeur déclarée des étiquettes autres que celles se rapportant au service postal.

4. — Les bijoux et objets précieux doivent être renfermés dans des boîtes suffisamment résistantes, en bois ou en métal; les parois des boîtes en bois doivent avoir au moins 8 millimètres d'épaisseur.

5. — Les faces supérieure et inférieure *des boîtes* doivent être recouvertes de papier blanc pour recevoir l'adresse du destinataire, la déclaration de la valeur et l'empreinte des timbres de services. *Puis ces boîtes* sont entourées d'un croisé de ficelle solide sans nœuds, et dont les deux bouts sont réunis sous un cachet en cire fine portant une empreinte particulière. Elles sont enfin scellées sur les quatre faces latérales de cachets identiques.

6. — Les lettres et boîtes contenant des valeurs déclarées adressés sous des initiales ou dont l'adresse est indiquée au crayon, ainsi que celles qui portent des ratures ou surcharges dans leur suscription, ne sont pas admises, *Les envois de l'espèce qui auraient été, à tort, admis à l'expédition sont obligatoirement renvoyés au bureau d'origine.*

Article 5.

Indication du montant des valeurs. Déclarations en douane.

1. — La déclaration des valeurs doit être exprimée dans la monnaie du pays d'origine et être inscrite par l'expéditeur sur l'adresse de l'envoi, en caractères latins, en toutes lettres et en chiffres *arabes* sans rature, ni surcharge, même approuvées.

2. — Le montant de la déclaration de valeur doit être converti en francs-or par l'expéditeur ou par l'Office d'ori-

gine. Le résultat de la conversion doit être indiqué par de nouveaux chiffres placés à côté ou dessous de ceux qui représentent le montant de la déclaration dans la monnaie du pays d'origine. Cette disposition n'est pas applicable aux relations directes entre pays ayant une monnaie commune.

Le montant en francs-or doit être souligné d'un fort trait au crayon de couleur.

3. — Les boîtes avec valeur déclarée doivent être accompagnées de déclarations en douane conformes ou analogues au modèle B ci-annexé, dans les relations qui comportent, l'emploi de semblables déclarations.

4. — *Les Administrations n'assument aucune responsabilité du chef des déclarations en douane.*

Article 6.

Déclaration frauduleuse.

Lorsque des circonstances quelconques ou les réclamations des intéressés viennent à révéler l'existence d'une déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle insérée dans une lettre ou boîte, avis en est donné à l'Office d'origine, dans le plus bref délai possible, et le cas échéant, avec les pièces de l'enquête à l'appui.

CHAPITRE III

OPÉRATIONS AU DÉPART ET À L'ARRIVÉE

Article 7.

Indication du poids des envois. Timbre à date. Boîtes franches de droits

1. — Le poids exact, en grammes, de chaque lettre ou boîte contenant des valeurs déclarées doit être inscrit sur l'envoi, par l'Office d'origine, à l'angle gauche supérieur de la suscription.

2. — L'envoi doit être frappé par le bureau d'origine, du côté de la suscription, du timbre indiquant le lieu et la date du dépôt. *En outre, chaque envoi doit être revêtu d'une étiquette indiquant, en caractères latins, le nom du bureau de dépôt et le numéro d'ordre sous lequel l'envoi est inscrit dans le registre de ce bureau, ainsi que, le cas échéant, d'une étiquette de couleur rouge portant, en gros caractères, la mention: "Valeur déclarée."*

Toutefois, il est permis aux Administrations dont le régime intérieur s'oppose actuellement à l'emploi des étiquet-

tes d'ajourner la mise à exécution de cette mesure et de continuer, le cas échéant, à employer des timbres spéciaux en usage dans leur service pour la désignation des lettres ou boîtes avec valeur déclarée.

Il est cependant de rigueur, pour les Offices qui n'ont pas adopté l'étiquette, de désigner chaque lettre ou boîte avec valeur déclarée par un numéro d'ordre. Ce numéro doit être inscrit à l'angle gauche supérieur de la suscription. Il est obligatoire pour les Offices réexpéditeurs de désigner l'envoi par le numéro original.

3. — Le bureau destinataire applique, au verso, son timbre à la date de la réception.

4. — Les dispositions des articles 10 et 32 du Règlement des colis postaux sont applicables aux boîtes à remettre franches de droits, à cette seule exception que le bulletin d'affranchissement est attaché solidement à la déclaration en douane.

Article 8.

Feuilles d'envoi. Confection des paquets. Insertion dans les dépêches.

1. — Les lettres et les boîtes contenant des valeurs déclarées sont inscrites individuellement par le bureau d'échange expéditeur sur des feuilles d'envoi spéciales, conformes au modèle C ci-annexé, avec tous les détails que ces formules comportent.

En regard de l'inscription des envois à faire remettre par exprès, on doit faire figurer dans la colonne "Observations", la mention «*Exprès*».

2. — Les lettres et boîtes avec valeur déclarée forment, avec la feuille ou les feuilles d'envoi, un ou *plusieurs* paquets spéciaux qui son ficelés et enveloppés de papier solide, puis ficelés extérieurement et cachetés à la cire fine sur tous les plis, au moyen du cachet du bureau d'échange expéditeur. Ces paquets portent pour suscription les mots "valeurs déclarées" ou "lettres de valeur déclarée" et "boîtes de valeur déclarée".

Les lettres avec valeur déclarée, au lieu d'être réunies en un paquet, peuvent être insérées dans une enveloppe de fort papier fermée au moyen de cachets à la cire.

Si le nombre ou le volume des lettres et boîtes de valeur déclarée le nécessite, elles peuvent aussi être renfermées dans un sac, lequel doit être convenablement clos et cacheté à la cire ou plombé.

3. — La présence de ces paquets ou sacs est signalée sur la feuille d'avis par l'indication de leur nombre, sous la rubrique à ce destinée. Lorsque la dépêche ne contient de paquets

ou sacs avec valeur déclarée, la mention "Néant" est portée en regard de cette rubrique.

4. — Les paquets ou sacs de valeur déclarée sont insérés dans les paquets ou sacs contenant les objets recommandés.

5. — Toutes les fois qu'un des deux Offices correspondants le demande, les boîtes avec valeur déclarée doivent être décrites sur des formules C distinctes et être emballées séparément.

Article 9.

Vérification des paquets. Irrégularités diverses

1. — A la réception d'un paquet de valeurs déclarées, le bureau d'échange destinataire commence par rechercher si ce paquet ne présente aucune irrégularité, soit dans son état ou sa confection extérieure, soit dans l'accomplissement des formalités auxquelles la transmission est soumise par l'article précédent.

2. — Ce bureau procède ensuite à la vérification particulière des envois contenant des valeurs déclarées, et, s'il y a lieu, à la constatation des manquants ou autres irrégularités, ainsi qu'à la rectification des feuilles d'envoi, en se conformant aux règles tracées pour les objets recommandés par l'article 51 du Règlement de la Convention.

3. — La constatation, soit d'un manquant, soit d'une altération ou irrégularité de nature à engager la responsabilité des Administrations respectives, est opérée au moyen d'un procès-verbal qui est transmis, accompagné des enveloppes, ficelles et cachets du paquet ainsi que du sac qui le contient, et sous recommandation d'office, à l'Administration centrale du pays auquel appartient le bureau d'échange expéditeur, indépendamment du bulletin de vérification à transmettre immédiatement à ce bureau. Un double du procès-verbal est, en même temps, adressé à l'Administration centrale à laquelle ressortit le bureau d'échange destinataire ou à tout autre organe de direction désigné par cette dernière.

4. — Sans préjudice de l'application des dispositions du paragraphe 3, le bureau d'échange qui reçoit d'un bureau correspondant un envoi insuffisamment emballé ou avarié, doit y donner cours après l'avoir emballé de nouveau, s'il y a lieu, en conservant autant que possible l'emballage primitif.

Si l'avarie est telle que le contenu de l'envoi a pu être soustrait, le bureau doit procéder d'abord à l'ouverture d'office de l'envoi et à la vérification de son contenu.

Dans les deux cas, le poids de l'envoi doit être constaté avant et après le nouvel emballage et indiqué sur l'enveloppe. Cette indication est suivie de la mention "Remballé à..", d'une

empreinte du timbre à date et de la signature des agents ayant effectué le remballage.

Le résultat de la vérification du contenu fait l'objet d'un procès-verbal dont une copie est jointe à l'envoi.

5. — Les objets adressés sous des initiales, ou dont l'adresse est indiquée au crayon, sont renvoyés à l'Office d'origine.

6. — *Les envois avec valeur déclarée non ou insuffisamment affranchis sont remis sans taxe aux destinataires.*

Article 10.

Réexpédition. Rebut.

1. — Si des boîtes avec valeur déclarée, réexpédiées sur, un autre pays par suite de changement de résidence du destinataire, ou tombées en rebut, sont grevées de frais accessoires (*droits fiscaux, frais d'essayage, de vérification, etc.*) non remboursables lors de la réexpédition, le montant en est porté au débit de l'Office correspondant, dans la colonne 6 de la feuille C, avec indication sommaire en regard, dans la colonne 7, de la nature des frais de l'espèce à recouvrer sur le destinataire ou user l'expéditeur (droit de timbre, frais d'essayage, etc.).

2. — Toute lettre ou boîte avec valeur déclarée, dont le destinataire est parti pour un pays non participant au présent Arrangement, est renvoyée immédiatement en rebut au pays d'origine, pour être rendue à l'expéditeur à moins que l'Office de la première destination ne soit en mesure de la faire parvenir.

3. — Les envois avec valeur déclarée qui sont tombés en rebut, pour quelque cause que ce soit, doivent être renvoyés, aussitôt que possible, et, au plus tard, dans les délais fixés par la Convention (article 46).

Ces envois sont inscrits sur la feuille C et compris dans le paquet intitulé "Valeur déclarées".

CHAPITRE IV.

COMPTABILITÉ RÉGLEMENT DES COMPTES.

Article 11.

Frais de transit et d'entrepôt

Les frais de transit et d'entrepôt dus aux Offices intermédiaires sont calculés de la manière prescrite par la Convention.

Article 12.

Règlement des comptes

Chaque Administration participant au service des boîtes avec valeur déclarée établit, à la fin de l'année, sur formule

conforme au modèle D ci-annexé, un relevé des sommes portées à son débit dans la colonne 6 des feuilles d'envoi, pour les droits non postaux à recouvrer sur les destinataires ou les expéditeurs desdites boîtes.

Ce relevé, accompagné des pièces justificatives, est soumis, dans le courant du premier mois de l'année suivante à celle à laquelle il se rapporte, à la vérification de l'Office correspondant, qui doit le renvoyer dans le délai d'un mois.

Sauf autre arrangement, l' montant de ce relevé est ensuite compris soit directement, soit par l'intermédiaire d'un autre Office, dans le prochain décompte relatif aux colis postaux. Les Offices qui n'assurent pas directement le service des colis postaux ont la faculté de demander que ces comptes soient réglés dans les conditions prévues à l'article 66 du Règlement de la Convention.

Article 13.

Boîtes franches de droits. Liquidation des comptes

Les dispositions de l'article 46 du Règlement des colis postaux sont applicables à la liquidation des comptes afférents aux boîtes à remettre franches de droits.

Toutefois, les Offices qui déclarent ne pouvoir adhérer au mode de règlement prévu par cet article doivent indiquer les dispositions qu'ils désirent adopter.

CHAPITRE V.

DISPOSITIONS DIVERSES

Article 14.

Avis de réception. Remboursements. Exprès. Retrait. Modification d'adresse. Réclamations.

Les dispositions suivantes du Règlement de la Convention sont applicables.

- a) aux avis de réception, articles 23 et 24;
- b) aux remboursements, articles 25 à 33;
- c) aux exprès, articles 37 et 48;
- d) aux retraits ou modifications d'adresse, articles 41 et 42;
- e) aux réclamations, article 44.

Article 15.

Formules

En vue de l'application des dispositions du § 2 de l'article 31 de la Convention est considérée comme formule à l'usage du public, la formule B (Déclaration en douane).

Article 16.

Communications et notifications

1. — Les Administrations doivent, trois mois au moins avant de mettre l'Arrangement à exécution, communiquer ou notifier aux autres Administrations, par l'intermédiaire du Bureau international:

a) le tarif des droits d'assurance applicable dans leur service aux lettres et boîtes avec valeur déclarée, en conformité de l'article 3 de l'Arrangement;

b) le cas échéant, l'empreinte du timbre spécial en usage dans leur service pour les valeurs déclarées;

c) le maximum jusqu'à concurrence duquel elles admettent les valeurs déclarées;

d) le nombre de déclarations en douane à joindre aux boîtes avec valeur déclarée;

e) le cas échéant, la liste de ceux de leurs bureaux à destination desquels il peut être admis des envois avec valeur déclarée (Arrangement, art. 31).

2. — Toute modification apportée ultérieurement à l'égard des points ci dessus mentionnés doit être notifiée, sans retard, de la même manière.

DISPOSITIONS FINALES

Article 17.

Mise à exécution et durée du Règlement.

Le présent Règlement sera exécutoire à partir du jour de la mise en vigueur de l'Arrangement concernant les lettres et les boîtes avec valeur déclarée.

Il aura la même durée que cet Arrangement, à moins qu'il ne soit renouvelé d'un commun accord entre les Parties intéressées.

Fait à Stockholm, le 28 août 1924.

Pour l'Albanie:

David Bjurström.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk. — K. Orth.

Pour la République Argentine:

M. Rodriguez Ocampo.

Pour l'Autriche:

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lages. — Thore Wennqvist.

Pour la Belgique:

A. Pirard. — Hub. Krains. — O. Schockaert.

Pour la Colonie du Congo belge:

M. Halewych. — G. Tondeur.

Pour la Bolivie:

Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil:

A. de Almeida Brandão. — J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie:

N. Beschnacoff. — St. Ivanoff.

Pour le Chili:

Cesar Léon. — L. Tagle Salinas. — C. Verneux.

Pour la Chine:

Tai Tek' Enne Linné.

Pour la République de Colombie:

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Cuba:

José D. Morales Diaz. — César Carvallo.

Pour le Danemark:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour la Ville libre de Dantzig:

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour l'Egypte:

H. Mazloun. — E. Maggiar. — Wahbé Ibrahim.

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos. — A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albreght.

Pour la France :

M. Lebon. — Robert Hicquet. — A. Body. — Douarche.
— *G. Béchel.*

Pour l'Algérie :

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indo-
chine :

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises :

G. Pillias. — Ginestou.

Pour la Grande-Bretagne et divers Colonies et Pro-
tectorats britanniques :

F. H. Williamson. — E. L. Ashley Foakes. — W. G.
Gilbert.

Pour la Grèce :

Penthéroudakis. — J. Lachnidakis.

Pour le Guatemala :

Pour la République d'Haïti :

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras :

Pour la Hongrie :

O. de Fejér. — G. Baron Szlay.

Pour l'Inde britannique :

Geoffrey Clarke. — Hemanta Kumar Raha.

Pour l'Etat Libre d'Irlande :

Pour P. S. O' Heigearlaigh : *P. S. Mac Cathmhabu. —*
P. S. Mac Cathmhaoil. — D. O'Hiarlatha.

Pour l'Islande :

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour l'Italie :

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes :

Luigi Picarelli. — Paolo Riello. — Giovanni Bartoli.

Pour le Japon :

S. Komori. — H. Kawai. — H. Makino.

Pour le Chosen :

S. Komori. — R. Takahashi.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises :

K. Sugino. — H. Kawai.

Pour la Lettonie :

Ed. Kadikis. — Louis Rudans.

Pour la République de Libéria :

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie :

I. Jurkunas-Scheynius. — Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg :

Jaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole) :

F. Gentil. — Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole) :

El conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour le Nicaragua :

Pour la Norvège :

Klaus Helsing. — Oskar Homme.

Pour la Nouvelle-Zélande :

A. T. Markman.

Pour la République de Panama :

José D. Morales Diaz. — César Carvallo.

Pour le Paraguay :

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas :

Schreuder. — J. S. v. Gelder. — J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises :

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek :

I. J. Milborn.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique :

I. J. Milborn.

Pour M. W. F. Gerdes Oosterbeek :

I. J. Milborn.

Pour le Pérou :

Emil Hector.

Pour la Perse :

Fahimed Dowleh. — E. Pire.

Pour la Pologne :

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal :

Henrique Mousinho d'Albuquerque. — Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique :

Juvenal Elvas Floriado Santa Barbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie :

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie :

George Lecca.

Pour la République de St-Marin :

Percival Kalling.

Pour le Salvador :

Pour le Territoire de la Sarre :

P. Courtillet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes :

Dragutin Dimitrijevic. — Sava Tutundzic. — Milos Kovacic. — Stojka Krbavac.

Pour le Royaume de Siam :

Phya Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède :

Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. — Thore Wennqvist.

Pour la Suisse :

P. Dubois. — C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie :

Jadr. Otokar Ruzicka. — Joseph Zábrodsky.

Pour la Tunisie :

G. Gentil. — Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry: *Béha Taly.* — *Béha Taly.*

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

V. Ossinsky. — *V. Dorgolevski.* — *E. Hirschfeld.* — *E. Syrevitch.* — *Katiss.* — *V. Tchitchinadse.*

Pour les Etats-Unis de Vénézuéla:

Luis Alejandro Aguillar.

Certifiée pour copie conforme.

Stockholm, au Ministère Royal des Affaires Etrangères,
le 30 sept. 1924. — Pour le secrétaire général: le chef des
archives, *Candandgren.*

A

Tableaux indiquant les pays pour lesquels l'Office des postes d.....
est à même de servir d'intermédiaire.

Pays de destination	Voies de transmission	Désignation des pays intermédiaires et des services maritimes à employer	Limite supérieure de la déclaration de valeur	Nombre de déclarations en douane à joindre aux boîtes	Observations
1	2	3	4	5	6

(Dimensions: 210×297 mm.)

B

DÉCLARATION EN DOUANE

Déclaration du contenu 1	Valeur du contenu 2	Poids		Observations 5
		brut de la boîte 3	net du contenu 4	
		Grammes	Grammes	
A....., le..... 192.....				L'expéditeur,

(Dimensions: 105×148 mm.)

ADMINISTRATION

DES POSTES

CORRESPONDANCE

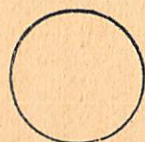
AVEC L'OFFICE

C

FEUILLE D'ENVOI

DES LETTRES ET BOÎTES AVEC VALEUR DÉCLARÉE

Timbre du bureaux
expéditeur



Timbre du bureaux
destinataire



expédiées par le bureaux d'échange d.....
au bureaux d'échange d.....

Départ (..... envoi) du..... 192..., à.....h.....m.
Arrivée le.....192..., à.....h.....m.

Numéros d'ordre	Bureaux d'origine	Numéros d'inscription au bureaux d'origine	Lieux de destination	Montant des valeurs déclarées	Frais divers à récupérer par l'Office expéditeur de la dépêche	Observations
1	2	3	4	5	6	7
				Fr. c. or	Fr. c. or	
1						
2						
3						
4						

5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21

Les employés du bureaux expéditeur,

Les employés du bureaux destinataire,

Totaux.....

(Dimensions: 148×210 ou 210×297 mm.)

.....

.....p

D

ETAT

des sommes portées au débit de
dans la colonne 6 des feuilles
d'envoi pour les droits non postaux des boîtes avec valeur déclarée livrées par les bureaux
d'échange dépendant de

Dates des feuilles d'envoi	Bureaux d'échange d'origine	Bureaux d'échange destinataires	Montant	Observations
			Fr. c. or	

(Dimensions: 210×297 mm.)

(VERSO)

E, tendo sido os mesmos Actos, cujo teor acima fica transcripto, approvados pelo Congresso Nacional, os confirmo e ratifico e, pela presente, os dou por firmes e valiosos para produzirem os seus devidos effectos, prometendo que elles serão cumpridos inviolavelmente.

e é sellada com o sello das Armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos vinte de maio de mil novecentos e vinte e cinco, 104° da Independencia e 37° da Republica.

DECRETO N. 17.221 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1926

Publica as adhesões da Somalia e de Honduras á Convenção Internacional de Radiotelegraphia, assignada em Londres

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publicas as adhesões da Somalilândia (Franceza) e da Republica de Honduras á Convenção Internacional Radiotelegraphica assignada em Londres a 5 de Julho de 1912, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Embaixada Britannica, nesta Capital, em Nota n. 134, datada de 16 de Dezembro do anno proximo findo, cuja traducção official acompanha o presente Decreto.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1926, 105° da Independencia e 38° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Traducção official:

N. 134.

Embaixada Britannica.

16 de dezembro de 1925.

Senhor Ministro,

Com referencia á minha Nota n. 96, de 27 de Agosto ultimo, relativa á Convenção Internacional Radio-Telegraphica, assignada em Londres a 5 de Julho de 1912, tenho a honra de informar a Vossa Excellencia, de ordem de meu Governo, que foram notificadas as seguintes adhesões á mesma Convenção, nas datas abaixo mencionadas:

Somalilândia-Franceza, 23 de Outubro de 1925.

Republica de Honduras, 27 de Outubro de 1925.

Tenho a honra de renovar a Vossa Excellencia as seguranças da minha mais alta consideração. — *Patrick Ramsay.*

A Sua Excellencia o Senhor Felix Pacheco,

Ministro de Estado das Relações Exteriores.

DECRETO N. 17.223 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1926

Cria um Consulado honorario em Hull, na Grã-Bretanha

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização concedida pelo art. 4º, letra a, do decreto n. 14.058, de 11 de Fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado honorario em Hull, na Grã-Bretanha, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de Fevereiro de 1926, 105º da Independencia e 38º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 17.275 — DE 7 DE ABRIL DE 1926

Publica a denuncia, pela Lethonia, de dois Accordos de Madrid de 1891, revistos em Bruxellas em 1900 e em Washington em 1911.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, faz publica a denuncia, por parte do Governo da Lethonia, do Accordo de Madrid de 14 de abril de 1891, revisto em Bruxellas em 1900 e em Washington em 1911, relativo ao registro internacional de marcas de fabrica ou de commercio, e do accordo de Madrid da mesma data, revisto em Washington em 1911, concernente á repressão das falsas indicações de procedencia de mercadorias, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação Suissa nesta capital, por nota de 11 de fevereiro proximo passado, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 7 de abril de 1926, 105º da Independencia e 38º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

TRADUÇÃO

Legação da Suíça no Brasil.

N. GG 10/3.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1926.

Senhor ministro,

Tenho a honra, de ordem do meu Governo, de recordar a Vossa Excellencia que, por nota de 6 de julho de 1925, a Legação da Lethonia na Suíça levou ao conhecimento do Conselho Federal Suíço que seu Governo tinha decidido adherir á Convenção de Paris de 20 de março de 1883, revista em 1900/1911, para a Protecção da Propriedade industrial, bem como aos dous Accordos de Madrid, revistos em Bruxellas e em Washington, relativos, um á repressão das falsas indicações de procedencia, e o outro ao registro internacional de marcas de fabrica ou de commercio.

A Lethonia pedia que fosse inscripta na sexta classe para a contribuição das despesas do Bureau Internacional.

Por nota de 12 de agosto de 1925, levei esta adhesão ao conhecimento de Vossa Excellencia. A adhesão da Lethonia começou a produzir effeito a partir de 20 de agosto de 1925.

A Legação da Lethonia na Suíça, por nota datada de 21 de dezembro ultimo, participou ao Conselho Federal Suíço que seu Governo decidiu denunciar:

1º, o Accordo de Madrid de 14 de abril de 1891, revisto em Bruxellas e em Washington, relativo ao registro internacional de marcas de fabrica ou de commercio;

2º, o Accordo de Madrid de 14 de abril de 1891, revisto em Washington, concernente á repressão das falsas indicações de procedencia.

De conformidade com o artigo 17 bis da Convenção de União, os dous Accordos de Madrid acima referidos ficam ainda em vigor na Lethonia até ter decorrido um anno a partir do dia em que a denuncia foi feita, isto é, até 21 de dezembro de 1926. Portanto desde esta data, a Lethonia não fará mais parte senão da União geral constituida pela Convenção de Paris de 20 de março de 1883, revista em Bruxellas em 1900 e em Washington em 1911.

Pedindo a Vossa Excellencia se digne tomar nota desta denuncia, aproveito esta occasião para renovar-lhe, Senhor Ministro, a segurança de minha alta consideração. — *Gertsch*.

DECRETO N. 17.279 — DE 14 DE ABRIL DE 1926

Promulga o Acto de rectificação do Protocollo Final, annexo á Convenção Postal Universal, assignado em Stockholmo a 28 de outubro de 1924

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Tendo sancionado pelo Decreto n. 4.969, de 21 de outubro do anno proximo passado, a Resolução do Congresso Nacional que approvou o Acto de Rectificação do Protocollo Final, annexo á Convenção Postal Universal, concluido e assignado em Stockholmo a 28 de outubro de 1924, com a collaboração e o voto dos representantes do Brasil, e tendo-se effectuado o respectivo deposito de ratificação no Ministerio Real dos Negocios Estrangeiros da Suecia, a 23 de março proximo passado:

Decreta que esse Acto, appenso por cópia ao presente Decreto, seja executado e cumprido tão inteiramente como nelle se contém.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1926, 105° da Independencia e 38° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES

PRESIDENTE DA REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Faço saber aos que a presente Carta de ratificação virem que entre os Estados Unidos do Brasil e os paizes seguintes: União da Africa do Sul, Albania, Allemanha, Estados Unidos da America, o conjuncto das Possessões Insulares dos Estados Unidos da America, afóra as Ilhas Philippinas, Ilhas Philippinas, Republica Argentina, Commonwealth da Australia, Austria, Belgica, Colonia do Congo Belga, Bolivia, Bulgaria, Canadá, Chile, China, Republica da Colombia, Republica da Costa Rica, Republica de Cuba, Dinamarca, Cidade Livre de Dantzig, Republica Dominicana, Egypto, Equador, Espanha, Colónias Espanholas, Esthonia, Ethiopia, Finlandia; França, Algeria, Colonias e Protectorados Francezas da Indochina, o conjuncto das outras Colonias Francezas, Gran-Bretanha e diversas Colonias e Protectorados Britannicos, Grecia, Guatemala, Republica do Haiti, Republica de Honduras, Hungria, India Britannica, Estado Livre da Irlanda, Italia, o conjuncto das Colonias Italianas, Japão, Chosen, o conjuncto das outras Dependencias Japonezas, Lettonia, Republica da Liberia, Li-

(thuania, Luxemburgo, Marreco (com exclusão da Zona Hespanhola), Marreco (Zona Hespanhola), Mexico, Nicaragua, Noruega, Nova Zelandia, Republica do Panamá, Paraguay, Paizes Baixos, Indias Neerlandezas, Colonias Neerlandezas na America, Perú, Persia, Polonia, Portugal, Colonias Portuguezas da Africa, Colonias Portuguezas da Asia e da Oceania, Rumania, Republica de São Marino, O Salvador, Territorio do Sarre, Reino dos Servios, Croatas e Slovenos, Reino de Sião, Suecia, Suissa, Tchecoslovaquia, Tunisia, Turquia, União das Republicas Socialistas dos Soviets, Uruguay e os Estados Unidos da Venezuela — foi concluido e assignado pelos respectivos Plenipotenciarios um Acto de Rectificação do Protocollo Final, annexo á Convenção Postal Universal, concluido e assignado em Stockholmo no dia 28 de outubro de 1924, do teor seguinte:

Union Postale Universelle — Congrès de Stockholm 1924

CONVENTION POSTALE UNIVERSELLE

PROTOCOLE FINAL

Les soussignés, Plénipotentiaires des Pays énumérés dans le préambule de la Convention postale universelle de Stockholm,

Considérant que le Protocole final signé par eux le 28 août 1924 pour nôtre joint à ladite Convention présente une lacune en ce sens qu'il aurait dû être complété par l'insertion d'une disposition ainsi conçue:

"Une Commission composée des représentants de quatorze Administrations est chargée d'étudier et de rechercher les voies et moyens de simplifier le travail des Congrès et d'en accélérer la marche.

Le résultat de ses études sera soumis aux Administrations pour décision dans des délais qui permettent de l'appliquer au prochain Congrès.

A cet effet, ladite Commission est autorisée à formuler toutes propositions qu'elle jugera utiles et celles-ci passeront en force, si elles réunissent la majorité des suffrages exprimés.

Le Bureau international assurera les travaux de Chancellerie de la Commission ainsi formée et son Directeur prendra part à ses délibérations;

qu'il en avait été décidé ainsi, par le Congrès, dans ses séances plénières de 23 et 28 août, (voir p. 11 et 13 du procès-verbal de la 7^e séance et p. 7 du procès-verbal de la 10^e séance);

qu'il s'agit d'une erreur évidente qu'il convient de rectifier;

déclarent adhérer à la proposition de compléter le texte du Protocole final par l'insertion sous chiffre XII du paragraphe de la teneur suivante adopté par le Congrès dans ses séances des 23 et 28 août:

XII

COMMISSION D'ÉTUDES

Une Commission composée des représentants de quatorze Administrations est chargée d'étudier et de rechercher les voies et moyens de simplifier le travail des Congrès et d'en accélérer la marche.

Le résultat de ses études sera soumis aux Administrations pour décision, dans des délais qui permettent de l'appliquer au prochain Congrès.

A cet effet, ladite Commission est autorisée à formuler toutes propositions qu'elle jugera utiles et celles-ci passeront en force, si elles réunissent la majorité des suffrages exprimés.

Le Bureau international assurera les travaux de Chancellerie de la Commission ainsi formée et son Directeur prendra part à ses délibérations.

La présente rectification devra être déposée aux Archives du Gouvernement de la Suède et une copie en être remise par ses soins à chaque Partie.

Pour l'Union de l'Afrique du Sud:

Pour E. A. Sturman:

D. J. O'Kelly. — D. J. O'Kelly.

Pour l'Albanie:

David Bjurström.

Pour l'Allemagne:

W. Schenk. — K. Orth.

Pour les États-Unis d'Amérique:

Joseph Stewart. — Eugène R. White. — Edwin Sands.

Pour l'ensemble des Possessions insulaires des États-Unis d'Amérique autres que les Îles Philippines:

Joseph Stewart. — Eugène R. White. — Edwin Sands.

Pour les Îles Philippines:

Juan Ruiz.

Pour la République Argentine :

Pour la Commonwealth de l'Australie :

Pour l'Autriche :

*Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. —
Thore Wennqvist.*

Pour la Belgique :

A. Pirard. — Hub. Krains. — O. Schockaert.

Pour la Colonie du Congo belge :

M. Halewyck. — G. Tondeur.

Pour la Bolivie :

Mto. Urriolagoitia H.

Pour le Brésil :

A. de Almeida Brandão. — J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie :

N. Boschnacoff. — St. Ivanoff

Pour le Canada :

Peter T. Coolican.

Pour le Chili :

Cesar Leon.

Pour la Chine :

Tai Tch'enne Linne.

Pour la République de Colombie :

Luis Serrano-Blanco.

Pour la République de Costa-Rica :

V. Andresson.

Pour la République de Cuba :

José D. Morales Diaz. — César Carvallo.

Pour le Danemark :

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour la Ville Libre de Dantzic :

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour la République Dominicaine :

C. G. F. Hagstrom.

Pour l'Égypte :

H. Mazloun. — E. Maggiar. — Wahbé Ibrahim.

Pour l'Equateur:

Pour l'Espagne:

El Conde de San Esteban de Cañongo. — José Moreno Pineda. — A. Camacho.

Pour les Colonies espagnoles:

Martin Vicente Salto.

Pour l'Esthonie:

Edward Wirgo.

Pour l'Ethiopie:

B. Marcos. — A. Bousson.

Pour la Finlande:

G. E. F. Albrecht.

Pour la France:

M. Lebon. — Robert Hicquet. — A. Body. — Douarche. — G. Béchel.

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pour les Colonies et Protectorats français de l'Indochine:

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres Colonies françaises:

G. Pillias. — Ginestou.

Pour la Grande-Bretagne et diverses Colonies et Protectorats britanniques:

F. H. Williamson. — E. L. Ashley Foakes. — W. G. Gilbert.

Pour la Grèce:

Penthéroudakis. — J. Lachnidakis.

Pour le Guatemala:

Pour la République d'Haïti:

Carl Schlyter.

Pour la République du Honduras:

Pour la Hongrie:

O. de Fejér. — G. Baron Szalay.

Pour l'Inde britannique:

Geoffrey Clarke. — Hermanta Kumar Raah.

Pour l'Etat libre d'Irlande:

P. S. O'Heigeartaigh. — P. S. Mac Cathmhaoil. — D. O'Hiarlatha.

Pour l'Islande:

C. Mondrup. — Holmblad.

Pour l'Italie:

Luigi Picarelli. — Paolo Riccio. — Giovanni Bartoli.

Pour l'ensemble des Colonies italiennes:

Luigi Picarelli. — Paolo Riccio. — Giovanni Bartoli.

Pour le Japon:

S. Komori. — H. Kawai. — H. Makinō.

Pour le Chosen:

S. Komori.

Pour l'ensemble des autres Dépendances japonaises:

K. Sugino. — H. Kawai.

Pour la Lettonie:

Ed. Kadikis. — Louis Rudanz.

Pour la République de Libéria:

Gustaf W. de Horn de Rantzien.

Pour la Lithuanie:

J. Jurkunas-Scheynius. — Adolfas Sruoga.

Pour le Luxembourg:

Jaques.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la Zone espagnole):

F. Gentil. — Walter.

Pour le Maroc (Zone espagnole):

El Conde de San Esteban de Cañongō. — José Morenō Pineda. — A. Camacho.

Pour le Mexique:

R. Nieto. — José V. Chavez.

Pour le Nicaragua:

Pour la Norvège:

Klaus Helsing. — Oskar Hommē

Pour la Nouvelle-Zélande:

A. T. Markman.

Pour la République de Panama:

José D. Morales Diaz. — César Carvallo.

Pour le Paraguay:

Gunnar Langborg.

Pour les Pays-Bas:

Schreuder. — J. S. v. Gelder. — J. M. Lamers.

Pour les Indes néerlandaises:

I. J. Milborn. — W. F. Gerdes Oosterbeek.

Pour les Colonies néerlandaises en Amérique:

I. J. Milborn. — W. F. Gerdes Oosterbeek.

Pour le Pérou:

Emil Hector.

Pour la Perse:

Fahimed Dowleh. — E. Pire.

Pour la Pologne:

Dr. Alfred Wysocki. — Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho D'Albuquerque. — Adalberto da Costa Veiga.

Pour les Colonies portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriano Santa Barbara.

Pour les Colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

Joaquim Pires Ferreira Chaves.

Pour la Roumanie:

George Lecca.

Pour la République de St-Marin:

Percival Kalling.

Pour le Salvador:

Pour le Territoire de la Sarre:

P. Courtilet.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Dragutin Dimitrijevic. — Sava Tatundzic. — Milos Kovacevic. — Stojisa Krbavac.

Pour le Royaume de Siam:

Phya Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède:

*Julius Juhlin. — Gustaf Kihlmark. — Gunnar Lager. —
Thore Wennqvist.*

Pour la Suisse:

P. Dubois. — C. Roches.

Pour la Tchécoslovaquie:

Dr. Otokar Ruzicka. — Joseph Zàbrodsky.

Pour la Tunisie:

G. Gentil. — Barbarat.

Pour la Turquie:

Pour Mehmed Sabry:

Béha Taly. — Béha Taly.

Pour l'Union des Républiques Soviétistes Socialistes:

*V. Ossinsky. — V. Dovgolevski. — E. Hirschfeld. —
E. Syrevitch. — Katiss. — V. Tchitchinadse.*

Pour l'Uruguay:

Adolfo Agorio.

Pour les Etas-Unis de Vénézuela:

Luis Alejandro Aguilar.

E tendo sido o mesmo Acto, cujo teor fica acima transcripto, approvado pelo Congresso Nacional, o confirmo e ratifico e, pela presente, o dou por firme e valioso para produzir os seus devidos effeitos, promettendo que elle será cumprido inviolavelmente.

Em firmeza do que mandei passar esta Carta, que assigno e é sellada com o sello das Armas da Republica e subscripta pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palacio da Presidencia, no Rio de Janeiro, aos dezeseis de dezembro de mil novecentos e vinte e cinco, 104° da Independencia e 37° da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

DECRETO N. 17.280 — DE 14 DE ABRIL DE 1926

Publica a denuncia, pela Grã-Bretanha, de uma das Convenções assignadas em Haya, em 1907

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a denuncia, por parte do Governo da Grã-Bretanha, da Convenção de Haya de 18 de Outubro de 1907, relativa ao regimen dos navios mercantes inimigos no começo das hostilidades, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Legação dos Paizes Baixos nesta Capital em Nota n. 165/4, de 26 de Janeiro ultimo, cuja traducção official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 14 de Abril de 1926, 105ª da Independencia e 38ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Traducção:

Legação dos Paizes Baixos — N. 165/4.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1926.

Senhor Ministro.

Por uma Nota, datada de 14 de Novembro ultimo, n. 244, cuja cópia vae junto a esta, o Ministro de Sua Majestade Britannica em Haya notificou ao Governo de Sua Majestade a Rainha, a denuncia, por parte da Grã-Bretanha da Convenção de Haya de 18 de Outubro de 1907, relativa ao regimen dos navios mercantes inimigos no começo das hostilidades.

Tendo sido encarregado pelo Jonkheer van Karnebeek de transmittir, de conformidade com o art. 10 dessa Convenção, esta copia ao Governo da Republica dos Estados Unidos do Brasil, fazendo-lhe sciente que esta notificação foi recebida no Ministerio dos Negocios Estrangeiros em Haya a 14 de Novembro de 1925, tenho a honra de recorrer para esse fim ao benevolo intermedio de Vossa Excellencia.

Agradecendo-lhe antecipadamente pelo encaminhamento que Vossa Excellencia se dignar dar ao meu pedido, aproveito esta occasião, Senhor Ministro, para renovar-lhe a segurança de minha mais alta consideração. — *C. van Rappard.*

A Sua Excellencia o Senhor Dr. José Felix Alves Pacheco, Ministro de Estado das Relações Exteriores — Rio de Janeiro.

Tradução do annexo:

Legação Britannica — N. 214.

Haya, 14 de novembro de 1925.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de communicar-lhe pela presente Nota a denuncia da VI Convenção de Haya, de 18 de Outubro de 1907, relativa ao regimen dos navios mercantes no começo das hostilidades, para produzir effeito depois de um anno desta data, como estabelece o artigo 10 da referida Convenção.

Pego a Vossa Excellencia a bondade de encaminhar uma cópia devidamente certificada desta notificação a todas as outras potencias signatarias da Convenção.

Aproveito esta oportunidade, Senhor Ministro, para renovar a Vossa Excellencia a segurança da minha mais alta consideração. — *Charles M. Marling.*

A Sua Excellencia Jonkheer van Karnebeck.

DECRETO N. 17.281 — DE 14 DE ABRIL DE 1926

Publica a adhesão da China ás Convenções de Bruxellas para a permuta de documentos officiaes e outras publicações

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão do Governo da Republica Chinezã ás Convenções assignadas em Bruxellas a 15 de Março de 1886, relativas; 1º) á permuta de documentos officiaes e publicações scientificas e litterarias, e 2º) á permuta immediata do Jornal Official e dos Annaes e documentos parlamentares, conforme communicou ao Ministerio das Relações Exteriores a Embaixada Belga nesta Capital, por Nota de 23 de Fevereiro ultimo, cuja tradução official acompanha o presente decreto.

Rio de Janeiro, 14 de Abril de 1926, 105º da Independencia e 38º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Tradução:

Embaixada da Belgica — N. 193.

Rio de Janeiro, 23 de Fevereiro de 1926.

Senhor Ministro,

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excellencia que o Governo da Republica Chinezã, usando da facul-

dade conferida aos Estados não signatarios das Convenções de permuta de 15 de Março de 1886, declara adherir a esses actos diplomaticos, relativos:

1º) ás permutas internacionaes dos documentos officiaes e publicações scientificas e litterarias;

2º) á permuta immediata do jornal official, assim como dos annaes e documentos parlamentares.

A adhesão do Governo Chinez a essas Convenções foi communicada ao Governo Belga em data de 22 de Dezembro ultimo, pela Legação da Republica Chinez, em Bruxellas.

Nos termos das mesmas disposições convencionaes, cabe, com effeito, á Belgica notificar ás potencias contractantes o adherentes as accessões que se verificarem.

Aproveito esta occasião para renovar a Vossa Excellencia as seguranças da minha mais alta consideração. — *Paul May.*

A Sua Excellencia o Senhor Felix Pacheco, Ministro das Relações Exteriores — Rio de Janeiro.

DECRETO N. 17.282 — DE 14 DE ABRIL DE 1926

Publica a adhesão da Suissa á Convenção para repressão do Trafico de Brancas

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil faz publica a adhesão da Confederação Suissa á Convenção Internacional para a repressão do trafico de mulheres brancas, assignada em Paris a 4 de Maio de 1910, conforme communicação feita ao Ministerio dos Negocios Estrangeiros da França e transmittida ao Ministerio das Relações Exteriores, pela Embaixada do Brasil em Paris, a 1º de Março proximo passado, e da qual acompanha o presente decreto uma traducção official.

Rio de Janeiro, 14 de Abril de 1926, 105º da Independencia e 38º da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

Traducção:

O Ministro da Suissa, em Paris, apresentou-se hoje, no Ministerio dos Negocios Estrangeiros da Republica Franceza, para ahi effectuar, em virtude dos poderes que lhe foram conferidos, o deposito da declaração feita pelo Conselho Federal, em nome da Confederação Suissa e fazendo a adhesão da

Suissa, desde 1 de Fevereiro de 1926, á Convenção Internacional, relativa á repressão do Trafico de Brancas, de 4 de Maio de 1910.

Feito em Paris, a 30 de Janeiro de 1926. — *Dunant*.

Por cópia certificada, conforme. — O Ministro Plenipotenciario, Chefe do serviço do Protocollo, *P. Fouquière*.

DECRETO N. 17.283 — DE 14 DE ABRIL DE 1926

Crêa um Consulado Honorario em Palm Beach, na Republica dos Estados Unidos da America

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando ser necessaria a existencia de um Consulado Honorario em Palm Beach; e usando da autorização concedida pela lettra A do art. 4º do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920, decreta:

Artigo unico. Fica creado um Consulado Honorario em Palm Beach, na Republica dos Estados Unidos da America; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1926, 105ª da Independencia e 38ª da Republica.

ARTHUR DA SILVA BERNARDES.

José Felix Alves Pacheco.

N. 3

DECISÕES

Circular n. 7, de 6 de Maio de 1925, ao Corpo Diplomatico Estrangeiro, completando informações sobre franquia aduaneira

Senhor...

Como esclarecimento da Circular n. 2, de 14 de Março ultimo, e para perfeito conhecimento de V..., transcrevo na integra as disposições da Tarifa das Alfandegas que regulam, no Brasil, a concessão de isenções de direitos aos funcionarios diplomaticos e consulares estrangeiros:

§ 5°. A todos os objectos de uso proprio dos embaixadores e ministros estrangeiros, e, em geral, de todas as pessoas empregadas na diplomacia, considerados como pertencentes á sua bagagem, que chegarem á Republica.

(Nota — Terá immediato desembaraço a bagagem dos embaixadores, ministros plenipotenciarios e diplomatas, notabilidades literarias, scientificas, artisticas, politicas e altos funcionarios civis e militares da Republica em commissão do Governo. (Decreto n. 8.592, de 8 de Março de 1911, artigo 2º, paragrapho unico.)

§ 6°. Aos generos e objectos importados pelos embaixadores, ministros residentes e encarregados de negocios acreditados junto ao Governo da Republica, na fórma da legislação em vigor, e pelos consules geraes de carreira das nações que não têm Legação no Brasil; e aos moveis e outros objectos de uso proprio dos consules geraes de carreira, importados para o seu primeiro estabelecimento.

Nota — Nesta disposição não se comprehendem os objectos de expediente e outros importados para o serviço dos consulados estrangeiros. (Circular n. 31, de 29 de Julho de 1905.)

Observação — As requisições para os despachos dos artigos a que se referem os §§ 5° e 6° deverão mencionar as marcas e numeros dos volumes e ser feitas ao inspector da

Alfandega por intermedio do Ministerio das Relações Exteriores.

Tenho a honra de renovar a V... os protestos da...

Felix Pacheco.

Circular n. 11, de 5 de Outubro de 1925, aos Corpos Diplomatico e Consular Brasileiros, sobre comprovação de despesas autorizadas pela verba "Extraordinarias no Exterior"

Ministerio das Relações Exteriores — Secção da Contabilidade — Circular aos Corpos Diplomatico e Consular Brasileiros. — Circular n. 11.

Indice: Comprovação das despesas autorizadas pela verba "Extraordinarias no Exterior".

Recommendo aos senhores chefes das Missões Diplomaticas e representantes consulares a observancia do disposto no art. 39 do decreto n. 14.057, de 11 de Fevereiro de 1920, relativamente á prestação de contas das despesas autorizadas pela verba "Extraordinarias no Exterior", que deve ser feita perante a Delegacia Nacional em Londres, salvo quando taes despesas forem de caracter reservado, caso este em que deverão as respectivas contas ser prestadas á Secretaria de Estado. — *Felix Pacheco.*

Circular n. 12, de 23 de Novembro de 1925, ao Corpo Consular Brasileiro, sobre importação de plantas e sementes para fins medicinaes

O Ministro da Agricultura, Industria e Commercio, em Aviso dirigido a este Ministerio, transmittiu-me a cópia, que faço transcrever annexa a esta circular, de uma representação feita pelo Centro dos Droguistas e Industriaes de Drogas sobre a interpretação dada por diversos Consules ao Regulamento de Defesa Sanitaria Vegetal, na parte relativa á importação das partes mortas de plantas e sementes medicinaes.

O referido Ministro pede-me communicar aos senhores Consules que o referido Regulamento não cogita de taes productos, havendo, portanto, equívoco em se negarem a visar as facturas referentes aos mesmos, não havendo inconveniente em que as sementes destinadas exclusivamente a fins medicinaes sejam dispensadas das exigencias constantes do art. 6º do referido Regulamento e da apresentação do certificado official de sanidade do paiz de onde procedem, conti-

nuando, entretanto, sob a fiscalização do Serviço de Vigilância Sanitária Vegetal.

Transmittindo aos senhores Consules a comunicação supra, recommendo-lhes a fiel observancia das determinações nella contidas.

Felix Pacheco.

Circular n. 11 A, de 15 de Dezembro de 1925, ao Corpo Consular Brasileiro, sobre notas nas cadernetas-matriculas de tripulantes de embarcações brasileiras

Ministerio das Relações Exteriores, 15 de Dezembro de 1925.

NC. 4.588/11 — O Ministerio da Marinha communicou que frequentemente os Consulados brasileiros remetem ás Capitánias de portos cadernetas-matriculas de tripulantes de embarcações brasileiras, desembarcados no estrangeiro, não legalizadas devidamente nem acompanhadas dos inqueritos necessarios á verificação das causas de desembarque, resultando desse procedimento serem multados os Capitães de navios, de accôrdo com o Regulamento das Capitánias dos Portos.

Assim, peço aos senhores Consules que remetam ás competentes Capitánias não só as alludidas cadernetas como também os termos de deserção ou inqueritos que tiverem motivado o desembarque.

Circular n. 12 A, de 15 de Dezembro de 1925, ao Corpo Consular Brasileiro sobre transporte de immigrants

Ministerio das Relações Exteriores — Rio de Janeiro, 15 de Dezembro de 1925.

NC. 4.589/12 — Para os devidos fins, communico ao Corpo Consular Brasileiro que, segundo informação prestada pelo Intendente de Immigração, e de accôrdo com o art. 4º do decreto n. 16.761, de 31 de Dezembro de 1924, já foram autorizadas a transportar immigrants, assim considerados os passageiros de 2ª e 3ª classes (art. 2º do decreto n. 9.081, de 3 de Novembro de 1914), as seguintes companhias de navegação:

- 1. The Royal Mail Steam Packet, ingleza;
- Osaka Shosen Kaisha, japoneza;
- Hamburg Amerika-Linie;
- 1. Hamburg Sudamerikanische Dampfschiffahrt Gesellschaft, allemães;
- 2. H. W. Wilson Limited (Nelson Line), ingleza;

Norddeutscher Lloyd, alemã;
The Pacific Steam Navigation, ingleza;
Koninklijke Hollandsche Lloyd, hollandeza;
Transatlantica Italiana;
A. Consulich, Società Anonima de Navigazione, italianas;
France-Amérique;
Société Générale de Transports Maritimes;
Chargeurs Réunis e Sud-Atlantique, francezas;
Lloyd Latino, italiana;
Nippon Yusen Kaisha, japoneza;
Hugo Stinnes Linie, alemã;
Munsen Line, norte-americana;
Lloyd Sabauda, italiana e Lloyd Brasileiro.

Circular n. 13, de 29 de Dezembro de 1925, ao Corpo Consular Brasileiro, sobre interpretação do Regulamento de Defesa Sanitaria Vegetal

DIRECTORIA GERAL DOS NEGOCIOS COMMERCIAES E CONSULARES

NC 4.694/13 — Circular — A pedido do Ministro da Agricultura, Industria e Commercio e para orientação dos funcionarios consulares na questão relativa á interpretação do Regulamento de Defesa Sanitaria Vegetal, em relação á expedição de facturas consulares, no paiz de origem, para a importação de productos vegetaes, transcrevo as seguintes:

Instrucções para a importação de productos vegetaes:

Os Consules poderão expedir facturas independentemente das exigencias contidas no Regulamento de Defesa Sanitaria Vegetal:

a) Para todos os productos vegetaes que não mais possam ser usados no plantio, isto é, raizes, fragmentos de caule, folhas, fructos e sementes que tenham soffrido um processo qualquer que lhes destrua a vida.

Assim, exemplificando, estão isentos de qualquer exigencia por parte do Serviço de Vigilancia Sanitaria Vegetal: cravo da India, cascas de canella, folhas de louro, de fumo, fructas passadas, descascadas, sementes piladas, descascadas, torradas, etc.

b) Para todos os grãos de cereaes, *quando exclusivamente destinados á alimentação*. Aliás, são estas sementes as unicas que poderão ser introduzidas no paiz, independentemente das exigencias de que cogita o Regulamento de Defesa Sanitaria Vegetal, desde que se destinem ao fim mencionado.

Todas as outras sementes, mesmo as de cereaes, quando se destinem ao plantio, estão sujeitas ás exigencias desse Regulamento.

O mesmo se deve observar com relação ás plantas vivas e demais partes vivas de plantas, como sejam: mudas, galhos, estacas, bacellos ou cebolas, tuberculos, raizes, rhizomas.

Para esses productos os Consules deverão exigir:

— uma via ou cópia da *Guia* fornecida pelo Serviço de Vigilancia Sanitaria Vegetal, autorizando a importação dos productos;

— o *certificado official de Sanidade*, que deverá ser visado pelo Consul.

Este documento deverá ser assignado pelo encarregado official do Serviço de Defesa Agricola do paiz exportador e deverá conter:

— nome do cultivador e do exportador; localidade e districto da produção, natureza e quantidade dos productos inspecionados, data em que se realizou a inspecção, e, finalmente, a declaração de que os mesmos não são portadores de doenças perigosas, insectos e outros parasitas reputados nocivos ás culturas.

Para alguns productos, além da declaração acima referida, deverão ser exigidas declarações especiaes.

Assim, para os tuberculos da batatinha *Solanum tuberosum*, seja qual fór o fim a que se destinem, os Consules exigirão que se declare no certificado não procederem os tuberculos de zona contaminada pela doença causada pelo fungo (*Chrysophylyctis endobiotica*), vulgarmente conhecida pelos nomes; potato wart, black scab, potato canker, etc., ou pela traça da batata (*Phathrinaca operculella*).

Para as sementes de alfafa e demais leguminosas forrageiras, no certificado official de sanidade deverá ser declarada a ausencia de sementes de cuscuta.

Não poderão ser expedidas facturas consulares para os seguintes productos, cuja importação foi prohibida por portarias especiaes:

— Sementes de algodão, algodão em caroço, algodão em rama e residuos de algodão.

— mudas, fructos e sementes de caféiro ou de qualquer outra rubiaceae;

— mudas e toletes de canna de assucar;

— mudas, fructos e sementes de cacaueiros;

— mudas de bananeira procedentes de Porto Rico.

Não deverão tambem ser expedidas facturas para os productos que se destinem a portos que não os providos de inspectores de Vigilancia Sanitaria Vegetal.

Assim, só deverão ser expedidas facturas para os productos que se destinem aos portos de:

Belém,

Recife,

Rio de Janeiro,

Bahia,
Santos,
S. Francisco,
Rio Grande,
Uruguayana.

Circular n. 14, de 29 de Dezembro de 1925, ao Corpo Diplomático e Consular Brasileiros, sobre apresentação á Secretaria de Estado

Senhor...

Quando um funcionario do Corpo Consular ou Diplomático chega a seu posto ou delle parte, telegrapha á Secretaria, que assim tem conhecimento official da data para o preparo das folhas de tempo de serviço.

Quando, porém, chega ou se retira do Rio de Janeiro, a Secção não tem dados certos sobre os quaes se possa basear para completar aquellas folhas.

Afim de supprir essa lacuna, de 1º de Janeiro proximo futuro em diante, haverá na Secção de Contabilidade um livro intitulado "Apresentações", no qual todo empregado dos serviços Consular e Diplomático deverá inscrever o seu nome e a data da sua chegada, no primeiro dia útil depois da que aqui aportar.

As pessoas vindas ao Brasil em férias extraordinarias e que desembarcarem em outro porto, que não o da Capital, telegrapharão ao Director da Contabilidade, que fará a competente inscripção.

Nenhuma guia ou ordem de pagamento será feita senão baseada nas informações constantes do referido livro.

A inscripção não desobriga os funcionarios do dever de se apresentarem posteriormente aos Chefes de serviço de que dependam.

Aproveito o ensejo para renovar a V. os protestos da minha estima.

Felix Pacheco.

Circular n. 1, de 16 de Janeiro de 1926, ao Corpo Consular Brasileiro, sobre a entrada de immigrants no territorio nacional

Circular — CE 124/1. — Rio de Janeiro, 16 de Janeiro de 1926.

O Ministro da Agricultura, Industria e Commercio, organizou as instrucções abaixo transcriptas para a fiel execução do decreto n. 16.761, de 31 de Dezembro de 1924, e respe-

ctiva portaria de 30 de Julho de 1925, regulando a entrada de immigrants em territorio nacional.

Peço aos senhores Consules que cumpram fielmente as referidas instrucções e as façam observar tambem pelos Vice-Consules do seu districto consular.

Felix Pacheco.

INSTRUCÇÕES QUE DEVEM SER TRANSMITTIDAS AOS CONSULES, PARA FIEL EXECUÇÃO DO DECRETO N. 16.761, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1924, E RESPECTIVA PORTARIA DE 30 DE JUNHO DE 1925

1ª. Os immigrants, como taes considerados os passageiros de 2ª e 3ª classes, deverão submeter ao — visto — da autoridade consular os seguintes documentos:

a) attestado de boa conducta, passado pela autoridade policial, ou autoridade equivalente, do local de sua ultima residencia, durante seis mezes, no minimo;

b) carteira de identidade, com photographia e indicação da idade, nacionalidade, estado civil, profissão, impressões dactilares e caracteristicos pessoais.

2ª. Os Consules deverão, pelos meios ao seu alcance, verificar a authenticidade dos documentos referidos no artigo anterior ou exigirem-na de seus portadores para o competente — visto.

3ª. Os Consules não visarão os documentos dos passageiros comprehendidos nos arts. 1º e 2º da lei n. 4.247, de 6 de Janeiro de 1921.

4ª. Os Consules não permitirão que sejam embarcados, com destino ao Brasil, immigrants em navios pertencentes a companhias de navegação que, para esse fim, não estiverem autorizadas pela Directoria Geral do Serviço de Povoamento:

a) A Directoria Geral do Serviço de Povoamento enviará á Directoria Geral dos Negocios Commerciaes e Consulares a relação das companhias de navegação, que houverem cumprido as formalidades legais, para o transporte de immigrants, bem assim a lista das empresas, associações, companhias ou de particulares que estiverem autorizados a promover a introdução de immigrants no Brasil, *ex-vi* do art. 6º do decreto n. 16.761, já citado.

5ª. Os immigrants maiores de 60 annos sómente terão livre entrada no Brasil nos seguintes casos:

a) si provarem perante a autoridade consular que têm renda para custear a propria subsistencia;

b) si tiverem parentes ou pessoas, que por tal se responsabilizem, mediante termo de fiança por ellas assignado perante a autoridade policial brasileira do local de sua residencia.

Esse termo de fiança não depende do — visto — da Directoria Geral do Serviço de Povoamento.

6ª. As autoridades consulares só visarão os documentos de immigrants que se destinarem aos portos de Belém, Recife, S. Salvador, Victoria, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá, S. Francisco e Rio Grande.

7ª. Os immigrants, que se destinarem ao porto do Rio de Janeiro, serão prevenidos pelas autoridades consulares de que é obrigatoria a sua passagem pela ilha das Flôres, onde serão examinados seus documentos pela Directoria Geral do Serviço de Povoamento e submettidos á inspecção sanitaria e identificação pessoal.

8ª. O transporte dos immigrants no porto do Rio de Janeiro, sua hospedagem e tratamento medico, durante a permanencia na ilha das Flôres, são absolutamente gratuitos, não sendo permittido aos empregados receber quaesquer gratificações ou presentes.

9ª. As autoridades competentes obstarão o desembarque dos immigrants que não satisfizerem as disposições do decreto n. 16.761, supra referidas.

10. As mulheres sós e os menores de 18 annos só poderão desembarcar quando houverem sido chamados por pessoa devidamente autorizada ou desde que provem o exercicio de qualquer arte ou occupação util.

11. Aos immigrants, que se estabelecerem em qualquer ponto do paiz e se dedicarem a qualquer ramo de agricultura, industria e commercio, arte ou occupação util, são garantidos: o exercicio pleno da sua actividade, inteira liberdade de trabalho, desde que não haja offensa á segurança, á saude e aos costumes publicos; liberdade de crenças e de culto; e, finalmente, o gozo de todos os direitos civis, attribuidos aos nacionaes pela Constituição e leis em vigor.

12. Os immigrants atacados de syphilis, doenças venereas e outras doenças transmissiveis, embora sem character epidemico, serão devidamente tratados na enfermaria da hospedaria de immigrants, antes de serem dirigidos ao ponto de destino.

13. Occorrendo entre os immigrants desembarcados algum caso de doença epidemica (variola, peste, typho exanthematico, poliomyelite, meningite cerebro-espinhal epidemica, diphteria, cholera, grippe, febre amarella, sarampão, escarlatina, febres do grupo colityphico, etc.), o doente será isolado e os demais immigrants serão submettidos á vigilancia sanitaria, só sendo dirigidos aos pontos de destino depois de cessada esta, de accôrdo com o regulamento sanitario vigente.

14. A autoridade sanitaria dos Estados para onde se dirigirem esses immigrants será feita a communicação das

occorrencias acima, e de quaesquer outras que a possam interessar no ponto de vista da defesa sanitaria.

15. Quando a primeira inspecção medica não puder resolver desde logo si o immigrante deve ser considerado indesejavel, a autoridade sanitaria poderá autorizar a accepção condicional do mesmo, reservando-se para posteriormente recusar o immigrante em virtude de conclusões a que venha a chegar.

16. Ao intendente de immigração, ou qualquer outra autoridade competente, será fornecida uma relação dos immigrants indesejaveis, afim de que sejam os mesmos repatriados.

17. Os vistos consulares serão dados pelos consules brasileiros de carreira, nos portos de embarque ou nas cidades onde exerçam as suas funcções.

18. Os estrangeiros residentes no Brasil, passageiros de 2ª e 3ª classes, com tempo não excedente a seis mezes, no exterior, são dispensados dos documentos de que trata o n. 1, letras a e b, desde que, para o visto consular, exhibam o passaporte de autoridade brasileira, ou do seu paiz, acreditados no Brasil.

19. O desembarque de immigrants será realizado de accordo com as seguintes providencias:

a) as bagagens, objectos de uso, roupa de cama, colchões, etc., quando houver indicação, serão submettidos a processos sanitarios, conforme as circumstancias e a natureza dos objectos;

b) os individuos serão levados ás ante-salas das banheiras onde deixarão suas roupas, que devem ser desinfectadas, quando necessario, antes de qualquer lavagem;

c) depois de experimentarem medidas individuaes de hygiene e asseio, receberão novas roupas ou as proprias, préviamente desinfectadas.

20. Recolhidos os immigrants á hospedaria, a autoridade sanitaria fará minuciosa inspecção medica de cada um delles, afim de excluir os que forem considerados indesejaveis, sob o ponto de vista da Saude Publica.

21. As presentes instrucções revogam quaesquer ordens em contrario.

Circular n. 4, de 22 de Fevereiro de 1926, ao Corpo Consular Brasileiro, dando esclarecimentos sobre a expedição de factura para os "colis-postaux"

Circular NC 492/4 — Em 22 de Fevereiro de 1926 —
Para conhecimento dos funcionarios do Corpo Consular Brasileiro, transcrevo a resposta do Ministerio dos Negocios da Fazenda ao alvitre de ser adiada a execução dos artigos 55 e

56 do regulamento para o serviço de encomendas postaes, approved pelo decreto n. 16.712, de 23 de Dezembro de 1924, e publicado no *Diario Official* de 10 de Janeiro de 1925:

« O primeiro dos dispositivos citados exige a factura consular para as mercadorias importadas para fins commerciaes e o segundo estabelece a necessaria penalidade ás infracções do primeiro.

“Trata-se, assim, de uma providencia regulamentar, que visa estabelecer melhor fiscalização no serviço de encomendas postaes, sendo que, como se vê do proprio texto do citado art. 55, a exigencia da factura só occorrerá quando se tratar de mercadorias importadas para fins commerciaes. Isso, aliás, se verifica communmente, maximé quanto aos tecidos de seda e joias e pedras preciosas.

“Em regra, as pequenas encomendas, destinadas a particulares, estão dentro dos limites das excepções de que cogita o decreto n. 14.039, de 29 de Janeiro de 1920. A este regimen se subordina tambem a conferencia aduaneira das mesmas encomendas, não carecendo estas, por isso, de factura, salvo quando se tratar de encomendas dirigidas a particulares, com o intuito evidente de burlar a exigencia da factura consular. Neste caso, ficam os particulares em questão sujeitos ao pagamento do triplo dos direitos devidos, na fórma do citado art. 56.

“Assim, sendo tão claras aquellas disposições, não ha motivo para a sua execução ser adiada, tanto mais quanto que em tudo se obedece a regimen do mencionado decreto numero 14.039, de 1920. Consequentemente, não ficam alteradas as excepções contidas no art. 3º do mesmo decreto, quanto ás encomendas postaes procedentes dos paizes com os quaes tenha o Brasil convenções firmadas.»

Felix Pacheco.

Circular n. 5, de 12 de Março de 1926, ao Corpo Consular Brasileiro, sobre importação de sementes de linho

CE. 712|5—Communico aos senhores Consules que, por portaria de 12 de Fevereiro ultimo, o Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, permittiu, de accôrdo com o art. 15 do Regulamento approved pelo decreto n. 15.198, de 21 de Dezembro de 1921, a importação de sementes de linho, independente das exigencias contidas no referido regulamento, uma vez estabelecida a prova, pelos interessados, de que as mesmas se destinam exclusivamente a fins commerciaes.

Felix Pacheco.

Circular n. 6, de 16 de Março de 1926, ao Corpo Consular Brasileiro, sobre gratuidade dos 'vistos' nos documentos que acompanham os passaportes

Circular C|6.

Sr. Consul:

Em nome do Sr. Ministro de Estado, communico a V. S. que não devem ser cobrados emolumentos pelos "vistos" nos documentos que acompanham os passaportes, de accôrdo com a legislação em vigor.

Taes documentos, que o Consulado exige para visar o passaporte individual, são considerados como fazendo parte deste e devem ser visados gratuitamente, pagando o viajante apenas os emolumentos constantes do n. 68 da tabella.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. S. os protestos da minha estima e consideração.—*Luiz de Faro Junior*, director da Contabilidade.

Circular n. 7, de 24 de Março de 1926, ao Corpo Consular Brasileiro, sobre facturas commerciaes

Circular NC. 855|7 — Para conhecimento dos Srs. funcionarios consulares, transcrevo as instrucções organizadas pelo Ministerio dos Negocios da Fazenda, para exacto cumprimento do art. 19 e seus paragraphos da lei n. 4.984, de 31 de Dezembro de 1925, que instituiu a obrigatoriedade da factura commercial, que entrará em vigor no dia 2 de Maio vindouro:

1º, scientifiquem, por meio de cartas ou avisos, a todos os embarcadores de mercadorias para os portos do Brasil, obrigação creada pela citada lei de apresentarem ao Consulado ou agencia consular respectivos, juntamente com as quatro vias de factura consular, exigidas pelo art. 4º do decreto n. 14.039, de 29 de Janeiro de 1920, duas vias de facturas commerciaes, devidamente assignadas pelo fabricante ou exportador que houver vendido a mercadoria, sob pena de não serem legalizadas ou authenticadas as facturas consulares pelos consulados ou agencias consulares do Brasil e de incorrer o importador no Brasil, pela falta da factura commercial, na multa de direitos em dobro, estatuido no § 5º do art. 27 do referido decreto n. 14.039, de 1920;

2º, declarem aos interessados que o prazo para obrigatoriedade da lei é de quatro mezes, a contar de 2 de Janeiro de 1926, como preceitua o paragrapho unico do art. 2º da Introducção do nosso Codigo Civil;

3º, apresentadas as facturas, examinem si as duas vias commerciaes estão revestidas das formalidades proprias de taes documentos; procedam, em seguida, ás diligencias que reputarem precisas para apuração da authenticidade das mesmas vias da factura commercial ou da veracidade das suas assignaturas, si não dos fabricantes ou dos exportadores vendedores da mercadoria e exijam dos embarcadores tudo quanto julgarem indispensavel para esse fim, inclusive o reconhecimento das assignaturas pelos meios legaes; podendo, em todo caso, instituir um registro de assignaturas, no Consulado ou agencia consular, inteiramente facultativo, isto é, para aquelles que quizerem assignar;

4º, apurada a legitimidade das vias da factura commercial, devem visal-as, do mesmo modo como legalizam as facturas consulares, nos termos do art. 8º do citado decreto n. 14.039, de 1920.

5º, façam annexar, depois de visadas, uma das vias da factura commercial á primeira via da factura consular, que têm de ser apresentada á Alfandega competente pelo consignatario e a outra via da factura commercial á segunda via da factura consular, que se destina á Directoria de Estatística Commercial no Rio de Janeiro (letras *a* e *b* do art. 4º do citado decreto n. 14.039, de 1920);

6º, não legalizem as facturas consulares se os embarcadores deixarem de apresentar as duas vias da factura commercial; dando disso immediato conhecimento á Alfandega do porto do Brasil, para onde foram enviadas as mercadorias;

7º, ficam incursos na multa do § 8º do art. 27 do citado decreto n. 14.039, de 1920, os consules ou agentes consulares que não cumprirem ou não fizerem cumprir rigorosamente estas novas determinações legaes, especialmente quanto á veracidade das assignaturas dos fabricantes ou vendedores;

8º, fica extensivo o art. 30 do citado decreto n. 14.039, de 1920, ás facturas commerciaes apresentadas;

9º communicuem ás Alfandegas do Brasil a data em que os embarcadores tiverem conhecimento do aviso ou carta, referidas no n. 1 destas "instrucções".

Outrosim, communico aos Srs. Consules que o "visto" na factura commercial de que tratam estas instrucções é gratis. — *Felix Pacheco*.

Circular n. 8, de 31 de Março de 1926, ao Corpo Consular Brasileiro, em additamento á Circular n. 12, de 15 de Dezembro de 1925

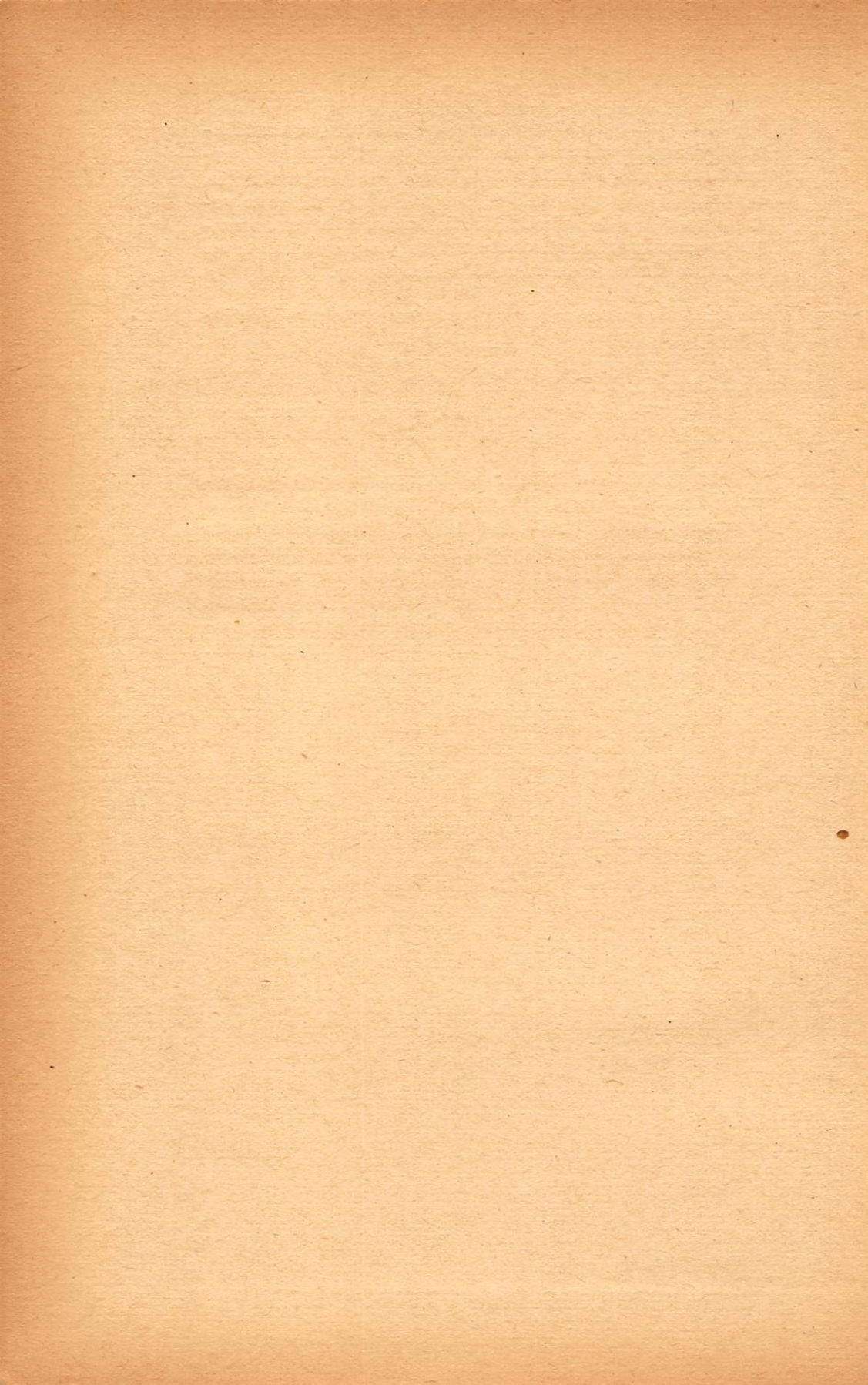
Circular n. 8, de 31 de Março de 1926, ao Corpo Consular Brasileiro em additamento á circular n. 12, de 15 de Dezembro de 1925.

Communico ao Corpo Consular Brasileiro, em additamento á circular n. 12, de 15 de Dezembro de 1925, segundo informação prestada pelo Intendente de Immigração, a Companhia Lamport & Holt, Limited, está incluída na relação constante da referida Circular, autorizada para transportar immigrants, visto ter assignado o respectivo termo de responsabilidade em 25 de Setembro ultimo.

Rio de Janeiro, 31 de Março de 1926. — *Felix Pacheco.*

Circular n. 10, de 29 de Abril de 1926, ao Corpo Consular, em additamento á Circular n. 12, de 15 de Dezembro de 1925

CE 1.267/10 — Circular — Communico ao Corpo Consular Brasileiro, em additamento á Circular n. 12, de 15 de dezembro de 1925, que, segundo informação prestada pelo Intendente de Immigração, a Companhia de Navegação "Booth Steamship Company, Limited", de accôrdo com o disposto no decreto n. 16.761, de 31 de Dezembro de 1924, se acha autorizada a transportar immigrants (passageiros de segunda e terceira classe) que se destinam aos portos nacionaes. — *Felix Pacheco.*



ANNEXO D



CONTABILIDADE

N. 1

Renda Consular em 1925

PAIZ	SÉDE	CLASSE	RENDA BRUTA ARRECADADA NAS CHANCELLARIAS	DEBITO			CREDITO		
				Quotas pertencentes aos consules honorarios, vice- consules e encarregados de consulados	Quotas perten- centes ao Thesouro Brasileiro	Lucros por differença de cambio	Quotas rec-bidas pelos consules ho- norarios, e en- carregados de consulados	Perdas por differença de cambio	Totais remettidos à Delegacia do Thesouro Brasileiro em Londres
Allemanha.	Berlim	Consulado Geral.	8:217\$000	—	8:217\$000	182\$777	—	—	8:399\$777
	Hamburgo	» »	356:926\$100	—	356:926\$000	10:324\$437	—	—	367:250\$537
	Bremen.	Cons. 1ª classe .	19:091\$200	—	19:091\$200	496\$392	—	—	19:587\$592
	Munich	» 2ª »	1:143\$000	—	1:143\$000	23\$108	—	—	1:166\$108
	Baden-Baden	» honorario .	1:580\$000	790\$000	790\$000	—	790\$000	—	790\$000
	Bonn.	» »	420\$000	210\$000	210\$000	—	210\$000	—	210\$000
	Colonia.	» »	5:416\$000	2:708\$000	2:708\$000	—	2:708\$000	—	2:708\$000
	Dresden.	» »	1:600\$000	800\$000	800\$000	—	800\$000	—	800\$000
	Elberfeld	» »	9:170\$000	4:000\$000	5:170\$000	—	4:000\$000	—	5:170\$000
	Hannover	» »	986\$000	493\$000	493\$000	—	493\$000	—	493\$000
	Magdeburgo	» »	315\$000	157\$500	157\$500	—	157\$500	—	157\$500
	Nnremberg.	» »	444\$000	222\$000	222\$000	—	222\$000	—	222\$000
	Wiesbaden.	» »	156\$000	78\$000	78\$000	—	78\$000	—	78\$000
	Francfort S/M	Vice-Consulado .	2:048\$000	1:024\$000	1:024\$000	—	1:024\$000	—	1:024\$000
	Leipzig	» »	2:316\$000	1:158\$000	1:158\$000	—	1:158\$000	—	1:158\$000
	Stuttgart	» »	738\$000	369\$000	369\$000	—	369\$000	—	369\$000

PAIZ	SÉDE	CLASSE	RENDA BRUTA ARRECADADA NAS CHANCELLARIA	DEBITO			CREDITO		
				Quotas pertencentes aos consules honorarios, vice- consules e encar- regados de consulados	Quotas pertencentes ao Thesouro Brasileiro	Lucros por differenças de cambio	Quotas recebidas pelos consules ho- norarios, vice- consules e encar- regados de consulados	Perdas por differenças de cambio	Totais remettidos á Delegacia do Thesouro Brasileiro em Londres
Argentina.	Buenos Aires	Consulado Geral.	131:620\$800	—	131:620\$800	13:086\$828	—	—	144:707\$628
	Posadas.	Cons. 1ª classe .	4:467\$000	—	4:467\$000	402\$034	—	—	4:869\$034
	Rosario	» » » .	57:848\$100	—	57:848\$100	4:919\$345	—	—	62:767\$445
	Alvear	» 2ª » .	564\$000	—	564\$000	34\$701	—	—	598\$701
	Paso de los Libres	» » » .	5:486\$500	1:486\$750	3:999\$750	404\$843	1:486\$750	—	4:404\$593
	Santo Tomé	» » » .	559\$500	—	559\$500	7\$200	—	—	566\$700
	Bahía Blanca	Vice-Consulado .	11:243\$500	3:972\$000	7:271\$500	—	3:972\$000	—	7:271\$500
	La Plata.	» » .	5:269\$000	2:466\$500	2:802\$500	—	2:466\$500	—	2:802\$500
Austria.	Monte Caseros	» » .	72\$000	36\$000	36\$000	—	36\$000	—	36\$000
	Vienna	Cons. 2ª classe .	5:538\$000	—	5:538\$000	44\$035	—	—	5:582\$035
	Graz.	Cons. honorario .	412\$000	206\$000	206\$000	\$739	206\$000	—	206\$739
	Antuerpia	Consulado Geral .	148:909\$200	—	148:909\$200	12:710\$967	—	—	161:620\$167
Belgica.	Bruxellas	Cons. 1ª classe .	2:389\$000	—	2:389\$000	113\$888	—	—	2:502\$888
	Charleroi	Vice-Consulado .	12\$000	6\$000	6\$000	—	6\$000	—	6\$000
	Gand.	» » .	57\$000	28\$500	28\$500	—	28\$500	—	28\$500
	Liège.	» » .	608\$000	304\$000	304\$000	—	304\$000	—	304\$000
	Ostende.	» » .	4\$000	2\$000	2\$000	—	2\$000	—	2\$000
	Verviers.	» » .	212\$000	106\$000	106\$000	—	106\$000	—	106\$000

Bolivia	Cobija	Cons. 2ª classe .	1:926\$000	—	1:926\$000	871\$629	—	—	2:797\$629
	Guayarámirim	» » » .	1:905\$000	—	1:905\$000	283\$757	—	—	2:188\$757
	Mercier	Vice-Consulado .	372\$000	186\$000	186\$000	—	186\$000	—	186\$000
Chile	Valparaíso	Consulado Geral .	1:806\$500	—	1:806\$500	451\$241	—	—	2:257\$741
	Santiago	Cons. honorario .	450\$000	225\$000	225\$000	2\$963	225\$000	—	227\$963
	Coronel	Vice-Consulado .	54\$000	27\$000	27\$000	—	27\$000	—	27\$000
	Punta Arenas	» » .	256\$000	128\$000	128\$000	—	128\$000	—	128\$000
China	Shanghai	Consulado Geral .	1:382\$000	—	1:382\$000	14\$259	—	—	1:396\$259
Cuba	Havana	Cons. honorario .	416\$000	208\$000	208\$000	7\$703	208\$000	—	215\$703
Dinamarca	Copenhagen	Cons. 1ª classe .	2:391\$000	—	2:391\$000	245\$174	—	—	2:636\$174
	Aalborg	Vice-Consulado .	3:626\$500	1:813\$250	1:813\$250	—	1:813\$250	—	1:813\$250
	Aarhus	» » .	32\$000	16\$000	16\$000	—	16\$000	—	16\$000
	Kolding	» » .	8\$000	4\$000	4\$000	—	4\$000	—	4\$000
	Odense	» » .	37\$000	18\$500	18\$500	—	18\$500	—	18\$500
Egypto	Alexandria	Cons. 2ª classe .	273\$000	—	273\$000	66\$351	—	—	339\$351
	Cairo	Vice-Consulado .	392\$000	196\$000	196\$000	—	196\$000	—	196\$000
	Port-Saïd	» » .	44\$000	22\$000	22\$000	—	22\$000	—	22\$000
Estados Unidos da America .	Nova Orleans	Consulado Geral .	10:892\$300	—	10:892\$300	94\$847	—	—	10:987\$147
	Nova York	» » .	414:157\$900	—	414:157\$900	5:493\$179	—	—	419:651\$079
	Baltimore	Cons. 1ª classe .	739\$000	—	739\$000	6\$072	—	—	745\$072
	Chicago	» » » .	2:747\$000	—	2:747\$000	36\$333	—	—	2:733\$333
	Philadelphia	» » » .	15:581\$500	—	15:581\$500	186\$981	—	—	15:768\$481
	Newport News	» 2ª » .	5:499\$200	1:328\$600	4:170\$600	22\$407	1:328\$600	—	4:193\$007
	Norfolk	» » » .	12:206\$400	—	12:206\$400	182\$614	—	—	12:389\$014
	Boston	Cons. honorario .	1:255\$800	627\$900	627\$900	—	627\$900	—	627\$900
	S. Francisco	» » .	1:152\$500	576\$250	576\$250	—	576\$250	—	576\$250

PAIZ	SÊDE	CLASSE	RENDA BRUTA ARRECADADA NAS CHANCELLARIAS	DEBITO			CREDITO		
				Quotas pertencentes aos consules honorarios, vice- consules e encarregados de consulados	Quotas perten- centes ao Thesouro Brasileiro	Lucros por differenças de cambio	Quotas recibidas pelos consules ho- norarios, vice- consules e encar- regados de consulados	Perdas por differenças de cambio	Totais remetidos à Delegacia do Thesouro Brasileiro em Londres
Estados Unidos da America.	Galveston	Vice-Consulado .	707\$000	353\$500	353\$500	—	353\$500	—	353\$500
	Jacksonville	» » .	5:298\$500	2:649\$250	2:649\$250	—	2:649\$250	—	2:649\$250
	Portland	» » .	400\$000	200\$000	200\$000	—	200\$000	—	200\$000
	Port Arthur	» » .	11:188\$500	4:000\$000	7:188\$500	—	4:000\$000	—	7:188\$500
	S. Luiz	» » .	16\$000	8\$000	8\$000	—	8\$000	—	8\$000
	Savannah	» » .	3:030\$000	1:515\$000	1:515\$000	—	1:515\$000	—	1:515\$000
	Seattle	» » .	238\$000	119\$000	119\$000	—	119\$000	—	119\$000
Espanha	Barcelona	Consulado Geral.	12:756\$200	—	12:756\$200	219\$043	—	—	12:975\$243
	Cadiz	Cons. 1ª classe .	10:067\$200	—	10:067\$200	810\$946	—	—	10:878\$146
	Madrid	» » » .	554\$000	—	554\$000	9\$849	—	—	563\$849
	Vigo	» » » .	16:724\$400	—	16:724\$400	331\$051	—	—	17:055\$451
	Corunha	Cons. honorario .	4:098\$000	1:797\$000	2:301\$000	—	1:797\$000	49\$592	2:251\$408
	Las Palmas.	» » .	3:826\$400	1:913\$200	1:913\$200	—	1:913\$200	—	1:913\$200
	Malaga	» » .	4:700\$000	2:350\$000	2:350\$000	240\$037	2:350\$000	—	2:590\$037
	S. Sebastian.	» » .	160\$000	80\$000	80\$000	1\$777	80\$000	—	81\$777
	Tenerife.	» » .	1:427\$000	659\$500	767\$500	38\$275	659\$500	—	805\$775
	Alicante.	Vice-Consulado .	2:001\$000	982\$500	1:018\$500	—	982\$500	—	1:018\$500
	Almeria	» » .	4:388\$500	2:084\$250	2:304\$250	—	2:084\$250	—	2:304\$250

Espanha	Bilbão	Vice-Consulado .	1:817\$000	854\$000	963\$000	—	854\$000	—	963\$000
	Gijón	» » .	524\$000	262\$000	262\$000	—	262\$000	—	262\$000
	Granada	» » .	8\$000	4\$000	4\$000	—	4\$000	—	4\$000
	Santander	» » .	75\$000	37\$500	37\$500	—	37\$500	—	37\$500
	Sevilha	» » .	4:860\$500	2:393\$750	2:466\$750	—	2:393\$750	—	2:466\$750
	Tarragona	» » .	785\$000	392\$500	392\$500	—	392\$500	—	392\$500
	Torre Vieja	» » .	822\$500	411\$250	411\$250	—	411\$250	—	411\$250
	Valencia	» » .	2:202\$400	1:047\$200	1:155\$200	—	1:047\$200	—	1:155\$200
Finlândia	Villagarcia	Vice-Consulado .	3:009\$300	1:504\$650	1:504\$650	—	1:504\$650	—	1:504\$650
	Helsingfors	Cons. 2ª classe .	4:682\$000	—	4:682\$000	375\$370	—	—	5:057\$370
	Havre	Consulado Geral .	79:102\$200	—	79:102\$200	3:743\$945	—	—	82:846\$145
	Marselha	» » .	19:882\$300	—	19:882\$300	1:400\$624	—	—	21:282\$924
	Paris	» » .	95:038\$500	—	95:038\$500	3:187\$368	—	—	98:225\$868
	Bordéus	Cons. 1ª classe .	29:682\$800	—	29:682\$800	1:655\$473	—	—	31:338\$273
	Boulogne S/M.	» » » .	1:488\$000	—	1:488\$000	206\$694	—	—	1:694\$694
	Lyon	» » » .	4:172\$000	—	4:172\$000	266\$554	—	—	4:438\$554
França	Cherburgo	» 2ª » .	3:731\$000	—	3:731\$000	91\$667	—	—	3:822\$667
	La Rochelle	» » » .	929\$500	—	929\$500	18\$892	—	—	948\$392
	Bayonne	Cons. honorario .	60\$000	30\$000	30\$000	—	30\$000	—	30\$000
	Cannes	» » .	71\$000	35\$500	35\$500	—	35\$500	8\$982	26\$518
	Nantes	» » .	228\$000	114\$000	114\$000	10\$593	114\$000	—	124\$593
	Nice	» » .	558\$000	279\$000	279\$000	—	279\$000	6\$074	272\$926
	Calais	Vice-Consulado .	203\$000	101\$500	101\$500	—	101\$500	—	101\$500
	Cette	» » .	12\$000	6\$000	6\$000	—	6\$000	—	6\$000
	Dunkerque	» » .	5:863\$800	2:931\$900	2:931\$900	—	2:931\$900	—	2:931\$900
	Pau	» » .	77\$000	38\$500	38\$500	—	38\$500	—	38\$500

PAIZ	SÉDE	CLASSE	RENDA BRUTA ARRECADADA NAS CHANCELLARIAS.	DEBITO			CREDITO		
				Quotas pertencentes aos consules honorarios, vice- consules e encarregados de consulados	Quotas perten- centes ao Thesouro Brasileiro	Lucros por differença de cambio	Quotas recebidas pelos consules ho- norarios, vice- consules e encar- regados de consulados	Perdas por differença de cambio	Totais remetidos a Delegacia do Thesouro Brasileiro em Londres
França.	Strasburgo.	Vice-Consulado .	748\$000	374\$000	374\$000	—	374\$000	—	374\$000
	Toulon	» » .	42\$000	21\$000	21\$000	—	21\$000	—	21\$000
	Vichy	» » .	19\$000	9\$500	9\$500	—	9\$500	—	9\$500
Possessões Francezas.	Cayenna	Cons. 2ª classe .	780\$000	—	780\$000	—	—	11\$778	768\$222
	Dakar	» » » .	4:167\$400	—	4:167\$400	415\$414	—	—	4:582\$814
	Alger.	Vice-Consulado .	137\$000	68\$500	68\$500	—	68\$500	—	68\$500
	Oran.	» » .	111\$000	55\$500	55\$500	—	55\$500	—	55\$500
Grã-Bretanha	Liverpool	Consulado Geral .	210:040\$800	—	210:040\$800	7:941\$774	—	—	217:982\$574
	Londres.	» » .	91:873\$900	—	91:873\$900	3:994\$633	—	—	95:868\$533
	Southampton	» » .	60:657\$600	—	60:657\$600	2:246\$955	—	—	62:904\$555
	Cardiff	Cons. 1ª classe .	39:643\$500	—	39:643\$500	1:201\$844	—	—	40:845\$344
	Glasgow.	» » » .	20:322\$600	—	20:322\$600	829\$062	—	—	21:151\$662
	Manchester.	» » » .	41:613\$000	—	41:613\$000	1:541\$220	—	—	43:154\$220
	Dublin	Cons. 2ª classe .	86\$000	—	86\$000	1\$323	—	—	87\$323
	Swansea	Cons. honorario .	21:462\$000	4:000\$000	17:462\$000	1:919\$738	4:000\$000	—	19:381\$738
	Belfast	Vice-Consulado .	1:053\$000	526\$500	526\$500	—	526\$000	—	526\$500
	Birmingham	» » .	367\$000	183\$500	183\$500	—	183\$500	—	183\$500
	Bradford	» » .	240\$900	120\$000	120\$000	—	120\$000	—	120\$000

Grã-Bretanha	Bristol	Vice-Consulado .	110\$000	55\$000	55\$000	—	55\$000	—	55\$000
	Dundee	» » .	3:985\$000	1:992\$500	1:992\$500	—	1:992\$500	—	1:992\$500
	Falmouth	» » .	50\$000	25\$000	25\$000	—	25\$000	—	25\$000
	Hull	» » .	5:432\$400	2:181\$700	2:250\$700	—	2:181\$700	—	3:250\$700
	Leeds	» » .	96\$000	48\$000	48\$000	—	48\$000	—	48\$000
	Leith	» » .	139\$000	69\$500	69\$500	—	69\$500	—	69\$500
	Newcastle-on-Tyne .	» » .	1:872\$500	906\$250	96\$250	—	906\$250	—	96\$250
	Newport	» » .	4:601\$500	2:300\$750	2:300\$750	—	2:300\$750	—	2:300\$750
	Plymouth	Vice-Consulado .	58\$000	29\$000	29\$000	—	29\$000	—	29\$000
	Sheffield	» » .	64\$000	32\$000	32\$000	—	32\$000	—	23\$000
Possessões Britannicas	Barbados	Cons. 2ª classe .	486\$000	—	496\$000	17\$998	—	—	503\$998
	Calcuttá	» » » .	7:986\$000	3:993\$000	3:993\$000	24\$482	3:993\$000	—	4:017\$482
	Montreal	» » » .	169\$000	—	169\$000	8\$518	—	—	177\$518
	Bombaim	Cons. honorario .	60\$000	30\$000	30\$000	2\$445	30\$000	—	32\$445
	Colombo (Ceylão) .	» » .	76\$000	38\$000	38\$000	8\$445	33\$000	—	46\$445
	Hong-Kong	» » .	4:279\$900	2:065\$700	2:214\$200	1:195\$577	2:065\$700	—	3:409\$777
	Port-of-Spain	» » .	435\$500	217\$750	217\$750	9\$102	217\$750	—	226\$852
	S. João (Terra Nova) .	» » .	6:493\$000	3:246\$500	3:246\$500	10\$721	3:246\$500	—	3:257\$221
	Sydney	» » .	44\$000	22\$000	22\$000	—	22\$000	—	22\$000
	Quebec	Vice-Consulado .	4\$000	2\$000	2\$000	—	2\$000	—	2\$000
Grecia	Rangoon	» » .	759\$500	379\$750	379\$750	—	379\$750	—	379\$750
	Toronto	» » .	372\$000	186\$000	186\$000	—	186\$000	—	186\$000
	Vancouver	» » .	66\$000	33\$000	33\$000	—	33\$000	—	33\$000
	Athenas	Cons. honorario .	735\$000	367\$500	367\$500	—	367\$500	—	367\$500
Italia	Genova	Consulado Geral .	103:065\$600	—	103:065\$600	14:514\$623	—	—	117:580\$223
	Napoles	» » .	32:301\$100	—	32:301\$100	6:239\$613	—	—	33:540\$713

PAIZ	SÉDE	CLASSE	RENDA BRUTA ARRECADADA NAS CHANCELLARIAS	DEBITO			CREDITO		
				Quotas pertencentes aos consules honorarios, vice- consules e encarregados de consulados	Quotas pertencentes ao Thesouro Brasileiro	Lucros por differenças de cambio	Quotas recebidas pelos consules hono- rarios, vice- consules e encar- regados de consulados	Perdas por differenças de cambio	Totais remetidos à Delegacia do Thesouro Brasileiro em Londres
Italia	Roma	Cons. 1ª classe . .	4:215\$000	—	4:215\$000	599\$815	—	—	4:814\$819
	Trieste	» » » . .	8:458\$200	—	8:458\$200	1:300\$429	—	—	9:758\$629
	Livorno	» 2ª » . .	5:127\$000	—	5:127\$000	785\$297	—	—	5:912\$297
	Milão	» » » . .	7:943\$000	—	7:943\$000	1:091\$775	—	—	9:034\$775
	Chiavari	Cons. honorario .	42\$000	21\$000	21\$000	2\$296	21\$000	—	23\$296
	Florença	» » . .	382\$000	191\$000	191\$000	53\$667	191\$000	—	244\$667
	Palermo	» » . .	2:409\$500	1:204\$750	1:204\$750	170\$472	1:204\$750	—	1:375\$222
	Savona	» » . .	1:510\$000	755\$000	755\$000	123\$877	755\$000	—	878\$877
	Spezzia	» » . .	54\$000	27\$000	27\$000	3\$518	27\$000	—	30\$518
	Turim	» » . .	5:091\$000	2:388\$166	2:702\$834	492\$181	2:388\$166	—	3:195\$015
	Veneza	» » . .	1:577\$000	788\$500	788\$500	120\$389	788\$500	—	908\$889
	Bolonha	Vice-Consulado .	1:019\$000	509\$500	509\$500	—	509\$500	—	509\$500
	Catania	» » . .	2:394\$500	1:197\$250	1:197\$250	—	1:197\$250	—	1:197\$250
	Lucca	» » . .	6:146\$000	2:954\$333	3:191\$667	—	2:954\$333	—	3:191\$667
	Messina	» » . .	246\$000	123\$000	123\$000	—	123\$000	—	123\$000
Japão	Riposto	» » . .	143\$000	71\$500	71\$500	—	71\$500	—	71\$500
	Yokohama	Consulado Geral .	4:221\$500	—	4:221\$500	219\$841	—	—	4:441\$341
	Kobe	Cons. 1ª classe .	19:531\$700	4:000\$000	15:531\$700	1:065\$040	4:000\$000	—	16:596\$740

Japão . . .	Nagasaki	Cons. honorário.
Letônia . . .	Riga . . .	»
Marrocos . . .	Tanger . . .	»
México . . .	Tampico . . .	Cons. 2ª classe
		Cons. 1ª classe
Noruega . . .	Kristiansstad	Cons. honorário.
	Aalesund . . .	Vice-Consulado
	Kristiansund	»
	Stavanger . . .	Vice-Consulado
	Trondhjem . . .	»
	Amsterdã . . .	Consulado Geral
Países Baixos . . .	Rotterdam . . .	Cons. 1ª classe
	Haya . . .	Cons. honorário.
Possessões Neerlandezas . . .	Willemstad . . .	»
	Panamã . . .	Cons. 1ª classe
	Asuncion . . .	Consulado Geral
Paraguay . . .	Bella Vista . . .	Vice-Consulado
	Concepcion . . .	»
	Encarnacion . . .	»
	Iquitos . . .	Cons. 2ª classe
Peru . . .	Lima . . .	Cons. honorário.
	Dantzg . . .	Cons. 1ª classe
	Vasorvia . . .	Cons. 2ª classe
Polonia e Dantzg . . .	Katowise . . .	Cons. honorário.
	Lisboa . . .	Consulado Geral
Portugal . . .	Porto . . .	»

606\$500	303\$250	303\$250	141:862\$200	—	141:862\$200
800\$000	400\$000	400\$000	95:960\$800	—	95:960\$800
172\$000	80\$000	80\$000	172\$000	86\$000	172\$000
14:038\$000	—	14:038\$000	3:339\$000	—	3:339\$000
165\$500	82\$750	82\$750	473\$000	—	473\$000
4:255\$500	2:147\$750	2:147\$750	200\$000	100\$000	200\$000
4:594\$500	2:297\$250	2:297\$250	8:395\$000	—	8:395\$000
37\$000	18\$500	18\$500	1:757\$000	842\$500	1:757\$000
533\$000	266\$500	266\$500	178\$000	89\$000	178\$000
49:379\$300	—	49:379\$300	7:377\$500	—	7:377\$500
21:067\$200	—	21:067\$200	74\$000	—	74\$000
328\$000	164\$000	164\$000	746\$000	373\$000	746\$000
164\$000	16\$963	16\$963	328\$000	164\$000	328\$000
49:379\$300	2:852\$896	2:852\$896	164\$000	373\$000	164\$000
533\$000	—	533\$000	1:160\$868	—	1:160\$868
37\$000	18\$500	18\$500	2:852\$896	—	2:852\$896
4:594\$500	2:297\$250	2:297\$250	266\$500	—	266\$500
4:255\$500	2:147\$750	2:147\$750	18\$500	—	18\$500
165\$500	82\$750	82\$750	2:297\$250	—	2:297\$250
14:038\$000	—	14:038\$000	2:147\$750	—	2:147\$750
141:862\$200	—	141:862\$200	82\$750	6\$027	82\$750
95:960\$800	2:000\$000	2:000\$000	14:038\$000	1:053\$849	14:038\$000
172\$000	80\$000	80\$000	12:665\$700	—	12:665\$700
473\$000	400\$000	400\$000	92\$000	2\$740	92\$000
3:339\$000	303\$250	303\$250	141:862\$200	4:819\$775	141:862\$200
172\$000	86\$000	86\$000	95:960\$800	8:546\$857	95:960\$800
3:339\$000	—	3:339\$000	86\$000	—	86\$000
473\$000	—	473\$000	3:339\$000	—	3:339\$000
200\$000	100\$000	100\$000	473\$000	53\$778	473\$000
8:395\$000	—	8:395\$000	100\$000	6\$037	100\$000
1:757\$000	842\$500	842\$500	507\$184	—	507\$184
178\$000	89\$000	89\$000	—	—	—
7:377\$500	—	7:377\$500	—	—	—
74\$000	—	74\$000	235\$877	—	235\$877
746\$000	373\$000	373\$000	2\$629	—	2\$629
328\$000	164\$000	164\$000	6\$407	—	6\$407
164\$000	16\$963	16\$963	373\$000	—	373\$000
49:379\$300	2:852\$896	2:852\$896	164\$000	—	164\$000
533\$000	—	533\$000	1:160\$868	—	1:160\$868
37\$000	18\$500	18\$500	2:852\$896	—	2:852\$896
4:594\$500	2:297\$250	2:297\$250	266\$500	—	266\$500
4:255\$500	2:147\$750	2:147\$750	18\$500	—	18\$500
165\$500	82\$750	82\$750	2:297\$250	—	2:297\$250
14:038\$000	—	14:038\$000	2:147\$750	—	2:147\$750
141:862\$200	—	141:862\$200	82\$750	6\$027	82\$750
95:960\$800	2:000\$000	2:000\$000	14:038\$000	1:053\$849	14:038\$000
172\$000	80\$000	80\$000	12:665\$700	—	12:665\$700
473\$000	400\$000	400\$000	92\$000	2\$740	92\$000
3:339\$000	303\$250	303\$250	141:862\$200	4:819\$775	141:862\$200
172\$000	86\$000	86\$000	95:960\$800	8:546\$857	95:960\$800
3:339\$000	—	3:339\$000	86\$000	—	86\$000
473\$000	—	473\$000	3:339\$000	—	3:339\$000
200\$000	100\$000	100\$000	473\$000	53\$778	473\$000
8:395\$000	—	8:395\$000	100\$000	6\$037	100\$000
1:757\$000	842\$500	842\$500	507\$184	—	5

PAIZ	SÉDE	CLASSE	RENDA BRUTA ARRECADADA NAS CHANCELLARIAS	DEBITO			CREDITO		
				Quotas pertencentes aos consules honorarios, vice- consules e encarregados de consulados	Quotas perten- centes ao Thesouro Brasileiro	Lucros por differenças de cambio	Quotas recebidas pelos consules hono- rarios, vice- consules e encar- regados de consulados	Perdas por differenças de cambio	Totais remetidos a Delegacia do Thesouro Brasileiro em Londres
Portugal	Aveiro	Cons. honorario .	5:374\$000	2:312\$333	3:061\$667	254\$704	2:312\$333	—	3:316\$371
	Braga	» » .	7:381\$000	2:852\$166	4:528\$834	371\$389	2:852\$166	—	4:900\$223
	Coimbra	» » .	10:641\$000	3:903\$831	6:737\$169	540\$757	3:903\$831	—	7:277\$927
	Leiria	» » .	3:130\$000	1:565\$000	1:565\$000	121\$259	1:565\$000	—	1:686\$259
	Caminha	Vice-Consulado .	235\$000	117\$500	117\$500	—	117\$500	—	117\$500
	Faro	» » .	47\$000	23\$500	23\$500	—	23\$500	—	23\$500
	Fayal	» » .	214\$000	107\$000	107\$000	—	107\$000	—	107\$000
	Figueira da Foz	» » .	556\$000	278\$000	278\$000	—	278\$000	—	278\$000
	Vianna do Castello	» » .	1:352\$000	676\$000	676\$000	—	676\$000	—	676\$000
	Villa do Conde	» » .	1:339\$000	669\$500	669\$500	—	669\$500	—	669\$500
Possessões Portuguezas	Villa Real	» » .	1:315\$000	657\$500	657\$500	—	657\$500	—	657\$500
	Funchal	Cons. 2ª classe .	9:018\$700	—	9:018\$700	764\$482	—	—	9:783\$182
	S. Vicente	Cons. honorario .	2:129\$800	974\$900	1:154\$900	59\$988	974\$900	—	1:214\$888
	Ilha Terceira	Vice-Consulado .	966\$000	483\$000	483\$000	—	483\$000	—	483\$000
	Loanda	» » .	8\$000	4\$000	4\$000	—	4\$000	—	4\$000
	S. Miguel (Açores)	» » .	957\$200	478\$600	478\$600	—	478\$600	—	478\$600
Romania	Galatz	Cons. 2ª classe .	478\$000	—	478\$000	1\$815	—	—	479\$815
Suecia	Gothemburgo	» » » .	13:748\$000	—	13:748\$000	1:318\$317	—	—	15:067\$317

Suecia	Stockholmo	Cons. honorario .	6:094\$000	3:047\$000	3:047\$000	243\$905	3:047\$000	—	3:290\$905
	Malmo	Vice-Consulado .	3:760\$800	1:880\$400	1:880\$400	—	1:880\$400	—	1:880\$400
Suissa	Genebra	Cons. 1ª classe .	1:234\$000	—	1:234\$000	131\$463	—	—	1:365\$463
	Zurich	» » » .	6:335\$000	—	6:335\$000	795\$075	—	—	7:130\$075
	Berna	Vice-Consulado .	643\$000	321\$500	321\$500	—	321\$500	—	321\$500
	Lausanne	» » .	917\$000	458\$500	458\$500	—	458\$500	—	458\$500
	St. Gall.	» » .	6:750\$000	3:375\$000	3:375\$000	—	3:375\$000	—	3:375\$000
Syria	Beyruth.	Cons. honorario .	10:382\$000	4:000\$000	6:382\$000	—	4:000\$000	—	6:613\$997
Tcheco-Slovaquia	Praga	Cons. 2ª classe .	694\$000	—	694\$000	—	—	87\$145	648\$813
	Montevideo	Consulado Geral .	59:841\$000	—	59:841\$000	4:840\$887	—	—	64:681\$887
	Salto	Cons. 1ª classe .	823\$000	—	823\$000	81\$628	—	—	904\$628
	Artigas	» 2ª » .	644\$000	—	644\$000	22\$776	—	—	666\$776
	Melo	» » » .	587\$000	—	587\$000	105\$702	—	—	692\$702
Uruguay	Paysandú	» » » .	131\$000	—	131\$000	46\$777	—	—	177\$777
	Rio Branco	» » » .	131\$000	—	131\$000	2\$642	—	—	133\$642
	Rivera	» » » .	3:642\$000	—	3:642\$000	484\$185	—	—	4:126\$185
	Santa Rosa	» » » .	519\$000	—	519\$000	23\$000	—	—	542\$000
	Tacuarembó	Vice-Consulado .	130\$000	65\$000	65\$000	—	65\$000	—	65\$000
Yugo-Slavia	Belgrado	Cons. honorario .	522\$000	261\$000	261\$000	48\$258	261\$000	—	309\$258
Sommas.			2.880:126\$400	131:543\$829	2.748:582\$571	141:271\$455	131:543\$829	259\$956	2.889:594\$070
Emolumentos recolhidos á Recebedoria do Thesouro por meio de guias do Ministerio das Relações Exteriores									443\$000
Renda liquida total em 1925									2.890:037\$070

RESUMO DEMONSTRATIVO

	Ouro
Renda bruta arrecadada nas chancellarias.	2.880:126\$400
Quota pertencente aos consules honorarios, vice-consules e encarregados de consulados	131:543\$329
Quota pertencente ao Thesouro Brasileiro	2.748:582\$571
Lucro por differenças de cambio	141:271\$455
	2.889:854\$026
Perda por differenças de cambio.	259\$956
Total remettido á Delegacia do Thesouro Brasileiro em Londres	2.889:594\$070
Emolumentos recolhidos á Recebedoria do Thesouro por meio de guias do Ministerio do Exterior	443\$000
Renda liquida total em 1925	2.890:037\$070
Estimativa da Lei da Receita para 1925, art. 1º, n. 87	2.500:000\$000
<i>Superavit</i>	390:037\$070

Ministerio das Relações Exteriores, Secção de Contabilidade, 15 de Julho de 1926.— *Francisco de M. Mascarenhas*.— *Luiz de Faro Junior*, director.

N. 2

Movimento de estampilhas, a cargo da Secção de Contabilidade, no exercício de 1925

VALORES	SALDO QUE PASSOU DO EXERCÍCIO DE 1924		RECEBIDAS DA CASA DA MOEDA		DEVOLVIDAS PELOS CONSULADOS		REMETTIDAS AOS CONSULADOS		SALDO EXISTENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 1925	
	Numero	Importancia	Numero	Importancia	Numero	Importancia	Numero	Importancia	Numero	Importancia
\$100.	34.150	3:415\$000	—	—	50	5\$000	1.750	175\$000	32.450	3:245\$000
\$200.	58.290	11:658\$000	—	—	25	5\$000	1.450	290\$000	56.865	11:373\$000
\$400.	45.525	18:210\$000	—	—	—	—	1.385	554\$000	44.140	17:656\$000
\$500.	62.824	31:412\$000	—	—	—	—	4.170	2:085\$000	58.654	29:327\$000
1\$000.	43.645	43:645\$000	—	—	—	—	33.020	33:020\$000	10.625	10:625\$000
2\$000.	58.173	116:346\$000	—	—	—	—	42.900	85:800\$000	15.273	30:546\$000
3\$000.	22.903	68:709\$000	50.000	150:000\$000	—	—	60.000	180:000\$000	12.903	38:709\$000
4\$000.	27.440	109:760\$000	250.000	1.000:000\$000	—	—	217.410	869:640\$000	60.030	240:120\$000
5\$000.	65.715	328:575\$000	—	—	—	—	54.440	272:200\$000	11.275	56:375\$000
10\$000.	65.845	658:450\$000	—	—	—	—	23.325	233:250\$000	42.520	425:200\$000
20\$000.	62.172	1.243:440\$000	—	—	—	—	14.875	297:500\$000	47.297	945:940\$000
50\$000.	37.979	1.898:950\$000	—	—	—	—	10.089	504:000\$000	27.899	1.394:950\$000
100\$000.	37.350	3.735:000\$000	—	—	—	—	6.260	626:000\$000	31.090	3.109:000\$000
	622.011	8.267:570\$000	300.000	1.150:000\$000	75	10\$000	471.065	3.104:514\$000	451.021	6.313:066\$000

RESUMO

	Numero	Importancia
Saldo que passou de 1924	622.011	8.267:570\$000
Recebidas da Casa da Moeda	300.000	1.150:000\$000
Devolvidas pelos Consulados	75	10\$000
Total em 1925	922.086	9.417:580\$000
Remettidas aos Consulados	471.065	3.104:514\$000
Existentes em 31 de Dezembro de 1925. . .	451.021	6.313:066\$000

Rio de Janeiro, 30 de Abril de 1926.

N. 3

Resumo das tabellas do orçamento da despesa do Ministerio das Relações Exteriores
para o exercicio de 1925

NUMERO	VERBAS	PAPEL		OURO	
		Fixa	Variavel	Fixa	Variavel
1	Secretaria de Estado.....	835:920\$000	236:500\$000		
2	Corpo diplomatico.....			1.389:000\$000	615:305\$555
3	Corpo consular.....			1.308:050\$000	499:582\$223
4	Recepções officaes.....		120:000\$000		
5	Congressos e Conferencias.....				200:000\$000
6	Serviço telegraphico.....				150:000\$000
7	Repartições internacionaes.....				363:704\$569
8	Ajudas de custo.....				230:000\$000
9	Extraordinarias no Exterior.....				310:000\$000
10	Expansão Economica (1º).....		50:000\$000		
10	» » (2º).....				200:000\$000
11	Commissões de limites.....		800:000\$000		
		835:920\$000	1.206:500\$000	2.697:050\$000	2.568:592\$347

Recapitulação

Total papel.....	2.042:420\$000
Total ouro.....	5.265:642\$347

Tabellas explicativas do orçamento do Ministerio das Relações Exteriores para o
exercício de 1925

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA PAPEL	
				FIXA	VARIÁVEL
1		Verba 1ª (papel)			
		Secretaria de Estado			
		Legislação: Decreto n. 14.056, de 11 de fevereiro de 1920; Lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921; Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922; Lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923; Lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924.			
		1ª CONSIGNAÇÃO PESSOAL			
		1ª SUB-CONSIGNAÇÃO-VENCIMENTOS DO PESSOAL			
	1	Ministro de Estado..... Ord. 24:000\$000 Rep. 18.000\$000	42:000\$000		
	2	Directores Geraes..... Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 3:000\$000 21:000\$000	42:000\$000		
	1	Consultor Juridico..... Grat. 24:000\$000	24:000\$000		
	8	Directores de Secção..... Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 Rep. 1:800\$000 13:800\$000	110:400\$000		
	12	Primeiros Officiaes..... Ord. 6:400\$000 Grat. 3:200\$000 9:600\$000	115:200\$000		
	12	Segundos Officiaes..... Ord. 4:800\$000 Grat. 2:400\$000 7:200\$000	86:400\$000		
	15	Terceiros Officiaes..... Ord. 3:600\$000 Grat. 1:800\$000 5:400\$000	81:000\$000		
	1	Cartographo..... Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000	6:000\$000		
	1	Calligrapho..... Ord. 3:200\$000 Grat. 1:600\$000	4:800\$000		
	1	Conservador do Archivo e Bibliotheca..... Ord. 3:200\$000 Grat. 1:600\$000	4:800\$000		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA		SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA PAPEL	
					FIXA	VARIÁVEL
	1	Ajudante de Conservador..	Ord. 2:400\$000 Grat. 1:200\$000	3:600\$000		
	1	Zelador da Mappotheca....	Ord. 2:400\$000 Grat. 1:200\$000	3:600\$000		
	1	Porteiro.....	Ord. 6:000\$000 Grat. 3:000\$000	9:000\$000		
	1	Ajudante de Porteiro.....	Ord. 4:600\$000 Grat. 2:300\$000	6:900\$000		
	10	Continuos.....	Ord. 3:600\$000 Grat. 1:800\$000			
			5:400\$000	54:000\$000		
	2	Correios.....	Ord. 3:600\$000 Grat. 1:800\$000			
			5:400\$000	10:800\$000		
	2	Officiaes de Gabinete do Ministro.....	Grat. 6:000\$000	12:000\$000		
	3	Auxiliares de Gabinete do Ministro.....	Grat. 4:800\$000	14:400\$000		
	2	Auxiliares dos Directores Geraes.....	Grat. 2:400\$000	4:800\$000		
	3	Continuos do Gabinete do Ministro.....	Grat. 1:200\$000	3:600\$000		
	1	Gratificação especial para o Director da Contabili- dade.....	Grat. 6:000\$000	6:000\$000		
	20	Serventes.....	Ord. 2:400\$000 Grat. 1:200\$000			
			3:600\$000	72:000\$000		
	6	Dactylographos.....	Grat. 3:600\$000	21:600\$000		
	1	Telephonista.....	Grat. 3:600\$000	3:600\$000		
	2	Motoristas.....	Grat. 4:200\$000	8:400\$000		
	1	Ajudante de motorista....	Grat. 2:400\$000	2:400\$000		
	1	Ajudante de motorista.....	Grat. 2:250\$000	2:250\$000		
	1	Cocheiro.....	Grat. 3:000\$000	3:000\$000		
	1	Ajudante de cocheiro.....	Grat. 2:250\$000	2:250\$000		
	1	Lavador de carros.....	Grat. 2:160\$000	2:160\$000		
	2	Jardineiros.....	Grat. 2:250\$000	4:500\$000		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA PAPEL	
				FIXA	VARIÁVEL
1		Jardineiro..... Grat. 1:800\$000	1:800\$000		
1		Electricista..... Grat. 3:600\$000	3:600\$000		
1		Ajudante de electricista.... Grat. 1:500\$000	1:500\$000	774:860\$000	
2		Diarias dos Correios a 2\$ a diaria.....	1:460\$000		
3		Redacção do Boletim do Ministerio do Exterior..	12:000\$000		
4		Diarias dos plantões da Secretaria de Estado a 10\$ a diaria.....	7:300\$000		
5		Gratificações pela Redacção do Relatorio.....			10:000\$000
6		Diferença de vencimentos por substituições.....			10:000\$000
7		Gratificações por serviços extraordinarios prestados ao Ministerio por pessoas extranhas ao quadro do respectivo funcionalismo.....			20:000\$000
8		Fardamento do pessoal da Portaria.....			12:000\$000
9		Conducção do Ministro.....		12:000\$000	
Addidos:					
10	1	Secretario Geral, Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro. Ord. 16:000\$000 Grat. 8:000\$000	24:000\$000		
1	1	Conservadendo Material, Anibal Quintiliano da Silva. Ord. 3:200\$000 Grat. 1:600\$000	4:800\$000	28:800\$000	
		Totales da 1ª consignação da Verba 1ª....		835:920\$000	52:000\$000
2ª CONSIGNAÇÃO — MATERIAL					
<i>Material permanente</i>					
1		Compra de moveis e de material de uso permanente para o expediente e serviço da Secretaria de Estado.....			15:000\$000
2		Compra de livros e publicações, encadernação de livros e jornaes destinados á bibliotheca ou ao serviço permanente de consultas do Ministerio.....			7:000\$000
3		Para obras e reparos nos edificios da Secretaria de Estado.....			20:000\$000
<i>Material de consumo</i>					
4		Para concerto de moveis, automoveis e objectos pertencentes á Secretaria de Estado.....			20:000\$000
5		Acquisição de objectos necessarios ao expediente da Secretaria de Estado.....			20 000\$000
6		Conservação do jardim e asseio da casa e despesa da garage.....			43:000\$000
<i>Despesas diversas de material</i>					
7		Consumo de gaz e força electrica.....			24 000\$000
8		Serviço telefonico.....			17:500\$000
9		Conducção de empregados em serviço.....			5:000\$000
10		Carretos e transportes de material e espolios....			3:000\$000
11		Despesas miudas.....			5:000\$000
		Total da 2ª consignação da Verba 1ª....			184:500\$000
		Totales da Verba 1ª.....		835:920\$000	236:500\$000

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
		Verba 2ª (ouro)			
		Corpo Diplomático			
		<i>Legislação</i> : Lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918; Lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919; Lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920; Decreto n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920; Lei n. 4.156, de 15 de outubro de 1920; Lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921; Decreto n. 14.692, de 24 de fevereiro de 1921; Decreto n. 14.733, de 23 de março de 1921; Decreto n. 15.410, de 23 de março de 1922; Decreto n. 15.558, de 12 de julho de 1922; Decreto n. 15.559, de 12 de julho de 1922; Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922; Decreto n. 15.751, de 23 de outubro de 1922; Lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, Decreto n. 16.028, de 30 de abril de 1923; Lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924 e Decreto n. 16.412, de 13 de março de 1924.			
		1ª CONSIGNAÇÃO — PESSOAL			
		1ª SUB-CONSIGNAÇÃO — VENCIMENTOS DO PESSOAL			
1	4	Embaixadores nos Estados Unidos da America, na Gran-Bretanha, na França e junto á Liga das Nações.	Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 35:000\$000 53:000\$000	212:000\$000	
	1	Embaixador na Italia.....	Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 25:000\$000 43:000\$000	43:000\$000	
	4	Embaixadores na Argentina, na Belgica, em Portugal e na Santa Sé.....	Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 22:000\$000 40:000\$000	160:000\$000	
	1	Embaixador no Chile.....	Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 16:000\$000 34:000\$000	34:000\$000	
	2	Embaixadores no Mexico e no Japão.....	Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 12:000\$000 30:000\$000	60:000\$000	
	1	Ministro no Uruguay.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 15:000\$000 30:000\$000	30:000\$000	

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA		SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
					FIXA	VARIÁVEL
	1	Ministro no Paraguay.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 11:000\$000 <u>26:000\$000</u>	26:000\$000		
	7	Ministros na Alemanha, na Bolivia, na China, na Hes- panha, no Perú, na Suecia e na Suissa.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 10:000\$000 <u>25:000\$000</u>	175:000\$000		
	1	Ministro em Cuba e na America Central.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 9:000\$000 <u>24:000\$000</u>	24:000\$000		
	3	Ministros na Austria, Hol- landa e Polonia.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 8:000\$000 <u>23:000\$000</u>	69:000\$000		
	1	Ministro Residente na No- ruega.....	Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 Rep. 8:000\$000 <u>20:000\$000</u>	20:000\$000		
	7	Ministros Residentes na Co- lombia, na Dinamarca, no Equador, no Egypto, na Tcheco-Slovaquia, na Ve- nezuela e junto á Liga das Nações.....	Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 Rep. 6:000\$000 <u>18:000\$000</u>	126:000\$000		
	22	Primeiros Secretarios, dis- tribuidos um para a Alle- manha, Argentina, Aus- tria, Belgica, Bolivia, Chile, Estados Unidos, França, Gran-Bretanha, Hespa- nha, Hollanda, Italia, Mexico, Japão, Paraguay, Perú, Portugal, Polonia, Santa Sé, Suissa e Uru- guay e mais um Pri- meiro Secretario da Dele- gação junto á Liga das Nações.....	Ord. 5:333\$333 Grat. 2:666\$667 <u>8:000\$000</u>	176:000\$000		
	39	Segundos Secretarios, ser- vindo dous em cada uma das Embaixadas nos Es- tados Unidos, na França, na Gran-Bretanha, na				

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIAVEL
		Italia e em Portugal; um em cada uma das demais Embaixadas e em cadauma das Legações Brasileiras; um da Delegação da Liga das Nações e mais dous avulsos para servirem onde o Governo designar.....	Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000 6:000\$000	234:000\$000	1.389:000\$000
2		Para pagamento de gratificações addicionaes de 2:000\$ annuaes aos Primeiros Secretarios que já attingiram cinco annos de serviço e de 4:000\$ annuaes aos que attingiram 10 annos de serviço neste posto, de accôrdo com o decreto n. 13.113, de 24 de julho de 1918.....			
3		Para occorrer ao pagamento das gratificações addicionaes de que trata o art. 26 do decreto n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920, aos Encarregados de Negocios, quando os Chefes das Missões não pedem as respectivas gratificações e representações			20:000\$000
4		Para os interpretes, dactylographos, archivistas ou empregados extranumerarios, emquanto necessarios forem e bem servirem ás Embaixadas e Legações, inclusive o pagamento de 3:600\$ de gratificação ao dactylographo-archivista da Embaixada na França e 3:200\$ ao interprete da Embaixada no Japão e 2:000\$ a cada um dos interpretes nas Legações na Noruega e na Dinamarca.....			10:000\$000
5		Para attender ao augmento de 25 % nos vencimentos dos funcionarios do Corpo Diplomatico em exercicio, excluidas as representações dos embaixadores, ministros plenipotenciarios e residentes, bem como quaesquer gratificações addicionaes.....			30:000\$000
		Totaes da 1ª Consignação — Pessoal — da Verba 2ª.....		1.389:000\$000	157:250\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO — MATERIAL			217:250\$000
		1ª SUB-CONSIGNAÇÃO — DESPESAS DIVERSAS			
		Aluguel de Chancellarias			
1		Para o aluguel das casas para as Chancellarias das seguintes Embaixadas e Legações, prestadas as contas dos alugueis pagos e recolhidos os saldos ao Thesouro Nacional:			
1		Estados Unidos da America.....	40:000\$000		
1		Gran-Bretanha.....	25:000\$000		
1		Italia.....	20:111\$111		
3		Santa Sé, França e Delegação junto á Liga das Nações, a cada uma..	20:000\$000		
1		Portugal.....	60:000\$000		
1		Chile.....	16:000\$000		
3		Belgica, Mexico e Japão, a cada uma	15:000\$000		
1		Uruguay.....	30:000\$000		
1		Allemanha.....	13:500\$000		
1		Perf.	12:444\$444		
5		Austria, Hollanda, Cuba e America Central, Suissa e Hespanha, a cada uma.....	10:000\$000		
			8:000\$000	40:000\$000	

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
12		Paraguay, China, Polónia, Tcheco-Slovaquia, Bolívia, Colômbia, Equador, Egypto, Noruega, Suécia, Dinamarca, Venezuela, a cada uma..... 5:000\$000	60:000\$000		342:055\$555
		2ª SUB-CONSIGNAÇÃO — DESPESAS DIVERSAS			
2		Conservação do prédio e custeio do serviço da Embaixada na Republica Argentina.....			12:000\$000
		3ª SUB-CONSIGNAÇÃO — MATERIAL DE CONSUMO			
3		Para o expediente das seguintes Embaixadas e Legações:			
1		Estados Unidos da America.....	4:000\$000		
4		França, Gran-Bretanha, Itália, Portugal, a cada uma..... 3:500\$000	14:000\$000		
3		Chile, Republica Argentina, Delegação á Liga das Nações, a cada uma	2:000\$000	6:000\$000	
4		Santa Sé, Belgica, Mexico e Japão, a cada uma..... 1:000\$000	4:000\$000		
3		Uruguay, Hollanda e Alemanha, a cada uma..... 1:500\$000	4:500\$000		
2		Paraguay e Bolívia, a cada uma.... 1:250\$000	2:500\$000		
3		Perú, Cuba e Suíça, a cada uma.... 1:000\$000	3:000\$000		
12		Austria, China, Colombia, Equador, Egypto, Hespanha, Noruega, Polónia, Suécia, Dinamarca, Tcheco-Slovaquia e Venezuela, a cada uma 500\$000	6:000\$000		44:000\$000
		Total da 2ª consignação da Verba 2ª.....			398:055\$555
		Totaes da Verba 2ª.....		1,389:000\$000	615:305\$555
		Verba 3ª (ouro)			
		Corpo Consular			
		Legislação : Lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917 ; Decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920 ; Decreto n. 12.096, de 24 de abril de 1920 ; Lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921 ; Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922 ; Lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923 ; Lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924 ; Decreto n. 16.368, de 13 de fevereiro de 1924.....			
		1ª CONSIGNAÇÃO — PESSOAL			
		1ª SUB-CONSIGNAÇÃO — VENCIMENTOS FIXOS			
1	23	Consules Geraes em Nova York, Nova Orleans, Buenos Aires, Montevideo, Valparaíso, Assumpção, Lisboa, Porto, Barcelona, Londres, Liverpool, Southampton, Paris, Havre, Marselha, Genova, Antuerpia, Amsterdam, Hamburgo, Berlim, Napoles, Yokohama e Shangai.....	Ord. 8:666\$667 Grat. 4:333\$333 13:000\$000	299:000\$000	

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
32		Consules de 1ª classe em Baltimore, Philadelphia, Chicago, Rosario, Posadas, Salto, Rivera, Panamá, Madrid, Cadiz, Vigo, Cardiff, Manchester, Glasgow, Bordéus, Boulogne, Lyon, Bruxellas, Rotterdam, Bremen, Roma, Trieste, Genebra, Zurich, Vienna, Gothemburgo, Christiania, Constantino- pla, Dantzig, Capetown, Alexandria, Kobe..... Ord. 5:333\$333 Grat. 2:666\$667 8:000\$000	256:000\$000		
32		Consules de 2ª classe em Norfolk, Newport-News, Montreal, Tampico, Barbados, Cayenna, Cobija, Guayará-Mirim, Iquitos, Paso de los Libres, Alvear, Santo Tomé, Artigas, Melo, Paysandú, Rio Branco, Santa Rosa, Cherburgo, La Rochelle-Pallice, Dublin, Munich, Copenhagen, Milão, Livorno, Varsovia, Odessa, Helsingfors, Praga, Galatz, Dakar, Funchal, Calcuttá..... Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000 6:000\$000	192:000\$000		
13		Consules de 2ª classe Adjuntos que exercerão as funções de seus cargos nos seguintes Consulados Geraes: Nova York, Buenos Aires, Montevideo, Lisboa, Porto, Londres, Liverpool, Paris, Havre, Antuerpia, Hamburgo, Genova e Barcelona..... Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000 6:000\$000	78:000\$000		
23		Auxiliares dos Consulados Geraes em Buenos Aires, Nova York, Paris e Londres..... Ord. 2:400\$000 Grat. 1:200\$000 3:600\$000	82:800\$000		
87		Auxiliares dos outros Consulados..... Ord. 2:000\$000 Grat. 1:000\$000 3:000\$000	261:000\$000		
6		Addidos Commerciaes..... Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 12:000\$000	72:000\$000		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
2	3	Inspectores Consulares..... Ord. 9:333\$333 Grat. 4:666\$667 14:000\$000	42:000\$000	1.282:800\$000	
	1	Consul addido: Ildefonso Ayres Marinho considerado de 1ª classe.. Ord. 5:333\$333 Grat. 2:666\$667 8:000\$000	8:000\$000	8:000\$000	
<i>Addicionaes e eventuaes</i>					
3	5	Gratificações supplementares aos Consules em Iquitos, Cobija, Guayará Mirim, Cayenna e Dakar, a cada um..... Grat. 3:000\$000	15:000\$000	15:000\$000	
4	1	Gratificação annual ao Con- sul Geral em Nova York. Grat. 1:250\$000	1:250\$000	1:250\$000	
	1	Gratificação annual ao Con- sul adjunto em Nova York Grat. 1:000\$000	1:000\$000	1:000\$000	
6		Para occorrer ao pagamento de gratificações addicio- naes de que trata o art. 36 do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1922 e ao pagamento de gratifica- ções a empregados extra- ordinarios, como sejam in- terpretes, dactylographos, escripturarios e archivistas que forem necessarios du- ranteo exercicio, incluindo a gratificação de 1:280\$000, ouro, para o interprete do Consulado em Gothem- burgo e de 3:000\$000, ouro, para os Consules hono- rarios em Dresden e Swansea, 1:500\$000, ouro, a cada um dos Auxiliares mandados servir interina- mente nos Consulados Ge- raes em Buenos Ayres, Nova York, Paris e Lon- dres.....	40:000\$000		40:000\$000
7		Para attender ao augmento de 25 %o nos vencimentos dos funcionarios Consu- lares, constantes da 1ª sub- consignação, quando em effectivo exercicio nos por- tos.....	240:700\$000		240:700\$000
Totaes da 1ª Consignação — Pessoal — da Verba 3ª.....				1.308:050\$000	280:700\$000
2ª CONSIGNAÇÃO — MATERIAL					
1ª SUB-CONSIGNAÇÃO — DESPESAS DIVERSAS					
<i>Aluguel de Chancellarias</i>					
Aluguel de Chancellarias, pre- stadas contas e recolhidos os saldos ao Thesouro Nacional:					
2		Buenos Ayres e Nova York, a cada uma 8:000\$000	16:000\$000		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DE REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
	1	Londres.....	—	3:066\$667	
	1	Montevideo.....	—	2:700\$000	
	3	Paris, Hayre e Bordéas, a cada uma	2:200\$000	6:600\$000	
	1	Hamburgo.....	—	2:000\$000	
	1	Nova Orleans.....	—	1:800\$000	
	1	Liverpool.....	—	1:778\$889	
	1	Chicago.....	—	1:600\$000	
	2	Rosario de Santa Fé e Baltimore, cada um.....	1:500\$000	3:000\$000	
	3	Marselha, Amsterdam e Galatz, a cada uma.....	1:400\$000	4:200\$000	
	1	Valparaíso.....	—	1:366\$667	
	1	Milão.....	—	1:300\$000	
	10	Salto, Iquitos, Antuerpia, Lisboa, Genova, Norfolk, Berlim, Philadelphia, Lyon e Bruxellas, a cada uma.....	1:200\$000	12:000\$000	
	3	Barcelona, Zurich e Helsingfors, a cada uma.....	1:066\$667	3:200\$000	
	37	Cobija, Guayará-Mirim, Calcuttá, Assumpção, Montreal, Porto Alvear, Artigas, Melo, Libres, Paysandú, Posadas, Rio Branco, Rivera, Santa Rosa, Santo Tomé, Barbados, Dublin, Glasgow, Southampton, La Rochelle-Pallice, Boulogne-sur-Mer, Cherburgo, Yokohama, Christiania, Gothemburgo, Napoles, Cadiz, Kobe, Viena, Genebra, Swansea, Capetown, Panamá Shanghai, Madrid e Constantinopla, a cada uma....	1:000\$000	37:000\$000	
	20	Livorno, Alexandria, Dakar, Trieste, Manchester, Vigo, Cardiff, Copenhague, Bremen, Funchal, Rotterdam, Cayenna, Newport News, Munich, Roma, Dantzig, Stockholmo Tampico, Varsovia e Praga, a cada uma.....	800\$000	16:000\$000	
	1	Braga.....	—	500\$000	
	2	S. Vicente e Gibraltar, a cada uma	250\$000	500\$000	
	1	Coimbra.....	—	200\$000	114:812\$223
		2ª SUB-CONSIGNAÇÃO — DIVERSAS DESPESAS			
2		Para possíveis aumentos de aluguel de Chancellarias e despesas correlatas.....	—	30:000\$000	30:000\$000
		3ª SUB-CONSIGNAÇÃO — MATERIAL DE CONSUMO			
		<i>Expediente dos Consulados de carreira e honorarios, a saber:</i>			
3	1	Nova York.....	—	4:000\$000	
	1	Paris.....	—	3:700\$000	
	1	Liverpool.....	—	3:600\$000	
	5	Hamburgo, Lisboa, Londres, Porto e Buenos Ayres, a cada um.....	1:500\$000	7:500\$000	
	5	Antuerpia, Genova, Hayre, Bordéas e Montevideo, a cada um.....	1:200\$000	6:000\$000	
	2	Amsterdam e Marselha, a cada um.	1:000\$000	2:000\$000	
	6	Barcelona, Manchester, Norfolk, Nova Orleans, Napoles e Glasgow, a cada um.....	800\$000	4:800\$000	
	11	Assumpção, Cobija, Yokohama, Valparaíso, Genebra, Gothemburgo, Vigo, Berlim, Kobe, Southampton e Shanghai, a cada um.	600\$000	6:600\$000	

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DE REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
	16	Iquitos, Zurich, Montreal, Baltimore, Rotterdam, Posadas, Rosario de Santa Fé, Cardiff, Bremen, Trieste, Lyon, Philadelphia, Bruxelas, Guayará Mirim, Capetown, Madrid e Constantinopla, a cada um.....	500\$000	8:000\$000	
	17	Salto, Livorno, Christiania, Helsingfors, Cadiz, Galariz, Calcuttá, Milão, Barbados, Bombaim, Rivera, Chicago, Paso de los Libres, Dakar, La Rochelle-Pallice e Boulogne-sur-Mer, a cada um.....	400\$000	6:800\$000	
	10	Dantzic, Alexandria, Cherburgo, Viena, Funchal, Munich, Malaga, Panamá, Swansea e Roma, a cada um.....	240\$000	2:400\$000	
	12	Alvear, Artigas, Melo, Paysandú, Cayenna, Rio Branco, Santa Rosa, Santo Thomé, Newport News, Tampico, Varsovia e Praga, a cada um.....	150\$000	1:800\$000	
	8	Braga, S. Vicente, Cannes, Terra-Nova, Stockholm, Copenhagen, Coimbra e Gibraltar, a cada um..	120\$000	900\$000	58:160\$000
		4ª SUB-CONSIGNAÇÃO — MATERIAL DE CONSUMO			
4		Para possíveis aumentos de expediente de Chancellarias e despesas correlatas.....	10:000\$000		10:000\$000
		5ª SUB-CONSIGNAÇÃO — MATERIAL DE CONSUMO			
		<i>Despesas com as facturas consulares e respectivas remessas à Estatística Commercial</i>			
5	1	Nova York.....	—	750\$000	
	2	Liverpool e Hamburgo, a cada um.....	400\$000	800\$000	
	2	Paris e Buenos Ayres, a cada um..	300\$000	600\$000	
	2	Montevideo e Porto, a cada um....	15\$000	300\$000	
	2	Lisboa e Genova, a cada um.....	100\$000	200\$000	
	6	Manchester, Bordéus, Glasgow, Southampton, Londres e Napoles, a cada um.....	50\$000	300\$000	
	11	Amsterdam, Barcelona, Havre, Marselha, Cardiff, Genebra, Bremen, Norfolk, Antuerpia, Rosario de Santa Fé, Gothemburgo, a cada um.....	40\$000	440\$000	
	6	Valparaíso, Shanghai, Nova Orleans, Yokohama, Assumpção e Zurich, a cada um.....	20\$000	120\$000	
	12	Berlim, Cadiz, Viena, Dantzic, Chicago, Philadelphia, Baltimore, Rotterdam, Vigo, Helsingfors, Milão e Funchal a cada um.....	15\$000	180\$000	3:690\$000
6		6ª SUB-CONSIGNAÇÃO — MATERIAL DE CONSUMO			
		<i>Expediente dos Vice-Consulados não remunerados</i>			
	2	Liverpool e Nova York, a cada um.....	500\$000	1:000\$000	

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DE REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
1		Genova..... —	180\$000		
4		Buenos Aires, Barcelona, Ham- burgo e Assumpção, a cada um..	640\$000		
4		Lisboa, Porto, Genebra e Paris, a cada um.....	400\$000		2:220\$000
		Total da parte:— Material — da Verba 3ª.....			218:882\$223
		Totais da Verba 3ª.....		1.308:050\$000	499:582\$223
				DESPESA PAPEL — VARIÁVEL	DESPESA OURO — VARIÁVEL
Verba 4ª (papel)					
(MATERIAL DE DESPESAS DIVERSAS)					
Recepções officiaes					
CONSIGNAÇÃO ÚNICA					
Para despesas com a recepção e hospedagem e outras relativas a representantes de governos estrangeiros e hospedes illustres em visita ao Brasil.....				120:000\$000	
Verba 5ª (ouro)					
Congressos e Conferencias					
CONSIGNAÇÃO ÚNICA — PESSOAL					
Para representação do Brasil nos congressos e conferencias que se reunirem no exterior, quando as respectivas representações forem nomeadas pelo Ministerio das Relações Ex- teriores.....					200:000\$000
Verba 6ª					
Serviço telegraphico (ouro)					
CONSIGNAÇÃO ÚNICA					
(Despesas diversas)					
Telegrammas officiaes do Ministerio, das Embai- xadas, Legações e Consulados, transmittidos pelos cabos submarinos.....					150:000\$000

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA	
				VARIÁVEL Papel	VARIÁVEL Ouro
		Verba 7ª (ouro)			
		Repartições Internacionais			
		(MATERIAL DE DESPESAS DIVERSAS)			
		Para o pagamento, ao cambio par, ouro, das contribuições com que o Brasil concorre para diversas Repartições Internacionais, sendo:			
1		Para a União Pan-Americana, 30.635 dollares e 61 centavos, moeda americana.....	56:775\$878		
2		Para o Instituto Internacional de Agricultura de Roma, além da contribuição fixa de 40.000 francos, moeda franceza, uma adicional de 60.000 francos, ou sejam 100.000 francos.....	11:766\$667		
3		Para a Repartição Internacional de Hygiene Publica em Paris, 20.000 francos, moeda franceza.	2:353\$333		
4		Para a Secretaria das Tarifas Aduaneiras em Bruxellas, 7.425 francos, moeda belga.....	783\$307		
5		Para o Congresso Internacional Permanente de Navegação, 2.000 francos, moeda franceza....	235\$333		
6		Para o Escriptorio Internacional das Estradas de Ferro em Bruxellas, 1.000 francos, belgas...	105\$900		
7		Para a Liga das Nações, duas prestações semestres de 359.144,24 francos, ouro, moeda franceza, no total de 738.288,49 francos, ouro.	270:951\$875		
8		Para o Instituto Internacional do Frio, em Paris, 12.000 francos, moeda franceza.....	1:411\$998		
9		Para a Corte de Arbitragem do Tribunal de Haya — despesa provavel 3.500 florins.....	2:572\$500		
10		Para o Instituto Internacional Commercial de Bruxellas — 10.000 francos, moeda belga.....	1:059\$000		
11		Para o Bureau Internacional de Berna, para a protecção dos direitos autoraes, 5.000 francos, moeda suissa.....	1:765\$000		
12		Para subvenções a institutos internacionais de telegraphos.....	6:691\$444		
13		Para subvenção á Commissão Permanente do Congresso Ferro-Viario Sul-Americano.....	1:766\$500		
14		Para a Commissão Permanente dos Congressos Internacionais de Sciencias Administrativas em Bruxellas, 1.500,00 francos, ouro, belga.....	529\$500		
15		Para a Camara de Commercio Belga-Brasileira...	2:500\$000		
16		Para a manutenção da Cadeira de Camões no King's College de Londres, £ 300 annuaes.....	2:533\$334		363:704\$569
		Total da verba.....			363:704\$569
		Verba 8ª			
		Ajudas de custo			
		1ª CONSIGNAÇÃO — PESSOAL			
		Para ajudas de custo de nomeações, remoções, exonerações e retiradas dos funcionarios do quadro do Ministerio do Exterior.....			200:000\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO			
		(Material de diversas despesas)			
		Para auxilios de viagem a funcionarios em férias extraordinarias ou por motivo de serviço.....			30:000\$000
		Total da verba.....			230:000\$000

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DAS REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA	
				VARIÁVEL — Papel	VARIÁVEL — Ouro
		Verba 9ª (ouro)			
		Extraordinárias no Exterior			
		1ª CONSIGNAÇÃO			
		(Material de diversas despesas)			
		Para despesas extraordinárias, inclusive as de caracter reservado, decorrentes do serviço in- ternacional.....			250:000\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO			
		(Material de diversas despesas)			
		Para repatriações e socorros a brasileiros des- validos.....			20:000\$000
		3ª CONSIGNAÇÃO			
		Material de diversas despesas			
		Para os estudos destinados a ligar a Viação Ferreá Brasileira com a Estrada de Ferro Pan-Americana.....			40:000\$000
		Totais.....			310:000\$000
		Verba 10ª			
		Expansão Económica			
		1ª CONSIGNAÇÃO — PAPEL			
		(Material de consumo)			
1		Para despesas com aquisição de revistas eco- nómicas e commerciaes, jornaes e publicações de propaganda para serem distribuidas pelas		30:000\$000	
2		Embaixadas, Legações e Consulados..... Para impressão do Boletim do Ministerio.....		20:000\$000	
		2ª CONSIGNAÇÃO — OURO			
		(Material de diversas despesas)			
3		Para serviços de propaganda e defesa do Brasil no Estrangeiro, inclusive 20:000\$ para manuten- ção do serviço de Propaganda da herva-matte na Europa, destacando-se, nos termos dos ar- tigos 39 e 43 da Lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924 (orçamento da despesa), a dotação de 20:000\$, para manter o mesmo serviço, que será exclusivamente applicada de accôrdo com os go- vernos do Paraná e Santa Catharina.....			200:000\$000
		Totais da verba.....		50:000\$000	200:000\$000

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	SUB-CONSIGNAÇÕES	DESPESA	
				VARIÁVEL Papel	VARIÁVEL Ouro
		Verba 11ª (papel)			
		Comissões de limites			
		3ª CONSIGNAÇÃO — PESSOAL			
1		Para gratificações do pessoal que serve na caracterização dos limites com a Republica Oriental do Uruguay.....	98:000\$000		
2		Para gratificações do pessoal que serve na caracterização dos limites com a Republica do Perú.....	390:000\$000		
3		Para despesas e aumentos eventuaes do pessoal, que occorrerem durante o anno.....	15:000\$000	503:000\$000	
		2ª CONSIGNAÇÃO			
		(Material de diversas despesas)			
1		Para o material de serviço da caracterização dos limites com a Republica do Uruguay.....	62:000\$000		
2		Para o material do serviço da caracterização dos limites com a Republica do Perú.....	220:000\$000		
3		Para eventuaes do material das Comissões de Limites.....	15:000\$000	297:000\$000	
		Total da verba.....		800:000\$000	

N. 4

Proposta do orçamento do Ministerio das Relações Exteriores para 1927

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA		DESPESA PAPEL	
				FIXA	VARIÁVEL
		Verba. 1ª (papel)			
		Secretaria de Estado			
		Legislação: Decreto n. 14.056, de 11 de fevereiro de 1920; Lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921; Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922; Lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923; Lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924; Lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.			
		1ª CONSIGNAÇÃO — PESSOAL			
		1ª SUB-CONSIGNAÇÃO — VENCIMENTOS DO PESSOAL			
1	1	Ministro de Estado.....	Ord. 24:000\$000 Rep. 18:000\$000	42:000\$000	
	2	Directores Geraes.....	Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 3:000\$000	21:000\$000	42:000\$000
	1	Consultor Juridico.....	Grat. 24:000\$000	24:000\$000	
	8	Directores de Secção.....	Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 Rep. 1:800\$000	13:800\$000	110:400\$000
	12	Primeiros Officiaes.....	Ord. 6:400\$000 Grat. 3:200\$000	9:600\$000	115:200\$000
	12	Segundos Officiaes.....	Ord. 4:800\$000 Grat. 2:400\$000	7:200\$000	86:400\$000
	15	Terceiros Officiaes.....	Ord. 3:600\$000 Grat. 1:800\$000	5:400\$000	81:000\$000
	1	Cartographo.....	Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000	6:000\$000	
	1	Calligrapho.....	Ord. 3:200\$000 Grat. 1:600\$000	4:800\$000	
	1	Conservador do Archivo e Bibliotheca.....	Ord. 3:200\$000 Grat. 1:600\$000	4:800\$000	

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA			DESPESA PAPEL	
					FIXA	VARIÁVEL
	1	Ajudante do Conservador...	Ord. 2:400\$000 Grat. 1:200\$000	3:600\$000		
	1	Zelador da Mappotheca....	Ord. 2:400\$000 Grat. 1:200\$000	3:600\$000		
	1	Porteiro.....	Ord. 6:000\$000 Grat. 3:000\$000	9:000\$000		
	1	Ajudante de Porteiro.....	Ord. 4:600\$000 Grat. 2:300\$000	6:900\$000		
	10	Continuos.....	Ord. 3:600\$000 Grat. 1:800\$000	54:000\$000		
	2	Correios.....	Ord. 3:600\$000 Grat. 1:800\$000			
	2	Officiaes de Gabinete do Mi- nistro.....	Ord. 5:400\$000 Grat. 6:000\$000	10:800\$000 12:000\$000		
	3	Auxiliares de Gabinete do Ministro.....	Grat. 4:800\$000	14:400\$000		
	2	Auxiliares dos Directores Geraes.....	Grat. 2:400\$000	4:800\$000		
	3	Continuos do Gabinete do Ministro.....	Grat. 1:200\$000	3:600\$000		
	1	Gratificação especial para o Director da Contabilidade	Grat. 6:000\$000	6:000\$000		
	20	Serventes.....	Ord. 2:400\$000 Grat. 1:200\$000	72:000\$000		
	6	Dactylographos.....	Grat. 3:600\$000	21:600\$000		
	1	Telephonista.....	Grat. 3:600\$000	3:600\$000		
	2	Motoristas.....	Grat. 4:200\$000	8:400\$000		
	1	Ajudante de motorista....	Grat. 2:400\$000	2:400\$000		
	1	Ajudante de motorista....	Grat. 2:250\$000	2:250\$000		
	1	Cocheiro.....	Grat. 3:000\$000	3:000\$000		
	1	Ajudante de cocheiro....	Grat. 2:250\$000	2:250\$000		
	1	Lavador de carros.....	Grat. 2:160\$000	2:160\$000		
	2	Jardineiros.....	Grat. 2:250\$000	4:500\$000		
	1	Jardineiro.....	Grat. 1:800\$000	1:800\$000		
	1	Electricista.....	Grat. 3:600\$000	3:600\$000		
	1	Ajudante de electricista....	Grat. 1:500\$000	1:500\$000		
					774:860\$000	
2		Diarias dos correios, a 2\$ a diaria.....			1:460\$000	
3		Redacção do <i>Boletim do Ministerio do Exterior</i>			12:000\$000	

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA PAPEL	
			FIXA	VARIÁVEL
4		Diaria dos plantões da Secretaria de Estado, a 10\$ a diaria..	7:300\$000	
5		Gratificações pela redacção do Relatorio.....		10:000\$000
6		Diferença de vencimentos por substituições.....		10:000\$000
7		Gratificações por serviços extraordinarios prestados ao Minis- terio por pessoas extranhas ao quadro do respectivo funcio- nalismo.....		20:000\$000
8		Fardamento do pessoal da Portaria.....		12:000\$000
9		Conducção do Ministro.....	12:000\$000	
		Addidos:		
10	1	Conservador do Material Annibal Quintiliano da Silva.....	Ord. 3:200\$000 Grat. 1:600\$000	4:800\$000
	1	Totaes da 1ª consignaço da Verba 1ª.....	811:920\$000	52:000\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO — MATERIAL		
		<i>Material permanente</i>		
1		Compra de moveis e de material de uso permanente para o expediente e serviço da Secretaria de Estado		15:000\$000
2		Compra de livros e publicações, encadernação de livros e jornaes destinados á bibliotheca ou ao serviço permanente de consultas do Ministerio... ..		7:000\$000
3		Para obras e reparos nos edificios da Secretaria de Estado...		20:000\$000
		<i>Material de consumo</i>		
4		Para concerto de moveis, automoveis e objectos pertencentes á Secretaria de Estado.....		20:000\$000
5		Acquisição de objectos necessarios ao expediente da Secretaria de Estado.....		20:000\$000
6		Conservação do jardim e asseio da casa e despesa da <i>garage</i> ...		48:000\$000
		<i>Despesas diversas de material</i>		
7		Consumo de gaz e força electrica.....		24:000\$000
8		Serviço telephonico.....		17:500\$000
9		Conducção de empregados em serviço		5:000\$000
10		Carretos e transportes de material e espolios.....		3:000\$000
11		Despesas miudas.....		5:000\$000
		Total da 2ª consignaço da Verba 1ª.....		184:500\$000
		Totaes da Verba 1ª.....	811:920\$000	236:500\$000
		Total geral da verba.....	1.048:420\$000	
		Verba votada para 1926.....	1.072:420\$000	
		Diferença para menos na proposta...	24:000\$000	

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA OURO	
			FIXA	VARIÁVEL
		Verba 2ª (ouro)		
		Corpo Diplomático		
		<i>Legislação : Lei n. 3.454, de 6 de janeiro de 1918; Lei n. 3.674, de 7 de janeiro de 1919; Lei n. 3.991, de 5 de janeiro de 1920; Decreto n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920; Lei n. 4.156, de 15 de outubro de 1920; Lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921; Decreto n. 14.692, de 24 de fevereiro de 1921; Decreto n. 14.733, de 23 de março de 1921; Decreto n. 15.410, de 23 de março de 1922; Decreto n. 15.558, de 12 de julho de 1922; Decreto n. 15.559, de 12 de julho de 1922; Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922; Decreto n. 15.751, de 23 de outubro de 1922; Lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923; Decreto n. 16.028, de 30 de abril de 1923; Lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924; Decreto n. 16.412, de 13 de março de 1924 e Lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.</i>		
		1ª CONSIGNAÇÃO — PESSOAL		
		1ª SUB-CONSIGNAÇÃO—VENCIMENTOS DO PESSOAL		
1	4	Embaixadores nos Estados Unidos da America, na Gran-Bretanha, na França e junto á Liga das Nações Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 35:000\$000 53:000\$000	212:000\$000	
	1	Embaixador na Italia..... Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 25:000\$000 43:000\$000	43:000\$000	
	4	Embaixadores na Argentina, na Belgica, em Portugal e na Santa Sé..... Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 22:000\$000 40:000\$000	160:000\$000	
	1	Embaixador no Chile..... Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 16:000\$000 34:000\$000	34:000\$000	
	2	Embaixadores no Mexico e no Japão..... Ord. 12:000\$000 Grat. 6:000\$000 Rep. 12:000\$000 30:000\$000	60:000\$000	

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA		DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
1	1	Ministro no Uruguay.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 15:000\$000	30:000\$000	30:000\$000
1	1	Ministro no Paraguay.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 11:000\$000	26:000\$000	26:000\$000
7	7	Ministros na Alemanha, na Bolívia, na China, na Espanha, no Perú, na Suécia e na Suíça.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 10:000\$000	25:000\$000	175:000\$000
1	1	Ministro em Cuba e na América Central.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 9:000\$000	24:000\$000	24:000\$000
3	3	Ministros na Austria, Holanda e Polónia.....	Ord. 10:000\$000 Grat. 5:000\$000 Rep. 7:000\$000	22:000\$000	66:000\$000
1	1	Ministro Residente na Noruega.....	Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 Rep. 8:000\$000	20:000\$000	20:000\$000
7	7	Ministros Residentes na Colômbia, na Dinamarca, no Equador, no Egypto, na Tcheco-Slováquia, na Venezuela e junto á Liga das Nações.....	Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 Rep. 6:000\$000	18:000\$000	126:000\$000
22	22	Primeiros Secretários, distribuídos um para a Alemanha, Argentina, Austria, Bélgica, Bolívia, Chile, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Espanha, Holanda, Itália, México, Japão, Paraguay, Perú, Portugal, Polónia, Santa			

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA OURO	
			FIXA	VARIÁVEL
		Sé, Suíça, Uruguay, e mais um Primeiro Secre- tário da Delegação junto à Liga das Nações.....	Ord. 5:333\$333 Grat. 2:666\$667 8:000\$000	176:000\$000
39		Segundos Secretários, ser- vindo dous em cada uma das Embaixadas nos Es- tados Unidos, na França, na Gran-Bretanha, na Ita- lia e em Portugal; um em cada uma das demais Em- baixadas e em cada uma das Legações Brasileiras; um da Delegação da Liga das Nações e mais dous avulsos para servirem onde o Governo designar.	Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000 6:000\$000	234:000\$000
			1.386:000\$000	
2		Para pagamento de gratificações additionaes de 2:000\$ annuaes aos Primeiros Secretários que já attingiram cinco annos de serviço e de 4:000\$ annuaes aos que attingiram 10 annos de serviço neste posto, de accôrdo com o decreto n. 13.113, de 24 de julho de 1918.....		40:000\$000
3		Para occorrer ao pagamento das gratificações additionaes de que trata o art. 26 do decreto n. 14.057, de 11 de fevereiro de 1920, aos Encarregados de Negocios, quando os Chefes das Missões não perdem as respectivas gratificações e representações.....		10:000\$000
4		Para os interpretes, dactylographos, archivistas ou empregados extranumerarios, emquanto necessarios forem e bem ser- virem às Embaixadas e Legações, inclusive o pagamento de 3:600\$ de gratificação ao dactylographo-archivista da Embaixada na França e 3:200\$ ao interprete da Embaixada no Japão e 2:000\$ a cada um dos interpretes nas Legações na Noruega e na Dinamarca.....		30:000\$000
5		Para attender ao augmento de 25 %o nos vencimentos dos funcionarios do Corpo Diplomatico em exercicio, excluidas as representações dos embaixadores, ministros plenipoten- ciarios e residentes, bem como quaesquer gratificações additionaes.....		229:250\$000
		Totais da 1ª Consignação — Pessoal—da verba 2ª.....	1.389:000\$000	309:250\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO — MATERIAL		
		1ª SUB-CONSIGNAÇÃO — DESPESAS DIVERSAS		
		Aluguel de Chancellarias		
1		Para o aluguel das casas para as Chancellarias das seguintes Embaixadas e Legações, prestadas as contas dos alugueis pagos e recolhidos os saldos ao Thesouro Nacional:		
1		Estados Unidos da America.....	—	40:000\$000
1		Gran-Bretanha.....	—	25:000\$000
1		Italia.....	—	20:111\$111
3		Santa Sé, França, e Delegação junto à Liga das Nações, a cada uma..	20:000\$000	60:000\$000
1		Portugal.....	—	16:000\$000
1		Chile.....	—	15:000\$000
3		Belgica, Mexico e Japão, a cada uma	10:000\$000	30:000\$000
1		Uruguay.....	—	13:500\$000

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA OURO	
			FIXA	VARIÁVEL
1		1 Alemanha..... — 12:444\$444		
1		1 Perú..... — 10:000\$000		
5		5 Austria, Hollanda, Cuba e America Central, Suissa e Hespanha, a cada uma..... 8:000\$000 40:000\$000		
12		12 Paraguay, China, Polonia, Tcheco-Slovaquia, Bolivia, Colombia, Equador, Egypto, Noruega, Suecia, Dinamarca e Venezuela, a cada uma..... 5:000\$000 60:000\$000		342:055\$555
		2ª SUB-CONSIGNAÇÃO — DESPESAS DIVERSAS		
2		2 Conservação do prédio e custeio do serviço da Embaixada na Republica Argentina.....		12:000\$000
		3ª SUB-CONSIGNAÇÃO — MATERIAL DE CONSUMO		
3		3 Para o expediente das seguintes Embaixadas e Legações :		
1		1 Estados Unidos da America..... 4:000\$000		
4		4 França, Gran-Bretanha, Italia e Portugal, a cada uma..... 3:500\$000 14:000\$000		
3		3 Chile, Republica Argentina e Delegação á Liga das Nações, a cada uma..... 2:000\$000 6:000\$000		
4		4 Santa Sé, Belgica, Mexico e Japão, a cada uma..... 1:000\$000 4:000\$000		
3		3 Uruguay, Hollanda e Alemanha, a cada uma..... 1:500\$000 4:500\$000		
2		2 Paraguay e Bolivia, a cada uma.. 1:250\$000 2:500\$000		
2		2 Perú, Cuba e Suissa a cada uma. 1:000\$000 3:000\$000		
12		12 Austria, China, Colombia, Equador, Egypto, Hespanha, Noruega, Polonia, Suecia, Dinamarca, Tcheco-Slovaquia e Venezuela, a cada uma..... 500\$000 6:000\$000		44:000\$000
		Total da 2ª consignação da Verba 2ª.....		398:055\$555
		Totais da Verba 2ª.....	1.389:000\$000	707:305\$555
		Total geral da Verba 2ª, proposta para 1927..... 2.096:305\$555		
		Votada para 1926..... 2.004:305\$555		
		Diferença para mais em 1927..... 92:000\$000		
		Verba 3ª (ouro)		
		Corpo Consular		
		Legislação : Lei n. 3.232, de 5 de janeiro de 1917 ; Decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1920 ; Decreto n. 12.096, de 24 de abril de 1920 ; Lei n. 4.242, de 5 de janeiro de 1921 ; Lei n. 4.555, de 10 de agosto de 1922 ; Lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923 ; Lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924 ; Decreto n. 16.368, de 13 de fevereiro de 1924 e Lei n. 4.911, de 12 de janeiro de 1925.		
		1ª CONSIGNAÇÃO — PESSOAL		
		1ª SUB-CONSIGNAÇÃO — VENCIMENTOS FIXOS		
1	23	1 Consules Geraes em Nova York, Nova Orleans, Buenos Ayres, Montevidéo, Valparaíso, Assum-		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA OURO	
			FIXA	VARIÁVEL
		ção, Lisboa, Porto, Barcelona, Londres, Liverpool, Southampton, Paris, Havre, Marselha, Genova, Antuérpia, Amsterdam, Hamburgo, Berlim, Nápoles, Yokohama, Shanghai..... Ord. 8:666\$667 Grat. 4:333\$333 <u>13:000\$000</u> 299:000\$000		
32		Consules de primeira classe em Baltimore, Philadelphia, Chicago, Rosario, Posadas, Salto, Rivera, Panamá, Madrid, Cadiz, Vigo, Cardiff, Manchester, Glasgow, Bordéus, Boulogne, Lyon, Bruxellas, Rotterdam, Bremen, Roma, Trieste, Genebra, Zurich, Vienna, Gothemburgo, Oslo, Constantinopla, Dantzig, Capetown, Alexandria, Kobe Ord. 5:333\$333 Grat. 2:666\$667 <u>8:000\$000</u> 256:000\$000		
32		Consules de segunda classe em Norfolk, Newport-News, Montreal, Tampico, Barbados, Cayenna, Cobija, Guayará-Mirim, Iquitos, Paso de los Libres, Alvear, Santo Tomé, Artigas, Melo, Paysandú, Rio Branco, Santa Rosa, Cherbúrgo, La Rochelle-Pallice, Dublin, Munich, Copenhague, Milão, Livorno, Varsovia, Odessa, Helsingfors, Praga, Galtz, Dakar, Funchal, Calcuttá..... Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000 <u>6:000\$000</u> 192:000\$000		
13		Consules de segunda classe adjunctos, que exercerão as funções de seus cargos nos seguintes Consulados Geraes: Nova York, Buenos Ayres, Montevideo, Lisboa, Porto, Londres, Liverpool, Paris, Havre, Antuérpia, Hamburgo, Genova, Barcelona..... Ord. 4:000\$000 Grat. 2:000\$000 <u>6:000\$000</u> 78:000\$000		
23		Auxiliares dos Consulados Geraes em Buenos Ayres, Nova York, Paris e Londres Ord. 2:400\$000 Grat. 1:200\$000 <u>3:600\$000</u> 82:800\$000		

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL	NATUREZA DA DESPESA		DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
	87	Auxiliares de outros Consulados.....	Ord. 2:000\$000 Grat. 1:000\$000 3:000\$000	261:000\$000	
	6	Addidos Commerciaes.....	Ord. 8:000\$000 Grat. 4:000\$000 12:000\$000	72:000\$000	
	3	Inspectores Consulares.....	Ord. 9:333\$333 Grat. 4:666\$667 14:000\$000	42:000\$000	1.282:800\$000
		Consul addido :			
2	1	Ildefonso Ayres Marinho, considerado de 1ª classe.....	Ord. 5:333\$333 Grat. 2:666\$667 8:000\$000	8:000\$000	
		<i>Addicionaes e eventuaes</i>			
3	5	Gratificações supplementares aos Consules em Iquitos, Cobija, Guayará-Mirim, Cayenna e Dakar, a cada um..	Grat. 3:000\$000	15:000\$000	
4	1	Gratificação annual ao Consul Geral em Nova York.....	Grat. 1:250\$000	1:250\$000	
5	1	Gratificação annual ao Consul adjunto em Nova York.....	Grat. 1:000\$000	1:000\$000	
6		Para occorrer ao pagamento de gratificações addicionaes, de que trata o art. 36 do decreto n. 14.058, de 11 de fevereiro de 1922, e ao pagamento de gratificações a empregados extraordinarios, como sejam interpretes, dactylographos, escripturarios e archivistas que forem necessarios durante o exercicio, incluindo a gratificação de 1:280\$, ouro, para o interprete do Consulado em Gothemburgo e de 3:000\$, ouro, para os Consules honorarios em Dresden e Swansea 1:500\$, ouro, a cada um, e dos Auxiliares mandados servir interinamente nos Consulados Geraes em Buenos Ayres, Nova York, Paris e Londres.....	40:000\$000		40:000\$000
7		Para attender ao augmento de 25% nos vencimentos dos funcionarios consulares, constantes da 1ª sub-consignação, quando em effectivo exercicio nos postos.....	320:700\$000		320:700\$000
		Totaes da 1ª Consignação — Pessoal — da Verba 3ª..		1.308:050\$000	360:700\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO — MATERIAL			
		1ª SUB-CONSIGNAÇÃO DO MATERIAL — DESPESAS DIVERSAS			
		<i>Aluguel de Chancellarias</i>			
		Aluguel de Chancellarias, prestadas contas e recolhidos os saldos ao Thesouro Nacional :			
1	2	Buenos Ayres e Nova York, a cada uma.....	8:000\$000	16:000\$000	
	1	Hamburgo.....	—	4:888\$889	
	1	Londres.....	—	3:066\$667	

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DE REFERTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA		DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
	1	Montevideo.....	—	2:700\$000	
	1	Barcelona.....	—	2:400\$000	
	1	erli m.....	—	2:266\$367	
	3	Paris, Havre e Bordéus, a cada uma	2:200\$000	6:600\$000	
	1	Nova Orleans.....	—	1:977\$778	
	1	Chicago.....	—	1:800\$000	
	1	Liverpool.....	—	1:778\$889	
	2	Vienna e Genebra, a cada uma	1:666\$667	3:333\$334	
	1	Lisboa.....	—	1:733\$334	
	2	Rosario de Santa Fé e Baltimore, a cada uma.....	1:500\$000	3:000\$000	
	1	Amsterdam.....	—	1:488\$889	
	4	Marselha, Gothemburgo, Galatz e Genova, a cada uma.....	1:400\$000	5:600\$000	
	1	Valparaíso.....	—	1:366\$667	
	1	Milão.....	—	1:300\$000	
	9	Saito, Iquitos, Antuerpia, Norfolk, Philadelphia, Lyon, Bruxellas, Montreal e Roma a cada uma.....	1:200\$000	10:800\$000	
	1	Zurich.....	—	1:155\$556	
	1	Helsingfors.....	—	1:066\$667	
	36	Cobija, Copenhagen Guayará-Mirim, Calcuttá, Assumpção, Porto, Rot- terdam, Varsovia, Alvear, Artigas, Melo, Paso de los Libres, Pay- sandú, Posadas, Rio Branco, Ri- vera, Santa Rosa, Santo Tomé, Barbados, Dublin, Glasgow, Sou- thampton, La Rochelle-Pallice, Boulogne-sur-Mer, Cherburgo, Yo- kohama, Oslo, Napoles, Cadiz, Kobe, Swansea, Capetown, Pa- namá, Shanghai, Madrid e Con- stantinopla, a cada uma.....	1:000\$000	36:000\$000	
	16	Livorno, Alexandria, Dakar, Tri- este, Manchester, Vigo, Cardiff, Bremen, Funchal, Cayena, New- port-News, Munich, Dantzig, Sto- ckholmo, Tampico e Praga, a cada uma.....	800\$000	12:800\$000	
	2	Braga e Aveiro, a cada uma.....	500\$000	1:000\$000	
	2	S Vicente e Gibraltar, a cada uma.....	250\$000	500\$000	
	1	Coimbra.....	—	200\$000	
					124:823\$337
		2ª SUB-CONSIGNAÇÃO — DESPESAS DIVERSAS			
	2	Para possíveis aumentos de aluguel de Chancel- laria e despesas correlatas.....	20:000\$000		20:000\$000
		3ª SUB-CONSIGNAÇÃO — MATERIAL DE CONSUMO			
		<i>Expediente dos Consulados de carreira e honorarios, a saber:</i>			
	3	1 Nova York.....	—	4:000\$000	
		1 Paris.....	—	3:700\$000	
		1 Liverpool.....	—	3:600\$000	
		5 Hamburgo, Lisboa, Londres, Porto e Buenos Aires, a cada um... ..	1:500\$000	7:500\$000	
		5 Antuerpia, Genova, Havre, Bor- déus e Montevideo, a cada um	1:200\$000	6:000\$000	
		2 Amsterdam e Marselha, a cada um.....	1:000\$000	2:000\$000	
		7 Barcelona, Manchester, Norfolk, Nova Orleans, Napoles, Rot- terdam e Glasgow, a cada um...	800\$000	5:600\$000	
	11	Assumpção, Cobija, Yokohama, Valparaíso, Genebra, Gothem-			

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DE REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA OURO	
			FIXA	VARIÁVEL
		burgo, Vigo, Berlim, Kobe, Southampton e Shanghai, a cada um.....	600\$000	6:600\$000
	17	Iquitos, Zurich, Montreal, Baltimore, Posadas, Rosario de Santa Fé, Cardiff, Bremen, Trieste, Lyon, Philadelphia, Bruxellas, Guayará-Mirim, Capetown, Madrid e Constantinopla, a cada um.	500\$000	8:500\$000
	16	Salto, Livorno, Oslo, Helsingfors, Cadiz, Galatz, Calcuttá, Milão, Barbados, Bombaim, Rivera, Paso de los Libres, Dakar, La Rochelle-Pallice, Copenhagen, e Boulogne-sur-Mer, a cada um...	400\$000	6:400\$000
	1	Belgrado.....	—	250\$000
	10	Dantzic, Alexandria, Cherburgo, Vienna, Funchal, Munich, Malaga, Panamá, Swansea e Roma, a cada um.....	240\$000	2:400\$000
	13	Alvear, Aveiro, Artigas, Melo, Paysandú, Cayenna, Rio Branco, Santa Rosa, Santo Tomé, Newport-News, Tampico, Varsovia e Praga, a cada um.....	150\$000	1:950\$000
	7	Braga, S. Vicente, Cannes, Terra-Nova, Stockholm, Coimbra, e Gibraltar, a cada um.....	120\$000	840\$000
				59:340\$000
		4ª SUB-CONSIGNAÇÃO — MATERIAL DE CONSUMO		
	4	Para possíveis aumentos de expediente de Chancellarias e despesas correlatas.....	8:500\$000	8:500\$000
		5ª SUB-CONSIGNAÇÃO — MATERIAL DE CONSUMO		
		<i>Despesas com as facturas consulares e respectivas remessas à Estatística Commercial</i>		
	5	1 Nova York.....	—	750\$000
		2 Liverpool e Hamburgo, a cada um	400\$000	800\$000
		2 Paris e Buenos Aires, a cada um.	300\$000	600\$000
		2 Montevideo e Porto, a cada um..	150\$000	300\$000
		2 Lisboa e Genova, a cada um....	100\$000	200\$000
		6 Manchester Bordéus, Glasgow, Southampton, Londres e Napoles, a cada um.....	50\$000	300\$000
	11	Amsterdam, Barcelona, Havre, Marselha, Cardiff, Genebra, Bremen, Norfolk, Antuerpia, Rosario de Santa Fé e Gothemburgo, a cada um.....	40\$000	440\$000
	6	Valparaíso, Shanghai, Nova Orleans, Yokohama, Assumpção e Zurich, a cada um.....	20\$000	120\$000
	12	Berlim, Cadiz, Vienna, Dantzic, Chicago, Philadelphia, Baltimore, Rotterdam, Vigo, Helsingfors, Milão e Funchal, a cada um....	15\$000	180\$000
				3:690\$000
		6ª SUB-CONSIGNAÇÃO — MATERIAL DE CONSUMO		
		<i>Expediente dos Vice-Consulados não remunerados</i>		
	6	2 Liverpool e Nova York, a cada um.....	500\$000	1:000\$000
	1	Genova.....	—	180\$000

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DE REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA		DESPESA OURO	
				FIXA	VARIÁVEL
	4	Buenos Aires, Barcelona, Ham- burgo e Assumpção, a cada um.	160\$000	640\$000	
	4	Lisboa, Porto, Genebra e Paris, a cada um.....	100\$000	400\$000	2:220\$000
		Total da parte — Material — da Verba 3ª.....			218:573\$337
		Totais da Verba 3ª.....		1.308:050\$000	579:273\$337
		Total geral da Verba 3ª.....	1.887:323\$337		
		Mantida a Verba votada para 1926.....	1.807:632\$223		
		Diferença para mais na proposta.....	79:541\$114		
				DESPESA PAPEL	DESPESA OURO
				VARIÁVEL	VARIÁVEL
1		Verba 4ª (papel)			
		(Material de despesas diversas)			
		Recepções oficiais			
		CONSIGNAÇÃO ÚNICA			
		Para despesas com a recepção e hospedagem e outras relativas a representantes de governos estrangeiros e hóspedes illustres em visita ao Brasil.....		120:000\$000	
		Mantida a verba votada para 1926.			
		Verba 5ª (ouro)			
		Congressos e Conferências			
1		CONSIGNAÇÃO ÚNICA — PESSOAL			
		Para representação do Brasil nos Congressos e Conferências que se reunirem no exterior, quando as respectivas represen- tações forem nomeadas pelo Ministério das Relações Exte- riores.....			200:000\$000
		Mantida a verba votada para 1926.			

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DE REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA	
			VARIÁVEL Papel	VARIÁVEL Ouro
		Verba 6ª		
		Serviço telegraphico (ouro)		
		CONSIGNAÇÃO ÚNICA		
		(Despesas diversas)		
		Telegrammas officiaes do Ministerio, das Embaixadas, Legações e Consulados, transmittidos por empresas estrangeiras.....		150:000\$000
		Mantida a verba votada para 1926.		
		Verba 7ª (ouro)		
		Repartições Internacionais		
		(MATERIAL DE DESPESAS DIVERSAS)		
		Para o pagamento ao cambio par, ouro, das contribuições com que o Brasil concorre para diversas Repartições Internacionais, sendo :		
1		Para a União Pan-Americana 30.635 dollares e 61 centavos, moeda americana.....	56:675\$878	
2		Para o Instituto Internacional de Agricultura de Roma, além da contribuição fixa de 40.000 francos, moeda franceza, uma additional de 60.000 francos, ou sejam 100.000 francos.....	11:766\$667	
3		Para a Repartição Internacional de Hygiene Publica em Paris 20.000 francos, moeda franceza.	2:353\$333	
4		Para a Secretaria das Tarifas Aduaneiras em Bruxellas, 7.425 francos, moeda belga.....	786\$307	
5		Para o Congresso Internacional Permanent de Navegação, 2.000 francos, moeda franceza....	235\$333	
6		Para o Escriptorio Internacional das Estradas de Ferro em Bruxellas, 1.000 francos, belgas..	105\$900	
7		Para a Liga das Nações, duas prestações semestres de 354.849,71 francos, ouro, moeda franceza, no total de 709.699,43 francos, ouro.	250:523\$981	
8		Para o Instituto Internacional do Frio, em Paris, 12.000 francos, moeda franceza.....	1:411\$998	
9		Para a Côte de Arbitragem do Tribunal de Haya, despesa provavel, 3.500 florins.....	2:572\$500	
10		Para o Instituto Internacional Commercial de Bruxellas, 10.000 francos, moeda belga.....	1:059\$000	
11		Para o Bureau Internacional de Berna, para a protecção dos direitos autoraes, 5.000 francos, moeda suissa.....	1:765\$000	
12		Para subvenções a Institutos Internacionais de Telegraphos.....	6:691\$444	
13		Para subvenção á Comissão permanente do Congresso Ferro Viario Sul-Americano.....	1:766\$500	
14		Para a Comissão permanente dos Congressos Internacionais de Sciencias Administrativas em Bruxellas, 1.500,00 francos, ouro, belga...	529\$500	
15		Para a Camara de Commercio Belga-Brasileira.	2:500\$000	
16		Para a manutenção da Cadeira de Camões no "Kings College" de Londres, £ 300 annuaes..	2:666\$667	
17		Para a Secretaria da Repartição Sanitaria Pan-americana de Washington, dollars 2.534,09....	4:637\$382	348:047\$307
		Total da verba.....	348:047\$307	
		Votada para 1926.....	363:704\$569	
		Differença para menos na proposta.....	15:657\$262	

NÚMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NÚMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA	
			VARIÁVEL Papel	VARIÁVEL Ouro
		Verba 8ª		
		Ajudas de custo		
		1ª CONSIGNAÇÃO — PESSOAL		
		Para ajudas de custo de nomeações, remoções, exonerações e retiradas dos funcionarios do quadro do Ministerio do Exterior.....		200:000\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO		
		<i>(Material de diversas despesas)</i>		
		Para auxilios de viagem a funcionarios em férias extraordinarias ou por motivo de serviço.....		30:000\$000
		Total da verba.....		230:000\$000
		Mantida a verba votada para 1926.		
		Verba 9ª (ouro)		
		Extraordinarias no Exterior		
		1ª CONSIGNAÇÃO		
		<i>(Material de diversas despesas)</i>		
		Para despesas extraordinarias, inclusive as de caracter reservado, decorrentes do serviço internacional.....		250:000\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO		
		<i>(Material de diversas despesas)</i>		
		Para repatriações e soccorros a brasileiros desvalidos.....		20:000\$000
		3ª CONSIGNAÇÃO		
		<i>(Material de diversas despesas)</i>		
		Para os estudos destinados a ligar a Viação Ferrea Brasileira com a Estrada de Ferro Pan-Americana.....		40:000\$000
		Total da verba.....		310:000\$000
		Mantida a verba votada para 1926.		

NUMERO DAS SUB-CONSIGNAÇÕES	NUMERO DO PESSOAL OU REPARTIÇÕES	NATUREZA DA DESPESA	DESPESA	
			VARIÁVEL — Papel	VARIÁVEL — Ouro
		Verba 10^a		
		Expansão Económica		
		1ª CONSIGNAÇÃO — PAPEL		
		<i>(Material de consumo)</i>		
1		Para despesas com aquisição de revistas economicas e com- merciaes, jornaes e publicações de propaganda para serem distribuidas pelas Embaixadas, Legações e Consulados.....	30:000\$000	
2		Para impressão do Boletim do Ministerio.....	20:000\$000	
		2ª CONSIGNAÇÃO — OURO		
		<i>(Material de diversas despesas)</i>		
3		Para serviços de propaganda e defesa do Brasil no estrangeiro, inclusive 20:000\$ para manutenção do serviço de propaganda da herva-matte na Europa, destacando-se, nos termos dos ar- tigos 39 e 43 da Lei n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924 (orçamento da despesa), a dotação de 20:000\$, para manter o mesmo ser- viço, que será exclusivamente applicada de accôrdo com os Governos do Paraná e Santa Catharina.....		200:000\$000
		Totais da verba.....	50:000\$000	200:000\$000
		Mantida a verba votada para 1926.		
		Verba 11^a (papel)		
		Commissões de limites		
		1ª CONSIGNAÇÃO — PESSOAL		
1		Para gratificações do pessoal que serve na caracterização dos limites com a Republica Oriental do Uruguay.....	98:000\$000	
2		Para gratificações do pessoal que serve na caracterização dos limites com a Republica do Perú.....	390:000\$000	
3		Para despesas e augmentos eventuaes do pes- soal, que occorrerem durante o anno.....	15:000\$000	503:000\$000
		2ª CONSIGNAÇÃO		
		<i>(Material de diversas despesas)</i>		
1		Para o material do serviço da caracterização dos limites com a Republica do Uruguay	62:000\$000	
2		Para o material do serviço da caracterização dos limites com a Republica do Perú.....	220:000\$000	
3		Para eventuaes do material das Commissões de Limites.....	15:000\$000	297:000\$000
		Total da verba.....	800:000\$000	
		Mantida a verba votada para 1926.		

ANNEXO E

Montepio

Quadro dos contribuintes do montepio dos funcionarios do Ministerio das Relações Exteriores que falleceram e a cujas familias foram abonadas quantias para funeral ou luto e pensões, desde 1890 até 30 de abril de 1925

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Francisco Gil Castello Branco.	Consul Geral de 2ª classe	6 de setembro de 1891.	200\$000	Theodora de Britto Castello Branco, viuva..	23 de janeiro de 1892...	750\$000
				Filhos... { Francisco Gil.....	Idem.....	375\$000
					Idem.....	375\$000
José Coelho Gomes.....	2º Secretario de Legação	6 de julho de 1892.....	200\$000	Luiza Hatcher Gomes, viuva.....	5 de setembro de 1892.	1:250\$000
Dr. Luiz Pires Garcia.....	Consul Geral de 1ª classe	24 de outubro de 1892 .	200\$000	Rosa de Amorim Pires Garcia, viuva.....	26 de dezembro de 1892.	2:000\$000
Francisco Paulo de Faria.....	Continuo desta Secretaria de Estado.....	16 de abril de 1893.....	200\$000	Rita Maria de Faria, viuva.....	17 de abril de 1893.....	300\$090
				Filhos... { Horacio.....	Idem.....	100\$000
					Idem.....	100\$000
					Idem.....	100\$000
Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrade.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1ª classe....	25 de março de 1893....	200\$000	Filhos... { Georgina.....	23 de maio de 1893.....	750\$000
					Idem.....	750\$000
					Idem.....	750\$000
					Idem.....	750\$000
Luiz Caetano da Silva.....	Director de Secção desta Secretaria de Estado.	22 de julho de 1893.....	200\$000	Firmina Caetano da Silva Cremona, irmã,	27 de julho de 1893.....	1:200\$000
				Marietta Bastos Monteiro de Oliveira, sobrinha.....	Idem.....	1:200\$000
José Gurgel do Amaral Valente.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1ª classe....	3 de junho de 1893....	200\$000	Leopoldina Gasselseder, viuva	24 de agosto de 1893...	3:000\$000
João Carneiro do Amaral.....	Director de Secção desta Secretaria de Estado.	1 de outubro de 1893..	200\$000	Lavinia Ludwig do Amaral, neta.....	7 de outubro de 1893..	2:400\$000
Antonio Augusto de Castilho..	Consul Geral de 1ª classe	19 de janeiro de 1894...	200\$000	Maria Oliveira de Castilho, viuva.....	17 de março de 1894....	1:000\$000
				Maria de Castilho, filha.....	Idem.....	1:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUENTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Thomaz Fortunato de Brito...	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario de 1ª classe....	27 de fevereiro de 1894..	200\$000	Maria Fortunata Hartley, irmã Elisa Fortunata de Brito Azambuja, irmã... Carolina Saldanha da Gama, sobrinha.....	31 de março de 1894.... Idem..... Idem.....	1:000\$000 1:000\$000 500\$000
Cesar Augusto Vianna de Lima	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario de 2ª classe....	15 de setembro de 1894..	200\$000	Grimaneza Vianna de Lima, viuva.....	28 de dezembro de 1894..	2:500\$000
Quirino Augusto da Cunha Bastos.....	1o Official desta Secreta- ria de Estado.....	1 de maio de 1895.....	200\$000	Alzira Herminia Bruce da Cunha Bastos, viuva.....	27 de maio de 1895.....	950\$000
				Filhos... { Irineu Quirino Hortencia..... Laura.....	Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	237\$500 237\$500 237\$500 237\$500
Pedro Candido Affonso de Car- valho	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario de 2ª classe....	14 de maio de 1895.....	200\$000	Manoela Affonso de Carvalho, viuva.....	19 de setembro de 1895..	1:250\$000
				Filhos... { Julia Adelia..... Henrique José Sebastião..... Frederico Affonso.....	Idem..... 25 de maio de 1896..... 19 de setembro de 1895..	416\$666 416\$666 416\$666
Rita Maria de Faria.....	Viuva do continuo desta Secretaria de Estado Francisco Paula de Faria.....	16 de janeiro de 1896....		Carlos Paulo de Faria, filho.....	4 de março de 1896....	300\$000
João Francisco Leite Nunes..	Consul.	29 de janeiro de 1896....	200\$000	Thereza da Conceição Castro Nunes, viuva..	25 de março de 1896....	625\$000
				Filhos... { Francisca..... Clelia..... José..... Thereza..... Maria Estella..... Marianna..... Carlos..... Plinio.....	Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	78\$125 78\$125 78\$125 78\$125 78\$125 78\$125 78\$125 78\$125

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Joaquim Maria Nascentes de Azambuja.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario aposentado....	12 de junho de 1896.....	200\$000	Feliciano Vandelli de Andrade Azambuja, viuva.....	3 de julho de 1896.....	1:600\$000
Pedro Pinheiro Guimarães....	Director de Secção desta Secretaria de Estado.	8 de junho de 1896.....	200\$000	Henriqueta Ferreira Pinheiro Guimarães, viuva.....	15 de outubro de 1896..	2:400\$000
Antonio de Araujo Itajubá....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	3 de novembro de 1897.	200\$000	Maria Elisa Pereira da Silva, viuva.....	18 de março de 1898....	3:000\$000
Francisco Vieira Monteiro....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	23 de fevereiro de 1898..	200\$000	Joaquina de Amorim Vieira Monteiro, viuva	15 de junho de 1898....	1:500\$000
				Filhos... { Maria Isabel.....	Idem.....	750\$000
				{ Joaquina Maria Anna.....	Idem.....	750\$000
Napoléão de Siqueira Lamaix.	1º Secretario de Legação aposentado.....	31 de outubro de 1896..	200\$000	Frederica de Siqueira Lamaix, viuva.....	10 de outubro de 1898..	1:500\$000
Dr. Casemiro Dias Vieira Ju- nior.....	Consul.....	30 de janeiro de 1897....	200\$000	Filhos... { Ricardo.....	23 de novembro de 1898..	208\$333
				{ Maria Thereza.....	Idem.....	208\$333
				{ Amalia.....	Idem.....	208\$333
				{ Mercedes.....	Idem.....	208\$333
				{ Delia.....	Idem.....	208\$333
				{ Fernando.....	Idem.....	208\$333
Alfredo José Ferreira Baptista	2º Official desta Secreta- ria de Estado.....	21 de outubro de 1899...	200\$000	Maria Carolina Ferreira Baptista, viuva....	8 de novembro de 1899	750\$000
				Filhos... { Nestor.....	Idem.....	250\$000
				{ Walkyria.....	Idem.....	250\$000
				{ Eduardo.....	Idem.....	250\$000
Bacharel Luiz Castano Pe- reira Guimarães.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario aposentado....	19 de maio de 1898.....	200\$000	Filhos... { Iracema.....	26 de março de 1900....	625\$000
				{ Gabriella.....	Idem.....	625\$000
				{ Horacio.....	Idem.....	625\$000
				{ Gabriel.....	Idem.....	625\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Theodora de Brito Castello Branco.....	Viuva do Consul Geral de 2ª classe Francisco Gil Castello Branco...	25 de março de 1899.....		Filhos... { Francisco Gil..... Dora Antonietta.....	Apostilla de 20 de feve- reiro de 1900.....	375\$000 375\$000
Leonardo Lessa Junior.....	Amanuense desta Secre- taria de Estado.....	15 de fevereiro de 1900..	200\$000	Emilia Carolina Coelho Lessa, irmã....	3 de abril de 1900.....	1:100\$000
Egas Muniz Barreto de Ara- ção.....	1º Secretario de Legação	8 de outubro de 1898...	200\$000			
Oscar Reyndner de Amaral....	1º Secretario de Legação	29 de setembro de 1899..	200\$000			
Dr. José Joaquim Ferreira Valle.....	Consul Geral de 1ª classe	2 de fevereiro de 1899..	200\$000	Filhos... { Josephina Hoffmann do Des- terro..... Carolina Hoffmann do Des- terro.....	14 de julho de 1900..... Idem.....	1:000\$000 1:000\$000
Bacharel Carlos Vieira Fer- reira.....	Ex-2º Secretario de Le- gação.....	3 de junho de 1900.....	200\$000	Albertina de Gusmão Vieira Ferreira, viuva.....	24 do outubro de 1900..	1:250\$000
João Pereira de Andrada.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario aposentado.....	28 de agosto de 1900.....	200\$000	Filhas... { Julia de Argollo Ferrão, casada. Alexandrina Olga de Andrada e Silva, casada..... Paulina Andrada Accioli de Brito, casada.....	19 de janeiro de 1901... Idem..... Idem.....	1:000\$000 1:000\$000 1:000\$000
Bacharel Americo de Campos.	Consul Geral de 2ª classe	21 de janeiro de 1900..	200\$000	Anna Amalia Peixoto de Azevedo Campos, viuva..... Maria Amalia de Campos, filha.....	8 de março de 1901.... Idem.....	750\$000 750\$000
Joaquim Tibiriçá Pinheiro Gui- marães.....	2º Official desta Secreta- ria de Estado.....	26 de fevereiro de 1901..	200\$000	Cecilia Roxo Pinheiro Guimarães, viuva...	8 de abril de 1901....	750\$000
				Filhos... { Heloisa..... Jayme..... Abelardo..... Nair.....	Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	187\$500 187\$500 187\$500 187\$500

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Manoel de Azevedo Barroso Bastos.....	Consul Geral de 1ª classe	9 de abril de 1901.....	200\$000	(*) Mathilde de Azevedo Barroso Bastos, viuva	31 de dezembro de 1901.	2:000\$000
Antonio Joaquim Netto dos Reis.....	Consul Geral de 2ª classe	22 de agosto de 1901....	200\$000	Filhos.... (*) Maria Antonia..... Hugo..... Mario..... (*) Francisca Hilda..... Luiz.....	22 de fevereiro de 1902.. Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	300\$000 300\$000 300\$000 300\$000 300\$000
Miguel Francisco do Monte Junior.....	1º Official desta Secretaria de Estado.....	29 de janeiro de 1902....	200\$000	Florencia de Castro Monte, viuva..... Filhos.... Dulce..... Anna..... Rubens..... Cordelia..... Heloisa..... Luiz..... Abelardo..... Maria de Lourdes.....	13 de março de 1902... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	950\$000 118\$750 118\$750 118\$750 118\$750 118\$750 118\$750 118\$750 118\$750
Luiz Pedro da Silva Rosa.....	Director de Secção aposentado desta Secretaria de Estado.....	21 de novembro de 1903..	200\$000	Amalia Lisboa de Oliveira Rosa, viuva.... Filhas.... Albertina Lisboa da Silva Rosa Maria Olympia Lisboa da Silva Rosa.....	3 de dezembro de 1903. Idem..... Idem.....	1:200\$000 600\$000 600\$000
José Antonio de Oliveira Leitão	Correio aposentado desta Secretaria de Estado.	24 de setembro de 1903..	200\$000	Josepha Honorata Pereira Leitão, viuva..	11 de janeiro de 1904...	600\$000
João Germano Vieira de Barros	Director de Secção aposentado desta Secretaria de Estado.....	13 de janeiro de 1904....	200\$000	Abigail de Barros, filha solteira	3 de fevereiro de 1904.	2:400\$000
José de Almeida e Vasconcellos.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario	29 de julho de 1903	200\$000	Adelaide de Almeida e Vasconcellos, viuva.	26 de fevereiro de 1904.	3:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Domingos José da Silva Azevedo.....	Consul Geral de 1ª classe	21 de julho de 1903.....	200\$000	Maria Isabel de Azevedo, viuva.....	29 de fevereiro de 1904..	1:000\$000
				Filhos... { Esther de Azevedo.....	Idem.....	333\$333
				{ Euridyce Inah de Azevedo.....	Idem.....	333\$333
				{ Luiz de Azevedo.....	Idem.....	333\$333
Henrique de Barros Cavalcante de Lacerda.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado.....	24 de novembro de 1904.	200\$000	Luiza Maria Peixoto de Brito e Mello Cavalcante de Lacerda, viuva.....	19 de dezembro de 1904.	3:000\$000
José Pedro Werneck Ribeiro de Aguiar.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de 1ª classe aposentado	18 de outubro de 1903...	200\$000	Albertina Werneck Ribeiro de Aguiar, viuva, interdicta.....	21 de março de 1905....	3:000\$000
Eduardo Octaviano.....	Consul Geral de 2ª classe	13 de novembro de 1903.	200\$000	Vera Octaviano, viuva.....	19 de março de 1906....	1:500\$000
Carlos Mauricio da Silva.....	Correio aposentado desta Secretaria de Estado.	15 de julho de 1904.....	200\$000	Carlota Joaquina das Dores, viuva.....	29 de março de 1906....	300\$000
				Marianna Mauricia da Silva, filha	Idem.....	300\$000
Carlos Fraenkel.....	Consul aposentado.....	12 de maio de 1906.....	200\$000	Aldina de Magalhães Fraenkel, viuva.....	31 de agosto de 1906....	700\$000
				Filhos... { (*) Walter	Idem.....	175\$000
				{ Edith	Idem.....	175\$000
				{ Benjamin Constant.....	Idem.....	175\$000
				{ Carlos	Idem.....	175\$000
Pedro de Castro Pereira Sodré	Consul Geral de 1ª classe	8 de julho de 1906.....	200\$000	(*) Isabel Tross Pereira Sodré, viuva.....	26 de dezembro de 1906.	2:000\$000
Olympio Adolpho de Souza Pitanga.....	Consul Geral de 1ª classe	13 de outubro de 1906...	200\$000	Regina Lydia Pitanga, filha maior e solteira	2 de julho de 1907.....	2:000\$000
José Alexandrino de Oliveira..	Director de Secção desta Secretaria de Estado.	20 de novembro de 1907.	200\$000	Eugenia Baptista de Oliveira, viuva.....	11 de dezembro de 1907.	3:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUENTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
Francisco Ignacio de Carvalho Moreira.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario aposentado.....	1 de abril de 1906.....	200\$000	Carlota de Carvalho Moreira, viuva.....	6 de maio de 1908.....	3:000\$000
Vital do Espirito Santo Fon- tenelle.....	2º Official desta Secre- taria de Estado.....	22 de junho de 1908.....	200\$000	Castorina de Oliveira Fontenelle, viuva..... Gilda, filha.....	30 de julho de 1908..... Idem.....	800\$000 800\$000
Feliciano José da Costa.....	Director de Secção apo- sentado desta Secreta- ria de Estado.....	17 de julho de 1909.....	200\$000	Filhas solteiras e maiores { Amelia Mattos da Costa..... Elvira Mattos da Costa..... Maria da Gloria Mattos da Costa.....	3 de setembro de 1909.. Idem..... Idem.....	800\$000 800\$000 800\$000
Francisco de Paula Araujo e Silva.....	2º Secretario de Legação	20 de agosto de 1909....	200\$000	Luiza Carolina de Araujo e Silva, irmã sol- teira.....	27 de setembro 1909....	2:000\$000
Dr. Alfredo Sergio Teixeira de Macedo.....	Ex-Enviado Extraordi- nario e Ministro Ple- nipotenciario.....	10 de janeiro de 1906....	200\$000	(*) Anna Francisca da Silveira Teixeira de Macedo, viuva	7 de junho d e 1910....	3:000\$000
Ernesto Augusto Ferreira.....	1º Official desta Secre- taria de Estado.....	9 de maio de 1910.....	200\$000	Maria Augusta Ferreira, irmã maior e sol- teira.....	28 de junho de 1910.....	3:100\$000
José Cordeiro do Rego Barros	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	31 de dezembro de 1908.	200\$000	Ellen do Rego Barros, viuva.....	20 de julho de 1910.....	3:333\$333
José Augusto Ferreira da Costa.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	1 de abril de 1910.....	200\$000	Candida Dyonisias da Costa, irmã maior e solteira..... Maria Aurea Porciuncula da Costa, irmã maior e solteira.....	16 de fevereiro de 1911.. Idem.....	1:666\$666 1:666\$666
Castorina de Oliveira Fonte- nelle.....	Viuva do 2º Official des- ta Secretaria de Es- tado, Vital do Espirito Santo Fontenelle.....			Gilda, filha menor e solteira.....	28 de março de 1911....	800\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATAS DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
José Antonio d'Espinheiro....	Director de Secção desta Secretaria de Estado..	30 de março de 1911.....	200\$000	Maria Carlota da Conceição Espinheiro, viuva	7 de julho de 1911	3:600\$000
José Joaquim Gomes dos Santos.....	Consul Geral de 1ª classe	23 de julho de 1910.....	200\$000	Firmina Ferrer de Gomes dos Santos, viuva..	25 de julho de 1911.....	3:600\$000
João Belmiro Leoni.....	Consul Geral de 1ª classe	3 de junho de 1910.....	200\$000	Mercedes Werneck Leoni, filha menor e sol- teira.....	25 de julho de 1911.....	1:800\$000
				Carmen Werneck Leoni, filha menor e sol- teira.....	Idem.....	1:800\$000
Dr. David Moretzsohn Cam- pista.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario	12 de outubro de 1911...	200\$000	Jovita Maia Campista, viuva	20 de julho de 1912.....	1:666\$666
				Olga Campista, filha maior e solteira.....	Idem.....	416\$666
				Filhas menores { Lucilia	Idem.....	416\$666
				{ Dora.....	Idem.....	416\$666
				{ Elsa.....	Idem.....	416\$666
Joaquim da Silva Lessa Para- nhos.....	Vice-Consul	9 de abril de 1912.....	200\$000	Amelia Sabina Jacomella Paranhos, viuva..	29 de julho de 1912.....	1:333\$333
Julio Henrique de Mello e Alvim.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario	9 de março de 1912.....	200\$000	Henriqueta da Terra Vianna, filha casada..	5 de novembro de 1912.	3:333\$333
Paulino José Soares Pereira..	Porteiro desta Secreta- ria de Estado.....	13 de novembro de 1912.	200\$000	Evangelina Pereira Franco de Sá, filha ca- sada.....	9 de janeiro de 1913....	2:000\$000
Eugenio Ferraz de Abreu.....	1º Official desta Secre- taria de Estado.....	22 de outubro de 1912...	200\$000	Carmen Ferraz de Oliveira, filha casada....	24 de janeiro de 1913....	3:200\$000
João Ventura Rodrigues.....	Continuo desta Secre- taria de Estado.....	10 de novembro de 1912.	200\$000	Cecilia Ventura Rodrigues, filha maior e solteira.....	7 de março de 1913....	1:200\$000
João Vieira da Silva.....	Consul Geral de 1ª classe	18 de agosto de 1912....	200\$000	Ida Reis Vieira da Silva, viuva.....	12 de março de 1913....	3:600\$000

NOMES DOS CONTRIBUENTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Raul de Souza Carvalho.....	3º Official desta Secretaria de Estado.....	20 de outubro de 1912...	200\$000	Maria Izabel Pinheiro de Souza Carvalho, viuva..... Murillo, filho menor.....	25 de agosto de 1913... Idem.....	900\$000 1:800\$000
Joaquim Ferraz Rego.....	Consul Geral de 1ª classe	28 de julho de 1912.....	200\$000	Maria de Azambuja Ferraz Rego, viuva.. Gabriel, filho menor.....	25 de agosto de 1913... Idem.....	1:800\$000 1:800\$000
Aluizio Azevedo.....	Consul Geral de 2ª classe	21 de janeiro de 1913....	200\$000	(*) Camilla Amalia de Azevedo Lobato, irmã viuva.....	25 de agosto de 1913...	3:600\$000
João Antonio Rodrigues Martins.....	Consul Geral de 1ª classe	27 de dezembro de 1912..	200\$000	Helena Tavares Rodrigues Martins, viuva.	Idem.....	3:600\$000
Manoel Ferraz de Campos Salles.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	28 de junho de 1913.....	200\$000	Anna Gabriella de Campos Salles, viuva. Helena de Campos Salles, filha maior e solteira..... Leonor de Campos Salles, filha maior e solteira.....	22 de dezembro de 1913. Idem..... Idem.....	1:666\$666 1:666\$666 1:666\$666
Arthur Stockler Pinto de Menezes.....	2º Secretario de Legação	29 de maio de 1913.....	200\$000	Olga Brandini Stockler Pinto de Menezes, viuva..... Filhos { Thales Alexandre..... Moema Herminia..... Archimedes..... Eloíma..... Nary.....	12 de janeiro de 1913... Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	1:333\$333 266\$666 266\$666 266\$666 266\$666
José Calmon Nogueira Valle da Gama.....	Consul Geral de 1ª classe	5 de fevereiro de 1913.	200\$000	(*) Rosa Monica Nogueira Valle da Gama, viuva..... Rosa Maria Calmon da Gama, filha maior e solteira..... (*) Anna Romana Calmon da Gama, filha maior e solteira.....	13 de março de 1920... 23 de janeiro de 1914... 13 de março de 1920....	4:666\$666 900\$000 2:333\$333
Thomaz Pompeu Lopes Ferreira.....	2º Secretario de Legação	15 de julho de 1913.....	200\$000	(*) Jesuina Inglez de Souza Lopes Ferreira, viuva..... Herculano, filho menor.....	23 de janeiro de 1914... Idem.....	1:000\$000 1:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUENTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Joaquim Aurelio Nabuco de Araujo.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	17 de janeiro de 1910...	200\$000	Evelina Nabuco, viuva..... Maria Carolina Nabuco, filha maior e sol- teira.....	14 de fevereiro de 1914. Idem.....	1:666\$666 333\$333
				Filhos menores. { Mauricio Nabuco..... Joaquim..... Maria Anna..... José Thomaz.....	Idem..... Idem..... Idem..... Idem.....	333\$333 333\$333 333\$333 333\$333
Benjamin Borges Ribeiro da Costa.....	2o Official desta Secre- taria de Estado.....	12 de fevereiro de 1914..	200\$000	Constança do Paço Borges da Costa, mãe viuva..... Evangelina Borges Ribeiro da Costa, irmã maior e solteira.....	10 de março de 1914... Idem.....	1:200\$000 1:200\$000
Salvador de Mendonça.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	5 de junho de 1913....	200\$000	(*) Maria Redmar de Mendonça, viuva... (*) Amalia Helena de Mendonça, filha maior e solteira..... (*) Valentina de Mendonça, filha maior e solteira.....	20 de março de 1914... Idem..... Idem.....	1:666\$666 833\$333 833\$333
Francisco Xavier da Cunha..	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	13 de dezembro de 1913..	200\$000	Amelia Coutinho Xavier da Cunha, viuva...	3 de julho de 1914.....	3:333\$333
Heraclito de Alencastro Pe- reira da Graça.....	2o Consultor Juridico do Ministerio.....	16 de abril de 1914....	200\$000	Eliza Barreto da Graça, viuva..... Maria Adelaide Graça, filha maior e sol- teira..... Fernando Barreto Graça, menor.....	2 de outubro de 1914.... Idem..... Idem.....	1:800\$000 900\$000 900\$000
José Maria da Gama Dias Berquó.....	Consul Geral.....	17 de outubro de 1913...	200\$000	Maria Thereza Berquó, neta maior e solteira	16 de dezembro de 1914..	1:500\$000
Brazilio Itiberê da Cunha....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	11 de agosto de 1913....	200\$000	(*) Leopoldina Itiberê da Cunha, viuva..... (*) Maria Leopoldina, filha menor e solteira. (*) Maria Adelaide, idem..... (*) Maria Brazilia, idem.....	13 de dezembro de 1914.. Idem..... Idem..... Idem.....	1:666\$666 555\$555 555\$555 555\$555

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
Raymundo de Sá Valle.....	Consul Geral de 1ª classe	25 de setembro de 1914..	200\$000	(*) Sylvia de Sá Valle, viuva.....	19 de fevereiro de 1915..	3:600\$000
Eduardo Drolhe Fasciotti....	Consul Geral de 1ª classe	28 de outubro de 1913...	200\$000	Leocadia Fonseca de Drolhe Fasciotti, viuva	25 de maio de 1915.....	3:600\$000
Eduardo Callado.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario aposentado.....	14 de outubro de 1914...	200\$000	Henriqueta Zeballos de Callado, viuva.....	Idem.....	1:600\$000
Oscar de Souza Azevedo.....	Continuo desta Secretaria de Estado.....	17 de março de 1915.....	200\$000	Maria Martins de Azevedo, viuva	20 de julho de 1915.....	600\$000
				Filhos menores. {		
				Oscarina.....	Idem.....	120\$000
				Maria Amelia.....	Idem.....	120\$000
				Oswaldina.....	Idem.....	120\$000
				Hilda.....	Idem.....	120\$000
				Adriano.....	Idem.....	120\$000
Jorge Francisco Henrique Feldtmann.....	Chancellor.....	1 de dezembro de 1913..	200\$000	Martha Feldtmann, viuva.....	5 de novembro de 1915	1:333\$333
Raul Franklin Reyndner do Amaral.....	1º Secretario de Legação	12 de junho de 1913.....	200\$000	Sarah Durrant do Amaral, viuva....	8 de novembro de 1915	1:333\$333
				Maida Lilla Violet Durrant do Amaral, filha menor.....	Idem.....	666\$666
				Orlando Victor Reyndner do Amaral, filho menor.....	Idem.....	666\$666
Carlos Gonçalves da Silva....	2º Secretario de Legação	13 de agosto de 1915.....	200\$000	Alice Pereira Pinto da Silva, viuva.....	14 de março de 1916...	1:000\$000
Vicente Ferrer de Barros Wan- derley e Araujo.....	Vice-Consul.....	16 de maio de 1915.....	200\$000	Carlos Emilio, filho menor.....	Idem.....	1:000\$000
				Ephygenia Villares Wanderley Araujo, viuva	18 de maio de 1916.....	666\$666
				Maria Vicentina Araujo Ferrer, filha maior e solteira.....	Idem.....	333\$333
				Ephygenia Villares Wanderley e Araujo. filha maior e solteira	Idem.....	333\$333

NOMES DOS CONTRIBUINTE	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSAO ANUAL
Jorge de Vasconcellos Esteves.	2º Secretario de Legação	21 de julho de 1915.....	200\$000	(*) Estella de Vasconcellos Esteves, viuva...	21 de julho de 1916.....	2:000\$000
José Lucas Gomes da Silva....	Continuo.....	12 de agosto de 1916....	200\$000	Cecilia Vianna Gomes da Silva, viuva....	7 de outubro de 1916...	1:200\$000
Antonio Pereira de Miranda...	Porteiro aposentado....	16 de maio de 1917.....	200\$000	Otilia Pereira de Miranda, filha maior e solteira.....	9 de junho de 1917.....	1:000\$000
				Isaura Pereira de Miranda, filha maior e solteira.....	Idem.....	1:000\$000
Sully José de Souza.....	Consul Geral de 1ª classe	23 de março de 1917....	200\$000	Amelia Sully de Souza, viuva.....	2 de outubro de 1917..	1:300\$000
				Amelia Sully de Souza, filha maior e sol- teira.....	Idem.....	1:300\$000
Joaquim Carneiro de Men- donça.....	Consul Geral de 2ª classe	2 de março de 1917....	200\$000	Dora Carneiro de Mendonça, filha maior e solteira.....	2 de outubro de 1917...	1:300\$000
Dr. José Fortunato da Silveira Bulcão.....	Consul Geral de 1ª clas- se, aposentado.....	30 de setembro de 1917..	200\$000	Brasilia Bulcão, filha maior e solteira.....	12 de novembro de 1917	1:600\$000
Henrique Mamede Lins de Al- meida.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario, aposentado...	19 de janeiro de 1913 ..	200\$000	(*) Maria Luiza Lins de Almeida, viuva...	19 de janeiro de 1913...	1:666\$666
José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	10 de fevereiro de 1912	200\$000	(*) Helena Lins de Almeida, filha maior e solteira.....	Idem.....	1:666\$666
Alberto Fialho.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario, aposentado....	6 de agosto de 1917....	200\$000	(*) Clotilde da Silva Paranhos do Rio- Branco, filha maior e divorciada.....	23 de janeiro de 1913...	3:333\$333
				Sarah Hamilton de Fialho, viuva.....	8 de março de 1913...	4:000\$000
				Constança, filha menor, nascida em 4 de Outubro de 1900.....	Idem.....	2:000\$000
				Sarah, filha menor, nascida em 4 de ou- tubro de 1900.....	8 de março de 1913....	2:000\$000
Benjamin Graça.....	Consul Geral de 2ª clas- se, aposentado.....	10 de dezembro de 1917	200\$000	(*) Josepha Henriques Graça, viuva.....	24 de abril de 1913.....	1:666\$666

NOMES DOS CONTRIBUINTE	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Joaquim Carneiro de Men- donça.....	Consul Geral de 2ª cla- se.....	2 de março de 1914...	200\$000	(*) Laura Graça, filha maior e solteira..... (*) Noemia Graça, filha maior e solteira.....	24 de abril de 1918..... Idem.....	833\$333 833\$333
Torquato Rosa Moreira Junior	1º Official.....	23 de janeiro de 1919...	200\$000	Ernestina Carneiro de Mendonça, viuva..... Nair Aguirre Moreira, viuva..... Elsa, filha menor, nascida em 8 de julho de 1916.....	10 de outubro de 1918.. 28 de abril de 1919..... Idem.....	1:800\$000 1:800\$000 1:600\$000
Paulo de Godoy.....	2º Secretario de Legação	3 de fevereiro de 1919..	200\$000	Luz Mendez Godoy, viuva.....	16 de maio de 1919.....	2:000\$000
Americo Santos.....	Consul.....	21 de dezembro de 1918..	200\$000	(*) Palmyra Aranha Santos, viuva..... (*) Elisabeth Maria America, filha menor, nascida em 15 de janeiro de 1905..... (*) Maria Ernestina, filha menor, nascida em 12 de janeiro de 1910.....	21 de maio de 1919..... Idem..... Idem.....	1:333\$333 666\$666 666\$666
Adolpho Affonso da Silva Gordo.....	1º Secretario de Legação	31 de dezembro de 1913.	200\$000	Helena, irmã menor e solteira, nascida em 23 de novembro de 1914..... Carolina, irmã menor e solteira, nascida em 31 de janeiro de 1905.....	24 de julho de 1919..... Idem.....	1:333\$333 1:333\$333
Dr. Francisco Eugenio Emilio Emery.....	Consul Geral de 1ª clas- se.....	25 de fevereiro de 1919..	200\$000	Serafina Lagos de Emery, viuva..... Sofia Serafina Emery, filha maior e solteira.	13 de agosto de 1919.. Idem.....	2:333\$333 2:333\$333
Alfredo Carlos Alcoforado....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	8 de agosto de 1918...	200\$000	Alice Alcoforado, viuva.....	6 de setembro de 1919.	5:000\$000
Arino Ferreira Pinto.....	Director de Secção desta Secretaria de Estado.	7 de abril de 1919.....	200\$000	Elvira Reis Ferreira Pinto, viuva.....	20 de abril de 1919.....	4:000\$000
Nicoláo Pinto da Silva Valle..	Consul Geral de 1ª clas- se aposentado.....	30 de maio de 1919.....	200\$000	Hilda de Mattos Pereira Valle, viuva..... Maria Antonia, filha menor, nascida em 16 de dezembro de 1913.....	18 de maio de 1920..... 18 de maio de 1920....	4:036\$044 672\$674

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
				Maria Angelica, filha menor, nascida em 26 de setembro de 1918.....	18 de maio de 1920....	672\$674
				Carlos Antonio, filho menor, nascido em 30 de agosto de 1914.....	Idem.....	672\$674
				Jayme, filho menor, nascido em 7 de se- tembro de 1910.....	Idem.....	672\$674
				Fernando, filho menor, nascido em 16 de julho de 1909.....	Idem.....	672\$674
Henrique Mamede Lins de Al- meida.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario aposentado.....	25 de outubro de 1917..	200\$000	Octavio, filho menor, nascido em 23 de no- vembro de 1900.....	Idem.....	662\$674
Joaquim Carneiro de Men- donça.....	Consul Geral de 2ª clas- se.....	2 de março de 1915....	200\$000	Maria Luiza Lins de Almeida, viuva.....	11 de junho de 1920....	4:000\$000
				Helena Lins de Almeida, filha menor.....	Idem.....	4:000\$000
Dr. Brazilio Itiberê da Cunha.	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	11 de agosto de 1913...	200\$000	Ernestina Carneiro de Mendonça, viuva...	25 de junho de 1920....	4:363\$636
				Dora Carneiro de Mendonça, filha maior, solteira.....	Idem.....	4:363\$636
				Leopoldina Itiberê da Cunha, viuva.....	10 de julho de 1920....	2:826\$300
				Maria Leopoldina, filha menor, nascida em 4 de dezembro de 1898.....	Idem.....	942\$100
				Maria Adelaide, filha menor, nascida em 1 de setembro de 1901.....	Idem.....	942\$100
José Maria da Silva Paranhos do Rio-Branco.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	10 de fevereiro de 1912.	200\$000	Maria Brazilia, filha menor, nascida em 2 de maio de 1900.....	Idem.....	942\$100
Dr. Raymundo de Sá Valle...	Consul Geral de 1ª clas- se.....	25 de setembro de 1914.	200\$000	Clotilde da Silva Paranhos do Rio Branco, filha maior, divorciada.....	11 de agosto de 1920...	5:647\$058
José Calmon Nogueira Valle da Gama...	Consul Geral em Monte- vidéo.....	5 de fevereiro de 1913.	200\$000	Sylvia Varella de Sá Valle, viuva.....	19 de agosto de 1920...	11:184\$464
				Rosa Monica Nogueira Valle da Gama, viuva.....	27 de agosto de 1920...	3:910\$765

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
Americo Santos.....	Consul.....	21 de dezembro de 1913.	200\$000	Anna Romana Calmon da Gama, filha maior, solteira.....	27 de agosto de 1920...	1:955\$392
				Palmyra Aranha Santos, viuva.....	11 de setembro de 1920.	2:639\$174
				Elizabeth Maria America, filha menor, nascida em 15 de janeiro de 1905.....	Idem.....	1:319\$587
Salvador de Mendonça.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario.....	5 de dezembro de 1913.	200\$000	Maria Ernestina, filha menor, nascida em 12 de janeiro de 1910.....	Idem.....	1:319\$587
				Maria Redanan de Mendonça, viuva.....	13 de setembro de 1920	4.000\$000
				Amalia Helena de Mendonça, filha maior, solteira.....	Idem.....	2:000\$000
Manoel de Azevedo Barroso Bastos.....	Consul Geral de 1ª classe em Iquitos.....	9 de abril de 1901.....	200\$000	Valentina de Mendonça, filha maior, solteira.....	Idem.....	2:000\$000
				Mathilde de Azevedo Barroso Bastos, viuva	23 de novembro de 1920.	4:529\$483
Pedro de Castro Pereira Sodré.	Consul Geral de 1ª classe.....	8 de julho de 1906.....	200\$000	Isabel Tross Pereira Sodré, viuva.....	Idem.....	3:232\$927
Thomaz Pompéu Lopes Ferreira.....	Segundo Secretario de Legação.....	15 de julho de 1913.....	200\$000	Jesuina Inglez de Souza Lopes Ferreira, viuva.....	27 de novembro de 1920.	1:699\$415
				Herculano, filho menor, nascido em 8 de novembro de 1907.....	Idem.....	1:699\$415
João Francisco Leite Nunes..	Consul no Salto.....	29 de janeiro de 1896...	200\$000	Thereza da Conceição Castro Nunes, viuva.	29 de novembro de 1920.	1:881\$533
				Francisca Castro Nunes, filha maior, solteira.....	Idem.....	235\$191
				Thereza Castro Nunes, filha maior, solteiro.....	Idem.....	235\$191
				Maria Estella Castro Nunes, filha maior, solteira.....	Idem.....	235\$191
				Marianna Castro Nunes, filha maior, solteira	Idem.....	235\$191
				Clelia Castro Nunes, filha maior, solteira.	Idem.....	235\$191

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Aluizio de Azevedo.....	Consul Geral de 2ª clas- se.....	21 de janeiro de 1913...	200\$000	Camilla Amalia de Azevedo Lobato, irmã viuva.....	2 de dezembro de 1920.	6:704\$170
Manoel Ferraz de Campos Salles.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	28 de junho de 1913....	200\$000	Helena de Campos Salles, filha maior, solteira	24 de dezembro de 1920.	2:831\$858
Henrique Carlos de Ribeiro Lisboa.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipo- tenciario.....	8 de julho de 1920....	200\$000	Leonor de Campos Salles, filha maior, sol- teira.....	Idem.....	2:831\$851
Alfredo Sergio Teixeira de Macedo.....	Ex-Enviado Extraordi- nario e Ministro Ple- nipotenciario.....	10 de janeiro de 1906...	200\$000	Henriqueta de Rostaing Lisboa, viuva....	31 de dezembro de 1920.	2:666\$666
Benjamin Graça.....	Consul Geral de 2ª clas- se aposentado.....	10 de novembro de 1917.	200\$000	Guagerita Henriqueta Rostaing Lisboa de Shau, filha maior e viuva.....	Idem.....	2:666\$666
Antonio Joaquim Netto dos Reys.....	Consul Geral de 2ª clas- se em disponibilidade.	22 de agosto de 1901...	200\$000	Anna Francisca da Silveira Teixeira de Macedo, viuva.....	2 de fevereiro de 1921..	5:853\$932
Jorge de Vasconcellos Esteves	Segundo Secretario de Legação.....	21 de julho de 1915....	200\$000	Josepha Henriques Graça, viuva.....	25 de fevereiro de 1921.	3:100\$923
João Francisco Leite Nunes.	Consul no Salto.....	29 de janeiro de 1896...	200\$000	Laura Graça, filha maior, solteira.....	Idem.....	1:550\$464
Eduardo Augusto Guilherme Thompson.....	Cartographo.....	31 de outubro de 1920...	200\$000	Noemia Graça, filha maior, solteira.....	Idem.....	1:550\$464
				Francisca Hilda Netto dos Reys, filha maior, solteira.....	3 de março de 1921.....	778\$378
				Maria Antonia Netto dos Reys, filha maior, solteira.....	23 de março de 1921.....	778\$378
				Stella de Vasconcellos Esteves, viuva.....	31 de março de 1924.....	4:199\$270
				Clelia de Castro Nunes, filha maior, solteira	2 de abril de 1921.....	235\$193
				Julietta Thompson Guimarães, irmã viuva..	16 de abril de 1921.....	83\$333
				Emilia Lilly Reeve, sobrinha, solteira.....	Idem.....	41\$666
				Amelia Julietta Henriqueta Reeve, sobrinha, solteira.....	Idem.....	41\$666

NOMES DOS CONTRIBUINTE	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
Antonio de Freitas.....	Correio da Secretaria de Estado.....	26 de fevereiro de 1921.	200\$000	Maria da Silva Freitas.....	26 de maio de 1921.....	600\$000
				Filhos Menores {		
				Odette.....	Idem.....	150\$000
				Hilda.....	Idem.....	150\$000
				Humberto.....	Idem.....	150\$000
				Wilson.....	Idem.....	150\$000
Eduardo Felix Simões dos San- tos Lisboa.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario aposentado....	11 de junho de 1921.....	200\$000	Laura Latorre Lisboa.....	21 de setembro de 1921	4:000\$000
				Maria Helena Latorre Lisboa, filha maior e solteira.....	Idem.....	4:000\$000
Enéas Martins.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario.....	2 de julho de 1919.....	200\$000	Cacilda Martins, viuva.....	31 de agosto de 1921...	2:500\$000
				Enéas Martins Filho, filho menor.....	Idem.....	2:500\$000
Leonel Martiniano de Alencar.	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario aposentado....	26 de março de 1921....	200\$000	Maria Angela de Alencar, filha maior e solteira.....	13 de dezembro de 1921	4:000\$000
				Josephina Alencar Isquierdo, filha maior e solteira.....	Idem.....	4:000\$000
Henrique Carlos de Ribeiro Lisboa.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario aposentado....	8 de julho de 1920.....	200\$000	Henriette de Rostaing Lisboa, viuva.....	16 de janeiro de 1922...	8:000\$000
Rodrigo Heraclito Ribeiro....	Consul de 1ª classe....	22 de maio de 1921.....	200\$000	Noemia Caldeira de Souza, viuva.....	5 de outubro de 1922..	1:666\$666
				Filhos menores {		
				Ilka.....	Idem.....	555\$555
				Heraclito.....	Idem.....	555\$555
				Enéas.....	Idem.....	555\$555
Miguel José da Costa.....	Porteiro da Secretaria de Estado.....	5 de julho de 1922.....	200\$000	Carolina Tavares da Costa, viuva.....	8 de dezembro de 1922.	3:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIA	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
Antonio da Fontoura Xavier.	Embaixador Extraordi- nario e Plenipotencia- rio	1 de abril de 1922.....	200\$000	Anna Sophia da Fontoura Xavier, viuva...	11 de dezembro de 1922.	3:000\$000
				Anna Margarida da Fontoura Xavier, filha maior e solteira.....	Idem.....	3:000\$000
Francisco Regis de Oliveira..	Embaixador Extraordi- nario e Plenipoten- ciario.....	22 de janeiro de 1916..	200\$000	Amelia Maria Regina Luiza Regis de Oli- veira, filha maior e divorciada.....	21 de março de 1923....	3:333\$333
Antonio Jansen do Paço.....	Director de Secção da Secretaria de Estado.	26 de outubro de 1918...	200\$000	Laura Cardoso Jansen do Paço, viuva.....	6 de abril de 1923.....	2:000\$000
				José, filho menor.....	Idem.....	1:000\$000
				Maria Jansen do Paço, filha maior e solteira	Idem.....	1:000\$000
Manoel da Silva Pontes.....	Consul Geral de 1ª clas- se.....	20 de setembro de 1920.	200\$000	Hermantine Langgaard de Menezes.....	24 de julho de 1923.....	4:000\$000
Arthur Eduardo Raoux Briggs	Director Geral da Se- cretaria de Estado...	4 de junho de 1923....	200\$000	Francisca Eduarda Ribeiro Briggs.....	24 de junho de 1923....	6:000\$000
Frederico Affonso de Carvalho	Director Geral, aposen- tado.....	5 de junho de 1923.....	200\$000	Maria Amalia Affonso de Carvalho.....	31 de julho de 1923.....	6:000\$000
Francisco Regis de Oliveira.	Embaixador Extraordi- nario e Plenipoten- ciario.....	22 de janeiro de 1910...	200\$000	Amelia da Silva Guimarães.....	14 de setembro de 1923.	1:666\$666
				Amelia Maria Luiza Regis de Oliveira....	Idem.....	1:666\$666
Bruno Gonçalves Chaves.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipoten- ciario, aposentado...	10 de abril de 1923.....	200\$000	Casimira Garcia Chaves.....	15 de outubro de 1923..	4:000\$000
				Maria Gisella Chaves, filha maior e solteira.	Idem.....	4:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTE	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANNUAL
Antonio José de Paula Fon- seca.....	Consul Geral, aposentado	1 de setembro de 1923.	200\$000	Alice Porto de Paula Fonseca.....	26 de fevereiro de 1924.	2:333\$333
				Filhos menores { Armando.....	Idem.....	583\$333
				{ Murillo.....	Idem.....	583\$333
				{ Fernando.....	Idem.....	583\$333
				{ Alice.....	Idem.....	583\$333
Antonio Alves da Fonseca...	1º Official da Secretaria de Estado.....	30 de novembro de 1923.	200\$000	Luiza Berutti da Fonseca.....	20 de março de 1924....	1:600\$000
				Filhas menores { Luiza Alzira, solteira.....	Idem.....	800\$000
				{ Hilda Maria, solteira.....	Idem.....	800\$000
Dr. Graccho de Sá Valle....	Ministro Residente, apo- sentado.....	2 de janeiro de 1924....	200\$000	(*) Sophia Guillon de Sá Valle, viuva.....	30 de junho de 1924....	2:000\$000
Dr. Manoel Carlos de Gon- çalves Pereira.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipo- tenciario, aposentado.	7 de junho de 1924.....	200\$000	Maria Augusta Gonçalves Pereira, viuva..	15 de setembro de 1924.	8:000\$000
Benjamin de Carvalho e Silva	Consul.....	25 de julho de 1921.....	200\$000	Maria Deolinda Ferraz Carvalho e Silva, viuva.....	24 de setembro de 1924.	8:333\$333
				Filhos menores { Hortencia Ferraz de Carvalho.	Idem.....	133\$388
				{ Cicero de Carvalho e Silva....	Idem.....	133\$388
				{ Elza de Carvalho e Silva.....	Idem.....	133\$388
				{ Zaira de Carvalho e Silva....	Idem.....	133\$388
				{ Flavio de Carvalho e Silva....	Idem.....	133\$388
				{ Benjamin Ferraz de Carvalho e Silva.....	Idem.....	133\$388
Dr. Manoel da Costa Barradas	Consul Geral.....	1 de setembro de 1923.	200\$000	Maria da Piedade Cezar Barradas, viuva..	3 de outubro de 1924..	2:000\$000
				Filhas menores { Marina Constança Cezar Bar- radas.....	Idem.....	1:000\$050
				{ Lydia Americana Cezar Bar- radas.....	Idem.....	1:000\$000

NOMES DOS CONTRIBUINTES	CATEGORIAS	DATA DO FALLECIMENTO	QUANTIA ABONADA PARA FUNERAL OU LUTO	NOMES DOS PENSIONARIOS	DATA DOS TITULOS	IMPORTANCIA DA PENSÃO ANUAL
Dario Freire.....	Consul Geral.....	26 de setembro de 1924	200\$000	Julia Danin Freire, viuva.....	11 de dezembro de 1924	2:000\$000
				Filhos menores { Dulce.....	Idem.....	777\$777
					Idem.....	777\$777
					Idem.....	777\$777
Pedro de Araujo Beltrão.....	Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario, aposentado....	16 de setembro de 1924	200\$000	Maria Oliveira de Araujo Beltrão, viuva.	17 de fevereiro de 1925.	3:000\$000
Godofredo de Bulhões.....	Primeiro Secretario de Legação.....	13 de setembro de 1924	200\$000	Octavia Gouveia de Bulhões, viuva.....	17 de fevereiro de 1924.	1:333\$333
				Filhos { Octavio Gouveia de Bulhões...	Idem.....	666\$666
				menores { Ruth Gouveia de Bulhões.....	Idem.....	666\$666
Fernando de Lara Palmeiro..	Segundo Secretario de Legação.....	30 de novembro de 1923	200\$000	Eudoxia Barbosa de Lara Palmeiro, viuva.	6 de abril de 1925.....	2:000\$000
Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro.....	Secretario Geral do Ministerio.....	8 de julho de 1925.....	200\$000	Leonor Guimarães Fernandes Pinheiro, viuva.....	27 de julho de 1925.....	3:000\$000
Dr. Graccho de Sá Valle....	Ministro Residente, aposentado.....	10 de fevereiro de 1926	200\$000	Sophia Guillen de Sá Valle, viuva.....	10 de fevereiro de 1926.	4:000\$000
Carlos Pinto da Costa.....	Correio da Secretaria de Estado.....	27 de março de 1926...	200\$000	Alcina Emilia da Costa.....	27 de março de 1926...	1:800\$000

(*) Os titulos de pensão marcados com asterisco foram substituidos.

